UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

O CARDEAL ARCOVERDE E A REORGANIZAÇÃO ECLESIÁSTICA

Alceste Pinheiro de Almeida

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Professor Doutor Augustin Wernet

SÃO PAULO
2003

A Newton e Dalva,
que na pobreza me conduziram à riqueza dos livros.

A Ana Vitória Mota,
que apesar da minha indevida ausência me concede um carinho tão imerecido e recompensador quando tenho o privilégio de estar com ela. Meu presente. Eterno presente.

A Felipe Grandin,
pela amizade de sempre.

Essa tese, como qualquer outra, é um trabalho solitário de pesquisa, reflexão e redação, mas jamais teria sido concluído sem a contribuição de amigos e de quem, sem ser amigo, comportou-se como se fosse. São muitos.

Os funcionários do Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro Paulo Lavandeira Fernandes e Márcia Regina Gonçalves de Mello Freire, que em meio a tantas dificuldades e impedimentos facilitaram o quanto puderam esse trabalho.

O pessoal da Biblioteca da Cúria do Rio de Janeiro.

A senhora Lúcia Monte Alto Silva, do Arquivo Histórico do Itamarati.

Jair Mongelli Júnior e Roberto Júlio Gava, profissionais de primeira que fazem do Arquivo da Cúria de São Paulo um bom lugar para se pesquisar, o que é raro no Brasil.

Servidores públicos, como os do Arquivo Estadual João Emerenciano, em Recife, e os do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

O Professor Doutor Augustin Wernet, com todo o reconhecimento que me é possível.

Os colegas do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense, especialmente os do Jornalismo: Alexandre, Ana Baum, Ana Cristina, Dante, Davide, Ildo, Irene Cristina, João Baptista, Moacy, Sônia e Sylvia Moretzsohn.

Há aqueles que contribuíram pela amizade de sempre.

Os Grandins – Felipe e Carla, que vi crescer e me orgulham, Léa e Carlos - por tudo e mais ainda pelos tantos almoços dominicais que me desanuviaram e enriqueceram de afeto e atenção.

José Adalberto do Amaral Júnior, meu para sempre querido Dadal, pelo acolhimento permanente, dele e de seus gatos.

A Maria Luísa Braga, amiga generosa, intelectual irrepreensível, professora exemplar. Acadêmica a quem devo imitar. Acho que sem o seu incentivo permanente teria parado no meio. A ela devo tanto que o quê disser é pouco.

É nada também qualquer agradecimento a Marcelo Pedro Arruda. Se não valesse tanto essa minha tentativa intelectual, valeria pelo fato de tê-lo conhecido e onstruído uma amizade para além dos livros. Um privilégio dos maiores. Sou eternamente devedor.

Resumo

Essa tese busca traçar o itinerário de um prelado da Igreja Católica Romana, Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti, bispo coadjutor e titular de São Paulo entre 1892 e 1897, arcebispo do Rio de Janeiro de 1897 a 1930, cardeal – o primeiro da América Latina – em 1906. Foi o principal líder da Igreja no Brasil a partir de sua posse no Distrito Federal. Articulador das relações com o Estado e formulador de sua política.

A tese procura elucidar a ação de um prelado em um ambiente muitas vezes hostil à religião católica. Sua atuação dirigiu-se ao interior da Igreja: ampliou o controle sobre o clero, desarticulou as irmandades leigas, impôs novos padrões de organização, burocratizou as paróquias, contratou ordens e congregações estrangeiras para o Rio de Janeiro e São Paulo, instituiu no Brasil devoções européias, encontrou formas de suprir a perda do apoio do Estado.

Arcoverde agiu também para fora da Igreja. Foi quem, ao assumir a Arquidiocese do Distrito Federal, deu continuidade à política estabelecida de convivência com o Estado. Tal política vigorou até o final da segunda década do século XX, quando a Santa Sé optou então por um novo modelo, sob a liderança de um jovem bispo paulista, Sebastião Leme.

Palavras Chaves

Arcoverde

Biografia

Catolicismo

Igreja

República

Abstract

This dissertation aims at describing the route of a prelate of Roman Catholic Church, Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti, coadjutor and titular bishop of São Paulo between 1892 and 1897, archbishop of Rio de Janeiro from 1897 to 1930, and the first cardinal of Latin America in 1906. He was the most important Catholic bishop in Brazil since his inauguration in the country's federal district area. He was an articulating agent of relations with the State as well as a formulator of its policy.

The goal of this dissertation is to analyze the action of a prelate in an atmosphere which several times proved to be hostile to Catholic Church. His action was directed towards the inner policy of the church: he enlarged the control over clergymen, disjointed lay confraternities, imposed new patterns of organization, bureaucratized parishes, contracted foreign congregations as well as holy orders to Rio de Janeiro and São Paulo, instituted European devotions, devised ways to compensate for the loss of State support.

Arcoverde also acted outside the limits of the Church. When taking office at the Archdiocese of the country's federal district, continued the acquaintanceship policy with the State. Such policy was valid up to the end of the second decade of the 20th century, when the Holy See chose another model, under the leadership of a young bishop from São Paulo, Sebastião Leme.

Key Words

Arcoverde

Biography

Catholicism

Church

Republic

Sumário

Dedicatória

Agradecimentos

Resumo / palavras chaves

Abstract / Key words

Primeiros anos pernambucanos

Últimos anos pernambucanos

Dilemas e Perspectivas da Igreja na Primeira República

Anos paulistas

Os padres falam

O fim

ÍNDICE

1. Primeiros anos pernambucos 10
2. Últimos anos pernambucos 46
3. Dilema e perspectivas da Igreja Primeira República 117
4. Anos paulistas 180
5. Os padres falam 239
6. O fim 263
7. Fontes documentais 306
8. Bibliografia 310

1. Primeiros anos pernambucanos

Recife, abril, 1866. Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti – de "estórias que não tinham fim"[1] – conduz Joaquim, o filho mais velho, ao encontro que determinaria o futuro do adolescente de dezesseis anos, completados em janeiro. Haviam viajado mais de cinqüenta léguas (300km) entre a Fazenda Fundão, onde viviam, e o Palácio da Soledade, onde seriam recebidos pelo bispo de Olinda, dom Manuel do Rego Medeiros, indicado no ano anterior e empossado dois meses antes.

Por aquela época, uma viagem entre a Fazenda Fundão e a capital da Província não era um empreendimento fácil. Em lombo de burro, Antônio e quatro filhos, acompanhados de escravos, guarda-costas e almocreves, seguiram até Garanhuns, mais ao sul. Cerca de quinze léguas, passando por Pedra e Santa Quitéria para se livrar da Serra de Ororobá, que separa o Sertão do Agreste pernambucano.

Depois, já em carro de tração animal, enfrentaram outras quinze léguas até Palmares, seguindo por Angelim, Paquevira, Água Branca, Quipapá, Florestal, Maraial e Jaqueira. Daí para Recife, vinte léguas, porém com mais conforto e rapidez. É que desde 30 de novembro de 1863 a Great Western mantinha uma linha regular de trem de Palmares até a capital da província, atravessando a mais importante área açucareira do império[2].

Antônio Francisco decidira fazer padre o filho mais velho e o conduzira a Recife para entregá-lo a dom Rego Medeiros a fim de ingressar no famoso e tradicional Seminário de Olinda. Embora o sacerdócio já tivesse perdido muito de seu prestígio, principalmente desde que as faculdades de Direito de Olinda e São Paulo passaram a formar os quadros dirigentes do império[3], ter um filho padre era ainda hábito comum nas famílias tradicionais do Norte[4]. O inusitado é que o Antônio Francisco optara por Joaquim, o filho mais velho.

Pedro Calmon ensina que tradicionalmente o primogênito do senhor de engenho, fazendeiro ou homem de negócio era o herdeiro das propriedades da família e cuidava de

---

[1] WILSON, Luis. *Minha cidade, minha saudade: Rio Branco (Arcoverde), reminiscências e notas para a sua história*, pag. 116.

[2] Ocupava a terceira posição entre as ferrovias brasileiras em renda bruta, só inferior a Santos-Jundiai e Pedro II. Cf. MELLO, Evaldo Cabral, *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*, pag. 207-208.

[3] Prova disso é a redução do número de padres na Assembléia Nacional, de 23,33% dos 90 constituintes de1823 ou de 24,2% dos 102 deputados da Terceira Legislatura (1834-1837) para um índice de 6% na Décima Legislatura (1857-1860. Cf. Wernet [1987], *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*, nota 37, pag. 65-66.

[4] Esse desinteresse das famílias mais ricas em ter um filho padre abrirá espaço para o mais pobre, o que transformará o sacerdócio em uma porta de ascensão social. Em tempo: "Norte" era o termo usado no século passado para designar o que hoje se considera Nordeste. Incluía todas as províncias do Amazonas à Bahia. Cf. MELLO, Evaldo Cabral, *Rubro veio: o imaginário da Restauração pernambucana*, pag. 15.

assim, a eleição de indivíduos que negociassem com as autoridades de ocupação. Nassau deu até mesmo precedência a esse grupo de proprietários de terra sobre os comerciantes[10].

Esse enobrecimento tinha uma cronologia – Explica Cabral de Mello -: os que chegaram com o primeiro donatário, Duarte Coelho; os que chegaram durante a administração Duartina; e os que chegaram em 1560, com o segundo donatário[11]. Um regimento estabelecido em 1730 pelo governador Duarte Sodré Pereira definia legalmente quem pertencia à nobreza da terra: pessoas

> *limpas de sangue e de geração verdadeira, nobres, infanções, fidalgos da casa real, descendentes dos conquistadores e povoadores da terra, que ocuparam cargos civis e militares, e os perpetuaram em suas famílias*[12].

Compreendia, portanto, os colonizadores de ascendência nobre do reino e os descendentes dos primeiros troncos que exerceram funções militares ou administrativas. Daí a importância que adquirem os genealogistas, detentores do poder de definir uma dessas duas características na linhagem do indivíduo. Em *Nobiliarquia pernambucana*, que em 1748 inaugura a "genealogia científica" e torna-se a bíblia dos linhagistas posteriores, Borges da Fonseca usa esses dois critérios[13].

Com o tempo, alargaram-se as bases do nativismo, com reflexos nos possíveis integrantes da nobreza da terra. Foram incluídos também os comerciantes de Recife, vencedores dos aristocratas olindenses na chamada Guerra dos Mascates, e, em outro momento, os índios, que eram um contraponto aos portugueses na época do antilusitanismo mais radical, a partir do final do setecentos. .

Hoje, com base nos estudos históricos mais recentes, está completamente derrubada a idéia de que os primeiros colonizadores fossem de nobre estirpe lusitana. Eram indivíduos das grandes cidades marítimas ou de médias ou pequenas cidades do interior. Gente afidalgada pelo imaginário nativista. Cabral de Mello demonstra que vários daqueles que a tradição genealógica viria atribuir nobreza não alegaram tal condição diante do Santo Ofício, o que seria uma falta gravíssima se fosse uma declaração mentirosa, mas que teria resultados

[10] MELLO, *Rubro veio*, pag. 164.
[11] Idem, pag. 180.
[12] Idem, pag. 181.

favoráveis se verdadeira. O historiador cita Gaspar Fragoso, Álvaro Velho Barreto, Agostinho de Holanda, Brasia Monteiro[14], Duarte de Sá e o próprio Felipe Cavalcanti[15], já considerado um "fidalgo florentino" por Frei Vicente de Salvador.

> *Tudo o que eles mencionavam para fazer valer sua posição social foi serem alcaide-mor de Olinda ou de Igaraçu, ou "dos da governança desta terra" ou "desta vila"; ou ainda filhos de pessoas pertencentes no Reino ou no Brasil "aos da governança" da sua vila ou cidade"*[16].

Para o imaginário da época, porém, não havia dúvida de que o adolescente que se apresentava no Palácio da Soledade para se encontrar com o bispo de Olinda era da nobreza da terra, tinha nome e vínculos históricos com os colonizadores. Tinha ascendência entre os que primeiros povoaram Pernambuco e os que combateram os holandeses na Guerra da Restauração.

Orlando Cavalcanti deu-se a tarefa de esmiuçar e tentar elaborar a genealogia dos Arcoverdes. Seus esforços datam dos anos 1940 e sempre se dirigem para a confirmação da ascendência nobre da família. Em artigos ao *Diário de Pernambuco* em setembro de 1949, depois reunidos em um livro póstumo, encontra um ascendente em um português, "fidalgo de notável linhagem"[17], casado com Inocência da Silva Cavalcanti e pai de Manuel Leite da Silva, casado com Maria de Araújo de Albuquerque, terceiro avô de Antônio Francisco de Albuquerque.

Em outro artigo no mesmo jornal, datado de 1° de janeiro de 1950, Orlando Cavalcanti faz chegar a linhagem dos Arcoverdes até Antônio Cavalcanti de Albuquerque, chamado *O da guerra*[18]. Daí para chegar a Jerônimo de Albuquerque, que o imaginário colonial transformou no *Adão pernambucano*, é um passo.

Como se tudo tivesse sido bem planejado, por qualquer caminho que um linhagista percorra a partir de André Cavalcanti Albuquerque e Úrsula Jerônima de Albuquerque

---

[13] Militar, filho do português Antônio Borges da Fonseca, que governou a Paraíba entre 1748 e 1753, José Vitoriano Borges da Fonseca nasceu em 1718 em Recife. Foi governador do Ceará de 1765 a 1781. Morreu em Olinda, em 1786.

[14] Vem a ser a sétima avó de Joaquim Arcoverde, como veremos a seguir.

[15] Décimo avô de Joaquim Arcoverde. Felipe Cavalcanti teve problemas com a Inquisição. Na primeira visitação do Santo Ofício, foi acusado de cometer sodomia com um rapaz. Tinha então 70 anos. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, pag. 165.

[16] MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro veio*, pag. 415-416

[17] CAVALCANTI, *Gente de Pernambuco* pag. 23.

[18] Idem, pag. 64.

Cavalcanti, os avós paternos, Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti chegará a Jerônimo de Albuquerque.

Pelo lado paterno: André Cavalcanti de Albuquerque, filho de Vitória Moura de Bezerra Cavalcanti, filha de Leonarda Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, filha de Maria Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, filha de Leonardo Bezerra Cavalcanti, filho de Leonarda Cavalcanti Albuquerque, filha de Antônio Cavalcanti Albuquerque, *O da guerra*.

Pelo lado materno: Úrsula Jerônima de Albuquerque Cavalcanti, filha de Luís Cavalcanti de Albuquerque, filho de Maria de Araújo Albuquerque e Manuel Leite da Silva – aquele citado acima, filho do "fidalgo português de notável linhagem". Maria de Araújo Albuquerque é filha de Brasia Cavalcanti Bezerra e Manuel de Araújo Cavalcanti. Aqui, uma bifurcação acaba fortalecendo o vínculo dos Arcoverdes com Jerônimo de Albuquerque. Brasia é filha de Leonarda Cavalcanti Albuquerque, filha de *O da guerra*. Portanto André de Albuquerque Cavalcanti e a mulher são primos de quarto grau. Já Manuel de Araújo Cavalcanti é filho de Úrsula Cavalcanti de Albuquerque, filha de Pedro Cavalcanti de Albuquerque e Brasia Monteiro. Pedro Cavalcanti é irmão de *O da guerra*, fortalecendo o parentesco e o vínculo com a nobreza da terra.

Assim Joaquim Arcoverde terá um herói da guerra contra os holandeses por ascendente: Antônio Cavalcanti de Albuquerque, *O da guerra*, oitavo avô pelo lado paterno e sétimo avô pelo lado materno. Atendia assim a um dos requisitos da nobreza da terra: não ter tido mácula durante a ocupação holandesa.

Muito pelo contrário. Antônio Cavalcanti de Albuquerque é considerado aquele que iniciou a resistência à ocupação holandesa, tendo a exibir apenas o nome e os vínculos com o que na época se considerava a nobreza da terra, pois "não passara nunca de um lavrador de canas – e lavrador modesto"[19].

Antônio Cavalcanti de Albuquerque não obteve da posteridade e dos contemporâneos o mesmo lugar na construção do imaginário da restauração pernambucana, mesmo tendo morrido em combate. A preferência foi por João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Felipe Camarão, que se prestavam melhor à operação que começou a se processar logo após a retirada dos holandeses. Uma operação pela qual se afastava os da nobreza da terra em favor de uma trinca formada por um português, Fernandes Vieira; um brasileiro rico, mas sem vínculo com os primeiros colonizadores, Vidal de Negreiros; e um índio, Camarão.

O da guerra não merece destaques elogiosos no *Castrioto lusitano*, de 1676, no qual frei Rafael de Jesus narra a luta contra os holandeses. O religioso tinha o claro interesse de

agradar a João Fernandes Vieira, "inimigo e rival"[20] de Antônio Cavalcanti de Albuquerque e Sebastião de Carvalho. O genealogista Borges da Fonseca ressalta o "ódio" a Cavalcanti de Albuquerque dos autores do *Castrioto* e *Valeroso Lucideno* – este de 1648, da pena do frei Manoel Calado de Salvador.

Borges da Fonseca considera que Calado havia "caluniado a memória de Antônio Cavalcanti e Sebastião de Carvalho"[21]. Pelo *Castrioto lusitano*,

> *a Vieira e só a Vieira, devera-se o projeto e a sua bem sucedida execução; a ele pois e exclusivamente a ele, devia a coroa a restituição do Nordeste. Destarte a hagiografia vieirense deixava propositalmente a sombra o papel desempenhado pelos pró-homens de Pernambuco na expulsão dos holandeses, quando não caluniava os que não pertenciam à facção de Vieira ou se haviam oposto à sua direção, como fora o caso de Antônio Cavalcanti*[22].

Borges da Fonseca reconhece que Sebastião de Carvalho não teve nenhuma participação na luta contra os holandeses por causa da "inimizade" de toda a vida com Fernandes Vieira por causa de terras, o que "deu ocasião a que os autores que escreveram aquela história o reputassem menos fiel"[23]. Entretanto, Borges da Fonseca garante que Antônio Cavalcanti de Albuquerque

> *foi homem de grande juízo, e aos seus prudentes conselhos deveu João Fernandes Vieira a resolução que tomou de restaurar Pernambuco. Faleceu em Igarassu indo comandando as tropas que iam a Goiana*[24].

O da guerra era casado com Margarida de Souza e filho de Manuel Gonçalves Cerqueira e Isabel de Holanda Cavalcanti, que, por sua vez, era filha de Isabel Góes de Holanda e Antônio Cavalcanti d'Albuquerque. Assim, a operação genealógica encontra pelo caminho mais um nome ligado aos primeiros colonizadores: Isabel Góes de Holanda é

---

[19] MELLO, *Rubro Veio*, pag. 203.
[20] Idem, pag. 80.
[21] Idem, pag.91.
[22] Idem, pag. 199-200.
[23] FONSECA, Antônio José Borges. *Nobiliarchia pernambucana*, pag. 25.

descendente do "nobre holandês Arnau de Holanda"[25], que também teria acompanhado Duarte Coelho na viagem de Portugal para o Brasil e seria "alegadamente sobrinho do papa Adriano VI e filho do conde Henrique de Holanda"[26].

Antônio Cavalcanti de d'Albuquerque, o décimo avô de Joaquim Arcoverde, era filho de Felipe Cavalcanti e Catarina de Albuquerque, o que torna o adolescente que em abril de 1866 é levado ao bispo de Olinda um genuíno descendente dos primeiros colonizadores do Brasil, neto do *Adão pernambucano*, e com raízes fincadas na nobreza florentina.

Sim, por que Catarina de Albuquerque é filha de Jerônimo de Albuquerque, do qual descende praticamente toda nobreza da terra nos primeiros anos da invenção do conceito. O *Adão pernambucano* é filho de Lopo de Albuquerque e irmão de Brites de Albuquerque, mulher do primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, a quem acompanhou na mudança para a Colônia no século XVI.

Em Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque combate os nativos e se une a uma delas, a tabajara Muirá-Uby, a índia Arcoverde. Essa união vai se prestar à construção de um imaginário que pontuará toda a história colonial da capitania. De um modo geral a narrativa da união entre o português e a índia resume-se ao seguinte: em um cerco ao europeu colonizador, os indígenas aprisionam Jerônimo de Albuquerque, que sai ferido e perde um olho. Deveria ser sacrificado, mas Muirá-Uby, filha do cacique, por ele se apaixona, cura-lhe os ferimentos e o seduz. O resultado é a união do militar branco e da tabajara.

À guisa de exemplo, basta ler, entre tantos outros, um texto de M. Braga Ribeiro publicado na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* de 1923[27]. A atitude da índia Arcoverde de ajudar Jerônimo de Albuquerque, "vítima do acaso", foi um ato de "caridade, impulsionada pelos sentimentos naturais do coração de mulher, embora inculta"[28].

> *Levaram-no para o acampamento onde se celebravam os medonhos sacrifícios, com certas regalias e lúgubres cerimônias, cabendo todavia à vítima determinadas vantagens, preparando-o, por essa forma para o grande festim antropófago. Não obstante estar*

---

[24] Idem, pag. 220.
[25] PAIVA, 21.
[26] MELLO, *Rubro veio*, pag. 183. Três filhas de Arnau de Holanda se casaram com filho de Felipe Cavalcanti e Jerônima de Albuquerque – um deles, Lourenço, foi governador de cabo Verde. Desse acordo nupcial, que fechava os primeiros colonizadores em torno de suas próprias famílias, surge o ramo dos Holanda Cavalcanti.
[27] RIBEIRO, M. Braga. De Muirá-Uby a Pombal. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, volume XXV, número 119 a 122, Recife, 1923, p. 177-185.

afeita estas cenas de canibalismo, a rapariga (...), sabendo o sacrifício que o esperava, estremecia de horror, por ter sido designada a esposa do túmulo, sem o querer, tocada de tal simpatia, que não podia explicar, se não prometendo a si própria que o salvaria, custasse o que custasse[29].

Segundo o relato de Braga Ribeiro, a jovem índia foi brutalmente tratada pelo pai, mas ajoelhou-se aos seus pés e "pediu a vida de Albuquerque, oferecendo a sua pela dele"[30].

Foi assim que a encantadora Muirá-Uby ou Arcoverde, filha de Tabyra, valoroso tucháua dos tabajaras, unindo-se com Jerônimo de Albuquerque, conseguiu a amizade dos selvagens com os colonizadores, amizade essa que foi, talvez, a maior conquista realizada em terras pernambucanas[31].

Outro exemplo, é um texto de Mário Mello. Nele, na véspera do sacrifício, a índia Muirá-Uby liberta o colonizador português, posto sob os seus cuidados e com ele foge para a civilização. Antes, porém,

numa das manhãs em que a índia se aproximou bastante do prisioneiro para dar-lhe as frutas por ela própria colhidas, Jerônimo, sentindo o contato daquela carne moça, encostou os lábios às suas faces. Havia mais do que gratidão naquele beijo. A índia não retribuiu mas o seu instinto de mulher fê-la compreender[32].

A união entre o fidalgo português e a tabajara permitiu que de Pernambuco surgisse uma geração de nobres. Braga Ribeiro cita um trecho de *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, de Oliveira Lima em apoio ao seu argumento:

---

[28] Idem, pag. 178
[29] Idem, pag. 178-179
[30] Idem, pag. 179
[31] Idem, pag. 179
[32] MELLO, Mário. Genealogia Luso-Tupi: Arcoverde-Albuquerque. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. XXXII. Recife, 1932, números 151 a 154, p. 39-442.

A verdadeira colonização de Pernambuco fez-se pois com gente nobre e limpa, por que o excedente da prostituição, que não apodrecera, e o pior da criminalidade, que escapara à forca, mais ou menos remetido da metrópole para ajudar a povoação da colônia, e até então aí abandonados, havia desaparecido, aniquilados pelos selvagens ou sumidos nas refregas de que fora teatro a feitoria pernambucana[33].

Esse acordo entre os tabajaras e o invasor português – a união entre Jerônimo de Albuquerque e Muirá-Uby[34] – gerou oito filhos, legitimados pela coroa em 1561. Posteriormente, Jerônimo de Albuquerque casou-se legalmente com Felipa de Mello, com quem teve mais oito filhos. Entretanto, não foram esses que o imaginário nativista escolheu como os preferidos, como demonstra Cabral de Mello, mas os bastardos, mamelucos nascidos na união com a índia, que os escritores da época trataram de enobrecer[35].

Cabral de Mello assinala que o estória de Jerônimo de Albuquerque e a Índia exerceu o papel de mito fundador, já que seus descendentes constituíram a estirpe povoadora em virtude da ausência da família donatarial e de sua extinção como linhagem no século seguinte. Exerceu também a função de mito integrador da nobreza da terra porque seus filhos e netos casando-se com colonos fixados em Pernambuco, cristãos novos e mascates permitiu que quase todos os nascidos na capitania pudessem considerar-se fidalgo[36].

Por isso é que o nome por si só não garantia lugar na sociedade colonial. O seu portador tinha que fincar raízes em um engenho de açúcar, mesmo que engenho de fogo morto. Se isso não ocorresse, ficavam esquecidos e acabavam excluídos da memória genealógica. E dos filhos de Felipe Cavalcanti, apenas Antônio Cavalcanti d'Albuquerque possuía engenho. Tudo conspira para enobrecer ainda mais o adolescente Joaquim.

Esse enobrecimento se acentua pelo lado do seu décimo primeiro avô, ou seja, o florentino Felipe Cavalcanti, que se casou com Catarina de Albuquerque, filha do *Adão pernambucano* e da índia Arco-Verde. E esse vínculo com a nobreza florentina será a mais

---

[33] Cf. RIBEIRO, *De Muirá-Ubi a Pombal*, pag. 177.
[34] Muirá-Uby será traduzido por Arco-Verde. A índia tabajara será batizada e receberá o nome cristão de Maria do Espírito Santo.
[35] MELLO, Evaldo Cabral, *Rubro Veio*, pag. 189. Operação parecida foi executada pelos escritores indianistas do século XIX, sobretudo Gonçalves Dias e José de Alencar. É muito semelhante à história da índia e seu amor pelo colonizador português na novela *Iracema*, de José de Alencar, com a narração da união de Muirá-Uby e Jerônimo Albuquerque.
[36] Idem, pag. 188.

destacada quando Joaquim for chamado a assumir funções cada vez mais importantes na Igreja.

Como o assinalado acima, o primeiro a alardear formalmente a nobreza de Felipe Cavalcanti foi o frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, que autor de um *Catálogo das principais famílias que procedem dos Albuquerques e Cavalcantis em Pernambuco e Caramuru na Bahia*, do século XVIII. O religioso franciscano denominava-o então de "fidalgo florentino".

Jaboatão justificava a conclusão e o adjetivo com uma cópia autenticada de um certidão assinada pelo grão-duque Cosimo de Médici aparecida em 1683, mas assinada em 23 de agosto de 1559[37], garantindo a nobreza de Felipe Cavalcanti, que morrera quase 70 anos antes. Esse documento tornou-se imperativo por que os linhagistas tinham dificuldade para conceder a nobreza aos que não tinham nascido na capitania.

A certidão também foi considerada irrefutável por Borges da Fonseca na *Nobiliarquia pernambucana* e ao "fidalgo florentino" adicionou mais um adjetivo, "ilustre" – o "ilustre fidalgo florentino". Hoje há generalizada desconfiança quanto a sua autenticidade, mas no século XIX não havia dúvida de que Cavalcanti era um nobre.

Felipe Cavalcanti – o "ilustre fidalgo florentino" – teria chegado a Portugal em 1558 em companhia do pai[38]. Asilaram-se em Lisboa porque teriam participado de uma tentativa fracassada de golpe de estado contra o grão-duque Cosimo de Medici, aquele mesmo que assinou a certidão que garantia nobreza ao décimo avô de Joaquim Arcoverde. Deixaram Portugal a caminho de Pernambuco porque ainda não se sentiam seguros. Essa história vem sendo sistematicamente repetida desde o século XVI e sempre gozou de credulidade e adesão[39].

Embora Cosimo de Medicis tenha sofrido vários atentados, pelos quais os envolvidos pagaram invariavelmente com a vida, Christopher Hibbert, que elaborou um estudo sobre a Florença dos Medicis, não cita nenhuma tentativa de golpe contra Cosimo I que tenha contado com a participação de qualquer Cavalcanti. O historiador inglês traça um perfil sombrio do grão-duque, que ocupou o trono de 1516 a 1574. Era autoritário, impiedoso e vingativo[40].

---

[37] CAVALCANTI, Orlando, *Gente de Pernambuco*, pag. 101.

[38] Portanto, os Cavalcantis chegaram a Pernambuco depois da morte do primeiro donatário, que se deu em 1554, desmentindo os linhagistas que insistiam em dizer que Duarte Coelho procurou estabelecer em Pernambuco famílias de origem nobre.

[39] À guisa de um exemplo mais recente, cf. BITTENCOURT, Adalgiza. *Genealogia dos Albuquerques e dos Cavalcantis*. Rio de Janeiro, Editora Livros de Portugal, 1965. 463p.

[40] HIBBERT, pag. 215 ss.

Certamente não teria razão para assinar uma certidão de nobreza a favor de quem atentara contra a sua vida. Ainda mais no ano seguinte ao exílio dos Cavalcantis.

E mais: se era mesmo um "ilustre fidalgo florentino" com papel passado por que não usou dessa certidão tão importante diante do Santo Oficio?

O fato é que a vinda de um "ilustre fidalgo florentino" confirmava a nobreza da colonização de Nova Lusitânia. Por isso, a saga de Felipe Cavalcanti, "de celebrada valentia"[41], a saga de um nobre que deixou sua terra por perseguição política, ganhou foros de verdade e se constituiu em tópico privilegiado do imaginário pernambucano.

Na Colônia, Felipe Cavalcanti casou-se com a Catarina de Albuquerque, filha do *Adão pernambucano*, dando início à linhagem dos Cavalcantis de Albuquerque, a qual Antônio Francisco e seu filho sem dúvida pertenciam aos olhos do bispo e da sociedade de Pernambuco no século XIX. Uma soma perfeita: de um lado, um vínculo com a nobreza da portuguesa e com a nobreza florentina; de outro, um elo com um dos heróis da luta contra os hereges protestantes, um herói da restauração, tão grata à Igreja Católica.

Em torno da Restauração, a Igreja construíra uma série de símbolos e estruturas materiais para manter viva a memória da luta contra o invasor estrangeiro. Luta que adquiria significado especial quando crescia a ação dos liberais, maçons e protestantes, como naqueles anos 1860 em Recife.

Para a Igreja, a Restauração só fora possível por causa da ajuda divina. Prova disso é que os grandes líderes da Guerra contra a Holanda ergueram capelas em agradecimento a Deus e a Virgem Maria. Duas das festas religiosas mais populares de Pernambuco eram as de Nossa Senhora da Assunção e de Nossa Senhora dos Prazeres.

A de Nossa Senhora da Assunção era comemorado no bairro recifense de Estância, inicialmente a 15 de agosto e depois em 2 de fevereiro, em torno da igreja mandada construir por Henrique Dias. A outra, de Nossa Senhora dos Prazeres, ocorria por mais de uma semana na igreja erguida no Monte Guararapes, por ordem de Francisco Barreto. A imagem da Virgem era considerada milagrosa e fazia lembrar a mulher de cabelos longos que fez triunfar as forças restauradoras contra os hereges. No século XIX, a festa africanizou-se e a Virgem sincretizou-se com Iansã[42].

Oficialmente, a hierarquia comemorava todo ano, com muita solenidade, na Festa da Restauração a 27 de janeiro, na Catedral de Olinda, com a presença do bispo e de todo o

[41] PAIVA, pag. 6.
[42] MELLO, Evaldo Cabral, *Rubro Veio*, pag. 42-53.

Cabido da Sé. Naqueles anos 1860, a festa ganhara ainda mais força por causa do avanço das idéias liberais, maçônicas e protestantes em Recife.

Nessa época também estava em curso aquilo que Evaldo Cabral de Mello denomina de "nostalgia nassoviana", um operação pelo qual alguns intelectuais descobriam os valores da ocupação de Maurício de Nassau, período de liberdade de consciência e culto. Operação que contrapunha a colonização holandesa, liberal e protestante à portuguesa, mestiça, autoritária e católica[43].

Por isso tudo, aquele jovem que acompanhava o pai ao Palácio da Soledade era um bom quadro para a Igreja. E além de tudo isso, era rico.

Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti, conhecido por Budá, apelido que depois adicionaria ao nome, era um homem do sertão de muitos bens. Nascera em 7 de junho de 1822 na Fazenda do Fundão, adquirida pelo pai, Jerônimo de Albuquerque Arcoverde Camarão, no ano anterior.

Jerônimo Arcoverde Camarão era o sétimo filho de André Albuquerque Cavalcanti, o primeiro a incluir o Arcoverde no nome[44]. Na verdade, foi uma inclusão rápida pois logo depois André Albuquerque Cavalcanti o retirou. Por que o escolheu é que não se sabe ao certo. Não há um só documento que se refira a isso, permitindo uma série de especulações.

Orlando Cavalcanti apressa-se em dizer que a adoção do Arcoverde "precedeu de muito a exaltação lusófoba"[45]. Seria, portanto, um mero traço distintivo dos outros Albuquerques e dos outros Cavalcantis, sem nenhuma conotação política. Ora, entre a nobreza da terra, desde muito antes, havia uma boa dose de ódio e desprezo pelos portugueses, ligados ao comércio, embora "sem a contundência (...) de seu ancestral seiscentista"[46], readquirida nas primeiras décadas do século XIX.

André de Albuquerque Cavalcanti nasceu em 1753 em Igarassu, onde sua família possuía uma fazenda. Já era proprietário de terras quando em 1777 casou-se com uma prima de quarto grau, Úrsula Jerônima de Albuquerque Cavalcanti. Tiveram treze filhos, oito homens e cinco mulheres. Um desses é Jerônimo, nascido em 1799.

Jerônimo de Albuquerque Arcoverde Camarão foi o único dos treze a adotar o Arcoverde, ao qual acrescentou o Camarão, que depois retiraria. Sendo o sétimo filho, antecedido por outros seis homens, pouco lhe restou do patrimônio da família. Foi atrás de

---

[43] Idem, pag. 329-364.
[44] Nos documentos oficiais da século XIX aparece separado: Arco-Verde, em uma tradução mais próxima do indígena. André Cavalcanti d'Albuquerque, assim grafado, é citado na *Nobiliarquia pernambucana*. Cf. FONSECA, pag. 408-409.
[45] CAVALCANTI, Gente de Pernambuco, pag. 74.

terra barata no Sertão: em 1821, comprou uma fazenda de propriedade Joaquim Ferreira da Silva, a cerca de uma légua de um pequeno povoado, Olho d'Água dos Bredos. Foi Jerônimo de Albuquerque que inaugurou o que Gilberto Freyre chama de "ramo sertanejo da família Cavalcanti"[47].

Foi no Sertão que Jerônimo de Albuquerque Arcoverde se casou com Teresa Siqueira Cavalcanti, uma parenta. Filha de Joaquim Inácio de Siqueira e Maria José de Jesus Cavalcanti, era prima de segundo grau de Úrsula, mãe de Jerônimo. Úrsula, por sua vez, era filha de Luís Cavalcanti de Albuquerque, irmão de Leonardo Bezerra Cavalcanti, pai de Maria de Jesus Cavalcanti. Portanto, o casamento entre primos de terceiro grau fechava ainda mais a família em torno de si mesma.

Mas não somente isso. Joaquim Inácio de Siqueira, o sogro de Jerônimo Arcoverde, era homem poderoso na região: fazendeiro e comerciante, dominava Pesqueira, que desde 13 de maio de 1836, era a sede do município de Cimbres. Ficava a oito léguas da Fazenda do Fundão, depois da Serra da Ororobá, já no Agreste. José Inácio de Siqueira e Maria José de Jesus Cavalcanti tiveram vinte filhos – *Os vinte de Pesqueira*[48].

Na Fazenda do Fundão, Jerônimo Arcoverde plantava milho, feijão e mandioca e criava gado, mas ganhava mesmo dinheiro era com o algodão – do qual Pernambuco era então o maior produtor brasileiro[49].

O século XVIII presenciara uma longa da estagnação da economia açucareira, ao passo que a primeira metade do século seguinte testemunhava um crescimento da produção de algodão na mata seca, mais ao norte de Pernambuco, no Sertão, em terras que não se prestavam ao cultivo da cana[50]. Nas primeiras três décadas dos oitocentos, a exportação de algodão, principalmente para a indústria inglesa, superou a de açúcar, que só retoma a

---

[46] MELLO, *Rubro Veio*, pag. 22.

[47] FREYRE, *Quase política*, pag. 117.

[48] Um dos Vinte de Pesqueira era José Pessoa de Siqueira Cavalcanti, que irá se casar com Maria da Penha Cavalcanti, irmã do seu cunhado Jerônimo de Albuquerque Arcoverde. O casal gerou André Cavalcanti (18/2/1836-13/2/1927), que chegou a ministro do Supremo. Era portanto primo em segundo grau de Joaquim Arcoverde.

[49] A província era a maior produtora de açúcar e algodão, que eram essenciais a sustentação econômica do império. Na década de 1820, Pernambuco, juntamente com Rio de Janeiro e Bahia, era o principal exportador do Brasil. Entretanto, já enfrentava dificuldades de financiamento e comercialização, compensado, pelo menos no caso do algodão, pelo aumento continuo da produção extensiva para atender a demanda do mercado externo. Em conseqüência das dificuldades, em 1831, o café superou em quase 100 por cento o valor das exportações de açúcar e algodão, o que deixou a província ameaçada de perder a importante posição política que ocupava. Nisso estaria uma das bases das revoltas que atingiram a província na primeira metade do século passado. Sobre isso, Cf. LEITE, Glacyra Lazzari. *A Confederação do Equador: Pernambuco em 1824, contradições sociais e conflito armado*. Tese de livre docência em História do Brasil apresentada ao Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis da Universidade Estadual Paulista. Assis, SP. 1987. 328p. mimeo.

[50] A exportação de açúcar vai se recuperar um pouco com a Revolução Haitiana, que desorganizou a produção no Caribe e permitiu que Portugal colocasse novamente o produto na Europa. Cf. Ferraz, p. 117.

liderança nos anos 1830. Nos anos 1860, o algodão brasileiro ganhará oxigênio em conseqüência da Guerra Civil Norte-Americana.

Além da terra propícia e dos lucros decorrentes da exportação, para o fazendeiro a produção de algodão tem a virtude de permitir a associação com o feijão e o milho, o que quase sempre ocorria. Não necessitava de grande número de escravos, o que fez desenvolver o trabalho assalariado pelo Sertão[51]. Uma grande unidade produtiva podia empregar até 100 escravos, mas era possível manter um bom nível de produção, com apenas 10. A produção de um escravo podia chegar a mais ou menos 60 arrobas anuais[52]. Portanto, o cultivo do algodão não requeria grandes investimentos e tornou-se, por isso, uma dos poucos caminhos possíveis para a acumulação de capital e de ascensão social[53].

A intensificação do cultivo algodoeiro tivera início nos últimos 25 anos do século XVIII no Maranhão, incentivada pelo Governo de Pombal e apoiada pela companhia de comércio organizada na metrópole para financiar o desenvolvimento da região. Com o crescimento da demanda pelo produto, o cultivo do algodão se espalha pelas províncias que formam o que hoje se considera o Nordeste[54].

Uma parte da produção era consumida ali mesmo, tecido manualmente. A maior parte, porém, atravessava a caatinga em direção ao Porto do Recife, onde seguia para os teares ingleses. "Entre 1780 e a metade do século XIX, o consumo anual de algodão pelas fábricas inglesas aumentou de 2.000 toneladas para cerca de 250.000"[55]. O vínculo dos produtores de algodão com a Inglaterra estabelecerá uma tensão permanente com os senhores do acúcar, vinculados aos interesses portugueses.

Em 1866, quando Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti buscava decidir o futuro dos filhos, a situação econômica da família era muito boa. Os preços do algodão ainda recebiam influência da Guerra Civil Norte-Americano, que tinha quadruplicado o valor do produto no mercado mundial, e variavam então entre 18$000 e 18$500 por arroba[56]. Aliás, nenhum produtor de algodão tinha mesmo do que se queixar. A Estrada de Ferro que ligava Palmares a Recife há três anos facilitava e barateava o transporte. E, quando terminou o

---

[51] Até 1914, pelo menos, o algodão continuou sendo de grande importância para o Sertão. Em Pesqueira, por exemplo, ainda operavam 18 máquinas de beneficiamento do produto, 15 delas a vapor e apenas três por tração animal. Pernambuco produzia então 257.500 sacas de 65 quilos. Pesqueira era o nono produtor do Estado, com 12 mil sacas. Era o maior produtor da zona central do Estado. Cf. *Pernambuco na primeira grande feira anual do Distrito Federal*. Recife, Imprensa Industrial, 1918. 121p.

[52] LEITE, *A confederação do Equador*, pag. 72-73.

[53] Idem p. 85.

[54] FURTADO, *Formação Econômica do Brasi*, p. 90-92. Ver também Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, pag. 85-88.

[55] Idem, p. 103.

[56] Cf. *Diário de Pernambuco*, 8 de janeiro de 1866, p.6.

conflito nos Estados Unidos, um novo fato veio prolongar a euforia dos nortistas: a Guerra do Paraguai trouxera a desvalorização do mil-réis, o que permitiu melhor remuneração do produto[57].

Jerônimo de Albuquerque Arcoverde Camarão e Teresa de Siqueira Cavalcanti tiveram nove filhos: Carlota (nascida 15 de março de 1818), Joaquim Severiano Albuquerque Cavalcanti (15 de junho de 1819), Jerônimo de Albuquerque Cavalcante, conhecido por Badu (4 de abril de 1820), Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti (7 de julho de 1822), André de Albuquerque Cavalcanti Arcoverde (20 de junho de 1824), Candido José de Siqueira (4 de março de 1826), Úrsula Jerônimo (7 de julho de 1827), Augusto de Albuquerque Cavalcanti e Clara Guilhermina de Albuquerque Cavalcanti.

Três dos filhos mantiveram a tradição de procurar casamentos entre os parentes. A mais velha, Carlota uniu-se ao primo, pelo lado materno, Joaquim de Siqueira Barbosa, senhor de engenho em Água Preta. Badu casou-se com Henriqueta Cavalcanti, neta paterna de Joaquim Inácio de Siqueira e Maria de Jesus Cavalcanti. O mesmo ocorreu com Cândido José de Siqueira, o sexto filho, que se uniu a uma prima pelo lado materno: Carolina de Siqueira Cavalcanti, filha de Luís Francisco de Siqueira Cavalcanti, um dos *Vinte de Pesqueira*. Cândido e Carolina, e Jerônimo e Henriqueta eram primos de primeiro grau. As duas eram sobrinhas de Teresa, mãe de Cândido e Badu.

O segundo filho de Jerônimo de Albuquerque Arcoverde Camarão morreu assassinado em 18 de fevereiro de 1862. Joaquim Severiano de Albuquerque Cavalcanti estava em Recife, quando sofreu uma emboscada. Chegou a trocar tiros com o pistoleiro[58]. Morreram os dois. Era casado com Ninfa Franca Cavalcanti, com quem não tinha filho. Descendentes, Joaquim Severiano deixou de sua união com uma jovem da família Barbalho Barbosa[59].

André de Albuquerque Cavalcanti Arcoverde, o filho de Jerônimo Arcoverde Camarão nascido imediatamente após a Antônio Francisco, morreu ainda jovem, em 1856. Tivera dois casamentos, o primeiro com Maria Rosalina Cavalcanti, de quem ficou viúvo, e o segundo com Cordulina Francisco Tenório de Albuquerque. Augusto, por sua vez, tornou-se proprietário rural na região, capitão da Guarda Nacional e pai de sete filhos.

Coube a Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti Budá herdar a Fazenda do Fundão. A propriedade foi lhe passada na morte do pai. Jerônimo de Albuquerque Arcoverde já tinha retirado o Camarão do nome quando foi assassinado em novembro de 1843 em uma

---

[57] MELLO, *Rubro veio*, pag. 255.
[58] Nem Orlando Cavalcanti, nem Luís Wilson referem-se aos motivos do atentado contra Joaquim Severiano.
[59] WILSON, *Minha cidade, minha saudade*, pag. 88.

tocaia. Um pouco antes, saíra da missa dominical em Pau Ferro, município de Pedra. Foi fuzilado por cinco homens. Ainda foi levado com vida para o Fundão, mas não resistiu aos ferimentos no tórax. Era um homem ainda novo, com 44 anos.

Os que se dedicaram a narrar a saga da família Arcoverde nunca explicaram muito bem os motivos do crime. A tradição oral, entretanto, indica um cunhado teria encomendado o assassinato de Jerônimo por rivalidade em torno de terras. Outros levantam a hipótese de vingança: 13 anos antes, em 10 de novembro de 1830, Jerônimo Albuquerque Arcoverde encomendara a morte de Francisco Xavier de Mello Barreto. No atentado, nada aconteceu a Francisco Xavier, mas a sua mulher, Ana Vitória, morreu por engano[60]. Onze meses depois, morria, de causas naturais, o próprio Mello Barreto, mas o atentado permaneceu presente na vida de toda a família[61].

Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti, então com 21 anos, herdou do pai a Fazenda do Fundão e a fama de violento. Sobre isso algumas histórias são narradas por Luís Wilson, sempre baseado na tradição oral. Era ainda criança na região nos anos 1920 e escutava essas narrativas que passaram de geração a geração e já haviam se tornado uma lenda. Muitas histórias ele ouviu das vozes dos descendentes de Budá[62].

De qualquer forma, a fama de violento – e talvez mesmo por causa dela – não impediu que Antônio Francisco aumentasse ainda mais a fortuna deixada pelo pai. Compraria um engenho de açúcar, o Engenho Leão, em Escada, a apenas 11 léguas do Recife. Afinal, ser dono de engenho era condição fundamental para a manutenção do prestígio. Esse prestígio se confirmaria em 14 de outubro de 1846, quando foi nomeado fiscal de Olho d'Água dos Bredos – povoação a uma légua da Fazendo do Fundão.

Olho d'Água dos Bredos era um pequeno povoado que pertencia ao Município de Cimbres. A localidade se desenvolvia em terras de Leonardo Pacheco do Couto, português nascido nos Açores em 1779. Leonardo era casado desde 1818 com Ana Antônio Cordeiro do Rego e possuía a Fazenda Santa Rita, localizada na Estrada de Conceição da Pedra e vizinha à propriedade de Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti.

Leonardo Pacheco do Couto era homem muito rico. Além de terras em Pernambuco, era proprietário na Ilha São Miguel, nos Açores, de onde recebia arrendamentos. O casal tinha

---

[60] Wilson e Orlando Cavalcanti sedimentam suas versões do crime na tradição oral, mas não chegam a conclusão definitiva. Gilberto Freyre também se refere à morte de Jerônimo Arcoverde e também alicerça sua informação na tradição oral.

[61] Francisco Xavier de Mello Barreto é pai de Francisco Xavier Pais de Mello Barreto, nascido em Cimbres em 1921 e que se tornou chefe de polícia no Piauí e em Alagoas e presidente das províncias da Paraíba, Ceará e Maranhão, deputado-geral, ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros, morrendo no Rio de Janeiro, como senador, em 1864.

onze filhos. A sétima era Marcolina Dorotéia Pacheco do Couto[63], que em 10 de outubro de 1848 se casaria com Antônio Francisco, então com 26 anos. Era a união de duas famílias mais importantes de Olho d'Água dos Bredos.

O casal foi morar na pequena e nada confortável casa da Fazenda Fundão[64] e ali nasceram todos os filhos do casal. Naquele dia em que Budá se encontra em Recife para o encontro com o bispo de Olinda, já é pai de oito filhos. Joaquim, o mais velho, a quem ele planeja fazer padre, nasceu 17 de janeiro de 1850, um ano, três meses e sete dias após o casamento. Depois vieram Antônio (nascido em 30 de junho de 1851), Jerônimo (15 de julho de 1852), Teresa (10 de julho de 1853), Leonardo (7 de julho de 1855), Francisco (4 de outubro de 1857), Ana (7 de junho de 1858) e Maria (13 de dezembro de 1864). Mais tarde, em 25 de outubro de 1869, nasceria o último filho de Budá e Marcolina Dorotéia, que receberia o nome do pai, Antônio Francisco[65].

Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti foi batizado em Cimbres, a cerca de cinco léguas do Fundão. Em 1850, Cimbres ainda era a sede da paróquia, embora já não fosse mais a sede do Município, que desde 1836 fora transferida para Pesqueira. Ainda não havia sequer uma capela em Olho d'Água dos Bredos. Só em 1865, dois anos depois da morte da mulher, Ana Antônio Cordeiro do Rego, o avô materno de Joaquim, Leonardo Pacheco do Couto, mandaria construir uma capela no povoado, em louvor a Nossa Senhora do Livramento.

Segundo um dos biógrafos de Arcoverde, o celebrante do batismo teria sido o padre Inácio de Souza Rolim, amigo da família[66]. É improvável que isso tenha ocorrido. Rolim já morava em Cajazeiras, no Sertão paraibano, muitas léguas distantes dali. De qualquer forma, o sacerdote teria influencia na formação do jovem Joaquim: em 1863, aos treze anos, ele e os irmãos Antônio, Jerônimo, Leonardo e Francisco foram estudar como internos no colégio do padre Rolim, em Cajazeiras, no Alto Sertão Oeste da Paraíba, encravado na região do Vale do Rio do Peixe.

---

[62] WILSON, Minha cidade, minha saudade, pag. 116.

[63] Não há indicação quanto à data do seu nascimento, mas é possível calcular que certamente ocorreu entre 1825 e 1830, tendo, portanto, dependendo do mês em que nasceu, entre 17 e 22 anos quando se casou.

[64] A casa, tal como foi construída, ainda está de pé, habitada por descendentes de Budá e atestando a falta de luxo e conforto.

[65] Dos nove filhos, três não receberam o sobrenome Arcoverde: Jerônimo, Francisco e Antônio Francisco. Jerônimo, entretanto, usaria o sobrenome em todos os descendentes, a exceção de um; Francisco preferiu omiti-lo no nome de seus filhos, mas Antônio Francisco o adotaria para os seus.

[66] Paiva, p. 26

Inácio de Souza Rolim era filho de Vital de Souza Rolim, cearense de Jaguaribe, e Ana Francisca de Albuquerque. O dote do casamento: terras no então município de Souza, doadas pelo pai da noiva, Luís Gomes de Albuquerque.

Inácio de Souza Rolim nasceu em 22 de agosto de 1800 na Fazenda Cajazeiras, de propriedade do pai. Em 1816 foi estudar no Crato com o padre José Martiniano de Alencar. A escola, entretanto, seria fechada pouco depois: o sacerdote, pai do escritor José de Alencar, teve participação ativa na Revolução Pernambucana de 1817[67]. Rolim transferiu-se então para uma escola em Souza e em 1822 ingressou no Seminário de Olinda.

Ordenou-se em 2 de outubro de 1825. No ano seguinte, assumiu a reitoria do seminário – cargo que ocupou até 1829, quando decidiu voltar para a Fazenda Cajazeiras, onde cumpria as funções sacerdotais em uma capela que o pai mandara construir.

Em 1843, começou a dar aulas e o seu prestígio tornou-se tão grande que passou a receber filhos de fazendeiros do Ceará, Pernambuco, Rio Grande de Norte e Maranhão. Em torno do colégio é que se desenvolveu a cidade de Cajazeiras, emancipada de Souza em 23 de novembro de 1863[68].

E foi exatamente em 1863 que os Arcoverdes foram estudar com o padre Rolim[69]. Ali encontrariam três personagens que anos mais tarde seriam protagonistas da Questão de Juazeiro: José Marrocos, filho do padre João Marrocos, seminarista que dois anos depois seria desligado do seminário e que então lecionava no colégio; Francisco Rodrigues Monteiro, que chegaria a monsenhor, e Cícero Romão Batista.

Cícero, seis anos mais velho do que Joaquim[70], no ano seguinte ingressaria no Seminário de Fortaleza. Seus estudos eram pagos por Antônio Luís Alves Pequeno, um comerciante rico que assumiu essa responsabilidade após a morte do pai de Cícero, Joaquim Romão Batista, vitimado por uma das recorrentes epidemias de cólera[71]. O convívio entre os dois foi curto, mas tempos depois Joaquim Arcoverde terá papel importante no processo de repressão a Cícero e ao movimento de Juazeiro[72].

---

[67] José Martiniano de Alencar foi um dos emissários dos revolucionários ao Ceará, onde foi preso.

[68] O colégio foi uma das vítimas da chamada Grande Seca (1877-1879). Entrou em acentuado processo de decadência. Seu fundador morreu em 1899, aos 99 anos. Sob suas bases ergueu-se posteriormente o Colégio Diocesano Padre Rolim. Cajazeiras tornou-se diocese em 1914 e o primeiro bispo foi um sobrinho-neto do padre Rolim, dom Marcos Coelho, arcebispo da Paraíba, a partir de 1935, em substituição a dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, sem mentor intelectual. Veja SOUZA, Antônio José. *Cajazeiras nas crônicas de um mestre-escola.*

[69] Começaram a estudar em 22 de junho de 1863. Cf. Cavalcanti, p. 34.

[70] Nasceu em 1844.

[71] A epidemia de cólera 1856 matou umas 40 mil pessoas em Pernambuco – mais de cinco por cento da população de cerca de 700 mil.

[72] O assunto é tratado por Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros e Ralph della Cava.

Três anos depois, Antônio Francisco Albuquerque Cavalcanti decidiu transferir os filhos para Recife. Levou todos os homens, a exceção de um, Jerônimo. Jamais ficou muito claro o motivo de tal decisão, mas é certo que o fato de o terceiro filho não ter acompanhado os irmãos para Recife marcará a família e criará ressentimentos que atravessarão o século[73].

De acordo com Gilberto Freyre, que teve acesso a uma correspondência de Leonardo, quinto filho de Budá, com o primo, o médico Artur de Siqueira Cavalcanti, Antônio Francisco pretendia mandar os filhos para Lisboa, mas preferiu o Seminário de Olinda para o primogênito e o Colégio São Joaquim, em Recife, para os outros três.

Na conversa que manteve com o bispo, Budá foi desaconselhado a matricular Joaquim no Seminário de Olinda. Dom Manuel indicou Roma. Por que essa sugestão do bispo por uma formação em Roma?

Dom Manuel assumira no ano anterior, em lugar de João da Purificação Marques Perdigão, o bispo de governo mais longo da diocese - de 1834 até a morte em 1864[74]. Português de Viana, Marques Perdigão era ainda um regalista, muito ligado ao modelo de Igreja que a Santa Sé queria modificar, conforme o processo em curso na ocasião em que Antônio Francisco e Joaquim foram ao Palácio da Soledade.

O regalismo era uma doutrina que, se contrapondo ao ultramontanismo, reconhecia a dependência da Igreja em relação ao Estado. Herdado de Portugal, estava encravado na consciência da maior parte do clero brasileiro. O regalismo português tinha traços marcadamente galicanos, ou seja, contornos do regalismo francês que o marquês de Pombal introduzira na metrópole no século XVIII[75].

Assim, o poder do rei de Portugal era maior do que o do papa nos assuntos da Igreja em território nacional. Um bispo só podia ser sagrado com a prévia indicação e autorização do

---

[73] Jerônimo herdará a Fazenda do Fundão. Dois dos seus netos ocupam atualmente as terras que restaram, plantando milho e mandioca. É evidente o estado de penúria dos irmãos. O ressentimento com o restante da família ainda está muito presente. Já era grande na época do pai, Antônio Francisco, quarto filho de Jerônimo. Tanto que aos filhos do seu segundo casamento, com Florípedes, de onde descendem os dois irmãos que ainda ocupam a fazenda, preferiu dar o sobrenome da família da mulher, Pacheco Vaz.

[74] O frei João da Purificação Marques Perdigão substituiu o frei Tomás de Noronha e Brito, morto em 1829. Ele foi indicado em 1831, mas somente foi confirmado em 1833, quando foi sagrado, a 26 de maio.

[75] As bases do galicanismo foram adotadas na reunião do clero francês convocada por Carlos VII, em Burges, em 1438. O texto aprovado nessa reunião limitava a autoridade papal em relação ao concílio e aos direitos e costumes nacionais. É um movimento anterior à Reforma luterana e que impediu a ruptura da França com a Santa Sé, como ocorreu no século seguinte na Inglaterra. O galicanismo tornou-se a doutrina oficial da monarquia e dos bispos franceses, superou o ultramontanismo e liberou o soberanos de qualquer obediência ao Papado. Sobre isso, Touchard, p. 172-173. Em 1682, uma assembléia do clero francês confirmou a doutrina galicana e passou a exigir a adesão dos professores de Teologia. Foram estabelecidos então os quatro artigos galicanos, confirmando a decisão de Burges: independência do poder estatal em seu campo próprio de ação, primazia do concílio ecumênico sobre o papa, restrição do poder papal pelos cânones da Igreja e pelos usos reconhecidos da Igreja francesa e obrigatoriedade definitiva da obediência as decisão papais somente após o consenso da Igreja. Sobre isso, Schatz, p. 15.

soberano, embora coubesse ao pontífice romano confirmar a escolha[76]. O bispo não tinha poder sequer de excomungar e, se suspendesse um padre, por exemplo, teria que se conformar ao direito do sacerdote recorrer ao monarca no exercício de suas funções[77]. E mais: os atos emanados de Roma só teriam validade se antes recebesse a prévia autorização real[78].

Tais direitos estabelecidos pela Coroa Portuguesa foram mantidos integralmente pelo Brasil independente, como decorrência do padroado régio, concedido pela Santa Sé aos soberanos portugueses e herdado pela Coroa Brasileira. Essa transferência de direitos jamais foi aceita pelo papado. Era apenas tolerada na esperança de que uma concordata estabelecesse uma nova forma de relação entre a Igreja e o Estado mais conforme aos interesses da Sé Romana.

Entretanto, a concordata tão almejada pelo papado jamais foi estabelecida porque, de acordo com Pedro A. Ribeiro de Oliveira, o Estado Nacional não podia abrir mão do "único aparelho de hegemonia efetivamente apto a alcançar toda a população brasileira"[79].

Reformada por Pombal, a Universidade de Coimbra era o principal instrumento utilizado pelo Estado Português para a propagação da mentalidade regalista entre os clérigos portugueses. Um decreto de 17 de agosto de 1817 estabelecia que o concurso para o provimento dos cargos eclesiásticos deveria ser mais rigoroso para aqueles padres que não tinham se formado em Coimbra[80].

No Brasil, mesmo ainda no período colonial, a tarefa de formar sacerdotes afinados com o espírito regalista coube ao Seminário de Olinda, o Seminário Episcopal de Nossa Senhora

---

[76] O parágrafo 2° do Artigo 102 da Constituição do Império estabelecia claramente que competia ao Poder Executivo, exercido pelo Imperador, por intermédio de seus ministros, "nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos". Cf. Scampini, p. 23 e 271. Essa prerrogativa não era somente do Governo Brasileiro, mas espalhado por todo o mundo católico. Era adotado em Portugal, Espanha, no Reino de Nápoles, na Baviera, na Áustria e em quase toda a América Latina. Era uma prerrogativa que a Santa Sé queria ver reconhecida apenas como um privilégio por ela outorgado e não um direito próprio da monarquia ou um ato de soberania nacional. Aliás, no Brasil era tido exatamente como um direito herdado pela Casa Imperial e um ato de soberania nacional, como tal fixado constitucionalmente. Veja Schatz, p. 43-44.

[77] O Recurso à Coroa consistia "numa apelação contra o abuso ou improcedência dos tribunais eclesiásticos (...) Consolidou-se pela lei de 5 de fevereiro de 1842" (Scampini, p. 28). Um decreto de 28 de março de 1857 suavizou os efeitos da lei para os bispos, permitindo suspensão de padres *ex-informata conscientia* (extrajudicialmente) sem recurso à coroa. Cf. Scampini, p. 29. *Ex Informata Conscientia* (*em virtude de uma consciência formada*) estava cada vez sendo mais adotado pelos bispos do mundo inteiro como arma de pressão sobre o clero, em substituição ao direito de defesa estabelecido pela legislação civil e pelo próprio direito canônico. Veja ainda Schatz, p. 62, e Wernet, p. 98.

[78] O parágrafo 14 do artigo 102 estabelecia que compete ao Executivo "conceder ou negar beneplácitos aos decretos dos concílios e letras apostólicas e quaisquer outras constituições eclesiásticas que não se opuserem à constituição; precedendo a aprovação da assembléia, se contiverem disposição geral". Cf Scampini, p. 26 e 271.

[79] OLIVEIRA, p. 146. Não é o objetivo desse trabalho analisar profundamente a questão do regalismo e de sua aplicação no Brasil. Sobre o tema, ver também HAUCK, João Fagundes, FRAGOSO, Hugo et alii. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época: a Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis, Vozes, 1980. 348p. História Geral da Igreja na América Latina, tomo II/2. E ainda GERSON, Brasil. *O regalismo Brasileiro*. São Paulo / Rio de Janeiro, Cátedra / INL, 1978. 282p.

da Graça, que passava por mais uma crise quando Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti buscava nele matricular o filho mais velho.

O Seminário de Olinda começara a funcionar em 16 de fevereiro de 1800. Fora fundado por José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, designado bispo por Maria I em 1794 e sagrado em 25 de janeiro de 1795. Antes de ser ordenado sacerdote, em 1780, passou sete anos, de 1768 a 1775, cuidando dos negócios do pais, um rico proprietário de engenho em Campos, onde nascera em 8 de setembro de 1742. "Brasileiro de nascença, mas português de espírito e de carreira", como o definiu Hoonaert[81].

De fato, Azeredo Coutinho fez carreira em Portugal. Antes mesmo de assumir os negócios da família, em decorrência da morte do pai, no Brasil, Azeredo Coutinho estudara na Universidade de Coimbra, de quem seu tio, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, fora reitor no período da reforma ordenada por Pombal.

Embora tenha iniciado tardiamente a carreira eclesiástica, já que se ordenou aos 38 anos, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho em pouco tempo era deputado do Santo Ofício, cargo que assumiu em 1784 e ficou por 10 anos, só se afastando quando designado bispo de Olinda, aonde chegou em 1798. Ficou pouco tempo: quatro anos depois, com muitos problemas com a Mesa da Consciência e Ordens[82], foi removido para Bragança, depois para Elvas. Em 13 de maio de 1828 foi nomeado inquisidor-geral do Reino – o último a exercer o cargo, extinto com a Revolução do Porto. Morreu em 1821.

Azeredo Coutinho desejava fazer o Seminário de Olinda uma Universidade de Coimbra na Colônia. Tanto que o currículo do curso não incluía apenas disciplinas eclesiásticas. A instituição formou uma geração de sacerdotes liberais, muitos deles envolvidos nas rebeliões que sacudiram o norte do império o século XVIII[83].

Só da Revolução Pernambucana de 1817 participaram mais de 50 sacerdotes, a ponto de ser denominada a Revolução dos Padres. Quase todos formados em Olinda, a maioria deles liberais, dez executados[84]. Nos processos que nortearam os julgamentos por sedição, os padres rebeldes eram acusados de "capitães de guerrilha"[85]. Um espião que enviava relatórios a

---

[80] Cf. GÉRSON, Brasil, *O regalismo brasileiro*, pag. 38.
[81] HOONAERT et alii, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época*, pag. 279.
[82] A Mesa da Consciência e Ordens considerava que Azeredo Coutinho estava a ela sujeito por ser um bispo em terra de missão portuguesa. Coutinho, que era canonista, considerava que a sua diocese era juridicamente independente da Mesa. Aí a razão dos desentendimentos que culminaram com o retorno do bispo a Portugal.
[83] Mais sobre o Seminário de Olinda, ver SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Ilustração e descolonização: o clero na Revolução Pernambucana de 1817*. Tese de doutoramento em História Social apresentada à USP. São Paulo, 1980. 283p. mimeo.
[84] Um dos líderes da revolução, o padre João Ribeiro suicidou-se,
[85] MOTA, *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*, pag. 224.

Lisboa, em uma carta datada de 15 de janeiro de 1818, considerava o clero de Recife "o ramo mais pernicioso (...) que tem o estado nesta cidade" e tinha o padre por "estragador da consciência , o profanador do altar"[86].

Após a Revolução de 1817, o Seminário de Olinda foi fechado e assim permaneceu até 1822, quando passou a funcionar precariamente. A ponto de muitos candidatos ao sacerdócio preferirem seguir o curso eclesiástico com os Oratorianos, na Igreja da Madre de Deus. Um desses jovens foi José Antônio Pereira Ibiapina[87].

A partir dos anos 1830, a Igreja tornou-se um agente de contenção na província, mas muitos padres ainda participaram das rebeliões que sacudiram Pernambuco no século XIX. E foi como agente de contenção que dom João da Purificação Marques Perdigão se embrenhou pelo Sertão, logo após tomar posse na Sé de Olinda, para tentar por fim à Guerra dos Cabanos, chegando a negociar com o líder rebelde Vicente Ferreira de Paula, em nome do presidente da Província, Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

O bispo saiu de Recife em janeiro de 1835 e percorreu o Sertão por seis meses em missão de convencimento dos fiéis para que não aderissem aos rebeldes ou abandonassem as fileiras dos cabanos. Um dos aliados de Vicente de Paula era o padre José Antônio de Melo, vigário de São Bento, que por pressão do bispo, rendeu-se em 6 de maio de 1835[88].

Marques Perdigão buscou, portanto, domesticar o clero, mas não obteve êxito porque não conseguira controlar completamente a formação do padre. Eram poucos os candidatos ao sacerdócio – situação que se agravara depois que o império se desinteressou pelos seminários e preferiu investir nos cursos jurídico, que passaram então a formar a elite nacional. Pouco a pouco, os padres perdem prestígio político[89], e o sacerdócio deixa de interessar aos mais ricos, embora a esses estivessem reservados as melhores cargos eclesiásticos.

O arcebispo da Bahia, dom Manuel Joaquim da Silveira, e os bispo do Maranhão, dom frei Luís da Conceição Saraiva, e do Ceará, dom Luís Antônio dos Santos, alertavam para a falta de padres, em relatório ao ministro Paulino José Soares de Souza, em 1870. O do

---

[86] Cf. MOTA, *Nordeste de 1917*, pag. 115.

[87] Ibiapina teve que abandonar o Convento da Madre de Deus logo depois. Seu pai morreu na Confederação do Equador e coube a ele sustentar as duas irmãs e um irmão menor. Formou-se em direito, foi deputado provincial e só ordenou-se em 1855, passando a partir daí a atuar no Sertão.

[88] Com relação à guerra, a missão do bispo não foi tão bem sucedida. Os rebeldes só se renderam seis anos depois. Veja ANDRADE, Manuel Correia. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, Conquista, 1965. 237p. Temas brasileiros, vol. 7; COSTA PORTO, José. *Os tempos da Praieira*. Recife, Fundação de Cultura Cidade de Recife, 1981, 152p.; FREITAS, Décio. *Os guerrilheiros do imperador*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 170p. Biblioteca de História, 1.

[89] Sobre essa perda de importância, WERNET, *A Igreja paulista no século XIX*, pag. 64-75.

Maranhão informava que o seu bispado contava apenas com 103 padres seculares e nove regulares para atender as 79 paróquias das províncias do Maranhão e do Piauí[90].

A isso somaram-se as conseqüências do Decreto 3.073 de 22 de abril de 1863, que uniformizou os estudos nos seminários episcopais brasileiros e pelo qual o governo passava a subvencionar, com mil contos de réis anuais, apenas nove disciplinas. O arcebispo da Bahia, dom Manuel Joaquim da Silveira, chegou a protestar formalmente contra a extinção de cinco cadeiras, entre as quais a de geografia. Considerava que a decisão jogava por terra todos os esforços empreendidos pelos bispos para melhorar a formação do clero[91].

Entretanto, não era essa a maior reclamação dos bispos. Em uma época em que o episcopado brasileiro lutava por uma maior independência do poder civil, o decreto 3.073 determinava que o provimento dos cargos de professor dos seminários seria mediante concurso público. Ora, essa determinação retirava do bispo o poder de escolher quem melhor lhe aprouvesse para a formação do padre que ele desejava ter sob comando.

O próprio ministro do império, José Joaquim Torres Fernandes, apontava as resistências:

> *Os reverendos bispos representam contra a necessidade de concurso para provimento das cadeiras; e o Governo tem-se visto embaraçado para autorizar o pagamento dos honorários dos professores nomeados sem o preenchimento daquela condição*[92].

Os seminários estavam vazios, pobres, sob interferência direta do poder civil.

Além da perda do prestígio político, os bispos enfrentavam um outro problema que tornava desinteressante a carreira eclesiástica e esvaziava os seminários: o baixo salário (a côngrua), que na maioria das províncias era de apenas 300 mil réis anuais para o pároco e de 50 mil réis para os coadjutores[93]. Em Pernambuco, uma das mais ricas do império, a situação era um pouco melhor, mas não deixava de preocupar dom Manuel do Rego Medeiros.

Três meses após a posse, o bispo de Olinda enviou ofício pedindo ao presidente de Pernambuco Manuel Clementino Cordeiro da Cunha, que solicitasse à Assembléia Provincial o aumento da côngrua dos coadjutores, de 300$000 anuais, "mais que insuficiente para que

---

[90] SOUZA, Paulino José Soares, ministro do Império. *Relatório de 1870*, p. 103. Arquivo Nacional 007-9-82.
[91] Cf. *Relatório do Ministério do Império de 1867*, pag. 40. Arquivo Nacional, 007-8-82.
[92] *Relatório do Ministro do Império de 1867*, pag. 40. Arquivo Nacional, 007-8-82.

eles possam subsistir com decência a vista da carestia crescente de gêneros de primeira necessidade''[94].

Alertava Rego Medeiros para o risco do padre se dedicar a outra atividade, impedindo ''a pontual observância de suas obrigações imprescindíveis''. De fato, a maioria dos padres tirava seus proventos dos cultos e cerimônias que celebrava, muitos sem pouso certo. Outros eram capelães de fazenda – função que valia uma renda de 150 mil réis por ano, livres de qualquer despesa – ou de irmandades ou confrarias[95].

Chamava a atenção para a falta de sacerdotes, principalmente nas capitais, onde os gastos eram maiores. O bispo solicitava que a côngrua dos coadjutores passasse para 500$000, o que elevaria a respectiva verba orçamentária de 18:300$000 para 30:700$000 anuais[96].

Pior ainda era o salário do capelão da Catedral de Olinda, de apenas 120 mil réis anuais, a ponto de ninguém querer o cargo e obrigar o deão Joaquim Francisco de Faria, que regia a diocese na falta do bispo, lançar mão de seminaristas, alguns deles sem qualquer das ordens sacras[97].

As paróquias coladas eram poucas porque, em princípio, o Governo Imperial se recusava a institui-las porque significavam custos para o Erário Público, já que os párocos recebiam diretamente da Folha Eclesiástica. Era vigários concursados, que tinham estabilidade e, se fossem afastados da paróquia, podiam recorrer ao Imperador, permanecendo no cargo enquanto o processo estivesse em andamento[98].

Era, portanto, uma limitação grande no poder do bispo. Por isso, a partir de certa época, foram os prelados que se recusaram a promover concurso para vigários colados, preferindo

---

[93] Cf. FRAGOSO, A Igreja na formação do Estado Liberal. In HAUCK, João Fagundes, FRAGOSO, Hugo, et alii, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época: A Igreja no Brasil no século XIX.* pag. 195.

[94] *Diário de Pernambuco*, 17 de abril de 1866, p. 1.

[95] Em São Paulo era ainda pior, com côngruas de 200 mil réis anuais para o vigário colado e de 25 mil réis para o coadjutor. A situação melhorava para os cônegos, com renda anual entre 300 mil réis 500 mil réis por ano. Sobre isso, Cf. Wernet, p. 108, nota 17, e 195.

[96] *Diário de Pernambuco*, 17 de abril de 1866, p. 1. Mesmo com o aumento, o salário do coadjutor permaneceria menor do que os do escrivão e do secretário da Cúria do Recife, que eram de 600$000 por ano. Cf. *Diário de Pernambuco*, 19 de maio de 1866, p. 1.

[97] FARIA, Joaquim Francisco, vigário capitular de Olinda. *Relatório a José Joaquim Fernandes Torres, ministro do Império*. O deão reclamava também das péssimas condições da catedral, sem alfaia, paramentos e órgão. *Relatório do Ministério do Império de 1868*, p. 20. Arquivo Nacional 007-8-82.

[98] O ministro José Joaquim Fernandes Torres reclamava do inconveniente da criação de novas paróquias coladas, o que representava despesas com o pagamento de novas côngruas, a construção de matrizes e a compra dos equipamentos e paramentos para o culto. *Relatório do Ministro do Império de 1868*, p. 46. Arquivo Nacional 007-8-82.

nomear para as paróquias vagas vigários encomendados, que precisavam de licença anual do bispo para se manter na função[99].

Mal formados no seminário, empobrecidos, muitos quase indigentes, sem prestígio, mal vistos, constantemente acusados de imoralidade e concubinato, os padres pernambucanos eram o próprio retrato do clero brasileiro em meados do século XIX. E isso não passou despercebido ao Imperador Pedro II em sua visita à Recife em 1859. O monarca escreveu em seu diário de viagem uma crítica a um padre, responsável pelo ensino religioso no Arsenal de Marinha, que não sabia "corrigir as respostas dos rapazes em doutrina cristã, nem perguntar-lhes"[100].

Planos para melhorar a formação do clero não faltavam. Um deles era o de uma faculdade de Teologia. O problema, entretanto, residia em saber quem teria o controle da instituição. O decreto de 22 de abril de 1863 deixava claro que o poder civil tinha controle absoluto sobre os seminários e, em conseqüência, sobre o futuro curso de Teologia, em uma época em que a Santa Sé exigia que o clero fosse formado em seminários exclusivamente dirigidos pela Igreja[101]. O Governo se dava o direito de instituir e reformar os seminários, admitir e demitir professores e até mesmo sobre os livros que seriam ou não adotados[102].

Em seu relatório de 1870, o ministro do Interior, Paulino José de Souza, lembrava que a faculdade já estava autorizada e que seria a solução para que a Igreja pudesse desempenhar o papel que as elites nacionais julgavam necessário.

> *A falta de sacerdotes ilustrados, que se dediquem ao desempenho de sua missão, é uma das causas de não avigorar ainda entre nós o sentimento religioso. Abandonadas, como se acham tantas paróquias, ou confiadas a diretores espirituais sem a precisa idoneidade ou sem zelo, não é a população despertada da indiferença, tão prejudicial à sociedade. Ninguém ignora a ação eficaz que as crenças e as práticas religiosas exercem sobre a moralidade pública*[103].

---

[99] Entre os que adotavam essa estratégia estavam Antônio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, e dom José de Barros, de Olinda. Cf. WERNET, A Igreja paulista no século XIX, pag. 182.
[100] DOM PEDRO II, *Viagem a Pernambuco em 1859*, pag. 34.
[101] SCHATZ, *Historia de la Iglesia contemporanea*, pag. 64.
[102] Sobre a legislação referente aos seminários e ao curso superior de teologia planejado, Scampini, pag. 35-37.
[103] *Relatório do Ministério do Interior de 1870*, p. 98. Arquivo Nacional 07-9-82

Dom João da Purificação Marques Perdigão ainda tentou melhorar as condições do Seminário de Olinda. Chegou a ampliar a duração do curso de Teologia de dois para quatro anos. Os resultados, entretanto, foram muito pequenos e tudo ainda estava por se fazer quando o bispo morreu, em 30 de abril de 1864, no Palácio da Soledade[104]. Uma nova tentativa de reforma ficaria a cargo do seu sucessor, Manuel do Rego Medeiros.

A escolha do novo bispo surpreendeu Pernambuco. Seu nome nunca foi mencionado nas cartas de leitores publicadas no Diário de Pernambuco. A maioria delas defendia a indicação de um brasileiro porque até 1865, dos 18 bispos de Olinda, treze era portugueses e apenas cinco brasileiros, incluindo entre esses Azeredo Coutinho. Uma das cartas, assinada por um *O secular de Pernambuco* pede mais: quer a designação de um natural da província e indica três nomes: o deão Joaquim Francisco de Farias, que governava a diocese desde a morte de Perdigão, o monsenhor Muniz Tavares, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco e um dos líderes da Revolução de 1817, e de Francisco Cardoso Ayres, que atuava na Europa e que acabará por substituir o novo bispo[105].

Havia até mesmo quem julgasse ilegal a posse de Manuel do Rego Medeiros porque a bula de confirmação da escolha não recebera o placê régio. Era o caso de Jerônimo Vilela, que defendia essa idéia em artigos publicados em janeiro no Diário de Pernambuco. A tropa de choque do *A esperança*, que já circulava em Recife, contestava a posição e se estabeleceu mais um debate pela imprensa pernambucana[106].

Dom Manuel do Rego Medeiros, que fora secretário de dom Antônio Macedo Costa, bispo do Pará, tinha empreendido uma longa viagem à Europa, Ásia e África e pretendia seguir para o Japão como missionário[107]. Designado bispo de Olinda, deixou a Europa a bordo do vapor Navarre e desembarcou em Recife já sagrado bispo no dia 12 de janeiro de 1866. Tomou posse em 21 de janeiro de 1866, um domingo – quatro meses depois de confirmado pela Santa Sé e dois meses antes de receber Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti e seu filho Joaquim Arcoverde. Assumiu uma diocese com mais de dois milhões de fiéis, 61 paróquias, 40 das quais com vigários colados, 20 com vigários encomendados e uma administrada por coadjutor, divididas por quatro províncias do império: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas[108].

---

[104] "O bispo tem um bom palacete no chamado Corredor do Bispo, que é uma boa rua, e apesar de possuir outro em Olinda, onde está a catedral, aí só passa dois dias da semana santa". Dom Pedro II, pag. 45.
[105] *Diário de Pernambuco*, 24 de janeiro de 1865, pag.2, seção *Correspondência*.
[106] *Idem*, 2 e 8 de janeiro de 1866, pag. 8.
[107] MUELLER OFM, Frei Bonifácio. *Olinda e suas igrejas: esboço histórico*, pag. 70.
[108] *Fala do presidente da Província de Pernambuco João Lustosa da Cunha Paranaguá à Assembléia Provincial, 1866*, p.21. Arquivo Nacional, 005-2-79.

O novo bispo residira na Europa e estava envolvido no projeto de reformar a Igreja no Brasil, torná-la mais independente e mais atuante. Por isso, como todos os outros designados nesta época, sua primeira decisão foi a de reformar o clero, que era a sua maior preocupação, claramente expressa na carta pastoral distribuída na posse. No documento, o novo bispo considera que os maiores culpados "pelo estado de apatia em que jazem os sentimentos religiosos"[109] são os padres regulares e seculares "que em vez de dar-se ao exercício nobre da seu missão sublime, vive engolfado na política dos partidos"[110].

Embora também culpasse o governo e os pais, o novo bispo não poupava o clero, acusado de incúria e desmazelo, principalmente em relação instrução religiosa. Para dom Manuel, a ignorância era a grande responsável pela proliferação de idéias anticatólicas, pelo avanço do Protestantismo, pela indiferença pelo deveres religiosos, pela inobservância dos mandamentos, pelo desrespeito aos preceitos da Igreja, pelo diminuto número dos que freqüentavam os sacramentos, pela falta de oração, pelo descuido para com os dias santos[111]. O remédio é a instrução religiosa, impossível de ser aplicada em virtude da "decadência em que se acha reduzida a disciplina eclesiástica"[112].

Segundo o bispo, os sacerdotes seculares e regulares não gozavam do respeito e da consideração dos fiéis. Sem um clero disciplinado como desejava não seria possível um efetivo combate ao protestantismo, que para o bispo começava então a demonstrar "ousadia", nem à circulação de "livros reconhecidamente perniciosos" e jornais que "só fornecem leituras inconvenientes (...) e comprometedoras (...) da integridade e catolicidade do império"[113].

O novo bispo de Olinda atribui em sua carta pastoral a culpa da decadência dos religiosos à decisão do governo de impedir o acesso de noviços aos conventos. Reconhece a necessidade de reforma do clero regular, o que vai além de seu poder e atribuição, mas para consertar o clero secular ele tem a receita: reformar o Seminário de Olinda. O novo bispo sabe que o número de sacerdotes é pequeno[114], mas nem isso o leva a fazer concessões. Promete todo apoio aos que estão no seminário e não desejam prosseguir[115]. Aos que pretendem

---

[109] MEDEIROS, Manuel do Rego. *Carta Pastoral ao clero e aos fiéis de sua diocese no dia de sua posse solene.* Diário de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1866, pag. 8. Como que para deixar claro qual a corrente a que se vinculava, o novo bispo de Olinda inicia o texto afirmando a infalibilidade papal, que só se tornará um dogma no Concílio do Vaticano no início da década de 1870.
[110] Idem.
[111] Idem.
[112] Idem, *Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1866, p. 8.
[113] Idem, *Diário de Pernambuco*, 17 de fevereiro de 1866, p. 8.
[114] Idem.
[115] Idem, *Diário de Pernambuco*, 20 de fevereiro de 1866, p.8.

permanecer, Manuel do Rego Medeiros avisa: deverão enfrentar o rigor do modelo de seminário proposto pelos "padres do santo e ecumênico Concílio de Trento"[116].

Evidentemente a decisão do novo bispo de reformar o seminário não era nova no Brasil. Independente da ação do poder público, quase todos os outros prelados adotavam a mesma estratégia. Por conta própria e à revelia do poder civil, reformavam os seminários. Daí por que o Governo baixou o decreto de 22 de abril de 1863: se era preciso melhorar a formação do clero, que o Executivo controlasse o processo.

Foi o bispo de Mariana de 1844 a 1875, dom Antônio Ferreira Viçoso, quem deu início à reforma dos seminários de forma a adequá-los às exigências da Sé Romana e, em conseqüência, formar padres disciplinados e obedientes. Para isso, o prelado lançou mão dos lazaristas, uma congregação religiosa francesa especializada na direção de seminários da qual ele próprio era membro, tendo mesmo dirigido o famoso Colégio do Caraça.

Reformar os seminários tornou-se uma exigência dos bispos em atividade na segunda metade do século XIX. Quando não funcionava ainda nenhuma instituição diocesana de formação do clero, os bispos apressavam-se em organizá-la, como por exemplo, dom Antônio Joaquim de Mello, que governou a diocese de São Paulo entre 1851 e 1861, e dom Luís Antônio dos Santos, que foi o primeiro bispo do Ceará, tomando posse em 1859. Dom Antônio Joaquim de Mello contratou os capuchinhos de Sabóia, e dom Luís Antônio preferiu seguir os caminhos de dom Viçoso, de quem era discípulo, e entregou o seminário à direção dos lazaristas[117].

A formação do clero estava então entregue aos chamados sacerdotes ilustrados – objeto de combate da Igreja em todo o mundo. A ilustração católica acentuava a condenação às formas religiosas e eclesiásticas tradicionais, baseando-se na razão e no evangelho. Os padres ilustrados criticavam a autoridade absoluta da Santa Sé, preconizavam uma reforma da Igreja, que passava pela valorização da paróquia, defendiam um culto mais inteligível e uma pregação mais didática. O catolicismo ilustrado caracterizava-se por uma extrema desconfiança a tudo que fosse carismático, incontrolável e emocional e às manifestações de religiosidade popular[118].

O novo modelo de formação do clero previa uma disciplina muito mais rigorosa, com os estudantes internos, com poucas saídas para fora dos muros do seminário, obediência

---

[116] Idem.

[117] Sobre a atuação de dom Antônio Joaquim de Mello, ver WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Mello (1851-1861).* Sobre o que os lazaristas representaram no seminário da diocese de Fortaleza, CAVA, Ralph della. *Milagre em Joaseiro.*

absoluta, nenhuma participação na vida política e social, inclusive afastando-se da família, uma vida de intensa espiritualidade. Era necessário, para que funcionasse com eficiência, que os reitores tivessem controle absoluto sobre a formação do clero. Controle até mesmo sobre o que os seminaristas poderiam ler e o que deveriam estudar.

Até ali, os seminários estavam bem longe do determinado no Concílio Tridentino e agora preconizado mais do que nunca pela Sé Romana. Os seminaristas, que sequer eram obrigados ao internato, formavam-se na mentalidade regalista e ilustrada. João Fagundes Hauck, Hugo Fragoso e Augustin Wernet mostram que os livros estudados nos seminários brasileiros eram todos galicanos e jansenistas, muitos dos quais figurando no *Index*: *Os elementos de Filosofia racional e moral*, de Johannn Gotlieb Heinecke, *Direito eclesiástico universal* e *Comentário ao decreto de Graciano*, ambos de Bernard van Espen, *De status ecclesiae et legitima potestate Romano pontificis*, de Febronius, *O Catecismo de Montpellier*, *Teologia de Lião*, *Compêndio de Teologia Moral* e *Elementos de Direito Eclesiástico* – esses dois de autoria do bispo do Rio de Janeiro, dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, conde de Irajá – *A summa theológica de Beaux*, *Theologia Lugdunensis* e *O catecismo de Fleury*, entre outros[119].

A reforma do seminário era a primeira etapa de um processo muito mais profundo, que se tornou hegemônico na hierarquia eclesiástica em meados do século XIX. Esse processo, que objetivava reverter o quadro de dependência da Igreja em relação ao Estado e estreitar os laços com a Santa Sé, era uma política adotada pela Igreja mundo inteiro. Uma forma de ultramontanismo, que no Brasil ganhou a denominação de Romanização[120]. A Igreja vai se tornar "mais católica e menos nacional"[121] e os bispos mais convencidos da universalidade da instituição e de sua vinculação com a Santa Sé.

Pedro Ribeiro de Oliveira levanta a hipótese de que a romanização objetivava tornar o "aparelho religioso católico (...) apto a desempenhar a função social de hegemonia para a burguesia agrária"[122], por que se inseria em um processo mais amplo de mudanças estruturais. A Igreja tal como operava no Brasil na segunda metade do século XIX não atendia

---

[118] Sobre o catolicismo ilustrado, ver Schatz, *Historia de la Iglesia contemporanea* pag. 11-13. Sobre sua influência entre os padres brasileiros, WERNET, *A Igreja paulista no século XIX*, pag. 27-41.

[119] Cf. HAUCK, FRAGOSO et alii, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época: A Igreja no Brasil no século XIX* , pag. 89 e 199, e Wernet, *A Igreja paulista no século XIX*, pag. 36 nota 63.

[120] Esse termo parece ter sido adotado pela primeira vez pelo brasilianista norte-americano Ralph della Cava. É considerado ofensivo por alguns setores da Igreja e é aqui adotado porque se tornou referencial e consagrado, sem qualquer sentido pejorativo.

[121] HAUCK, *A História da Igreja no Brasil*, pag. 143.

[122] OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*, pag. 18.

aos interesses hegemônicos dos novos agentes econômicos. A hipótese de Oliveira é que a romanização é ao mesmo tempo uma resultante e uma condição de possibilidade do funcionamento do capitalismo agrário no Brasil[123].

Entretanto, os maiores adversários dessa Igreja romanizada acabam sendo mesmo esses novos agentes econômicos, que terminam se vinculando ao Positivismo, ao republicanismo, ao Liberalismo, à Maçonaria e ao Protestantismo, tão combatidos pela Santa Sé, com reflexos evidentes no Brasil.

Quando o adolescente Joaquim Arcoverde chega com o pai para ingressar no Seminário de Olinda naquele abril de 1866, o processo de romanização estava em curso. E de certa forma contava com o apoio do Imperador. Eram o partidários da romanização e do ultramontanismo que formavam o setor mais conservador, que apoiava a monarquia. Entre esses e os católicos ilustrados, que pregavam o liberalismo e a descentralização, a opção foi óbvia. Tanto que o último bispo regalista foi Manuel do Monte Rodrigues, o conde de Irajá, nomeado para a diocese do Rio de Janeiro, em 1839[124].

> *Depois da Revolução Liberal de 1842, D. Pedro II e os seus conselheiros procuraram estabelecer fundamentos sólidos para a monarquia brasileira, e, para tal finalidade, entre outras medidas, nomearam, de preferência, bispos que correspondiam à tendência conservadora e monarquista, para contrabalançar movimentos e correntes que se inspiravam em idéias liberais e radicais e até republicanas''*[125].

Pedro II e seus conselheiros – assinala Wernet – estavam convencidos que o ultramontanismo servia de melhor de melhor fundamentação e justificação para a ordem vigente do que o catolicismo ilustrado, com seus princípios liberais.

> *O catolicismo ultramontano, portanto, não apenas correspondem à orientação da Igreja Católica, oficialmente*

---

[123] Idem, pag. 223.

[124] Manuel do Monte Rodrigues, pernambucano, formado na primeira turma da faculdade de Direito de Olinda, em 1932, juntamente com o futuro padre Ibiapina, era jansenista. Lecionou teologia moral do Seminário de Olinda e escreveu um compêndio de moral e um tratado de direito eclesiástico condenados pela Santa Sé, mas assim mesmo amplamente adotado no Brasil.

[125] WERNET, *A Igreja paulista no século XIX*, pag. 52.

apresentada no centro da cristandade, mas também aos interessados na manutenção do status quo no país[126].

O ultramontanismo foi ganhando força até se tornar hegemônico e se transformar, mais tarde, um problema para a Coroa. O programa pelo qual a Igreja se pautava e que será amplamente vitorioso no futuro, então exigia além da simples nomeação de bispos antenados à Santa Sé. Era uma Igreja entre dois extremos: de um lado, o apoio a um governo centralizador e forte, a que todos deviam obediência, em oposição à idéia liberal; de outro, a luta por mais liberdade para si mesma.

Dom Manuel do Rego Medeiros estava no centro desse embate. Seguia então o receituário em vigor e decidiu reformar o Seminário de Olinda, grande centro de formação iluminista. A instituição seguia o modelo estabelecido na reforma de 1772 da Universidade de Coimbra. Adotava uma linha antijesuítica e antiescolástica, que poderia ser facilmente notada, por exemplo, na ausência total de obras de São Tomás de Aquino no currículo dos cursos.

Como ocorreu em várias outros lugares, a reforma ocasionou uma crise sem precedentes em uma diocese em que o processo de romanização sofria pesadas críticas, com os dois lados - os favoráveis e os contrários – em permanente combate, que atingia até mesmo a Faculdade de Direito. Os embates reuniam grupos de intelectuais, que se degladiavam pela imprensa. Desde 7 de janeiro de 1865 circulava em Recife um jornal ultramontano, o primeiro de uma série de periódicos e que será editado até 25 de maio de 1867.

O documento de lançamento de *A esperança*, de dezembro de 1864, indica a quem o jornal servirá:

Ocupar-se-á de preferência em suas colunas com as ciências morais, particularmente com a legislação, com o direito e com a filosofia. Sempre debaixo do ponto de vista católico[127].

O documento de lançamento do novo jornal é assinado por nomes que a seguir serão protagonistas da luta contra os considerados inimigos da Igreja em Recife: Braz Florentino Henriques de Souza, José Soriano de Souza, Pedro Autran da Mata Machado, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães e José Antônio Figueiredo, todos professores da Faculdade de Direito de Recife, além do advogado Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, que morreria

[126] Idem, p. 88
[127] Cf. LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo católico em Pernambuc*, pag. 74.

três anos depois, e Antônio Rangel da Silva Torres, professor de geografia do Ginásio Pernambucano[128].

A primeira crise grave ocorreu quando dom Manuel do Rego Medeiros decide entregar o comando do Seminário de Olinda aos jesuítas, que então praticamente lideravam o ultramontanismo e eram combatidos violentamente. Para a função, chegaram três italianos, um deles professor de Teologia Dogmática e outro de Direito Canônico, tendo como superior da missão o padre Lipparoni.

A 1° de março de 1866, dias antes do início das aulas, dom Manuel do Rego Medeiros comunica que decidiu "fazer logo algumas modificações nos estatutos que regem atualmente o Seminário Episcopal de Olinda"[129]. O documento deixa claro que era um regulamento provisório, até que uma "experiência mais longa" habilitasse o bispo a decretar um estatuto permanente[130].

O regulamento provisório não é muito diferente dos já adotados por outras dioceses governadas por bispos reformadores. O seminário era dividido em quatro divisões, denominadas camaratas (artigo 3°)[131]. O seminarista só podia se comunicar com os da sua própria divisão (4°). A separação ocorria até mesmo no recreio, do qual os estudantes não poderiam se retirar, mesmo que para os seus próprios cubículos. O silêncio (13°) tornou-se rigoroso e o uso da batina obrigatório, dentro e fora do seminário (artigos 14° e 15°).

Eram proibidas as visitas aos cubículos (17°), cujas portas deveriam permanecer sempre abertas, de dia ou de noite (28°). O aluno só poderia receber visita dos pais ou tutores, assim mesmo no horário do recreio (artigo 19°). As outras teriam que ser na sala de visita, em horário previamente marcado, autorizadas pelo reitor e com a presença de um outro seminarista ou de um padre (18°).

Fixa em 360$000 o pagamento anual para o pensionista e em 200$000 para o meio pensionista, mantendo a gratuidade para os chamados numerários (7°), desde que provassem a pobreza da família, que fossem filhos legítimos, que tivessem nascido e residissem na diocese e que obtivessem aprovação em latim, francês e retórica, o que era muito difícil para os que estavam fora da elite nortista. Mesmo assim, o bispo reduzia o número dos estudantes gratuitos por província (9°)[132]. Em compensação, assegurava que os melhores alunos

---

[128] Idem, p. 76-77

[129] *Diário de Pernambuco*, 9 de março de 1866, p. 1.

[130] O documentou foi publicado integralmente no *Diário de Pernambuco*, 9 de março de 1866, pag. 1.

[131] Não ficavam estabelecidos os critérios que norteariam a distribuição dos alunos nas camaratas, mas certamente a divisão se dava por idade, como ocorria em outros seminários nessa mesma época.

[132] Seria aceitos por ano apenas dois alunos gratuitos do Rio Grande do Norte, dois da Paraíba, dois de Alagoas e dois de Pernambuco.

poderiam fazer o doutorado em Teologia em Roma, por conta da diocese (10°). A matrícula só seria efetivada com o pagamento antecipado da anuidade (31°), além da soma de 35$000 pelo usufruto dos imóveis (32°).

Outra norma que elitizava ainda mais o acesso ao seminário e que indicava o seu caráter tridentino era o da proibição de saída do estudante para qualquer atividade sem autorização do reitor e assim mesmo acompanhado de outro seminarista (artigo 20°). Estava sepultado o hábito do seminarista acompanhar o curso filosófico ou teológico e exercer um ofício que lhe permitisse o sustento e o pagamento da anuidade. Mesmo nas férias, a saída teria que ter prévia autorização (21°). Além do que, o horário muito rígido, começando às 5 horas e terminando às 22 horas, impedia qualquer outra atividade[133].

As proibições eram extensas: passear pelos corredores em horário de aula; fumar; usar cabelo longo, meias e relógios; conservar livros, a não ser os designados pelo reitor; manter em seu cubículo arma, comida e "bebida espirituosa" ou dinheiro; escrever cartas, a exceção aos pais e tutores; conversar com os criados (artigo 27°). Para o maior controle, além da ação rígida dos padres e professores, o regulamento previa uma visita semanal do seminarista ao diretor espiritual (25°). Entretanto, suspendia os castigos físicos (57°), substituídos por censura escrita, seguida de expulsão do seminário como aluno perturbador da disciplina e sem vocação para o sacerdócio (58°).

O curso de Teologia, de quatro anos, também sofria modificações. Previa Teologia Moral nos dois primeiros anos e Teologia Dogmática e Instituições Canônicas nos dois últimos. No primeiro ano, o programa estabelecia ainda História Sagrada e Novo Testamento. História Eclesiástica era lecionada no segundo ano e Liturgia no quarto (artigo 46°), ao final do qual o seminarista teria que prestar exame de canto gregoriano (47°). Os alunos só poderiam estudar em livros indicados pelo bispo (54°).

No dia 17 de março de 1866, uma semana depois da publicação no regulamento provisório, o *Diário de Pernambuco*, na seção *Governo do Bispado*, comunicava a substituição de dois livros do currículo do curso teológico: o de Teologia dogmática de Casaninga pelo de Bulsano e o de História Sagrada de Lhomond pelo de Roquete[134].

Diante da necessidade de limpar o seminário, do Manuel do Rego Medeiros, além de obrigar o estudante, novo ou veterano, a assinar um termo de compromisso de respeitar o

---

[133] O horário: 5 horas – despertar e asseio; 5h30min – oração na capeta; 6h – missa; 6h30min – estudo; 7h30min – almoço; de 8h às 11h – aulas; 12 horas – oração na capela; 12h30min – jantar; 13h30min – oração seguida de recreio; 14h30min – repouso; 15 horas – estudo; 16h30min – recreio; 17h30min – passeio; 18h30min – capela e leitura espiritual; 19h – estudo; 20h30min – ceia; 21h30min – recreio; 22h – repouso.

[134] *Diário de Pernambuco*, 17 de março de 1866, *Governo do Bispado*, p. 1.

novo regulamento (37°), passou a controlar diretamente todas as admissões ao Seminário, como previa o artigo 34°:

> *Nenhum aluno será admitido a freqüência das classes do curso, sem que tenha apresentado bilhete de matrícula passado pelo reitor, rubricado pelo bispo diocesano e marcado com o selo de suas armas.*

O padre Joaquim Francisco de Faria, o deão Faria, que assumira o governo do bispado antes da posse de Rego Medeiros, logo percebeu que os tempos eram outros. Em 8 de fevereiro de 1866, após a publicação da carta pastoral em que o novo bispo censurava o clero e antes mesmo da divulgação do novo regimento, pediu exoneração do cargo de professor de Teologia Dogmática, que exercia há 35 anos[135]. Dom Manuel recusou-se a aceitar a demissão de imediato, mas formalizou a dispensa a 2 de março de 1866, no dia seguinte ao estabelecimento do novo estatuto do Seminário[136].

Foi a primeira de uma série de exonerações. A partir daí o novo bispo passou a substituir vigários encomendados e interinos. A seção *Governo do Bispado* do *Diário de Pernambuco* em fevereiro e março testemunha as alterações[137]. Na maioria das vezes, o prelado aceitava o pedido de demissão apresentado pelo padres por motivo de saúde. Outras vezes, demitia mesmo sem o pedido de demissão. Um desses foi o frei Antônio de Santa Rita, interino da São José do Recife, o que motivou uma carta com várias assinaturas de paroquianos, reclamando que o frade foi exonerado logo após a morte do vigário colado, o que lhe proporcionaria "usufruir os módicos estipêndios que percebem os encomendados"[138].

Muitas outras vezes, o vigário não era demitido, mas recebia censura pública nos relatórios oficiais publicados semanalmente na seção *Governo do Bispado* do *Diário de Pernambuco*. A maior parte das reclamações girava em torno da ausência dos padres das paróquias e da aplicação dos sacramentos.

No recomeço das aulas, em março de 1866, muitos alunos do Seminário de Olinda abandonaram o curso. Uns em protesto contra os primeiros passos da reforma, que tornava o

---

[135] Idem, 24 de fevereiro de 1866, p. 1.
[136] Idem, 8 de março de 1866, p. 1.
[137] O *Diário de Pernambuco* operava como uma espécie de diário oficial. Fundado em 7 de novembro de 1825, divulgava no século passado os atos dos governos provincial, geral e do bispado, do Comando das Armas e da Assembléia Legislativa Provincial, reservando para isso a primeira página. Nélson Werneck Sodré o qualifica de "vanguarda impressa e tradicional dos conservadores" e porta-voz da direita. SODRÉ, p. 145. Já Evaldo Cabral de Mello considera o jornal "austero" e "circunspecto", "porta-voz da praça do Recife". MELLO, *O Norte agrário e o Império: 1871-1889*, 250.
[138] Idem, seção *A pedido*, 10 de março de 1866, p. 2.

regime de estudo mais rigoroso. Outros por impossibilidade de acompanhar o novo modelo de curso. O ambiente era desanimador.

Assim, é possível compreender porque dom Manuel do Rego Medeiros preferiu aconselhar a Europa para o jovem Joaquim Arcoverde. Foi o próprio bispo quem redigiu as cartas de apresentação e fez o roteiro da viagem. O adolescente estudaria na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma – instituição absolutamente ligada às diretrizes mais ortodoxas e que em 1824 voltara à orientação jesuíta. Residiria no Pio Latino-Americano, em que Manuel do Rego Medeiros atuava quando foi escolhido para bispo de Olinda.

Mandar seminaristas para a Europa estava se tornando então habitual. Normalmente seguiam aqueles cuja família podia custear as altas despesas. Alguns recebiam apoio de algum benemérito. Outros – muitos poucos, a bem da verdade - eram bancados pela própria Igreja. Normalmente, o destino era a Italia, normalmente a Gregoriana, a Bélgica, principalmente Louvain, e França, sobretudo o Saint Sulpice, o seminário dos Capuchinhos, onde o frei Vital Gonçalves de Oliveira se formaria. Pouco depois, bispo de Olinda, se tornaria a principal personagem da Questão Religiosa.

A Diocese de Olinda era, sem dúvida, a que mais enviava seminaristas para a Europa. Assim, em 1870, por exemplo, dos 57 brasileiros que estudavam no Pio Latino Americano, 27 eram da diocese de Olinda: 18 de Pernambuco, oito do Rio Grande do Norte, um da Paraíba[139].

Os resultados eram muito positivos para os jovens candidatos ao sacerdócio. Boa parte desses que se formavam no exterior assumia posição de prestígio na Igreja brasileira. Muitos chegavam a bispo. Os que iam a Roma tinham uma vantagem adicional: conviviam com a cúpula da Santa Sé e se tornavam candidatos muito bem cotados ao episcopado. Para as dioceses, era também um bom investimento: recebiam mão-de-obra qualificada, disciplinada, piedosa, muitas vezes mais ligada à Igreja do que à própria família, obediente e pronta para enfrentar os que eram considerados inimigos da instituição.

Por isso não foi difícil Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti aceitar a orientação de dom Manuel do Rego Medeiros e enviar o filho mais velho à Europa. Embarcou sozinho no dia 30 de abril de 1866, uma segunda-feira, a bordo do vapor Navarre, o mesmo

[139] Cf. HAUCK, FRAGOSO et alii, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época: A Igreja no Brasil no século XIX*, p. 182. Os outros eram do Rio Grande do sul (12), Bahia (oito), Santa Catarina, então pertencente à Diocese do Rio de Janeiro (dois) e Ceará (nove).

que trouxera o bispo e que, antes do retorno à Paris, passara no Rio de Janeiro e em Salvador e havia ancorado em Recife dia 27[140].

Os outros irmãos, que com ele estudaram em Cajazeiras, permaneceram em Pernambuco. Antônio, Leonardo e Francisco matricularam-se no Colégio São Joaquim em Recife, no qual Tobias Barreto lecionava latim. Antônio por pouco tempo: no ano seguinte seguiria o caminho do irmão mais velho e também estudaria em Roma. Em 1869, Leonardo matriculou-se na faculdade de Direito, e Francisco foi estudar medicina na Bahia. Também por pouco tempo porque seguiriam depois para a Europa. A exceção foi Jerônimo, que permaneceria no Fundão, trabalhando com o pai.

Manuel do Rego Medeiros, o homem que iniciara a reforma da Diocese de Olinda e que abriu o caminho para Joaquim Arcoverde, não veria o êxito do primogênito de Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti. No dia 12 de setembro de 1866, a Cúria Diocesana recebeu a notícia que o bispo estava muito doente em Maceió, acometido de uma "febre endêmica"[141]. Dom Manuel chegara a Alagoas, em viagem pastoral, a 30 de agosto, procedente da Corte. Celebrou missa com crisma, em 2 de setembro, quando sentiu os primeiros sintomas. A doença agravou-se e no dia 12 caiu de cama, já inconsciente. Até a morte, cinco dias depois, o bispo teve delírios e febre alta. Governou a diocese por apenas oito meses.

O deão Faria mais uma vez assumiu o bispado – dando esperanças aos militantes do Partido Liberal, do qual era o presidente em Pernambuco, de que as reformas seriam estancadas. Engano. Dom Francisco Cardoso Ayres, um religioso do Instituto da Caridade, nascido em Recife, mas vivendo há muitos anos na Europa, assumiria a Sé de Olinda em 1868 com um programa ainda mais radical. Seria, contudo, também por pouco tempo: morreria em 1870, em Roma, durante o Concílio do Vaticano. Com ele o processo de reforma avançou até ao ponto de desencadear a chamada Questão Religiosa, já com dom Vital.

---

[140] Calculo que o encontro entre o capitão Budá, seu filho Joaquim e dom Manuel do Rego Medeiros tenha ocorrido na noite do dia 24 de abril de 1866, uma terça-feira. Segundo os relatos baseados na tradição oral, Antônio Francisco aceitou de imediato a orientação do bispo e embarcou o filho no primeiro navio. Assim, ele dispôs de três ou quatro dias (se contar o Sábado e o domingo) para providenciar tudo para a viagem. Não descarto, porém, que o encontro com o prelado tenha se dado quinta-feira, 26 de abril. Dom Manuel do Rego Medeiros recebia em audiência as terças, quintas e sábados, das 18h às 21h30min. Cf. *Diário de Pernambuco*, 6 de fevereiro de 1866, p.1.

[141] *Diário de Pernambuco*, 18 de setembro de 1866, pag. 1.

2. Últimos anos pernambucanos

Quando Joaquim Arcoverde retorna ao Brasil, quem faz uma segura carreira na Diocese de Olinda é seu irmão. Em maio de 1876, um mês antes do desembarque do futuro cardeal em Recife e ainda com 24 anos, o padre Antônio Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, que também estudara em Roma, obteve a nomeação para censor do Ginásio Pernambucano, a mais importante instituição de ensino secundário de toda a província[142]. Era a segunda posição na hierarquia do colégio, o que lhe garantia prestígio, algum nível de poder e uma renda anual, ainda que considerada pequena para a importância do cargo.

Os padres ocupavam os postos chaves do Ginásio Pernambucano. Um presidente da Província tentava em 1882 explicar por que razão quase nenhum leigo assumira a direção do colégio em época em que havia quadros capazes de ocupar a função. Epaminondas de Barros Correia reclamava que as administrações do Ginásio eram pouco duradouras por causa da exigência do regedor residir no estabelecimento. A lei "diminui o número das pessoas que podem ser escolhidas para cargo tão importante, tornando-o também aceitável pelos sacerdotes". Contribuía ainda o fato de ser proibida a acumulação de empregos, o que, de acordo com o presidente, também acabava beneficiando os padres[143].

Antônio Arcoverde tornou-se censor a 30 de maio de 1876, em substituição ao padre José Virgolino Correia de Queiroz. Tomou posse junto com o novo diretor, denominado então regedor, o padre Tranquilino Tavares Cabral de Vasconcelos, substituto do padre Gregório Lipparoni[144].

Tranquilino, que nos anos 1860 chegara a cônego e fora censor e regedor do colégio, ficou apenas uns poucos dias na direção do Ginásio. Doente, a 7 de junho de 1876, foi licenciado pelo governador do bispado, padre José Joaquim Camello de Andrade, das funções de professor de Liturgia e Canto Gregoriano do Seminário de Olinda, e pelo presidente da Província, Manuel Clementino Carneiro da Cunha, da direção do Ginásio Pernambucano. Assim, Antônio Arcoverde passou de censor a regedor interino da instituição, com salário

---

[142] Fundado por decreto em 1° de setembro de 1825 com a denominação de Liceu Provincial, o Ginásio Provincial Pernambucano teve por primeiro diretor o padre Carapuceiro, frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, monge beneditino, político militante, jornalista ultramontano, editor do jornal de crítica social *O Carapuceiro*.

[143] CORREIA, Epaminondas de Barros, presidente de Pernambuco. *Discurso na Abertura dos Trabalhos da Assembléia Provincial Pernambucana, 1° de março de 1882*. Arquivo Nacional 005-4-79.

[144] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 2, folha 468. Sobre o padre Tranquilino de Vasconcelos, ver PIO, 1994, p. 875-876. Sobre o padre Gregório Liparoni, ver PIO, 1994, p.448.

anual de 2:880$000, "pouco generoso", segundo o Inspetor geral de Instrução Pública, João Barbalho Ulhôa Cavalcanti[145].

As dificuldades enfrentadas então pelo Ginásio Pernambucano não eram pequenas. Os ofícios enviados por Antônio Arcoverde reclamando das condições do prédio da Rua Aurora demonstram o grau de irritação a que o regedor interino chegara. O tom é pouco amistoso, o que pode ter contribuído para que a sua carreira não fosse muito além.

> *Havendo completo desarranjo em todas as latrinas deste estabelecimento, a ponto de não se prestarem ao asseio e limpeza que são para desejar e no encanamento que conduz as águas para fora do mesmo, solicito a Vossa Excelência se digne ordenar pela Diretoria de Obras Públicas um exame minucioso e reparo completo de tais defeitos.*
>
> *(...)*
>
> *Se não fosse incômodo para Vossa Excelência, eu pediria que viesse ao estabelecimento reconhecer o que ele sem perda de tempo necessita*[146].

As más condições do prédio não eram recentes. Em sua visita ao Recife, 17 anos antes, o imperador Pedro II registrara em seu diário, a 9 de novembro de 1859, que o prédio era acanhado, com capacidade para apenas 40 alunos e, entretanto, abrigava 70[147]. Observou ainda que os lençóis estavam sujos. Elogiou aos professores de latim, matemática, grego e português, mas criticou os de francês e alemão. Mesmo assim, o monarca, que comparecera à distribuição anual de prêmios, ficou mais bem impressionado com o Ginásio Pernambucano do que com o Ginásio Provincial da Bahia[148].

As condições sanitárias que o colégio enfrentava não eram exclusivas da instituição. Toda Recife, principalmente o Centro, sofria do mesmo problema. Ave-Lallement, que em

---

[145] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Pasta 17, folha 46, e *Discurso do presidente de Pernambuco, João Pedro Carvalho de Morais, na Abertura dos Trabalhos da Assembléia Provincial, 1º de março de 1873*, Arquivo Nacional 005-2-79. O salário do censor era de 1:200$000.

[146] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 2, folha 475. O documento não especifica data, mas é possível calcular que tenha sido redigido entre 1º. e 26 de junho de 1876.

[147] O relatório do ministro do Interior João Alfredo Correia de Oliveira indicava que o Ginásio Pernambucano atingira ao número de 152 alunos em 1874. No total, a Província tinha então 341 estudantes em escolas públicas (196 do sexo masculino e 155 do feminino) e 115 em estabelecimentos privados (76 e 39, respectivamente). Só esse dado oficial demonstra a importância do Ginásio Pernambucano. *Relatório do ministro do Império de 1874*, Arquivo Histórico Nacional 007-13-82.

[148] DOM PEDRO II, *Viagem a Pernambuco em 1959*. p. 106-107.

1859 ali passara dez dias, reclamava do mau cheiro das ruas estreitas e tortuosas da cidade velha, que contrastava com as ruas largas e direitas dos bairros mais afastados, que o lembravam a Europa.

Observava, que, na cidade velha, as ruas mal calçadas, que "formam lamaçais" e são sujas e terrivelmente fedorentas, ficam piores, principalmente no cais, no período de baixa maré. "A isso junta-se ainda o hábito dos despejos, tarde da noite, pelas janelas"[149]. Anos antes, em 1836, Charles Darwin também teve uma impressão muito ruim quando, em uma escala do Beagle, passou alguns dias em Recife. Achou a cidade "por toda parte destestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgrubres"[150].

A situação sanitária do colégio talvez por isso não fosse o que mais incomodasse aos presidentes de Pernambuco. Os custos eram a maior preocupação. O colégio era considerado um sorvedouro de dinheiro público. Na prestação de contas de 1873 à Assembléia Provincial, o então presidente de Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena[151], dizia que o Ginásio Provincial era um dos estabelecimentos que tem custado maior soma de sacrificios à província. Ressalta que, desde que foi instalado, os resultados obtidos são tão exíguos que mal podiam ser apreciados.

Lucena reclamava que a arrecadação do colégio, de apenas 65:246$742, "mal chegou para a sustentação dos alunos durante sete meses do ano letivo". Não desconhecia as críticas ao estado de abandono do colégio, que tinha então 143 alunos, mas argumentava que a localização do prédio obstava uma reforma completa na parte higiênica, "aliás, muito essencial". Defendia a mudança do Ginásio para um local mais silencioso e menos insalubre[152]. Aliás, era exatamente isso o que faziam "a gente da classe alta", que "soube evitar esses inconvenientes da cidade, morando no campo"[153].

As precárias condições do prédio e as dificuldades financeiras não impediam que continuassem os pedidos oficiais de gratuidade no colégio. O padre Antônio Arcoverde recusava-se sistematicamente a atender as solicitações oficiais do que era então uma importante arma política em Pernambuco. Em uma das recusas a um pedido do presidente

---

[149] AVE-LALLEMENT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil em 1859*, pag. 281-282.
[150] Cf. PARAHYM, Orlando. *Traços de Recife, ontem e hoje*, pag. 47.
[151] Henrique Pereira de Lucena era um típico servidor da monarquia brasileira. Nasceu em Limoeiro, então município de Bom Jardim, em 27 de maio de 1835. Bacharelou-se em direito em Recife em 1858. Na capital da Província foi delegado de polícia. Depois, juiz em Goiana e Jaboatão. Chefiou a polícia do Ceará, foi também presidente das províncias do Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul, ministro da Marinha e da Fazenda e conselheiro do Supremo Tribunal. Continuou carreira na república: teve ação destacada no ministério de Deodoro, de quem era amigo pessoal. Presidiu Pernambuco até 10 de maio de 1875.
[152] LUCENA, Henrique Pereira, *presidente de Pernambuco. Discurso na Abertura dos Trabalhos da Assembléia Provincial, 1º de março de 1873*. Arquivo Nacional 005-2-79.
[153] AVE-LALLEMENT, pag. 282.

Manuel Clementino Carneiro da Cunha em favor do filho de João Marinho Falcão, Pedro Marinho Falcão Neto, o regedor interino lembra que a última vaga gratuita fora concedida a outro candidato a pedido do presidente anterior, no caso Lucena[154]. O mesmo vai se repetir em pelo menos mais uma situação, conforme ofício de 10 de julho de 1876[155].

Um pouco antes, em 26 de junho de 1876, o padre Antônio Arcoverde apresentara pedido de exoneração do cargo interino que exercia. No ofício enviado ao presidente da província, explica que seu irmão Joaquim, "com detrimento nos estudos", chegara da Europa no dia 18 com o objetivo de cuidar com ele dos "negócios pertencentes" à família, prejudicados pelo falecimento do pai. Assim, sente-se impossibilitado de continuar dirigindo o Ginásio. Recorda que se trata de interesses que atingem não somente ele, Antônio, e a Joaquim, mas também ao "feliz futuro dos outros irmãos, depositados em nossa confiança". Informa que deverá empreender uma longa viagem ao "centro desta província".

> *Mostra a prudência que, ao meu mano recém-chegado não deva sujeitar-se à execução de tais negócios, uma vez por mim encetados, sob pena de oferecer-se como objeto de uma viva odiosidade, conseqüência certa e experimentada; é (...) conveniente e acertado que eu continue em suas execuções*[156].

Antônio Arcoverde, entretanto, ficou mais algum tempo regedor interino do Ginásio Pernambucano. Pôde ainda efetuar pequenas mas significativas mudanças no programa de ensino, em vigor desde 19 de abril de 1876. Reduziu os tempos de aula de Latim e Retórica e suprimiu as cadeiras de Eloquência e Poética. Sinal de que estava antenado às exigências mais contemporâneas, ampliou a carga horária de inglês e francês. Convocado para assumir o Seminário Menor, Antônio Arcoverde deixou a direção do Ginásio Pernambucano em 1877[157].

A situação da Igreja naquele 1876 do retorno de Joaquim Arcoverde ao Brasil não diferia muito do que o então candidato ao sacerdócio deixara dez anos antes, quando

---

[154] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano, 2, folha 476.
[155] Idem, folha 485.
[156] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano, 2, folha 417. É dessa época, portanto, que começa o desentendimento com o irmão Jerônimo, então com 23 anos, e que marcará a história da família. O inventário do capitão Budá já durava cinco anos e ainda exigia dedicação dos filhos.
[157] Pediu exoneração em ofício de 23 de janeiro de 1877, sendo substituído sete dias depois por Fortunato Rafael Santos Bittencourt, que ocupou interinamente o cargo até 15 de setembro de 1877, quando o padre Tranquilino Cabral de Vasconcelos reassumiu a direção. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano,

embarcara de Recife para Roma. Os esforços romanizadores ainda não apresentavam resultados visíveis, embora provocassem fortes reações contrárias. A crise se agravara com Questão Religiosa, que levou o bispo de Olinda a cumprir pena no Rio de Janeiro[158].

Dom Vital foi o substituto de dom Francisco Cardoso Aires, cujo episcopado manteve o nível de tensão entre católicos e liberais e no qual efetivamente começa em Pernambuco o movimento de reforma católica. Como na tentativa anterior, levada a cabo por dom Manuel do Rego Medeiros, Cardoso Aires decidiu reformar o Seminário de Olinda, com base no que tinha observado em sua experiência européia.

A designação de Cardoso Aires obedecia aos mesmos critérios em curso. Homem considerado ilustrado, conforme agradava à Igreja e ao Governo, austero e fiel à Santa Sé. Não havia dúvidas de que acreditava na romanização. Além disso, vivia há 23 anos na Europa, como Rego Medeiros vivera antes de assumir a Diocese de Olinda.

Era de Recife, onde nascera em 18 dezembro de 1821, filho de João Cardoso Aires, famoso livreiro português da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves[159]. Estava destinado a ficar à frente do negócio. Tanto que de 1833 a 1837 passou em Lisboa, estudando Comércio. Trabalhou com o pai até 1841, quando foi estudar Direito em Olinda. Em 1845 – ano seguinte à morte do pai - viajou a Roma para prosseguir os estudos jurídicos, mas em 1848 mudou o curso da vida, ingressando no Instituto da Caridade, congregação fundada em 1828 pelo padre Antônio Rosmini-Serbati[160].

Antes mesmo de se ordenar, em 1852, Cardoso Aires fora viver na Inglaterra, onde acompanhou o Movimento de Oxford, que marcou o renascimento do Catolicismo na

---

Ginásio Pernambucano 2, folha 500. O padre Antônio Arcoverde continuou, entretanto, ligado ao colégio como professor de Italiano, que aprendera nos seus tempos de Roma. Voltou a dirigir o Ginásio em 1888 e 1889.

[158] Para a Igreja Católica Romana, a Questão Religiosa se revestiu de maior importância do que para os setores secularizantes e liberais. Daí por que autores ligados ao Catolicismo abordaram-na com mais intensidade do que outros. Como exemplo dessa preocupação em posicionar-se em favor dos bispos, cito Nilo Pereira (*Dom Vital e a questão religiosa no Brasil* e *Pernambucanidade*) e Antônio Carlos Vilaça (*História da Questão Religiosa*). Ver ainda: FRAGOSO, Hugo, A Igreja na Formação do Estado Liberal, in: História Geral da Igreja na América Latina, tomo II/2, *História da Igreja no Brasil*, segunda época, p. 131-256; e BARROS, Roque Spencer, Vida Religiosa e a Questão Religiosa, in *O Brasil Monárquico, quarto volume, Declínio e queda do Império*, p. 318-365.

[159] A loja foi destruída por um incêndio em 1871. Há uma biografia de Francisco Cardoso Aires, escrita por Theodoro Huckelman, editada em 1970 pela Universidade Federal de Pernambuco.

[160] O padre Antônio Rosmini-Serbati (1897-1855) foi um pensador político católico considerado avançado para os padrões da Cúria Romana. Via a Igreja como uma sociedade diferente do Estado, o que despertou certa desconfiança dos setores mais conservadores e ultramontanos, embora tenha estado muito próximo da Cúria no início do pontificado de Pio IX. Comprometido com o objetivo de conciliar as aspirações do Ressurgimento italiano – promotor da unificação da Itália e que acabou com os Estados Pontifícios – com as posições do papado, traçou as linhas de uma reforma política em sentido católico-liberal nas obras *Cinco pragas da Igreja* (1846) e *Constituição segundo a justiça social* (1848), incluídas no Índice dos livros proibidos em 1849, pelo decreto *Post obitum*. Quarenta proposições de Rosmini foram condenadas pelo Santo Ofício, mas em 30 de junho de 2001, a Congregação da Doutrina da Fé reabilitou o padre, filósofo político e fundador de duas congregações religiosas: o Instituto da Caridade e as Irmãs da Divina Providência.

Inglaterra. Em Raticliff, tornou-se mestre de noviços. Em 1856, transferiu-se para Roma, onde rejeitou a primeira designação para bispo, quatro anos depois, porque o episcopado era proibido aos religiosos do Instituto da Caridade. Entretanto, decidiu deixar a congregação e aceitar a Diocese de Olinda, em 1867[161]. A Sé estava sem bispo desde a morte de Manuel do Rego Medeiros em 1866. Aliás, era corriqueiro dioceses com longo período sem prelados em virtude das dificuldades que envolviam a designação[162].

Como ocorrera quando da morte de Marques Perdigão, em 1864, o cônego Joaquim Faria, deão da Catedral de Olinda e vigário capitular, assumiu o governo da Diocese quando morreu Manoel do Rego Medeiros, eleito pelo Capítulo da Sé. A sua escolha era uma contradição ao que a Igreja pretendia no período. Era maçom, chefe do Partido Liberal na província e regalista, sempre manifestando posição contrária à romanização[163]. Com ele, a Igreja em Pernambuco continuaria na mesma situação.

E a situação da Igreja em Pernambuco era de crise. Em relatório de 1º. de março de 1871, referente ao ano de 1870, o presidente de Pernambuco, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, considerava que o culto estava decadente ou reduzido a formas exteriores de superstição. Assinalava o "abatimento do clero, sua falta de instrução, o abandono da educação moral e religiosa do povo". Reclamava da indiferença de certos setores da

---

[161] Recebeu a sagração episcopal em Roma em 16 de março de 1868 e tomou posse em Olinda em agosto de 1868.

[162] Pelo parágrafo 2° do artigo 102 da Constituição do Império, cabia ao Executivo à nomeação dos bispos. A Santa Sé dizia não concordar com tal atribuição, que a Coroa considerava herdada do padroado régio português. A Igreja acabou transferindo esse direito ao imperador do Brasil pela bula *Praeclara portugalliae*, de 1827, do Papa Leão XII. O parágrafo 2° do artigo 102 da Constituição do Império foi regulamentado pela Resolução de 4 de dezembro de 1828. Sobre isso ver SCAMPINI, *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*, p. 23-26. Normalmente, o Governo Imperial indicava um nome à Santa Sé. Raras vezes, Roma recusou-se a atender o indicado. O indeferimento mais radical do Papado foi a do padre Antônio Maria de Moura, deputado pela Província de Minas Gerais, escolhido pela Regência Trina para bispo do Rio de Janeiro, em 1833. A Santa Sé recusou-se terminantemente a sagrá-lo por considerá-lo liberal e regalista. A questão prolongou-se por quatro anos, até que Moura renunciou à designação, depois que seu maior aliado, o padre Antônio Feijó, perdeu poder político. A Igreja não o aceitou, mas teve que se resignar à nomeação de outro regalista, o padre e deputado pernambucano Manuel do Monte Rodrigues. De qualquer maneira, a partir daí o Governo Imperial, antes de apresentar formalmente o indicado, passou a negociar os nomes com a Igreja. Monte Rodrigues foi o último regalista. Depois dele, os escolhidos para o episcopado foram sempre sacerdotes fortemente ligados à Santa Sé e vinculados à Romanização.

[163] O deão Faria nasceu na cidade pernambucana de Goiana em 1807. Formou-se em direito em 1836. Por 30 anos lecionou Teologia Dogmática no Seminário de Olinda, apesar de suas posições regalistas. Enfrentou graves contendas com Cardoso Aires e dom Vital Gonçalves de Oliveira. Em pelo menos, uma ocasião, quando da morte de Marques Perdigão, o Governo Brasileiro o indicou para bispo de Olinda. Entretanto, a Santa Sé vetou o seu nome. E não foi somente por suas posições liberais e regalistas. Era conhecido em Recife o fato de viver com uma mulher, em Bultrins, atual Bairro Novo. Não chegou a bispo, mas, durante o período em que governou a Diocese entre 1864 e 1865, fez publicar uma carta pastoral saudando o jubileu do papa Pio IX. Foi eleito deputado geral em 1848 e 1867. Morreu em Olinda, 1894. Cf. PIO, 1994, p. 304.

sociedade pernambucana e concluía que o "ensino e o derramamento das luzes serão nossa âncora de salvação"[164].

Certamente Cardoso Aires considerava a formação do clero o grande problema a atacar. Fora assim no ensaio de reforma de Rego Medeiros; era assim nas outras dioceses no curso do processo romanizador do século XIX. Evidentemente, controlar o padre, o principal agente da política eclesiástica, era a maior preocupação do episcopado e da Santa Sé[165]. E controlá-lo, significava, em primeiro lugar, formar a sua consciência. O seminário era então o instrumento privilegiado. Daí por que tanto os bispos quanto o governo no Brasil queriam ter controle sobre a formação do clero.

Para fazer frente ao desafio do aguçamento da secularização, que ocorre no século XIX, a Igreja, não somente no Brasil, mas também em todo o Mundo, precisava de uma nova máquina burocrática a ser formada nos seminários[166].

Com a experiência acumulada na Inglaterra e na Itália, Cardoso Aires elaborou um novo plano de estudo para o Seminário de Olinda, dividindo o curso em duas sessões, a literária e a científica - de nível médio -, além dos cursos de Filosofia e Teologia. O estudo do projeto durou um ano, de forma que o novo modelo poderia ser implantado em 1870. Entretanto, as dificuldades eram imensas, a começar pela financeira.

Em pastoral de 8 de março de 1869, Cardoso Aires recordava que tinha se dedicado a melhorar o seminário porque "o modo de vida eclesiástica (...) em nossa diocese não é aquele que se requer no ministério do santuário". Reclamava do pouco esforço na pregação e na catequese, de onde vem o descrédito da Igreja. Reconhece ser difícil melhorar a formação dos padres porque o Governo tem orçado em apenas oito contos de réis a verba para o seminário, o que tem comprometido "o ensino de gramática (...) e os estudos científicos".

O bispo temia que o clero, sem uma rigorosa formação intelectual, perdesse a condição hegemônica que desfrutava:

> *Educado o clérigo desta sorte, acha-se sem dúvida, inferior a qualquer indivíduo instruído nos colégios e liceus laicais; a sua educação literária é, falando moderadamente, mui precária, limitando-se o seu estudo quase exclusivamente à ciência teológica.*

---

[164] *Relatório do presidente da Província de Pernambuco*, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, 1º. de março de 1871, p. 20. Arquivo Histórico Nacional 005-2-79.

[165] O controle sobre o clero será a principal preocupação do episcopado também no século XX. E não somente na Igreja Católica no Brasil.

Cardoso Aires, que considera que o exemplo a ser seguido era o europeu, decidiu dobrar para vinte o número de disciplinas e elevar de oito para dez anos o período de estudos no seminário. Para isso pedia a elevação do subsídio do Governo porque o de então não dava para pagar os diretores e impede a concessão de gratuidade, o que afasta muitos jovens pobres da carreira eclesiástica.

A reforma seguia o mesmo caminho da traçada anteriormente por Manuel do Rego Medeiros. Previa o afastamento do seminarista de qualquer vínculo com o "mundo" para que não perca o "espírito eclesiástico no meio de distrações e perigos da sociedade". Para isso pretende instalar uma casa fora da cidade para abrigar os estudantes durante as férias. Como não há dinheiro, pede que os fiéis colaborem com doações[167].

Implantada, o resultado da reforma pretendida não seria imediato. O controle sobre o clero exigia, entretanto, urgência. Por isso, Cardoso Aires convocou um retiro coletivo dos padres – uma novidade no Brasil e na América Latina – para o período de 19 a 24 de abril de 1869, no Convento de Santo Antônio, na Rua do Imperador. Na convocação, o bispo dizia que o retiro era para o clérigo "repousar um pouco (...) na meditação das sublimes verdades da fé, na consideração dos (...) deveres sacerdotais e na oração".

Um grupo de padres, liderados pelo deão Farias, protestou contra a decisão, sob o argumento de que o retiro era conduzido pelos jesuítas[168]. Um trecho da convocação certamente deixou preocupados os sacerdotes que já não viam muito bem a atuação do bispo. Dizia Cardoso Aires que até então estava ocupado "quase exclusivamente com a reforma do seminário" e que tinha fechado os olhos "às desordens (...) mais graves de alguns que (...) desonram" o sacerdócio, contra os quais não havia proferido "uma palavra de ameaça ou séria repreensão". Era bem possível que isso ocorresse durante o retiro. E o prelado deixava claro o que pretendia fazer com os recalcitrantes:

> *Como poderá um bispo permitir a celebração habitualmente sacrílega do mais augusto mistério de nossa fé, aos que vivem notória e escandalosamente em pecado? A cura mesmo do rebanho exige*

---

[166] Sobre isso, há o interessante *Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*, de Peter Berger. Ainda muito pertinente, apesar de escrito nos anos 1960.

[167] AIRES, dom Francisco Cardoso. *Circular aos veneráveis e reverendos párocos desta diocese – 8 de março de 1869*. Jornal do Recife, 30 de março de 1869, p. 1.

[168] O deão Faria combateu enquanto pôde jesuítas e lazaristas. Via, evidentemente com razão, que a ação dos padres dessas duas congregações fortalecia os ultramontanos. As Irmãs de Caridade e as freiras de Santa

imperiosamente que o pastor desvie para bem longe aqueles que, devendo ser fiéis cooperadores na guarda de sua ovelhas, se tornaram descuidados mercenários, ou ainda pior, lobos devoradores[169].

O retiro foi abortado. Dos 110 padres convocados, apenas 80 compareceram. O deão Faria e outros três cônegos não apareceram[170]. Um grupo de manifestantes do Partido Liberal, liderado pelo republicano Borges da Fonseca, reuniu-se em frente ao Convento[171]. Cardoso Aires deixou o prédio sob vaias e ameaças. Outro jesuíta foi cercado e teve a arrancada a faixa da batina[172]. O padre Carlo Caccia, italiano que era o confessor do bispo e deveria pregar o retiro, teve que sair às escondidas e refugiar-se no palácio do presidente da Província, convencido de que seria agredido fisicamente.

A mesma sorte não teve outro jesuíta, o padre Sabatini, também italiano. Três dias depois do que ocorrera na frente do Convento Franciscano, dia 23 de abril, o sacerdote foi agredido por um grupo de manifestantes em frente a Colégio São Francisco Xavier, de propriedade da congregação e inaugurado em 1867. Era véspera da votação de um projeto de lei apresentado no dia anterior à Assembléia Provincial Pernambucana pelo deputado Lopes Machado de Amaral e Melo pedindo a expulsão dos jesuítas de Pernambuco. No dia 24 de abril, quando da votação, republicanos e liberais, compareceram à Assembléia Provincial. A seguir dirigiram-se para manifestações defronte do colégio dos jesuítas. Um comício ocorreu no dia seguinte no Teatro Santa Isabel[173].

Antes dos incidentes na porta do convento franciscano, o padre Caccia e o deão Faria envolveram-se em uma outra querela que demonstra a resistência à ação de Cardoso Aires. No dia 26 de março de 1869, o bispo celebrava as cerimônias da Sexta-Feira Santa quando Faria abandonou a Catedral de Olinda. Argumentou que o prelado não ordenara que o padre Caccia deixasse a posição que ocupava no altar, conforme havia solicitado anteriormente[174].

Dorotéia eram também motivo de preocupação dos liberais. Havia ainda o temor de que os padres estrangeiros ocupassem os cargos eclesiásticos até então reservados aos brasileiros.

[169] *Jornal do Recife*, 17 de abril de 1869, p.2.

[170] Dom Cardoso Aires adotou uma decisão inusitada: permitiu que o público tivesse acesso à primeira noite do retiro, dia 19, quando os padres estavam chegando, e assistisse à pregação de abertura. Entretanto, no dia seguinte, revogou a decisão. As pessoas que foram impedidas de entrar reclamaram e acabaram se juntando aos que protestavam contra os jesuítas.

[171] O paraibano Antônio Borges da Fonseca (1808-1872) estudou direito em Olinda e na Alemanha e foi um dos líderes da Praieira.

[172] *Jornal do Recife*, Gazetilha, 21 de abril de 1869, p.1.

[173] O projeto do deputado Amaral e Melo só foi aprovado em 1874, como resultado do conflito em entre dom Vital e as irmandades religiosas.

[174] *O Liberal*, 3 de abril de 1869, p.1. Periódico ligado aos liberais, não sendo, contudo, órgão oficial do partido.

A questão chegou à imprensa. O sacerdote italiano enviou carta ao *Jornal do Recife*, na qual garantia ser praxe o secretário do bispo permanecer em uma escabelo (ou seja, um pequeno tamborete), abaixo do sólio episcopal. Relatava que assim procedeu por 10 anos na Catedral de Milão, "sem que nunca os cônegos daquela igreja levantassem a menor queixa, como também nenhuma levantou-se na Sé de Olinda por mais de seis meses"[175].

Em resposta, publicada pelo mesmo jornal sob o título *Questão de precedência*, o deão contou vinha reclamando ao bispo desde que o jesuíta sentara-se pela primeira vez em sua cadeira na Sé de Olinda. Advertido pelo cônego, Caccia, de posse do escabelo, passou a se colocar no espaço entre o seu lugar e o do bispo, no que considerava uma desconsideração ao Cabido. Apesar das reclamações – contava Farias - o jesuíta insistia em se colocar "acima do deão da Catedral de Pernambuco"[176].

A luta entre católicos e liberais era, portanto, endêmica em Pernambuco. A começar pelos embates travados na Faculdade de Direito. Era nítida a disputa entre os dois grupos pela hegemonia na instituição, que, durante muitos anos, fora dirigida por homens ligados à Igreja, quase todos leigos. Fundada em 1827 e transferida de Olinda para Recife em 1854, a Faculdade de Direito mantinha a tradição escolástica de Coimbra, que lhe servira de modelo e lhe fornecera os primeiros diretores. Para barrar qualquer mudança, um grupo de católicos formava uma barreira intransponível.

Era o mesmo grupo que desde 1865 militava na imprensa, defendendo posições católicas e combatendo os liberais, maçons, protestantes e qualquer outro considerado contrário a Igreja. Esse grupo, denominado de *tradicionalista* por Tiago Adão Lara, era liderado por Tarquínio Bráulio de Souza Amarante e seus irmãos Brás Florentino Henrique de Souza e José Soriano de Souza, além de Autran da Mata e Albuquerque, e Aprígio Justiniano da Silva Guimarães[177].

Tiago Adão Lara, que estudou a atuação do grupo em Recife, revela que os tradicionalistas pernambucanos nunca se preocuparam com problemas sócio-econômicos.

---

[175] *Jornal do Recife*, Publicações Solicitadas, 6 de abril de 1869, p. 2.
[176] Idem, *Questão de precedência*, 10 de abril de 1869, p.2.
[177] Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto (Papari, 1829-Rio de Janeiro, 1894) era catedrático da faculdade de Direito desde 1871, deputado provincial e deputado geral – cargo eletivo que ocupava quando da Proclamação da República. Braz Florentino nasceu na cidade da Paraíba em 1825 e morreu em São Luís em 1875, quando presidia a Província do Maranhão. Seu irmão José Soriano de Souza, que nascera em 1833, também na cidade da Paraíba, era médico e formado em Filosofia em Louvain. Lecionava Direito Constitucional e também dava aulas no Ginásio Pernambucano. Morreu em Recife em 1895. Paulo Autran da Mata e Albuquerque era de Salvador, onde nascera em 1805. Formou-se em direito na França e lecionava Economia Política na Faculdade de Direito. Morreu no Rio de Janeiro em 1881. De todos os militantes tradicionalista foi Aprígio Guimarães (Recife 1832-1895) que teve o intinerário mais peculiar. De ultramontano radical acabou filiando-se ao

Defendiam, sim, uma reforma moral conduzida pela Igreja. Em conseqüência, preconizavam mudanças na legislação do império para conceder inteira liberdade de ação ao Catolicismo. Não levantavam qualquer idéia em favor de mudança da ordem ou uma volta às instituições medievais, como os ultramontanos mais radicais da Europa. Porém, é claro, repudiavam a proposta liberal de uma ordem social secularizada. O regime que pregavam era a monarquia constitucional, com união entre Estado e Igreja. Em seus escritos, principalmente nos jornais *A Esperança* e *O Católico,* citavam freqüentemente teólogos escolásticos e pensadores tradicionalistas como Ventura, Balmés, Donoso Cortés, de Bonald, de Maistre e Lamennais. Lara os posiciona à esquerda dos ultramontanos e à direita do liberais católicos[178].

Havia resistência a esse grupo dentro da Faculdade de Direito, como relatam Graça Aranha, Luís Delgado e Nilo Pereira[179]. Grupo formado por estudantes. Entretanto, a maior oposição à Igreja se encontrava na imprensa, nas ruas, em manifestações muitas vezes violentas, lideradas pelos liberais, alguns deles padres, e no seio do Governo, principalmente na Corte[180].

Um outro embate era contra os protestantes, que recrudesciam a propaganda em todo o país e levavam alguns bispos, entre eles e principalmente dom Macedo Costa, a defender a idéia de que, por trás de toda a ação dos missionários, vendedores de bíblias, estava um bem urdido plano dos Estados Unidos. O tema foi amplamente estudado por David Gueiros Vieira, que mostra que não havia tal plano, mas confirma uma outra hipótese: a de "uma certa cooperação entre liberais, maçons, republicanos e protestantes e outros grupos minoritários contra o poder político da Igreja Católica". Era, contudo, uma cooperação em âmbito nacional, sem nenhuma interferência externa – assegura Gueiros[181].

Por volta da segunda metade do Século XIX atuavam no Brasil cinco denominações protestantes, a Luterana, a Anglicana, a Congregacional, a Metodista e a Presbiteriana, com

---

catolicismo liberal. Deputado, era muito querido dos alunos e considerado um grande mestre para Clóvis Bevilaqua, autor do Código Civil Republicano.

[178] LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo católico em Pernambuco*, pag. 139-141.

[179] Sobre isso, é significativo o relato de Graça Aranha de sua experiência como aluno da Faculdade de Direito de Recife, sobretudo no que representou o concurso de Tobias Barreto para professor substituto da instituição em 1882. Barreto, "mulato, desengonçado" rompe com a tradição tomista da faculdade e deixa os alunos, que o ovacionaram no concurso, certos de que estavam "emancipando a mentalidade brasileira, afundada na teologia, no direito natural, em todos os abismos do conservantismo". ARANHA, Graça, *Meu próprio romance*, pag. 147-152. Ver ainda, DELGADO, Luiz, *Gestos e vozes de Pernambuco*, pag. 172-174, e PEREIRA, Nilo, *Conflito entre Igreja e Estado no Brasil*, pag. 249-252.

[180] Talvez o grupo mais significativo era o dos indiferentes em matéria religiosa ou o dos que professavam um catolicismo sem padre, ou seja, sem intermediação da Igreja. Tanto um quanto outro era facilmente encontrado em Pernambuco da segunda metade do século XIX, mesmo entre os senhores de engenho. É o que mostra Evaldo Cabral de MELLO, no texto *O fim das Casas-Grandes*, in: ALENCASTRO (org.), *História da Vida Privada no Brasil, volume 2: Império: a corte e a modernidade nacional*, p. 385-437.

[181] VIEIRA, David Gueiros, *O protestantismo, a maçonaria e a Igreja no Brasil*, pag. 11-12.

boa parte dos fiéis formada por negociantes ingleses, alemães e norte-americanos, pregadores do "progresso" da indústria e do comércio e que consideram esse "progresso" um monopólio das nações protestantes[182].

Preocupada em manter a tranqüilidade dos negócios e com a legislação que proibia a ação pública de grupos religiosos não-católico, a maioria dos protestantes era contrária a qualquer proselitismo religioso[183]. Entretanto, no seio dessas igrejas brotavam pregadores do Evangelho que muitas vezes se apresentavam como distribuidores de bíblias e recebiam apoio material de sociedades bíblicas norte-americanas e européias. Um desses missionários, James Colley Fletcher, chegou a gozar até mesmo de imunidade diplomática, como secretário interino da Legação dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, e circulava com desenvoltura nos meios políticos e econômicos.

O combate à ação dos protestantes em Recife foi intenso, a começar pelo jornal *A Esperança*, que começou a circular em 7 de janeiro de 1865, ano em que a Sociedade Bíblica Britânica passou a atuar mais efetivamente em Pernambuco. O periódico acompanhava com atenção as atividades dos missionários e atacava o governo por não reprimi-las. Até mesmo o deão Faria, quando vigário capitular no governo da diocese, distribuiu carta-circular em 14 de outubro de 1865 com ordem para que os párocos confiscassem e destruíssem as bíblias protestantes. A carta-circular do deão Faria foi provocada pelo trabalho missionário de Antônio Marinho da Silva e João de Souza, que distribuíram 233 bíblias e 579 novos testamentos. Foram eles que fundaram a primeira comunidade Congregacional de Pernambuco, em 1871, no Largo do Pilar, convertida a Igreja dois anos depois, quando foram batizados os 12 primeiros evangélicos nascidos na província[184].

Em defesa dos missionários saiu o General José Inácio de Abreu Lima, um dos militantes da Revolução de 1817 e da Praieira, de 1848, que entrou em polêmica com o monsenhor Joaquim Pinto de Campos. Desde muito, Abreu Lima preconizava a liberdade de culto, combatia o monopólio do Catolicismo e defendia a imigração maciça de europeus e

---

[182] A idéia do vínculo entre progresso e Protestantismo penetrou em certos setores intelectuais e políticos brasileiros que não poucos consideravam que a solução dos problemas econômicos nacionais estava na imigração maciça de protestantes, que, mais do que o progresso material operaria uma mudança na "alma brasileira". Essa era por exemplo a posição Tavares Bastos. Só a defesa desse ponto-de-vista provocou forte reação da Igreja Católica.

[183] O Artigo 5° da Constituição do Império, o mesmo que considerava o Catolicismo continuava a religião do Estado, permitia todas as outras religiões, mas em culto "doméstico ou particular". Os ultramontanos eram tão radicais na defesa desse princípio que consideravam que o culto de outras religiões não poderia ser em português, mas tão somente em língua estrangeira.

[184] A luta contra o Protestantismo em Recife avançou pelo século XX e, a partir de certa época, passou a incluir ação não somente de padres e intelectuais. Um contemporâneo conta que presenciou os insultos e as pedradas que uma igreja evangélica recebeu quando uma procissão passou em frente ao templo. Cf. BARROS. *Seitas protestantes em Pernambuco (séculos 19 e 20)*, p. 9.

norte-americanos. Em 24 de novembro de 1865, por exemplo, publicara artigo no *Diário de Pernambuco* no qual acusava a Igreja de querer impedir a vinda de 50 mil confederados para o Brasil. Nessa época, era grande a luta para que fosse suavizada a legislação brasileira concernente à religião para que a imigração se tornasse mais fácil[185].

As divergências entre o "general do povo", como Abreu Lima era chamado, e a Igreja em Recife eram tão intensas que, quando de sua morte, pouco antes dos incidentes no Convento Franciscano, dom Cardoso Aires proibiu que seu corpo fosse enterrado em cemitério católico, o que provocou grande debate público e grave transtorno para a família[186]. Acabou sepultado no cemitério dos Ingleses, em Santo Amaro, em meio a protestos contra o bispo[187].

Pouco depois, em 29 de setembro de 1869, Francisco Cardoso Aires embarcou para Roma para o Concílio convocado pelo Papa Pio IX. Participou das sessões de abertura, 8 de dezembro, e as de 6 de janeiro e 22 de fevereiro de 1870. Em 6 de maio, após celebrar missa, sentiu-se mal. Diagnóstico: febre tifóide. Morreu oito dias depois, 14 meses após ter assumido a Diocese de Olinda[188].

O deão Faria convocou rapidamente os cônegos e assumiu o governo da Diocese, que mais uma vez estava sem bispo. E assim ficou até que um decreto do Imperador, de 21 de maio de 1871, um ano depois da morte de Cardoso Aires, designava um frade capuchinho, que estudara em Roma, de família de fazendeiros, para assumir a Sé de Olinda, frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Uma escolha que agravou ainda mais a luta entre ultramontanos e liberais e incorporou os maçons efetivamente a oposição à Igreja Católica. E ainda produziu o maior conflito entre Estado e Igreja no século passado.

---

[185] O ponto mais visado pelos defensores de mudanças era pela adoção do casamento civil. O maior problema nesse caso era o casamento misto, que os bispos consideravam inaceitável. Queriam também a registro civil de nascimento.

[186] O sepultamento de acatólicos era uma das questões que os liberais queriam ver incluída nas reformas. Vigorava o hábito do enterramento em templos ou nos poucos cemitérios, que também pertenciam a Igreja Católica. O debate ocorrido por ocasião da morte de Abreu Lima precipitou uma ação mais conseqüente do Estado para a solução do problema. Em aviso de 27 de abril de 1870, o Governo ordenou que nos cemitérios fosse reservado espaço para o sepultamento de acatólicos. Entretanto, de acordo com Gueiros Vieira, a lei não foi respeitada em todo o Brasil pelo menos até a década de 1890. Cf. VIEIRA, pag. 270-271.

[187] Nascido em 1794, era filho do padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma, um dos executados na repressão à Revolução de 1817. A execução foi assistida pelo filho, que também participara da rebelião, aos 23 anos. O General Abreu e Lima também militou na campanha de Bolivar pela libertação da Venezuela e, por isso, recebera a patente militar. Condenado pela adesão a Praieira, conseguiu fugir e passou a se dedicar a atividades intelectuais.

[188] Foi enterrado no Convento do Instituto da Caridade, em Roma, depois de velado na Igreja de Santa Felipe. Sua missa de réquiem contou com a presença dos 46 alunos brasileiros do Colégio Pio Latino-Americano, inclusive os irmãos Joaquim e Antônio Arcoverde. FIGUEIREDO, José Bernardo, representante do Brasil na Santa Sé, *Ofício ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe, 17 de maio de 1870*. Arquivo Histórico do Itamarati 209-4-5. Em 1903, os seus restos mortais do prelado foram transladados para a Catedral de Olinda.

Antônio Gonçalves de Oliveira Júnior nascera em 1844, em Pedras de Fogo, divisa entre Pernambuco e Paraíba[189]. Em 1861 entrou para o Seminário de Olinda, onde ficaria apenas um ano. Já ligado aos capuchinhos, ingressou na ordem, adotou o nome de Vital Maria e embarcou para a Europa em 1862. Estudou no Seminário de São Sulpício, em Paris, e em Versailles, onde se ordenou em 2 de agosto de 1869[190].

De volta ao Brasil, ensinou no Seminário da Diocese paulista e pregou missões no interior das províncias do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Em 22 de abril de 1871, o Governo Imperial indicou seu nome para bispo de Olinda, o que foi aceito pela Santa Sé em 21 de maio de 1871. Foi sagrado em 17 de março de 1872, em São Paulo, por dom Pedro Maria de Lacerda, do Rio de Janeiro. Tinha apenas 28 anos.

Não há como negar que a designação de dom Vital obedeceu aos critérios que norteavam as escolhas de bispos nesse período: era um homem ilustrado, bem educado, austero, íntegro e piedoso. Pelo lado da Santa Sé não havia dúvida quanto à sua fidelidade a Roma. Entretanto, muitos outros sacerdotes possuíam as mesmas qualidades e, por isso, não se pode recusar também que ajudou o fato de ser parente, ainda que distante, de João Alfredo de Oliveira, ministro do Império, que cuidava dos assuntos referentes à Igreja.

A designação de dom Vital não causou inicialmente nenhuma reação dos liberais, embora já fosse ultramontano conhecido. Longe do que ocorreria alguns meses mais tarde, o novo bispo não buscou o conflito com a instituição que considerava a mais perigosa de todas: a maçonaria.

Buscou fortalecer os leigos ultramontanos, sobretudo aqueles que podiam combater os liberais, maçons e protestantes no campo das idéias. Para isso, incentivou a fundação do jornal *A união*, editada por José Soriano de Sousa, para enfrentar as duas publicações maçônicas que circulavam em Recife, *A família universal* e *A verdade*. Entretanto, o bispo jamais se apresentou como proprietário ou mentor do novo periódico católico. Sua liderança era minimizada porque assim, achava, despertaria menos ações contrárias ao jornal.

E consciente de que não tinha o apoio de todos os padres, reuniu um grupo pequeno de sacerdotes que julgava confiáveis, entre eles Antônio Arcoverde. Era com esses que se reunia para traçar a estratégia de luta contra o que considerava inimigos da Igreja. Sua primeira

[189] Como ocorrerá também com Joaquim Arcoverde, os biógrafos de dom Vital vão buscar algum vínculo do bispo com os fundadores de Pernambuco. Encontram um parentesco entre sua mãe, Antônia Albina, com o primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque.

[190] Pelo Aviso de 1855 estava proibido o noviciado em qualquer ordem religiosa no Brasil. A ida de Antônio Gonçalves de Oliveira para Paris objetivava burlar a lei. Era uma saída comumente adotada por outras congregações. Essa alternativa acabou em 27 de outubro de 1870, quando o Ministério da Justiça comunicou aos

ordem ao clero foi para que evitasse participar de qualquer cerimônia promovida pela maçonaria. Logo depois, proibiu que os padres cooperassem de qualquer forma com a instituição. A seguir, ordenou que, no púlpito, pregassem contra o artigo 5° da Constituição naquilo que era considerado por ele tolerância religiosa, ou seja, o direito do acatólico celebrar o culto em suas casas. Eram ordens secretas porque o plano de Vital não previa ainda qualquer enfrentamento público. Cabia ao jornal *A união* responder aos adversários.

Entretanto, se o bispo não desejava que o confronto se tornasse público demais, os liberais, maçons e protestantes queriam exatamente o contrário. Para um estudioso do tema, como Gueiros Vieira, a tática dos adversários da Igreja Católica era exatamente estabelecer um enfrentamento tão agudo que só sobraria a alternativa da separação entre Igreja e Estado, nesse caso desejada tanto pelos bispos quantos pelos dirigentes do país. E, de fato, o confronto chegou perto de se transformar em guerra civil, o que só não ocorreu por causa do apaziguamento promovido pelo Governo e pela Santa Sé[191].

O aguçamento da crise em Pernambuco veio em 2 novembro de 1872. O jornal *A verdade* publicou um artigo do protestante francês Laurence Louis-Felix Bungener sobre a virgindade de Maria. Dom Vital percebeu que a hora chegara e, pela primeira vez, agiu publicamente e divulgou carta pastoral dirigida ao clero, a quem ordenava reagir à ação protestante na diocese. As paróquias atenderam ao apelo do bispo e convocaram novenas e oração do rosário.

A polêmica agravou-se rapidamente, e, em poucos dias, os jornais adversários de dom Vital passaram a levantar dúvidas sobre os motivos das visitas diárias do bispo ao colégio das irmãs de Santa Dorotéia. Esse eixo de acusação aumentou muito, quando, em 28 de dezembro de 1872, dom Vital ordenou que os vigários exigissem que os irmãos das confrarias religiosas abjurassem a maçonaria e a abandonassem.

Em fevereiro de 1873, o bispo lançou nova carta pastoral na qual proibia a leitura do jornal *A verdade* e ordenava aos párocos a que expulsassem das irmandades aqueles que não tivessem abandonado a maçonaria. Logo depois, as que se recusaram a adotar a medida foram interditadas, dando início ao que se denominou desde a época a Questão Religiosa. O Governo ordenou a suspensão das interdições (12 de junho de 1873), o bispo se recusou (6 de julho) e foi indiciado – ele e dom Antônio Macedo Costa, do Pará, que adotara medida semelhante em Belém – pelo Supremo Tribunal (12 de dezembro). Em 2 de fevereiro de 1874,

---

beneditinos que os três jovens que a ordem mandara a Roma para o noviciado e profissão não poderiam integrar a Ordem no Brasil.

[191] Cf. VIEIRA, sobretudo os dois últimos capítulos e a conclusão, pag. 315-377.

paramentado, foi preso no Palácio Episcopal e recolhido ao Arsenal Naval do Recife, de onde embarcou para a Corte seis dias depois.

O ponto que a crise chegou surpreendeu Lucena. Em relatório à Assembléia Provincial, em 1874, referente a 1873, o presidente da Província confessa que estava bem longe de supor que essa questão fosse assumir um caráter incandescente causando abalo geral nas consciências e trazendo profundamente estremecidas as relações entre o Estado e a Igreja"[192].

Até ai eram boas as relações entre dom Vital e as autoridades provinciais, que atendiam a exigência do prelado de uma ação mais enérgica contra os protestantes. No seu Relatório de 1873, referente ao ano de 1872, o Barão de Lucena garante que procurava manter-se em posição conciliadora, "empregando todos os meios possíveis para sustentar o equilíbrio e a harmonia indispensáveis ao Estado e à Igreja". O presidente estava convencido que só marchando juntos "os dois poderes soberanos" poderiam "cooperar com a civilização, progresso e engrandecimento das nações"[193].

De fato, as ações de Lucena – e disso se queixavam liberais, mações e protestantes – atendiam os interesses de dom Vital. No início de 1873, por exemplo, a polícia invadiu um culto congregacional e proibiu nova reunião. Em março, os policiais entraram na casa do missionário português Manoel José da Silva Viana quando ocorria uma reunião de oração. No final de julho, o alvo da polícia foi a residência de José Caldeira, outro missionário português. É claro que tudo isso motivou a imprensa maçônica, liberal e republicana contra dom Vital[194].

O bispo agia também no interior da própria Igreja Católica. Em 14 de maio de 1873, dom Vital suspendeu *ex-informata consciencia* o deão Joaquim Francisco de Faria. O prelado parecia à espreita de uma chance para punir o dirigente liberal. E a oportunidade veio em 28 de janeiro, quando Lucena exonerou o cônego Francisco Pedreira dos Santos e nomeou o deão Faria para reger o Ginásio Pernambucano. A designação foi recebida com entusiasmo pela imprensa maçônica e liberal. Para assumir o cargo, o padre deixou Olinda, onde residia. Dom Vital alegou que para mudar de cidade ele teria que cumprir a lei canônica que previa solicitação de licença ao papa e ordenou que retornasse.

Em longa carta no jornal *A Província*, órgão oficial do Partido Liberal, o padre argumentou ser do direito do Governo dispensar temporariamente um sacerdote de residência "quando necessita dos serviços do beneficiado em proveito do país". Portanto, nomeado para

---

[192] LUCENA, Henrique Pereira, presidente da Província de Pernambuco. *Relatório de 1874 à Assembléia Provincial*, pag. 34-35. Arquivo Nacional 005-2-79.
[193] Idem, *Relatório de 1873 à Assembléia Provincial*, pag. 12. Arquivo Nacional 005-2-79.

um cargo público, em conseqüência foi dispensando da residência canônica. Recordou que esta tem sido a conduta quando um padre é eleito deputado ou precisa se ausentar para tratamento de saúde ou viagem ao exterior. Ainda mais porque o cargo de regedor do Ginásio Pernambucano exigia que morasse no estabelecimento[195].

Os argumentos do deão não convenceram dom Vital, que manteve a suspensão de ordens. Os liberais, por sua vez, reagiram. No mesmo dia, reuniram-se para prestar solidariedade a Faria em frente ao Ginásio Pernambucano. A manifestação logo tornou-se violenta. A multidão invadiu o colégio dos jesuítas, destruiu a tipografia que imprimia o jornal *A União*, queimou livros e documentos. Dois padres foram agredidos e um deles morreu apunhalado. Os liberais culparam o Governo Provincial, em mãos dos conservadores, por não ter previsto "a sobre excitação do sentimento popular".

A 16 de maio de 1873, dois dias após a suspensão, nove dirigentes do Partido Liberal fizeram publicar em *A Província* o apoio a Faria[196]. Foram marcados novos protestos para a frente a Igreja de São Francisco, mas dessa vez a cavalaria da polícia interveio, ferindo várias pessoas. Uma criança morreu[197]. Diante do aguçamento da crise, e certamente na tentativa de levar dom Vital a permiti-lo voltar ao exercício das ordens, Joaquim Faria pediu demissão do Ginásio Pernambucano em 23 de maio.

Portanto, a situação da Igreja Católica era difícil em Pernambuco. Não poucos padres eram acusados de envolvimento na Revolta do Quebra-Quilos, denominado assim os diversos movimentos que se espalharam por 35 localidades da Paraíba, 23 de Pernambuco, 13 no Rio Grande do Norte e sete em Alagoas, em 1874 e 1875. O estopim foi o estabelecimento do Sistema Métrico Decimal em substituição às antigas medidas lineares – vara, côvado e jarra -, de volume - onça, libra e arretel -, líquidas – carrada e quartilho – e de grãos e farinhas – salamins, quartas e alqueires.

---

[194] Pelo Artigo 276 do Código Criminal do Império, de 1830, previa a dispersão do culto de outra religião que não o Catolicismo em qualquer lugar público. É claro que havia tolerância, mas certamente o que ocorreu no culto Congregacional em 1873 em Recife foi com base nesse dispositivo legal.

[195] FARIA, deão Joaquim Francisco de Faria. Carta ao jornal *A Província*, 7 de maio de 1873, p. 2-4.

[196] *A Província*, 16 de maio de 1873, pag. 1.

[197] O jornal *A Província* era um dos mais contundentes adversários de dom Vital, a qual qualificava de "apóstolo do obscurantismo e da superstição" e "incapaz de gerir a mais acanhada e obscura paróquia de aldeia (edição de 16 de maio de 1873, p. 3). Após os incidentes no colégio dos jesuítas, o jornal passou vários dias a tentar demonstrar que havia exagero nas conseqüências dos protestos e que o padre que morreu havia sido vítima de uma febre e não de punhalada. Ver as edições de 16, 19 e 22 de maio de 1873. O jornal também buscava todo o tempo a denunciar possíveis falhas dos padres ligados a dom Vital. Na edição de 9 de maio de 1873, por exemplo, denuncia, sob o título *Ganância clerical*, que o vigário de Santo Antônio, padre Castilha, "um jesuíta de batina", deixara de celebrar a missa dominical de 4 de maio em sua paróquia para rezá-la em outra igreja, onde seria remunerado pelo Montepio Santa Cruz.

Os consumidores protestavam contra a introdução de um sistema que não conheciam, e os pequenos comerciantes reclamavam porque eram multados quando ainda não tinham aderido as novas medidas. Havia também insatisfação com relação a alta dos impostos, destinada a tentar equilibrar a péssima situação financeira das províncias do Norte, e o conseqüente aumento do custo de vida.

Não cabe aqui um relato minucioso e uma avaliação mais profunda do que foi o Quebra-Quilos. Pernambuco passava por uma grave crise econômica, já uma sensação desprestígio da província atingia a elite, embora ainda possuísse um poder político do qual só seria despojada na república. Um sentimento frustração e decadência assolava os pernambucanos. Os grandes proprietários reclamavam que a única preocupação da monarquia era com o Sul, para onde iam os investimentos, as estradas de ferro e a mão de obra[198]. Se a situação dos produtores de cana e algodão era tão crítica, não é necessário grande esforço para imaginar a crise dos pequenos lavradores e comerciantes e dos trabalhadores, sobretudo os do interior.

Foi esse o cenário do Quebra-Quilos, qualificado por um dos seus estudiosos como uma "forma primitiva ou arcaica de agitação social", que produziu mais do que um tumulto e menos do que uma revolta em umas cidades e uma revolta quase articulada em outras[199]. O pesquisador reconhece, entretanto, a ação de padres, ainda ressentidos com a condenação dos bispos, que consideravam uma idéia maçônica a implantação do Sistema Métrico Decimal[200]. Não há de esquecer que estava em curso ainda a Questão Religiosa.

Os diversos incidentes do Quebra-Quilos resultaram em repressão, "cega e violenta" do Governo[201], facilitada pelo telégrafo elétrico e pela ferrovia. As tropas legais, às quais estavam associadas as forças policiais provinciais, foram comandadas pelo general Severiano da Fonseca. Os jesuítas italianos que atuavam no interior de Pernambuco foram acusados de fomentar rebeliões nas cidades por onde passavam. Oito religiosos da congregação foram presos e expulsos. Dois deles – Antônio Aragnetti e Antônio Onoratti – foram mesmo acusados de autores dos planos de sedição.

Também se viram envolvidos o padre Ibiapina, então já um velho sacerdote, que, apesar da idade, continuava a pregar missões pelo interior, e o vigário de Campina Grande, Calixto

---

[198] Sobre isso, MELLO, Evaldo Cabral. *O norte agrário e o Império: 1871-1889*. Sobre a situação econômica de Pernambuco e os esforços para superar a crise, EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*.

[199] SOTTO MAIOR, pag. 1

[200] O curioso é que o Sistema Métrico Decimal foi formulado por um padre, Gabriel Mouton, em 1670. No Brasil foi implantado pela Lei 1157 de 26 de junho de 1862, mas a sua implantação efetiva só se deu a partir de 1872.

[201] SOTTO MAIOR, pag. 34

Corrêa da Nóbrega. Ibiapina não chegou a ser denunciado. Calixto, entretanto, foi processado, mas acabou absolvido[202].

Mesmo reconhecendo que a ação dos padres contribuiu para desencadeamento de ações do Quebra-Quilos, é certo que os governos das quatro províncias onde ocorreram manifestações exageraram na culpabilização dos sacerdotes. A todo o momento buscavam vincular as manifestações rebeldes com os protestos que ocorriam em Recife e cidades do Interior contra as condenações dos bispos. E não foi difícil tal vinculação devido aos sermões dos padres contra o Governo e a Maçonaria. O Visconde do Rio Branco, chefe do Governo, estava convencido de que era uma sedição jesuítica[203].

Os que tinham os meios para registrar os acontecimentos e expor as suas opiniões em documentos públicos oficiais não podiam acreditar que o Quebra-Quilos pudesse ocorrer sem uma liderança letrada. Sem se referir diretamente a padres seculares ou jesuítas, o ministro do Império João Alfredo acusava "alguns mal intencionados", que abusavam do "povo incauto", sob o "pretexto" das questões religiosas, e das "leis gerais e provinciais sobre recrutamento, impostos e novos pesos e medidas"[204].

O Quebra-Quilos pode ter aguçado a crise nas relações entre a Igreja e o Estado, mas não impediu que o governo acabasse por chegar a um acordo com a Santa Sé. Diplomatas dos dois lados acertaram um compromisso em que os bispos seriam anistiados em troca da suspensão dos interditos das igrejas. A conciliação – que era a política preferencial da Santa Sé – já havia sido buscada antes mesmo do julgamento de dom Vital e de dom Macedo Costa.

A conhecida Missão Penedo arrancara da Secretaria de Estado um documento em que dom Vital recebia uma moderada crítica, era aconselhado à prudência e ordenado que levantasse as interdições pelo menos por um período. Só que o acordo foi atropelado pelo processo criminal e a Igreja mandou que dom Vital rasgasse a carta que recebera com a posição da Santa Sé[205].

O novo acordo foi selado em Roma, e a proposta levado ao Imperador por Caxias, chefe do gabinete conservador empossado em junho de 1875. Consta de Pedro II relutou na anistia,

---

[202] Idem, pag. 51

[203] Os jesuítas tomaram claro partido em defesa dos bispos presos. Para contrabalançar a ação dos padres da Companhia de Jesus, os bispos contavam com os capuchinhos, mandados pregar pelo interior contra as manifestações do Quebra-quilos. Sobre o assunto, ver também MILLET, Henrique. *Os Quebra-quilos e a crise da lavoura*, Recife, Typ. do Jornal de Recife, 1876; e MONTEIRO, Hamílton M. *A Revolta do Quebra-quilos*. São Paulo, Ática, 1995.

[204] OLIVEIRA, João Alfredo Correia, ministro do Império. *Relatório de 1873*, pag. 59. Arquivo Nacional 007-12-82.

[205] A versão de dom Vital para a Questão Religiosa pode ser encontrada em *OLIVEIRA, dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Abrégé historique da la question religieuse ao Brésil par l' Eveque d' Olinda. Rome, Impremèrie de la Proppagande, 1875.*

mas acabou concordando. O projeto foi levado ao Conselho de Estado a 8 de setembro. Nove dias depois, 17 de setembro, a anistia foi concedida pelo Decreto 5933, com base no Parágrafo 9º. do Artigo 101, da Constituição[206]. Vital e Macedo Costa foram soltos, depois de presos por um ano, nove meses e quinze dias[207].

O inquieto bispo de Olinda dedicou-se então a tentar convencer a Santa Sé que agira corretamente. Depois de anistiado não voltou de imediato a Recife. Ficou ainda alguns dias na Corte, de onde embarcou para Roma, em visita *ad limina*, chegando em 9 de novembro de 1875. Retornou ao Brasil quase um ano depois. Em meio a grandes festas dos católicos, desembarcou em Recife a 6 de outubro de 1876, uma sexta-feira, acompanhado do padre Lima e Sá. O *Jornal do Recife*, que radicalizava ainda mais suas posições contra o bispo, reconhece que muita gente fora ao Cais do Arsenal de Marinha, mas para assistir a recepção. "Bombas e foguetes foram soltadas em quantidade". Dom Vital foi homenageado com Guarda de Honra de soldados da infantaria. Em vestes pontificiais caminhou do cais até a Igreja de São Pedro[208].

Ficou em Recife por apenas seis dias. Saiu de Pernambuco a 12 de outubro, designando José Joaquim Camello de Andrade para governar a Sé de Olinda. "Não houve nem povo, nem bomba, nem foguetes"[209]. Chegou dia 18 ao Rio, onde ficou por pouco tempo porque voltou a Pernambuco a 9 de novembro. Dessa vez a não houve festa na recepção. O *Jornal do Recife* ressaltou que ninguém, em maiúscula, "o foi receber, nem mesmo a sua gente". Informou que o bispo teve que pegar um carro de aluguel para se deslocar até o Palácio da Soledade. Lembrou que quando chegou da Europa, no mês anterior, fora recebido com "foguetes, bombas, tropa, salva de artilharia e vivas, tudo arranjado de antemão pelos seus amigos"[210]. O diário *A província*, entretanto, esclareceu que fora dom Vital quem pedira que não houvesse manifestação em sua chegada[211].

Administrou e pastoreou a Diocese de Olinda por pouco mais de cinco meses. No dia 25 de abril de 1877, embarcou para o Rio de Janeiro e depois de novo para a Europa[212].

---

[206] A medida atingiu também aos governadores diocesanos nomeados por dom Vital e por dom Macedo Costa e que foram punidos porque se recusaram a levantara os interditos.
[207] Em abril de 1876, pelo documento *Exortas in ista dittione*, Pio IX ordenou aos bispos brasileiros que levantassem as interdições. Sobre a conciliação entre Igreja e Estado na Questão Religiosa, ver GOMES, p. 349.
[208] *Jornal do Recife*, 7 de outubro de 1876, p. 1.
[209] Idem, 13 de outubro de 1876, p. 1.
[210] Idem, 10 de novembro de 1876, p. 1.
[211] *A Província*, 11 de novembro de 1876, p. 1.
[212] Nessa derradeira viagem à Europa, dom Vital conferiu as ordens menores ao seminarista paraibano Adauto Aurélio de Miranda Henriques, que depois teria atuação importante na Diocese de Olinda até se tornar o primeiro bispo da Paraíba, em 1894. Sobre a implantação dessa diocese, ver FERREIRA, Maria de Fátima Guerra. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba, 1894/1910.*

Certamente não obteve êxito junto à Santa Sé porque a política da Secretaria de Estado era claramente de conciliação em situações como a da Questão Religiosa – política que se tornaria ainda mais evidente com Leão XIII, o sucessor de Pio IX. Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira não voltaria ao Brasil: morreu de câncer, no Convento dos Capuchinhos em Paris a 4 de julho de 1878. Tinha 33 anos. Recife estava novamente sem bispo. E assim ficaria até 1881[213].

Presidido pelo chantre Camello de Andrade, o Cabido Diocesano reuniu-se no dia 11 de julho de 1878 para designar um Governador Episcopal. Logo no início da reunião, dois cônegos defenderam a revogação da suspensão *ex-informata conscientia* do deão Faria. A maioria mostrou-se favorável à medida, mas Camello de Andrade percebeu que pretendiam eleger Faria Governador da diocese e não deixou que o assunto fosse tratado sob o argumento que a convocação tinha outro objetivo. Assim conseguiu eleger-se Governador Diocesano[214]. É bem possível que sua eleição tenha sido acordada com os aliados do deão Faria. Tanto que no mesmo dia, Camello de Andrade anistiou o cônego[215].

Joaquim Arcoverde acompanhou à distância a maior parte da Questão Religiosa. Era certamente informado por carta de parentes, sobretudo do irmão, que estava em Recife desde o aguçamento da crise, em 1874. Foi nesse ano que os dois foram ordenados, em cerimônia presidida pelo cardeal Constantino Patrizzi, na Basílica de São João de Latrão[216]. As ordenações revestiam-se então de grande pompa, com missa solene e a presença de uma autoridade eclesiástica escolhida entre as mais importantes. Patrizzi, por exemplo, ocupava a estratégica função de Vigário-Geral de Roma, ou seja, quem administrava a Arquidiocese de Roma em nome do Papa. Era, portanto, muito próximo a Pio IX, por quem era o encarregado de executar a política da Igreja para a capital italiana, ocupada pelas tropas unificadoras desde 1870[217].

---

[213] Gueiros Vieira acha que as mortes de dom Vital a de Pio IX, também em 1878, e a eleição de Leão XIII, serviram para desanuviar o ambiente e melhorar as relações entre Igreja e Estado. Cf. VIEIRA, pag. 369. O *Jornal do Recife* relata desde que perceberam que o bispo não contava mais com o apoio da Santa Sé, os amigos abandonaram dom Vital. Decidiu abandonar a diocese porque estava "desgostoso, doente, convicto de nunca venceria (...). Da noite para o dia, com geral surpresa, partiu, sem dizer uma só palavra de adeus ao seu rebanho (...). Foi apenas mais uma vítima do jesuitismo". *Jornal do Recife*, 9 de julho de 1878, p. 1.

[214] *Jornal do Recife*, 12 de julho de 1878, p. 1.

[215] ANDRADE, cônego Joaquim Camello, governador da Diocese de Olinda *ao presidente da Província de Pernambuco, Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda, 12 de julho de 1878*. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 18 folha 258.

[216] Com eles foi ordenado um outro pernambucano, Luiz Francisco de Araújo.

[217] São João de Latrão – e não a Basílica de São Pedro – é a Catedral de Roma. Por isso, a importância de ser ali ordenado, um fato que merece destaque em qualquer poliantéia. Os papas ali viveram até o século XIV. Próximo à catedral, localiza-se o Palácio de Latrão, construída nos anos quinhentos. Nela funcionam ainda a Cúria e os escritórios do Vicariato de Roma. A Catedral e o Palácio são considerados parte do Estado do Vaticano, segundo o Tratado de Latrão de 1929. A administração da Arquidiocese de Roma foi passada ao Vigário-Geral no século

Quando os irmãos Arcoverde chegaram a Roma, em 1866, o Pio Latino-Americano funcionava na Praça Minerva. O clima do colégio era o de Pio IX, que o fundara fazia oito anos. Antes de ser eleito papa, ele estivera na América Latina e tomou conhecimento das dificuldades da Igreja na região[218]. A instituição estava em processo de crescimento e, em 1867, teve que se transferir para um local maior, no caso Santo André do Quirinal, de onde recebeu ordem de despejo, com a ocupação da cidade pelas tropas de Victor Emanuel[219]. Um novo prédio, de cinco andares e um porão, com 5400 metros quadrados, foi então construído nos Prados do Castelo, com projeto do arquiteto romano Themistocles Marucchi, que cuidou pessoalmente da obra até morrer em maio de 1887.

Os irmãos Arcoverde não chegaram a residir no edifício novo, localizado à margem direita do Tibre, com vista para a Praça de São Pedro. Joaquim, entretanto, esteve presente na cerimônia em que o cardeal Carlo Sacconi, protetor do Pio Latino-Americano, fez a colocação da pedra fundamental da construção, em 29 de junho de 1884. As obras, porém, só começaram efetivamente no ano seguinte.

Em uma época em que a Igreja praticamente perdia o poder temporal, e o Papa dizia-se prisioneiro nos palácios pontifícios em torno da Praça de São Pedro, todos os esforços eram destinados a firmar a Igreja como a grande força espiritual e moral do Ocidente, influindo nos costumes e nas ações dos Estados. As cerimônias religiosas ganharam pompa ainda maior, e os seminaristas que alcançavam as ordens estavam imbuídos dessa mentalidade que se espalhava por todo o Catolicismo[220].

Eram verdadeiros soldados, conscientes de que pertenciam a uma corporação que cada vez mais fechada em torno de si mesma. Por todo o cenário que o envolvia, por tudo o que ouvia, pelos contatos com bispos e padres que viviam na cidade, pela formação proporcionada pelos jesuítas e pela própria experiência acumulada, qualquer um que se formasse na sede da Igreja sabia que estava destinado a ser mais que mero soldado raso. Havia consciência de que para ele estavam reservados os melhores cargos burocráticos. Um aluno formado em Roma nunca descartava a possibilidade de chegar ao episcopado. Todos acabavam aprendendo a se comportar e tornavam-se conhecedores dos meandros da burocracia da Santa Sé, dos cargos

---

XVI, na medida em que aumentaram os compromissos papais em relação aos estados pontifícios e à Igreja Universal. Cf. REESE, pag. 22.

[218] BRUNEAU, Thomas C., *Catolicismo brasileiro em época de transição*, pag. 58, nota 1.

[219] O prédio de Santo André do Quirinal foi demolido e em seu lugar construído uma praça pública.

[220] Os Estados Pontifícios tinham cerca de 26 mil quilômetros quadrados, perdidos para as forças unificadoras. Após a conquista de Roma, o Papa ficou então confinado em uma área de 108,7 acres, que, com o tratado de 1929, formou o Estado do Vaticano.

verdadeiramente importantes, dos nomes em ascensão. Sabiam os atalhos, a quem se ligar, aonde ir, como atuar ao receber o sacerdócio.

Assim se confirmaria o projeto de fundação do Pio Latino-Americano vinte anos antes. O Colégio era o local de pouso dos seminaristas. Ali moravam e dali se deslocavam para as aulas nos institutos de filosofia e teologia. A maioria deles, como os irmãos Arcoverde, estudava na Gregoriana, que também era dirigida por padres da Sociedade de Jesus, a mais importante congregação religiosa ultramontana e, por isso mesmo, combatida no mundo inteiro pelos chamados "inimigos da Igreja".

A Gregoriana e o Pio Latino-Americano eram dois instrumentos importantes da Igreja para a formação do clero segundo o modelo do Concílio Tredentino, trezentos anos antes. Era no século XIX que estava se concretizando o ideal do padre preconizado em Trento. Na Gregoriana, atuavam alguns dos melhores teólogos jesuítas, como Carlo Passaglia e Clemens Schrader, que certamente foram professores de Arcoverde[221]. Era uma formação tradicionalista e conservadora.

O padre tridentino, ou seja, aquele que o jesuíta – ou o lazarista, ou o redentorista - buscava formar, era homem de oração e meditação, treinado nas virtudes morais de sua condição: a castidade, a discrição, a amabilidade, a distância necessária. A aparência é muito importante. Por isso, o padre deve cultivar o asseio, manter a batina limpa e decorosa, postar-se com rigidez. Esse modelo acaba sendo trazido para o Brasil por aqueles que estudaram no Pio-Latino Americano e no São Sulpício, em Paris. Basta ver os regulamentos dos seminários a partir da segunda metade do século XIX.

Eram três as maiores preocupações dos jesuítas no Pio Latino-Americano, todas interligadas entre si. A primeira era imbuir os estudantes do espírito de fidelidade total à Igreja e do respeito absoluta à hierarquia e à disciplina. A segunda objetivava inculcá-los da importância do Catolicismo e do seu lugar no Ocidente. A terceira, capacitá-los a atuar na burocracia eclesiástica, então destinada a modernizar a administração da Igreja.

Para que esses objetivos se concretizassem, os jesuítas centralizavam esforços nas formações espiritual e intelectual dos seminaristas. Os estudantes estavam sempre envolvidos em exercícios espirituais e orações. Os retiros eram constantes. Uma vez por semana era posta uma questão moral ou teológica para debate sob a supervisão dos padres.

Quando não estavam recolhidos em oração – individual ou coletiva -, ou se dedicando aos cursos dos institutos de formação filosófica e teológica, os seminarista tinham aulas extras com os jesuítas. Havia um explicador para cada uma das disciplinas ministradas na

Gregoriana, ou seja, Lógica, Metafísica, Ética, Física, Matemática, Química e Astronomia, no curso de Filosofia, que durava três anos; Dogmática, Moral, História Eclesiástica e sagradas escrituras, no de Teologia, com duração de quatro anos. Além desses dois, o estudante formava-se em Direito Canônico – curso que poderia durar até dois anos e começava após a formação em Teologia.

Não eram somente aulas que reforçavam os cursos que acompanhavam fora, mas sobretudo o que dizia respeito ao sacerdócio, como oratória, por exemplo. A forma de pregar treinada em Roma e depois transmitida nos seminários brasileiros mudará completamente a oratória sacra que era marca importante do catolicismo no Brasil. A grandiloqüência dos mais conhecidos pregadores da Colônia e de grande parte do século XIX, principalmente – estilo que mobilizava multidão de ouvintes e mereceu a atenção dos historiadores e críticos literários –, cederá lugar a uma forma mais intimista, mais pausada, menos tensa e gritada. Mais racional e menos emocional. O objetivo era agora explicar a doutrina e não mais exibir exuberância. O estilo barroco estava sendo enterrado em favor do gótico. A arte cedeu lugar à pedagogia.

Outro cuidado dos jesuítas era quanto a Liturgia. Um dos objetivos do ultramontanismo era unificar as formas de expressão da fé e torná-las efetivamente romana em todo o mundo. Não deveria haver mais espaço para expressões nacionais e particulares, a não ser em situações específicas e singulares, como a dos maronitas, melquitas ou ucranianos, que mantiveram língua e ritual próprios. Para a América Latina, a liturgia seria estritamente romana. Por isso, os alunos se familiarizavam com os rituais e com o canto gregoriano.

Também se capacitavam para embates com adeptos de idéias contrárias aos ensinamentos da Igreja. Um padre novo deixava o Pio Latino-Americano com forte espírito de corpo, fiel à Igreja e à sua hierarquia e em condições de executar a política de "acumulação patrimonial" da Santa Sé para a América Latina[222]. Terá capacitação apologética para enfrentar maçons, liberais, positivistas, livre-pensadores, socialistas e evolucionistas[223]. Estava formado para administrar e educar, para pregar e celebrar nos padrões ultramontanos,

---

[221] Cf. SCHATZ, Klaus. *Historia de la Iglesia contemporanea*, p. 65-66.

[222] Sobre isso, MICELI, p. 14.

[223] Há uma absoluta carência de estudos sobre o Pio Latino-Americano, que influenciou pelo menos três gerações de bispos e padres brasileiros e serviu de modelo aos seminários instalados no Brasil no século XX. Sérgio Ricardo Coutinho reconhece na biografia do Victor Coelho de Almeida, sua dissertação de mestrado, a falta de trabalhos a respeito da instituição. Cf. COUTINHO, Sérgio Ricardo, *O ex-padre: a trajetória política e religiosa de Victor Coelho de Almeida*, pag. 77. A documentação do colégio está toda em Roma a espera de quem disponha de verba de pesquisa para nela se debruçar por algum período. Há um texto sobre o Colégio, sem autor e traduzido do italiano, produzido em 1890 e dedicado a Joaquim Arcoverde, que estava em Roma para ser sagrado bispo de Goiás: *Colégio Pio Latino Americano nos prados do Castelo*, que pode ser encontrado no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, pasta *Seminários de Fora 1836 a 1952*.

para negociar e combater. Quando retornar ao Brasil, Joaquim Arcoverde saberá certamente o que dizer, como dizer, a quem dizer e os passos que terá que dar.

Tudo isso custava caro, embora dom Macedo Costa garantisse que não custasse mais do que um seminário maior no Brasil[224]. Não há informações disponíveis sobre os gastos de um estudante na época que os irmão Arcoverde estiveram em Roma. Em 1890, porém, a pensão anual, que podia ser paga em duas vezes, era de 1.300 francos, sendo exigido como fiador um banco com representação em Roma. Além disso, era paga uma jóia de 350 francos. Por essa pensão, o Pio Latino-Americano oferecia residência em Roma, casa de campo nas férias, refeições, roupa lavada, vestuário eclesiástico, instrução, médico e remédio.

O aluno tinha ainda que arcar com os livros, as roupas íntimas e os divertimentos fora do colégio. Poder arcar com os custos não era a condição principal para ser aceito no Pio Latino-Americano. Para o colégio só eram enviados os alunos que se distinguiam "pela sua inteligência, aplicação e piedade", como assinalava Macedo Costa. O bispo do Pará reclamava então que os prelados enviavam poucos estudantes a Roma, o que tornava o Brasil proporcionalmente o país com o menor número de alunos no Pio Latino-Americano de todo o continente. Macedo Costa não somente assinalava a sólida formação nas "ciências sagradas", mas o fato do seminarista estar "junto ao trono de Pedro"[225].

Para garantir o retorno de tão alto investimento, ao final do segundo ano de filosofia, o aluno era obrigado a assinar um termo de compromisso de que pretendia seguir a carreira eclesiástica[226]. O sustentado pela diocese – não o caso dos irmãos Arcoverde – prometia voltar ao seu país e servir ao seu bispado. Os menores de 15 anos (e maiores de 10) só eram matriculados em casos excepcionais, aceitos pelo Papa[227].

E todos os outros daquele grupo que se ajoelhava aos pés do cardeal Patrizzi no dia 4 de abril de 1874 certamente sabiam que eram os soldados mais treinados da Igreja. Junto aos dois irmãos Arcoverde[228], ali estavam, deitados sobre o solo da Basílica de Latrão, quatro outros jovens que no futuro ocupariam postos importantes na hierarquia católica latino-

---

[224] COSTA, dom Antônio Macedo. Artigo publicado no jornal *Estrela do Norte*, de Belém, e reproduzido no *Jornal de Recife* de 29 de abril de 1869, p.2.

[225] Cf. COUTINHO, *O ex-padre: a trajetória política e religiosa de Victor Coelho de Almeira*, pag. 76.

[226] Em 1869, estudavam no Pio Latino-Americano 38 brasileiros. Além de Olinda, havia seminaristas das dioceses do Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e São Pedro do Sul (Rio Grande do Sul). Cf. SOUZA, Paulino José Soares, ministro do Império, *Relatório de 1870*, pag. 84. Arquivo Histórico Nacional 007-9-82.

[227] Leonardo e Francisco puderam estudar no Pio Latino-Americano certamente por uma deferência aos irmãos, já alunos. Eram maiores de 15 anos, mas não há indicação de que tenham sido apresentados pela Diocese de Olinda, nem que tenham se compromissado com o sacerdócio

[228] O fato de Joaquim Arcoverde ter permanecido cerca de um ano no Brasil em 1871, cuidando do inventário do pai, fez com que seu irmão Antônio, um ano mais novo e que só entrou para o Pio Latino-Americano um ano depois, recebesse a ordem na mesma cerimônia.

americana: Mariano Espinosa, futuro arcebispo de Buenos Aires; Mariano Soler, que seria arcebispo de Montevidéu e ministro da Instrução Pública do Uruguai; e Eduardo Duarte Silva, bispo de Goiás e depois de Uberaba[229].

O Pio Latino-Americano deixará marcas permanentes em Joaquim Arcoverde - e com certeza em todos os que passaram pelo colégio. Depois de seu retorno ao Brasil, toda a vez que viajava a Roma, mesmo já cardeal, era nele que se hospedava. Foi no Pio Latino-Americano que fez questão de ficar quando recebeu o cardinalado – o que proporcionou uma reforma em suas instalações, pagas pelo Governo Brasileiro. Em sua capela, celebrou a última missa antes e a primeira depois de feito Cardeal. Não teve dúvidas em enviar seminaristas de São Paulo e do Rio para que nele se formassem. Ao colégio se referia sempre com gratidão.

Um exemplo é um documento de cinco folhas manuscritas, provavelmente um discurso dirigido a um superior jesuíta, no qual aponta um conjunto de caracteres que se contradizia e se completava. Não há indicação de data nem do motivo de sua fala, mas nele fica demonstrado como Arcoverde tinha em conta o Pio Latino-Americano e a Companhia de Jesus[230]. Recorda das visitas ao colégio do "meigo e angélico padre-geral Pedro Beck". Refere-se com carinho e saudade ao "nobre e paternal padre Marcucci", diretor de estudos do Colégio Romano, e ao "piedoso e caridoso padre Vanutelli", que fora Reitor do Pio Latino-Americano. Recorda "o expansivo e risonho padre Cardela, o nobre e meigo padre Pouza e o severo e piedoso Ragazzini, todos provinciais da Província Romana".

Sobre um outro reitor do Colégio, padre Santinelle, Arcoverde afirma ter sido "quem mais tornou conhecido na América aquele colégio, o que mais impulsionou os estudos e a disciplina nesse estabelecimento". Qualifica de "robustas colunas" os padres Frazelin, Balerni, Palmieri e Luiz Costa, que foi seu diretor-espiritual.

> *Foi à sombra benéfica desses cedros que vimos os primeiros albores de vida espiritual, que iniciamos nossa educação moral, literária e científica; foi aí que se robusteceu e lançou raízes nossa vocação*[231].

---

[229] Em 1870, estudavam 50 brasileiros no Pio Latino-Americano. A Diocese de Olinda era a que tinha o maior número de seminaristas na instituição: 27, sendo 18 de Pernambuco, entre eles os irmãos Arcoverde, oito do Rio Grande do Norte e um da Paraíba. Os outros eram de Rio Grande do Sul (12), Ceará (oito), Bahia (oito, sendo um de Sergipe e os outros baianos mesmo) e Rio de Janeiro (dois, ambos de Santa Catarina, que na época era território da Diocese da Corte). Cf. HAUCK, FRAGOSO et Alii, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época*, pag. 182.

[230] Pode ter sido em uma das visitas a Roma, em uma cerimônia na Província Romana da Companhia de Jesus.

[231] *Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde. Documento 4.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

O Pio Latino-Americano e o contato com a sede da Cristandade foram de fato um deslumbramento para Arcoverde, como deveria ser para vários outros[232]. Ali passou da adolescência à idade adulta, assistiu a todos os embates entre liberais e ultramontanos, as convulsões que marcavam a agora capital do unificado Reino da Itália. Acompanhou o Concílio que decretou a infalibilidade papal – decisão que contou com apoio unânime dos bispos brasileiros[233]. E presenciou um momento limite, que marcou ainda mais a intransigência ultramontana: a tomada de Roma pelas tropas unificadoras do Rei Victor Emanuel em setembro de 1870.

O Colégio era um alvo certo dos liberais mais radicais romanos porque nele viviam jesuítas. Entretanto, nada aconteceu ao colégio, e os padres ou alunos não sofreram nenhuma agressão física, o que acontecia com freqüência. O representante brasileiro junto à Santa Sé atribui essa tranqüilidade a um artifício lançado mão pelos jesuítas: hastearam as bandeiras de todos os países latino-americanos para o quê pediram a autorização diplomática. Havia então 46 estudantes brasileiros no Pio Latino-Americano[234].

Em Roma, Arcoverde passou oito anos. Ou melhor, sete anos porque todo o 1871 ele permaneceu em Pernambuco, tratando o inventário do pai. O capitão Budá morreu em Recife em 28 de novembro de 1870, mesmo ano do falecimento do sogro, Leonardo Pacheco do Couto. Tinha 48 anos. Um pouco antes de sua morte em 21 de julho de 1870 iniciou os trâmites para que seus dois filhos pudessem receber as ordens menores.

É por esse documento que se pode perceber a fluidez dos nomes em Pernambuco. Francisco de Albuquerque Budá – é assim mesmo que assina – solicita à Internunciatura o Breve de Dispensa do ano de luto para que o Vigário Capitular da Diocese de Olinda, padre João Crisóstomo de Paiva Torres, possa expedir autorização para a recepção das ordens menores em favor de seus dois filhos, "Joaquim Severiano de Albuquerque Arco Verde e Francisco d'Albuquerque Arco Verde"[235].

Portanto, Joaquim Arcoverde não era ainda Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Sequer ostentava o Cavalcanti, e o Arcoverde era ainda Arco Verde. Seu segundo pré-nome era Severiano, igual ao de um tio, irmão mais velho do Capitão Budá, assassinado

---

[232] Sobre o que representava a estada em Roma para um jovem que buscava o sacerdócio católico, ver MICELI, p. 121-123.

[233] O Concílio Vaticano I começou a 20 de outubro de 1870 e foi interrompido em 8 de dezembro de 1870 por causa da tomada de Roma pelas tropas unificadoras. As reuniões conciliares se davam no Palácio Quirinal, confiscado para ser o Palácio Real Italiano em 7 de novembro.

[234] FIGUEIREDO, José Bernardo, representante diplomático junto à Santa Sé, *Ofício ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe, 16 de outubro de 1870.* Arquivo Histórico do Itamarati 209-4-5.

em 1862. De qualquer maneira, a Internunciatura concedeu a dispensa de um ano de luto, no caso pela morte de dom Francisco Cardoso Aires. Logo depois, a Diocese de Olinda enviou ofício ao Imperador pedindo licença para que os dois irmãos Arcoverde recebessem as ordens sacerdotais[236].

A morte do pai trouxe Joaquim Arcoverde de volta ao Brasil. O filho mais velho era tradicionalmente o responsável pelo inventário. Inventário longo, aliás, pois ainda em 1876 não tinha sido concluído, como disse Antônio Arcoverde ao justificar o pedido de demissão do cargo de regedor do Ginásio Pernambucano. Inventário que deixaria seqüelas na família pelo resto da vida.

Não foi possível ter acesso aos documentos referentes à distribuição dos bens de Budá. É certo, porém, que a Fazenda do Fundão ficou de posse da família. É provável que parte da herança, inclusive o Engenho Leão, de Escada, tenha sido vendida. A viúva Marcolina Dorotéia deixou o Fundão e foi morar em Olinda. Os filhos mais velhos procuraram um prédio imponente e presente no imaginário pernambucano para abrigar a mãe. Comprou um edifício imenso no centro da cidade, ao lado da Santa Casa, onde teriam residido Felipe Cavalcanti e Catarina Albuquerque, os antecedentes mais antigos e nobres da família. Ali Marcolina Dorotéia permaneceu até 1903, quando morreu, e o prédio então foi vendido às religiosas beneditinas, que já serviam na Santa Casa. O edifício ainda está em pé e é cartão-postal de Olinda: a Academia Santa Gertrudes, nome pelo qual seria conhecido a partir de 1912.

Além disso, dois irmãos seguiram com Joaquim para a Europa: Leonardo, então com 16 anos, que já vivia em Recife, onde estudava direito, e Francisco, com 15, que cursava medicina na Bahia. Os dois permaneceram no Pio Latino-Americano até 1875. Não há nada que indique que Joaquim pretendesse fazer sacerdote os dois irmãos. Se esse fosse o desejo da família, certamente o capitão Budá os teria enviado antes a Roma.

Ao contrário, parecia que o destino era outro. O objetivo evidente de Joaquim era controlar a educação dos dois, assumindo a tarefa do pai morto, provavelmente atendendo a uma orientação anteriormente expressa. Tanto que quatro anos depois do ingresso no Pio Latino-Americano, os dois transferiram-se para França, onde foram estudar medicina: Leonardo em Montpellier; Francisco em Paris. Formaram-se em 1882. "Aquela fortuna de

---

[235] CAVALCANTI BUDÁ, Antônio Francisco de Albuquerque. *Ofício 945-70 ao Vigário Capitular João Crisóstomo de Paiva Torres.* Arquivo Nacional, Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 914, pacote 5, documento 110.

[236] *Ofício 1072-70 da Diocese de Olinda ao Imperador.* Arquivo Nacional, Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pacote 5, documento 109

sertanejo patriarcal, Joaquim pôs a serviço da educação de seus irmãos mais moços de quem cuidou como um segundo pai[237].

Jerônimo, o terceiro filho de Budá, nascido em 1852, permaneceu no Fundão. Coube a ele cuidar da fazenda e não estudaria mais do que o primário. O outro irmão, o caçula Antônio Francisco, nascido no ano anterior ao da morte do pai, ficou com a mãe em Olinda. As irmãs estavam destinadas ao casamento: Teresa Arcoverde, com Domingos Ribeiro Viana; Ana, nascida em 1858, com o tio, irmão de sua mãe, tenente-coronel Veríssimo José Pacheco do Couto, quarenta anos mais velho[238]; Maria, de seis quando da morte do pai, com o capitão Antônio José Pires[239].

Na época da morte de Budá, a família Arcoverde possuía, portanto, bens suficientes para adquirir um palacete em Olinda, sustentar quatro filhos estudando na Europa e manter a fazenda em Olho d'Água dos Bredos. Assim, está longe de integrar o "patriciado decadente" como faz crer Miceli. Os Arcoverde não estavam empobrecidos, nem decadentes e não precisavam da corporação eclesiástica para "redirecionar suas expectativas"[240]. "Felizmente, meu pai, que, além de grande inteligência, era dotado de grande tino administrativo, deixou fortuna suficiente para estudarmos e continuarmos nossa tarefa" – diria Leonardo, alguns anos depois[241].

No futuro, quatro dos irmãos Arcoverde buscarão atividades fora do meio rural, como médico (Francisco), advogado (Antônio Francisco) e clérigos (Joaquim e Antônio). Dos dois que permaneceram ligados ao campo, o médico Leonardo, administraria de Recife a usina de açúcar que recebera do casamento com Carolina da Silveira Lins[242]. O irmão Jerônimo permaneceu todo o tempo no Fundão até a morte na década de 1910. Foi o único que poderia ser incluído entre os membros do "patriciado decadente".

Não há registro do que Joaquim Arcoverde, já padre ordenado, tenha feito entre o seu desembarque em Recife, 18 de junho de 1876, e a sua designação para o seu primeiro cargo,

---

[237] FREYRE, Gilberto, Primeiro cardeal da América Latina. In: *Quase Política*, pag. 118.

[238] A endogamia era "praticada à larga" entre as famílias mais importantes de Pernambuco, conforme Evaldo Cabral de MELLO, em *O fim das Casas Grandes*. Os Arcoverde não fugiram a essa regra, como também se viu no capítulo *Os primeiros anos pernambucanos*.

[239] As três irmãs ficaram viúvas antes de 1915. Depois da morte do tio e marido, e sem filhos, Ana Arcoverde mudou-se para o Rio de Janeiro. O irmão cardeal hospedou-a em um convento, onde morreu em 1945.

[240] MICELI, *A elite eclesiástica brasileira*, pag. 90.

[241] FREYRE, *Quase política*, pag. 118.

[242] Leonardo Arcoverde exercia a medicina apenas quando visitava a Fazenda do Fundão e Rio Branco, atendendo gratuitamente. Em 1931 publicou o livro *Pequena medicina ou noções rudimentares de medicina prática ao alcance de todos*. Rio de Janeiro, Empresa Graphyca Editora – Paulo, Pongetti & Cia. 415 páginas. Nesse livro, conta que estudou em Cajazeiras, no colégio do padre Rolim, entre 1864 e 1866, e demonstra gratidão a três professores do Pio Latino-Americano, padres Bergonti, Provensali e Caretti. De acordo com

no seminário[243]. É bem possível que o jovem sacerdote tenha dedicado o segundo semestre daquele ano para resolver pendências no inventário do pai e visitado Olho d'Água dos Bredos. Como dissera Antônio Arcoverde na carta de demissão do cargo de regedor interino, havia necessidade de cuidar dos "negócios pertencentes à família".

Recife tinha então cerca de 120 mil habitantes. É um cálculo – reconheça-se – meramente especulativo. O censo de 1872, realizado em meio a grandes dificuldades e que produziu resultados hoje considerados não muito fiéis à realidade, indica uma população de 116.671 habitantes, para 841.539 de Pernambuco e 9.930.487 do Brasil. *O Diário de Pernambuco* estima que 118 mil pessoas viviam na cidade em 1873. Ballou calcula 150 mil habitantes em 1890[244].

No primeiro dia de 1877, Joaquim Arcoverde ganha o seu primeiro cargo de importância, a de reitor do Seminário Pequeno, como então era costume chamar o seminário menor. É plausível que tivesse tido alguns encontros com dom Vital, que estava em Recife desde 12 de outubro, para acertar como deveria ser levada a cabo essa empreitada. Encontros também podem ter tido em Paris, onde Joaquim Arcoverde vivia antes de seu retorno definitivo ao Brasil e onde o bispo mantinha laços profundos e estava sempre que podia.

Embora tudo tivesse sido acertado, a nomeação formal de Joaquim Arcoverde só foi assinada pelo Governador do Bispado, padre Joaquim Graciano de Araújo, no dia 15 de maio, um mês depois de Vital partir de novo para a Europa, sendo comunicada ao presidente da Província em junho[245].

Arcoverde acumulava a reitoria com aulas de Filosofia para os seminaristas maiores e com a tarefa de estudar o regimento do seminário e propor mudanças. Elaborou mesmo um novo regimento interno, com base em tudo o que vira na Europa. Cumpria assim uma das funções mais comuns entre os padres formados no exterior, conforme havia assinalado dom Macedo Costa oito anos antes:

Gilberto Freyre, Leonardo e Francisco estudaram em Recife no Colégio São Joaquim, no qual Tobias Barreto ensinava latim. Cf. FREYRE, *Quase política*, pag. 118.

[243] Chegou a bordo do paquete Cotopaxi, de bandeira inglesa, acompanhado de um outro padre, Antônio Paiva. No mesmo navio estavam 18 imigrantes italianos, conforme registro do Jornal de Recife de 19 de junho de 1876, pag. 1.

[244] Cf. A população Pernambucana. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 1923, volume XXV, número 119 a 122, pag. 172-175; Andrade, Manuel Correia, *Geografia de Pernambuco*, pag. 39; Gonsalves de Mello, *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*, pag. 448; BALLOU, *Equatorial America*, pag. 124.

[245] ARAÚJO, Joaquim Graciano, governador do Bispado de Olinda. *Ofício ao presidente da Província de Pernambuco, Clementino Carneiro da Cunha Recife, 14 de junho de 1877*. Arquivo Estadual João Emerenciano (Pernambuco) AE 17 folha 22.

Os bispos que tem mandado alunos para os seminários da Europa não se têm descuidado de reformar seus próprios seminários. Antes é para isso, é justamente para tratar da radical reforma desses pios estabelecimentos, para ter no país mesmo belas escolas sacerdotais na altura das exigências dos homens e dos tempos, que eles têm enviado, à custa de tantos sacrifícios, para os melhores seminários de Roma e da França, os mais esperançosos e bem aproveitados alunos de seus seminários[246].

De qualquer modo, a experiência de reabertura do Seminário Pequeno de Recife acabou frustrada. Em uma segunda-feira de julho de 1877, Joaquim Arcoverde recebeu carta do Governador do Bispado comunicando a medida. Garantia que envidara todos os meios e não poupara "trabalhos e sacrifícios para proporcionar os recursos necessários" para a empreitada. Contava que até cinco dias antes acalentara "fagueira esperança" de manter a instituição. Reclamava que o Governo não tinha liberado os vencimentos dos professores do Seminário Pequeno, embora dom Vital "repetidas vezes solicitasse providências neste sentido".

Relatava que a Mitra Episcopal devia avultada quantia desde 1869, e que as rendas do Bispado estavam em queda constante por causa da Grande Seca que afetava todo Norte do país. Assim, "é impossível deter por mais tempo nove sacerdotes que se esmeram em preencher os cargos confiados à sua dedicação e vigilância, sem esperança de remuneração". Pede então que Arcoverde comunique aos pais a decisão para que compareçam ao seminário para retirar seus filhos[247].

Carta mais contundente foi escrita pouco mais de 15 dias depois a Arcoverde pelo próprio dom Vital. É um documento pleno de emoção e que manifesta intensa frustração e desânimo. Informa que escreve "debaixo da mais triste e dolorosa impressão", que está doente, com febre, "aborrecidíssimo desse degredo". Confessa que o sofrimento aumentou ao receber carta de 16 de julho comunicando o fechamento do seminário pequeno. Lembra que em 1877, antes de reassumir a Diocese, esteve no Rio de Janeiro e acertou com o Governo vários assuntos referentes à administração diocesana, sobretudo o preenchimento das vagas de cônego na Catedral e da abertura do seminário menor. Garante que recebeu a promessa de

---

[246] COSTA, Antônio Macedo Costa, artigo publicado no jornal *Estrela do Norte*, reproduzido no *Jornal de Recife* de 29 de abril de 1969, p.2.

[247] ARAÚJO, Joaquim Graciano, governador do Bispado de Olinda. *Ofício ao padre Joaquim Arcoverde, 16 de julho de 1877.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Província de Pernambuco.

verba. Foi por isso que abriu a instituição. Entretanto, o Governo não cumpriu com a palavra[248].

Antes de embarcar para a Europa, esteve de novo no Rio de Janeiro tão somente para tratar das duas questões e obteve "novas promessas". Pediu então ao Governador do Bispado que insistisse e cobrasse as promessas.

> *Tudo foi inútil! O Governo nem sequer respondeu ... E o seminário fechou-se contando já, a despeito da grande seca e miséria que assolam a diocese, 22 alunos!*
>
> *Isto lhe fará compreender um pouco a minha posição, e que a questão hoje é toda pessoal. Não querem saber de mim. A isso acrescem outras muitas coisas ainda mais graves, que (...) relatar-lhes-ei e lhes farão compreender que sou impossível no Brasil como Bispo.*
>
> *É esse governo que o Excelentíssimo finado Cardeal Antonelli supunha e acreditava mudado, convertido e muito bem disposto!!![249].*

Situação como essa não passava despercebida pela imprensa. Sob o título *Calote episcopal*, o *Diário de Pernambuco* de 18 de julho noticiava o fechamento do seminário menor, "covil para aninhar o jesuitismo", aberto - lembrava o periódico - no início do ano. O jornal informava erradamente que era um jesuíta italiano, "membro da confraria dos sabidões", mandado "vir expressamente do quartel-general de Itu, em São Paulo", que dirigia a instituição. O jornal contava ainda que a mãe de um dos alunos tentou reaver o dinheiro que já havia pagado pelo trimestre e não conseguiu. Pagara 280 mil réis.

> *Algumas famílias, presas pelas garras do fanatismo (...), mandaram logo para ali seus filhos (...) Como sem dinheiro nada se*

---

[248] O relatório de 1876 do Ministério do Império reconhecia que estavam vagas quatro cadeiras de cônego na Diocese de Olinda, que a catedral carecia de reparos e que faltava paramentos e objetos de culto. Cf. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha, ministro do Império, *Relatório de 1876*, p. 59. Arquivo Histórico Nacional 007-15-82.

[249] OLIVEIRA, dom Vital Maria, bispo de Olinda, *Carta ao padre Joaquim Arcoverde - Hotel Chabaury Ainé, Mont-Dore, Puy de Dome, 4 de agosto de 1877*. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, pasta Província de Pernambuco. As partes sublinhadas estão assim no original. Dom Vital referia-se ao Cardeal Giacomo Antonelli, Secretário de Estado de Pio IX, que negociara os termos do acordo com o Governo Brasileiro na Questão Religiosa e que morrera em 1876, aos 60 anos.

sustenta, e tudo o que pode render à mitra e até à Caixa Pia é enviado além-mar, viram-se obrigados a fechar as portas da casa[250].

Com o seminário menor fechado, e o curso de Teologia sem aluno, o jovem padre Arcoverde voltou à rotina de celebrar e pregar como sacerdote avulso, mantendo as aulas de Filosofia para os alunos do seminário maior. E foi assim durante quase sete meses.

Só em 5 de fevereiro de 1878 Joaquim Arcoverde ganharia a primeira paróquia. E logo uma importante e, certamente, de bom rendimento: a do Santíssimo Sacramento do Bairro da Boa Vista, em substituição ao padre Augusto Franklin Moreira da Silva[251]. Prova do prestígio que gozava junto a dom Vital, ainda vivo, embora na França. Boa Vista tornou-se freguesia em 1805, desmembrada de São Salvador de Olinda. Arcoverde seria seu décimo vigário. O templo que sediava a Matriz pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento e teve a sua construção iniciada em 1793. Quando Arcoverde assume a paróquia, como vigário encomendado, a igreja ainda estava em obras, que só terminaram em 1889[252].

"Boa Vista era o bairro da burguesia" – afirma um quase contemporâneo de Arcoverde na paróquia[253]. Sem querer discutir aqui o conceito de burguesia, é fato que Boa Vista era umas das mais bonitas e bem cuidadas freguesias de Recife. Um viajante que esteve na capital pernambucana no início da década de 1890 gostou do que viu em sua passagem pelo bairro. Elogia a arquitetura das residências, os jardins, os passeios públicos. Embora considerasse mera "poetical license" ter Recife por "Venice of Brazil", acha a cidade bem servida de transportes e escolas públicas e destaca o "admirable system of water supply"[254].

Além da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Boa Vista tinha uma outra associação leiga, a Devoção ao Coração Eucarístico. No território da freguesia, funcionavam seis igrejas pertencentes a outras irmandades: Santa Cruz (irmandades de Santana e Bom Jesus da Via Sacra), São Gonçalo (Bom Jesus das Dores), Glória (Apostolado de Oração), Soledade (Nossa Senhora da Soledade, anexa ao Colegio São José) e Santa Cecília (Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiros)[255]. Arcoverde deveria controlá-las, embora cada uma delas tivesse um capelão contratado.

---

[250] *Calote Episcopal*, *Diário de Pernambuco*, 18 de julho de 1877, pag. 1.
[251] ARAÚJO, monsenhor Joaquim Graciano, governador do Bispado de Olinda. *Oficio ao presidente da Província de Pernambuco, Francisco de Assis de Oliveira - Recife, 5 de fevereiro de 1878*. Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 18 folha 234.
[252] Cf. PIO, *História da Matriz da Boa Vista e seu monumental frontispício*, p. 41.
[253] PINTO, *Pernambuco do século XIX*, pag. 128.
[254] BALLOU, *Equatorial America*, pag. 128 e 133.
[255] VIANNA, *O Recife, capital do Estado de Pernambuco*, pag. 174.

Boa Vista era a mais populosa das 11 freguesias de Recife, com cerca de 23 mil habitantes, sendo quase três mil escravos – a maioria certamente doméstico ou de ganho. Ali residiam aproximadamente 1.300 estrangeiros. O número de alfabetizados era semelhante à de analfabetos[256]. Era uma paróquia muito importante porque a matriz ficava bem perto do Palácio Episcopal da Soledade.

Entretanto, seria breve a permanência de Joaquim Arcoverde em Boa Vista. Menos de seis meses depois, em substituição ao padre Zeferino Ferreira Velloso, foi ele transferido para São Frei Pedro Gonçalves, freguesia criada em março de 1772. Augusto Franklin retornou à Boa Vista[257]. Sem dúvida, a Freguesia de São Pedro Gonçalves era menos importante. A população era muito menor, de cerca de oito mil pessoas (mil escravos), o que implicava redução dos ganhos e de prestígio[258].

Não há documento acessível que explique o período tão curto de Joaquim Arcoverde em Boa Vista[259]. Entretanto, é possível supor que um padre novo, impregnado do senso de autoridade, intelectualmente ultramontano, admirador das ações de dom Vital tenha se chocado com a Irmandade do Santíssimo Sacramento que controlava a Igreja. Não há como não imaginar que o novo vigário não pretendesse impor novas devoções aos paroquianos, o que representava concorrência no próprio território da confraria. É possível supor também que Arcoverde pretendesse controlar todo o que dizia respeito à Freguesia, inclusive a Irmandade. Não fora essa a lição de dom Vital?

As relações entre a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Diocese não eram realmente muito boas. Em abril de 1876, o juiz da confraria, major João Francisco Antunes, não havia autorizado a abertura da Igreja para as celebrações do Mês de Maria, que se dariam em maio. O argumento era de o templo não ser próprio para as cerimônias programadas. O vigário da época, Augusto Franklin, fez uma reclamação formal ao Governador do Bispado, José Joaquim Camello de Andrade, que enviou oficio ao presidente de Pernambuco, João Pedro de Morais, pedindo providências[260].

Franklin, entretanto, foi capaz de conciliar com a Mesa Diretora da Irmandade. Era um padre mais velho e, sem bem que disciplinado, não deveria ser um ultramontano intransigente como os sacerdotes formados em Roma. Com certeza, experiente, sabia lidar melhor com

---

[256] GONSALVES DE MELLO, *Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste*, pag. 640

[257] ANDRADE, José Joaquim Camello, governador da Diocese de Olinda, *Ofício ao presidente da Província de Pernambuco, Adolfo de Barros Cavalcanti de Lacerda, 15 de julho de 1878*. Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 18 folha 260.

[258] GONSALVES DE MELLO, *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste*, pag. 640.

[259] É bom recordar que o período de pesquisa em Recife, o Arquivo da Cúria Arquidiocesana estava fechado ao público.

situações como aquela[261]. Tanto que a crise foi contornada. Por isso, é bem provável que Arcoverde tenha criado problemas com a instituição leiga, a ponto de sua permanência na Boa Vista se tornar insustentável. O retorno do padre Augusto Franklin à freguesia é mais uma comprovação dessa hipótese[262].

A permanência de Joaquim Arcoverde em São Frei Pedro Gonçalves será menor ainda: em 30 de outubro de 1878, portanto pouco mais de três meses da posse, o novo governador do Bispado, padre Marcelino Antônio Dornellas, o exonerou da Paróquia, nomeando para o seu lugar o padre Francisco Viana das Chagas, até então Vigário de Nossa Senhora do Rosário da Várzea[263].

É provável que Arcoverde não tenha se adaptado à vida de pároco; é bem possível, como ficou dito acima, que tenha dado curso a uma pastoral ultramontana que provocou resistências das irmandades leigas. Um afastamento crítico da religiosidade tradicional pode ter levado a um descontentamento entre a maioria dos paroquianos. Mas não é possível deixar de destacar que Joaquim Arcoverde pode ter tido problemas com os outros padres que atuavam na Diocese, sobretudo os que viviam em Olinda e Recife.

Ser vigário nas duas cidades era importante para qualquer sacerdote, principalmente se o fosse nas freguesias bem localizadas e com boa renda; e Boa Vista e São Pedro Gonçalves estavam certamente entre elas. Ao receber uma paróquia, o padre ganhava um cartório no qual se registravam nascimentos, casamentos, testamentos e mortes, e celebravam-se batizados, matrimônios, ações de graças e exéquias. Tudo isso pago. É bem possível que houvesse resistência da cúpula em um momento em que a Diocese estava sob o comando de um governador – muito mais ligado aos padres que já atuavam no bispado do que seria um prelado que tivesse chegado de fora. Além disso, dom Vital já tinha morrido e certamente Arcoverde perdera parte de sua sustentação política.

É a perda do apoio de dom Vital que, no futuro, Joaquim Arcoverde apontará como a causa de ter sido exonerado da paróquia e a nomeado vigário de Nossa Senhora das

---

[260] Arquivo Público do Estado de Pernambuco João Emerenciano AE 17, folhas 32 a 36.

[261] Ao ser substituído por Joaquim Arcoverde, o padre Augusto Franklin Moreira da Silva (1842-1906) já estava na Paróquia da Boa Vista fazia oito anos. Ao retornar à freguesia, em 15 de julho de 1878, ali permaneceu até a morte. Quando reassumiu a paróquia, a Irmandade do Santíssimo Sacramento lhe fez grandes homenagens e ofereceu uma festa – prova do bom relacionamento que mantinha com a confraria. Fundou o jornal *Nova Era*, órgão do Partido Católico em Pernambuco, do qual foi um dos fundadores. Cf. PIO, *Apontamentos biográficos do clero pernambucano*, pag. 799-800.

[262] Fernando Pedreira Castro garante que Joaquim Arcoverde esteve com dom Vital em maio de 1878 em Paris. É difícil que isso tenha ocorrido porque certamente o jovem padre estivesse ocupado com a sua primeira paróquia. Cf. CASTRO, *Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, o heróico bispo de Olinda*, pag. 161.

[263] DORNELLAS, Marcolino Antônio, governador da Diocese de Olinda. *Ofício ao presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda Recife, 20 de outubro de 1878*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco), AE 18 folha 297.

Montanhas de Cimbres, a paróquia da Fazenda do Fundão, instalada desde o final do século XVII[264]. A nomeação data de 9 de dezembro de 1878, ou seja pouco mais de um mês após ter deixado Pedro Gonçalves[265]. O que poderia parecer uma homenagem a um jovem padre, que se tornava pároco de sua freguesia, foi na verdade "uma injusta perseguição", como lamentaria anos depois e o monsenhor Alves dos Santos reproduziria em seu *Bullario*. "Injusta perseguição movida por interesses inconfessáveis" que provocou seu exílio no sertão "por parte daqueles a quem fazia sombra[266].

Cimbres era uma cidade a 18 quilômetros de Pesqueira. Portanto, Arcoverde estava confinado há mais de 220 quilômetros de Recife. Era, na época, a cidade mais importante da região fronteiriça entre o Sertão e o Agreste, da qual fora a primeira comarca e sede do primeiro senado do Norte do Brasil. A Igreja que servia de sede paroquial é considerada hoje uma jóia da arquitetura religiosa do Século XVII[267].

Quando Arcoverde assumiu a paróquia, Cimbres abrigava uma das maiores aldeias indígenas de Pernambuco. Aliás, melhor seria dizer que a cidade ficava no território da aldeia. Prédios públicos foram ali instalados. Havia uma intensa luta pela ocupação das terras dos índios, "excelentes para a lavoura e (...) para a criação de gado". O último levantamento, de 1861, antes da posse de Arcoverde, a população da aldeia era de 789 índios[268].

Portanto, ser pároco da distante Cimbres, depois de ter passado por Boa Vista e Pedro Gonçalves, era sinal de desprestígio, fruto evidente das lutas internas da diocese pelos melhores postos. Sobretudo para um padre formado em Roma, do grupo de assessores mais próximos de dom Vital. Entretanto, Arcoverde submeteu-se e foi para Cimbres. Ali ficou pouco tempo porque em 2 de maio de 1879 foi exonerado. Por determinação do Governador do Bispado, José Joaquim Camello de Andrade, para o seu lugar foi o padre Dario Nunes da Silva, que era até então pároco de Nossa Senhora da Conceição do Pajeú[269]. Não recebeu mais paróquia alguma. Encerrava assim a sua experiência como vigário em Pernambuco. Durou apenas um ano e três meses[270].

---

[264] O padre Marcelino Antônio Dornellas governava então a Diocese. Assumira o cargo a 10 de agosto de 1878, substituindo interinamente o Vigário Capitular José Joaquim Camelo de Andrade, que estava doente. Exerceu a função até 4 de novembro de 1878. Cf. PIO, 1994, pag. 280.

[265] PIO, 1994, p. 195.

[266] SANTOS, Antônio Alves Ferreira. *Bullario*, pag. 320, tomo III.

[267] Desde o final da década de 1930, Cimbres tornou-se ponto de peregrinação religiosa, resultado da crença de que Nossa Senhora apareceu na igreja local, em agosto de 1936.

[268] *Relatório sobre os aldeamentos de índios na Província de Pernambuco. Diário de Pernambuco*, 4 de abril de 1873. In Gonsalves de Mello, p. 339-350.

[269] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 18 folha 408.

[270] As três nomeações de Arcoverde foram para vigário encomendado. Sendo assim, não havia qualquer impedimento canônico para a sua substituição. Pela legislação em vigor na época, o vigário colado passava por concurso público e normalmente permanecia na freguesia designada até a morte, ou até quando quisesse. Para

Joaquim Arcoverde retornou de imediato a Recife e ficaria cerca de um ano sem função formal até chegar ao Ginásio Pernambucano. Não ficou sem o que fazer, evidentemente. Retomou as aulas no seminário maior e ocupou os espaços abertos em Recife para um padre jovem e ilustrado. Foi o período em que Joaquim Arcoverde realizou casamentos, batizou e pregou em algumas das muitas igrejas da capital da província.

Na Semana Santa de 1880, por exemplo, ele pregou na Igreja de Nossa Senhora Das Neves, em Olinda. O que ficou desse sermão, de 14 folhas manuscritas, frente e verso, dividido em três partes, é o tom triunfalista, prenhe de imagens militares, de guerreiros conquistando honrarias, mas que não são nada diante de Jesus Cristo em sua vitória sobre a morte[271].

Além desse, outros sermões permanecem guardados, ainda que em condições precárias, no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro. Pregações e discursos estão escritos em tinta preta sobre folhas brancas pautadas. Uma parte das pregações é atemporal, ou seja, pode ser lida em qualquer época. Tanto que o que está dito ali será repetido anos depois, quando Arcoverde já era o arcebispo do Rio de Janeiro. Os sermões têm muito das pregações barrocas dos séculos XVI, XVII e XVIII e de parte do XIX. É evidente, entretanto, sinais do estilo neogótico, que vai então se impondo na Igreja e que talvez seja mais visível na arquitetura dos novos templos[272].

Há um outro sermão que também é evidentemente da Semana Santa. O ainda jovem padre refaz os últimos passos de Jesus antes da crucifixão:

> *Dia em que se há de consumar a um tempo o mais horrendo delito que jamais viveu a Terra e a obra mais estupenda da bondade infinita, o deicídio e a Redenção. Reúne-se o Cinédrio e aí é trazido*

---

removê-lo de uma freguesia, o bispo deveria abrir um processo canônico, normalmente longo e desgastante. A seu favor, quando destituído da paróquia em que estava colado, o padre ainda tinha, no Brasil. o recurso à coroa, que vigorou por muitos anos. Embora acusassem o Governo de não querer mais vigários colados a fim de gastar cada vez menos com o culto público, os bispos mesmos preferiam os encomendados, sobre os quais tinham poder absoluto. Uma possível confirmação de que os prelados não queriam prover as vagas de vigário colado é um Aviso do Ministério do Império de 31 de janeiro de 1876 chamando a atenção dos bispos para a necessidade do concurso para a função. Cf. FIGUEIREDO, José Bento da Cunha, ministro do Império, *Relatório de 1876*, pag. 57 e 58. Arquivo Histórico Nacional 007-15-82.

[271] *Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde. Sermão na Igreja de Nossa Senhora das Neves, Documento 31, 28 de março de 1880.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro. Uma prova de que os sermões se repetiam é que o mesmo conteúdo, a mesma forma e as mesma imagens estão na pregação sete anos depois. Cf. *Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde. Documento 29, 10 de abril de 1887.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

[272] A pregação de um retorno à idade média - retorno que os próprio ideólogos ultramontanos consideravam [illegible] final do século XIX, tem essa característica, que vai se tornar hegemônica no século XX. No Rio de Janeiro isso

Jesus (...) , condenado à morte como blasfemo. Mas no estado de abatimento em que então se achava a nação judaica, sujeita à nação estrangeira, para a execução da sentença se fazia necessária a audiência do Presidente romano; e Jesus achou-se diante de Pilatos.

Para assinalar função de Pilatos, Arcoverde usa a palavra *presidente* e não *governador* como é mencionado nos evangelhos. Presidente era o termo usado para quem dirigia as províncias no Brasil. O uso é proposital, certamente, porque engano não é possível, visto o sermão ser lido, o que pressupõe prévia reflexão. Parece uma analogia. E pode ser também mero recurso pedagógico, aproximando o ouvinte de sua realidade mais imediata. Arcoverde compara o que ocorreu no passado com o que ocorria naquele momento:

O que há dezenove séculos se dava em Jerusalém, no Pretório de Pilatos, dá-se ainda hoje no Mundo. Cristo personificado no seu evangelho, na sua Igreja, no seu vigário, o Romano Pontífice, é ainda hoje julgado pela falsa e corrompida sabedoria do século.

Nesse sermão, Arcoverde faz um relato de toda a paixão e morte de Jesus Cristo, sempre preocupado com a posição da Igreja no Mundo. De forma didática, Joaquim Arcoverde procura demonstrar que "o mundo ateu e racionalista" está despojando Jesus de sua divindade, de sua existência histórica, que o evangelho "e sua religião são chamados de um monstruoso agrupamento de idéias grosseiras e de crenças vulgares". Reclama que "a prática fiel e constante dos deveres cristãos" seja considerada "superstição e ignorância (...) e um insulto à moderna civilização". Como ocorreu anteriormente, "Cristo é de novo condenado nos periódicos, nas cenas teatrais, nos parlamentos". Da mesma maneira, a Igreja e o Papado[273].

Um outro discurso, este datado de 15 de abril de 1889, é uma clara condenação ao Liberalismo, em 19 folhas escritas em frente e verso. Arcoverde assinala que nada tem adiantado os esforços "em favor das classes indigentes" e que, por isso, voltaram "os sermões da caridade", que "tinham caído em desuso". A "triste realidade" despertou os homens "dessa doce ilusão", e "os pobres ai estão (...) talvez mais esquálidos e mais andrajosos do que

---

fica bem claro, sobretudo em relação aos templos projetados pelos construtores redentoristas. É assunto para em breve.

[273] *Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde. Documento 2, sem data.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

antes". Culpa a Revolução, que, "perseguindo as ordens religiosas", confiscou-lhes os bens e, assim, as impediu de atender aos pobres. O padre Joaquim Arcoverde exorta a platéia a dar assistência aos desvalidos e a distribuir esmolas – atos que produzem alegria, consolações e prazeres[274].

Provavelmente esse foi um dos poucos pronunciamentos público de Arcoverde abordando questões sociais. Esse viés da carreira do padre e bispo foi observado por Gilberto Freyre, que chega a afirmar que o problema social não foi a sua preocupação. Freyre argumenta que, por não ter vivido no interior do país, em contato com as populações mais pobre, Arcoverde se preocupava mais com os "aspectos religiosos do Catolicismo do que com o social"[275]. De fato, Arcoverde nunca foi um sacerdote vinculado aos leigos e clérigos que já no século XIX manifestavam preocupação social.

É bom lembrar também que o discurso é de antes da divulgação de *Rerum Novarum*, que é de 15 de maio de 1891. Portanto, homem vinculado à Santa Sé – e só a ela -, Arcoverde não dispunha de nenhum documento formal para abordar o problema. Entretanto, mesmo depois que a questão social ganha relevo na Igreja, Arcoverde estará sempre mais ligado à organização e à administração. A questão social entrou no discurso para demonstrar o fracasso do Liberalismo e responsabilizá-lo pela miséria. Apenas isso[276].

A idéia de que o Liberalismo não é a solução do mundo e sim, ao contrário, a perdição da humanidade, está em um outro discurso, proferido quase um mês depois, na véspera do primeiro aniversário da lei que pôs fim à escravidão no Brasil. Arcoverde pretende demonstrar que a idéia de liberdade foi implantada no coração dos homens no dia em que Jesus Cristo "pagou o resgate da Humanidade". Apesar disso – enfatiza – "o que se vê no mundo é o predomínio do despotismo político, do despotismo social porque a humanidade se recusa a submeter a Cristo"[277].

Nos discursos e sermões conservados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro fica evidenciada a idéia que Arcoverde faz da História: o cenário em que "a mão onipotente de Deus, (...) benéfica e amorosa, governa, dispõe, permite e harmoniza todos os

---

[274] *Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde. Documento 23, 15 de abril de 1889.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro. Parece mais um discurso a uma platéia de abastados do que um sermão em uma igreja. Quando se refere à Revolução, Arcoverde à Francesa.

[275] FREYRE, 1990, p. 596-597.

[276] Sobre como a questão social se colocou para a Igreja no decorrer do século XIX e no início do século XIX, consultar MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias*, vol. IV, p. 25-71.

[277] *Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde. Documento 24, 12 de maio de 1889.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

acontecimentos, grandes ou pequenos, prósperos ou adversos, de modo mais convincente e sempre com infinita sabedoria"[278].

Por isso, a idéia de liberdade nasce no momento histórico "em que o Homem-Deus pagou o resgate da humanidade". E essa idéia se espalhou então, condicionando as ações dos homens. No Brasil, o fim da escravidão é conseqüência disso porque "os fatos são o resultado das idéias", e, quando os escravos foram libertados, o foram por causa do quê a Igreja vinha ensinando há muitos séculos. Em nenhum momento, Arcoverde se refere à existência da escravidão em um país onde se pregava o evangelho há quatro séculos[279].

Arcoverde acredita que a humanidade "avança e progride", conduzida e dirigida por Deus, e, quando se afasta "do verdadeiro caminho, Deus a deixa por um momento entregue ao próprio capricho", até que apresenta "os remédios para os grandes males". É preciso, para isso que a Igreja seja ouvida porque, "possuidora da plenitude verdade", está acima do tempo e "ensina no século XIX o que ensinou nos primeiros séculos e ensinará nos últimos dias do Mundo". A Igreja não tem novidades – assegura – "nada que indique mudança e inconstância".

> *A Igreja (...) caminha com os séculos, adapta-se às diversas necessidades dos povos, das nações, dos tempos, dos lugares; é a Igreja que por si mesma se desenvolve; define seus dogmas para retemperar e ilustrar a verdade e suplantar o erro.*

Arcoverde aproveita-se da festa de São José, eleito patrono da Igreja por Pio IX, e desenvolve uma eclesiologia triunfalista, bem própria do final do século XIX. A Igreja rebaterá qualquer assalto dos seus "soberbos inimigos", que "cairão a milhares espavoridos e humilhados" porque, sempre que necessário, "Deus enviará (...) novos e denodados campeões e lhes preparará novas e gloriosas vitória". E mesmo quando a Igreja parecer derrotada, "então Jesus despertará do misterioso sono e com o Onipotente (...) reduzirá a pó as hostes ousadas do feroz inimigo". A Igreja triunfará pela mediação de Maria e pela intercessão de São José.

Uma demonstração de que a Igreja não muda, mas se adapta aos tempos, é a introdução de novas práticas de devoção e a adoção de "providências tendentes à perfeição da disciplina

---

[278] Idem, *documento 25, discurso na festa do Patrocínio de São José, março de 1889*. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.
[279] Idem, *documento 24, 12 de maio de 1889*. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

e do culto" – medidas que "conservam o espírito cristão no meio das nações". Isso, entretanto, não muda a Igreja porque nela "há sempre a mesma verdade, sempre o mesmo culto, sempre a mesma devoção, sempre a mesma moral"[280].

Em outro discurso, na presença do Governador do Bispado, Arcoverde, então com 35 anos de idade, aproveita a entrega de prêmios do Primeiro Concurso Científico e Literário do Seminário de Olinda e do Colégio Diocesano para apontar

> *os males que ameaçam o futuro de nossa cara pátria brasileira. O indiferentismo e a descrença em matéria de religião, o egoísmo e a má-fé em matéria política, o desprezo geral da autoridade, a degeneração moral, a falta de patriotismo.*

É a primeira manifestação pública conservada do nacionalismo autoritário que marcará a trajetória de Arcoverde, que, no discurso em tela, não deixa de apontar o remédio: que o Brasil "se deixe educar". "A educação da mocidade" é a "tábua de salvação, um recurso regenerador, um recurso prodigioso". Mas o padre pergunta: "que educação?". Uma educação que tenha por base a religião, "que forma (...) o caráter do homem, exercitando-o na prática firme de todos os deveres".

A boa educação, portanto, visa formar o homem e o cristão. E foi com esse objetivo que "em boa hora se concebeu a idéia grandiosa e eminentemente patriótica de criar nesta vasta diocese de Olinda um Colégio Diocesano". Ao dirigir-se aos estudantes, Arcoverde pregou a necessidade da ordem, sem a qual "não há prosperidade possível nem para os estudos, nem para os interesses privados, nem para os impérios"[281].

Educação dos jovens também é o tema de sua fala de 26 de novembro de 1887, no encerramento do ano letivo, na presença do bispo de Olinda, dom José da Silva Barros, e de todo Cabido. Como sempre acontecia, Arcoverde praticamente repete o discurso que fizera dois anos antes para os alunos do Seminário de Olinda e do Colégio Diocesano. Só que inclui um longo acréscimo porque em resposta aos liberais, que queriam ver a Igreja fora da educação. O padre, na antevéspera de tornar-se bispo, pergunta porque a Igreja "deveria se preocupar com a educação da mocidade, o que poderia se constituir um impedimento ao

---

[280] Idem, *documento 25. Discurso da festa do Patrocínio de São José, março de 1889.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

[281] Idem, *documento 28. Discurso em cerimônia de distribuição de prêmios no Seminário de Olinda e no Colégio Diocesano, 10 de novembro de 1885.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

exercício de suas funções". Esse é um argumento de setores liberais: os padres deveriam ficar confinados aos templos, que é onde exercem verdadeiramente suas tarefas.

Arcoverde afirma que se ocupar de colégios tem sido um grande sacrifício para o clero e que os padres só fazem isso por "motivos poderosíssimos e interesses de ordem muito elevada, que não são certamente os da Terra". Os padres assumem a educação dos jovens por causa do interesse das famílias, para salvaguardar o inalienável direito do pai de ter os filhos educados no Catolicismo.

Seu conceito de educação é claro: reconhece a necessidade "ornar [no estudante] o espírito de conhecimentos úteis", porém, mais do que isso, o objetivo é formar-lhes principalmente "o coração e o caráter segundo os preceitos do evangelho" porque "a religião é a mais forte garantia da ordem moral". Tal visão de educação ia, é claro, na contramão do que pregavam os liberais, que, em sua maioria, desejavam um educação nos padrões alemães ou norte-americanos, ou seja, cada vez mais prática.

Arcoverde, entretanto, admite a necessidade do estudo das "coisas temporais", porque ao homem do século cabe "a magistratura, a armada, a administração dos negócios públicos e os vários ramos da indústria e do comércio". Entretanto, em relação aos "bens espirituais", ou seja, a moral e aos costumes, Arcoverde reconhece a superioridade do padre:

> *As coisas da alma, a cultura do espírito e do coração é exclusivamente da alçada do padre; inferior aos leigos no que diz respeito aos bens do corpo e da vida presente, o clero lhes é necessariamente superior nos bens do espírito ou da vida futura. O benefício de sua vocação, o despreendimento do que é exclusivamente mundano, sua vida de retraimento, muito o auxiliam no estudo, no ensino e muito principalmente na função de educador.*

Em clara resposta às teses liberais, Arcoverde insiste que a preocupação da Igreja com a educação é secular. Cita as universidades medievais para confirmar o que diz. E afirma que um dos motivos da perseguição milenar à Igreja é a sua eficácia pedagógica. Não concorda também que o clero tenha que se dedicar apenas à educação religiosa, mas deve – isso sim – ter ingerência em qualquer ramo do saber humano, a fim de evitar que os inimigos da Igreja dirijam o ensino. "A filosofia (...) não se tem tornado, nas mãos dos inimigos do Cristianismo, a arma mais acerada e a mais temível? Quantos erros propagados em seu nome, como se a razão e a fé estivessem em um antagonismo necessário e inconciliável!". A Igreja precisa

estar perto das "inteligências juvenis ainda fracas e inconstantes", para neutralizar "os atrativos sedutores do erro"[282].

Arcoverde discursa em um período em que a educação parecia ser a grande preocupação nacional. O ensino já era livre em Pernambuco – decisão baseada na reforma do ensino do ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho, um importante militante do Partido Liberal, então no poder. A educação religiosa já não era obrigatória para os não-católicos. É evidente a preocupação de Arcoverde em mostrar a importância dos colégio católicos, o bom ensino por eles ministrados e a competência dos padres – quase um destino – no condução dos colégios. Além disso, colégios de protestantes já operavam em várias partes do Brasil, inclusive em Pernambuco. A Igreja não queria abrir mão de "fabricar o cidadão"[283]. Controlar ao menos uma parte da educação e fortalecer a instrução religiosa eram dois pilares do projeto católico.

Durou até 1880 a vida de Arcoverde como um mero padre avulso, professor do seminário maior, pregador nas celebrações da Semana Santa, orador em festas de fim de ano. No dia 17 de maio, Benvindo Gurgel do Amaral, o regedor do Ginásio Pernambucano pede ao presidente da Província, Adelino Antônio de Luna Freire, a designação de um censor para o colégio[284]. A nomeação veio rápida, a 29 de maio. A 4 de junho, Joaquim Arcoverde tomava posse na função. Treze dias depois, a 17 de junho, assumiria também a direção interina do colégio, quando o regedor efetivo pediu licença médica[285].

Há vários fatores que podem ter influenciado a decisão. Em primeiro lugar, Arcoverde tinha nome. Em segundo lugar, seu irmão Antônio continuava lecionando na instituição e é fácil supor que pode ter influenciado na escolha ou, pelo menos, na lembrança do seu nome. A seguir, havia adquirido alguma experiência, ainda que pequena, no seminário menor. Por fim, não há como negar, Joaquim Arcoverde era um homem preparado.

Depois de ordenado, o jovem padre permaneceu cerca de dois anos na França e acompanhou na Sorbonne cursos na área do que então se chamava ciências naturais, ou seja, biologia, química e física. Não havia nenhum objetivo definido para isso, mas um objetivo mais amplo, que já estava presente no período romano: o de tornar-se para a Igreja uma mão-de-obra valiosa, que podia atuar em uma paróquia, no ensino, na administração e na apologética. Era capaz, por exemplo, lecionar biologia, física e química ou responder aos chamados inimigos da Igreja com o conhecimento acumulado em Paris.

---

[282] Idem, *documento 26. Discurso de encerramento do ano letivo do Seminário de Olinda e do Colégio Diocesano, 26 de novembro de 1857.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.
[283] O termo está em NEVES & MACHADO, *Império do Brasil*, pag. 227.
[284] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 3, folha 96.
[285] Idem, folha 99. No documento o sobrenome está escrito como Arco Verde, assim mesmo, separado.

Claro que nem precisaria lançar mão do que aprendera na Sorbonne. Em uma nação periférica, sem tradição universitária, que dava valor aos títulos, sobretudo aos adquiridos no exterior, bastava lembrar que estudara na Itália e França para afastar boa parte dos adversários de sua apologética. É possível supor, portanto, que a menção de seu nome pelo irmão, somado ao tempo que já estava em Recife em contato com os mais importantes setores da cidade, foi bem aceito e logo nomeado para o segundo cargo na hierarquia do colégio, o de censor.

Outro fator deve ter influenciado na escolha de Joaquim Arcoverde. Desde que assumiu o cargo de regedor, em 10 de abril de 1880, Gurgel do Amaral manifestara preocupação com as condições do ensino religioso e moral no Ginásio de Pernambuco, que era de responsabilidade do censor. A reforma regimental de 7 de abril do ano anterior havia suprimido a capelania do colégio, que funcionava desde a sua instalação. Já enviara carta, datada de 14 de abril, falando sobre isso ao presidente da província, Luna Freire[286]. Por isso, a nomeação de um padre jovem, de boa família, com capacidade apologética e bem formado, caía como uma luva[287].

O censor era um cargo estratégico para o colégio. Cuidava da disciplina interna e da formação religiosa e moral dos estudantes. Controlava o que eles deveriam ler e comentar. Sua atuação implicava também fiscalizar o conteúdo das disciplinas. Como o regedor, deveria residir no colégio, o que limitava o número de interessados no cargo, mesmo sendo sempre ocupado por padres. O salário, de 1:200$000 por ano, também era considerado insuficiente. Normalmente, o censor era professor do colégio, recebendo os dois salários. Não era o caso de Arcoverde, que mantinha apenas o salário de censor, ao que juntava ao que recebia com as aulas no Seminário de Olinda e nas celebrações avulsas[288].

Quando Arcoverde chega ao Ginásio – "o Pedro II do Nordeste do Império"[289] -, o colégio já estava em decadência, segundo indicará seis anos depois o presidente da Província, em pronunciamento à Assembléia Provincial. José Fernandes da Costa Pereira Júnior usa como critério o número de internos matriculados, que era de 104 em 1874 e vinha caindo

---

[286] Idem, folha 87.

[287] O Decreto de 7 de abril de 1879 estabelecia a liberdade de ensino na Província. O ensino primário se tornava obrigatória e de caráter leigo "ou independente de educação religiosa", como dizia o presidente da Província. Na verdade, o ensino religioso não foi de todo proibido no Ginásio Pernambucano, mas "tornado facultativo na aula de primeiras letras". Era proibido apenas nas classes mais adiantadas do colégio e em todas as classes da Escola Normal, instituição de ensino feminina. Cf. MENEZES, Franklin Américo, presidente da Província de Pernambuco, *Discurso na Abertura dos Trabalhos da Assembléia Provincial Legislativa, 1º de março de 1881*, pag. 30 e 31. Arquivo Histórico Nacional 005-4-79.

[288] Sobre o Ginásio Pernambucano, ver MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*.

[289] FREYRE, *Ordem e progresso*, pag.170.

desde então, chegando a apenas 49 três anos depois. O número de internos era de 87 em 1880[290].

No ano seguinte, o novo presidente da Província, também em pronunciamento à Assembléia, afirmava que o Ginásio, que tivera "seus dias de prosperidade", estava agora "em grande decadência". Pedro Vicente de Azevedo reclamava do dinheiro gasto com o colégio, que consumia 28:392$800 por ano, fora os gastos com salários, e do fato de ter apenas dois alunos contribuintes. O presidente da Província achava que o Ginásio de Pernambuco estava "se transformando quase em um estabelecimento de caridade". Azevedo tinha uma solução, que só não adotara ainda por causa da "vitalidade dos professores". Uma solução que depois será a de muitos outros governantes para os mais pobres: substituir os mestre escolas por "mestres de oficinas, preparando os desamparados a serem antes excelentes artífices do que candidatos a exames preparatórios da faculdade de direito"[291].

A situação do Ginásio era crítica já há alguns anos. Da mesma forma que Antônio Arcoverde reclamara das instalações do colégio ao tomar posse como regedor, tão logo assumiu a direção, Joaquim Arcoverde mandou uma carta ao presidente da Província, fazendo as mesmas reclamações de quatro anos antes. O tom da correspondência difere do adotado pelo irmão e pode ser uma pista preciosa para explicar porque estancou a carreira de um, que começara rapidamente ascendente, e porque a do outro não parou mais de crescer:

> *"Tendo recebido de V.Ex^a a honrosa comissão de dirigir interinamente este estabelecimento, considero obrigado a zelá-lo o quanto em mim couber, e no que não depender só de mim, a dirigir-me a V. Ex^a. pedindo providências.*
>
> *Assim participo (...) que, em conseqüência das chuvas copiosas que temos tido, estalou em várias partes, e há um mês pouco mais ou menos, o cano que recebe as águas do telhado desta casa; e as águas se têm infiltrado na parede de um dos corredores, a ponto de alagarem em grande parte do assoalho, e ameaçar arruinar assim a parede, como a trave que sobre ele descansa.*

---

[290] PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes, presidente da Província de Pernambuco, *Discurso na Abertura dos Trabalhos da Assembléia Provincial Legislativa, 6 de março de 1886*, pag. 29. Arquivo Histórico Nacional 005-5-79.

[291] AZEVEDO, Pedro Vicente, presidente da Província de Pernambuco, *Discurso na Abertura dos Trabalhos da Assembléia Provincial Legislativa*, 2 de março de 1887, pag. 49 e 50. Arquivo Histórico Nacional 005-5-79

Além desta formidável ruína, existe muitas goteiras. E há uma até no Salão de Honra.

Chamo ainda a atenção de V. Ex^a. para o depósito que fornece água para todo o estabelecimento. Está completamente arruinado, não conserva mais água; e por isto a casa tem sofrido seriamente em todo o seu movimento disciplinar.

Confiando no patriotismo de V.Ex^a. e dedicação em proteger a instrução, ouso pedir (...) que com urgência ordene que estes reparos, de que precisa a primeira casa de instrução do Norte, sejam feitos pela Província; pois a casa não dispõe de recursos.

Aproveito a oportunidade para apresentar à V.Ex^a. os meus sentimentos de suma gratidão, estima e muito respeito[292].

O texto é em tom muito respeitoso, bem diferente do redigido pelo seu irmão em 1876, quando reclamava ao diretor de Instrução Pública de Pernambuco das condições sanitárias do Ginásio Pernambucano e o convidava a visitar as latrinas do colégio.

Arcoverde ficou menos de um mês como regedor interino, tempo suficiente para promover uma reforma nos estatutos do colégio e estabelecer eleição do diretor por voto dos professores, o que foi fixado em Lei Provincial, a de número 1497, assinada em 10 de julho. No dia 1^0 de julho de 1880, Benvindo Gurgel do Amaral suspendera a licença de três meses e reassumiu a direção do colégio.

A pouca documentação disponível permite inferir que o titular não ficou nada satisfeito com a atuação de Joaquim Arcoverde, provavelmente com relação a reforma estatutária. Tanto que o interino deixou o cargo e pediu demissão também da função de censor. Só que dirigiu o pedido de exoneração não ao regedor, mas ao presidente da Província, Franklin Américo de Menezes Dória[293]. Logo depois, dia 14 de julho, Dória, assinaria a nomeação de Joaquim Arcoverde como professor do colégio, com salário anual de 2:000$000.

Gurgel do Amaral ficaria pouco no cargo. Conforme o parágrafo primeiro do artigo 21 da Lei 1497, a Congregação reuniu-se a 6 de agosto para a escolha do novo regedor. O padre Joaquim Arcoverde foi o vencedor, tornando-se o primeiro regedor eleito pelo corpo docente

---

[292] ARCOVERDE, Joaquim, regedor interino do Ginásio Pernambucano, *Carta ao presidente da Província de Pernambuco, Adelino Antônio de Luna Freire, 17 de junho de 1880.* Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 3, folha 96.

[293] Idem, *Carta ao presidente da Província de Pernambuco, Franklin Américo de Menezes Dória, 1^0 de julho de 1880.* Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 3 folha 105.

do Ginásio Pernambucano[294]. Tomou posse dez dias depois. Tudo ocorreu tão rapidamente que pode inviabilizar a suposição de que o padre de 40 anos tenha astuciosamente planejado a seu favor o desenrolar dos acontecimentos. Dia 4 de junho de 1880, censor interino; 17 junho (13 dias depois), regedor interino; 14 de julho, professor nomeado; 6 de agosto, regedor efetivo, eleito pela congregação.

No cargo de regedor, Joaquim defrontou-se com os mesmos problemas que seu irmão Antônio quando ocupou a mesma função. Apesar da crise que parecia assolar o Ginásio Pernambucano, eram muitos os pedidos para vagas gratuitas, principalmente no internato. Alguns dos pedidos eram formulados pelo próprio presidente da Província, como já testemunhara o irmão. Joaquim Arcoverde recusou a maioria das solicitações, sempre argumentando não haver vaga. Entretanto, algumas vezes dava parecer em que considerava que "o peticionário está em caso de ser atendido"

O Ginásio Pernambucano, que somente atendia a estudantes do sexo masculino, mantinha alunos internos, com anuidade de 400$00, que tinham residência e duas refeições, meio-pensionistas, que apenas almoçavam no colégio, por 240$000 por ano, e alunos externos, que permaneciam no colégio somente meio expediente e pagavam 6$000 por matrícula de disciplina cursada. Alguns alunos, entretanto, tinham a pensão paga pelo governo provincial. Arcoverde pretendia manter um equilíbrio entre os alunos que pagavam e os que usufruíam da gratuidade daí porque muitas vezes negava a vaga.

O regedor enfrentava ainda um outro problema. Em época de crise econômica, com os reflexos da Grande Seca ainda bem presentes e com intensa migração do sertão para Recife, era forte a pressão por empregos público. Arcoverde recebia quase que diariamente pedidos de emprego para monitor de alunos. Muitos dos que o solicitavam deixavam claro que abriam mão do salário. Explicavam que vinham do interior para estudar Direito e desejavam apenas casa e comida como pagamento[295].

Boa parte do tempo da administração era tomada com reclamações ao presidente da Província sobre as condições físicas do prédio, dos banheiros e sanitários. Em uma delas – um relatório de 11 páginas, em tom sempre respeitoso e pouco beligerante - lança mão de seus conhecimento de química para chamar atenção para a "quantidade de emanações gasosas de amoníaco, gás sulfídrico e sulfidrato de alumínio (todas prejudiciais a saúde), que se derramam por toda a casa, e pelos dormitórios, principalmente à noite". No mesmo relatório

---

[294] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 3, folha 129.
[295] Cf. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 3, folhas 130, 132, 139, 141, 149, 150, 151 e 153.

reclama também das condições da cozinha[296]. As reclamações deram resultado, pelo menos em parte: obras foram realizadas, inclusive a pintura das partes externa e interna[297].

É chamado também a emitir pareceres sobre livros que poderão ser adotado nas escolas da Província. Um deles é sobre *Elementos de Agricultura*, de autoria de um sócio do Grêmio dos Professores Primários. Parte do manuscrito, de sete páginas, é reproduzido aqui porque demonstra um pouco da concepção que Joaquim Arcoverde tinha da educação e das atividade econômicas no Brasil do último quarto do século XIX.

> *Está fora de dúvida (...) que a agricultura é hoje termômetro que nos indica o grau de civilização de um povo (...).*
>
> *Por conseguinte, a idéia de elevá-la, de enobrecê-la, de dirigi-la para o mais alto aperfeiçoamento de que ela é capaz paira na mente de todos; é um fato universal.*
>
> *Mas para atingir-se a esta meta, a este escopo sublime e utilíssimo (...) é indispensável o auxílio da ciência, que estabelece os princípios fundamentais que devem dirigir o agricultor nas suas múltiplas operações e na indagação das causas de inúmeros fenômenos que constantemente se reproduzem na terra.*
>
> *À falta destes princípios, desta direção científica, é que nós devemos o atraso de nossa agricultura grosseiramente retrógrada e rotineira.*

Arcoverde atribui "a ignorância" e não a "falta de bons anos e bons preços" o desânimo reinante entre os produtores rurais, entre os quais "há quem pense que a ciência nenhuma utilidade pode trazer à agricultura". Reconhecia portanto que a agricultura praticada no Brasil por seu grupo social carecia de preparo científico e permanecia empírica. Arcoverde sugere não só a adoção do livro, mas também a abertura de "cursos destinados a aperfeiçoar a nossa agricultura"[298].

Homem com raízes rurais, embora vivesse no mundo urbano há 14 anos, o regedor do Colégio Pernambucano considera a agricultura a principal atividade econômica e prega investimento na educação do agricultor. E nenhum momento refere-se a escravidão – que já

---

[296] Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio de Pernambuco 3, folha 138.
[297] Idem, folha 227.
[298] ARCOVERDE, Joaquim. *Parecer sobre o livro Elementos de agricultura.* 1º de setembro de 1880. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano. Ginásio Pernambucano 3, folhas 144-148.

estava em regressão no Norte do país - e a má distribuição da terra como causas dos problemas da produção rural. Nem leva em consideração a indústria. Não tinha, por certo, condições mental e de origem para pensar diferente. De qualquer forma, a defesa de uma agricultura "científica" já era um avanço significativo.

Além de dirigir o colégio, Joaquim Arcoverde era professor. Iniciou a função com aulas de Ciências Naturais, ensinando a física, a química e a biologia que aprendera em Paris. Assim foi até 15 de maio de 1881, quando deixou a cadeira, trocando-a pela de Língua francesa com Raimundo Carneiro de Souza Bandeira. Um pouco antes da troca, a 9 de maio, Arcoverde clericalizou ainda mais o Ginásio Pernambucano, nomeando um colega do Pio Latino-Americano, o padre Jerônimo Tomé da Silva, para professor de retórica e italiano[299].

Em pouco tempo, lecionar seria a única atividade de Joaquim Arcoverde no Ginásio Pernambucano. Em 29 de agosto de 1881, o novo presidente da Provincia, José Antônio de Souza Lima, nomeou um novo regedor, José Augusto Frota, aliás um outro padre. O significativo é que, de forma diferente do que ocorrera com Arcoverde, não houve eleição para a escolha do novo diretor. Ali ficará até deixar Recife, sendo subalterno de um dos desafetos de dom Vital, o deão Joaquim Francisco de Faria, que em 1883 voltou à direção do Ginásio, agora com uso de ordens e sem oposição do bispo, por nomeação do novo presidente de Pernambuco, Francisco Maria Sodré Pereira. Também foi subalterno do irmão, Antônio Arcoverde, que dirigiu o colégio em 1888 e 1889.

Não foi possível encontrar documentos que expliquem a saída do Padre Joaquim Arcoverde da direção do Ginásio Pernambucano. Não se pode é claro descartar situações particulares, como por exemplo o excessivo trabalho que acumulava. Afinal, além da função de regedor, ele dava aulas no próprio colégio e no Seminário Maior e atuava como sacerdote avulso.

É possível imaginar, também, que a nomeação de um novo bispo para Olinda pode explicar pelo menos em parte porque Arcoverde deixou a direção do Ginásio Pernambucano. De fato desde 7 de janeiro de 1881, o padre José Pereira da Silva Barros estava designado para a Sé pernambucana, o que foi confirmado em 13 de maio. Não é de todo improvável que os dois tenham mantido algum contato por carta e que o novo bispo tivesse revelado que pretendia ocupá-lo com mais alguma atividade diocesana[300].

---

[299] Arquivo Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Ginásio Pernambucano 3, folha 220.

[300] O paulista José Pereira da Silva Barros nascera em Taubaté em 24 de novembro de 1835. Foi um dos primeiros alunos do seminário instituído pelo bispo renovador Antônio Joaquim de Melo. Ordenou-se em 27 de dezembro de 1858 e lecionou no Seminário de São Paulo até vencer o concurso e se tornar vigário colado de São Francisco das Chagas, de sua cidade natal. Ali fundou dois colégios e a Santa Casa. Aos 30 anos, elegeu-se

O novo bispo tomou posse no início de outubro, menos de dois meses depois de Arcoverde ter deixado a direção do Ginásio Pernambucano. A diocese estava sem titular desde a morte de dom Vital, em 1878. Sua primeira preocupação foi a mesma dos três bispos anteriores: reorganizar e reestruturar o Seminário de Olinda, na época sem alunos no curso de teologia[301]. Estavam matriculados no preparatório 65 alunos, 58 internos e sete externos, que estudavam filosofia, português francês, geografia, retórica, história e música. O curso de filosofia tinha 33 estudantes[302]. O seminário voltara a funcionar em 1879 e tinha então por reitor o padre Tranquilino de Vasconcelos.

Tranquilino não era bem visto pelas autoridades eclesiásticas de Pernambuco. Em 14 de fevereiro de 1880, por exemplo, o padre José Joaquim Camello de Andrade, ainda no Governo Diocesano, enviou carta ao presidente da Província, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque confessando que só o nomeava professor de Liturgia e Canto Gregoriano do Seminário por ser uma determinação do Imperador[303]. Um dos primeiros atos do novo bispo foi exonerá-lo do cargo de Reitor. O termo de destituição, de 12 de novembro de 1881, indica que Tranquilino pedira demissão por estar doente. De fato, o padre passara quase todo 1881 em licença por motivo de saúde[304].

É o padre Antônio Arcoverde quem substitui Tranquilino de Vasconcelos na direção do Seminário de Olinda. Sua primeira preocupação é instituir um corpo docente bem formado. Um mês depois de Antônio Arcoverde assumir o cargo, dom José Pereira da Silva Barros designa o cônego Francisco do Rego Maia para lecionar Teologia Moral[305]. Ele mesmo

---

deputado provincial na chapa dos liberais. Como era de praxe, quase um ritual, José Pereira da Silva Barros disse que não queria o bispado e alegou problemas de saúde. Entretanto, aceitou a designação em 30 de janeiro de 1881. O Bispo de São Paulo, dom Lino Deodato, presidiu a sua sagração, auxiliado pelos bispos do Rio de Janeiro, dom Pedro Maria de Lacerda, e de Mariana, dom Antônio Maria Correia de Sá e Benevides, na presença do ministro do Império, Barão Homem de Melo. Morreu em Taubaté em 1898, depois de um curto período como bispo do Rio de Janeiro. Sobre os trâmites para a sua nomeação para a Diocese de Olinda, Cf. Arquivo Histórico Nacional, Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, Caixa 908, pacote 8, documentos 6, 8, 9 e 10, e Caixa XXXVI, pacote 8, documento 6. Sobre a sua biografia, GUISARD FILHO, *D. José Pereira da Silva Barros – sua vida e sua obra*. Sobre a fundação e os primeiros anos do Seminário de São Paulo, WERNET, *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*.

[301] O seminário tinha 52 alunos internos e 21 externos no Preparatório. Cf. DÓRIA, Franklin Américo de Menezes, presidente da Província de Pernambuco, *Discurso à Assembléia Provincial, dia 1°. de março de 1881*. Arquivo Histórico Nacional 005-4-79.

[302] BARÃO HOMEM DE MELLO, ministro do Império, *Relatório de 1880*, e DANTAS, Manoel Pinto de Souza, ministro interino do Império, *Relatório de 1881*. Arquivo Histórico Nacional 007-18-82 e 007-19-82.

[303] ANDRADE, padre Joaqum José Camello, governador do Bispado de Olinda, *Ofício ao presidente da Província de Olinda, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque*. 14 de fevereiro de 1880. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, AE 18 folha 489.

[304] Cf. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, AE 18 folhas 14 e 43.

[305] Rego Maia é de Apipucos, onde nasceu em 1849. Ordenou-se em 4 de fevereiro de 1872. Foi secretário de dom Vital. Estava também destinado ao episcopado, sendo designado bispo de Niterói em 1893. Transferido depois para Belém, renunciou, indo morar em Roma, sob o título de Arcebispo de Nicópolis. Ali participou da

assume a cadeira de Instituições Canônicas[306]. Seu irmão Joaquim, que já dava aula no curso de Filosofia, lecionará Teologia Dogmática. Ali também atuarão os padres Jerônimo Tomé da Silva e Adauto Aurélio de Miranda Henriques[307]. Todos passaram por Roma.

Essa equipe será responsável pela profunda reforma do clero pernambucano. Formará uma cadeia epistemológica e ética que deixará marcas nas gerações futuras[308]. Trinta anos depois, na segunda década do século XX, os padres da Diocese de Olinda merecerão elogio de um bispo extremamente rigoroso, dom Sebastião Leme: "O clero é quase todo moço, disciplinado, inteligente e dócil. Melhores não podem ser os elementos"[309].

Cinco meses depois, também em carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, Leme qualificará como "de ouro" o clero pernambucano:

> *Ah! Se os nossos padres chorões daí vissem a abnegação dos meus padres, que magnífica lição!*
>
> *Os daqui ganham pouco e vivem no lombo de cavalo (...) Não se limitam à sede; mensalmente percorrem as capelas*[310].

Assim como dom Vital, foi certamente com esse grupo que o novo bispo contou para administrar a Diocese de Olinda. O número de paróquias era então de 173 em todo o bispado: 74 em Pernambuco, 29 em alagoas, 42 na Paraíba e 28 no Rio Grande do Norte. Dessas, 100 mantinham vigários colados: 43 em Pernambuco, 26 em Alagoas, 16 na Paraíba e 15 no Rio

---

Comissão que codificou o Direito Canônico e ali morreu em 1928 no Colégio Pio Latino-Americano, onde morava.

[306] Cf. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, AE 20, folhas 51 e 57.

[307] Jerônimo Tomé da Silva era padre desde 1872, ordenado em Roma, onde estudara no Pio Latino-Americano e na Gregoriana. Lecionava Filosofia Racional e Moral no Seminário de Olinda desde 1879. Como será possível constatar, sua vida estará sempre ligada de alguma forma a de Arcoverde. Foi o vigésimo primeiro Arcebispo primaz da Bahia, designado em 1893. Chegou a estar cotado para o cardinalato, mas o Governo e a Santa Sé entraram em acordo e Arcoverde foi o escolhido. Morreu em 1924. De uma importante família de Areias, Paraíba, Adauto Aurélio de Miranda Henriques também estudara no Pio Latino-Americano e na Gregoriana. Em 1894 foi designado o primeiro bispo da Paraíba, tornando-se muito influente em todo o Nordeste. Morreu em 1935. Sobre a ação de dom Adauto Henriques, FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e romanização: a implantação da Diocese da Paraíba, 1894-1910.* Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Sebastião Witter. São Paulo, 1994, 385p. mimeo.

[308] Em verdade, apesar das sucessivas interrupções administrativas da Diocese, o projeto de Romanização teve curso em Pernambuco, desde dom Manuel do Rego Medeiros. As dificuldades enfrentadas pelos bispos de Olinda não foram diferentes das encontradas em outras. Não é, portanto, correta a afirmação de Francisco José da Silva Gomes de que o processo de Romanização não chegou a ser colocado em prática em Pernambuco. Cf. GOMES, p. 238.

[309] LEME, Sebastião, bispo de Olinda, *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, Recife, 9 de setembro de 1916.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação Avulsa.

[310] Idem, *16 de fevereiro de 1917.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

Grande do Norte. Havia, portanto, 73 párocos encomendados: 31 em Pernambuco, três em Alagoas, 26 na Paraíba e 13 no Rio Grande do Norte[311].

A relação entre o número de vigários colados e encomendados vinha aumentando ano a ano. Em 1870, por exemplo, a Diocese de Olinda tinha 157 paróquias, das quais 133 com vigários colados: 67 em Pernambuco, 35 na Paraíba, 29 em Alagoas e 26 no Rio Grande do Norte. O número de vigários encomendados era de apenas 21: cinco em Pernambuco, oito na Paraíba, quatro em Alagoas e quatro no Rio Grande do Norte. Três freguesias estavam vagas, todas em Pernambuco. Era uma situação bem razoável se comparada com o restante do país[312].

Na Diocese de Olinda, assim como em outras, os bispos evitavam colar os vigários, que gozavam então, pelo Direito Canônico, de grande autonomia. Os prelados chegavam a admitir nomear párocos colados, mas queriam o poder de designá-los. Em 1886, o ministro do Império reclamava dessa recusa, contestando o argumento dos bispos de que o clero estava diminuindo. O Barão de Mamoré argumentava que isso só poderia ser comprovado com a abertura do concurso, capaz de preencher as vagas e selecionar sacerdotes idôneos[313].

Recorda em seu relatório que o governo voltou atrás da decisão de não nomear padres estrangeiros para as paróquias porque reconheceu a inexistência de alternativa. Entretanto, tanto se "multiplicaram as provisões de sacerdotes estrangeiros, que o governo deliberou deixar de aceitá-las". O Barão de Mamoré percebia que os bispos lançavam mão de estrangeiros, na maioria das vezes de congregação religiosas, porque não confiavam ainda nos padres brasileiros. Dispunham assim de um instrumento importante para controlar o clero. Contavam com um estrangeiro para ocupar uma paróquia se o vigário encomendado não seguisse rigorosamente as suas diretrizes[314].

---

[311] DÓRIA, Franklin Américo de Menezes, presidente da Província de Pernambuco, *Discurso na Abertura dos Trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial, 1°. de março de 1881*. Arquivo Histórico Nacional 005-4-79 e *Relatório de 1881 do ministro do Interino do Império, Manoel Pinto de Souza Dantas*. Arquivo Histórico Nacional 007-19-82.

[312] SOUZA, Paulino José Soares, ministro do Império, *Relatório de 1871*, pag. 102-103. Arquivo Histórico Nacional 007-10-82. Segundo esse mesmo relatório, havia, em 1870, 1348 paróquias no Brasil, das quais 740 com vigários colados, 476, encomendados e 429, sem párocos. Estavam ocupadas com padres estrangeiros, 113 freguesias.

[313] O concurso para vigário foi instituído pelo Concílio de Trento, no século XVI, com o objetivo de indicar párocos com boa formação moral e teológica. O concurso era dirigido pelos bispos, com o claro propósito de evitar a interferência não-eclesiástica. No Brasil, por causa do Padroado, a monarquia tinha grande interferência no processo. Os bispos não eram contrários aos concursos, e alguns até os realizavam à revelia do Governo. O que eles queriam, evidentemente, era o seu controle. Uma clara ação ultramontana.

[314] O bispo do Rio de Janeiro no mesmo período, dom Pedro Maria de Lacerda, jamais aceitou vigários colados, que considerava "uma fonte de inumeráveis e inqualificáveis abusos". O prelado suspendeu os concursos e jamais abriu mão disso, mesmo quando pressionado pelo Governo. Preferiu sempre os vigários colados que podia remover *ad nutum*. Cf. SANTOS, *Bullário*, pag. 167, tomo II.

O ministro também se queixava da inexistência de cabido em algumas dioceses. Durante muitos anos, os cabidos tornaram-se a pedra no sapato dos bispos, dada a sua autonomia canônica. Os prelados queriam agora ter o controle da nomeação dos cônegos para que escolhessem aqueles mais submissos. O Barão de Mamoré narrava em seu relatório que o bispo do Ceará, dom Joaquim José Vieira, dirigiu-lhe consulta sobre a possibilidade de nomear o cabido sem concurso[315].

O barão de Mamoré voltou a carga em 1887. Em discurso ao Senado, a 24 de maio, o ministro do Império pedia que o Legislativo regulamentasse os concursos para o preenchimento das vagas de vigários colados. Sabia que alguns bispos, entre eles o de Olinda, estavam realizando concursos por conta própria, retirando assim do Governo um importante instrumento de controle do clero e da Igreja. Na regulamentação dos concursos, o Barão de Mamoré queria que os padres estrangeiros fossem proibidos de participar.

Dom José Pereira da Silva Barros escreveu-lhe carta. Argumentava que não via o mesmo rigor para com os "estrangeiros que não são padres católicos", em clara referência à atuação de pastores protestantes. Questionava "se o Poder Legislativo brasileiro tem competência para fixar em lei os princípios que devem vigorar na observância das lei gerais da Igreja". E, "para melhorar o atual estado das coisas", aconselha o governo a "criar novas dioceses (...), melhorar a sorte dos seminários, aumentar as côngruas dos colados e estabelecer em favor dos párocos inválidos o direito à aposentadoria".

Reclamava subvenção para poder buscar jovens seminaristas em famílias em que "não penetrou ainda o pendor pelo bacharelado", porque "as famílias distintas" não desejam mais filhos padres e sim bacharéis. E dá uma justificativa para lançar mão de sacerdotes estrangeiros: "hoje o clero está reduzido ao ponto de ser impossível prover todas as paróquias, ainda mesmo ocupando os velhos e quase inválidos"[316].

O envelhecimento do clero era uma preocupação permanente. Em resposta a um ofício do ministro do Império, o padre Jerônimo Tomé da Silva, que governava interinamente a Diocese, informava que 25 padres haviam morrido em 1888, totalizando 108 sacerdotes falecidos desde a posse de dom José Pereira da Silva Barros em 1881. E, como o bispo, indicava que o caminho para a solução do problema estaria na subvenção para os seminaristas carentes. Como em parte já fazia a Província de Alagoas, que mantinha cinco estudantes no

---

[315] BARÃO DE MAMORÉ, ministro do Império, *Relatório de 1886*, pag. 85. Arquivo Histórico Nacional 007-21-82.

[316] BARROS, José Pereira da Silva. bispo do Recife. *Carta ao ministro do Império, Barão de Mamoré, 11 de julho de 1887*. Arquivo Histórico Nacional, Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, Caixa XXXVI, Pacote 8, Documento 69.

Seminário de Olinda. Garantia que se o Governo subvencionasse ao menos os professores de Português, História, Geografia, Aritmética e Geometria, a Diocese poderia admitir mais alunos pobres[317].

Apesar das reclamações, não havia então paróquia sem vigário, como em 1871. E dom José Pereira da Silva Barros podia também fazer mudanças no Cabido, que ele mesmo, na *Carta Pastoral Saudando aos Diocesanos*, reconhecia como muito importante. Alertava então que o fim principal da corporação era o de ajudar o bispo na administração diocesana e, por isso, não podia dele separar-se[318]. O prelado sabia das dificuldades que os bispos de Olinda haviam enfrentado e estava atento ao que vinha ocorrendo em outras dioceses, principalmente em São Paulo, do que tinha sido testemunha ocular. Ele contava com padres confiáveis que aos poucos, com a morte dos titulares, iria nomeando para o cabido, tornando-os cônegos.

O Cabido, presidido na época por um deão, era considerado o senado da Igreja porque assessorava o bispo e controlava o patrimônio diocesano. Em caso de vacância, era o cabido que designava o governador da diocese. É claro que um bispo formado no viés ultramontano, que tinha por absoluta a autoridade do prelado, sentia-se constrangido e limitado se os cônegos lhe fossem contrários. Por isso, os bispos não faziam muita questão de manter os cabidos ou procuravam ao menos controlá-los.

Além de assessorar o bispo, os membros do cabido tinham obrigações litúrgicas estabelecidas no Brasil desde o início do século XVIII, quando da instituição das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Os cônegos tinham, por exemplo, a obrigação de diariamente comparecer à catedral e recitar as sete horas canônicas (matinas, laudes, prima, terça, nona, vésperas e completas)[319]. É claro que, no final de século XIX, essa norma não era respeitada. Tinham obrigação ainda de participar dos Pontificais, ou seja, as cerimônias presididas pelo bispo[320].

Antônio Arcoverde já era cônego desde 1878. O relatório de 1878 do ministro do Império registra a sua designação para o Cabido de Olinda com meia prebenda, isto é, recebendo apenas a metade da côngrua. No mesmo dia, 12 de setembro de 1877, foram nomeados dois outros cônegos, também com passagem pelo Pio Latino Americano e pela Gregoriana: Luiz Francisco de Araújo, da mesma turma dos irmãos Arcoverde e professor de

---

[317] SILVA, padre Jerônimo Tomé, Governador do Bispado de Olinda, *Carta ao ministro do Império Antônio Ferreira Vianna, 7 de fevereiro de 1889*. Arquivo Histórico Nacional – Documentos Eclesiásticos, Pernambuco, Caixa XXXVI, pacote 8, 1878-1889, documento 98.

[318] BARROS, dom José Pereira da Silva, bispo de Olinda. *Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos depois de sua sagração*. São Paulo, 28 de agosto de 1881. Cf. GUIZARD FILHO, p. 193

[319] *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, cânone 511*, p. 198.

[320] Idem, *cânone 607*, p. 228

SBD / FFLCH / USP

Latim do Seminário de Olinda, e Francisco do Rego Maia, secretário de dom Vital[321]. Era um evidente sinal de que a Diocese de Olinda buscava formar um Cabido com padres novos, formados em Roma, com mentalidade ultramontana.

Joaquim Arcoverde esperaria mais algum tempo para chegar ao Cabido. Por Carta Imperial de 29 de julho de 1884, tornou-se cônego de meia prebenda, com a vaga deixada pelo padre Joaquim Graciano de Araújo, que, no dia 25 de abril, passara a cônego de prebenda inteira[322]. Para o seu lugar, com meia prebenda, vai Adauto Henriques. Seu irmão, Antônio, ainda estava na frente na carreira: em 15 de agosto de 1884 passara a cônego de prebenda inteira na cadeira de mestre escola, vaga com a morte de Marcelino Antônio Dornelles[323].

A partir daí a carreira de Antônio Arcoverde estanca. No final do ano seguinte (22 de dezembro de 1885), é exonerado da Reitoria do Seminário Maior. A demissão foi solicitada por ele próprio, conforme carta que enviou ao presidente da Província, Conselheiro José Fernandes da Costa, encaminhada por ofício pelo Arcediago Luiz Francisco de Araújo, que estava no Governo da Diocese, em função de visita pastoral de José Pereira da Silva Barros[324]. Antônio Arcoverde passaria a atuar como padre avulso e membro do Cabido e continuaria dando aulas no Seminário e no Ginásio Pernambucano, do qual seria designado Regedor em 1888, permanecendo no cargo até a Proclamação da República. Sua carreira acabou ai.

A do irmão, Joaquim, é que começa então a andar. Melhor seria dizer que começa a dar saltos. O primeiro foi o recebimento do título de prelado doméstico do Papa Leão XIII. Era meramente simbólico, mas demonstrava que ele estava sendo visto fora de Recife porque vinha direto da Santa Sé, depois de indicado pela Internunciatura no Rio de Janeiro, com o aval do bispo diocesano.

De um modo geral, as honrarias tinham grande significado no Brasil oitocentista. Basta recordar a correria pelo título de barão. Barão do império. Os canônicos não deixavam de ter prestígio. Veja o Capítulo XXXV do *Dom Casmurro*, o clássico de Machado de Assis. O romance, de 1899, corre em meados do século XIX, e o capítulo conta como a família de Bentinho, o protagonista e narrador, recebeu a notícia de que o padre Cabral, seu professor de

---

[321] CARVALHO, Leôncio, ministro do Império, *Relatório de 1878*. Arquivo Histórico Nacional 007-17-82.
[322] BARÃO DE MAMORÉ, ministro do Império, *Relatório de 1885 do ministro do Império*. Arquivo Histórico Nacional 007-21-82.
[323] *Relatório de 1884 do ministro do Império, João Florentino Meira de*. Arquivo Histórico Nacional 007-21-82. A colação ocorreu no dia 3 de setembro de 1884. Cf. Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 20 folha 212.
[324] ARAÚJO, Arcediago Luiz Francisco, governador do Bispado de Olinda, *Ofício de 11 de janeiro de 1886 ao presidente da Província de Pernambuco, Conselheiro José Fernandes da Costa Vasconcelos*. Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 21 folha 02.

latim, era agora Protonotário Apostólico por decreto pontifício comunicado pessoalmente pelo internúncio.

O padre Cabral explicou que não exerceria nenhum cargo na Cúria Romana, nem precisaria ir à Santa Sé. Só desfrutaria das honras e do prazer de ser chamado Protonotário Cabral.

> *Cabral ouvia com gosto a repetição do título. Estava em pé, dava alguns passos, sorria ou tamborilava na tampa da boceta. O tamanho do título como que lhe dobrava a magnificência (...)*
>
> *Agora, não impede - disse Cabral, que continuava a refletir -, não impede que nos casos de maior formalidade, atos públicos, cartas de cerimônia, etc., se empregue o título inteiro: protonotário apostólico*[325].

Como o da personagem de Machado, Arcoverde podia exibir agora o título de monsenhor. Monsenhor Joaquim Arcoverde. Foi concedido em 27 de maio de 1884 e é bem possível que os contatos em Roma tenham jogado num papel significativo na concessão. Muitas vezes, as honrarias vaticanas entravam na contramão e bem pode ter sido o caso. De qualquer forma, por esse caminho ou pelas vias normais, Arcoverde era agora prelado doméstico de Leão XIII.

O monsenhor se tornaria cônego um ano depois. Joaquim Graciano de Araújo, que algum tempo governou o bispado, assumiu uma cadeira de prebenda inteira no Cabido de Olinda, em 25 de abril de 1885. Deixou vaga, com isso, um posto de meia prebenda, ocupado então por Joaquim Arcoverde a partir de 28 de agosto de 1885, em conformidade com a carta imperial de 28 de julho de 1885[326]. O novo monsenhor e agora cônego conquistava ainda mais prestígio e obtinha uma nova fonte de renda, ainda que modesta, de 50$000 por mês, além do que recebia no Ginásio Pernambucano, no Seminário de Olinda e com as cerimônias que celebrava como padre avulso[327].

---

[325] ASSIS, p. 59-60.

[326] BARÃO DE MAMORÉ, ministro do Império, *Relatório de 1885 de*. Arquivo Histórico Nacional 007-21-82. Cf. ARAÚJO, arcediago Luís Francisco, governador da Diocese de Olinda, *Ofício ao presidente da Província de Pernambuco*, desembargador Luiz Correia de Queiroz e Barros, 11 de setembro de 1885. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 18 folha 298.

[327] Joaquim Arcoverde era desde 19 de fevereiro de 1885 também professor de Teologia Moral, por nomeação de dom José Pereira da Silva Barros, em substituição ao cônego Francisco do Rego Maia, que passou a assessorar o bispo mais de perto. Cf. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, pasta Província de Pernambuco. O salário de cônego de meia prebenda foi calculado com base em CARVALHO, 1996, p. 132-133.

Três anos depois, o melhor: o monsenhor Arcoverde é escolhido para arcebispo coadjutor, com direito à sucessão, da Arquidiocese da Bahia. Foi em 9 de março de 1888, depois da insistência do primaz Luís Antônio dos Santos pela indicação de alguém para auxiliá-lo. Santos era da primeira geração de prelados ultramontanos. De tradicional família católica, fora um dos quatro bispos formados por dom Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana, um dos precursores da romanização[328]. Os outros foram seu irmão, João Antônio dos Santos, primeiro bispo de Diamantina; Pedro Maria de Lacerda, do Rio de Janeiro; e José Afonso de Morais Torres, de Belém do Pará[329].

Luís Antônio dos Santos, como seu irmão e Pedro Maria de Lacerda, estudara em Roma, e trabalhou com dom Viçoso até ser designado primeiro bispo do Ceará em 1859. Sagrado em Mariana em agosto do ano seguinte, tomou posse em setembro, traçando um itinerário muito semelhante ao de todos os reformadores. Ali ficou por 20 anos, quando foi transferido para a Bahia, sendo substituído por dom Joaquim José Vieira[330].

Dom Luís Antônio dos Santos não queria assumir a Arquidiocese da Bahia em 1879. Pelo menos é o que recorda na carta na qual solicitava um coadjutor à Princesa Isabel, então na regência em virtude de viagem de seu pai, o Imperador. O bispo argumenta que já estava doente na época e que o seu estado de saúde se agravou agora, a ponto de não poder mais presidir pontificiais. Até a sagração dos santos óleos na Semana Santa é celebrada em outra diocese. "Os aspirantes ao sacerdócio andam errantes esmolando de diocese em diocese a graça da ordenação".

Não era freqüente a designação de um coadjutor, que representava mais um gasto para a fazenda pública. A côngrua de um bispo era de 3:600$000 por ano, em 1877, 1:200$000 a menos que a do primaz[331]. Dom Luís Antônio dos Santos, Marquês de Monte Pascoal, sabia disso e lembrava na carta que a Diocese do Rio de Janeiro obteve por duas vezes um coadjutor[332].

Há muito o primaz vinha reclamando dos problemas de saúde. Chegou mesmo a renunciar, em carta dirigida ao ministro do Império Felipe Franco de Sá no final de 1884. Relata que no ano anterior sofrera "repentinamente de um mal nervoso" que lhe provocou

---

[328] Nasceu em Angra dos Reis em 1817, sendo ordenado em 1841. Seu irmão, João Antônio dos Santos, é de 1818, recebendo as ordens em 1842. Ambos foram reitores do Seminário de Mariana. Quando foram estudar em Roma, como Pedro Maria de Lacerda, já eram sacerdotes. João Antônio também estudou no São Sulpício, em Paris.

[329] Ao todo, dom Viçoso mandou nove seminaristas a Roma.

[330] Sobre a ação de dom Luís Antônio dos Santos no Ceará, REIS, Edilberto Cavalcante, *Pro Animarum Salute*.

[331] Cf. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem e o Teatro das sombras*, pag. 132-136.

paralisia do braço e perna direitas e que, a partir de então, passou a se locomover com dificuldade. Retirou-se, por isso, para o Ceará, em 21 de janeiro de 1884. Seu estado agravou-se, "sem esperança nenhuma" de obter melhora. Dom Luís Antônio dos Santos reclama que não pode mais estudar, escrever, celebrar, ordenar. "Enfim, sou um homem morto"[333]. O pedido de renúncia não foi então considerado.

Porém, a solicitação de um coadjutor, quatro anos depois, foi aceita. Em janeiro de 1888, dom Luís Antônio dos Santos agradeceu em carta ao internúncio Francesco Spolverini[334] o atendimento do pedido e considerando-se sem condições de indicar alguém para a função. Deixa então a escolha do coadjutor para o chefe do Gabinete, Barão do Cotegipe, e o representante pontifício[335].

Cotegipe passou então a negociar com o internúncio. Conforme a prática, consultou os bispos sobre possíveis candidatos ao episcopado. O processo durou dois meses, período em que alguns bispos responderam ao ministro. Um deles foi o bispo de Olinda, que indicou três nomes; Jerônimo Tomé da Silva, Arcoverde e o arcediago Luís Francisco de Araújo. Dom José Pereira da Silva Barros caracterizava Arcoverde como

> *distinto pela conduta moral, é dotado de talento e de ciências profanas e eclesiásticas. Seu gênio é um tanto excitado, sua altivez toca algum tanto de orgulho, mas o c ritério e o senso religioso o modera logo párea o caminho da prudência. É cônego da catedral, foi distinguido com os louvores de monsenhor pelo santo padre, sob informação minha e ocupa hoje a cadeira de ensino de filosofia no seminário*[336].

---

[332] SANTOS, dom Luís Antônio dos Santos, arcebispo da Bahia, *Carta à Princesa Isabel, Regente, 8 de dezembro de 1887*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixas 888, documento 363, e 890, pacote 2, documento 59.

[333] SANTOS, Luís Antônio, arcebispo da Bahia, *Carta ao ministro do Império Francisco Franco de Sá, 20 de dezembro de 1884*. Arquivo Histórico Nacional - Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 888, documento 369.

[334] Spolverini foi designado internúncio no Brasil desde 11 de maio de 1887, em substituição ao monsenhor Rocco Coccia. Antes, trabalhara na Venezuela. Ao contrário da maioria dos núncios ou internúncios não era ainda bispo, apenas padre. Tomou posse em novembro.

[335] SANTOS, Luís Antônio, arcebispo da Bahia. *Carta ao internúncio apostólico – Salvador, 19 de janeiro de 1888*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documento 890.

[336] BARROS, José Pereira da Silva, bispo de Olinda. *Carta ao chefe de Gabinete, barão de Cotegipe*. Arquivo de Wanderlei Pinho, Jornal do Comércio, 24 de abril de 1930. Pasta de recortes de notícias sobre o cardeal Arcoverde, Biblioteca da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Entretanto, a preferência de Cotegipe foi por Jerônimo Tomé da Silva. Em 7 de março de 1888, Cotegipe consultou dom Luís Antônio por telegrama sobre a indicação do padre, que depois do retorno de Roma fora secretário particular do bispo e professor no Seminário de Fortaleza[337].

O período em que o padre Jerônimo Tomé e dom Luís Antônio trabalharam juntos deve ter causado algum estremecimento entre ambos. Tanto que em resposta à consulta a Cotegipe, o bispo respondeu no dia seguinte que o sacerdote não servia e indicava o padre Antônio Xisto Albano, da Diocese do Ceará, que se formara no São Sulpício, em Paris, e era de tradicional e militante família católica[338].

Cotegipe e Spolverini parecem ter concordado em parte com dom Luís Antônio. Não designaram Jerônimo Tomé da Silva, mas também não aceitaram o padre Albano. Preferiram Arcoverde. Mas o curioso é que o decreto de nomeação do novo coadjutor data de 7 de março de 1888, ou seja, a mesma do telegrama em que Cotegipe consulta o primaz sobre Tomé da Silva[339]. É bem possível que a data do decreto seja retroativa, que é um expediente burocrático usado até hoje. Mas pode ser também que o nome do cônego Joaquim Arcoverde já tivesse sido escolhido, e que a consulta a dom Luís Antônio fosse mera formalidade. O ministro e o internúncio podiam já estar sabendo de antemão da oposição do primaz.

No dia seguinte, Cotegipe enviou ofício ao representante do Brasil na Santa Sé comunicando a nomeação de Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti para coadjutor da Bahia[340]. Deixa claro, no entanto, que a nomeação é sem direito à futura sucessão para não dar "proeminência ao novo bispo em relação aos prelados existentes, alguns dos quais são conhecidos como dignos de preencher o cargo de Arcebispo".

O ministro do Império pedia a "maior urgência possível" para a confirmação de Arcoverde como coadjutor da Arquidiocese da Bahia e conta que cumpriu todas as praxes, consultando os bispos sobre os sacerdotes que podiam ser designados "por suas virtudes, letras e prudência".

---

[337] Cf. REIS, Gilberto Cavalcante, *Pro animarum salute*, pag. 40.

[338] BARÃO DO COTEGIPE, chefe do Gabinete. *Telegrama, ao arcebispo da Bahia, dom Luís Antônio dos Santos, 7 de março de 1888*; SANTOS, Luís Antônio. *Telegrama a Cotegipe, 8 de março de 1888*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documento 59f. Antônio Xisto Albano chegou a bispo, do Maranhão, mas ficou pouco tempo. Sobre isso, ver Micelli, p. 87-89. Um perfil curioso e bem humorado de Xisto Albano é o de Pedro Nava, que o conheceu no Rio de Janeiro já bispo sem diocese. Cf. NAVA, *Chão de Ferro*, p. 133-134.

[339] *Decreto de nomeação do cônego Joaquim Arcoverde para bispo coadjutor da Bahia*, 7 de março de 1888. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documento 59G.

[340] É a primeira vez que aparece o nome que Arcoverde usaria pelo resto da vida.

Parecendo ao Governo pela informação prestada pelo Reverendíssimo Bispo de Olinda que o cônego Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, o qual conta com cerca de 40 anos de idade, se distingue por sua conduta moral e alia ao talento e ilustração critério e sentimento religioso, está no caso de corresponder às suas vistas, servindo aos altos interesses de religião, nomeou-o por decreto datado de 7 do corrente coadjutor do Reverendíssimo arcebispo da Bahia[341].

Essa era apenas uma etapa dos trâmites burocráticos. A 9 de março, Cotegipe comunicou ao internúncio a designação de Arcoverde, solicitou ao Ministério da Fazenda a liberação de verba para fazer frente aos gastos com a nomeação e comunicou a escolha ao Ministério dos Negócios Estrangeiros[342]. Na verdade, a tramitação burocrática começara bem antes. Em 16 de janeiro de 1888, um funcionário do Ministério da Fazenda emitira parecer de nove páginas favorável ao coadjutor, desde que a côngrua fosse a metade do que cabia ao primaz, ou seja 2:400$000 anuais[343].

Esses trâmites burocráticos de nada adiantaram. O cônego Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante não aceitou o episcopado. No dia 18 de abril de 1888, o ministro do Império José Fernandes da Costa e a Princesa Isabel declararam "sem efeito" o decreto de nomeação[344]. Acompanhava o documento de anulação do decreto um relatório do oficial de gabinete do Ministério Cupertino do Amaral, elaborado entre março e abril. O servidor narra que havia sido o bispo de Olinda quem indicara o padre Jerônimo Tomé da Silva, não aceito pelo primaz. O ministro então preferiu não designar o padre Xisto Albano, mas o monsenhor Arcoverde, com base em informações que obtivera com outros prelados e com o aval de dom José Pereira da Silva Barros[345].

Em carta a Cotegipe, datada de 3 de abril de 1888, Arcoverde argumenta que não podia aceitar a "difícil e elevada missão" porque se considerava "fraco e baldo de recursos de toda

---

[341] BARÃO DE COTEGIPE, chefe de Gabinete do Império, *Ofício ao enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil na Santa Sé, 9 de março de 1888*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documento 59C.

[342] Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documentos 59I, 59J e 59K.

[343] CUNHA, Balduíno, servidor do ministério da Fazenda. *Parecer sobre a nomeação de um arcebispo coadjutor*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 888, documento 363.

[344] Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documento 60.

[345] AMARAL, Cupertino, oficial de gabinete do Ministério do Império, *Relatório, março / abril de 1888*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documento 59L.

sorte", faltando-lhe "a força moral e o prestígio suficientes"[346]. Arcoverde nunca mais se referiu a essa recusa. É provável que então o olhar do cônego estivesse voltado mais para Pernambuco do que para a Bahia. Não é improvável que Arcoverde tenha recebido também alguma informação sobre isso dos contatos que mantinha em Roma. A decisão de não garantir o direito à sucessão do coadjutor pode ter influenciado.

O fato é que Arcoverde recusou, o que não era de surpreender. Normalmente, os padres recusavam o episcopado, mesmo querendo. Era uma praxe protocolar. Primeiro, o indicado dizia não sob o argumento de inabilidade e incapacidade para a função. Depois, diante da insistência também protocolar, o padre aceitava pensar na possibilidade. Por fim, em algumas ocasiões porque o internúncio garantia ser uma ordem papal, o indicado aceitava o "fardo do episcopado"[347].

Embora, o protocolo exigisse a "recusa", muitos consideravam sem dúvida um fardo pesado ser prelado no Império do Brasil. E Arcoverde bem podia ter pensando assim. Mesmo com grande parte dos padres já controlados, o bispo era um administrador de carências e um dependente do poder público. Faltava dinheiro, faltavam sacerdotes, faltava tudo. As dioceses eram imensas. Uma visita pastoral, por exemplo, empreendidas em condições precárias, podia durar meses. E ainda tinha que enfrentar padres rebeldes, o catolicismo tradicional, as irmandades e confrarias recalcitrantes e resistentes a qualquer reforma. Além disso, era tolhido pelo regalismo e se atracava com o Liberalismo. Por isso, muitas recusas ao episcopado não eram meramente protocolar, mas sinceras. E a recusa, se não protocolar, era aceita sem problema, como o foi a de Arcoverde, que não se comoveu com argumento algum.

Entretanto, o cônego da Catedral de Olinda saiu-se bem da recusa, o que pode indicar que a decisão contou com apoio dos superiores. A forma como não aceitou ser coadjutor da Bahia causou boa impressão. Prova disso é uma carta do bispo de Goiás, dom José Gonçalves Ponce de León, na qual indicava nomes para o episcopado. A carta é de 10 de agosto de 1888 e certamente dirigida ao ministro do Império, em resposta a uma carta confidencial de 11 de julho.

Ponce de León aponta quinze nomes, dos quais pelo menos quatro chegam ao episcopado: monsenhor Silvério Gomes Pimenta, ao qual o único "defeito" que atribuía era a cor "um tanto escura", Luís Raimundo da Silva Brito, Eduardo Duarte Silva e Joaquim

---

[346] ARCOVERDE, Joaquim. *Carta ao barão de Cotegipe, renunciando ao episcopado – 3 de abril de 1888.* Arquivo de Wanderlei Pinho. Jornal do Commercio, 24 de abril de 1930. Pasta de recortes de notícias sobre o cardeal Arcoverde. Biblioteca da Cúria do Rio de Janeiro.

[347] Um exemplo é o caso da nomeação do padre Pedro Maria de Lacerda para bispo do Rio de Janeiro. Cf. GOMES, p. 266.

Arcoverde[348]. Sobre Arcoverde, conta que ouviu "dizer muito bem desse sacerdote", e tudo foi confirmado em conversa com o bispo de Olinda. "Por ocasião de sua nomeação de coadjutor da Bahia deu (...) prova de virtude e bom senso"[349].

Arcoverde permaneceu em Recife, lecionando no Seminário de Olinda e no Ginásio Pernambucano e celebrando como padre avulso. Ainda em 1888 passaria a cônego de prebenda inteira, em lugar do português Joaquim Ferreira dos Santos, que morrera em 30 de maio. A Carta de Apresentação Imperial é de 18 de agosto de 1888 e a posse se deu em 11 de setembro. Arcoverde passa a receber 1:200$000 anuais, ou seja 100 mil réis por mês[350].

Apesar das idas e vindas, o Ministério do Império e a Internunciatura ainda não haviam conseguido um coadjutor para a Bahia. No dia 8 de junho de 1888, o primaz apresentou carta de renúncia à Princesa Isabel, ainda no exercício da regência. Justificava que os seus problemas de saúde haviam se agravado, provocando grandes prejuízos à Arquidiocese e à "salvação das almas", inclusive a sua própria[351]. A renúncia dessa vez foi aceita.

O monsenhor Antônio Alves Ferreira dos Santos em seu *Bullario* relata que a renúncia foi fabricada por Francesco Spolverini, que fora empossado em novembro de 1887. Alves conta que o representante da Santa Sé foi à Bahia e arrancou a contragosto a carta de renúncia do primaz. No mesmo dia, embarcou de volta ao Rio de Janeiro, sem dar chances a arrependimentos[352].

A política de renovação do episcopado, que Spolverini afirmava pretender "dar um novo vigor à Igreja"[353], começara no final do regime monárquico e será conduzida, pelo menos em seu início pelo internúncio e por dom Antônio Macedo Costa, que se impusera como o principal articulador da Igreja no período e o seu mais influente bispo. O processo era de antes mesmo de Rampolla assumir a Secretaria de Estado.

Há pelo menos uma indicação de que era política da Santa Sé essa renovação episcopal. Quando o novo Encarregado de Negócios da Santa Sé, João Altair de Souza Correia entregou

---

[348] Silverio Gomes Pimenta tornou-se bispo de Mariana, Luís Raimundo da Silva Brito, de Olinda, e Eduardo Duarte Silva, de Goiás e Uberaba.

[349] PONCE DE LEÓN, José Gonçalves, bispo de Goiás. *Carta de 10 de agosto de 1888* (a destinatário não esclarecido, mas que pode ser o ministro do Império). Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 886, pacote 2, documento 150.

[350] SILVA, padre Jerônimo Tomé da Silva, governador do Bispado de Olinda, *Carta ao ministro do Império José Fernandes da Costa Pereira, 11 de setembro de 1888*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica – Coleção Eclesiástica, caixa 908, pacote 8, documento 90. Veja também, SILVA, padre Jerônimo Tomé, *Carta ao Presidente da Província, Joaquim José de Oliveira*. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano AE 21 folha 114.

[351] SANTOS, Luís Antônio dos Santos, arcebispo da Bahia, *Carta à Princesa Isabel, Regente, 8 de junho de 1888*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 888, documento 369.

[352] SANTOS, *Bullario*, p. 211, tomo III. Cf. LEMOS, p. 458, e GOMES, p.710.

[353] Idem, p. 213-213, Tomo II.

as credenciais ao Papa, em 27 de março de 1887, ouviu de Leão XIII que o Governo Brasileiro precisava de mais cuidado na nomeação de bispos[354]. Entretanto, desde os anos 1860 os bispos escolhidos no Brasil eram homens fiéis à Igreja, ultramontanos. O recado a Souza Correia tinha um sentido: a Santa Sé sabia que o episcopado brasileiro estava em processo de envelhecimento e que muitas mudanças seriam necessárias nos próximos anos.

De fato, ocorrerão alterações nas duas mais importantes dioceses do país: Bahia, por motivo de envelhecimento do bispo, e no do Rio de Janeiro, por morte de dom Pedro Maria de Lacerda. O Rio Grande do Sul também ficaria sem prelado, com o falecimento de dom Laranjeiras. Só isso possibilitou remanejamentos em Olinda, Belém do Pará e Goiás. Com a república, o processo de renovação episcopal será aguçado porque a Igreja ganha autonomia absoluta para isso. Entre 1887 e 1897, haverá mudanças de bispos também nas dioceses de São Paulo, Mariana e São Luís do Maranhão. Não é possível esquecer que, com o advento da república, a Igreja erigiu novas dioceses nesse período: Manaus, Niterói, Paraíba e Curitiba, as quatro em 1892, e Vitória, em 1895[355].

Em julho, um mês depois da renúncia de Luís Antônio dos Santos à Sé da Bahia, um movimento dos padres da arquidiocese indica a insatisfação do clero com a forma pela qual o arcebispo renunciara. Um abaixo assinado de 86 sacerdotes pedia a conservação do primaz, com "a reconsideração do ato de aceitação da renúncia". Argumentam que o "Imperador doente, como tem se achado (...), jamais abandonou os súditos". Caso dom Luís Antônio não possa continuar, que seja nomeado um coadjutor[356]. A regente não levou o pedido em consideração. O até então primaz do Brasil deixou o cargo e passou a usar o título de arcebispo de Chalais[357]. A Bahia só teria um novo arcebispo em 1890, com a eleição de dom Antônio Macedo Costa.

O bispo de Olinda também não estava satisfeito com a sua situação em Recife. Em 1888, com problemas de saúde e muito cansado, retirou-se para Taubaté, sua cidade natal, deixando o padre Jerônimo Tomé da Silva no governo da diocese. No mesmo ano, morre o bispo do Rio Grande do Sul, dom Sebastião Dias Laranjeiras. Como dom José Pereira da

---

[354] CORREIA, João Artur de Souza, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé, *ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo Augusto da Silva*. Arquivo Histórico do Itamarati 208-4-7.

[355] O clero pernambucano teve papel de protagonista na renovação do episcopado nesse período. Além de Arcoverde, chegaram ao episcopado Jerônimo Tomé da Silva, designado para Belém do Pará, em 1890, e depois para a Bahia, em 1893; Francisco do Rego Maia, para Niterói, e depois para Belém do Pará; e Adauto de Miranda Henriques, para a Paraíba.

[356] *Abaixo Assinado de 86 padres da Arquidiocese da Bahia pela permanência de dom Luís Antônio dos Santos, 11 de julho de 1888*. Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 888, documento 369.

[357] Era um título *In partibus infidelium* (no país dos infiéis), concedido a um bispo que não exerce nenhuma função real. Charnais era uma antiga diocese de uma região não mais cristã.

Silva Barros reclamava do clima do Nordeste e manifestara até o desejo de renunciar, foi-lhe oferecida a diocese vacante, mas recusou. Argumentava agora que não suportaria o frio do Sul do país. Também lhe propuseram a Arquidiocese da Bahia, mas também não quis.

Com a recusa de José Pereira da Silva Barros, a Diocese do Rio Grande do Sul continuou vaga. A república já fora proclamada, e o decreto 119A de 7 de janeiro de 1890 pôs fim ao Padroado e ao sistema de união entre Igreja e Estado. A Internunciatura passou a coordenar todo os processos de sucessão e de designação de bispos. O internúncio Spolverini aproveitou então a oportunidade para transferir dom Cláudio Ponce de Leon de Goiás para Porto Alegre.

Vaga agora estava a diocese de Goiás, e Spolverini, desejoso de renovar o episcopado brasileiro, designou Arcoverde. Dessa vez, já com 40 anos, o cônego pernambucano aceitou e permitiu que corresse o processo. Em 26 de junho de 1890, sua designação para o episcopado foi oficialmente anunciada[358]. Arcoverde embarcou para Roma e foi sagrado a 26 de outubro de 1890 pelo Secretário de Estado da Santa Sé, o cardeal Mariano Rampola del Tíndaro, auxiliado por dom Antônio Macedo Costa e pelo monsenhor Domenico Ferrata. Só que Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti renunciou à designação.

Qual o motivo dessa atitude extrema?

A justificativa mais freqüente é a da saúde. Arcoverde estaria doente e por isso recusou a tarefa de administrar um rebanho em uma região extensa e inóspita, de difícil acesso. A base dessa interpretação é uma carta enviada pelo Papa Bento XV, quando da comemoração dos 15 anos de episcopado de Arcoverde, em 1915. Giacomo Marchese della Chiesa recorda que participou da cerimônia de sagração presidida pelo cardeal Rampola. Estava perto de completar 35 anos, já era bispo, atuando na Secretaria de Estado. Testemunha que Arcoverde não estava bem de saúde[359].

Arcoverde mesmo jamais falou em problemas físicos. Na carta pastoral em que saúda o clero, quando assume a Diocese de São Paulo, em 1894, afirma que "por motivos estranhos à nossa vontade, que no íntimo d'alma deploramos, resignamos nas mãos do Santo Padre àquela diocese". Portanto, não menciona problemas de saúde[360]. O *Estado de São Paulo* de 8 de

---

[358] Nesse mesmo consistório foram também elevados ao episcopado os padres Manuel dos Santos Pereira, designado para auxiliar da Bahia; Silvério Gomes Pimenta, para auxiliar de Mariana, sob o título de bispo de Camaco; Tiago Esberard, para coadjutor de Olinda, com direito à sucessão, sob o título de bispo de Gerra, e Jerônimo Tomé da Silva, para bispo do Pará. O consistório remanejou também dom Macedo Costa, do Pará para a Bahia, e Cláudio Ponce de León, de Goiás para o Rio Grande do Sul.

[359] *Festas Jubilares*, p.20-21.

[360] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 206, janeiro-março de 1950. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1952*, p. 192-198. A 24 de janeiro de 1950, o IHGB celebrou o centenário de nascimento de Joaquim Arcoverde, o que mereceu divulgação pelo órgão oficial do instituto.

novembro de 1905, em matéria sobre o cardinalato, alega "razões de altíssima monta"[361]. A *Gazeta de Notícias* de *16 de novembro de 1905*, em texto sobre o mesmo motivo, informa que Arcoverde alegou "razões canônicas"[362]. Já Humberto de Campos assegura que "deveres de família" o impediram de "locomover-se para diocese tão distante"[363].

Motivos de saúde estão descartados. Pelo menos problemas graves de saúde, já que se pode supor que, se isso ocorresse, ele certamente não seria sagrado bispo. Arcoverde sabia para onde fora designado, daí não poder servir de justificativa fato de ser Goiás uma diocese distante. Portanto, é preciso buscar outras razões para a renúncia.

Um telegrama do cardeal Rampolla ao monsenhor Spolverini pode explicar a razão da renúncia de Arcoverde à diocese de Goiás. O documento, divulgado por Francisco José da Silva Gomes, revela que o Secretário de Estado comunicou a Spolverini que, "aprés um examen approfondi, le Saint Père nomma Mgr Arcoverde coadjuteur avec sucession au siège d'Olinda". No mesmo telegrama, Rampolla informa que dois padres do Rio de Janeiro foram designados bispos: o padre João Tiago Esberard para o Rio de Janeiro, e Eduardo Duarte Silva, de Goiás[364]. Data do telegrama: 23 de novembro de 1890, ou seja, menos de um mês após a sagração de Arcoverde[365].

Duas hipóteses são possíveis. Arcoverde pode ter desistido mesmo da Diocese de Goiás por algum motivo de ordem pessoal. E sendo já bispo entrou na roda dos candidatos a alguma diocese. É uma hipótese pouco provável. A outra é certamente a mais correta. A renúncia pode bem ter ocorrido em comum acordo com o cardeal Rampolla porque já sabia que iria para Recife como coadjutor com direito à sucessão, ou seja, ele teria o controle efetivo da Diocese. Francisco José da Silva Gomes, que pesquisou em Roma, revela que Arcoverde saiu de Recife para Roma informado pelo internúncio que seria designado coadjutor de Olinda[366].

Não é descartável a possibilidade de tudo ter sido mantido em sigilo desde antes do embarque de Arcoverde para a Europa, dado o clima de incerteza por causa da república e da luta interna da Igreja no Brasil em virtude da renovação do episcopado. E não é bom esquecer também que o novo bispo vivera em Roma e conhecia todos os caminhos da Cúria Romana.

---

[361] *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de novembro de 1905, p. 2.
[362] *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1905, p.1.
[363] CAMPOS, Humperto, *Perfis*, pag. 136.
[364] Eduardo Duarte Silva nasceu em 1852 em Desterro, hoje Florianópolis, que na época pertencia à Diocese do Rio de Janeiro. Estudou no Pio Latino-Americano entre 1868 e 1875. Morreu em 1924, em Uberaba (MG).
[365] GOMES, p. 721-722.
[366] Idem, p. 818

Além do mais, é Rampolla que o sagra bispo, o que não é desprezível. Por que Arcoverde não recebeu no Brasil mesmo a ordem episcopal, o que era ainda comum?[367]

A 26 de novembro de 1890, portanto, três dias depois das escolhas para as sés de Olinda, Rio de Janeiro e Goiás, o primaz Antônio Macedo Costa escreveu à Secretaria de Estado. O novo arcebispo da Bahia, que nem empossado fora, contestou a designação de Esberard. Informava não gozar ele da estima do clero, embora esse não fosse o maior problema, e sim o fato de não ser bem visto pelo Governo Provisório, por ser monarquista e muito ligado à família imperial.

A Santa Sé não se comoveu com os argumentos e manteve a escolha de Esberard para o Rio de Janeiro. Macedo Costa não se deu por vencido. Mandou uma carta diretamente ao papa, na qual alertava para as diferenças já existentes entre ele, primaz, e o padre Esberard, em relação a linha de conduta a adotar com o regime republicano. Essas divergências poderiam assumir proporções escandalosas. Afirmava que a escolha para o Rio de Janeiro provocaria uma divisão explosiva. O mais curioso é que Macedo Costa usa os termos arcebispo ou arcebispado, em claro indício de que a decisão de transformar a capital em arquidiocese já poderia estar formada. Essa era uma das propostas formuladas na reunião dos bispos de 1890.

A carta de Macedo Costa surtiu efeito. Pouco depois, talvez em dezembro, porém mais provavelmente em janeiro de 1891, o cardeal Rampolla escreveu um novo telegrama para o internúncio Spolverini comunicando que, após as explicações do arcebispo da Bahia, o Papa decidira designar então João Tiago Esberard para coadjutor de Olinda[368].

Antes de tomar essa decisão, a Santa Sé, apesar da formal separação da Igreja do Estado desde janeiro, preferiu consultar o Governo Brasileiro. Rampola chamou o Encarregado de Negócio do Brasil junto à Secretaria de Estado, Tomás Fortunato de Brito, o Visconde de Arinos (1816-1894), e perguntou se João Esberdard era ou não "pessoa grata ao Governo da República". Em sua carta a Quintino Bocaiúva, ministro dos Negócios Estrangeiros, datada do início de dezembro, Arinos assinalava que a Santa Sé pensava em designar novos bispos, o

[367] O padre João Tiago Esberard, por exemplo, foi sagrado bispo de Gerra e coadjutor de Olinda, no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1890, por dom Pedro Maria de Lacerda. O bispo do Rio de Janeiro também presidiu a cerimônia de sagração de Silvério Gomes Pimenta, em São Paulo, em 31 de agosto de 1890.
[368] GOMES, Francisco José da Silva. *Le projet de neo-chretienté dans le Diocese de Rio de Janeiro*, pag. 120-123.

que confirmava a política de renovação do episcopado, e "queria proceder nestas nomeações de modo a não desagradar ao Governo"[369].

Bocaiúva respondeu a 31 de dezembro de 1890, em despacho confidencial, que o Governo Provisório agradecia a consulta do cardeal Rampolla e que "em outras circunstâncias não hesitaria em responder afirmativamente". Dessa forma, indicava que nada tinha contra Esberard. Entretanto, se abstinha de responder, "desde que, separada a Igreja do Estado, é a nomeação de bispos assunto de exclusiva competência da Santa Sé"[370].

Dois meses depois, o internúncio receberia uma carta anônima, datada de 27 de fevereiro de 1891. O documento menciona a antipatia que Arcoverde despertava no clero pernambucano por causa de seu caráter orgulhoso e rancoroso. O autor da carta implorava para que o internúncio insistisse para que o padre Esberard assumisse logo o cargo[371]. A carta anônima, guardada na Santa Sé e descoberta por Francisco José da Silva Gomes, não teve influência na decisão de não conceder a Sé de Olinda a Arcoverde. Estava tudo decidido desde janeiro, pelo menos. Entretanto, demonstra, de alguma maneira, que havia, no clero pernambucano, ressentimentos e reservas em relação ao padre escolhido. E não pode ser dispensada a possibilidade da carta anônima fazer parte da trama de Spolverini e Macedo Costa[372].

A ação de Spolverini nunca foi considerada muito apropriada pela monarquia, que sempre considerava uma atribuição sua a designação de bispos. Em 4 de agosto de 1888, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo Augusto da Silva, recomendou ao Barão Francisco Xavier da Costa de Aguiar de Andrade, que voltara a representar o Brasil junto à Santa Sé, que "de modo mais conveniente promova a nomeação de um outro internúncio", porque o considerava *persona non grata*. E Spolverini não tinha completado sequer um anos no Brasil[373].

---

[369] VISCONDE DE ARINOS, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé, *Carta Confidencial ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Quintino Bocaiúva, 2 de dezembro de 1890.* Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-19.

[370] BOCAIÚVA, Quintino, ministro dos Negócios Estrangeiros, *Carta ao Encarregado de Negócios do Brasil na Santa Sé, 31 de dezembro de 1890.* Arquivo Histórico do Itamarati, 210-1-13. A partir daí, a Santa Sé usará esse documento toda a vez que o Governo Brasileiro tentava se imiscuir muito na escolha de um bispo.

[371] GOMES, Francisco José da Silva, pag. 819.

[372] Há que se lembrar que o orgulho era um traço de caráter assinalado também por dom José Pereira da Silva Barros na carta que enviou ao Barão de Cotegipe indicando padres para o episcopado, conforme acima. O bispo, na verdade, considerava "altivez" e não orgulho. No período em que pesquisei em Recife, em 1999, tive a oportunidade de manter contato com um membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, Reinaldo Carneiro Leão, que me fez apreciação semelhante ao do autor da carta anônima em relação a Arcoverde. O caráter orgulhoso do futuro cardeal entrara no imaginário de uma certa elite pernambucana.

[373] SILVA, Rodrigo Augusto, *ministro dos Negócios Estrangeiros, Despacho confidencial do encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé, barão Aguiar de Andrade, 4 de agostos de 1888.* Arquivo Histórico do Itamarati 210-1-13.

Em ofício de sete páginas, Andrade, um bisneto de José Bonifácio, informa que transmitiu o desejo do Governo Brasileiro ao cardeal Rampolla, que – segundo observara – já esperava por esse desfecho. O Secretário de Estado quis saber as razões mas Aguiar de Andrade disse que Rodrigo Silva não entrara "em particularidades". Rampolla então pediu que Aguiar Andrade, em caráter particular e não oficial, procurasse saber o que ocorrera. O representante diplomático brasileiro considerou que o Secretário de Estado queria encontrar motivos para provar que Spolverini não tinha vocação para a diplomacia. O internúncio do Brasil não era, na realidade, homem da equipe de Rampolla, que, quando foi nomeado para o cargo, em 2 de junho de 1889, já encontrara ocupada a representação no Rio de Janeiro[374].

Apesar de desagradar a Rampolla, Spolverini ganhou fôlego com a república e continuou a agir na direção de renovar o episcopado brasileiro, "sem guardar o decoro e a prudência convenientes"[375]. Queria agora na Diocese do Rio de Janeiro alguém de sua confiança e de bom relacionamento com o Governo. Segundo o monsenhor Alves, o internúncio passou a pressionar para que dom Pedro Maria de Lacerda renunciasse[376]. Os dois já não tinham um bom relacionamento, desde 28 de setembro de 1888. Na missa em que a Princesa Isabel recebeu a Rosa de Ouro papal, Lacerda não convidou Spolverini para celebrar, sob o argumento de não ser ele bispo[377].

Em 13 abril de 1889, o internúncio, desejoso de nomear um outro bispo para o Rio de Janeiro, conseguiu transferir Lacerda para a Bahia[378]. O prelado da Corte, ajudado por Esberard, que ainda não tinha sido indicado para bispo, mexeu-se e conseguiu fazer com que o imperador declarasse, a nomeação "sem efeito"[379]. Entre a designação e a formalização da desistência, a 21 de setembro, passaram-se mais cinco meses. É possível imaginar um período de intensas negociações.

Em dezembro de 1889, Spolverini voltou a carga e foi a Nova Friburgo, onde Lacerda convalescia de mais um problema de saúde, e exigiu dele a renúncia, sob o argumento de ser esse o desejo do Papa Leão XIII. O bispo não cedeu, talvez porque não percebesse a possibilidade de indicar o seu substituto, já que, no início das conversações com o internúncio, mostrara-se disposto a deixar a diocese[380].

---

[374] ANDRADE, barão Aguiar, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé, *Ofício confidencial ao ministro dos negócios estrangeiros Rodrigo Augusto da Silva, 10 de outubro de 1888*. Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-08.
[375] SANTOS, *Bullario*, p. 211, tomo III.
[376] Cf. LEMOS OSB, dom Jerônimo, *Dom Pedro Maria de Lacerda*, pag. 467-468.
[377] SANTOS, *Bullario*, p. 195, Tomo II
[378] Arquivo Histórico Nacional – Seção Histórica, Coleção Eclesiástica, caixa 890, pacote 2, documento 61.
[379] Idem, documento 62.
[380] SANTOS, *Bullario*, p. 211, tomo III.

Ainda de acordo com o monsenhor Alves dos Santos, o internúncio o ameaçou "com a deposição forçada da Diocese". Lacerda escreveu então ao cardeal Rampolla e ao Papa Leão XIII, reclamando da ação de Spolverini. O bispo reconhecia não estar bem de saúde, mas assegurava que dom José da Silva Barros, que o internúncio e Macedo Costa queriam no Rio de Janeiro, também estava doente e fora de sua diocese há algum tempo. Acusava também o bispo de Olinda de "fraqueza intelectual e moral" e de ser "um ingênuo"[381].

Em carta escrita posteriormente, Lacerda, indicou o nome do padre Esberard para sucedê-lo, mas – também segundo o monsenhor Alves – a carta não chegou a Leão XIII porque Spolverini a interceptou. Lacerda, que nascera em 10 de agosto de 1830, já estava muito doente e, em 15 de outubro de 1890, cedeu às pressões e renunciou. Em um procedimento pouco ortodoxo, ainda indicou dom João Esberard, coadjutor em Olinda, para substituí-lo. Não pôde assistir ao desfecho porque morreu menos de um mês depois, a 11 de novembro. Tinha 61 anos[382].

A morte do Bispo do Rio de Janeiro permitiu que Spolverini ainda conseguisse articular e completar parte do seu projeto de renovação. Obteve da Secretaria de Estado a nomeação de José Pereira da Silva Barros para Bispo do Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1891. O prelado, que praticamente abandonara a Sé de Olinda por causa de problemas de saúde, passando a maior parte do tempo em Taubaté, obtinha uma diocese mais importante do que ocupara até então.

Foi o último ato de Spolverini no processo de renovação episcopal que então conduzia. Sem contar mais com o apoio de dom Antônio Macedo Costa, o internúncio perdeu espaço para manobrar. O mais importante líder católico do Brasil nem posse tomou da Arquidiocese da Bahia, para a qual foram escolhido em 1890: muito doente, recolheu-se à cidade mineira de Barbacena, onde morreu em 21 de março do ano seguinte, assistido por dom Esberard[383]. Chamado a Roma, Spolverini viajou a 15 de junho de 1891 e nunca mais voltou ao Brasil. Deixou a carreira diplomática, jamais chegou a bispo e não passou de um burocrata da Santa Sé. Nessa posição modesta assistirá, anos mais tarde, Arcoverde, "enganado, iludido em sua boa fé e desterrado para os sertões de Goiás" ser "revestido da púrpura cardinalícia"[384]. Morreu em 1918, aos 80 anos.

---

[381] Idem, p. 212-214, tomo II.
[382] Idem, p. 216, Tomo II.
[383] Esberard estava em Paris quando da morte de dom Vital em 1878, tendo-lhe assistido nos últimos dias de vida. Esberard, portanto, acompanhou a morte dos dois bispos envolvidos na Questão Religiosa.
[384] SANTOS, *Bullario*, p. 219, tomo II.

Em seu manuscrito, o monsenhor Alves dos Santos demonstra grande desprezo e desagrado em relação a Spolverini e dom Antônio Macedo Costa. Acusa o internúncio de "trapaças" e "traficâncias" de "dinheiros" que "desapareceram na bancarrota das casas comerciais que os depositara"[385]. Para o monsenhor Alves, Macedo Costa pretendia ser o condutor da Igreja no Brasil e, para isso, articulava ser o primaz. Muito ligado a Lacerda, Esberard e, posteriormente, a Arcoverde, presenciou muitas das negociações que deram vida a essa renovação episcopal pretendida pela Santa Sé. Muito também soube por intermédio de Esberard, Lacerda e Arcoverde, o que lhe compromete a isenção e o senso crítico.

Para ele, Arcoverde, "foi outra vítima das cavilações de Macedo Costa com Spolverini" e foi escolhido para Goiás sem saber. Tanto que mais uma vez pretendia não aceitar o episcopado. Mesmo assim, "eram tão angustiosas as condições da Igreja no Brasil, que, para não dar um escândalo" foi a São Paulo e participou da Conferência Episcopal e assinou "constrangido" a Reclamação de 6 de Agosto ao Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca. Logo a seguir, de Santos, embarcou para Roma com a intenção de formalizar a renúncia, o que só não se concretizou por que Leão XIII exigiu que fosse sagrado, embora tenha aceitado que não tomasse posse em Goiás[386].

É bem provável que essa versão lhe tenha sido contada pelo próprio Arcoverde e que a tomou por verdadeira e registrado como tal em seu *Bullario*. Entretanto, é também o que conta a *Gazeta de Notícias*, revelando até mesmo que Arcoverde foi inicialmente indicado para Coadjutor em Recife e que "por motivos que ignoramos foi alterada, nesta capital, a designação primitiva". Claro que pode ser a versão que corria no Rio de Janeiro ou que o jornal a obteve de quem a conhecia e nela acreditada. Tanto que informa que a nomeação foi alterada no Rio de Janeiro, dando uma pista da interferência da Nunciatura[387]. De qualquer maneira, pelo menos parte dela é confirmada pela documentação que Francisco da Silva Gomes teve acesso em Roma[388].

Assim, Arcoverde perdeu o cargo de coadjutor e, conseqüentemente, o de bispo titular de Olinda, quando dom José Pereira da Silva Barros foi transferido do Rio de Janeiro. E ficou em uma situação que nem poderia ir mais para Goiás, para onde já fora designado o padre

---

[385] Idem, p. 219, tomo III.
[386] Idem, p. 322, tomo III.
[387] *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1905, p.1.
[388] Na carta pastoral quando da posse como bispo titular da Diocese de São Paulo, em 1894, Arcoverde conta que renunciou "por motivos estranhos à nossa vontade, o que do íntimo da alma deploramos". ARCOVERDE, Joaquim. *Carta Pastoral, saudando seus diocesanos – São Paulo, 26 de outubro de 1894*, pag. 17.

Eduardo Duarte Silva, do Rio de Janeiro[389]. Estava em Roma e certamente conversou sobre a sua situação com o pessoal da Cúria. É plausível que dessas conversações tenha saído seu novo destino. Não poderia voltar a Recife. A única opção era mesmo São Paulo, o Estado que passava a ocupar a posição mais importante na república. Ali, com disciplina e silencio, esperaria dias melhores.

Pernambuco tornava-se uma página virada em sua vida, mas ele reconheceria 25 anos depois que ali, na Província do Império em que nascera, atuando em três setores de atividades que considerava próprio do padre, fora onde assentara a sua formação como mão-de-obra da Igreja. É um discurso sobre como compreendia o padre, a carreira eclesiástica e a atuação sacerdotal: apego ao trabalho, dedicação à corporação, obediência. Arcoverde vai buscar o exemplo de dom Vital, numa época em que o falecido bispo voltava a se tornar uma referência:

> *"Atirado aos labores sacerdotais, foram o seminário, a paróquia e o professorado os três campos de ação em que a Providência Divina aprouve colocar-me, e nos quais (...) consegui (...) demonstrar o meu apego ao trabalho, a minha dedicação à Santa Igreja e a minha (...) obediência aos superiores.*
>
> *E foi nessa fase da minha carreira que ante meus olhos se ergueu, majestosa e imponente, a figura de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda (...).*
>
> *Companheiro desse egrégio Prelado, guardo, com a honra insigne de haver sido seu cooperador, a lembrança de seu heroísmo, a grandeza de seus feitos, os troféus de suas glórias*[390].

[389] A designação de Eduardo Duarte Silva só será comunicada formalmente ao Governo Brasileiro em junho de 1891, no mesmo dia em que é definida a transferência de dom José Pereira da Silva Barros para o Rio de Janeiro. VISCONDE DE ARINOS, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé, *Ofício 14 ao ministro do negócios estrangeiros, Justo Leite Chermont, 5 de junho de 1891*. Arquivo Histórico do Itamarati 20-4-09.

[390] ARCOVERDE, Joaquim. *Discurso por ocasião do seu Jubileu Episcopal – 26 de outubro de 1915*, pag. 10. O discurso é também publicado em *Festas jubilares. Álbum Comemorativo do Jubileu Episcopal do Cardeal Arcoverde. Ilustrado. Rio de Janeiro, 1915*, p. 13-14.

3. Dilemas e perspectivas da Igreja na Primeira República

Esse capítulo objetiva discutir a situação da Igreja no final do novecentos e início do século XX. A instituição enfrentava então uma série de desafios. Alguns deles: a relação com o estado republicano, a oposição de setores liberais, positivistas, socialistas e anarquistas, uma nova forma de relacionamento com a Santa Sé, com o internúncio (depois núncio) desempenhando papel decisivo, as vastas reformas internas que precisavam ser implementadas.

Esse período pleno de desafios foi o alvo de alguns autores nos últimos anos. A maioria deles mantinha na ocasião, ou mantivera antes, vínculos estreitos com a Igreja Católica, mais estreitos uns, menos, outros. E não há como negar que essa ligação, para o bem ou para o mal, tem algum peso no resultado do trabalho intelectual.

Pedro Ribeiro de Oliveira estuda "a relação entre a instauração do capitalismo agrário, no final do século XIX, e o conjunto de transformações operadas no interior do aparelho religioso católico"[391]. A Igreja, tal como atuava na monarquia, foi levada de roldão pelos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 e perdeu a função de aparelho de hegemonia. A instituição ficou sem os privilégios sociais e políticos. Ribeiro de Oliveira parte do marxismo para explicar como a Igreja volta a se tornar aparelho de hegemonia, agora da burguesia agrária. Toda a ação da hierarquia eclesiástica, incluído a Internunciatura, por um lado, e da elite detentora do Estado e dois meios de produção, por outro, será o de devolver à Igreja tal função[392].

O conceito de hegemonia é o de Gramsci, que designa a "direção intelectual e moral do conjunto social"[393], "a capacidade de direção intelectual e moral das classes subalternas pela classe dominante". Assim, quem domina precisa do consentimento do dominado, o que é obtido pela atividade intelectual e cultural. É a adesão das vontades. Haveria, então, uma disputa entre correntes de pensamento para desempenhar a função de hegemonia. O catolicismo, por uma série de ajustes internos, acaba por preponderar, superando, por exemplo, o positivismo de um determinado setor envolvido na Proclamação da República. Os

[391] OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe*, pag. 11.
[392] Idem, pag. 16-17.
[393] Idem, pag. 319.

liberais acabariam também por se ajustar à situação em função dos interesses econômicos ligados à produção do café[394].

Essa "aliança" entre Igreja e Estado – "acordo espontâneo", na concepção gramsciana - permitiu que vastos setores da sociedade acatassem o novo regime, reduzindo grande parte da necessidade do uso do aparelho coercitivo pelo Governo. A hegemonia produz o consenso social, permite o conjunto social funcionar pela adesão das vontades e não pela força[395]. Aceitar a autoridade é um dever do católico, a resignação é uma virtude. A Igreja, de alguma forma, legitimará o novo regime – um dado importante nos últimos dez anos do século XIX, período marcado por levantes e manifestações de protesto.

A burguesia agrária que passou a controlar o estado republicano precisou abrir mão de certa concepção liberal de religião, suavizando alguns dispositivos constitucionais que incomodavam o clero. Pouco a pouco se aproxima da hierarquia. Primeiro ao nível das relações individuais: homens públicos declaram-se católicos, visitam o Papa, como Campos Sales depois de eleito e antes de empossado presidente, batizam filhos e netos, casam na Igreja, como o Presidente Hermes da Fonseca, e comparecem à missa, sob o olhar da nação. Depois, já no final dos anos 1910, não se recusam mais a uma interação formal com a hierarquia, em claro sinal de que a estratégia católica fora acertada.

Essa reaproximação foi uma necessidade da burguesia agrária que não conseguiu uma instituição capaz de exercer a função de hegemonia como a Igreja exercera no regime anterior. Mas a Igreja também precisou adaptar-se, "transformar-se internamente", para então operar "como aparelho de hegemonia" no contexto do capitalismo agrário. A hipótese de Pedro Ribeiro de Oliveira é que essa transformação se dá pela romanização, mesmo diante da evidência que começara antes, apesar das dificuldades impostas pelo império[396].

Francisco José da Silva Gomes segue na mesma linha, a ponto de sua tese de doutorado parecer ter sofrido grande influência das idéias de Pedro Ribeiro de Oliveira. Gomes concorda que, com a república, a Igreja perdeu a função de aparelho de hegemonia que exercia no império[397]. Os bacharéis, os intelectuais do novo regime – analisa Gomes, seguindo Ribeiro de Oliveira -, não conseguiram criar um aparelho de hegemonia burguesa. É por esse vácuo que penetra a Igreja que, reestruturada, pôde reocupar o lugar que havia perdido[398].

---

[394] Idem, pag. 18-19.
[395] Idem, pag. 107-109.
[396] Idem, pag. 171.
[397] GOMES, Francisco José da Silva. *Le projet de neo-chretiente dans la Diocese do Rio de Janeiro de 1869 a 1915*, Tomo III, pag. 642.
[398] Idem, pag. 684-685.

A passagem do império para a república é também abordada na tese de Roberto Romano. A questão é tratada como um momento privilegiado para analisar "a maneira pela qual a Igreja se representa no Brasil e no interior da sociedade moderna". Momento em que a Igreja combateu o liberalismo, formou quadros intelectuais, produziu um discurso político próprio e teve que aceitar a proteção do positivismo e precaver-se contra o socialismo[399].

Roberto Romano considera que grande parte da tensão entre o novo regime e a Igreja vinha do fato de a república trazer em si o capitalismo e "viver integralmente o catolicismo na ordem capitalista é, no limite, viver de maneira absurda". O autor recorre a Weber, sobre o qual se debruça, para demonstrar a oposição entre o princípio religioso tradicional, baseado nos valores pessoais e comunitários, e o princípio capitalista baseado nos padrões de racionalidade lucrativa[400]. É ai "que se funda a compreensão do choque entre hierocracia e capitalismo"[401].

Mesmo enfatizando a inadequação de certos conceitos weberianos na avaliação da Igreja no Brasil[402], Romano admite que nos primeiros anos de república a hierarquia católica procedeu a uma acomodação à nova ordem econômica e política. "Acomodação tensa", conforme Weber assinalou, para "resolver o problema da transformação da Igreja na história ocidental moderna"[403].

A Igreja já havia se acomodado ao capitalismo no decorrer do século XIX, mas o conflito com o estado é permanente porque a Igreja pretende manter a sua burocracia e garantir o domínio sobre o que considera seu próprio. Já os burocratas do estado moderno são hostis à Igreja por que desconfiam do seu caráter irracional. Entretanto, ao mesmo tempo, reconhecem a sua capacidade domesticadora dos dominados. A burguesia aferra-se à racionalidade, ao anticlericalismo e ao regime democrático e à oposição à tradição, ao que julga superstição,. Porém, diante da ameaça do proletariado, por exemplo, recorre a Igreja para combatê-la[404].

O caráter domesticador da Igreja – bem percebido pelos intelectuais e burocratas burgueses – beneficia a própria instituição porque a estabilidade social é condição essencial para que possa operar. Nesse caso, os interesses burgueses e eclesiásticos coincidem e se acomodam. A Igreja cumpre o papel de domesticadora quando acolhe os dominados. Entretanto, essa função é percebida pelo "grande proletariado, secularizado e racional", que

---

[399] ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*, pag. 12.
[400] Idem, pag. 66.
[401] Idem, pag. 67.
[402] Idem, pag 68.
[403] Idem, pag 71.

mantém por ela desconfiança, só gozando de uma relação mais tranqüila com a pequena burguesia, o subproletariado e os pequenos proprietários[405].

Roberto Romano, entretanto, considera que a Igreja venceu muito bem as adversidades. Afasta-se de Weber e aproxima-se de Tocqueville para mostrar que a instituição reanimou-se nos espíritos. Sua estratégia foi a de plantar-se no "coração do povo", não se prendendo a um modo de ser ultrapassado[406].

Venceu a exigência republicana de claro afastamento da Igreja da vida pública como sinal de novos tempos. O objetivo era abrir espaços e equiparar todos os credos, o que a Igreja considerava um insulto, secularizar a sociedade e estabelecer a "laicidade do aparelho administrativo"[407]. Os liberais de todo o mundo desconfiavam do caráter internacional da instituição, em uma época em que o nacionalismo era então sinal de modernidade. Era um período de grande expansão ultramontana, com a Igreja constituindo congregações religiosas voltadas para as missões[408].

Fracassou, entretanto, o projeto de uma Igreja apenas no interior das consciências, e o liberalismo no Brasil acabou se dirigindo ao autoritarismo, mas para a Igreja foi um passo fundamental: deixou de obedecer ao estado e passou a obedecer burocraticamente a um outro poder central: a Cúria Romana[409]. Pôde então se voltar para si mesma, reorganizar-se para a luta pela conquista da consciência do sujeito e enquadrar as mentes pela educação e outros instrumentos culturais.É nesse campo que se dá a grande luta contra os liberais[410].

A disputa é também pela a conquista opinião pública, o que significará ações na imprensa e na educação formal e uma catequese modernizada, buscando constantemente atingir as massas. Os liberais farão o mesmo, mas procuravam apoio nas "classes superiores"[411]. A Igreja teve que se refazer. "Procurou dentro de si sua nova linguagem, sua nova organização, sua nova disciplina, seu novo ser (...) Buscou (...) em seu próprio ser, representado como o máximo de universalidade possível, as raízes de seu renascimento"[412]. Consegue reassumir o seu lugar na consciência popular"[413].

Sérgio Miceli considera também vencedor o movimento de reação da Igreja. A instituição fortaleceu-se, reorganizou-se e pôde sobreviver politicamente. Para isso contou

---

[404] Idem, pag 72-73.
[405] Idem, pag 74-75.
[406] Idem, pag 76-77.
[407] Idem, pag. 97.
[408] Idem, pag. 102-103.
[409] Idem, pag. 91.
[410] Idem, pag 104-105.
[411] Idem, pag 107-109.
[412] Idem, pag 112.

www.aprendiz.com.br
.mec.br
colaboradores

com o apoio da Cúria Romana no que o autor denomina "processo de construção institucional", efetuado na última década do século XIX e na primeira do século XX[414]. Como Pedro Ribeiro de Oliveira e Roberto Romano, Miceli indica a existência de uma "sólida aliança político-doutrinária com grupos dirigentes" que viam nela uma colaboradora eficaz para a consolidação do regime[415]. Essa aliança foi precedida por um processo de acomodação com as oligarquias, em virtude do fato de ter "que enfrentar movimentos sociais da magnitude de Joazeiro, Canudos e Contestado, e encontrar soluções viáveis para manutenção e expansão de suas instituições"[416].

O fato de se ver sem o apoio material público fez a Igreja empreender um "projeto de acumulação patrimonial", que previa, entre outros, "a prestação de serviços educacionais" consumidos pelas classes dirigentes e pelas camadas médias. Essa aliança incluiu a devolução dos imóveis da Igreja que haviam caído em domínio público e permitiu a Igreja manter, adquirir e vender propriedades[417]. Esse foi um passo importante para a autonomia da instituição porque não poucos homens públicos queriam ver incorporado à Constituição um dispositivo que a impedisse de dispor livremente de seus bens. Em compensação, a Igreja permaneceu ao lado do Governo em momentos chaves, como, por exemplo, na repressão a movimentos como de Canudos e Juazeiro[418]. Em outras ocasiões, vai legitimar o regime.

O apoio da Cúria foi fundamental. Por isso, fortaleceu a ação do internúncio junto aos bispos e junto ao Governo. É evidente que a elevação da Internunciatura a Nunciatura em 1901 e, posteriormente, a Nunciatura de Primeira Classe, na década de 1910, e a concessão do Cardinalato a Joaquim Arcoverde inserem-se nessa atuação diplomática em beneficio da Igreja local.

Essa aliança resultou no que Miceli denomina "estadualização" eclesiástica, ou seja, a formação de dioceses em cada capital estadual, que surge com a chamada "política dos governadores", que concretiza a federação sempre defendida pelo setor republicano da oligarquia cafeeira e formalmente estabelecida na constituição de 1891[419]. Para Miceli, a "estadualização do poder eclesiástico" objetivava aproximar o bispo das autoridades locais, o que era difícil em relação à Presidência da República[420]. Aos poucos, os bispos foram se imiscuindo na coisa pública de alguns estados e muitas vezes funcionaram como mediadores

[413] Idem, pag. 116.
[414] MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*, pag. 12-13.
[415] Idem, pag. 15
[416] Idem, pag. 123.
[417] Idem, pag. 19.
[418] Idem, pag. 14-15.
[419] Idem, pag. 20-21.

entre as oligarquias regionais. Em outras ocasiões eram chamados à participação em campanhas de mobilização da sociedade civil, como por exemplo em favor do alistamento militar[421].

A ação da Santa Sé – assinala Miceli – não se limitava a articulações com as autoridades públicas e o encaminhamento de estratégias, como essa da formação de dioceses em todas as capitais estaduais. As diretrizes internas vinham todas de Roma, intermediada pela Nunciatura Apostólica. Foi a Cúria Romana quem incentivou a vinda de novas congregações, que serão fundamentais para uma instituição carente de mão-de-obra, e de religiosos das ordens já estabelecidas no Brasil, a fim de povoar conventos e mosteiros.

Miceli lista uma série de ações que os bispos tiveram que tomar e os problemas que tiveram que enfrentar nos anos seguintes à Proclamação da República. Boa parte estava ligada a questões financeiras: os "lugares santos", ou seja, os templos para onde se dirigiam os romeiros e proporcionavam expressiva arrecadação; as irmandades, proprietárias de bem móveis e imóveis importantes; as festas religiosas, também consideráveis fontes de dinheiro; as propriedades imóveis desapropriadas pelos governos federal e estaduais[422]. Os bispos tinham que se desdobrar para fazer dinheiro não só para manter, por exemplo, os seminários, mas para manter a si próprios.

Outras envolviam questões de autoridade e do processo de Romanização, então aguçado. Incluem-se nesse caso o controle do clero, a formação de mão-de-obra, a liturgia, as representações internas e externas, a pastoral, a catequese, as missões, as visitas pastorais e a introdução de novas devoções. Na questão de autoridade, pode-se incluir a necessidade de visibilidade pública do poder eclesiástico, o que levou a construção de não poucos palácios episcopais.

Havia também a necessidade da ação apologética, ou seja, o enfrentamento mais direto com os que se colocavam contra a Igreja. Isso significava a manutenção de jornais em funcionamento, a convocação de manifestações públicas, a vinda de conferencistas estrangeiros, como o abade Gaffre já no final dos anos 1910, a capacitação de padres e leigos para responder a qualquer ataque desferido contra a instituição[423].

A Igreja católica logrou um êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou suas fontes de renda e recuperou seu

---

[420] Idem, pag. 67.
[421] Idem, pag. 22-23.
[422] Idem, pag. 127-134.
[423] Idem, pag. 123-150.

patrimônio imobiliário, reconstruiu e 'modernizou' suas casas de formação e seminários, dinamizou consideravelmente sua presença territorial, "moralizou', profissionalizou e ampliou seus quadros de pessoal, ainda que para tanto tivesse que apelar maciçamente à importação de mão-de-obra religiosa, diversificou a pauta de serviços escolares, que passou praticamente a monopolizar, celebrou alianças com facções oligárquicas estaduais, em suma a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e como organização burocrática[424].

Foram esses procedimentos – conclui Miceli - que permitiram à Igreja exercer a influência que exerceu a partir de 1930. Sem essas operações a instituição não emergiria com a força que emergiu[425].

Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouvêa de Almeida pensam diferente. Reconhecem que a Igreja conquistou "uma acelerada recuperação de terreno" na Primeira República. Recordam que em 1930, havia dezesseis arquidioceses, cinqüenta dioceses e vinte prelazias, contra apenas uma arquidiocese e onze dioceses em 1890. Entretanto, no início dos anos 1930 a sua situação não se apresentava "substancialmente alterada" em relação ao final do século XIX. Reconhecem que o clero era já numeroso, mas devido "a um forte contingente de padres estrangeiros". Assinalam que "as vocações não progrediam num ritmo correspondente ao crescimento da população" e que havia "um marasmo e uma tendência à rotina que emperravam a atividade pastoral e missionária da Igreja, prejudicando a vitalidade de sua presença na sociedade"[426].

Encastelada em suas posições adquiridas, prestigiada pelo poder, divorciada do catolicismo popular, vinculada ideologicamente à centralização romana e aos favores do Estado, a Igreja Católica no Brasil, em torno de 1930, não parece preparada para enfrentar com êxito as transformações sociais, políticas e econômicas que se anunciam[427].

---

[424] Idem, pag. 153.
[425] Idem, pag. 154.
[426] MOURA, Sérgio & ALMEIDA, José Maria Gouvêa. Igreja e sociedade. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 3, pag. 330.
[427] Idem, pag. 331.

Os dois autores chegam a conclusão diferente de Oliveira, Romano e Miceli porque compreendem a Igreja de maneira distinta[428]. Reconhecem, como esses autores, que a Igreja buscou inicialmente formas de convivência com o novo regime. Havia um grupo no clero que rejeitava e condenava a república, mas a hierarquia e os padres que buscavam a harmonia com o estado, entre eles Arcoverde, acabaram preponderando[429]. Mas o resultado não foi o melhor.

> *A Igreja na Primeira República aparece como uma instituição ao mesmo tempo estranha e necessária. Estranha porque, ela sua própria característica de Igreja, se encaixa com dificuldade na nova ordem de coisas que se está implantando no país; necessária por que é valioso instrumento na manutenção da ordem, que sacraliza e abençoa aos olhos do povo*[430].

José Carlos de Souza Araújo discorda de Lobo e Gouvêa e se aproxima de Pedro Ribeiro de Oliveira, Roberto Romano e Sérgio Miceli. Reafirma que foi o processo de institucionalização pelo qual a Igreja teve que passar responsável pela reconquista do que perdera. A instituição chega à década de 1920 com uma nova imagem, mais inserida na sociedade brasileira e a ponto de romper com a visão de cristandade a qual setores expressivos da Igreja estavam aferrados então[431].

A idéia de cristandade era a de uma sociedade única, totalitária, controlada pela Igreja, que legitimava o poder do estado, que estava a ela subordinada. Era um conceito desenvolvido e aplicado na idade média, mas ao qual ainda estavam atrelados muitos bispos e padres, principalmente aqueles mais fiéis ao ultramontanismo. O estado está preso à Igreja Católica, é dependente dela, a Igreja oficial e única que paira sobre tudo e a que a tudo influencia. Essa concepção começa a perder a hegemonia e a razão de ser quando o estado assume a pretensão de abarcar tudo, até mesmo a Igreja. A idéia de cristandade não tem mais lugar no mundo moderno.

Surge então o conceito de duas sociedades completas, a Igreja – *societas perfecta* - e o Estado, a divina e a humana, que deveriam colaborar entre si. A Igreja cuidaria da alma, da

---

[428] Não é possível deixa de recordar de Sérgio Lobo de Moura é padre e religioso dominicano. Na época em que escreveu o texto em tela para *a História Geral da Civilização Brasileira* estava ligado à teologia da libertação.
[429] Idem, pag. 323-324.
[430] Idem, para 329-330.
[431] ARAÚJO, José Carlos de Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade*, pag. 23

ética e da moralidade, ensinaria os caminhos corretos de uma existência cristã destinada à eternidade. O estado trataria da administração pública, visando o bem comum, cuidando para que a Igreja tivesse condições materiais e liberdade para cumprir a função a que estava destinada por Deus.

O conceito foi enfatizado por Leão XIII na encíclica *Immortale Dei* (*Sobre a Constituição cristã dos estados*), de 1885, e incorporado ao Código de Direito Canônico promulgado em 1917. A Igreja é sobrenatural e espiritual, no que se distingue e difere da sociedade civil. É uma sociedade em tudo perfeita, por decisão divina, com legislação própria, fim próprio, função própria, portanto independente do Estado e se bastando a si mesma.

Além disso, é, por decisão divina, uma sociedade juridicamente perfeita porque possui todos os recursos necessários à sua existência e ação. A encíclica frisa que Deus dividiu o governo entre dois poderes soberanos: o eclesiástico, muito mais nobre, prevalecente sobre tudo e de modo algum inferior, e o civil[432]. Portanto há uma diferença fundamental entre o conceito de cristandade e de *societas perfecta*. Na cristandade, poder político e Igreja identificam-se e confundem-se; na idéia de cristandade, a Igreja está ao lado do poder político e da autoridade constituída[433].

Araújo opina na conclusão que os conceitos de cristandade, uma eclesiologia medieval, e de sociedade perfeita, de fundo tridentino, estavam presentes na compreensão que a Igreja tinha de si no Brasil da passagem do século XIX para o XX. Havia setores que se vinculavam a uma ou outra concepção eclesiológica. O período em tela era de transição de uma autocompreensão para a outra[434]. As mudanças no episcopado levadas a efeito nessa época estavam também vinculadas a essa transição: bispos ligados o conceito de cristandade eram substituídos por bispos vinculados à idéia de sociedade perfeita, que facilitava o entendimento com o novo regime.

A Igreja opera, portanto, uma mudança em relação ao seu passado, que é o Thomas Bruneau aborda em *Catolicismo brasileiro em época de transição*, de 1974[435]. "Mudança tanto do objetivo como dos instrumentos ou mecanismos necessários à sua implementação"[436]. O autor parte da idéia que o objetivo de qualquer instituição "é influenciar os indivíduos e até mesmo toda a sociedade". A Igreja compreende-se como uma organização

[432] Idem, pag. 78-79.
[433] Idem, pag. 102.
[434] Idem, pag. 113.
[435] BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*, pag. 11.
[436] Idem, pag. 16.

que "influencia os indivíduos e as sociedades de maneira a levá-los à salvação", que é uma definição elaborada por Yves Congar, um dos alicerces do trabalho de Bruneau[437].

A Igreja teve que se adaptar as mudanças ocorridas no Brasil no final do século XIX para poder manter a sua influência social. Essa mudança foi determinada em interação com a Santa Sé e o Estado porque a Igreja não é independente ou autônoma para estabelecer seus próprios objetivos. Como qualquer Igreja nacional é parte integrante do corpo maior, que é a Igreja universal, e dependente dele[438].

Bruneau usa o conceito de André Vallier para definir influência como a capacidade de um indivíduo, grupo ou instituição para gerar engajamento em quantidade suficiente para impor uma direção à estrutura e, desse modo mudar, uma situação. "Influente é assim uma unidade pessoal ou corporativa que é capaz de apor uma marca distintiva numa valiosa esfera de interesse ou de atividade"[439]. "Influência é a capacidade de fazer alguém agir de uma determinada maneira"[440]. Para influenciar, o "mecanismo central"[441] é o poder, daí porque a instituição insistirá sempre no apoio do Estado. Essa era, aliás, a premissa do modelo de cristandade. Pela integração formal e absoluta com o estado a Igreja dispõe dos instrumentos necessários para exercer influência por todo corpo social, completamente abarcada pelo modelo[442].

A idéia dos homens que construíram a república no Brasil era de que Igreja e Estado deveriam ter pouco e ou quase nenhuma relação e nenhuma cooperação, o que impediria a competição e o conflito. "Legalmente tinham que se ignorar mutuamente". A Igreja foi deposta com a monarquia[443].

A partir daí, "o grito de combate da Igreja foi a sua volta ao governo" porque considerava que sem o poder público não poderia operar na sociedade brasileira, ou seja, não poderia exercer influência alguma. "Até 1930 a Igreja agiu de forma a reconquistar poder político como parte integral de sua abordagem da influência". Nesse sentido agiu a Santa Sé, por intermédio de sua representação diplomática, que buscou manter relações amistosas, ainda que formais com o Governo. Todo um programa de mudança foi implementado a partir daí. A

[437] Idem, pag. 15. Ver também a nota 6, na mesma página.
[438] Idem, pag. 18.
[439] Idem, pag. 16, nota 7.
[440] Idem, pag. 19.
[441] Idem, pag. 20.
[442] Idem, pag. 35.
[443] Idem, pag. 65.

Igreja busca então novos instrumentos e mecanismos de influência, partindo praticamente do nada[444].

Pelos anos 1930, a instituição transformou-se em uma grande organização burocrática. Para isso, "desnacionalizou-se", adotando um padrão tipicamente europeu, porque construída sob a orientação da Cúria Romana. Uma Igreja "apolítica", sacramentalista, monopolizando praticamente a educação da classe média, com muitas associações piedosas, enfrentando os inimigos do momento, seja o positivismo, o protestantismo, o espiritismo, o socialismo, o liberalismo, o modernismo ou a maçonaria, mesmo que só causassem medo na Europa[445].

Igreja se queria "reconhecida publicamente como a instituição que representava a vasta maioria dos brasileiros na sua crença religiosa. O clero queria as estruturas do Estado, que resultaria desse conhecimento, para expandir a influência"[446]. Para ver reconhecida sua influência, a Igreja procurou a classe média urbana, "o foco principal das preocupações da Igreja[447]. Essa estratégia fica evidente nos sermões, devoções e outras atividades, claramente dirigidas a esse público, como era a maioria das escolas católicas. Nos seminários, os padres também introjetavam um comportamento de classe média.

Bruneau assinala que a Igreja se descentralizou, acompanhando a república. É o primeiro a abordar esse tema, já que o livro é de 1974. É uma abordagem rápida, de apenas um parágrafo, de uma questão que mais tarde foi desenvolvida por Miceli sob a denominação de "estadualização do poder eclesiástico". Entretanto, Bruneau assinala que se deu também um movimento em contrário, de centralização nacional e internacional por causa do próprio desenvolvimento organizacional e do controle de Roma[448].

O autor considera também que o projeto foi vitorioso, isto é, a Igreja pôde voltar a exercer influência, por força das inúmeras mudanças efetuadas no seu interior e de maneira muito diferente da que exercia no império. Na conclusão, porém, aproxima-se da posição de Gouvêa e Sérgio Lobo de Moura. Bruneau assinala que depois dos anos 1930, a partir de Vargas, ocorreu uma regressão: retornou o modelo de influência baseado no poder do Estado[449]. Portanto, só houve mesmo acordo a partir da relação entre Vargas e o cardeal Leme. O que ocorreu, após 1889, foi meramente uma acomodação que permitiu a Igreja mudar para voltar a exercer influência.

---

[444] Idem, pag. 67-68.
[445] Idem, pag. 70-71.
[446] Idem, pag. 71.
[447] Idem, pag. 71-72.
[448] Idem, pag 72-73.
[449] Idem, pag. 414.

Como Bruneau, Scott Mainwairing também parte da idéia de que o estudo da Igreja deve levar em conta a tendência a maximizar a sua influência na sociedade, mas para isso deveria atingir a certos objetivos instrumentais: expandir-se, garantir solidez financeira, organizar a burocracia, formar e disciplinar a mão-de-obra. Atingido isso, a Igreja exerceria influência para chegar ao que compreende como seu objetivo principal: ensinar a mensagem religiosa, salvar pessoas[450]. Ou seja, a Igreja Católica no Brasil precisou passar por uma vigorosa transformação interna para então poder ocupar um lugar importante na ordem social.

A Santa Sé é protagonista principal dessa mudança. Para além das intervenções já apontadas anteriormente, mais que tudo – segundo Mainwaring – foi a ação da Secretaria de Estado, por intermédio do núncio, na designação dos bispos. Estavam fora todos os candidatos ao episcopado que não estivessem antenados com o modelo de *societas perfecta*, naquele momento adotado pela Cúria Romana.

Esse projeto tem início e fim claramente datado, de acordo com Mainwaring. Começa logo após o decreto de separação entre Igreja e Estado e termina em 1916, com a famosa carta pastoral de dom Sebastião Leme ao assumir a Arquidiocese de Olinda, após deixar o cargo de bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A partir daí surge um novo modelo, amplamente apoiado pela Santa Sé: o modelo de neocristandade, que previa vínculos estreitos com o estado para a consignação da influência que a Igreja queria exercer sobre toda a cidade[451].

O modelo de neocristandade diferia fundamentalmente do modelo de cristandade que vigorou anteriormente porque os padres não se envolviam diretamente em política e eram moralmente disciplinados[452]. As articulações eram de cúpula, e as bases só apareciam quando a hierarquia precisava dar visibilidade a si mesma e apresentar-se como uma força a ser considerada. O objetivo do modelo era recristianizar a sociedade, como pretendia a Santa Sé, conquistando espaços nas principais instituições e imbuindo todas as organizações de um espírito católico. A neocristandade floresceu na década de 1920, mas só atingiu o apogeu entre 1930 e 1945, ou seja, pôde vigorar com eficiência durante o Governo Vargas, assentado que estava nas relações entre dom Leme, o cardeal-arcebispo da Capital Federal, e o ditador. A partir daí o modelo entrou em decadência[453].

---

[450] MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1996)*, pag. 17.
[451] Idem, pag. 31 e 43.
[452] Idem, pag. 45.
[453] Idem, pag. 43. Na década de 1920, a Igreja tentou influir na reforma constitucional, apresentando uma série de reivindicações. A quase totalidade não foi atendida. Mais sucesso teve na Constituição de 1934 e nos anos posteriores. Avanços maiores na concretização de seus interesses, porém, obteve durante o Estado Novo, quando Leme tinha um canal aberto e permanente com Vargas.

Mas para chegar aí a Igreja teve que se reestruturar internamente. A revitalização da Igreja se deu com esse modelo - na opinião de Mainwaring -, mas a neocristandade só pôde ser implementado com êxito pelas transformações internas da Igreja. Foi uma ação bem pensada, que começou quando a hierarquia católica preferiu ceder diante da república para evitar uma crise ainda maior e problemas como os que ocorreram ou viriam a ocorrer em outros países[454].

O fato é que há poucas diferenças de ponto de vista entre os autores indicados acima. Em resumo, todos concordam que a Igreja sofreu uma derrota política com o decreto 119A, de 7 de janeiro de 1890, que a separou do Estado. Entretanto, assimilou o golpe e soube se reorganizar, se transformar, mudar. A hierarquia perseguiu a autonomia e a modernização. De acordo com a orientação romana, a hierarquia episcopal brasileira conformou-se aos modelos institucionais vigentes então. Acabou por se tornar de novo a religião oficial, ainda que de apenas de fato e não de direito, no Estado Novo[455].

É consenso entre os autores que houve uma aproximação com o novo regime Os teóricos liberais e positivistas certamente receberam esse movimento como um grave retrocesso. Afinal, uma das primeiras decisões do Governo Provisório foi o decreto de separação, logo em janeiro de 1890. Pouco depois, o projeto de Constituição consagrava a opção secularista e laicista do regime.

Como avalia Mainwaring, a Igreja não quis criar grande confusão com o novo regime. Preferiu ceder, pacientar-se e seguir em frente, sem produzir distúrbios. Como se dissesse, "vamos nos organizar e pegá-los lá adiante". Isso, porém, não significou que os bispos ficassem imóveis, não buscassem alguma forma de entendimento com o novo governo e não apelassem para conversas de bastidores.

O negociador mais importante foi sem dúvida dom Antônio Macedo Costa que, por essa época estava na Capital Federal para tratamento de saúde e para articular a renovação do episcopado. O ainda bispo do Pará movimentou-se em duas direções. A primeira dirigia-se ao próprio episcopado. Manteve a estratégia de substituir os bispos mais velhos, acrescida agora da necessidade de ter prelados maleáveis, com vínculos extremos com a monarquia. Procurava também obter dos colegas do episcopado um compromisso de silêncio em relação ao novo regime. De fato, não há nenhuma manifestação de clara oposição ao Governo Provisório.

---

[454] Idem, pag. 43 e 45.

[455] LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*, pag. 16.

O padre Jerônimo Tomé da Silva, por exemplo, enviou carta ao ministro do Interior, Aristides Lobo, que herdara as atribuições do ministro do Império nas relações com a Igreja. O padre Jerônimo Tomé da Silva governava então a Diocese de Olinda, na ausência de dom José Pereira da Silva Barros, recolhido a Taubaté, esperando uma nova diocese, e recebera um ofício de Aristides Lobo, datado de 16 de novembro de 1889, comunicando sua nomeação para o ministério do Interior do Governo Provisório. O voto em nenhum momento usa a palavra república em sua carta de 6 de dezembro, mas o tom é amistoso e os desejos são de prosperidade para o país, com votos pela manutenção da ordem e tranqüilidade pública[456].

Também o arcebispo da Bahia, Luís Antônio dos Santos, em 21 de novembro de 1889, enviou telegrama ao marechal Deodoro da Fonseca saudando o nome regime. Mais tarde, informado de que o decreto de separação entre Igreja e Estado estava perto de ser assinado, o primaz escreveu uma carta ao presidente pedindo para que não consentisse "eu façam da gloriosa de vossa excelência instrumento de destruição da fé do povo brasileiro"[457].

Também o jornal *O Apóstolo*, órgão oficioso da Diocese de Rio de Janeiro, buscou a prudência e uma boa relação com o governo provisório até o final de 1889. O jornal só vai tornando-se mais intransigente e passando para uma posição mais oposicionista na medida em que seus redatores começaram a perceber que o caminho traçado pelo novo regime seguia em direção inversa ao que pretendia a Igreja.

O periódico só pôde noticiar o golpe republicano no domingo, 17 de novembro, já que não circulava aos sábados, dia seguinte ao levante militar. *O Apóstolo* evitou tecer comentários sobre o novo regime, buscando uma certa "objetividade" na narrativa. Para isso, usou apenas uma coluna da primeira das quatro páginas e duas e meia de quatro colunas, na segunda. Na página 3, a *Seção Noticiosa* publicou o decreto de número 1 do governo provisório e informou que o imperador já recebera a intimação para deixar o país[458].

Na quarta-feira, 20 de setembro de 1889[459], o jornal lançou mão das quatro colunas da primeira página para o editorial *Os Estados Unidos do Brasil*. Reconhecia que "a república era uma tendência", mas destaca que "ninguém podia com segurança prever" a queda da monarquia. A população a recebeu como uma "simples questão de gabinete" ou mudança de governo. "A alma popular se sentia deslumbrada e surpresa". O editorial enfatiza ainda o

---

[456] *Carta do padre Jerônimo Tomé da Silva, governador do Bispado de Olinda, ao ministro do Interior, Aristides da Silveira Lobo, 6 de dezembro de 1889*. Arquivo Nacional, Documentos Eclesiásticos, Pernambuco, caixa XXXVI, pacote 8, 1878-1889, documento 102.
[457] Cf. BARBOSA, Manuel. *A Igreja no Brasil*, pag. 286.
[458] *O Apóstolo*, 17 de novembro de 1889, pag 1-3.
[459] O jornal saía apenas três vezes por semana: quarta-feira, sexta-feira e domingo.

apoio da população ao governo provisório, "salvo inevitáveis e talvez raras exceções". A nova ordem não poderia ter chegado "de modo mais calmo, mais pacífico e mesmo mais cordial".

Os católicos não vêem a república como inimiga – garantia o jornal, que demonstrava um claro desprezo pelo regime deposto. A monarquia desapareceu porque perdeu a confiança da nação quando se tornou hostil à religião do Estado, "que a coroa jurara manter e perpetuamente defender"[460].

Em outro texto, sob a vinheta *A nova forma de governo*, que passará a acompanhar os editoriais, o jornal demonstra apreensão e lembra o governo provisório do compromisso de garantir todas as liberdades. Os homens que estão à frente do regime recém instalado "por certo jamais desmentirão seu passado de luta em prol de todos os direitos do cidadão e das liberdades que devem existir entre um povo civilizado". Manifesta confiança no cumprimento das promessas de garantia de direitos, entre elas a liberdade de imprensa, "a mais necessária e útil na quadra atual", demonstrando temor de alguma ação contra o jornal. Assegura que mandou retirar das igrejas todas as armas do antigo regime[461].

Entretanto, na edição seguinte, de 22 de novembro - uma semana depois de proclamada a república -, em editorial também denominado *Os Estados Unidos do Brasil*, pede para que o governo provisório permita a manutenção das bandeiras do império depositadas nas igrejas.

Destaca as manifestações de apoio ao novo regime, que se consolida de forma tranqüila. Elogia o decreto de 19 de novembro, pelo qual o governo assume a responsabilidade de manter os asilos, orfanatos e hospitais que eram sustentados até então pela coroa. Reconhece que a república "tem sido incontestavelmente bem inspirada em todos os seus atos", e esse é o motivo pelo qual tem sido aplaudida.

> *De nossa parte, fazendo justiça, confessamos que corretíssimo tem sido o proceder do atual governo provisório, que vai se impondo à simpatia e consideração públicas por seus atos, inspirados não menos pelo patriotismo do que pela sabedoria e prudência*[462].

Em artigo do dia 24 de novembro de 1889, o jornal demonstra novamente desprezo pelo regime deposto. Pergunta se a república "se propõe a constituir-se segundo os largos moldes dos Estados Unidos da América do Norte" ou irá modelar-se "pelos velhos abusos da

---

[460] *O Apóstolo, Os Estados Unidos do Brasil*, 20 de novembro de 1889, pag. 1-2.
[461] Idem, *A nova forma de governo*, 20 de novembro de 1889, pag 2.
[462] Idem, *Os Estados Unidos do Brasil* (2), pag. 1-2.

monarquia decaída que conservou até o fim as tendências mais usurpadoras para com a Igreja". A hierarquia católica vai buscar um modelo protestante para implantar no Brasil, sabendo, é claro, que tal modelo tem por pressuposto a separação do Estado. Portanto, considerava melhor a separação, que tantas vezes condenara, do que o regime vigente no império.

É nesse mesmo artigo que, pela primeira vez desde a Proclamação da República, o jornal defende o direito de propriedade das ordens e congregações religiosas instaladas no Brasil. É uma resposta à campanha da "imprensa impertinente" pela desapropriação pelo estado dos bens dessas instituições[463].

O Apóstolo sobe o tom no dia 27 de novembro, mas sem atacar diretamente o governo. Prefere apontar as baterias em outra direção. No editorial *Abusos e incoerências*, o jornal reclama do *Diário Oficial*, que não pode "prestar-se a ser veículo de espírito particular de seita de quem quer que seja". Recorda que o país "até o momento presente" tem uma religião de Estado. Portanto, o órgão oficial do governo, "pago pelos cofres públicos, deve acatá-la e defendê-la e nunca atacá-la e ofendê-la".

O jornal refere-se ao editorial *A bandeira nacional* do *Diário Oficial*, com o qual os bispos sentiram-se ofendidos porque a religião católica é qualificada de crença de "uns estúpidos fanáticos. O jornal oficioso da Diocese do Rio de Janeiro avalia que, se o estado não tem religião, "todas terão o direito de ser acatadas (...), nunca ofendidas, nem desacatadas pelo governo". Termina acusando o autor do editorial de "um fanático da retórica de Augusto Comte"[464].

Em nenhum momento o jornal menciona o governo provisório. Da mesma maneira, quando, em 29 de novembro de 1889, manifesta apreensão com boatos e notícias veiculadas pela imprensa, segundo as quais o governo provisório estava pronto para decretar o casamento civil, a liberdade de culto, a separação entre Igreja e Estado, a desapropriação dos bens das ordens e congregações religiosas. "Estará o governo provisório, estarão os futuros constituintes convictos de que o Brasil será uma grande nação, próspera e feliz, quando tiver desfechado contra a religião aqueles rudes golpes?".

O jornal aponta "repetidas sugestões" nesse sentido que naquele momento apareciam em editoriais da "imprensa sem escrúpulos" e nas seções *a pedidos*, nas quais até leitores que se qualificavam de católicos apoiavam essas medidas. Receia que essas manifestações e a

[463] Idem, pag. 2.
[464] Idem, *Abusos e incoerências*, 27 de novembro de 1889, pag. 2.

situação financeira do país levem o governo provisório "a dar um passo tantas vezes discutido, nunca justificado, sempre violento e essencialmente atentatório".

Assinala que, por causa dos boatos, "tão aterradores, tão prenhes de perigos", o jornal decidiu apelar ao governo provisório para que garanta a tranqüilidade pública, as boas "relações entre as classes sociais, não esquecendo a mais ampla liberdade para a religião católica", que deveria ter o número de dioceses aumentado, a formação do clero melhorada e um sistema de catequese indígena implementado.

Recorda que o governo é ainda provisório e sugere que as decisões sejam tomadas pela Constituinte. E alerta: "reformas que venham abalar as consciências e ofender as crenças de um povo são por demais perigosas"[465].

O Apóstolo volta a tratar da Constituinte no editorial *Assuntos mistos*, de 4 de dezembro de 1889. Admite que manteve uma atitude de prudência diante dos boatos, mas que decidiu manifestar-se contra a possível nomeação de uma comissão encarregada de elaborar a constituição sem a necessária legitimação das urnas. Pede urgência na elaboração da carta magna, mas que seja elaborada por legítimos representantes que não se limitem a "assinar trabalho alheio"[466].

A Igreja apostava então na Constituinte, o que ficará claro também na Pastoral Coletiva divulgada em 19 de março. É bem provável que acreditasse que poderia pressionar os parlamentares e obter mais do que vinha conseguindo com o governo provisório. Quando da confirmação da nomeação da comissão para a elaboração do projeto de constituição, em 3 dezembro[467], o jornal manifestou certa desconfiança e parecia estar perdendo a paciência. O texto está quase entre a ameaça e a defesa prévia:

> *Há suspeitas (...) de que na mente de alguns membros do governo estão incubadas idéias de uma reforma tão radical, que, com certeza, não podem ter do país o mesmo plácido acolhimento que tem tido a mudança de regime político.*
>
> *De nossa parte, interessado na paz pública e privada, nunca faremos propaganda da contra-revolução, e desde que forem*

[465] Idem, 29 de novembro de 1889, pag. 1.
[466] Idem, *Assuntos mistos*, 4 de dezembro de 1889.
[467] Certamente, a edição do dia 4 já estava fechada e provavelmente rodada quando da nomeação da comissão formada por Joaquim Saldanha Marinho (presidente), Américo Brasiliense de Almeida Mello, Antônio Paes dos Santos Werneck, Francisco de Rangel Pestana e José Antônio Pereira de Magalhães Castro. Daí porque não deu a informação, baseando unicamente o editorial em rumores que circulavam pela cidade.

respeitadas as crenças da quase totalidade da nação por quê motivo haveremos de querer mal à república?

Usando, pois, de nosso direito de prevenção, é que desde já consignamos aqui nossas apreensões, de Deus permita não passem de apreensões.

Portanto, a Igreja, ao menos para o público externo e nos primeiras semanas, não manifestava qualquer restrição ao regime republicano em si mesmo. Na prática, demonstrava ter recebido bem o movimento de 15 de novembro, fazendo apenas críticas pontuais quando percebia uma ameaça àquilo que considerava direito seu. Mesmo assim preservava o governo provisório, apontando o dedo apenas em direção aos escalões mais baixos ou aos ideólogos do regime, positivistas e liberais. *O Apóstolo*, por exemplo, reservava as maiores restrições à monarquia e indicava que considerava que o novo regime poderia ser um bem para a Igreja.

É evidente que essa era uma estratégia da Igreja, certamente estabelecida por Macedo Costa, com o apoio dos outros bispos, e em comum acordo com a Internunciatura, que, por sua vez, recebera o aval da Santa Sé. Esse era o movimento do ainda bispo do Pará em direção aos setores internos da Igreja.

Outro movimento de Macedo Costa teve por alvo os homens do novo regime. Pelas circunstâncias de ter sido professor de Rui Barbosa, é a ele quem o bispo procura. Além desse fato, há um outro mais significativo ainda. É ao conceituado advogado e homem público, baiano como ele, que cabe a redação do projeto de separação entre Igreja e Estado. Um projeto anterior - do positivista Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura – havia sido recusado e cabia agora ao liberal Rui Barbosa a sua redação.

Dom Antônio Macedo Costa e Rui Barbosa reuniram-se por três vezes em dezembro, antes da promulgação do decreto 119A, em 7 de janeiro de 1890. O arcebispo sempre se apresenta como um interlocutor não oficial, nem mesmo oficioso, e narra em francês os encontros ao internúncio Francesco Spolverini. O professor Francisco José da Silva Gomes teve acesso a esses relatórios em suas pesquisas nos arquivos vaticanos.

O primeiro encontro entre Rui e Macedo Costa data de 4 de dezembro de 1889. Foi no Hotel Vista Alegre, em Santa Teresa, onde o bispo estava hospedado. Dom Antônio conta que lembrou ao ministro da Fazenda que a fé católica mantinha-se ainda viva no seio da população. Rui garantiu que a república não tinha nenhum interesse de ferir o sentimento religioso do povo brasileiro. Sempre na versão de Macedo Costa a Spolverini, Rui assegurou a intenção de fundar uma república conservadora, segundo o modelo norte-americano em

relação à religião, e não o francês, tido para Igreja de "liberté por tous, oppression pour les catholiques".

Os bispos e os padres tinham grande preocupação com a possibilidade da instalação de um regime que tomasse a França como o exemplo de relação com a Igreja. De fato, havia um núcleo mais duro dos republicanos – do qual Silva Jardim era um dos líderes - que defendia um estado assemelhado a uma república francesa e rousseauniana. O outro núcleo defendia um modelo contratualista, norte-americano. Era o de Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores do governo provisório. A preocupação era que se "maxime os costumes franceses, onde a república tem sido o flagelo da religião"[468].

> *Que temos nós de imitar o espírito de destruição que, na França, por exemplo, deitou por terra monumentos de inestimável valor, cuja existência, de um alcance puramente histórico, em nada pode influir nos sentimentos e, portanto na evolução dos acontecimentos e destinos de um povo?*[469]

O arcebispo conta em seu relatório ao internúncio que não ficara muito convencido de que o modelo seria o norte-americano porque a maçonaria estava à frente dos negócios públicos. Permanecia, ao contrário, muito pessimista porque a Igreja só podia contar com a massa de "nos populations de la campagne", que qualificava de sã, mas que é esparsa, sem direção, sem organização para opor resistência séria. "Je pense qu'il faut travailler por qu'ils nous fassent le moins de mal possible".

Quer dizer: nos relatório, Macedo Costa deixa claro que constatara a incapacidade dos católicos para resistir, desconfiava dos fiéis urbanos, reconhecia que a Igreja nada fizera para formar massas que a defendessem. A constatação é que teria que partir do nada. Era melhor ceder, não opor resistência, considerar a república como fato consumado e trabalhar para que a Igreja sofresse o menor mal possível naquelas circunstâncias.

A segunda entrevista entre Rui Barbosa e o arcebispo foi a 20 de dezembro. Macedo Costa relata ao núncio que estava descartado de vez o projeto de Demétrio Ribeiro; que ouviu do ministro da Fazenda a informação de que o marechal Deodoro da Fonseca só assinaria aquilo que ele, Rui, propusesse. O ministro comprometeu-se que nada faria sem o aval do prelado, o que repetiu muitas vezes. E assegurou-lhe que desejava uma legislação sem

---

[468] *O Apóstolo. Os Estados Unidos do Brasil.* 20 de novembro de 1889, página 1.
[469] Idem, *Os Estados Unidos do Brasil* (2), 22 de novembro de 1889, pag. 1-2.

hostilidade em relação à Igreja. Macedo Costa, entretanto, mantinhas o pessimismo. Estava convencido de que o decreto de separação iria ser assinado nos próximos dias e considerava que já seria uma grande vitória se obtivesse o menos ruim.

Macedo Costa relata que entregou a Rui Barbosa um documento com um pedido de reconhecimento e respeito pela Igreja Católica por ser a da maioria dos brasileiros, de garantia a liberdade de culto a todos os cidadãos e comunidades religiosas, do pagamento as côngruas estabelecidas até então e de manutenção das relações diplomáticas com a Santa Sé. Solicitava também que as igrejas tivessem personalidade jurídica para que pudessem possuir e administrar bens. Esse era um ponto importantíssimo porque os bispos temiam que não tivessem autonomia financeira, conforme pregavam certos setores republicanos.

O arcebispo achou em determinado momento que Rui Barbosa estava querendo, com aquelas reuniões, legitimar a separação entre Igreja e Estado, indicar que os bispos apoiavam o decreto. Macedo Costa relata que escreveu ao ministro no dia 22 de dezembro de 1889 para deixar claro que o decreto de separação não teria o seu apoio. Reiterou que não queria tal divórcio e que não daria um passo qualquer nessa direção.

Mais tarde, a 30 de dezembro, os dois encontraram pela última vez. Foi uma reunião bem rápida – assinala Macedo Costa. Rui Barbosa comunicou que o decreto de separação seria mais ou menos como ele propusera na reunião do dia 20[470]. Sete dias depois o Presidente Deodoro da Fonseca assinou o decreto 119A. Nos dias subseqüentes, o Governo Provisório foi tomando decisões que contrariavam a Igreja: a 24 de janeiro, instituição do casamento civil, pelo Decreto 181, com precedência sobre a cerimônia religiosa (Decreto 521, de 26 de junho)[471]; em 22 de junho, a secularização dos cemitérios, pelo Decreto 510, que também estabelecia o ensino leigo nas escolas públicas[472].

O Decreto 119A tem sete artigos. O primeiro proíbe que os estados e a união subvencionem igrejas e legislem sobre matéria religiosa; o segundo e terceiro asseguram a liberdade de culto e a autonomia dos fiéis; o quarto põe fim ao padroado; o quinto concede às igrejas a personalidade jurídica, o que lhes garante a posse de bens, respeitando os dispositivos da mão morta; o sexto confirma o pagamento das côngruas a quem já as recebia:

---

[470] GOMES, pag. 689-695. Veja também BARBOSA, pag. 287-290.

[471] O sacerdote que efetuasse o casamento religioso antes do civil poderia ser condenado a até seis meses de prisão e multa, o que já estava previsto no Decreto 521 e foi confirmado pelo Código Penal de 1o. de outubro de 1890 (artigo 284).

[472] Em 27 de setembro de 1890, o decreto 789 deu competência apenas aos municípios para fiscalizar e administrar os cemitérios, sem intervenção de qualquer instituição religiosa. Entretanto, concedeu às santas casas a manutenção das administrações dos seus cemitérios, mas sob fiscalização municipal.

o sétimo revogava as disposições em contrário. Portanto, muito do que dom Macedo Costa pretendia foi de fato incorporado ao decreto de 7 de janeiro de 1889.

O Apóstolo pareceu desdenhar da decisão no editorial publicado três dias depois, acompanhado da transposição integral do decreto. Observa que a união que acabava de ser revogada era muito mais vantajosa para o Estado do que para a Igreja, embora a nenhum católico "é lícito jamais promover a separação". O jornal católico reconhecia os termos do decreto como "os mais comedidos e conciliatórios".

> *A Igreja que reagiu e suplantou a perseguição dos estados desde os primeiros séculos não precisava nem precisa estar como eles para preencher com todas as vantagens seus destinos sobre a terra*[473].

O episcopado brasileiro recebeu o decreto "com certo sobressalto", como define Marchi[474], mas não com o desdém de *O Apóstolo*. Nem foi surpreendido. Desde os primeiros dias após o movimento militar de 15 de novembro, os boatos sobre essa decisão estavam nas ruas. Macedo Costa fora pessoalmente avisado por Rui Barbosa. Muita gente próxima ao governo provisório falava abertamente na separação. A imprensa não se furtava a dar o decreto como coisa certa. A Igreja limitou-se a uma reação branda porque tinha uma tradição submissa ao governo, uma história de subordinação ao Estado. Além disso, a ordem na Igreja universal era a de aceitar qualquer regime político. Não havia base moral, intelectual ou cultural para uma reação mais conseqüente.

Não se sustenta, por conseguinte, a posição de alguns autores, entre eles Ana Maria Moog Rodrigues[475], segundo a qual a Igreja não reagiu porque estava incompatibilizada com a monarquia desde a Questão Religiosa. Muitos bispos – a maior parte, talvez - eram favoráveis ao regime deposto, a maioria do clero formara-se tendo a monarquia como ideal. Havia, sim, um estremecimento, mas não com o regime, mas com os que, no Senado e na Assembléia Geral, tentavam submeter cada vez mais a Igreja.

Havia, por certo, uma esperança de que o novo regime poderia ser melhor para a instituição, mas essa esperança também havia em relação ao Terceiro Império. Não há como esquecer que Pedro II já era um homem doente, diabético, mais envelhecido do que a própria idade – tinha 64 anos quando deposto. Para os bispos, a futura ascensão da princesa Isabel ao

---

[473] *O Apóstolo, O Decreto de 7 de janeiro de 1890 ou a Igreja e o Estado*, 10 de janeiro de 1890, pag. 1.
[474] MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social*, pag. 104.
[475] RODRIGUES, Anna Maria Moog (seleção e introdução). *A Igreja no Brasil*, pag. 5.

trono era a esperança de que a situação da Igreja mudaria para a melhor. Isabel era considerada católica demais, chamada de "carola" e "beata" pelos adversários do regime. De fato, a princesa era mulher devota, e assim permaneceria até o final da vida, mantendo correspondência com bispos brasileiros, entre os quais o próprio Arcoverde.

A primeira reação da hierarquia católica veio em 19 de março de 1890, com a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro. É unânime a versão de que foi Macedo Costa quem redigiu o documento, que depois foi assinado pelos outros dez prelados brasileiros e pelo monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, vigário-capitular da Diocese do Rio Grande do Sul. É a primeira de uma série de pastorais coletivas que a Igreja divulgará a partir daí, sempre produzidas nas diversas conferências episcopais da república.

Nessas conferências, os bispos repensaram as estratégias em curso, produziram estabeleceram novas táticas, mudaram o curso das ações, inventaram novas trajetórias, procuraram formas de relacionamento com o governo, estabeleceram normas de condutas para os leigos e para o clero. Entre 1890 a 1922, ou seja, em 33 anos, os bispos brasileiros divulgaram 34 documentos coletivos. Portanto mais de um por ano em média[476].

Sempre de caráter oficial, as pastorais coletivas foram o principal documento difundido pela Igreja na Primeira República. Avaliam a realidade brasileira de cada momento, sob o ponto de vista católico. Na maioria das vezes são direcionadas ao clero e aos fiéis, exigindo deles uma tomada de atitude, uma ação, em decorrência de fatos ou situações que de alguma forma incomodam à Igreja. Por conseguinte, com as pastorais coletivas, o episcopado pretende mudar alguma coisa nos padres e leigos ou buscar o apoio desses destinatários para alguma alteração que considera necessária. É, por conseguinte, um documento político. Teológico-político, na concepção de Roberto Romano[477].

A pastoral é sempre um documento hierárquico, do bispo para os padres e fiéis, de caráter vertical, que sempre indica como a Igreja se autocompreende e como entende a sociedade na qual está inserida. O bispo é sempre o poder e a verdade. Por ser um documento vertical, tem um evidente aspecto coercitivo. A autoridade episcopal, diante de um mandato conferido por Deus por intermédio do Papa, impõe ao clero uma visão de mundo a ser acatada, estabelece ações que devem ser executadas e proíbe uma atitude que reconhece como prejudicial ou irregular e aquilo que vê como pecado instalado ou a se instalar[478].

---

[476] ARAÚJO, pag. 25 e 28-30.
[477] ROMANO, pag. 20-21.
[478] Idem, pag. 40-41.

O reconhecimento de uma crise que assola o país, "cheia de perigos, de imensas conseqüências para o futuro"[479], abre a Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890. É um instrumento de avaliação crítica pelo qual os bispos chamam a atenção para a situação que consideram perigosa para a Igreja. Logo deixam claro que não se renderam: se o trono desapareceu, o altar "está em pé, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus"[480]; se a Igreja está separada do Estado, não pretende se separar da "sociedade brasileira (...) compreendida a sua parte dirigente"[481].

Os bispos informam que pretendem discutir três questões fundamentais na Pastoral: se é boa a separação Igreja-Estado consumada em janeiro, o que pensar do franqueamento da liberdade de culto a todas as religiões e o que fazer na nova situação[482]. Fica evidente que o documento é um recado direto ao Governo Provisório e à futura Constituinte.

O documento faz um levantamento da situação da Igreja em todo o mundo. Constata que a religião católica é o "alvo primário de todos os ataques da impiedade moderna", o que tem produzido a desorganização social, "tão vasta, tão profunda, tão radical". Apesar disso, o texto não perde o tom triunfalista, comum na ocasião. Prevê a vitória da Igreja porque Deus, que intervem na história, "refreará a tempo a sanha dos maus"[483]. É como se avisasse à república que não há futuro animador para os estados que rompem com a Igreja[484].

Os bispos condenam a fórmula *Igreja livre no Estado livre* e proclama o modelo da *societas perfecta*, reconhecendo a existência de "dois poderes perfeitamente distintos e independentes, constituindo sociedades diversas [que] regem a humanidade". Duas sociedades que se distinguem apenas no fim, mas que se completam na ação. Para exercer a sua função de salvar almas, a Igreja é uma sociedade perfeita, constituída convenientemente, exercendo "poder legislativo, poder judiciário, poder penal". São seus direitos, que não podem ser retirados[485].

A Igreja é zelosa de sua independência, "mas independência não quer dizer separação" porque os seus súditos são os mesmos do Estado, e as duas instituições devem trabalhar em conjunto para que possam cumprir os objetivos de cada uma. Ou seja, Igreja e Estado são interdependentes e, por isso, os bispos exigem a união "entre os dois poderes", o que não quer dizer "união de incorporação e de absorção".

---

[479] RODRIGUES, pag. 17.
[480] Idem, pag. 18.
[481] Idem, pag. 18.
[482] Idem, pag. 19
[483] Idem, pag. 20.
[484] ARAÚJO, pag. 56-57.
[485] Idem, pag. 23 e 24.

Os bispos apelam para o sentimento nacionalista e se dizem magoados por ver a Igreja, "que formou em seu seio fecundo a nossa nacionalidade (...) confundida de repente e posta na mesma linha com algumas seitas heterodoxas, que o aluvião recente da imigração européia tem trazido às nossas plagas!"[486].

Recordam que, dos 12 milhões de brasileiros, 500 mil, no máximo, "pensam livremente sobre religião ou pertencem a comunhões religiosas dissidentes". A religião de "toda" a nação, não pode, portanto, "ser desapossada do trono de honra que há três séculos ocupava". Argumentavam que em política a maioria decide, mas que, no Brasil, em questão religiosa não valia esse princípio[487]. Por ser o culto da maioria, o culto católico deveria até mesmo continuar sendo sustentado pelos poderes públicos.

A carta manifesta esperança de que a nova Constituição reponha a Igreja no lugar que os bispos acham justo, mas enquanto isso não ocorre, a promessa é de "usar da liberdade" reconhecida pelo Governo Provisório da República e "armados de Paciência (...) tomar alma nova, aspirar forte um novo espírito (...) e trabalhar corajosos" para o reflorescimento da Igreja e do país. "A Igreja tem o segredo das grandes renovações sociais"[488].

Os bispos reclamam que tiraram a proteção de que a Igreja gozava, mas reconhecem que, em compensação, ganhou a liberdade e pôde livrar-se do "pretenso padroado", uma das causas do seu abatimento, "do seu atrofiamento quase completo". Uma proteção que abafava. Completada por intrusões no que os bispos julgavam "domínios da Igreja" e "frieza sistemática, para não dizer desprezo (...). Chegou-se até a perseguição" – recorda o documento referindo-se a Questão Religiosa de duas décadas antes[489]. Por isso, consideravam "o mais importante de todos" o artigo quarto do Decreto 119A[490].

Admitiam que o decreto assegurava a Igreja uma liberdade que nunca experimentara na monarquia"[491]. Acreditavam que daí para frente poderiam reger-se sem a intervenção do poder público.

Os bispos condenam o casamento civil, mas autorizam os fiéis a acatá-lo para "regular a herança" dos filhos, conscientes, porém, de que a união só terá validade quando do ato religioso[492]. Lamentam que, apesar da liberdade concedida à Igreja, a República teima em

---

[486] Idem, pag. 26-27
[487] Idem, pag. 27. Segundo o censo de 1890, a população do país já superava então os 14 milhões de habitantes. Os bispos, entretanto, ainda não haviam tido acesso aos dados do recenseamento.
[488] Idem, pag. 36.
[489] Idem, pag. 38.
[490] Idem, pag. 41.
[491] Idem, pag. 39.
[492] Idem, pag. 41.

manter em vigor a lei da mão morta, que qualificam de "grave restrição"[493]. Demonstram satisfação pela forma que está sendo conduzida a transição, com a manutenção do pagamento das côngruas em vigor e sem "cenas lúgubres e sacrílegas, aquelas orgias sangrentas que maculam a história da França"[494].

Pedem que os republicanos adotem outro modelo que não o de alguns países europeus na relação com a Igreja. Citam a Argentina, o Chile e o Equador, mas indicam que consideram muito bom o modelo norte-americano, que, sem ser indiferente em matéria religiosa, impede a propaganda do ateísmo, faz profissão de fé no cristianismo[495], preserva com rigor o domingo, reconhece à Igreja Católica, o seu pleno direito de propriedade e o de manter escolas, inclusive superiores, emprega capelães militares e atuam na catequese indígena.

> *Quem nos dera que os estadistas nossos, muitos dos quais se desvanecem de católicos, tratar o Catolicismo com o mesmo respeito, acatamento e deferência como é tratado pelos estadistas protestantes dos Estados Unidos*[496].

A Pastoral apresenta o modelo norte-americano para demonstrar o quê gostaria de ver preservado para a Igreja no Brasil: o domingo e dias santificados, o direito de representação legal, de personalidade jurídica, de propriedade e de ensino, a liberdade de movimento que permitisse a atividade missionária, o recebimento de subsídio e o estabelecimento de ordens e congregações religiosas. Além disso, indica o interesse de atuar juntos às forças armadas, o que só ocorrerá de fato nos final da segunda década do século XX. É, portanto, um amplo espaço de ação que gozava em um país protestante e que, por longos anos, negou aos acatólicos no Brasil. A Igreja gozava de tantos direitos nos Estados Unidos porque o "Governo Norte-Americano (...) sabe que os bispos, os padres, os católicos são os melhores cidadãos e os melhores amigos da república"[497].

Os bispos comprometem-se a cumprir com a tarefa que se abre no Brasil para o Catolicismo e mandam um alerta aos padres:

---

[493] Idem, pag. 42.
[494] Idem, pag. 43
[495] Idem, pag. 46.
[496] Idem, pag. 47.
[497] Idem, pag. 48.

É a hora de surgir do sono, de espertar da inércia, de estimular brios, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer reflorescer a nossa Religião e salvar a nossa pátria.

O documento deixa claro que o padre é fundamental na concretização do programa de restauração da Igreja. Tenta então animá-lo e dar-lhe autoestima e orgulho próprio.

A vós, primeiro que todos, se dirige comovida a nossa palavra. É tempo de sairdes do abatimento, de ressuscitardes a graça de recebestes pela imposição das mãos, de vos reanimardes no espírito do vosso augusto Sacerdócio.

E enumera o necessário para um bom exercício da função sacerdotal: piedade, castidade, zelo ativo e empreendedor, atendimento ao fiel, recolhimento, "compostura angélica" nas celebrações, assiduidade no confessionário, pregação constante, "ensino dos meninos"[498]. Deve ter cuidado com o respeito e a decência dos fiéis no acompanhamento do culto e procurar criar o espírito paroquial. Ser mestre, amigo, confidente. Deve buscar, enfim, controlar a vida do paroquiano, mantendo sempre a obediência e união ao bispo.

A Pastoral Coletiva lembra que a Igreja não tem mais "a proteção dos que governam", cabendo agora aos fiéis sustentá-la[499]. Insiste para que se declarem publicamente católicos romanos, manifestando seu amor e dedicação à Igreja[500]. E indica uma ação que caberia ao leigo e que seria uma prova de amor a Deus: "a difusão da imprensa católica, como um meio de atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia"[501]. Como pede ao padre, pede também ao leigo submissão, dedicação e obediência. "Aqui nada de ecletismo, ou tudo ou nada!"[502].

Ao avisar que "a Igreja é indiferente a todas as formas de governo", deixa o recado que não é adversária do regime. Ao contrário: a república precisará dela:

---

[498] Idem, pag. 49.
[499] Idem, pag. 50.
[500] Idem, pag. 51 e pag. 53.
[501] Idem, pag. 52.
[502] Idem, pag. 53.

Será mister asseverar como coisa certa que a Igreja do Brasil, ressurgindo de seu abatimento, unida, animada, cheia de vida, preenchendo sua missão divina na plenitude da sua liberdade, como desejamos, não será um perigo para o Estado, pelo contrário, será o mais firme apoio dele? (...) Tão fora está de ser um perigo, uma ameaça, este desenvolvimento do espírito cristão entre nós, que antes será ele a fortaleza, o baluarte, o muro inexpugnável das nossas instituições. República sem Deus é que não pode durar[503].

A Pastoral termina ordenando um tríduo de preces celebrado solenemente nas igrejas, capelas e oratórios públicos ao Sagrado Coração e a Nossa Senhora e a sua leitura e distribuição entre os fiéis[504].

Sérgio Buarque de Holanda nota que a Pastoral é "quase como um aplauso franco ao regime republicano, implantado quatro meses antes, não obstante lhe seja impossível aprovar, em princípio, as idéia de separação entre a Igreja e o Estado".

Nesse documento são ridicularizados os ministros de Estado que ordenavam aos bispos o cumprimento dos cânones do Concílio de Trento nos provimentos das paróquias; que lhes proibiam a saída da diocese sem licença do governo, sob pena de ser declarada a sé vacante e de procederem as autoridades civis à nomeação do sucessor; que exigiam fossem sujeitos à aprovação dos administradores leigos os compêndios de Teologia em que deveriam estudar os alunos dos seminários; que vedavam às ordens regulares o receberem noviços; que negavam aos vigários o direito de reclamarem velas da banqueta; que fixavam a quem competia a nomeação do porteiro da maça nas catedrais[505].

---

[503] Idem, pag. 54-55.

[504] Idem, pag. 57. Assinam a Carta Pastoral o arcebispo da Bahia, Luís Antônio dos Santos; e os bispos do Pará, Antônio Macedo Costa; de Diamantina, João Antônio dos Santos; do Rio de Janeiro, Pedro Maria de Lacerda; de São Paulo, Lino Deodato; de Mariana, Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides; de Cuiabá, Carlos d'Amour; do Maranhão, Antônio Cândido de Alvarenga; de Goiás, Cláudio Ponce de Leon; de Olinda, José Pereira da Silva Barros; e de Fortaleza, de Joaquim José Vieira; e o vigário capitular do Rio Grande do Sul, monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro. *O Apóstolo* publicou integralmente a pastoral coletiva nas edições entre 9 de abril a 7 de maio de 1890, sempre na primeira página.

[505] BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil, pag. 84-85.

José Carlos de Souza Araújo observa que a primeira pastoral coletiva do episcopado brasileiro tem um explícito caráter de urgência[506]. Surge em momento de grande ansiedade e sentimento de perda. A idéia de sua elaboração certamente ocorreu logo depois da assinatura do decreto de 7 de janeiro. Entre a redação de Macedo Costa, a consulta a outros bispos, a incorporação de emendas e sugestões, a elaboração do texto final, a impressão e a difusão pública foram consumidos cerca de dois meses.

Araújo é da opinião que a Pastoral Coletiva de 1890 é quase um programa para reivindicar o que a Igreja tinha por seus direitos[507]. Euclides Marchi, por sua vez, acha que com o documento ficaram estabelecidos os parâmetros da relação Igreja-Estado[508]. Já Bruneau atenta para as contradições do documento. Uma delas está no fato de que os bispos reconhecem que a Igreja havia adquirido uma liberdade que jamais tivera antes, mas ao mesmo tempo pedem que a união prossiga. É que "os bispos ainda acreditavam na necessidade do apoio do Estado, em isso significava uma forma de oficialização"[509].

O projeto de Constituição veio a público em 22 de junho de 1889. Era considerado intransigente demais para a Igreja. Aparentemente de nada adiantara as conversações entre dom Antônio Macedo Costa e Rui Barbosa. O projeto confirmava o reconhecimento tão somente do casamento civil, que teria que preceder à cerimônia religiosa, a secularização dos cemitérios e a proibição de qualquer subvenção oficial às igrejas; mantinha a lei da mão morta; laicizava completamente o ensino público; suprimia a Companhia de Jesus no Brasil; proibia a entrada de religiosos no país e impedia o voto de religiosos presos ao voto de obediência. Considerava inelegível o clérigo de qualquer religião.

A inelegibilidade do clero era, aliás, a indignação maior de *O Apóstolo*, que publicou editorial sobre o projeto nas edições de 27 e 29 de junho. Título: *O monstro*. "Que a perseguição ao clero está inaugurada não resta dúvida alguma"[510].

O episcopado também ficou indignado e emitiu um documento duro, provavelmente tanto quanto os produzidos durante o regime militar nas décadas de 1970 e 1980[511]. A *Reclamação do episcopado brasileiro ao chefe do Governo provisório*, "uma das páginas mais desassombradas que já se escreveram, no Brasil"[512], exprime "o imenso assombro e a profunda tristeza" dos bispos por causa do projeto constitucional. Acusam "a funesta

---

[506] ARAÚJO, pag. 39.
[507] ARAÚJO, pag. 84
[508] MARCHI, pag. 114.
[509] BRUNEAU, pag. 67.
[510] *O Apóstolo*, *O monstro*, 26 de junho de 1890, pagina1.
[511] Segundo Francisco José Silva Gomes, o texto é de dom Macedo Costa, que estava então no Rio de Janeiro. Cf. GOMES, pag. 702.

influência das doutrinas radicalmente opostas às nossas crenças religiosas" de colocarem "à margem os direitos e as tradições três vezes seculares dessa nação católica".

Os bispos, que se autocompreendiam naquele momento como "chefes e guias espirituais do povo brasileiro, responsabilizam o marechal Deodoro pelos "males ingentes e profundos que à religião indubitavelmente hão de acarretar aquelas cláusulas constitucionais". Recordam que tudo depende da vontade exclusiva do presidente[513].

Os prelados confessam que ficaram apreensivos quando do advento da república, mas tranqüilizaram-se diante das "reiteradas seguranças dadas a um dos nossos veneráveis colegas" (dom Antônio Macedo Costa, nas conversas com Rui Barbosa). Os bispos deixam claro que estavam certos de que a Igreja teria ampla liberdade como nos Estados Unidos e, por isso, chegaram "a nutrir algumas generosas ilusões", que "cedo" se transformaram em "desengano".

A partir daí, começam a listar as discordâncias em relação ao projeto constitucional. Em primeiro lugar, os bispos mostram-se indignados por ver a Igreja Católica equiparada "as tristes seitas engendradas pelo orgulho e a paixão dos homens desvairados". A seguir, repelem o "chamado casamento civil", que consideram nada mais do que "um torpe funesto concubinato"[514].

Dizem sentir "amarga dor vendo os triunfos alcançados pelo ímpio positivismo, que rejeitou a cruz de nossa bandeira para ai inscrever sua triste legenda e seu louco simbolismo". O positivismo tenta agora – avalia a hierarquia católica – consagrar na constituição "a tendência fatal que quer *reduzir a nada no seio da sociedade civil* (...) *o magistério, a autoridade da Igreja*"[515]. Consideram "a exclusão absoluta de Deus" na Constituição "altamente ofensiva às crenças religiosas dos cidadãos brasileiros". E advertem:

> *Ver-nos-emos, pois, forçados para bem mesmo de nossa cara pátria para salvar e firmar a ordem, a paz, o futuro da sociedade, a trabalhar sem descanso em todos os terrenos legais, para obter a derrogação desse ato fundamental, deturpado pela mácula do ateísmo*[516].

---

[512] BARBOSA, pag. 267.
[513] Reclamação do episcopado brasileiro ao chefe do Governo provisório. In: GUISARD FILHO, Felix. *D. José Pereira da Silva Barros – sua vida e sua obra*, pag. 265.
[514] Idem, pag. 268.
[515] O grifo é do documento.

Protestam também contra a exceção ao clero do direito à elegibilidade, "a mais clamorosa injustiça". Reclamam que estão nivelando os padres e as freiras com os analfabetos, os sentenciados, os banidos, os mentecaptos, reduzindo-os a párias[517].

A seguir, exigem a revogação do dispositivo que expulsam os jesuítas e destacam a ação dos padres da Companhia de Jesus "na catequese e aldeamento dos índios", no trabalho paroquial e na educação, com os colégios em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Itu, em São Paulo, e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Se o marechal quiser um testemunho, bastaria – dizem os bispos – interrogar um dos ministros "que a esses padres confiou *um pedaço de sua alma*", referindo-se a Rui Barbosa, que tinha filho estudando com os jesuítas. "Ingratidão!"[518].

Reclamam ainda contra a proibição do estabelecimento de ordens religiosas no Brasil – um dispositivo incompreensível, enxertado "à última hora na constituição":

> *Se uma jovem quer atirar-se ao abismo da prostituição, a polícia da república abre alas respeitosas, e a deixa passar, dizendo: 'Está no seu direito, é livre de dirigir a sua vida como quiser!' Mas se ela encaminha a um santo asilo para aí viver castamente com amigas piedosas entregando-se juntas as obras da religião e da caridade, tendo por única família a grande família dos desgraçados: 'Alto lá, lhe diz a polícia, não tendes licença, isso é proibido pela constituição da república'.*
>
> *Este é o direito, esta a justiça, esta a liberdade, este o respeito à consciência, de que fazem garbo e alarde os inimigos das ordens religiosas (...)?*[519]

Protestam contra a manutenção da Lei da Mão-Morta e contra "a exclusão de todo o ensino religioso nas escolas públicas". E novamente fazem uma advertência:

> *Que há de ser, dentro em poucos anos desta nobre e generosa nação, quando as funestas doutrinas do ateísmo, que circulam livremente por toda parte, e são obrigatórias nas escolas públicas,*

---

[516] *Reclamação do episcopado brasileiro ao chefe do Governo provisório*, pag. 269.
[517] Idem, pag. 270.
[518] Idem, 270-271. O grifo é do documento mesmo.
[519] Idem, pag. 272.

houverem produzido entre nós, os deploráveis frutos de dissolução e de imoralidade que a experiência dos outros países deixou tristemente evidenciados?[520]

Pedem o estabelecimento da capelania militar nas forças armadas e condenam o dispositivo que obriga o casamento civil anteceder ao religioso.

Basta senhor Marechal. O episcopado brasileiro não podia nem devia esquecer seu dever de reclamar (...) Depositário de um poder excepcional, é V. Exa competente, repetimos, para fazer-nos justiça, e está exclusivamente nas suas mãos impedir a violação dos nossos direitos.

Se esta esperança (...) vier a desfazer-se numa triste e penosa desilusão, veremos (...) abrir-se para o catolicismo brasileiro uma era de grandes perseguições e violências, como nem sequer a Turquia padecem os cristãos[521].

O documento foi assinado no Rio de Janeiro no dia 6 de agosto de 1890 e entregue pessoalmente a Deodoro por uma comissão de bispos liderada pelo primaz Macedo Costa.

Alguns dias depois da publicação da *Reclamação*, os bispos estavam em São Paulo para uma reunião conjunta para preparar um concílio nacional, um desejo do episcopado já autorizado pela Santa Sé. Em 9 de junho de 1890, Macedo Costa recebeu um breve de Leão XIII aprovando a realização do concílio e ordenando que começasse a preparação do encontro, que tinha por oportuno e necessário. O Papa esperava com a reunião estreitar os laços de fé e caridade entre os bispos, corrigir os costumes, disciplinar o clero, "tornar manifesta a força da disciplina eclesiástica, restaurar a observância dos sagrados cânones (...) fazer com que floresça o culto da piedade e da justiça"[522].

---

[520] Idem, pag. 272-273.

[521] Idem, pag. 274-275. Assinam a *Reclamação*, dom Antônio Macedo Costa, já como arcebispo da Bahia; Luís Antônio dos Santos, resignatário da Bahia; seu irmão João Antônio dos Santos, de Diamantina; Pedro Maria de Lacerda, do Rio de Janeiro; Lino Deodato, de São Paulo; Antônio Maria Correia de Sá e Benevides; Antônio Cândido de Alvarenga, do Maranhão; Carlos d'Amour, de Cuiabá; Cláudio Ponce de Leon, Rio Grande do Sul; José Pereira da Silva Barros, Olinda; Joaquim José Vieira, Fortaleza; Jerônimo Tomé da Silva, do Pará; Joaquim Arcoverde, de Goiás; João Esberard, bispo de Gerra e coadjutor de Olinda; Manuel Santos Pereira, bispo de Eucárpia e coadjutor da Bahia; e Silvério Gomes Pimenta. Bispo de Camaco e auxiliar de Mariana.

[522] Cf. BARBOSA, pag. 105. A expectativa dos bispos e padres de um concílio nacional foi frustrada por quase 50 anos. Não ocorreu em 1891, como o clero esperava em 1890, nem em 1920, que era a data fixada por

Cinco dias antes, em 4 de junho de 1890, o Internúncio Spolverini recebera as *Instruções* sobre o temário da reunião. O documento, assinado pelo cardeal Mariano Rampolla, secretário de estado de Pio X, tem seis páginas impressas. O prelado romano elogia a idéia da conferência, que já era um antigo desejo do Papa Leão XIII, que a vê "como o princípio de uma benéfica restauração dos interesses católicos nessa república"[523].

A primeira instrução do secretário de Estado é pela unidade dos bispos, que devem estreitar cada vez mais os vínculos entre si, para que melhor possam combater os inimigos da Igreja. A unidade uniformiza as ações. É dela que vem o prestígio e a força do episcopado, a confiança dos fiéis e o respeito dos próprios adversários.

O segundo ponto das *Instruções* é a reforma do clero, que para Rampolla seria o "primeiro fruto" da conferência. Para isso, os bispos deveriam fixar a atenção na reorganização dos seminários, seguindo as normas tridentinas e tendo por base doutrinária a teologia tomista. Sugere a formação de institutos de educação ou instrução eclesiástica para meninos pobres, como ocorria então na Itália, Alemanha e Espanha. A expectativa era que daí surgiriam vocações sacerdotais[524].

Rampolla chama a atenção dos bispos para o controle do clero. Em vista dos "graves abusos, muitas vezes denunciados à Santa Sé infelizmente cometidos por não poucos sacerdotes", o episcopado brasileiro deve obrigatoriamente adotar "sérias medidas" contra esses padres, especialmente os párocos. Os vigários não podem faltar com o dever de pregar, instruir e administrar os sacramentos. Reitera a determinação da aplicação de exercícios espirituais e de conferências morais para o clero.

As instruções seguintes são para a reforma das ordens instaladas no Brasil, mas se isso não for possível, a Santa Sé tem outra receita:

> *então os bispos verão se é oportuno chamar para aí algumas congregações européias, que pudessem prestar serviços mais úteis, já fundando institutos de instrução e educação, tão necessários nesse país, já coadjuvando os párocos no exercício de seu ministério*[525].

Arcoverde em carta que enviara a todos os bispos em 1919. Só iria de fato se realizar em 1939, já sob a liderança de dom Sebastião Leme.

[523] *Instruções da Santa Sé ao internúncio apostólico para as conferências de bispos brasileiros*, pag 1. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro.

[524] Idem, pag. 2.

[525] Idem, pag. 3.

O cardeal Rampolla considera necessário que os bispos tenham atenção com as irmandades e confrarias, "até agora desgraçadamente contaminadas de maçonismo". Os prelados terão que examinar as providências para que possam submeter as confrarias e irmandades. Esse é quarto ponto das *Instruções*[526].

No quinto ponto, o secretário de estado sugere a promoção das santas missões para sanar a "decadência dos bons costumes do povo brasileiro" e de sua "grandíssima ignorância à respeito da doutrina da fé e da prática do cristianismo" e "para prevenir os grandes perigos que isso representa. Sugere ainda a promoção das conferências vicentinas e associações semelhantes e a difusão dos bons livros e jornais. Considera importante demais a instalação de escolas católicas "a fim de remediar os tristes efeitos que trás consigo a decretada liberdade de ensino, e de salvar a juventude da incredulidade e da heresia"[527].

Os imigrantes e os indígenas são os temas dos pontos seis e sete das *Instruções*. Pede especial atenção para as colônias de emigrantes, "cujas condições religiosas são tão deploráveis". Quanto aos índios, alerta também os bispos para que não deixem "de dirigir seus cuidados aos pobres selvagens, os quais se acham nas trevas da ignorância e do erro".

Outra preocupação de Rampolla é a formação de novas dioceses – o oitavo ponto das *Instruções*. Reconhece que o número de bispados é pequeno e que os existentes são muito extensos, impedindo que o bispo possa vigiar o clero, "o que é causa de graves desordens". Pede um "acurado estudo" sobre a organização de novas dioceses para que a Santa Sé possa tomar as providências necessárias para instituí-las.

Por fim, o documento aborda a situação do Papa. Os bispos – diz as instruções – têm o "sagrado dever" de persuadir os fiéis das "difíceis e anormais condições a que está reduzido seu chefe supremo" e para a necessidade de restituí-lo a liberdade e independência[528].

Com base nessas *Instruções*, Macedo Costa elaborou um documento - *Alguns pontos para a reforma na Igreja no Brasil* -, base para a discussão preliminar de agosto, em São Paulo, para a organização do Concílio Nacional, anunciado para 1891. O documento impresso, datado de 2 de agosto, circulou reservadamente na hierarquia, só sendo mais amplamente conhecido em 1949, quando o monsenhor Manuel Barbosa o divulgou nos *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*[529].

---

[526] Idem, pag 3-4.
[527] Idem, pag. 4.
[528] Idem, pag. 5.
[529] COSTA, Antônio Macedo. *Alguns pontos da reforma na Igreja do Brasil: memória para servir às discussões e resoluções nas conferências dos senhores bispos*. In: LUSTOSA, AZZI & DALE, p. 51.

É fácil constatar a similaridade das *Instruções* de Rampolla e o documento de Macedo Costa. O bispo brasileiro deixava claro que o objetivo da reunião era o de "restaurar a disciplina do clero, sanar males, reformar abusos, dar todo decoro e lustre ao culto de Deus (...) reflorescer a fé, a piedade e os bons costumes entre os fiéis"[530]. O prelado, que pedia sigilo absoluto sobre o teor do documento e do que fosse tratado, preconizava total unidade do episcopado e o compromisso de solidariedade de todos para com aquele que sofresse alguma perseguição do Governo. Macedo Costa sempre criticara a falta de apoio dos outros bispos na Questão Religiosa[531].

A preocupação com o sacerdócio ocupa a maior parte da proposta do bispo. Lista as razões do "afrouxamento da disciplina clerical": "a extinção e ruína dos institutos religioso que davam têmpera ao clero secular", o regalismo, o padroado, "a influência enervante e muitas vezes corruptoras do antigo regime", a má formação nos seminários, "a impureza do meio social que respiramos" e o isolamento dos párocos. Entretanto, dom Antônio Macedo Costa avalia que o clero está bem melhor do que antes das reformas empreendidas nos 50 anos anteriores. "Devemos reconhecer que há em geral no jovem clero melhores disposições"[532].

O prelado defende uma vigilância cada vez mais rigorosa sobre o clero, com a aplicação intransigente dos cânones em caso de "pública imoralidade de um sacerdote". Denuncia o abandono dos sacramentos – como a penitência e a eucaristia - pelos quais o padre não pode cobrar. Reclama das "somas exorbitantes" que muitos párocos do interior cobram pelas dispensas dos banhos, o que tem resultado em casamentos irregulares e nulos. Culpa ainda os preços altos exigidos para as cerimônias matrimoniais pelo grande número de concubinatos[533].

É mesmo longa a lista de irregularidades apontadas no documento de Macedo Costa: a má qualidade do trigo e do vinho utilizados nas missas, o fechamento dos templos durante a semana, o fato do Santíssimo Sacramento não ficar permanentemente no sacrário, o abandono das paróquias e o mau atendimento aos doentes e moribundos. Reclama que os vigários limitam-se aos "sermões de aparato, bem retribuídos e quase sempre vazios de doutrina".

> Assim o pároco, abandonando o estudo, a recitação do breviário, sem oração, sem leitura, sem ocupação, isolados dos colegas no

[530] Idem, pag. 52.
[531] Idem, pag. 53.
[532] Idem, pag. 55-56.
[533] Idem, pag. 56-57.

> interior de nosso país, perde totalmente o espírito de zelo e de piedade, entrega-se ao ócio e aos vícios que a engendra, deixa o seu rebanho na mais supina ignorância e lhe facilita a ruína.

As maiores críticas, entretanto, estavam reservadas aos padres estrangeiros, sobretudo italianos, que qualificava de "grande flagelo". Segundo Macedo Costa, a quase totalidade desses sacerdotes chegava ao Brasil com o objetivo de ganhar "dinheiro ou levar vida escandalosa, muitas vezes para um e outro fim". O prelado lembrava que a Santa Sé impunha que o bispo deveria consultar a diocese de onde provinha o padre, antes de lhe conceder a licença. E sugeria que lhe fosse exigida também uma autorização da Sagrada Congregação do Concílio[534].

Como remédio para a ação incorreta dos padres, o documento de Macedo Costa sugere a vigilância cada vez maior dos bispos e a punição exemplar e pública, para que os fiéis saibam que há realmente compromisso com a reforma do clero. "O Bispo ganhará com isto influência, veneração, afeição grande entre o povo".

Dom Antônio Macedo Costa considera obrigatório o ensino do catecismo às crianças e da doutrina aos adultos, "em estilo singelo, ao alcance de todos, mas sem resvalar no trivial e chulo, antes decoroso e digno". Entre os temas sugeridos estão a Igreja, o Papa, os sacramentos, com exortação à freqüência e à eucaristia, a repouso aos domingos e dias santos, a abstinência e jejum, os bons costumes, a paz e a ordem familiares, os erros modernos, o protestantismo, o espiritismo e o indiferentismo religiosos.

O pároco deve também promover as devoções e os exercícios piedosos, como as novenas e a participação nas festas de São José, da Virgem Maria, do Sagrado Coração e do Rosário; dar solenidade à primeira comunhão; visitar escolas e vigiar o ensino e o procedimento moral e religioso dos professores; dissuadir os pais interessados em matricular os filhos em "escolas positivistas e atéias"; visitar os doentes em casas e hospitais; fundar conferências vicentinas; promover os bons jornais; fundar obras de beneficência e assistência aos pobres e de pacificação das famílias. Os padres deveriam ainda participar de retiros anuais, "segundo o método de Santo Inácio"[535].

---

[534] Idem, pag. 57-58. Essas recomendações não surtiram efeito por que não foi aplicada na maioria das vezes. Padres seculares estrangeiros continuaram chegando. Além dos italianos, muitos portugueses, principalmente no Rio de Janeiro, conforme será observado no futuro. De qualquer forma, os bispos constataram a impossibilidade de contar com bons sacerdotes seculares. É possível supor ter sido essa uma das razões para a opção por congregações religiosas.

[535] Idem, 58-59.

O documento tem o seminário como "o mais momentoso e mais vital de quantos [problemas] podem ocupar a administração diocesana". Indica que as boas vocações são encontradas nas populações rurais, "ainda mais ou menos preservadas do contágio da má civilização". Recorda que o Concílio de Trento prescreve que somente estudantes verdadeiramente vocacionados, com boa índole e vontade de seguir o sacerdócio devem ser mantidos no seminário. A escolha do candidato deve começar nas aulas de catecismo, cabendo ao pároco distinguir "os meninos de mais viva inteligência, de costumes mais puros e gosto pelos atos religiosos da Igreja e pelo estudo" para que sejam enviados aos seminários. "Para um bispo, a obra das obras é o seminário"[536]. Macedo Costa recomenda o envio dos estudantes mais piedosos, inteligentes e aplicados aos "melhores seminários da Europa", principalmente o Pio Latino-Americano. Revela que o Brasil é em proporção o país com menor número de estudantes em Roma[537].

As vocações sacerdotais devem também ser escolhidas nas missões porque "os pais, no entusiasmo da geral regeneração, mais facilmente estão dispostos a dar os filhos para o serviço da Igreja". Por isso, recomenda que os bispos que tenham mais carência de vocações, mais promovam as santas missões ao povo"[538].

O documento recomenda que os bispos procurem na Europa as ordens religiosas que possam ocupar os conventos e mosteiros das antigas ordens e fundar estabelecimentos de ensino "para assim evitar a dura necessidade de, por falta de escolas e colégios católicos, enviar seus filhos a colégios protestantes, onde ou a protestante ou a nenhuma religião se ensina"[539].

Macedo Costa quer ver resolvida "a anormal situação" das confrarias. Os bispos devem aproveitar o fato de que agora não há mais autoridades do império que as protegia, como aconteceu na Questão Religiosa. O maior complicador é a fortuna das associações, proprietárias das igrejas em que estão instaladas as matrizes paroquiais. "É preciso tornar independente o templo da irmandade"[540].

Um outro tema que Macedo Costa sugere para discussão na conferência é o da criação de novas dioceses. O arcebispo da Bahia quer saber quantos novos bispados poderão ser erigidos e como sustentá-los, já que a Igreja perdera a subvenção oficial. Aliás, a base de sustentação das dioceses foi tema de discussão. Macedo Costa sugeriu a adoção do modelo da

---

[536] Idem, pag. 62-63.
[537] Idem, pag. 63.
[538] Idem, pag. 64.
[539] Idem, pag. 64-65.
[540] Idem, pag. 67-68.

Igreja Católica norte-americana, que cobra uma taxa anual aos fiéis, párocos, irmandades, ordens religiosas e administrações dos santuários, ou do holandês, que prevê uma coleta em dias fixos em todas as igrejas[541].

O documento de dom Antônio Macedo Costa foi amplamente discutido na reunião de São Paulo, que começou no dia 11 de agosto. O jornal *O Estado de São Paulo* do dia seguinte noticiou que treze bispos estavam em São Paulo para preparar o concílio, cujo objetivo "é a nova organização da Igreja no Brasil, em face da nova atitude que lhe foi criada pela separação entre o Estado e a (...) Igreja"[542]. *O Apóstolo* também informava que a hierarquia católica brasileira está reunida em São Paulo para a preparação do concílio e já o anuncia para 1891[543].

Nenhum dos dois jornais menciona os documentos do Secretário de Estado da Santa Sé e de Macedo Costa. *O Estado de São Paulo* confirma que a reunião corria em segredo, mas assegura que os bispos já haviam discutido a formação do clero, definindo a separação entre os seminários maiores e menores[544]. A imprensa, na verdade, deu pouca atenção ao encontro. Nem *O País*, importante diário do Rio de Janeiro, nem o *Correio Paulistano*, que se intitulava então "órgão republicano", deram qualquer notícia do encontro[545].

O Apóstolo só voltou a tratar da reunião no final de agosto. Em uma pequena nota, o jornal desmente notícias, certamente difundidas pela capital federal, de que o internúncio Francesco Spolverini tenha presidido a reunião em São Paulo. Havia grupos que reclamavam da ingerência de Roma sobre a Igreja no Brasil, a partir do Decreto de 7 de janeiro. Não há dúvida que a Santa Sé passou a controlar o episcopado brasileiro, mas não era estrategicamente correto admitir essa ação da Cúria Romana. Por isso, O Apóstolo assegurava que o diplomata esteve doente, sem poder sair do Rio de Janeiro por vários dias[546].

A reunião – a primeira conjunta do episcopado no século XIX - durou até 20 de agosto, ou seja, foram dez dias de discussão. Os professores e estudantes do Seminário fizeram uma

---

[541] Idem, pag. 68-69. Uma análise desse documento está em OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênero, estrutura e função do Catolicismo romanizado no Brasil*, p. 279ss.

[542] *O Estado de São Paulo*, 12 de agosto de 1890, pag. 1. Participaram da reunião os bispos da Bahia, do Antônio Macedo Costa, de São Paulo, dom Lino Deodato; do Rio de Janeiro, Pedro Maria de Lacerda; do Pará, Jerônimo Tomé da Silva; do Maranhão, Antônio Cândido de Alvarenga; de Mariana, Antônio Maria de Sá e Benevides; do Ceará, Joaquim José Vieira; Rio Grande do Sul, dom Cláudio Ponce de Leon; de Olinda, dom José Pereira da Silva Barros; de Goiás, Joaquim Arcoverde; de Cuiabá, dom Carlos d'Amour, além dos coadjutores, Manuel Santos Pereira, da Bahia; João Esberard, de Olinda, e Silvério Gomes Pimenta, de Mariana. Estava também presente o monsenhor Cagliero, salesiano e bispo da diocese argentina da Patagônia, que participou das cerimônias religiosas, mas não das discussões.

[543] *O Apóstolo*, 15 de agosto de 1890, pag. 3.

[544] *O Estado de São Paulo*, 15 de agosto de 1890, pag. 1.

[545] Os quatro jornais aqui citados também não noticiam o encontro que uma comissão de bispos teve com o Presidente Deodoro para entregar a Reclamação de 6 de agosto.

recepção marcante. À entrada da capela foram instaladas luminárias. Um coro de estudantes entoando *Ecce sacerdos magnun* recebeu os bispos de todo o país. Uma missa, celebrada por dom Macedo Costa, deu início aos trabalhos, que se desenvolveram na Biblioteca do Seminário, em cujas dependências ficaram alojados os prelados[547].

A reunião dos treze bispos em São Paulo nunca produziu um documento sequer. Nunca foi divulgado o que ali se tratou. É certo, porém que, para além do concílio nacional do 1891, que não ocorreu, a hierarquia católica estabeleceu as estratégias que adotaria diante da nova situação. Ali, seriam assentadas as bases da reorganização eclesiástica, pelo menos até o Concílio Plenário Latino-Americano.

Após a reunião, alguns bispos ficaram na capital paulista para a cerimônia em que Macedo Costa recebeu o pálio da Arquidiocese da Bahia, na Catedral de São Paulo, dia 30 de agosto. A seguir, junto com Arcoverde, viajou à Roma para as negociações para a renovação do episcopado, que então estava empreendendo ao lado do internúncio Spolverini. No Brasil, os bispos permaneceram atentos à ação dos homens que preparavam um novo projeto de constituição. Leigos e sacerdotes, por sua vez, olhavam para as eleições de 15 de setembro, na qual o país elegeria o seu primeiro congresso republicano.

Ainda liderados por Macedo Costa, bispos de todo o país mobilizaram-se na tentativa de eleger uma bancada representativa da Igreja para a Constituinte que tomaria posse em novembro. A idéia reavivou o Partido Católico, que praticamente deixara de existir desde o fracasso registrado no período monárquico.

A primeira proposta para a formação do partido aparecera em 1867. Era um projeto de leigos vinculados às associações católicas, em resposta à política secularizadora de setores liberais. A maioria dos que apoiavam o partido elegia o *Sílabo* de Pio IX como a sua base teórica e defendia fim do padroado, mas também a monarquia e o poder moderador. Adotava claramente o modelo de cristandade e buscava uma sociedade fechada, inteiramente católica, sem lugar para a secularização ou grupos dissidentes. Vivia uma nostalgia da sociedade medieval. Era, por conseguinte, um partido reacionário, mais do que conservador. Daí um dos motivos de seu fracasso, na opinião de Oscar Lustosa[548].

Não foi o único. Lustosa, que se debruçou sobre o tema, aponta outras causas. O governo imperial e os partidos existentes temiam a formação de um partido teocrático que

---

[546] *O Apóstolo*, 27 de agosto de 1890.
[547] *O Estado de São Paulo*, 12 de agosto de 1890, pag. 1.
[548] LUSTOSA, Oscar Figueiredo. *Política e Igreja: o partido católico no Brasil, mito ou realidade*. Pag. 113.

dificultasse o processo de secularização em curso. Assim dificultaram o máximo possível o êxito dos leigos católicos, lançando mão, inclusive, da imprensa para derrubar a idéia.

Outro motivo foi que a maioria dos bispos – por diferentes razões - não concordava com a formação do partido. E sem o apoio da hierarquia nada seria possível porque a estratégia adotada previa a organização partidária a partir das associações católicas leigas que operavam no país. Não foram poucos também os padres que se posicionaram radicalmente contra a idéia. Eram sacerdotes ligados ao Partido Liberal ou que adotavam uma política regalista e de combate ao ultramontanismo. Casos por exemplo do deão Joaquim Francisco de Faria, em Recife, do padre-mestre Joaquim do Monte Carmelo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e do padre Guilherme Dias, no Rio Grande do Sul[549].

Agora, porém, a situação era outra. Não havia a alternativa anterior de tentar resolver tudo ao nível da cúpula administrativa. Era preciso eleger católicos fiéis à hierarquia para tentar ganhos na Constituinte. Isso tinha sido deixado evidente na Pastoral Coletiva de 1890. Os bispos, também neste caso liderados por Macedo Costa, dessa vez envolveram-se decididamente no processo, que teria as bençãos do Papa Leão XIII.

A articulação pelo Partido Católico incomodou os homens do Governo provisório. Em julho, o encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé procurou o secretário de estado Rampolla, para manifestar a "desaprovação a tal organização". O visconde de Arinos conta que o cardeal ficou "cheio de surpresa" e negou a exatidão da notícia de que o papa teria abençoado o partido. "É falso!" - teria lhe assegurado o secretário de estado[550].

É evidente que Marianno Rampolla conhecia as articulações e que as apoiava de alguma forma. Sabia porque já devia ter sido informado pelo internúncio Spolverini. Apoiava a organização do partido porque, tendo conhecimento dela, não mandou suspende-la, no que teria sido imediatamente atendido. E mais: o novo partido formou lista de candidatos que incluía leigos e clérigos. Um dos candidatos foi dom Cláudio Ponce de Leon, que tentou uma das três vagas para o Senado. Candidatou-se por Goiás, embora em processo de transferência para o Rio Grande do Sul. Francisco Macedo Costa, irmão do primaz, foi candidato na Bahia.

O monsenhor Luiz Raimundo da Silva Brito, membro do Diretório Nacional do Partido Católico também pleiteou o senado, mas pela Capital Federal. Ainda pelo Rio de Janeiro, um dos leigos mais combativos do período, Carlos de Laet, monarquista convicto, candidatou-se à Câmara dos Deputados.

---

[549] Idem, pag. 115-128.

[550] Ofício do Visconde de Arinos, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé, ao ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, 3 de julho de 1890. Veja também *Jornal do Commercio*, 6 de agosto de 1890, pag. 1.

Em Pernambuco, o partido lançou manifesto e candidatos em 30 de agosto de 1890. O programa comprometia-se a lutar pela revogação das disposições contrárias à Igreja na Constituição. O cônego Rego Maia, que chegaria a bispo em pouco tempo e era nome importante na Diocese de Olinda, e o conselheiro Tarquínio de Souza, assinaram o manifesto e figuraram na lista de candidatos, com doze nomes – dez para a Câmara e dois para o Senado[551].

Os resultados foram decepcionantes. Raimundo da Silva Brito foi o último colocado entre nove candidatos. Ponce de Leon e Macedo Costa também não se elegeram. Em São Paulo, o partido indicou três candidatos ao senado e 24 candidatos à câmara, entre eles dois leigos conhecidos e respeitados: Brasílio Machado e Estevão Leão Bourroul, ambos militantes monarquistas[552]. Não elegeu ninguém. E assim foi no país inteiro, embora dois candidatos – Carlos de Laet e o barão de Ladário - tenham conseguido votos suficientes. Foram, entretanto, "depurados" pela junta eleitoral.

Fracasso tão contundente levou a quase extinção do partido. Bispos, padres e líderes do laicato envolvidos na questão optaram pela conscientização dos leigos em primeiro lugar, para o quê irão realizar congressos católicos e fundar federações católicas por todo o país. Ainda serão ouvidas vozes em favor da reorganização do partido, vindas de Minas Gerais, principalmente, mas já nos anos 1910 a opção foi pela elaboração de listas de candidatos que se comprometiam com as diretrizes da Igreja, independente de partidos. Daí virá a Liga Eleitoral Católica, de tanto êxito na década de 1930[553].

Foi sem eleger nenhum candidato do Partido Católico que a hierarquia viu a divulgação em 23 de outubro de 1890 do Decreto 914A de 23 de outubro de 1890, com o novo projeto de Constituição. Não foi aceita nenhuma das reivindicações apresentadas pela Igreja. A *Reclamação* ao Presidente Deodoro não surtira qualquer efeito. Não houve uma reação imediata do clero. Só seis dias depois um editorial de *O Apóstolo* volta a abordar as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, em conseqüência do fato de a Santa Sé reconhecer oficialmente, afinal, o novo regime.

Sem mencionar o projeto de constituição, o jornal confessa-se saudoso da monarquia, "pela forma criminosa com que a república enveredou, desde o seu começo, na carreira de tantos desatinos". Entretanto, recorda que a Igreja várias vezes deixou claro que não era "partidária desta ou daquela forma de governo em particular", por isso "não era (...) de causar

---

[551] PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*, pag. 160-163.
[552] A lista pode ser conferida e em *O Estado de São Paulo*, edição de 14 de agosto de 1890, pag. 1.
[553] LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à LEC (1874-1945)*, pag 12-18.

a mínima surpresa que a Santa Sé reconhecesse mais uma república na América, como acaba de reconhecer, *soi-disant*, a republica brasileira"[554].

A hierarquia católica tentou então uma nova cartada: entender-se diretamente com a Constituinte e tentar ai ver atendidos os interesses da Igreja. No dia 6 de novembro, os bispos divulgam o que se convencionou chamar de *Memorial ao Congresso Nacional*, também redigido por Macedo Costa, mas em tom menos duro do que a *Reclamação* entregue a Deodoro dois meses antes.

Os prelados lembram aos deputados e senadores que a situação atual da Igreja Católica no Brasil é "uma questão se vai impor fatalmente" às deliberações da Constituinte. Afirmam que a instituição "foi injustamente esbulhada de seus sacrossantos direitos e, com o maior desprezo, eliminada das tradicionais relações com o Estado". Pedem, por isso, justiça e reparação; que "não fiquem ignominiosamente espezinhadas nossas crenças religiosas, nem os direitos dos católicos no Brasil, nem o respeito à nossa religião".

Recordam também da *Reclamação* a Deodoro, mas que as clausulas constitucionais que desagradavam a Igreja não foram retiradas, apenas retocadas. Por essa falta de "eco nos conselhos do Governo provisório", decidiram então procurar o Congresso, a quem solicitam a eliminação dos dispositivos contrários à instituição. Se o pedido não tiver aceitação, afirmam que pelo menos estarão tranqüilos, com a consciência do dever cumprido. Encerram com uma advertência que pode ser até lida como uma ameaça: "sobre outros recairá a tremenda responsabilidade da agitação religiosa a que o sistemático esquecimento dos nossos direitos vai forçosamente condenar o país"[555].

De fato, a Igreja, quer pelo convencimento aos parlamentares, quer pela atuação de senadores e deputados de alguma forma ligados à instituição, quer por pressões externas, conseguiu neutralizar a onda liberal e positivista e obter vitórias na Constituinte. O texto aprovado sobre, é claro, o influxo dessas duas tendências, mas está longe de criar uma situação de conflito aberto com a Igreja.

A Constituição de 1891 garantiu a liberdade de culto, mas os constituintes modificaram o parágrafo terceiro do artigo do artigo 72 (Seção 2, *Declaração de Direitos*). Pela proposta inicial, as confissões religiosas poderiam adquirir bens, "observados os limites postos pelas

---

[554] *O Apóstolo, A República e a Santa Sé*, pag. 1.

[555] *Memorial do Episcopado Brasileiro ao Congresso Nacional, 6 de novembro de 1890. O Apóstolo.* 21 de novembro de 1890, pag 1. O documento leva a assinatura Macedo Costa (Bahia), Luís Antônio dos Santos (resignatário da Bahia), João Antônio dos Santos (Diamantina), Pedro Maria de Lacerda (Rio de Janeiro), que morreria seis dias depois, Lino Deodato (São Paulo), Sá e Benevides (Mariana), Cândido de Alvarenga (Maranhão), Carlos d'Amour (Cuiabá), Silva Barros (Olinda), Ponce de Leon (Rio Grande do Sul), Joaquim José

leis da mão morta". Essa era uma das maiores restrições da Igreja, que acabou modificada por uma emenda aprovada em 12 de fevereiro de 1891, passando à seguinte redação: "observadas as disposições do direito comum". Com isso, a Igreja livrou-se da mão-morta que a incomodava desde o império. Foi sua maior vitória na constituinte, mas só confirmada por sucessivas e posteriores decisões judiciais.

Durante alguns anos foram muitas as discussões levantadas por aqueles que pretendiam limitar os direitos das igrejas. É que o parágrafo terceiro garantia o direito de adquirir bens, mas não dizia que podia também aliená-los. Só no futuro, quando o Supremo Tribunal Federal for chamado a se manifestar é que deixará claro que quem pode adquirir também pode vender[556].

Uma lei assinada por Floriano Peixoto em 10 de setembro de 1893, praticamente pôs fim as dúvidas da Igreja quanto ao direito de adquirir e vender bens sem restrições, a lei equipara as igrejas a qualquer associação moral, científica, artística ou de divertimento, usufruindo, portanto, dos mesmos direitos dessas entidades. As igrejas passaram a contar com um registro civil público, obtido mediante a apresentação de estatuto e contrato social. Essa lei era apresentada como exemplo de que a situação das igrejas no Brasil era melhor do que nos Estados Unidos.

Apesar da lei, os bispos ficaram desconfiados. Em 1900, sete anos após a promulgação de lei, consultaram seis juristas sobre a questão: o ex-presidente Prudente de Morais, o ex-ministro Amaro Cavalcanti, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Jurandir da Costa Barradas, o ex-ministro Ferreira Viana, o advogado A. Míltom e o deputado federal Luiz Domingues. Todos deram parecer favorável à Igreja[557].

Os constituintes confirmaram que a república só reconhecia o casamento civil (parágrafo quarto), garantindo a gratuidade de sua celebração. Entretanto não estabeleceu a sua precedência sobre a cerimônia religiosa, o que passava a ser da escolha dos cônjuges.

Vieira (Ceará), Jerônimo Tomé de Souza (Pará), Arcoverde (Goiás), Manuel Joaquim da Silveira e Silvério Gomes Pimenta (coadjutores da Bahia e de Mariana, respectivamente).

[556] Sobre isso, cf. BADARÓ, Francisco. *L'Église au Brésil, pendant l'Impire et pendant le Republique*, pag. 92. Posteriormente, a Igreja recebeu a concessão de uso dos bens imobiliários que haviam caído na mão morta e estavam, por conseguinte, sob a posse do Governo. Esses prédios continuaram a servir ao culto católico, mas ainda como propriedades públicas. Lei de 21 de julho de 1894. Cf. BADARÓ, *L'Église au Brésil...*, pag. 112. Antes disso, um Aviso de 11 de dezembro de 1891, assinado por José Hygino Duarte Pereira, ministro da Justiça de Floriano Peixoto, revogava as leis de amortização, assegurando as corporações religiosas plena liberdade sobre os seus bens. A Aviso foi motivado por uma consulta do administrador do Convento da Ajuda, monsenhor Luís Raimundo da Silva Brito, sobre a possibilidade de vender o prédio. Cf. SANTOS, Antônio Alves Ferreira. *Notícia histórica da ordem da Imaculada Conceição Mãe de Deus e do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro*. pag. 178-179.

Confirmaram também a secularização dos cemitérios, mas "deixando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos (...) desde que não ofendam a moral pública e as leis" (parágrafo quinto). Mantiveram a laicização o ensino público (sexto) e a proibição de subvenção oficial a qualquer culto (sétimo).

Outra vitória da Igreja foi a supressão do parágrafo oitavo do projeto original, que extinguia a Companhia de Jesus do Brasil e proibia o estabelecimento de novos conventos ordens religiosas. Os constituintes aceitaram a proposta do deputado Barbosa Lima, da bancada de Pernambuco. Êxito também foi ver suprimido o dispositivo que tornava inelegível o clérigo de qualquer religião, mas a Constituição manteve a interdição do voto aos membros de ordem e congregação "religiosa sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual" (artigo 70, parágrafo segundo).

Boa parte dessas vitórias foi obtida com a ajuda dos positivistas e contra a vontade dos liberais. No capítulo *A astúcia do positivismo*, Roberto Romano avalia que em um primeiro momento os positivistas aliaram-se aos liberais e defenderam a separação entre a Igreja e o Estado, jogando "contra a soberania espiritual da Igreja a ameaça da 'opinião pública nacional' como fonte idealizada do poder político". Os positivistas não queriam que o Estado apoiasse qualquer religião para que, lentamente, a sua doutrina penetrasse na população[558]. Romano concorda que a atitude dos positivistas em face dos católicos foi mais matizada e ambígua que a dos liberais.

> *Tratou-se, para eles, de afastar, de modo gradual, a velha fé da mente popular, para assegurar a nova crença no progresso e na filosofia positiva como solução para todos os problemas humanos. O aspecto totalizante de sua propaganda visava, pois, a uma reviravolta no sentido do poder, mas esta revolução seria lenta, respeitando as etapas históricas, naturais e orgânicas*[559].

Para isso, os positivistas propunham uma ditadura, o que os afastava dos liberais e os deixava à fronteira dos setores católicos mais conservadores, impregnados de ultramontanismo e dos conceitos de Estado formulados por pensadores católicos do século

---

[557] *Os antigos conventos e seus bens em face à Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e da Lei de 10 de setembro de 1893*. São Paulo, Typographia Brazil de Carlos Gerke & Cia., 1902. 36p. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Pasta Religiosos I 28-II-1896 a 26-III-1943.
[558] ROMANO, pag. 120-121.
[559] Idem, pag. 122.

XIX, como De Maistre e Bonald[560]. A aproximação entre o catolicismo e o positivismo foi possível pela oposição de ambos ao liberalismo, pela defesa de um estado forte, pela idéia do poder espiritual e pelo apoio à contra-revolução. Assim, na Constituinte, a Igreja recebeu o apoio positivista em várias de suas pretensões, como o amplo direito à propriedade, a proteção à família e o estímulo a moralidade[561]. Ao contrário do liberalismo, o positivismo assegurava à Igreja o direito de existir, desde que completamente separada do Estado[562]. Daí porque o modelo adotado não foi o francês.

> *Enquanto os liberais repunham as certezas iluministas, o positivismo viu na "tradição católica" do povo brasileiro sua própria condição de possibilidade, para um projeto político autoritário e racional*[563].

Aos poucos, entretanto, foi murchando o projeto positivista que permitiu a Igreja sobreviver no Brasil. Romano assinala que o ideal de ordem e hierarquia social do positivismo - que era, na verdade, um ideal católico - estava desprovido de fundamento transcendente. "Assim, à medida que os objetivos da prática secular foram alcançados, foi-se esvaindo o sentido dessa união"[564]. A Constituição de 1891, mesmo laica, buscando um estado secularizado, deu amplas possibilidades à Igreja para reorganizar-se e operar uma transformação que a capacitasse a enfrentar os novos tempos[565].

A opção da Igreja foi pela convivência harmoniosa com os dirigentes republicanos. Assim, lentamente e de forma paralela à sua reorganização interna, a instituição foi saindo dos templos e dos palácios episcopais e recuperando sua posição de influência, de acordo com Maiwairing e Bruneau, ou de aparelho hegemônico, agora da burguesia agrária, como quer Pedro Ribeiro de Oliveira. Pagou o preço de atrelar-se ao Estado. Mas era exatamente isso que os bispos queriam: liberdade de ação, mas união com o poder público no que fosse necessário para manter a sua posição de prestígio, manter a ordem, conservar o sistema, e

---

[560] Idem, pag. 123.
[561] Idem, pag. 127.
[562] Idem, pag. 129.
[563] Idem, pag, 135. Sobre o positivismo e o liberalismo, e a forma como penetraram no Brasil, veja BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, pag. 117ss.
[564] Idem, pag. 136.
[565] Sobre a luta da Igreja na passagem da monarquia à república e a Constituição de 1891, ver ainda WERNET, Augustin. A Igreja e a República: A separação entre a Igreja e o Estado. In: *Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1991, pag. 29-34.

combater os inimigos comuns, como os socialistas, os anarquistas, os comunistas e, por vezes, quando preciso, os liberais.

Não era essa a única opção. Havia um outro projeto que não foi levado em consideração, apesar de seu formulador parecer gozar de prestígio e consideração dos principais bispos, pelo menos aos olhos públicos. Era o projeto do padre Júlio Maria, nascido Júlio César de Morais Carneiro, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em agosto de 1850.

Bacharel em direito em São Paulo em 1874 e doutor dois anos depois, além dos diplomas recebe da faculdade o anticlericalismo. Filia-se a maçonaria e ao Partido Liberal, do qual se afasta para ligar-se aos conservadores. Candidato a deputado por duas vezes, não consegue eleger-se e decide então abandonar a política partidária. Promotor público e depois advogado no interior de Minas Gerais, Júlio César de Morais Carneiro ficou viúvo em dois casamentos, nos quais teve uma filha – mais tarde religiosa – e três filhos.

Em um processo lento e maduro, o advogado e já escritor torna-se católico e adota o nome de Júlio Maria. Aos 40 anos, desembarca em Mariana para estudar teologia. É ordenado em 29 de novembro de 1891, por dom Silvério Gomes Pimenta. Em pouco tempo adquire grande prestígio. Ingressa, em 1904, na Congregação do Santíssimo Redentor. O primeiro redentorista brasileiro nela permanece até morrer, em 1916, no Rio de Janeiro, apesar da crise crônica – aguda em boa parte das vezes – com os superiores holandeses. Torna-se pregador, conferencista, escritor e articulista respeitado. É daí que emana a sua visão de Igreja[566].

A intensa atividade apologética de Júlio Maria foi objeto de sistemática fiscalização de homens da Igreja. Considerado teologicamente mal formado, muito do que dizia o padre mereceu reparos de outros sacerdotes. "Na realidade, a oposição provinha de um grupo de grupo de eclesiásticos e leigos de formação e opção monarquista, aferrados ao velho sistema e à religião de Estado"[567]. De fato, em uma época de desconfianças, o padre Júlio Maria afirmara mais de uma vez que a sua missão era a de reconciliar a religião com o pensamento moderno.

Uma das vezes que disse isso foi diante do internúncio Macchi, que o chamara para receber explicações sobre certas proposições inexatas e errôneas que formulara em intervenções públicas. A ordem de chamá-lo viera de Roma, direto do cardeal Rampolla. O padre chegou a sofrer a ameaça de suspensão da série de conferências de 1898. Isso só não ocorreu por intervenção de Arcoverde, já arcebispo do Rio de Janeiro, que se preocupara com um possível escândalo, já que Júlio Maria já sofria ataques por vários jornais. De qualquer

[566] GUIMARÃES, Fernando. *Homem, Igreja e sociedade no pensamento de Júlio Maria*, pag. 9-79.
[567] Idem, pag. 34.

maneira, teve que submeter previamente suas conferências à Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro[568].

A Secretaria de Estado da Santa Sé estava preocupada com as possibilidades de uma crise com o governo provocada pelas conferências de Júlio Maria. Avaliação errônea porque o padre era muito considerado pelas autoridades do regime. Tanto que, no ano seguinte, 1889, é indicado pelo governo para bispo do Maranhão, o que a Cúria Romana recusa[569]. Em uma das cartas ao internúncio, o cardeal Rampolla pede que lembrem a Júlio Maria das inúmeras encíclicas que exortam os fiéis à adesão aos governos constituídos[570].

Júlio Maria criticava muito mais a monarquia do que a república, o que, certamente, o incompatibilizou leigos e padres que permaneciam fiéis ao regime deposto em 1889. O padre culpava o legado da monarquia pela crise que a república passava então. Era o resultado da "péssima educação cívica", do "ceticismo político", do apodrecimento dos partidos, da desmolarização do sistema parlamentar e da perda de prestígio da dinastia. Tudo herança da monarquia, que violou as "leis fundamentais e divinas que regem as sociedades políticas"[571].

No império, os privilégios da Igreja eram aparentes e enganosos porque pretextos para que o Estado controlasse a instituição. Foi um regime "pérfido à Igreja, inútil à religião (...) e a espada não foi senão a vingadora dos direitos de Deus"[572]. O que Júlio Maria preconiza é o entrelaçamento entre Igreja e Estado:

> *O Estado, dando à Igreja todo prestígio, toda a força moral, e procurando também infundir nos seus códigos, nas suas leis, nas suas instituições o sentimento cristão que fortalece as almas, enobrece os corações e retempera as almas; a Igreja, por seu turno, dando ao Estado, como deve, em testemunhos de civismo, a prova de que não tem a sua fé escravizada às cadeias do passado*[573].

Júlio Maria considerava um dever não limitar a religião à piedade ou à devoção, "mas pelejar, combater com todas as armas de nossa época"[574]. Está consciente de que a monarquia não irá retornar e, nesse ponto pelo menos, aproxima-se da visão do episcopado, que preferia

---

[568] Idem, pag. 36. Veja também a nota 132 na mesma página.
[569] Idem, pag. 42.
[570] Idem, pag. 40.
[571] Cf. GUIMARÃES, pag. 219.
[572] Idem, pag. 203.
[573] Idem, pag. 224.
[574] Idem, pag. 224

uma acomodação. O padre Júlio Maria – ao contrário da maioria dos bispos - não queria uma igreja voltava para si mesma, mas envolvida na luta e nas discussões públicas. Não considerava lícito o encastelamento nos santuários e a contemplação do povo à distância; "pensar que fazemos a obra de Deus com as nossas devoções, as nossas festas e os nossos panegíricos"[575].

Não queria também uma Igreja dependente e vinculada ao governo. Queria independência, como preconizava o modelo de *societas perfecta*. Sofria – e reconhecia – as influências do alemão Ketteler, do norte-americano Gibbons e do inglês Manning, todos vinculados ao chamado catolicismo social. São constantemente citados por Júlio Maria, muitas vezes para se defender das acusações de adotar posições pouco ortodoxas. Os três foram de grande importância para a produção da *Rerum Novarum*[576].

É a partir dessas influências que o padre Júlio Maria de Morais Carneiro vai pregar a união das únicas "duas forças no mundo"[577], a Igreja e povo, repetindo exatamente o que dizia Manning. "A Igreja não tem mais que tratar com os parlamentos, mas como o povo. Essa é a nossa obra; para cumpri-la precisamos de um espírito novo"[578].

É evidente que o projeto do padre Júlio Maria dependia de um certo clima de liberdade. Um regime mais fechado não permitiria que a Igreja saísse das sacristias, se aliasse à população, que fosse mais do que uma religião de festas, devoções e atos penitenciais que não se encastelasse nos santuário, "contemplando de longe o povo". Daí porque o sacerdote criticava os católicos "prevenidos contra a democracia", que se posicionavam contra um

---

[575] MARIA, Júlio. *A Igreja e o povo*, pag. 36. O livro é uma coletânea de artigos publicados pelo padre no período entre 14 de março e 7 de maio de 1898.

[576] Monsenhor Von Ketteler, bispo de Mongúcia, na Alemanha, foi um dos primeiros prelados a ver a questão social não somente como mera assistência aos pobres. Nele incluiu a questão operária, o que vai ser de grande importância na formação do Partido de Centro, o partido católico alemão, fundado entre 1870 e 1871, e no *Volksverein*, a grande associação popular católica, organizada em 1890. James Gibbons, cardeal-arcebispo de Baltimore, apoiou decididamente os Knights of labour, associação operária fundada em 1869 pelo irlandês Powderly e constituída por dois terços de católicos romanos. A organização esteve perto de ser condenada pelo Santo Ofício, mas acabou sendo uma das grandes influências para que Leão XIII decretasse a *Rerum Novarum*. Henry Edward Manning, cardeal-arcebispo de Londres, foi um dos jovens que deixaram a Igreja Anglicana e se converteu ao catolicismo no curso do chamado *Movimento de Oxford*. Ultramontano, conservador em matéria de teológica, defensor intransigente da infalibilidade papal, era, entretanto, considerado progressista na questão social. Defendeu os trabalhadores irlandeses que tiveram que imigrar para a Inglaterra por conta da crise econômica dos anos 1840. Teve atuação destacada como mediador da greve dos estivadores londrinos de 1889. Como Júlio Maria, sofria a oposição de padres e bispos que se comportavam com cautela e moderação em um país oficialmente protestante. Sobre Ketteler, ver SCHATZ, pag. 122-125. Sobre Gibbons, ver MARTINA, pag. 48 e 54; e SCHATZ, pag. 127. Sobre Manning, ver AUBERT, CRUNICAN, TRACY ELLIS et alii, pag. 13 e 22; MARTINA, pag. 54; e SCHATZ, pag 55 e. 104ss.

[577] MARIA, Júlio. *A Igreja e o povo*, pag. 35.

[578] Idem, pag. 42-43.

regime de liberdade, que defendiam o absolutismo, que pregavam o refúgio no templo[579]. Ao contrário, Júlio Maria defendia inserida na democracia:

> *O que é certo é que o vinho forte do Evangelho não quer mais os odres velhos dos governos absolutos, dos reis por delegação direta divina, das aristocracias de sangue, de poder e de riqueza, dos privilégios de família ou monopólios de classe. Ele quer o vaso novo da democracia; ele já encheu-o até a borda; e eis que a democracia no mundo inteiro se move e se agita*[580].

Júlio Maria demonstrava que a Igreja Católica se tornara forte na Inglaterra por causa de sua própria independência e do clima de liberdade do país. Repetindo Manning, ensinava que os burgueses separaram a Igreja e o Estado, mas que a democracia faria a reconciliação entre a Igreja e a sociedade. Para isso era necessário buscar o povo, que desconhece os sacerdotes. Não seria com panegírico e sermão de festa. O padre atuante, participante da sociedade seria um agente da ordem – como queria Gibbons – capaz de "fortificar os poderes civis, acalmar as agitações populares; é ser no tempo da cólera ministro da reconciliação; é merecer a benção do céu e a aprovação de todos os homens de bem"[581].

Em um artigo também publicado na *Gazeta de Notícia*, Júlio Maria define claramente o seu projeto para o movimento social dos católicos, clérigos ou leigos:

> *Consorciar os espíritos; harmonizar as vontades (...); substituir às questões políticas (...) a questão social, que é a questão por excelência porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade; já não mais pleitear privilégios que já não têm razão de ser (...); mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre (...); sujeitar o despotismo do capital às leis da eqüidade; exigir dele não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho; dignificar o trabalhador; cristianizar a oficina; levar no ensino cristão os supremos postulados da consciência humana às fabricas, onde a*

[579] Idem, pag. 36.
[580] Idem, pag. 40.
[581] Idem, pag. 43-46.

máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão de ganhar dinheiro, queimar carvão ou aperfeiçoar a raça dos animais; proclamar bem alto o eminente lugar do operário na cidade de Deus, que Jesus Cristo fundou na terra, não com as castas, as aristocracias, as burguesias ou as dinastias, mas com o povo e para o povo; convidar francamente, sem hipocrisia política nem covardia religiosa, a democracia ao banquete social do Evangelho (...); mostrar-lhe as suas origens cristãs (...); transformar a democracia no crisol da fé; assim transfigurada, incorporar todas as classes na grande massa; a qual compete hoje o predomínio que já não pode pertencer a dinastias, aristocracias e burguesias[582].

Um tal projeto, não podia agradar a quase nenhum setor da Igreja. Jamais, naquela situação, poderia se tornar hegemônico. Júlio Maria estava no extremo aposto dos sacerdotes saudosos da monarquia, mas também se distanciava daqueles que buscavam uma vinculação submissa e dependente da Igreja com o Governo republicano. A ação que pretendia para a Igreja no Brasil era barulhenta, e os padres monarquistas preferiam o silêncio da sacristia e da conspiração, e os bispos desejavam o silêncio da conversa de pé de ouvido. Por isso, somou adversários nos dois setores, viu freada sua carreira, encontrou dificuldades no relacionamento dentro da congregação a qual se filiou.

Entre os bispos só recebeu a consideração de Arcoverde, de quem era tido por confidente e colaborador[583]. Várias vezes o arcebispo teve que interferir para que Júlio Maria não fosse punido. Conseguiu que muitas das advertências que sofrera da Santa Sé ficassem em sigilo. Puniu pelo menos um padre que o atacou[584]. Foi assistente eclesiástico da União Católica – uma associação de jovens fundada por Arcoverde em 1907. Acompanhou, como assistente espiritual, uma grande peregrinação de gente rica e da classe média que a Arquidiocese do Rio de Janeiro promoveu a Roma em 1908, pelos 50 anos de sacerdócio do Papa Pio X. Foi do Comitê de Vigilância Arquidiocesano – instituição destinada a verificar "desvios modernistas" entre os sacerdotes do Rio. Talvez uma contradição de quem dizia buscar compatibilizar a Igreja com o mundo moderno[585].

---

[582] Idem, pag. 36-37.
[583] GUIMARÃES, Fernando, pag. 60.
[584] Idem, pag. 39.
[585] Mais sobre o padre Júlio Maria, SERRANO, Jonathas. *Júlio Maria*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Livraria da Boa Imprensa.

Esse prestigio que gozava no Rio de Janeiro não fez com que o episcopado aceitasse o seu modelo de ação social. Entretanto, muito do que pregava acabou lentamente incorporado ao pensamento e a ação de outros. A idéia de mobilização dos fiéis, por exemplo, acabou defendida por dom Sebastião Leme, com uma diferença de conteúdo. O arcebispo de Olinda e depois do Rio de Janeiro queria mostrar a força do catolicismo apenas para impressionar o Governo. Conseguido o objetivo, desmobilizava as massas e partia para conversas de gabinete, as autoridades tinham visto o rebanho na rua.

É também visível essa influência no pensamento do padre lazarista Desidério Deschand, que publicou *A situação actual da Igreja no Brazil* em 1910, ou seja, cerca de uma década depois das Conferências da Assunção e da primeira edição de A *Igreja e o Povo*. A diferença fundamental é que Deschand também quer uma atuação maior dos católicos para obter vantagens materiais para a Igreja, ainda que essas vantagens materiais destinem-se ao exercício de sua função espiritual.

O padre Lazarista também difere da compreensão da ação da Igreja que tinha dom Sebastião Leme. Deschand não queria mobilizar os católicos apenas para exibi-los à platéia do poder. Pretendia uma mobilização permanente, com a fundação de um partido católico – idéia que retornava vinte depois do fracasso da eleição à Constituinte de 1890. De fato, o período entre 1909 e 1911 marca uma retomada da idéia de formação de um partido católico, de acordo com Lustosa[586].

Deschand reconhecia que da Proclamação da República decorrera "algum bem para a Igreja", mas que, duas décadas depois, a situação não era de prosperidade, como achavam muitos católicos[587]. O padre aponta "sinais de um despertar da vida católica no Brasil": a reforma das antigas ordens religiosas; a multiplicação das dioceses; "o desenvolvimento da verdadeira e sólida piedade devido às missões"; o surgimento de associações religiosa, como o das Filhas de Maria, as Conferências Vicentinos e o Apostolado de Oração; a formação de ligas, uniões e círculos e a organização de congressos; a prosperidade dos colégios e o aumento do número de publicações católicas; a melhoria dos seminários e da qualidade do clero.

Entretanto, os "perigos graves" são grandes: a "má imprensa", a presença de "seitas de todas as matizes", os princípios anticatólicos da Constituição, a laicidade do ensino, indiferentismo religioso, a decomposição da família, "ódio sectário e satânico à Igreja e ao

[586] LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política do Brasil*, pag. 14-15.
[587] [illegible]

sacerdócio", a maçonaria[588]. Culpa os católicos "porque não têm consciência de seus direitos políticos, deixam-se oprimir vergonhosamente"[589]. São argumentos muito próximos dos que Sebastião Leme vai usar na sua famosa *Carta Pastoral de 1916*, quando de sua posse no Arcebispado de Olinda e que marca a ruptura com o modelo de relação com o governo e com a sociedade em vigor até então.

Intransigente e fiel ao modelo de sociedade perfeita, aponta a necessidade do poder espiritual pressionar o poder temporal para impor à sociedade a moral e a cultura da maioria católica. A "questão capital, questão de vida e de morte", na opinião de Deschand, é por fim a laicização das escolas, que "matará a religião no Brasil". É ai que a Igreja enfrenta o seu combate mais importante. A instituição estava perdendo os adultos porque tinha perdido jovens e crianças para o ensino laicizado. Os católicos deveriam então exigir educação religiosa nas escolas públicas e obrigar o Estado a financiar os colégios confessionais, como já ocorria na Holanda e na Bélgica[590]. Achava melhor a ignorância religiosa do que "a contaminação pelos princípios liberais"[591].

Para esse combate, é preciso um partido católico, que já operavam em alguns países europeus, exercendo o governo já por alguns anos na Bélgica, sempre citada como o exemplo a seguir. Essa é a condição absoluta:

> *Ou os católicos vão se levantar e se reunir em invencível exército para derrubar as causas dois males atuais e futuros (...) ou acontecerá infalivelmente (...) que estes males levarão a religião no Brasil a um estado desesperador!*[592]

Calcula que o partido terá logo um grande número de filiados e será uma novidade no país, que conhece tão somente "situações e coligações" e não verdadeiras instituições partidárias. Muitos dos políticos católicos irão a ele aderir – prevê Deschand. O partido teria um programa que contemplava o descanso dominical obrigatório, habitações "baratas e higiênicas", repressão ao alcoolismo, prevenção dos acidentes de trabalho e organizações de

---

[588] Idem, pag. 7.
[589] Idem, pag. 20.
[590] Idem, pag. 52-81.
[591] Idem, pag. 4.
[592] Idem, pag 98. A marcação é do autor. Deschand defendeu também no mesmo livro o restabelecimento das capelanias militares, extintas com a república. Da mesma forma que a o ensino religioso nas escolas públicas, esse pleito só será alcançado a partir dos anos 1930. Preconiza também uma ação mais ampla da Igreja na imprensa, com a fundação de jornais e revistas. Lembra uma frase do cardeal Labouré: "mais vale hoje levantar um jornal do que uma igreja" (pag 227).

sociedades de mútuo auxílio e cooperativas – idéias inspiradas nas corporações defendidas pelos chamados católicos sociais europeus. Pregava também uma legislação para a herança que impedisse a divisão das fortunas. "Da questão social propriamente dita e da proteção do proletariado não se poderá descuidar o partido católico, que deverá ser essencialmente social e popular"[593]. Esse seria o meio para se conter a expansão dos "passos do socialismo ímpio"[594].

Não bastaria, na opinião do religioso lazarista, a formação pura e simples do partido. Era necessária a participação dos vigários, na orientação dos eleitores, como ocorria na Europa[595]. Para isso, os padres deveriam mudar os métodos de atuação, aproveitando-se da liberdade outorgada pela Constituição. Reclamava que os padres continuavam "a pastorear o povo católico, a doutriná-lo (...) do mesmo modo que cinqüenta anos atrás". Preconiza a modernização do trabalho do clero, com a utilização de novos métodos de atuação[596] e defende a inclusão no currículo dos seminários de uma cadeira sobre "organização e direção de obras econômico-sociais"[597].

Considera que o primeiro núcleo deve ser organizado em Minas Gerais, onde "é maior a ânsia dos fiéis. Calculava que no estado poderiam se filiar ao partido mais de 50 mil pessoas em dois anos. Dava um prazo de cinco anos para que o partido, ao qual só se filiariam católicos, conquistasse "a grande maioria do eleitorado"[598]. Em Minas Gerais estavam mais avançadas que em outros estados a configuração de um partido católico, que ali adotava o nome de Partido Regenerador, liderado por Joaquim Furtado de Menezes, contado com o apoio direto e formal do arcebispo de Mariana, dom Silvério Gomes[599].

Era um modelo de ação social da Igreja que sofrera influência da das idéias de Júlio Maria, mas que também dela se afastava por prever o exclusivismo partidário, que não parecia estar nas cogitações do redentorista.

A idéia de uma aliança da Igreja com o povo, tão querida por Júlio Maria, a idéia de um compromisso com os pobres, com os operários, permaneceu como que adormecida nos subterrâneos dos seminários, nas paróquias, nas organizações de base, nas associações e grupos do laicato, entre os intelectuais – padres ou leigos. De vez em quando seu projeto volta à tona e não poucos o vêem como uma utopia possível. Por exemplo: entre os anos 1960 e 1980, o pensamento do padre Júlio Maria retornou às discussões dos católicos envolvidos

---

[593] Idem, pag 194-207.
[594] Idem, pag 252.
[595] Idem, pag 116.
[596] Idem, pag. 176.
[597] Idem, pag. 255.
[598] Idem, pag. 199.
[599] LUSTOSA, *Igreja e política no Brasil*, pag. 14-15.

com a reforma da Igreja produzida pelo segundo Concílio do Vaticano e com a busca de uma forma de participação na luta contra o regime militar.

Era preciso unir Igreja e povo na luta pela democracia. Era preciso afastar a hierarquia de qualquer compromisso ou aliança com o regime. Era preciso uma opção pelo pobre e o operário. Era preciso cristianizar a oficina. Assim, Júlio Maria renasceu, ainda que apenas por um breve tempo. É dessa época a relançamento de *A Igreja e o povo* por uma editora jesuíta. Nas reflexões desses católicos, a opção pelo caminho do acordo, da burocratização da ação da Igreja, foi um erro. É daí que vem, dessa leitura, o diagnóstico de Sérgio Lobo de Moura e Gouvêa Almeida que aponta "um marasmo e uma tendência à rotina que emperravam a atividade pastoral e missionária" pelos anos 1930. Saudade do que não foi.

As críticas à atuação do clero, formuladas por Júlio Maria, Deschand e Sebastião Leme, eram de quem conhecia a Igreja por dentro e tinham mais sensibilidade para perceber que o caminho adotado não fora, em sua opinião, o melhor. Pelo menos dois sacerdotes europeus que estiveram no Brasil na primeira década do século achavam boa a situação da Igreja e a sua relação com o Estado.

O abade Gaffre tomava por excelente a situação da Igreja no Brasil, achando que aqui se concretizara o ideal da sociedade perfeita, com os dois poderes atuando cada um em sua esfera, mas mantendo entre eles a solidariedade e a cooperação. Conta que pôde presenciar uma imagem tocante: a presença do cardeal Arcoverde e do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, assistindo, lado a lado, a conferência que proferiu no Palácio Monroe, então sede do Senado Federal[600].

Gaffre considera a situação da Igreja no Brasil muito melhor do que na França. É também melhor a posição da instituição na república do que sobre o império. Está certo de que o clero brasileiro goza de absoluta liberdade de ensinamento. E os padres que atuam nas cidades, sobre a influência mais próxima dos bispos, são exemplares. Entretanto, não esconde ter duvida sobre a moralidade e competência dos que atuam no interior, onde não é fácil viver, faltando apoio moral e social, convivendo a maior parte do tempo com "creatures rudimentaires": mestiços de índios ou de negros, imigrantes europeus, sob um calor intenso[601].

Joseph Burnichon reconhecia que a constituição brasileira não tratava a Igreja como amiga, mas sim a ignorava, como se fosse uma instituição estrangeira. O direito à propriedade foi mantido, recebe subvenções públicas em suas atividades sociais e reconhece os bispos

[600] GAFFRE, *Visions de Bresil*, pag. 96.
[601] Idem, pag. 112-114.

como representantes da Igreja nas relações com o Estado. Esse fato é muito destacado e considerado importante devido ao que ocorre nos Estados Unidos que não reconhecem no episcopado um interlocutor.

Assinala ainda as boas relações entre os governos estaduais e o clero e entre o governo federal e a Santa Sé. Recorda que o Brasil mantém representação diplomática junto a Santa Sé, e a Santa Sé mantém núncio no Rio de Janeiro. Um exemplo para a França – opina[602].

Como Gaffre, Burnichon reconhece que a situação da Igreja no Brasil é muito melhor sob a república do que sob a monarquia, mas acha reduzido o número de padres e bispos. Há um sacerdote para cada 15 mil fiéis, quanto nos Estados Unidos é um para 867. Surpreende-se com esse índice em um país impregnado de fé católica. Para ele, é um exemplo único no mundo. Acha que a razão está nos baixos salários e na má fama do clero.

Destaca ainda a liberdade que gozam os religiosos estrangeiros que chegaram ao Brasil para ocupar os antigos conventos e mosteiros e elogia a forma como foram recebidas as religiosas expulsas da França, mas lamenta a falta de vocações brasileiras. Informa que a excessiva presença de padres estrangeiros tem motivado campanha na Igreja em favor da nacionalização do clero. Burnichon pôde perceber também que reina uma absoluta indiferença e desdém com relação à religião[603].

Portanto, a Igreja entrara em relações pacíficas com o Estado, o que era perceptível até mesmo pelos fiéis. Um exemplo pode ser encontrado em uma visita pastoral do bispo de Mariana, dom Silvério Gomes Pimenta. Em Abaeté, prelado surpreendeu-se com a igreja vazia, sendo costume estar cheia quando da presença de bispos, que era um grande acontecimento para padres e leigos e mobilizava toda a população das cidades do interior. A razão do esvaziamento do templo: corria o boato de que dom Silvério "estava de mãos dadas com o governo para na ocasião da visita (...) fazer-se recrutamento dos que fosse aptos para tomar armas e combater em Canudos"[604].

Acontecimentos como esses mostravam à Igreja que era preciso reconquistar a confiança dos fiéis. A maioria dos padres e bispos achava que as relações preferenciais deveriam dar-se pela cúpula, com os dirigentes da república, com a burguesia agrária, mas percebiam também, como Burnichon, que entre esses reinava o desdém e a indiferença religiosa. A ação deveria ser a de conquistar os outros segmentos da população. A classe média, em primeiro lugar naquele momento.

---

[602] BURNICHON, Joseph. *Le Brésil aujourd'hui*, pag. 193-194.
[603] Idem, pag. 195-205.
[604] SOUZA, Joaquim Silvério. *Vida de D. Silvério Gomes Pimenta*, pag. 219.

Paulo Sérgio Pinheiro considera a existência de duas classes médias. Uma é mais antiga e formada por pequenos produtores e pequeno comerciante. A outra denominada por ele de "nova classe média", que ascende no Brasil com o capitalismo agrário e o incremento das atividades publicas. Acompanha o aumento da população urbana e reúne os trabalhadores assalariados do comércio, bancos e outros serviços e os funcionários públicos[605]. Em São Paulo, também inclui "descendentes de famílias paulistas antigas que nunca haviam enriquecido, ou em decadência [e] descendentes de imigrantes que subiam na escala social por meio de profissões liberais"[606].

Ainda de acordo com Pinheiro, eram segmentos da população que mantinham uma ilusória autonomia, mas que na realidade submetiam-se às oligarquias, de quem eram massa de manobra[607]. Por isso, não cumpriam a expectativa de oposição. Pelo contrário, a classe média da Primeira República era conservadora, dependente social e economicamente das classes dominantes, elitistas, antiintervencionista, agrarista e contrária a qualquer política que beneficiasse a industrialização[608].

Décio Saes explica que a classe média brasileira constituiu-se com o desenvolvimento da rede comercial que fez crescer igualmente as cidades e aumentou o trabalho não-manual. Saes faz uma distinção clara entre a antiga pequena burguesia, formada por artesãos e comerciantes das cidades portuárias, dessa camada média[609], constituída por homens que exercem trabalho remunerado, unidos por uma disposição ideológica comum: "a de considerar a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (...) como uma necessidade natural, eterna, e não como um fenômeno histórico"[610].

A lista de profissionais que estariam inseridos na classe média é relativamente longa: militares, professores, funcionários de escritório e comércio (escrituração, contabilidade, representação comercial, caixa, balconista), médicos, advogados, engenheiros, jornalistas. Assim, a classe média estava mais concentrada no Rio de Janeiro e a sua maior fatia era de militares. Se a essas categorias somar-se os artesãos, pequenos comerciantes e os pequenos proprietários, forma-se uma camada média que interagia e atuava no espaço urbano.

Não se pode considerá-la política e ideologicamente uma só. Se um grupo expressivo tendia para o apoio às oligarquias como quer Paulo Sérgio Pinheiro, havia também segmentos

---

[605] PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, vol. 2, pag. 11-12.
[606] Idem, pag. 22.
[607] Idem, pag. 22-23.
[608] Idem, pag. 30.
[609] SAES, Décio, pag. 222-223 e 287.
[610] Idem, pag 286.

jacobinos e monarquistas. Suely Robles Reis de Queiroz, que acompanha Saes em sua definição de classe média, nota que o pequeno funcionário e o militar de baixa e média patentes, que devem ser incluídos nas camadas médias, formavam o grande público dos jacobinos[611].

Nessa camada média havia evidentemente católicos. A fração mais expressiva desse grupo ligado à Igreja era de monarquistas, como bem notou Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Nomes como o de João Mendes de Almeida, advogado, político e professor da Faculdade de Direito, que atuava em São Paulo, e Carlos de Laet, professor do Colégio Pedro II (depois Ginásio Nacional) e jornalista. Era um grupo que se afastava das posições da hierarquia católica, que se compunha com o novo regime e não queria mais saber de união entre a Igreja e o Estado, como os monarquistas católicos almejavam[612].

Nessa camada média católica havia também republicanos, que variavam entre o moderado Felício dos Santos, um médico de família tradicional, parente dos bispos da Bahia, dom Luís Antônio dos Santos, e de Diamantina, João Antônio dos Santos, e o político mineiro Francisco Badaró, que foi deputado constituinte e representante do Brasil na Santa Sé.

Do período em que passou em Roma, Badaró deixou um depoimento escrito, editado em 1898. Relata que sua maior preocupação era impedir que adversários do regime tivessem acesso ao Palácio Vaticano[613]. Considerava que o poder público deveria se empenhar "para completar a adesão do clero à república"[614]. Ele estava certo de que o Papa Leão XIII aceitava o regime implantado no Brasil e já tinha indicado isso ao clero, com a carta que escrevera aos bispos brasileiros em 1894, solicitando submissão ao Governo.

Badaró arrisca-se a sugerir ações que a Igreja deveria adotar, que se aproxima, algumas vezes do que o clero mesmo defendia. Preconizava uma mudança nos seminários, que deveriam deixar de ser mistos e se dedicar tão somente à formação de padres[615]. Em outras entra em choque coma estratégia da hierarquia católica, quando, por exemplo, defende a proibição de que se abram noviciados no Brasil e a liquidação dos bens das ordens e congregações em benefício do estado. Avisava que os republicanos deveriam saber que com o "dinheiro dos conventos" os inimigos do regime mantinham "os dois jornais reacionários, *Brasil* e *O Apóstolo*, cujos redatores eram comensais e professores do Mosteiro de São

---

[611] QUEIROZ, Suely Robles. *Os radicais da república*, pag. 125.
[612] Sobre a atuação dos católicos monarquistas no combate a república, ver JANOTTI, *Os subversivos da república*.
[613] BADARÓ, Francisco. *Na diplomacia: carta aos eleitores do Estado de Minas Gerais*, pag. 36.
[614] Idem, pag. 41-42.
[615] Idem, pag. 49.

Bento"[616]. Criticava o governo por ter aberto mão do direito de indicar bispos "que lhe foi incondicionalmente oferecido" pela Santa Sé[617].

Badaró representou o Brasil junto a Santa Sé de 1893 até 1898. Tentou intervir para o cancelamento da designação de João Esberard para o primeiro arcebispo do Rio de Janeiro, em substituição a dom José Pereira da Silva Barros – mudança que não agradara ao governo brasileiro. Badaró não obteve êxito: a Secretaria de Estado recordou que Quintino Bocaiúva, quando ministro das Relações Exteriores, abrira mão de qualquer ingerência do Governo na indicação de bispos[618].

O governo brasileiro já antes tentara convencer à Santa Sé de que queria alterar essa determinação de Quintino no início da república. O ministro Justo Leite Chermont orientou o Visconde de Arinos, que ainda representava o Brasil junto a Santa Sé, para que dissesse ao secretário de Estado que o fato de o Governo Brasileiro não intervir mais na nomeação dos bispos não impedia que se manifestasse de modo conveniente sobre o nome de um ou outro sacerdote que lhe satisfaça. Assinalava ainda que veria com bons olhos a nomeação do monsenhor José Gregório Coelho, "atual bispo do Pará, como arcebispo da Bahia, e do padre Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti para bispo de Pernambuco"[619].

Outra preocupação do governo: as reuniões episcopais. Provavelmente, o concílio nacional, tão desejado pelos bispos, especialmente Macedo Costa, não se realizou por pressão dos representantes brasileiros na Santa Sé. É possível tal dedução por causa da reação de Badaró diante de uma notícia de um jornal espanhol, *Imparcial*, segundo a qual os bispos brasileiros iriam se reunir em breve para discutir a situação criada pela república em relação à Igreja e a grave crise político-militar que se abatia sobre o país em 1893. O jornal informava ainda que era o Vaticano quem promovia a reunião.

Badaró narra ao ministro das Relações Exteriores que foi tomar satisfação com o cardeal Rampolla com o recorte do jornal espanhol e um outro de um diário de Turim, que noticiara que o Papa havia mandado o internúncio no Rio de Janeiro sondar se a monarquia tinha probabilidades de restauração com a Revolta da Armada. Rampolla disse que tudo não

---

[616] Idem, pag. 50.
[617] Idem, pag 53-54.
[618] PEREIRA, João Felipe, ministro das Relações Exteriores. *Carta a Francisco Duarte Badaró, encarregado de negócios do Brasil na Santa* Sé - 14 de agosto de 1893. Arquivo Histórico do Itamarati, 210-1-12.
[619] CHERMONT, Justo Leite, ministro das Relações Exteriores. *Despacho ao Visconde de Arinos, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé, 11 de setembro de 1891*. Arquivo Histórico do Itamarati, 210-1-13. Chermont incorria em erro. O monsenhor Coelho não era bispo do Pará, cargo ocupado por dom Jerônimo Tomé da Silva. O que ele desejava era a nomeação de dom Jerônimo para a Bahia, deixando vaga a diocese de Belém, que seria ocupada então pelo monsenhor Coelho. Sobre isso, veja manuscrito anexo ao despacho do ministro das Relações Exteriores corrigindo o erro. Ver também carta do Visconde de Arinos a Justo Leite Chermont de 13 de outubro de 1891. Arquivo Histórico do Itamarati 209-4-9.

passava de intriga da imprensa. Badaró informa que avisou então que "a república era muito susceptível", e que se "retiraria incontinente de Roma", se as notícias fossem verdadeiras. Garante que disse ao secretário de estado que qualquer demonstração de dúvida quanto à legitimidade do atual governo brasileiro "era ato de hostilidade"[620]. As ameaças, aliás, vinham de antes. Ainda em 1890, o Visconde de Arinos havia deixado claro ao Secretário de Estado que o governo brasileiro tomaria medidas se parte do clero continuasse a fazer-lhe "violenta oposição política"[621].

A correspondência de Badaró com os sucessivos chanceleres revela um diplomata desconfiado dos bispos e padres que atuavam no Brasil e na Cúria Romana. Parecia convicto de que a Santa Sé desejava "ardentemente" o triunfo do contra-almirante Custódio de Mello, líder da Revolta da Armanda. "O reino dessa gente é quase todo desse mundo!". Estava convencido de que a representação brasileira junto à Santa Sé era uma "inutilidade", uma sinecura[622].

Aos poucos, porém, Badaró tornou-se mais moderado e recebia políticos, padres e bispos que pretendiam audiências no Palácio Vaticano. Recebia também cartas de presidentes de estados e abaixo-assinado. Boa parte dessa correspondência pedia a criação de dioceses. Um dos pleitos foi para mudar a sede do bispado da Paraíba para Natal[623]. Badaró só voltará a subir de tom em 1897, quando o tema das ordens e congregações religiosas entrou na ordem do dia.

Badaró considerava um perigo que religiosos estrangeiros tomassem posse das ordens e congregações que atuavam no Brasil. Não aceitava o argumento de que esses padres e irmãos professos se naturalizariam porque na Europa seriam reconhecidos pela nacionalidade que tinham antes de residir no Brasil. Badaró apoiava o projeto do deputado Érico Coelho à câmara tornando indisponíveis os bens de ordens e congregações religiosas. Para Badaró, seria um meio eficaz para obrigar a Santa Sé a conter padres e bispos "caluniadores da república". Informa ainda que o frei Mariano do Monte Carmelo, do Convento do Carmo do

---

[620] BADARÓ, Francisco Duarte Badaró, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé. *Ofício a João Felipe Pereira, ministro das Relações Exteriores, 24 de outubro de 1893*. Arquivo Histórico do Itamarati 209-4-19. Os dois destaques sublinhados estão no documento original.

[621] *VISCONDE DE ARINOS*, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé. *Ofício a Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, 3 de julho de 1890*. Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-9.

[622] BADARÓ, Francisco Duarte Badaró, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé. *Carta a Felisbelo Freire, ministro das Relações Exteriores, 23 de novembro de 1893*. Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-9.

[623] Idem, *Ofício a Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores, 14 de março de 1896*. Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-10.

Rio de Janeiro, está em Roma comunicando "a resistência a que se preparam, os frades, caso o projeto se transforme em lei"[624].

Dois meses e meio depois, Badaró informou que o próprio cardeal Rampolla, o secretário de estado da Santa Sé, revelara que o arcebispo Macchi, o novo internúncio no Rio de Janeiro, tinha como missão mais importante reorganizar completamente as ordens religiosas que operavam no Brasil, o que ele, Badaró, não considerava "muito conveniente". Defendia a mesma idéia dos bispos do império, que queriam ver os conventos vazios transformados em seminários. E tinha por perigosa a atuação dos religiosos estrangeiros:

> *O padre brasileiro vivendo nas paróquias em contato imediato com a população reflete a opinião desta e partilha na maior parte dos casos mesmo das suas opiniões políticas. Nos conventos, as coisas são diferentes, continuando o padre a ser um morto político, e ao mesmo tempo um vivo nas suas relações de dependência com o estrangeiro*[625].

A luta pela posse dos bens das ordens e congregações religiosas vinha de longa data. Vez por outra o assunto voltava à cena nacional. Em 1897 a discussão do tema recrudescera por causa da ação dos bispos e da Cúria Romana para trazer religiosos estrangeiros para os conventos e mosteiros que se esvaziavam lentamente.

Um contingente de católicos estava na oposição a essa medida. Badaró era um deles. O frei Joaquim do Monte Carmelo, também. O religioso retornara à Ordem Beneditina, da qual se afastara para atuar como padre secular em São Paulo, onde se opusera radicalmente ao projeto reformador de dom Antônio Joaquim de Melo. Rodrigo Octavio narra que Monte Carmelo o procurara em 1897 para pedir que intermediasse para que o presidente Prudente de Morais impedisse a presença de religiosos estrangeiros nos conventos e mosteiros brasileiros.

Rodrigo Otávio concordava com o beneditino e levou o assunto ao Presidente Prudente de Morais, de quem era secretário. Os dois estudaram a questão e concluíram que nada poderia ser feito em virtude da liberdade que a Igreja gozava para dispor como quisesse de seus bens – direito, aliás, já confirmado pelo Supremo Tribunal Federal[626].

---

[624] BADARÓ, Francisco Duarte Badaró, encarregado de negócios do Brasil na Santa Sé. *Ofício ao general Dionísio de Castro Cerqueira, ministro das Relações Exteriores, 30 de julho de 1897.* Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-10.
[625] Idem, *1º. de outubro de 1897.* Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-10.
[626] OCTAVIO, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros, Nova Série*, pag. 15-29

Badaró deixou a representação do Brasil na Santa Sé em 1898. As relações entre Igreja e Estado caminhavam então para uma rotina tranqüila. Dois anos depois, em janeiro de 1901, a Internunciatura Apostólica passou a ser uma Nunciatura de Segunda Classe, após um esforço diplomático do Governo brasileiro para elevá-la de posição na burocracia da Secretaria de Estado[627]. Pela mesma época, o ministério das Relações Exteriores passa a adotar uma política agressiva para obter o cardinalato, que era tido então como sinal de prestígio e que sua obtenção aproximaria o Brasil da Europa civilizada.

Era uma época em que as elites buscavam exatamente uma aproximação com a civilização européia. A Igreja no Brasil também procurava elos que a ligassem com a Igreja na Europa. As associações leigas, a forma de ação social, as devoções, a liturgia, a música, a catequese, os manuais de teologia, a maneira de se comportar nos templos. Tudo isso era europeu, e um dos objetivos era mesmo atingir a classe média.

Havia uma disputa intensa no campo das idéias pela conquista da camada média da população das cidades brasileiras, principalmente no Rio e em São Paulo. Disso não descuravam os liberais, os protestantes, os maçons, os espíritas, os positivistas e também, é claro, os católicos.

Nessa luta pela conquista do mercado das idéias, os colégios católicos serão de grande importância[628]. Com as escolas, a Igreja poderia filtrar a entrada das idéias contrárias, atingir os jovens e formar a militância leiga do futuro. Entre os estudantes, poderiam surgir vocações para o sacerdócio ou para a vida religiosa, o que contribuiria para mudar o perfil do clero de então, vindo em sua maioria de camadas mais pobres ou do interior. Os colégios vão assumir a função de formar homens e mulheres fiéis à Igreja, afastados da religiosidade popular que envergonhava a elite e a própria hierarquia. Cumpriam a função de formar consciências. Alem disso, em pouco tempo, tornaram-se uma fonte de renda expressiva para a Igreja que se via então destituída de verbas oficiais.

Também para formar consciência, a Igreja apelou para os jornais. Inúmeros jornais. Para fazê-los circular era necessário não somente condições técnicas e de mercado, o que já representava um grande desafio. Era também preciso formar quadros para neles atuarem. Forma-se então uma geração de intelectuais que irá atuar na imprensa católica do país inteiro.

---

[627] Após a Independência, para evitar problemas diplomáticos com Portugal, a Santa Sé optou por uma Internunciatura no Brasil e não por uma Nunciatura. Em 1901, passa a Nunciatura de Segunda Classe, mas nos anos 1910, é elevada a de Primeira Classe. Tal promoção representava muito para quem fazia carreira diplomática na Secretaria de Estado, pois logo ao deixar o posto no Rio de Janeiro o núncio recebia o chapéu cardinalício.

Muitos deles saem dos colégios católicos. Esses intelectuais formarão associações. Em 1922, nasce o Centro Dom Vital.

As associações leigas formadas então não tinham somente caráter intelectual, mas também de piedade e de ação social. Um sem número delas surge no final do século XIX e nas primeiras décadas do século passado. Algumas já existiam há muitos anos, mas só na Europa. Umas dedicavam-se exclusivamente a ação social, como os Vicentinos e as Damas da Caridade, que atendiam aos pobres e buscavam legitimar os casamentos não religiosos. Outras atuavam internamente na Igreja, como o Apostolado de Oração. Pelo menos uma - as Filhas de Maria - era dedicada às moças. Com essas associações de ação piedosa ou social, vieram as novas devoções. Ao Sagrado Coração foi uma delas. Devoções limpas, de sucesso na Europa, brancas, bem arrumadas e apresentadas. Completamente diferentes das devoções populares, barulhentas, mestiças, vistas com desprezo pela elite.

Estava, portanto, em curso, um vigoroso processo de transformação que não passou despercebido. Um movimento que sucedeu a intervenção militar no sentido de devolver a Igreja o papel que desempenhava antes do golpe republicano. Para isso, terá que passar por um processo interno de reestruturação que atinge a burocracia, o clero e os leigos.

Esse processo de reestruturação atuou em duas direções. Internamente, reformou os seminários, controlou rigidamente os padres, neutralizou as irmandades religiosas, intensificou a catequese, combateu o catolicismo popular e impôs novas devoções e associações pias. Enfim, pôde acentuar a romanização, já que dispunha agora de liberdade suficiente para agir no interior de si mesma. A intensa associação com a Santa Sé aproximou os bispos brasileiros da Cúria Romana. Assim foi possível o aumento sensível do número de dioceses, a ampliação da quantidade de seminaristas formada na Europa e, principalmente, a vinda de mão-de-obra estrangeira, ou seja, religiosos e religiosas de congregação e ordens.

Esses padres, irmãos e irmãs, esses frades e monges, permitiram a Igreja contar com mão de obra treinada no catolicismo que se queria implantar no Brasil, o que fora impossível no império. Permitiram também que os mosteiros e conventos abandonados país afora fossem reocupados, impedindo que valiosos bens imobiliários passassem ao poder público. A Igreja encaminhará uma luta constante pela posse desses bens, chegando muitas vezes às barras dos tribunais, até que lhe fosse reconhecido o direito de mantê-los. O reconhecimento virá não só da justiça, mas o próprio Estado, a partir de certo momento, deixou de lutar por eles.

---

[628] Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta acentua a importância que a educação adquiriu para a Igreja a partir da segunda metade do século XIX. Cf. GAETA, *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*, pag. 19.

Com esses religiosos estrangeiros, a Igreja pôde reduzir a carência de padres no trabalho pastoral, principalmente nas paróquias, mas também abrir seus tentáculos em direção a outros setores sociais. Foram esses religiosos estrangeiros que fundaram colégios que adotavam um modelo pedagógico conservador, mas com ares de modernidade européia, que tanto agradavam a elite brasileira de então.

Para poder instruir – que julgava ser um direito seu por determinação divina -, a Igreja encetou luta constante. Não serão poucas vezes que os bispos pedirão subsídios públicos para a manutenção de suas escolas. Podiam alegar de tudo: da filantropia ao direito de escolha dos pais, como acontecia em outros países, em que o estado bancava as escola confessionais.

Para além do trabalho paroquial e educacional, os religiosos e religiosas – principalmente essas – atuarão em um outro setor fundamental: o social. São esses homens e mulheres que se ocuparão de hospitais, asilos de idosos, orfanatos e nos lugares onde se despejavam os pobres. Esse trabalho permitiu a Igreja apelar por ajuda financeira da burguesia e da classe média e por subsídios públicos. Deu a Igreja um prestígio que nunca tivera porque a aproximava de um certo modelo de atuação que determinados setores da elite preconizavam há muitos anos: o clero fora do mero trabalho pastoral, mas envolvido na assistência aos necessitados e na educação; os religiosos fora do convento, atuando na sociedade como agentes morais.

Ainda na direção de uma reorganização interna, a Igreja efetuou mudanças significativas na estrutura hierárquica. O número de dioceses e paróquias aumentou sensivelmente. Ganhou autonomia completa na designação dos prelados. Agora, era o Internúncio apostólico que indicava os nomes para a escolha da Cúria Romana. Ele consultava os bispos sobre padres que poderiam chegar ao episcopado, mas a última palavra era sempre a dele.

A outra direção visava a relação com o "mundo". Aí também a Igreja tinha duas formas de conduta. Buscava intensamente uma relação amigável com as autoridades públicas, as quais, por documentos, em boa parte das vezes, se apresentava como a instituição mais capaz de conter os abusos e contribuir para a harmonia e a ordem. Quando necessário, produzia uma pastoral, coletiva ou não, para alertar o governo dos caminhos traçados.

Com as outras instituições, a Igreja agia de forma diferente. Enfrentou os que pretendiam ocupar seu lugar na sociedade brasileira, como os protestantes e os positivistas. Jamais manifestou qualquer protesto contra o uso de força contra os cultos afro-brasileiros. Combateu o espiritismo, um grande concorrente adversário na conquista da consciência das

camadas médias. Entretanto, aliou-se eventualmente aos "inimigos" quando necessário, como o que ocorreu com relação aos positivistas.

O processo de reestruturação empreendido foi sem dúvida um sucesso para o que a Igreja pretendia. No final da segunda década do século XX já era uma instituição organizada, com a sua influência política completamente restabelecida.

Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti esteve em posição de destaque nesse processo reestruturador. Se como padre, contribuiu para o processo romanizador e europeizador da Igreja no Brasil, sua atuação crescerá de importância no episcopado. E é em São Paulo que começa tudo para ele como bispo.

4. Anos paulistas

Bispo sem diocese, Joaquim Arcoverde desembarca em São Paulo, procedente de Roma. Certamente não foi uma escolha aleatória. É evidente que não poderia voltar para Recife, onde fizera desafetos e onde teria que conviver com um novo bispo, que não o conhecia a não ser por ouvir falar. Além disso, a decadência econômica e política do Norte do país era então já flagrante. Caía a participação da região na riqueza nacional e diminuía a população em relação ao contingente demográfico. E os olhos da Internunciatura estavam atentos. São Paulo era o melhor destino, e a Cúria Romana traçou o caminho de Arcoverde. São Paulo era para a Santa Sé o futuro.

De fato, a Diocese de São Paulo era a que tinha a maior possibilidade de ficar vacante em breve. Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta, em tese de doutorado na USP, estudou o governo do cearense Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1826-1894) na Diocese de São Paulo. O quadro que apresenta dos últimos anos da ação do prelado é de quase desolação. O bispo praticamente refugiou-se fora da capital, por causa dos problemas que enfrentava com o clero liberal e o Cabido Metropolitano.

Lino Deodato, que fora deputado na Assembléia do Ceará, era secretário do bispo de Fortaleza, dom Luiz Antônio dos Santos, quando o decreto imperial de 21 de maio de 1871 o nomeou bispo de São Paulo. A sagração só ocorreu quase dois anos depois, em maio de 1873, quando assumiu de fato o novo posto.

Oitavo bispo da Diocese, dom Lino Deodato bem que tentou retomar as reformas ultramontanas iniciadas por dom Antônio Joaquim de Melo. O projeto romanizador ficara interrompido, pelo menos parcialmente, no governo de dom Sebastião Pinto do Rego (1763-1868), que se aliou ao clero iluminista, que resistira o quanto pôde às mudanças preconizadas por Antônio Joaquim de Melo.

O período era de grandes desafios para a Igreja. A província já se aproximava do perfil econômico que a tornaria hegemônica anos depois por forças das transformações iniciadas nos anos 1850. Em São Paulo, fermentavam novas idéias. O positivismo, o liberalismo e o ideal republicano ganhavam força. A Faculdade de Direito e a imprensa eram palcos de discussões de idéias que a Igreja não podia admitir.

Além da pressão externa, Lino Deodato enfrentou grandes pressões internas que vinham do clero iluminista, regalista e galicano – o mesmo que infernizara a vida de dom Joaquim Antônio de Melo, 10 anos antes. O novo bispo buscava manter uma posição moderada para

evitar ainda maiores atritos com o clero e foi essa atitude que manteve durante a Questão Religiosa. Dom Lino procurava ficar distante das situações mais complicadas e, para isso, ausentava-se constantemente da sede diocesana em visitas pastorais.

O bispo, porém, percorreu claramente os caminho da romanização. Fortaleceu o Seminário Episcopal, mantendo a linha adotada por Antônio Joaquim de Melo e preservada por Sebastião Pinto do Rego. Promoveu a vinda de algumas congregações estrangeiras: os salesianos, que dirigirão o Liceu Coração de Jesus; salesianas, que atuarão no Vale do Paraíba; os trapistas, que se alojarão em Tremembé; os jesuítas e as irmãs de São José de Chamberry, que estenderão suas atividades para além de Itu.

Na tentativa de controlar os padres, dar uma nova diretriz ao clero e aprovar um novo Regulamento Diocesano, o bispo promoveu um sínodo em 1888. A reunião durou cinco dias e teve a participação de cerca de duzentas pessoas, mas o regulamento não foi aprovado. O prelado então decidiu estabelecê-lo assim mesmo, o que provocou grave desentendimento com o Cabido, que se sentiu desprestigiado por não ter participado - nem mesmo sido consultado - da elaboração do documento. Daí para frente, os desentendimentos entre os cônegos e dom Lino agravaram-se ainda mais[629].

Aos 65 anos e após quase vinte anos à frente de uma diocese muito grande, que invadia o sul de Minas e incluía ainda todo o Paraná, dom Lino Deodato era um homem cansado, que já não gozava da confiança da Nunciatura para encaminhar a reorganização necessária exigida pela nova situação da Igreja. Além da incapacidade gerencial que exigiam as condições impostas, estava acuado pelo clero. Era, portanto, em direção a São Paulo que estavam voltados os olhos da Santa Sé. E esse caldeirão é indicado a Joaquim Arcoverde.

Para além da crise interna da Diocese de São Paulo, o estado que o bispo pernambucano irá encontrar em 1891 está envolvido em processo de mudança, ainda mais aguçado do que quando dom Lino Deodato assume o governo diocesano. São transformações em todas as dimensões, provocadas pelo rápido crescimento econômico, vinculado ao avanço do capitalismo internacional. A divisão de trabalho reservava para o Brasil o papel de fornecedor de matéria-prima. E São Paulo e a burguesia em construção, ou seja, aquela que atua nas áreas mais produtivas, saberiam aproveitar as oportunidades.

Evidentemente, sobrevivia ainda um setor atrasado, que apostava na escravidão, que desvalorizava a imigração, que muitas vezes deixava o latifúndio improdutivo, que se aferrava às antigas relações de produção. Entretanto, a burguesia agrária se impunha não só

---

[629] Sobre o governo de dom Lino Deodato, GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894).*

economicamente, mas também politicamente, tornando-se uma fração dinâmica da classe dirigente, preparada para ocupar a direção do Estado Nacional.

O café tornara-se um produto importante demais para as massas européias e norte-americanas. Uma bebida estimulante a um preço baixo, o que lhe permitia o acesso dos operários urbanos. "O café do Brasil, de qualidade inferior, se apropriava ao consumo de massa"[630]. De 1887 a 1896, é o período em que o produto alcança os melhores preços internacionais. A produção do café exigia cada vez mais terras e mais gente. As terras serão obtidas cada vez mais para o Oeste. Para alcançá-las e vencer as distâncias cada vez maiores, as estradas de ferro.

Sérgio Silva afirma que sem o trem não haveria desenvolvimento da economia cafeeira. A primeira foi a Pedro II, que, a partir do final de 1859 começou a transportar o café do Vale do Paraíba ao Porto do Rio de Janeiro, chegando pouco a pouco a Minas Gerais e ao Norte de São Paulo e atingindo a capital paulista[631]. Em 1867, já estava em serviço a ligação de Jundiaí ao Porto de Santos, da São Paulo Railway, após sete anos de obras[632]. O trem, afinal, vencia a serra, provocando infinitas mudanças na economia e na vida social do paulista.

Daí para frente, as estradas de ferro não pararam de avançar: a Paulista, da capital a Descalvado, passando por Jundiaí, Campinas, Limeira e Rio Claro; a Ituana, de Jundiaí a Piracicaba, com estação em Itu; a Sorocabana, de São Paulo a Tietê, passando por Sorocaba e Ipanema; e a Mogiana, da capital paulista a Poços de Caldas, Minas Gerais, com estações em Campinas, Mogi Mirim, Amparo, Casa Branca e Ribeirão Preto. Em 1890 eram 2.425 quilômetros de trilhos no Estado de São Paulo[633]. Sérgio Silva amplia a informação. Segundo suas pesquisas, em 1889, estavam implantados quase 5,6 mil quilômetros de trilhos na região cafeeira (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais). Em 1894 já eram 7.676 quilômetros nesses seis estados[634].

Essas estradas de ferro foram organizadas pelos grandes cafeicultores paulistas. Representavam um investimento de boa rentabilidade, que valorizavam as terras por onde passavam e facilitavam o escoamento de gente e café, reduzindo os custos em grande proporção. Para construí-las, investiram o capital disponibilizado com o fim do tráfico escravo, em 1850, e tomaram empréstimos de bancos ingleses. No final do século, as ferrovias tornaram-se as maiores empregadoras do Estado. Só a Paulista, de propriedade de

---

[630] DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*, pag. 9.
[631] Mais tarde foi designada Central do Brasil.
[632] SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, pag. 50-51.
[633] MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*, pag. 229.

cafeicultores, tinha mais de 700 funcionários. Nenhuma outra empresa, de qualquer área, empregava tanto[635].

As terras foram, na maioria das vezes, conquistadas no grito, quando se tratava de expulsar posseiros, e na fala mansa, quando se buscava "regularizar" os títulos de posse. Era uma operação armada e política, o que não era nada difícil. Ligado ao aparelho público e ao governo, o fazendeiro que buscava mais terra para o café contava sempre com o apoio oficial. Bastava então a fala mansa. Quando seus jagunços não davam conta, o grito era ainda maior: recorria até à força pública enviada pelo presidente da província e, posteriormente, do estado. Portanto, a propriedade de terra na qual se plantou café no Oeste Paulista era decorrente do crime e da esperteza[636].

Ao mesmo tempo em que conquistava terras, disponibilizava para si, como mão-de-obra, os antigos posseiros porque a abundância de terra tem que estar associada à abundância de trabalhadores sem ela[637]. A mão-de-obra, entretanto, era considerada escassa, principalmente para um sistema que sugava o trabalhador. Por isso, a imigração.

Os braços vieram da Europa, na maioria das vezes da Itália, origem de cerca de 65 por cento dos imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1880 e 1900. Mas vinham também portugueses, espanhóis, alemães, sírios, libaneses e de outras nacionalidades. Entre 1887 e 1897, 1,3 milhão de imigrantes desembarcaram no país, o que teve forte reflexo na população brasileira, que saltou de 14 milhões para 17 milhões entre 1890 e 1900.

O aumento da motivação do cafeicultor pelo imigrante estrangeiro vem a partir de 1881, o Governo estabeleceu uma alta tributação sobre o tráfico interno de escravos, tornando extremamente custoso esse investimento em mão-de-obra. E em apoio à política imigrantista veio a queda no preço dos produtos agrícolas italianos, que jogou pelo mundo milhares de trabalhadores rurais e urbanos sem emprego.

Faltava então convencer o Governo a financiar a imigração, permitindo a redução dos custos do cafeicultor e da dívida do imigrante. O Governo sempre se recusava a aceitar o pedido dos produtores para assumir os gastos com a vinda de trabalhadores estrangeiros, o que Luis Felipe de Alencastro, seguindo Sérgio Buarque de Holanda, tem como prova de que

---

[634] SILVA, pag. 52. O autor, que tem por fonte o Centro industrial do Brasil, revela que em 1889, o Brasil possuía pouco mais de nove mil quilômetros de trilhos; em 1894, havia quase 12,5 mil quilômetros em todo país.
[635] DEAN, Warren, *A industrialização em São Paulo*, pag. 44. Um dos proprietários da Paulista era Antônio Prado, também dono do *Correio Paulistano*, um dos mais importantes jornais de São Paulo. Como boa parte dos empresários que investiam em estradas de ferro, Prado fez com que a ferrovia passasse por dentro de suas terras em Pindamonhangaba, facilitando dessa forma o transporte da produção de café.
[636] SILVA, pag. 64 e 65.
[637] Idem, pag. 66 e 67.

os fazendeiros não controlavam o Estado e a burocracia do Império[638]. Entretanto, após a Lei do Ventre Livre, o Governo passou a adotar medidas compensadoras e a desenvolver um programa de auxílio, aumentando a interesse de muitos latifundiários pela a imigração[639].

Depois de muita pressão e jogo político, o Governo entrou no processo imigratório em 1886, quando o conservador Antônio Prado, um poderoso cafeicultor, empresário urbano e ferroviário, ocupou o Ministério da Agricultura no Gabinete liberal presidido pelo Barão de Cotegipe[640]. O Governo passou então a financiar a imigração e elegeu a Sociedade Promotora de Imigração, fundada em 2 de julho de 1886, para canalizar toda a verba destinada a vinda do imigrante. A entidade era dirigida por Martinho Prado Júnior, irmão de Antônio Prado.

A chegada de imigrantes aumenta então ano a ano – o que se denomina a grande imigração: de 32.110 em 1887 a mais de 92 mil no ano seguinte, superando os 108 mil em 1891 e alcançando quase 140 mil em 1895[641]. Dessa forma, a burguesia agrária garantia um "rápido e contínuo suprimento de mão-de-obra, de maneira a evitar o desequilíbrio do *status quo*"[642].

É possível imaginar as transformações que a chegada de tantos homens e mulheres, velhos e crianças. É mais fácil perceber o lugar que ocupa no debate público um tema que envolve múltiplas questões. Se para a burguesia agrária não importava de onde vinha a mão-de obra, desde que lhe rendesse lucro e que fosse farta e lhe custasse pouco, para os intelectuais e os homens de Estado e da burocracia pública, a imigração ensejou a possibilidade de discutir a nação.

Não é difícil perceber que para esses homens não era qualquer imigrante que interessava. O imigrante que interessava ao país era o branco europeu, capaz de "civilizar" e embranquecer o país. Se possível que se integrasse de tal maneira que fosse se diluindo com os brasileiros e formassem uma nova raça. É essa a utopia de Sílvio Romero, por exemplo[643]. Ou que não se misturassem, de forma a se tornar em alguns anos a raça preponderante no país[644].

---

[638] ALENCASTRO & RENAUX, Luiz Felipe & Maria Luísa. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da Vida Privada no Brasil*, volume 2, pag. 298-300.
[639] BEIGUELMAN, *A crise do escravismo e a grande imigração*. pag. 32.
[640] Alencastro considera que "esse seria um dos eixos do desenvolvimento da idéia federalista". ALENCASTRO & RENAUX, pag. 300.
[641] Idem, pag. 39.
[642] Idem, pag. 53.
[643] Sobre isso, MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século*.
[644] Sobre isso, SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no século XIX*; Idem. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. 287p. VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995. 165p.

A Igreja vai participar dessa discussão. Ao contrário dos bacharéis, intelectuais e burocratas que se davam a tarefa de moldar a nação, a Igreja considerava que a nação já existia, moldada pelo catolicismo. Reclamava que os que apoiavam a imigração tinham o objetivo de introduzir protestantes no Brasil, o que desvirtuaria o sentido da nação. Via o processo imigratório como parte da trama liberal. Denunciava que a vinda de estrangeiros que não professassem o catolicismo representava um grave risco a unidade do país. Se fosse inevitável, que viessem apenas católicos, como os poloneses, por exemplo.

De fato, os liberais consideravam que os imigrantes protestantes contribuiriam para a democracia, o capitalismo, a modernização, o progresso do país, mudando a mentalidade da nação, que, por causa do catolicismo era atrasada, ignorante, supersticiosa e antidemocrática[645]. Os liberais preferiam a vinda de alemães, tidos por disciplinados, bons no trabalho no campo e portadores de uma importante cultura técnica.

Ao considerar um risco grave a maciça imigração de europeus, a Igreja ameaça a voltar-se para os negros. A aprovação da Lei 2.040, a Lei do Ventre Livre de 18 de setembro de 1871, teve grande repercussão na hierarquia, embora sua participação nas discussões tenha sido pouco intensa.

No domingo, 8 de outubro, o jornal católico *O Apóstolo* publicou Carta Pastoral do bispo do Rio de Janeiro, dom Pedro Maria de Lacerda, sobre a Lei do Ventre Livre[646]. O prelado indica que, a partir de agora, a preocupação será com a educação das crianças negras na religião e no amor ao trabalho para prepará-las para o trabalho livre[647]. Utiliza-se de um argumento econômico surpreendente porque vinculado às idéias liberais defendidas no país pelo grupo adversário da Igreja: a de que o trabalho livre "é menos caro e produz mais do que o do escravo"[648]. Entretanto – mais surpreendente ainda - proclama a superioridade do trabalho do negro livre sobre o imigrante estrangeiro:

> *E eis que com a nova lei o número de trabalhadores livres vai crescer com a vantagem que esses homens livres não virão de outros climas, com religião diferente, com língua e uso diversos do nosso, mas nascerão debaixo de nosso céu, terão a mesma religião, a mesma pátria, a mesma língua, os mesmos costumes que nós, e no nosso*

[645] Sobre isso, VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, pag. 210-255.
[646] *O Apóstolo*, 8 de outubro de 1871, pag. 323.
[647] Idem
[648] Idem, pag. 322.

Brasil despenderão o que nele ganharem, e amarão como nós a pátria de seus pais, de seus irmãos, e onde repousam os ossos de seus avós[649].

Os argumentos do bispo do Rio de Janeiro não convenceram muito a burguesia cafeeira. Quinze anos depois de sua carta pastoral, o cafeicultor introduziu grande quantidade de imigrantes brancos, a maioria de italianos, portanto católicos. Lentamente os negros foram descartados, tidos como incapazes para o trabalho no cafezal.

Wlaumir Doniseti de Souza, em seu estudo sobre os scalabrinianos – a congregação religiosa destinada a atender os imigrantes –, defende que a Igreja e a burguesia agrária entraram em acordo para a vinda dos italianos. O autor reitera que os bispos brasileiros adotaram posição contrária à imigração, mas, diante do inevitável admitiram a entrada de trabalhadores italianos, que – pelo que julgava a Igreja – poderiam ser um auxílio importante no processo de romanização[650].

Também os bispos italianos não se mostraram em nada favorável a saída de um contingente tão grande de homens e mulheres em idade produtiva e reprodutiva. Os padres viam aldeias inteiras esvaziarem-se de gente. Os campos ficavam sem trabalhadores. Mas era inevitável que isso acontecesse. País recentemente unificado, de industrialização tardia, não havia como conseguir ocupação para aquela gente toda. A permanência na Itália de tantos desocupados poderia ocasionar rebeliões – indesejáveis para a Igreja.

Os bispos brasileiros passaram a apresentar o italiano como um trabalhador dócil, ordeiro, austero, moderado, de bom comportamento, muito ligado à família, submisso mesmo, o que lhe fazia pouco propenso a uma atitude de revolta contra o fazendeiro.

São fatores que explicam o motivo pelo qual os italianos acabaram por tornar-se o grupo hegemônico entre os imigrantes que chegaram ao Brasil. Entretanto, não foram os únicos. Quando os bispos destacavam o fato de o trabalhador italiano ser dócil, ordeiro e incapaz de se rebelar contra os patrões tinham em mente o ocorrido em 1860, quando imigrantes protestantes norte-americanos abandonaram o trabalho em uma fazenda de Ribeirão Preto, alegando descumprimento de contrato.

Um ano antes, a imigração alemã para o Brasil não foi mais autorizada por causa de maus tratos contra que trabalhavam em fazendas de São Paulo. Um dos acusados foi o

---

[649] Idem.

[650] SOUZA, Wlaumir Doniseti. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina.*

senador Nicolau Vergueiro, denunciado em 1852 por manter trabalhadores brancos europeus como se fossem escravos em sua Fazenda Ibicaba, em Limeira. Houve revolta entre os imigrantes alemães, e o caso adquiriu contornos de grave crise diplomática. O alemão passou a ser considerado incapaz para a relação de trabalho estabelecida nas fazendas de café do Brasil.

Mais grave ainda para o olhar desses homens tão apegados à ordem e contrários a qualquer desvio foi o que ocorreu nos anos 1870 no Sul do país com os Muckers, fiéis de uma religião na qual uma mulher, Josefina Maurer, intitulava-se Jesus Cristo. Era um grupo de dissidentes protestantes de origem alemã, o que deu mais argumentos para os que eram contrários à imigração de europeus não-católicos[651].

É evidente e até no que o objetivo desse trabalho não está em abordar a contribuição do imigrante para o processo de industrialização. Entretanto, é preciso assinalar que é consenso que, com maior ou menor intensidade, a imigração é fator importante no recrudescimento industrial, quer colocando a disposição da burguesia agrária um contingente de mão-de-obra, quer formando um mercado consumidor a ser atendido. Além disso, não há como negar que um grupo de imigrantes esteve à frente desse processo.

Em primeiro lugar o processo imigratório aumentou o mercado de consumo interno. Contribuiu para esse incremento, a libertação dos escravos, que colocou mais dinheiro em circulação. "O uso do dinheiro difundiu-se pela massa da população"[652]. O assalariamento é um dos movimentos fundamentais do capitalismo industrial. Nesse mesmo momento, a fazenda de café, por sua cada vez maior grandeza, deixou de ser auto-suficiente. Passou a precisar comprar fora o que produzia até então.

Em segundo lugar, por uma série de razões, o imigrante – em alguns anos em número expressivo – começou a abandonar as fazendas em direção às cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Uma das razões era, sem dúvida, o fato de o fazendeiro tratá-lo como se estivesse lidando ainda com um escravo. Era grande a pressão a que se ajustasse a tal tratamento, que incluía uma relação de força e de favor[653]. Além das condições de trabalho, a frustração em relação aos ganhos servia de motivo para que o imigrante deixasse a fazenda em direção à cidade. Soma-se a isso o fato de que nem todos os que vieram como imigrantes estavam capacitados para o trabalho na roça.

---

[651] SOUZA, pag 39-40.
[652] DEAN, *A industrialização em São Paulo*, pag. 11
[653] SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: *História da vida privada no Brasil*, vol. 2, pag. 236 e 283-284. Ver também PETRONE, Maria Tereza Shorer. Imigração. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 2, pag. 113.

SBD / FFLCH / USP

Vai se formar no meio urbano então a mão-de-obra que a indústria precisa para se organizar e lucrar. São os trabalhadores das refinarias de açúcar, do beneficiamento do café, das estradas de ferro, da energia elétrica e, principalmente, dos cotonifícios (treze no início do século XX, empregando quase três mil operários). Vai se formar também um grupo de homens e mulheres que será disputados por católicos e anarquistas. Na cidade, o imigrante muitas vezes desencantava-se com a religião e estava livre para se juntar a outros compatriotas que já tinham uma vida urbana distante da Igreja e em não poucas ocasiões ligada a movimentos de protesto.

O desenvolvimento do emprego industrial é outro movimento fundamental do capitalismo industrial. E como aconteceu em outros países do mundo, esse movimento de fundo se processa no Brasil com os arruinados, os periféricos, os expulsos da terra, os desocupados, os despojados de tudo: crianças, mulheres, estrangeiros. Mão-de-obra farta e barata, quase de graça.

Acrescido do fato de que havia ainda os mais despojados, ou seja, aqueles que não conseguiam emprego em indústria alguma: os brasileiros, brancos e, acima desses, negros libertos da escravidão e amarrados pelo desemprego. Não que o trabalhador estrangeiro estivesse mais habilitado, fosse mais competente. Evidentemente havia esse mito, alimentado pelas teorias racistas que enchiam as prateleiras dos intelectuais e dos burocratas que conduziam a industrialização. O fato é que o tempo vai se encarregar de desmenti-las. É fato também que essa discriminação acarretará diversos conflitos urbanos entre brasileiros e imigrantes[654].

Não faltavam mão-de-obra nem dinheiro a ser investido na indústria nascente. A economia cafeeira foi a principal forma de acumulação de capital no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. O lucro do café era gigantesco. Chegava a 80 por cento do capital investido, decorrente sobretudo dos baixos salários[655]. Aí dois fatores constituintes da lógica capitalista de produção: exploração de um número crescente de trabalhadores (provocado pelo êxodo rural) e uma acumulação vertiginosa de riquezas. E uma obstinação cega a cada dia maior pela acumulação vai orientar o processo.

O café está por trás de tudo. É ele que forma uma camada de empresários dedicados ao comércio importador e exportador. Dean frisa que a importação foi claramente a origem de certo setor industrial. O produto vindo do exterior precisava ser preparado para a venda, o que ocorria no Brasil. O importador mantinha uma posição estratégica no comércio exterior:

[654] Silva calcula que, em 1901, 90 por cento dos operários paulistas eram estrangeiros. SILVA, pag. 92.
[655] DEAN, *A industrialização em São Paulo*, pag. 12-13.

acesso ao credito, conhecimento do mercado e canais de distribuição. Muitos envolvidos nesse comércio exterior formaram fábricas autorizadas de marcas estrangeiras[656].

Como a mão-de-obra, os importadores eram quase sempre imigrantes, mas não os mesmos imigrantes italianos expulsos pela miséria de seu país de origem. Dean mostra claramente que os imigrantes que se dedicaram ao comércio externo e à industria eram muito diferentes dos que chegaram ao Brasil para trabalhar na roça. Desembarcavam em São Paulo com recurso suficiente para iniciar algum negócio. Eram os casos dos Ramenzonis, dos Scarpas, dos Guizards, dos Matarazzos, dos Graigs e tantos outros[657].

Também não foram poucos os cafeicultores que se envolveram em atividades fora de suas áreas, muitas vezes porque assim valorizariam as suas propriedades. Caso, por exemplo, de Antônio Prado. Foi o caso também das estradas de ferro. Investiam ainda nas áreas de seguro, de bancos, de importação. Dean dá uma lista extensa dos interesses da burguesia agrária em atividades de outros setores, inclusive nas benfeitorias urbanas. Circunstâncias históricas, mais do que motivação cultural, explicam por que os cafeicultores paulistas eram tão empreendedores[658].

> *O êxito empresarial dos fazendeiros paulistas como classe pode ser atribuído não a dotes inatos ou culturais, mas à operação de um mercado lucrativo que atraía gente de fora (...), ao capital trazido de outros lugares e de outras atividades, à necessidade de conformar-se às exigências de mercado, particularmente à mão-de-obra livre e à natureza da cultura do café, que recompensava os fazendeiros paulistas – isto é, aqueles que reinvestiam*[659].

Quando não havia tanto dinheiro disponível no mercado interno, os neo-industriais obtinham empréstimos no exterior. Até as duas primeiras décadas do século XX, a Grã-Bretanha foi a grande fornecedora de capitais. Entre 1885 e 1895, os investimentos britânicos no Brasil somaram mais de 115 milhões de libras[660]. E esse é um período de baixa disponibilidade de dinheiro, em conseqüência da chamada *grande depressão* que se abateu sobre a economia mundial entre 1873 e 1895.

---

[656] Idem, pag. 26-28.
[657] Idem, Capítulo IV, *Origens sociais: a burguesia imigrante*, pag. 57-74. Silva acaba por concordar com Dean. Cf. SILVA, pag. 89-90.
[658] Idem, pag. 44-46.
[659] Idem, pag 51.

É nessa crise que surge o chamado capitalismo financeiro, e que começa o colonialismo. A grande depressão ocasiona na Europa e Estados Unidos a baixa dos preços e dos salários, a compressão e redução da produção e o crescimento do desemprego. Nasce uma nova estrutura capitalista, com grandes conglomerados empresariais, cartelização, centralização do capital, desenvolvimento de novos setores e organização sindical. Da crise aproveitam-se Estados Unidos e Alemanha, potências emergentes. A Inglaterra perde espaço.

Essa perda de espaço britânico não será notada ainda na América Latina, particularmente no Brasil, que se urbaniza – eis aí o terceiro movimento fundamental do capitalismo industrial. Serão necessários novos equipamentos para as cidades que crescem desordenadamente, novas fontes de energia, novos meios de transportes. Esses países terão que apelar para o capital inglês. E serão os escoadouros naturais do dinheiro dos banqueiros britânicos. Ao fim da Grande Depressão, em 1895, a Inglaterra investira no 552 milhões de libras na América Latina, 93 milhões no Brasil. Dez anos depois, o investimento superou os 688 milhões de libras no continente, quase 123 milhões dos quais em território brasileiro[661].

São empréstimos públicos e a empresas privadas, participação em diferentes setores de atividades, principalmente urbanas, mas também no setor agrário-exportador, e estabelecimento de filiais de grande conglomerados financeiros, comerciais e industriais. É uma ação política e diplomática dirigida principalmente à América Latina, no caso da Inglaterra. Para a África e a Ásia, os países europeus adotam a ocupação colonial pura e simples. Enfim, o comércio não é mais o aspecto principal das relações econômicas internacionais e sim a exportação de capitais[662].

O processo imigratório, o aumento da população urbana e o incremento da industrialização significarão novos desafios pastorais para a Igreja. Esses fenômenos são ocidentais e atinge a Europa e as Américas. A Santa Sé tentará uma resposta. No período em tela, o papa é Leão XIII, eleito em 1878, em substituição a Pio IX, considerado um dos mais conservadores pontífices da história da Igreja.

A designação do cardeal Joaquim Pecci representou um certo alívio para as correntes menos conservadoras[663]. Ele opta pela distensão, por uma "abertura prudente"[664], buscando um relacionamento melhor com os países europeus de maioria católica e favorecendo a

---

[660] SILVA, pag. 30.
[661] Idem, pag 30.
[662] Idem, pag. 24.
[663] Gioacchino Vincenzo de Pecci nasceu em 2 de março de 1810, em Anagni. Ordenado padre em 1837. Foi eleito papa, após um conclave de três dias, em 20 de fevereiro de 1878. Morreu em 20 de julho de 1903, aos 93 anos.
[664] SCHATZ, Klaus. *História de la Iglesia Contemporánea*, pag. 131.

expansão do Catolicismo nos Estados Unidos – país que previsivelmente estaria em breve entre as potências do Ocidente[665]. Joaquim Pecci atuou algum tempo na diplomacia da Santa Sé e chegou a núncio em Bruxelas, em 1843. Em 1846, deixou o posto para assumir a Diocese de Peruggia, da qual foi bispo durante todo o pontificado de Pio X. Um "semi-exílio", conforme um historiador eclesiástico[666].

A preocupação inicial do seu pontificado foi claramente política. A primeira questão a enfrentar – e sem nenhum êxito maior – é a Romana, decorrente da Unificação Italiana. Depois, procura formas para compatibilizar as idéias e os interesses da Igreja com o Estado Moderno. Três encíclicas tratam da questão: *Diuturnum illud* (1881), *Immortale Dei* (1885) e *Libertas praestantissimum* (1888), nas quais expõe a noção cristã de Estado e assenta as bases do relacionamento da Igreja com os governos. Admite a preferência pela monarquia, mas assegura ser indiferente por qualquer dos regimes, considerando plenamente possível um relacionamento produtivo com a república. Isso representou então uma derrota para os ultramontanos mais radicais e intransigentes[667].

A Santa Sé entra em um período em que busca relacionar-se com os regimes democráticos, superando a fase anterior, em que se aproximou de regimes ditatoriais, como a Rússia czarista e a Alemanha de Bismarck com o único objetivo de combater aquele que seria o grande adversário da Igreja nos anos seguintes: o socialismo. A nova fase é conduzida pelo cardeal Marianno Rampolla, secretário de Estado empossado em 1887.

Sua mais importante encíclica será a *Rerum novarum*. Depois de uma pré-redação, que teve duas fases e começou em 1890, o documento foi divulgado por Leão XIII em 15 de maio de 1891. A encíclica buscava por fim a muitas discussões internas em relação à chamada Questão Social, dando a palavra final sobre o assunto. Era uma resposta aos que viam a ação da Igreja na direção meramente caritativa e uma forma de superar as ações individuais. A *Rerum novarum* reconhecia a situação de penúria do operariado e apontava o capitalismo

---

[665] Com Leão XIII, a Cúria Romana passou a dar atenção aos novos catolicismos, que não incluíam somente os Estados Unidos, mas também Inglaterra, Canadá, Austrália e Holanda. Com os Estados Unidos a aproximação deu frutos além dos religiosos: a Igreja Católica Norte-Americana tornou-se responsável por forte apoio econômico à Santa Sé. Sobre isso, cf. SCHATZ, pag. 53ss. Em relação à Inglaterra, ocorreu uma tentativa – afinal frustrada – de aproximação com a hierarquia Anglicana. AUBERT, R. Renascença de uma Igreja: a Grã-Bretanha. In: *Nova História da Igreja*, vol. V: A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. Tomo II, pag. 7-31.

[666] MARTINA, Giacamo. *A História da Igreja de Lutero a nossos dias*, volume IV, pag. 52.

[667] Essa nova política externa da Igreja conduz ao *ralliement*, ou seja, uma reaproximação com a França. Em 1892, Leão XIII fazia publicar uma encíclica, *Au milieu des sollicitudes*, na qual exortava ao católicos a que apoiassem a república sem nenhum embargo. Esse documento terá reflexos importantes no Brasil: com ela, os bispos encontrarão uma justificativa formal para o apoio à República.

liberal como responsável por ter posto fim às antigas corporações, o que deixou o trabalhador sem defesa diante dos patrões.

A crítica ao capitalismo não significava apoio ao socialismo, que era uma outra via, mais condenada ainda pela Igreja do que o liberalismo. A *Rerum novarum* defende claramente a propriedade privada como um direito natural, mas, seguindo São Tomás de Aquino, ressalta a sua função social[668]. Considera que os homens são diferentes entre si, só iguais diante de Deus, adotando assim um princípio caro aos liberais. Entretanto, atribui ao Estado o dever de intervir na economia diante dos problemas sociais.

A encíclica condena a luta de classes, reconhecendo, contudo, o direito de associação. Exorta os patrões a que não tratem os trabalhadores como escravos, respeitando neles a dignidade humana. Em troca, os operários respeitariam os contratos, não lesariam os proprietários e cumpririam fielmente as tarefas. Propõe a união entre patrões e empregados, um acordo, um pacto para restaurar a ordem social, intermediado pela hierarquia católica, que estaria acima das organizações de classe, mas pronta e preparada para solucionar os conflitos. O corporativismo, portanto, é a proposta da Igreja[669]. Seu objetivo principal, segundo a *Rerum novarum* era o aperfeiçoamento moral e religioso, que deve regular toda a economia[670].

A *Rerum novarum* tornou-se o documento mais importante da utopia católica de uma sociedade sem lutas de classes, de respeito à ordem, de obediência à hierarquia, baseada na família, na submissão, na resignação, com a religião jogando um papel fundamental. Uma utopia que previa recompensa no céu, diferente das duas outras que previa a felicidade completa na terra: a liberal, baseada na livre iniciativa, no livre jogo do mercado; e a socialista, assentada na repartição eqüitativa das riquezas e no fim das classes. As três utopias lançavam-se então ao mercado em busca de adeptos que poderiam fazê-las influentes no processo social brasileiro.

Com relação à imigração, que atinge parte da Itália de forma sem precedentes, esvaziando cidades e regiões inteiras, Leão XIII aprovou em 15 de novembro de 1887 o projeto de pastoral do imigrante proposto pelo bispo de Piacenza, monsenhor Giovanni Baptista Scalabrini[671]. Era um projeto "neocolonial", tido por liberal pela Cúria Romana.

---

[668] Sobre o conceito tomista de propriedade, ver ROMANO, *Brasil: Igreja contra Estado*, pag. 50ss.

[669] O corporativismo acabará impondo-se e, com o tempo, deixará de ser exclusivamente católico: será o modelo hegemônico da proposta de sociedade de certo pensamento conservador, adotado na Itália fascista, na Espanha franquista e em Portugal Salazarista.

[670] MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915)*, pag. 76-84. MARTINA, volume IV, pag. 52-56.

[671] Nasceu em 8 de julho de 1839, na Província de Como, Norte da Itália. Fci ordenado padre em 30 de maio de 1863. Professor e reitor do seminário da diocese e pároco na zona operária, em 1876 tornou-se bispo de

Wlaumir Doniseti de Souza qualifica-o de nacionalista, de interesse do estado italiano, recém-unificado[672]. Desse projeto, em 28 de novembro de 1887, nasceria a Congregação de São Carlos, destinada a atuar junto aos imigrantes.

Alguns dias depois, em 10 de dezembro de 1887, Leão XIII assinou uma encíclica aos bispos e arcebispos da América sobre a imigração italiana. Ressalta o sofrimento daqueles que são obrigados a deixar sua pátria. Revela o desejo de enviar sacerdotes que possam assisti-los em sua língua natal e comunica o trabalho que pretendem realizar os padres scalabrinianos. Fica assim oficializada a nova congregação, recomendada ao episcopado do continente pelo Papa[673].

É em meio a esse conjunto de ações da Igreja, das dificuldades que a instituição enfrentava, vendo inimigos por toda a parte, em meio a transformações políticas e econômicas que Arcoverde chega a São Paulo e se dirige logo que pode a Itu.

A escolha de Itu não foi aleatória. Depois da ordem de partir para São Paulo, Arcoverde precisava de um pouso tranqüilo, confortável, que lhe oferecesse condições físicas e materiais para que pudesse continuar atuando à espera de uma diocese. A opção por Itu veio certamente dos contatos muito próximos que mantinha com os jesuítas, desde que fora aluno do Pio Brasileiro, dirigido pela Companhia de Jesus. Os padres da congregação possuíam um importante colégio na cidade e eram todos italianos da Província Romana. Itu se apresentava então como a melhor opção para um bispo sem diocese, a espera da colocação prometida.

A cidade gozava também de uma localização geográfica privilegiada. Estava ao mesmo tempo longe e perto do seu destino. Ficava a cerca de 80 quilômetros de São Paulo, estando assim fora da política diocesana e das intrigas do clero e sem fazer sombra a dom Lino Deodato. Entretanto, se necessário, Arcoverde poderia chegar de forma relativamente rápida à capital, seguindo de trem pela Ituana até a Jundiaí, e depois pela Paulista. Além disso, a proximidade permitia que se mantivesse a par das notícias de São Paulo e Rio de Janeiro, onde ficava a Internunciatura.

Itu oferecia ainda boas condições materiais. Era cidade de posses. Havia sido a maior produtora de açúcar de todo o Sul do país[674]. Foi a lavoura canavieira os fundamentos de uma época de prosperidade ao longo de 100 anos, entre 1750 e 1850 – período em que

---

Piacenza, na Emilia-Romagna. Diante do aguçado processo de ultramontanismo, era um moderado. Morreu em 30 de maio de 1905, ano seguinte ao de sua visita ao Brasil. Cf. SOUZA, pag. 78, 81 e 93.

[672] SOUZA, pag. 81-83;

[673] Idem, pag 88-89.

[674] A cidade de Itu formava então com Campinas o chamado "quadrilátero do açúcar", no denominado "Oeste Velho". Cf. SLENES, Robert, pag. 456, nota 2. O Oeste histórico não é o Oeste geográfico, mas sim ao leste e nordeste. BEIGUELMAN, pag. 8.

"floresceram (...) a vila, a sociedade, e escravatura, a cultura em geral e as artes em particular". Época de igrejas "sólidas e imponentes", de música sacra "cultivada e solene". Era centro bancário e comercial[675].

Cidade desde 1842, Itu viu decair a lavoura canavieira a partir dos anos 1850, mas presenciou o florescimento da cultura do algodão e o surgimento da Fábrica São Luís, a primeira indústria estável de fiação e tecelagem da província[676], de propriedade de José Feliciano Mendes, latifundiário da região[677]. Com o tempo, o café acabou por se impor.

Em seu pequeno estudo sobre Itu, Octavio Ianni indica uma população de 15.840 habitantes, em 1886, ano em que foram produzidas 46.667 arrobas de café. Informa que três anos antes o número de escravos de ambos os sexos era de 2.873[678]. No entanto, o Censo de 1890 aponta 13.790 habitantes. Eram 6.675 homens (3.754 brancos, 950 pretos, 543 caboclos e 922 mestiços) e 7.115 mulheres (3.776 brancas, 1425 pretas, 533 caboclas e 1.022 mestiças)[679]. Uma singularidade é que Itu era um dos poucos municípios paulistas em que a população feminina superava a masculina.

Um outro fator deixava Itu em boas condições para ali Arcoverde se estabelecer. Embora Ianni afirme que a partir de 1850 a sociedade ituana tenha se afastado da religião e se tornado mais secularizada, não há dúvida que o catolicismo marcava o município, ainda que como mero adorno[680]. Itu respirava religiosidade desde o final do século XVIII e início do século XIX e chegou a ser denominada *A Roma brasileira*.

Em 1814, a cidade, com quase seis mil habitantes, abrigava 13 igrejas, sendo nove no núcleo urbano, e contava com 33 padres, sendo cinco regulares – números muito significativos para a época. Entre os templos, o mais dinâmico e conhecido não era a que sediava a paróquia da Nossa Senhora da Candelária, mas o de Nossa Senhora do Patrocínio, em cuja casa contígua vivia um grupo de sacerdotes liderado pelo padre Jesuíno do Monte Carmelo, "homem de muitas virtudes, algumas letras e pelos contemporâneos qualificado de insigne pintor"[681]. Mário de Andrade o considerava "a mais importante e curiosa figura da arte colonial paulista"[682].

---

[675] IANNI, p.25.
[676] Idem, 47-48.
[677] Sobre a indústria, DEAN, Warren. *A Fábrica São Luís de Itu: um estudo de arqueologia industrial*. Separata dos Anais de História, ano VIII – 1976. Assis, Instituto de Letras, História e Psicologia. 29 p.
[678] Ianni, p. 53-56.
[679] *Recenseamento de 1890*. Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, culto e analfabetismo, p. 134-135.
[680] IANNI, pag. 63-64.
[681] PINHEIRO, cônego J.C. Fernandes. Os Padres do Patrocínio ou o Porto Real de Itu. In: *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, tomo 33, volume 41, parte II, quarto trimestre de 1870. pag. 238.
[682] Cf. WERNET, pag. 41. Wernet informa que Itu abrigava então dois conventos masculinos – um franciscano e outro carmelita -, duas ordens terceiras e cinco confrarias.

Jesuíno do Monte Carmelo nascera Francisco de Paula Gusmão. Mudara de Santos para Itu a fim de construir a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Ali, casou-se com Maria Francisca de Godói, com quem teve três filhos e uma filha. Viúvo em 1793, quatro anos depois foi ordenado sacerdote e adotou o nome que recebera quando fez os votos de irmão terceiro carmelita. Dedicou-se então a construir a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio e aos exercícios espirituais ao lado dos filhos Elias e Simão, que também eram padres. A eles se juntaram outros dois sacerdotes, João Paulo Xavier e Manuel da Silveira. Não demorou muito e mais dois padres se integraram ao grupo: Diogo Antônio Feijó e Joaquim Antônio de Melo[683].

Os já chamados Padres do Patrocínio reuniam-se para estudos filosóficos e teológicos, diariamente realizavam exercícios espirituais e rezavam o ofício em comum, viviam em profunda austeridade e, nas sextas-feiras da Paixão, passavam por autoflagelação. "Davam cursos e conferências, procuravam influir na educação feminina e estavam sempre prontos para confessar o povo, ocasião de grande influência sobre o mesmo"[684].

Em 1820, os padres requerem ao Rei de Portugal o registro de congregação religiosa, mas o ouvidor de Itu, João Medeiros Gomes, deu parecer contrário, acusando o grupo de fomentar "desordem no seio das famílias e desunião entre várias pessoas" da cidade. Os padres eram então confessores respeitados, sobretudo de mulheres, e tinham grande influência sobre o ensino. Tornaram-se importantes demais para Itu. Os argumentos do ouvidor mostravam-se tipicamente iluministas. Era inadmissível sacerdote preso ao claustro, sem participação na vida civil[685].

O projeto de congregação religiosa não se concretizou, mas "foi certamente nesse grupo de padres que Antônio Joaquim de Melo e também Diogo Antônio Feijó foram despertados para o espírito de reforma e renovação do clero". Pelo menos é essa a avaliação de Augustin Wernet, em seu já clássico a *Igreja Paulista no século XIX*, em que estuda a ação de dom Antônio Joaquim de Melo como bispo de São Paulo[686].

De fato, os dois então sacerdotes empreenderão esforços consideráveis para reformar a Igreja. Um, Feijó, trilhou um caminho que o afastou da Santa Sé. Antônio Joaquim de Melo, ao contrário, perseguiu uma reforma conservadora, ultramontana e querida pela Cúria

---

[683] PINHEIRO, pag. 241. O outro filho de Jesuíno, Eliseu, que não abraçou o sacerdócio, foi "notável pintor e escultor". A filha, Maria Teresa, foi reitora do Recolhimento de Nossa Senhora das Mercês (pag. 238).
[684] WERNET, pag. 44. Jesuíno do Monte Carmelo morreu em 1819, cabendo ao seu filho Simão concluir a Igreja Nossa Senhora do Patrocínio, solenemente inaugurada em 1820.
[685] CAMARGO, monsenhor Paulo Florêncio da Silveira. Os Padres do Patrocínio. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 251, abril-junho de 1961. p. 227-232.
[686] WERNET, pag. 46.

Romana. Os dois pagaram alto preço, mas sem dúvida, Antônio Joaquim de Melo, obteve êxito, ainda que relativo, a custa de muita luta contra o clero liberal. Feijó, por seu lado, sofreu uma fragorosa derrota com a opção que fez.

O padre Antônio Joaquim de Melo ganhou notoriedade e prestígio junto ao Governo ao se posicionar em defesa da autoridade e da monarquia durante a Revolução Liberal, em Itu, onde nascera e ainda vivia. Sua oposição aos liberais liderados por Rafael Tobias de Aguiar colocou-o novamente em campo oposto ao do padre Feijó, arrolado entre os dirigentes da Revolução, derrotada pelo brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, já então Barão de Caxias, em junho de 1842, um mês após a deflagração do movimento[687].

Cinco anos depois, em 1847, quando da morte do bispo de São Paulo, dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, Antônio Joaquim de Melo foi indicado para sucedê-lo. O decreto de nomeação foi assinado pelo Imperador em 5 de maio de 1851. Não houve muita surpresa, apesar da idade avançada – 60 anos –, da falta de experiência administrativa e do pouco prestígio intelectual. Foi sagrado no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1852[688]. O novo bispo empreendeu uma reforma ultramontana que provocou uma crise permanente com o clero e o cabido.

O projeto de reforma de dom Antônio Joaquim de Melo era extenso, mas sem dúvida o ponto de maior contundência era o controle rigoroso sobre os padres até pelo menos a formação de um clero renovado, para o quê estabelecera o Seminário Episcopal sob a direção dos capuchinhos de Sabóia.

O bispo pretendeu também influir na educação dos jovens. Por isso, pensou em um colégio feminino e escolheu Itu para instalá-lo. A idéia era conseguir uma ordem religiosa européia para dirigi-lo. Dom Antônio Joaquim de Mello optou pelas Irmãs de São José. A indicação foi do Frei Eugênio de Rumilly, um dos três capuchinhos que atuavam no Seminário Episcopal e era primo de uma assistente geral da congregação sediada na cidade francesa de Chamberry. As religiosas chegaram a Itu em outubro de 1858 desfalcadas da superiora, madre Maria Basília, que morrera no Rio de Janeiro e só seria substituída por Maria Theodora de Voiron no ano seguinte[689].

O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio começaria funcionar em 1859 com o objetivo de atender às filhas da oligarquia paulista. A instituição implementaria uma educação

---

[687] A Revolução Liberal não foi o único episódio que marcou Itu. Em abril de 1873, a cidade foi também sede da Chamada Convenção de Itu, que, na casa de Carlos Nascimento de Almeida Prado, reuniu 83 representantes de clubes republicanos de 16 cidades.
[688] WERNET, pag. 98.
[689] Idem, pag 128.

conservadora, bem do interesse da classe dominante, que começava a considerar a necessidade de formar suas filhas com traços de civilização e urbanidade, típica de uma cultura burguesa que se impunha na sociedade brasileira, mesmo nas pequenas cidades do interior, principalmente em São Paulo.

Da mesma forma que as estradas de ferro, um colégio dirigido por religiosas francesas representava um sinal de civilização, o que havia de moderno. Uma modernidade, entretanto, conservadora, modernidade de forma e não de conteúdo. A modernidade conformada aos interesses daqueles proprietários de terra que dispunham de boas ferrovias, agora de uma escola afrancesada e de uma série de outros recursos então contemporâneos, mas mantinham em suas fazendas a escravidão, o maior símbolo de atraso.

Se esse era o objetivo da burguesia agrária para suas filhas, para a Igreja a pretensão também era clara: de posse daquelas moças seria possível instruí-las no catolicismo romanizado e fazê-las formadoras de seus maridos e filhos. Portanto, o colégio significava, sem dúvida, um vínculo entre a burguesia agrária, que se impunha, e a Igreja, que, assim, pôde dar continuidade ao projeto ultramontano, aproveitando-se das anuidades pagas ao colégio e formando agentes que atuariam junto à própria família[690].

O projeto pedagógico das Irmãs de São José era todo baseado no *Ratio Studiorum* – "que não se trata de um compêndio teórico, mas de um conjunto de regras práticas para a educação, conforme os preceitos católicos"[691] -, adotado pelos jesuítas desde o século XVI e retomado pela Igreja no século XIX, no curso do ultramontanismo. O sistema era de internato, que foi introduzido em São Paulo e posteriormente em outras províncias pelas Irmãs de São José de Chamberry. Portanto, o isolamento do mundo era a base do ensino.

> *Retiradas da vida corrente, as alunas absorviam um conjunto de normas e preceitos educativos planejados pelo centro do ultramontanismo, concretizando o projeto de formação de um alicerce religioso, sobre o qual se reconstruiria uma sociedade católica, ordeira, hierarquizada, moralizada, antimoderna, antiliberal, antifeminista*[692].

---

[690] Sobre o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo.*
[691] MANOEL, pag. 86.
[692] idem, pag. 51-52.

Em viagem que empreendeu a São Paulo, acompanhada da família, em 1884, a Princesa Isabel visitou o Colégio do Patrocínio. Anotou em seu diário que o internato, "muito espaçoso" tinha então mais de duzentas alunas, uma parte de órfãos que estudavam gratuitamente no mesmo edifício, "mas à parte"[693]. Funcionava também o externato, que atendia meninas pobres, com turmas pela manhã e à tarde. Certamente, essa ação das Irmãs de São José de Chamberry é responsável por ser Itu o único município de São Paulo e talvez do Brasil em que o número de mulheres alfabetizadas (1.456) superava o dos homens (1.445)[694].

A educação era tão importante para o projeto de romanização do Catolicismo Brasileiro que, nesse mesmo período, vários colégios dirigidos por congregações religiosas começam a se espalhar pela maioria das províncias. Mesmo as Irmãs de São José de Chamberry estenderam sua atuação por mais seis cidades paulistas – Campinas, Taubaté, Franca, Piracicaba, São Paulo e Jaú -, além de Curitiba[695].

A educação como arma ultramontana evidentemente também visava os meninos, não somente as meninas. Em Itu, o Colégio São Luís cumpria a tarefa. O estabelecimento começou a operar em maio de 1867, oito anos depois da inauguração do Colégio do Patrocínio. A idéia da instalação de um educandário masculino na cidade surgiu em 1863. Partiu do capelão das Irmãs de Chamberry, padre Antelmo Goud. O sacerdote, que trabalhava com as religiosas fazia seis anos, viajava da França para o Brasil quando, no mesmo navio, encontrou um grupo de jesuítas que se dirigia a Desterro (hoje, Florianópolis) para ver as condições para a abertura de um colégio.

Os jesuítas visitaram então Itu no segundo semestre de 1865, logo depois da instalação do colégio catarinense. Eram três padres, Jacques Razzini, Antônio Onoratti e Bartolomeu Taddei; um noviço, José Giomini; e um irmão coadjutor, Afonso d'Amicis. O colégio só começaria a funcionar dois anos depois, assim mesmo por força da intermediação de alguns proprietários de terra da região e depois que admitida a sugestão de que a direção do colégio ficasse com um brasileiro. O padre Jerônimo Pedroso e Barros aceitou a função de testa-de-ferro. É que a Inspetoria Provincial da Instrução Pública negava a licença solicitada pelo vigário de Itu, padre Miguel Correia Pacheco, para a instalação de um colégio dirigido por jesuítas.

---

[693] Cf. MOURA (org.), Carlos Eugênio Marcondes. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*, pag. 240. Um relatório de 1888 da Comissão Central de Estatística, assinado por Elias Antônio Pacheco Chaves indica que 30 órfãs estavam matriculadas gratuitamente no Internato. No externato estudavam 200 meninas gratuitamente. Cf. IANNI, p. 68.

[694] Recenseamento de 1890. Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, culto e analfabetismo, pag. 450.

[695] MANOEL, pag. 68.

O Colégio São Luís começou a funcionar provisoriamente no antigo Convento dos Franciscanos e ali ficou por dois anos, quando então se transferiu para o Seminário do Nosso Senhor do Bom Conselho. A instituição fora idealizada pelo padre José de Campos Lara, jesuíta até a extinção da ordem, que vivera exilado na Itália e, retornando ao Brasil, fixara residência na então Vila de Itu. Campos Lara morreu em 1821, mas o seminário foi aberto no ano seguinte e dirigido pelo padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho[696]. A seguir a instituição foi administrada pelo frei Joaquim do Livramento, por determinação do herdeiro de Campos Lara, o padre José Galvão de Barros França e funcionou até 1861, quando então foi vendido para a instalação do Colégio São Luís[697].

Um novo prédio foi construído e inaugurado em fevereiro de 1872, quando já contava com 400 alunos. Ali funcionou até 1918, quando foi transferido para a Avenida Paulista, onde está até hoje. Com ele e com o Colégio do Patrocínio, Itu "ganhou prestígio como centro educacional de categoria regional e mesmo nacional"[698].

Inicialmente os jesuítas e a burguesia agrária pretendia um colégio apenas para atender os filhos da oligarquia local, mas acabou matriculando jovens do Brasil inteiro, que eram formados nos parâmetros ideológicos do catolicismo ultramontano. Em seus primeiros setenta e cinco anos, comemorados em 1944, o Colégio São Luís recebera 8.358 estudantes de fora de São Paulo e 6.830 da província e posteriormente estado[699].

No mesmo dia em que visitou o Colégio do Patrocínio, a Princesa Isabel esteve no Colégio São Luís e registrou em seu diário:

> *Muito espaçoso, bons dormitórios, banhos, salas para aulas e uma magnífica sala para estudos, no fundo da qual há um bonito teatro, meninos muito contentes, cantaram, tocaram, fizeram bonitos discursozinhos.*
>
> *Há lugares vastos para recreio, cobertos e não cobertos, um começo de museuzinho dos meninos. Para estudos uma boa livraria e gabinete de física e química (...) O colégio tem uns trezentos e noventa e tantos meninos, e pareceu-me poder bem sustentar a excelente reputação de que goza*[700].

---

[696] Cf. WERNET, pag. 48-49.
[697] MANTERO, padre José Maria. Fundação do Colégio. *In: Anuário do Colégio São Luís 2000*, pag. 4-5.
[698] IANNI, pag. 67.
[699] CAVALHEIRO, Diogo. *O Colégio São Luís*, pag. 12-18.
[700] Cf. MOURA, pag. 240.

O método pedagógico era evidentemente o *ratio studiorum*, mas adaptado aos tempos ultramontanos. O objetivo era formar jovens fiéis à Igreja e respeitosos das instituições. Daí o êxito entre a burguesia rural, que, se buscava a modernidade das novas técnicas de produção e dos meios de transportes, em matéria de educação preferia deixar tudo como estava.

Ao chegar em Itu, Joaquim Arcoverde foi trabalhar no Colégio São Luís, que tinha então o padre José Maria Mantera por reitor e já era um centro irradiador da cultura e da ideologia ultramontanas. O bispo acumulara uma boa experiência em educação nos tempos recifenses. No novo posto, atendia confissões, celebrava missas nos dois colégios católicos e nas diversas igrejas da cidade, inclusive na matriz de Nossa Senhora da Candelária, pregava, ensinava o catecismo aos domingos, presidia procissões e fazia discursos.

Deu aulas por um curto período em 1892, de francês e latim[701]. Na verdade, o período de Arcoverde como professor em Itu deve ter sido pequeno. É que em 1892, a febre amarela grassou na região. O colégio, já uma instituição próspera e com muitas propriedades, teve que suspender as aulas por um longo período. Os jesuítas e Arcoverde tiveram importante atuação no combate à epidemia[702].

Uma das cerimônias que presidiu foi de crisma no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Certamente que para isso recebeu autorização de dom Lino Deodato, já que o sacramento da confirmação é privilégio do bispo e uma de suas fontes pessoal de renda. Em 16 de setembro de 1891, Joaquim Arcoverde crismou 34 estudantes, das quais foi padrinho de cinco: Cândida Joly, Maria Antônia de Toledo Soares, Isabel de Sampaio Leite, Laura Bierrembach e Joaquina Pupo Nogueira[703].

Arcoverde pôde também participar das procissões de Itu. Eram cerimônias pomposas, com ricos andores e a presença de todas as irmandades, confrarias, ordens terceiras e associações devocionais da região. Como em todos os lugares em que as regras da romanização não haviam ainda se tornado hegemônicas, as procissões muitas vezes revestiam-se de caráter festivo que podiam escandalizar os estrangeiros. Por isso, um jesuíta italiano que atuava no São Luís tentou modificá-las, separando as mulheres dos homens, "mas a sua inovação não pegou"[704].

---

[701] Álbum comemorativo do 75°. aniversário do Colégio São Luís – 1867–1942, pag. 21.
[702] CASTRO, Fernando Pedreira. *Histórico do Colégio São Luís*, pag 34-35, datilografado.
[703] CUNHA, Maria Iza Gerth. *Educação feminina numa instituição total confessional: colégio Nossa Senhora do Patrocínio*, pag 190-191.
[704] NARDY FILHO, *A cidade de Itu*, vol. 3, pag 73.

Por muitos anos, a procissão de *Corpus Christi* foi a mais importante, reunindo uma multidão que saía às ruas, deixando clara na sua organização a divisão social que marcava a vida do Brasil no século XIX. Entretanto, os jesuítas não estavam em Itu apenas para dirigir um colégio e conduzir a consciências dos filhos da burguesia agrária. Eram também agentes romanizadores e conseguiram fazer a procissão da São Luís Gonzaga a mais imponente de toda a região.

A procissão "era sempre presidida por um bispo". Arcoverde as dirigiu enquanto viveu em Itu. Mais tarde, já bispo do Rio de Janeiro, voltou à cidade para presidir uma outra procissão, que se tornaria com o tempo pelo menos tão suntuosa quanto à de *Corpus Christi* ou a de São Luís Gonzaga: a do Sagrado Coração de Jesus – a mais importante devoção ultramontana em todo o mundo, difundida pelos jesuítas e pelas Irmãs de São José. Arcoverde fora convidado para a festa de imposição de "preciosa auréola na imagem do Sagrado Coração", a qual compareceram "grande número de senhores bispos".

> *Essa procissão foi, na verdade, imponentíssima; todas as fachadas das casas das ruas por onde passava (...) ostentavam ricas e artísticas ornamentações, lindos escudos e colchas de fino damasco e festões de flores e folhas; diversos cordões de lâmpadas elétricas iluminavam o Largo do Bom Jesus; a fachada dessa Igreja, desde a porta até a cruz que a encima, se encontrava ornada com cordões de lâmpada multicores"*[705].

Está preservado apenas um dos discursos formulados por Arcoverde. Foi na festa de trezentos anos da morte de São Luís Gonzaga, a qual compareceram, como todos os anos, familiares dos estudantes, muitos deles vindos de outras cidades de São Paulo e mesmo de outros Estados. É um discurso pronunciado na capela do Colégio, no dia 12 de julho de 1891, redigido em 16 folhas pautadas de caderno, frente e verso. O tema é mesmo sobre São Luís Gonzaga, a quem qualifica de "herói da santidade juvenil".

Os jesuítas buscavam propagar entre os jovens a devoção ao italiano São Luís Gonzaga, o *patrono da juventude* que morrera aos 23 anos como membro da ordem. Em época de regime militar, Arcoverde não deixa de destacar o fato que desde criança, Luís Gonzaga vestia farda e que estava sendo encaminhado ao serviço nos exércitos do pai, o marquês Ferrante Gonzaga. Vocação não lhe parecia faltar, porém o jovem, que aos 12 anos recebera a

primeira comunhão das mãos de Carlos Borromeu, preferiu, dois anos depois, entrar no noviciado da província romana dos jesuítas, dirigida então por Roberto Belarmino.

Um personagem, portanto, significativo para quem desejava inculcar naqueles adolescentes o sentido de que o compromisso com a Igreja e a religião é o maior de todos. Arcoverde compara o herói com o santo:

> *E o que vem a ser um herói? O herói é a humanidade natural elevada à sua mais alta expressão. E o santo? O santo é o homem que em tudo o que forma um herói não vê senão coisas simples e de pouco valor. O Santo é (...) um herói diante do qual desaparecem todos aqueles que desta apelação se honram na história da humanidade. A diferença é que os santos foram sempre heróis, e os heróis nem sempre foram santos*[706].

O discurso é um claro elogio ao caráter militarista, muito freqüente no clero daquele período e típico do triunfalismo católico. Desde criança - narra Arcoverde - Luís Gonzaga veste armas, cinge espada, impunha lança e marcha "com passo firme na frente dos soldados que se preparam para a guerra africana capitaneados por seu pai". O caráter militar é genético, uma predestinação familiar, mas o heroísmo, assim como a santidade, nasce do esforço pessoal, da vontade, e é construído em um determinado ambiente.

> *Os bravos nascem bravos! Nas veias de nosso pequeno militar corre o sangue dos famosos gonzagas; e seus ouvidos recolhem ainda os ecos dos seus avós e parentes coevos (...). Ao lado do marquês, seu pai, mais soldado que príncipe, vive no meio de armas e dos armados, e guerras, vitórias, conquistas, triunfos são o assunto constante (...). Tudo concorre para fazê-lo um herói*[707].

Arcoverde afirma que o militar e o santo têm as mesmas virtudes de coragem, bravura, disciplina, respeito à hierarquia, abandono de si. Assim, busca convencer os jovens alunos do

---

[705] NARDY FILHO, pag. 73.
[706] ARCOVERDE, Joaquim. *Herói da santidade juvenil - 12 de julho de 1891. Pasta Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde*, documento 22, folha 5, verso, e folha 6, frente. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
[707] Idem, folha 7, frente.

Colégio São Luís do valor da vida sacerdotal, comparando-a com a vida de soldado. Afinal, depois da República, dois anos antes, os militares haviam chegado ao poder no Brasil. Foi assim que procedeu o *patrono da juventude*:

> *Todas essas belas e raras qualidades, porém, ele as reserva para uma outra milícia, mais nobre e mais remontada. Outras batalhas o esperam, outros inimigos o aguardam, outra fama, outra celebridade. Os belicosos exemplos dos primeiros anos são apenas símbolos e prenúncios do futuro*[708].

O bispo recorda a resistência do pai à vocação do filho, que se manteve firme no desejo de ingressar na Companhia de Jesus e tornar-se sacerdote. Portanto, a virtude que permitiu a Luís Gonzaga concretizar o sonho de ser um religioso foi a firmeza, "o segredo com que os grandes caráteres dominam o mundo". Assim, pôde seguir Santo Inácio de Loyola, "herói de Pamplona, depois herói da Igreja (...) e de uma vez romper com as glórias do mundo e procurar *melhores destinos* nos domínios da santidade"[709].

Arcoverde permanecerá em Itu até o início de setembro de 1892. Em 26 de agosto, o breve apostólico *Apostolactus Oficium*, assinado pelo Papa Leão XIII, designava-o bispo titular de Argus e coadjutor da Diocese de São Paulo[710]. A decisão estava tomada desde 1°. de agosto, conforme o representante do Brasil junto à Santa Sé informou ao chanceler Justo Chermont, assinalando que fora dom Lino Deodato que indicara seu nome[711]. Assim, a Santa Sé pretendia por fim a crise disciplinar na Igreja paulista, nomeando um prelado forte com total autonomia, em substituição a um já considerado incapaz de dirigi-la.

A designação repercutiu bem no episcopado. Havia entre os bispos um sentimento de incômodo com a situação de bispo resignado de Goiás. Dom João Esberard, de Olinda, sentiu-se pessoalmente aliviado com a designação de Arcoverde para coadjutor em São Paulo. "Era, com efeito, imenso o pesar com que via prolongar-se por tanto essa situação duvidosa e precária a que reduzia a inépcia de quem já deve estar humilhado"[712].

---

[708] Idem, folha 7, frente e verso.
[709] Idem, folha 11, verso. O grifo é meu.
[710] Bispo de Argus é um título *in partibus infidelium* (na região dos infiéis) que recebem os bispos auxiliares, como se fossem titulares de uma diocese da antiguidade cristã.
[711] *Ofício de Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo, representante brasileiro junto à Santa Sé, a Justo Leite Chermont, ministro das Relações Exteriores – 2 de agosto de 1892.* Arquivo Histórico do Itamarati 219-4-9.
[712] ESBERARD, João, bispo de Olinda. *Carta, a Joaquim Arcoverde – provavelmente 14 de setembro de 1892.* Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, pasta Província de Pernambuco.

Arcoverde nunca reclamou de sua condição em São Paulo, como bispo resignatário. Mas, alguns anos depois, já cardeal, escreveu sobre isso a dom Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo. Orgulhava-se de sua atitude. Observou em carta particular que jamais qualquer pessoa criticou o dom Lino Deodato por não lhe dar qualquer trabalho pastoral nos dois anos que passou em Itu. E mesmo já coadjutor com direito à sucessão, o bispo ainda titular nunca lhe permitiu que "saísse a visitar qualquer canto da diocese, ainda quando era reclamada" a sua presença. "Ninguém que me conste censurou o senhor bispo por esse motivo"[713].

Já há muito, dom Lino Deodato insistia pela nomeação de um coadjutor. Praticamente se afastara de São Paulo. Um missionário italiano chegou a procurá-lo no ano anterior para tratar de assuntos pastorais e só foi encontrá-lo em São Bento do Sapucaí, em retiro espiritual. O bispo ficou irritado com a presença do padre porque – conforme disse – estava ali exatamente para não tratar de assuntos diocesanos[714]. Tão logo Arcoverde chegou a São Paulo, dom Lino Deodato viajou para Aparecida, onde morou na casa do padre Claro Monteiro. Só muito raramente deslocava-se à capital.

Antes de assumir suas novas funções, Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti viajou a Pernambuco. Foram quatro meses em processo de reflexão e planejamento. Era um novo começo, agora com autonomia. Aos 42 anos, era um homem preparado. E a Cúria Romana nele confiava. Acreditava que ali estava o bispo capaz de exercer a autoridade no controle do clero e de negociar com o novo regime. Capaz de dar vida nova à diocese e se aproximar dos donos do café. Ficou em Olinda até 5 de dezembro de 1892, quando embarcou para o Rio de Janeiro, de onde então seguiu de trem para São Paulo. Tomou posse a 11 de fevereiro de 1893.

A cidade onde Arcoverde vai morar pelos próximos quatro anos está em intenso processo de urbanização. São Paulo o marcará para sempre, a ponto de constantemente manifestar saudade do tempo em que ali passou e inveja de dom Duarte Leopoldo e Silva por nela morar. Era um período de "turbulento crescimento"[715]. De uma população de 23.243 habitantes, de acordo com o censo de 1872, passou a 64.934 pessoas em 1890 – aumento demográfico provocado principalmente pela chegada de imigrantes europeus. Uma cidade que não passava de uma pequena aldeia colonial em meados do século, tornava-se rapidamente a

---

[713] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, bispo de Curitiba – Rio de Janeiro, 20 de maio de 1906.* Arquivo da Cúria de São Paulo.
[714] GAETA, pag. 175
[715] MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*, pag. 250.

Metrópole do Café. De décima cidade do país para segunda[716]. A cidade se transformava a ponto de só "guardar um tênue vínculo social com seu passado oitocentista[717].

Não eram somente os imigrantes que enchiam a cidade, mas também parte significativa da burguesia agrária, evidentemente em número muito menor. Com uma malha ferroviária cobrindo boa parte do estado, os fazendeiros começaram a levar a família para viver na capital, já que em algumas horas poderiam estar de volta à fazenda, se necessário. Buscavam novos serviços, melhor educação para os filhos e as modernas comodidades burguesas. Será necessário construir todo um novo equipamento urbano para dar conta desse movimento, abordado por Richard Morse:

> *Uma comparação dos censos de 1872 e 1890 revela: o aparecimento de uma classe capitalista; o influxo de fazendeiros para a cidade; maior número de mulheres nas profissões liberais; e, em geral, um abandono das ocupações rurais pelas comerciais, industriais, burocráticas e intelectuais*[718].

Um observador contemporâneo, aluno da Faculdade de Direito, recorda uma São Paulo ainda em 1890 com "aspecto triste e pacato de uma cidade provinciana"[719]. A capital estava dividida então em oito distritos – Norte, Sul, Santa Efigênia, Santana, Consolação, Brás, Nossa Senhora do Ó e Penha de França. São seis paróquias. A maior de todas é a do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, do Distrito do Brás, com 16.807 habitantes (8.964 homens e 7.843 mulheres). A segunda em população é a de Nossa Senhora da Assunção da Sé, com 16.395 habitantes (8.656 / 7.739), e compreende os distritos Norte e Sul da Cidade.

As outras quatro paróquias eram então as de Nossa Senhora da Conceição (Distrito de Santa Efigênia), com 14.025 habitantes (7.342 / 6.683); Nossa Senhora da Consolação de São João Batista (Consolação), com população de 13.337 pessoas (6.951 / 6.386); Nossa Senhora da Expectação do Ó (Nossa Senhora do Ó), com 2161 habitantes (2.161 (1.123 / 1.038); e

---

[716] Segundo Lilia Moritz Schwarcz, a cidade tinha 25 mil habitantes em 1875 e 44.030 em 1886, atingindo 193 mil em 1893, ou seja, um aumento de 300 por cento em três anos. Cf. SCHARCZ, Lília Moritz, *Retrato em branco e preto*, pag. 46. Uma outra autora, citando João Pedro da Veiga Filho, estima a população em 1896 em 150 mil, sendo 50 mil imigrantes. PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, vol. 2, pag. 105.

[717] ALENCASTRO, Luiz Felipe. Introdução. Modelos da história e da historiografia imperial. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2, pag. 9.

[718] SCHWARCZ, pag. 238.

[719] SOUZA, Everardo Vallim Pereira. Reminiscências acadêmicas (1887-1891): metamorfose de paulicéia provinciana em grande metrópole.In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. Vida cotidiana em São Paulo no século XIX, pag. 203-220.

Nossa da Penha de França (Distrito da Penha de França), com 2.209 pessoas (1.200 homens e 1.009 mulheres)[720].

Arcoverde vai dividir com dom Lino Deodato um sobrado localizado na Rua do Carmo, que era então o Palácio Episcopal. A Cúria Metropolitana funcionava na parte inferior do prédio, rente à calçada. Os dois bispos moravam na parte superior[721]. O enriquecimento da burguesia rural paulista nos últimos anos ainda não se refletira na arrecadação da Igreja e não era possível a construção de uma nova residência para o bispo, o que ocorrerá alguns anos mais tarde, já com dom Duarte Leopoldo e Silva. Além disso, até janeiro de 1890, era de responsabilidade do poder público a manutenção do culto, incluindo nesse caso os bens imobiliários eclesiásticos. Entretanto, o Governo Imperial relutava em efetuar as melhorias materiais que a Igreja reivindicava.

A Rua do Carmo, onde ficava também o Recolhimento de Santa Teresa, ainda conservava o caráter de zona elegante. Nela havia morado a Marquesa de Santos, casada então com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, o líder da Revolução Liberal de 1842. Grande anfitriã, até a sua morte, em 1867, abriu muitas vezes à sua casa para festas que ficaram famosas na cidade.

A residência episcopal ficava bem perto da então Catedral de São Paulo, no então pequeno Largo da Sé. Era uma igreja acanhada, abarrocada com apenas uma torre e escadaria na frente, com fundos para a Rua Barão de Paranapiacaba. Quando Arcoverde chegou a São Paulo a catedral estava em obras. Foi nessa intervenção que Almeida Júnior pintou os forros internos com painéis representando Nossa Senhora, na capela-mor, e a conversão de São Paulo, no corpo do Edifício[722]. A fachada, entretanto, continuou "sombria e triste"[723].

Já havia planos para a construção de um novo templo, mas isso só ocorrerá na década de 1910, depois de um acordo entre a Igreja e a Prefeitura de São Paulo, que produziu uma intervenção radical, com a demolição total dos antigos quarteirões e ampliação do largo.

Arcoverde e de dom Lino ficavam também perto de onde gravitava a cidade, isto é, em torno do chamado Triângulo: as ruas São Bento, Imperatriz (com a República, Quinze de Novembro) e Direita, que confluíam para o Largo do Rosário (depois Praça Antônio Prado) e ligavam os mosteiros do Carmo, de São Francisco e de São Bento. Ali ficavam os edifícios

---

[720] *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Synopse*, pag. 129.

[721] Na verdade, dom Lino Deodato só ficava na residência da Rua do Carmo nas poucas vezes em que deixava Aparecida e ia a São Paulo. Era um prédio suficientemente grande para abrigar os dois bispos e mais os hóspedes. O imóvel foi vendido mais tarde para a Companhia do Gás.

[722] BRUNO, Ernani. *Histórias e tradições da Cidade de São Paulo*, vol. 3, pag 1.312.

[723] Idem, pag 1.453. A velha Sé foi demolida em 1912.

"considerados elegantes para a época, em geral de um ou dois andares"[724]. Formava o conjunto de artérias do centro de São Paulo calçadas com paralelepípedos desde 1872. Pelo triângulo passavam artistas, políticos, gente bonita, vestida à européia e na última moda, empresários brasileiros e estrangeiros, jornalistas e ricos e desocupados. Um beneditino francês que passou por São Paulo no início de 1911 conta em seu livro que ali se discutia política e comércio e era onde "bat la cour de Saint-Paul"[725].

O centro ia do Mosteiro de São Bento ao Campo da Forca (Liberdade) em uma direção e da Capela dos Aflitos à chácara dos ingleses, em outra. Para o acesso à essa área central havia, desde 1872, bondes de tração animal. Em 1890, o número de linhas chegava a sete, com 25 quilômetros, com 319 animais e 43 carros que transportavam um milhão de pessoas por ano[726]. No centro, os bondes trafegam pela Quinze de Novembro, onde estavam localizados ateliês de fotógrafos conceituados, como Giovanno Saracino, e as sedes de bancos europeus, da Livraria Garroux e de clubes como o Internacional e o Jóquei. Ali também ficavam as redações dos dois principais jornais paulistas: o Correio Paulistano e o Estado de São Paulo[727]. Era o ponto de encontro dos estudantes de Direito.

Porém, Carl Koseritz, um jornalista alemão que visitou a cidade em 1883, considerava a Rua São Bento a mais importante, apesar de "estreita e não muito arejada". Nela morava Antônio Prado e estavam instalados a escola alemã e o Grand Hotel, que ele tinha como "o melhor do Brasil"[728]. A mais bonita, na opinião do jornalista, era a Direita, que lembrava o Rio de Janeiro[729].

É claro que essa era apenas uma parcela da região central da cidade. A maior parte estava tomada por velho casario, abandonado pela burguesia com a formação de novos bairros elegantes, e por cortiços, a maioria deles feito de taipa mesmo ou de material ainda mais frágil. Ali moravam os pobres, brasileiros ou imigrantes, brancos e negros. Eram pequenos quartos de no máximo vinte metros quadrados, com banheiro coletivo, típicos das maiores cidades brasileiras de então[730]. Residências insalubres, responsáveis pela propagação de uma

---

[724] Idem, pag 937.
[725] GAFFRE, L. A. *Visions du Brésil*, pag. 158.
[726] SCHWARCZ, Lilia Moritz, pag. 45.
[727] Idem, pag. 50.
[728] Antônio Prado mudaria depois para a Chácara Carvalho, que – projetada por Ramos de Azevedo - mandara construir no final da Alameda Barros. AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*, pag. 367.
[729] KOSERITZ, Carl. *Imagens do Brasil*, pag. 252-255. Nascido em 1830, Koseritz veio para o Brasil em 1851, como soldado mercenário. Encerrado o contrato, fixou-se no Sul do país e aí viveu por 32 anos, atuando como jornalista político. Em 1883, passou quase sete meses na Corte e, quando retornava ao Sul, permaneceu alguns dias em São Paulo. Morreu em 30 de maio de 1890, quando se preparava para uma nova viagem ao Rio de Janeiro.
[730] WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3, pag. 102

série de doenças que infestava o ambiente urbano de São Paulo e Rio de Janeiro, a febre amarela entre elas. Por isso, as duas cidades perdiam uma parcela dos habitantes durante o verão: quem podia, saía para lugares mais seguros.

Koseritz deixou uma descrição dessa antiga região:

> *As ruas são estreitas, tortuosas, ligadas em todas as direções e interrompidas por uma quantidade de praças pequenas e irregulares, como por exemplo as da Sé (...), a Municipal, o Largo do Rosário e mesmo o Largo de São Bento*[731].

O jornalista desenvolveu também uma visão bem humorada da São Paulo que conheceu:

> *Parece que os paulistas eram em geral idealistas, pois deram nomes curiosos a partes de sua cidade. Assim, o lugar mais solitário da zona nova se chama Campos Elíseos e uma pequena ilha no Ribeirão do Inhangabaí, onde está o quartel general das lavadeiras, se chama Ilha dos Amores! O cemitério está na Consolação e a cadeia na Liberdade*[732].

A população aumentava ainda mais após a colheita de café. Findo o trabalho na fazenda, os imigrantes punham-se em movimento, aproveitando as facilidades proporcionadas pelas estradas de ferros[733]. Uns procuravam outros patrões no próprio ambiente rural, outros iam para a cidade, aumentando o número de desempregados, de desocupados, da reserva de mão-de-obra da indústria e dos que davam ouvido aos anarquistas.

A região central inchou de tal maneira que não tinha mais lugar para os novos imigrantes que chegavam a uma cidade que já experimentava um crescimento sem precedente. Logo-logo os novos habitantes de São Paulo se dirigiriam ao Brás, à Mooca, ao Bom Retiro, à Barra Funda, ao Pari, ao Bom Retiro. Como certas partes do centro, esses bairros não tinham ruas calçadas, o que provocava muita poeira e lama, conforme testemunhou um contemporâneo. A iluminação pública era precária e o trânsito reduzido.

---

[731] KOSERITZ, pag. 254.
[732] Idem, pag. 256.
[733] "Uma das características do sistema de trabalho de São Paulo foi sempre a grande mobilidade do imigrante" – PETRONE, pag. 110.

"Todo mundo se conhecia"[734]. Os novos moradores não poucas vezes ultrapassavam o limite da capital e chegavam a Santo André, São Bernardo e São Caetano[735].

Koseritz achava "tristes os arredores de São Paulo". O Brás, por exemplo, lhe causou má impressão[736]. Gaffre descreve-o como um imenso bairro popular e laborioso[737]. Com o incremento da imigração e a mudança dos imigrantes para a capital paulista, o bairro foi ocupado por espanhóis e, principalmente, italianos. Formava com o Bom Retiro, a Luz e a Mooca a zona industrial da cidade[738]. O Seminário Episcopal de São Paulo estava então cercado por fábricas. Havia também os bairros onde os negros podiam exercitar a solidariedade e a camaradagem, criar laços e desenvolver formas de expressão que depois se incorporariam à chamada cultura popular – o que ocorria também no Rio de Janeiro. Bairros como Bexiga, Barra Funda, Lavapés e Cambuci[739].

A presença de uma burguesia agrária que deixava o campo em busca da cidade e, conseqüentemente, de um certo refinamento, vai suscitar ações e investimentos públicos privados para atender as necessidades que se apresentavam. Uma das primeiras conseqüências é o surgimento de novos bairros e mudanças arquitetônicas significativas, que alteraram a face de uma cidade que se construíra até então sem separações espaciais muito evidentes.

Os mais endinheirados que buscavam refinamento acabam por separar-se. Afinal, é com a urbanização que penetra a cultura burguesa moderna e que se acentuam as relações capitalistas. Surgem então bairros elegantes para abrigar esses que já estavam em São Paulo e a burguesia agrária que deixa suas fazendas em direção à cidade. Campos Elíseos, mencionado por Koseritz, partes de Santa Efigênia, um pedaço da Liberdade e Higienópolis, arruado a partir de 1893. Dois anos antes, a Avenida Paulista fora inaugurada. Seria a via dos imigrantes enriquecidos, dos novos industriais, da burguesia rural, dos banqueiros e dos grandes comerciantes. Avenida como qualquer outra dos bairros elegantes das principais cidades européias.

Esses novos bairros e espaços conquistados – "ilhas de refinamento"[740] - são agora o palco em que se exibem as transformações proporcionadas pela sociedade burguesa. Surgem os palacetes de padrão europeu, sobretudo francês. Neles morava gente como Antônio Prado

---

[734] SOUZA, Reminiscências acadêmicas, in: MOURA. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*, pag. 205.
[735] Sobre isso, MARTINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3, pag. 131-214.
[736] KOSERITZ, pag 261.
[737] GAFFRE, pag. 160.
[738] AMERICANO, pag. 104.
[739] WISSEMBACH, pag. 99. A autora assinala que situação semelhante pode ser encontrada em outras cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e Porto Alegre.
[740] MORSE, pag. 259.

Júnior, que ocupava todo um quarteirão de uma transversal à Avenida Higienópolis. Antônio Penteado, o conde Álvares Penteado, vivia em uma chácara em outro quarteirão da mesma avenida, com fundos para a Rua Maranhão e com Itambé e Sabará dos lados. Era uma casa em estilo *art nouveau*, o preferido para as novas residências. Tudo o que lembrasse o barroco era descartado de imediato. As técnicas de construção também mudavam. A maneira de construir portuguesa cedia lugar à italiana. "Chalés suíços e palacetes luxuosos surgiam a atestar a nova riqueza do café"[741].

Gaffre observou que a maioria das casas era de estilo italiano, com balaústres, cornijas e estatuetas coloridas. O religioso viu leões de face jovial sobre os muros. Relata em seu livro que os bairros novos são opulentamente arborizados. As casas mantinham as janelas sempre abertas, permitindo quem passasse de fora ver o mobiliário e o que acontecia dentro[742]. O monge beneditino qualificou de "magnifique", o Viaduto do Chá, inaugurado em 1892, e de "splendide" a Avenida Paulista, que compara a algumas avenidas de Nova Iorque[743].

Koseritz também conheceu essa nova zona elegante de São Paulo e a comparou com a velha região central da cidade:

> *A parte nova (...) é regularmente construída, possui quarteirões bem desenhados, ruas largas e tem aspecto moderno. Com o meu amor pelas velharias, a antiga cidade me pareceu mais amável, ainda que possua demasiado número de igrejas, coisa chocante para um homem pouco habituado a elas.*

O jornalista alemão contou 19 igrejas. "E que igrejas! Edifícios enormes, construídos na maior parte de taipa, mas que ainda estão de pé". Relata em seu livro que a cidade chegou a ter 17 conventos, reduzidos a quatro no período em que esteve em São Paulo: Luz, São Bento, Carmo e Santa Teresa[744]. A maior parte dos templos pertencia a irmandades, que ainda exerciam grande poder sobre a vida religiosa na maior parte do país. As irmandades serão tratadas com moderação por dom Lino Deodato e vão tornar também objeto das preocupações de Arcoverde administrou a Diocese de São Paulo.

Era essa apenas uma das questões que envolviam o governo diocesano. Arcoverde precisava organizar a Igreja em São Paulo para enfrentar os novos tempos republicanos. Ele e

---

[741] Idem, pag. 256.
[742] GAFFRE, pag. 151-142.
[743] Idem, pag. 158-159.
[744] KOSERITZ, pag. 254.

todos os outros bispos, sob a coordenação e o controle da Internunciatura Apostólica estarão de corpo e alma envolvidos nisso.

Depois de um período em Pernambuco e um rápida passagem pelo Rio de Janeiro, Arcoverde desembarcou em São Paulo em dezembro de 1892 para assumir o controle total da Diocese como coadjutor de dom Lino, já recolhido a Aparecida. No dia 8, dom Lino Deodato divulgou Carta Pastoral comunicando a nomeação do coadjutor. Sua posse, entretanto, oficialmente só se dá em 11 de fevereiro de 1893.

Antes, em dezembro, no dia da Festa da Imaculada Conceição, dom Lino Deodato difundiu Carta Pastoral. Conta que solicitara um coadjutor com direto à sucessão, porque, aos 66 anos, sentiu que suas forças diminuíam, sabia que sua saúde estava em situação "precária" e experimentava "tribulações de espírito". Informa que foi ele mesmo quem indicou ao Papa o nome de Arcoverde, que já vivia na diocese e que era bem conhecido no Brasil e no exterior, "especialmente em Roma, onde fez e completou seus estudos"[745].

A Diocese era imensa. E era maior ainda até pouco antes de Arcoverde tornar-se coadjutor porque incluía também o Estado do Paraná. Em 27 de abril de 1892, pela bula *Ad universas orbis Ecclesias*, Leão XIII criou a Diocese de Curitiba, que incorporava também Santa Catarina, desmembrado do Rio de Janeiro. Entretanto, ainda pertencia a São Paulo o Sul de Minas. Um total de 136 municípios, 215 distritos e 170 paróquias paulistas e dois municípios – Campanha e Pouso Alegre –, dez distritos e nove paróquias mineiras. Uma população de mais de 1,4 milhão de pessoas, de acordo com o Censo de 1890[746].

Arcoverde ficou cerca de um ano como coadjutor, administrando integralmente a Diocese. Coube a ele, inclusive, fazer a visita *Ad sacra limina apostolorum*, que o titular de diocese deve fazer a Roma a cada cinco anos. O coadjutor encontrou em um decreto de 1592 a possibilidade de ele mesmo cumprir o preceito, já que há dez anos dom Lino Deodato não a cumpria. Em 6 de abril recebeu a procuração do bispo e viajou para Roma a 9 de maio de 1894[747]. Foi recebido pelo papa, conversou com o secretário de Estado, o cardeal Mariano Rampolla, apresentou os relatórios diocesanos às organismos competentes da Santa Sé e fez as visitas de praxe.

Pretendia também conseguir religiosos para atuar em São Paulo. Foi um dos temas da conversa com Rampolla, que lhe deu carta de recomendação aos superiores das ordens e

---

[745] DEODATO, Lino. *Carta Pastoral, apresentando o bispo titular de Argos e coadjutor em São Paulo, dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti*, pag. 6-7.

[746] Pertencia também à Diocese de São Paulo o distrito de Guaxupé, Município de Mozambinho. *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, Synopse*, pag. 50, 59 e 60.

congregações sediadas em Roma. Não obteve o sucesso que esperava. Apenas conseguiu o apoio dos redentoristas, que decidiram mandar dois missionários para atuar em Aparecida, e da Congregação dos Filhos do Imaculado Coração de Maria, que ficou de mandar cinco sacerdotes e três irmãos leigos[748].

Arcoverde sentiu-se motivado a procurar os redentoristas dado o êxito de dom Eduardo Duarte da Silva, que conseguira missionários alemães da Baviera para Goiás. O bispo coadjutor de São Paulo teve um pouco mais de dificuldade do que dom Eduardo. Entretanto, em 31 de julho, o superior-geral, padre Matias Raus, comunicou a decisão de estabelecer uma missão em sua diocese[749].

O bispo saiu de Roma a 6 de agosto de 1894 em direção a Paris para tratar de assuntos diocesanos. No dia 21 recebeu o telegrama com a notícia da morte de dom Lino Deodato, ocorrida dois dias antes, em Aparecida. Arcoverde disse que ficou surpreso com a informação porque até então, por cartas que recebera do próprio bispo e de outras pessoas seus estado de saúde era tranqüilizador[750].

O bispo retornou logo que pôde. Encontrou a diocese envolvida em nova crise. Os cônegos, com os quais dom Lino Deodato nunca mantivera boas relações, não compareceram em número significativo à Estação do Brás para receber o corpo do bispo. Também não permaneceram no velório. Nenhuma autoridade pública apareceu na catedral.

O problema agravou-se nos dias subseqüentes. O Cabido entendeu que havia vacância e decidiu reunir-se para eleger um vigário capitular. O vigário-geral, monsenhor Barroso, apoiado pela Internunciatura, interveio para mostrar que não havia vacância, que dom Joaquim Arcoverde era coadjutor com direito à sucessão e que, portanto, era o titular, embora estivesse em viagem ao exterior. Tudo deveria permanecer como estava, com o monsenhor Barroso no exercício do governo da Diocese, conforme Arcoverde determinara antes de viajar[751].

O novo bispo tomou posse tão logo desembarcou em São Paulo, mas só pôde divulgar a sua carta pastoral em outubro de 1894. Na primeira parte de sua carta pastoral, Arcoverde

---

[747] Em Roma, encontrou com o bispo de Goiás, dom Eduardo Duarte da Silva, que também estava em visita *ad limina* e que viajara um mês antes. WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil*, vol. 1, pag. 15

[748] Em 1891, dom Lino Deodato tentara obter o concurso dos passionistas para o Santuário de Aparecida, mas não obteve êxito. O bispo tentava "moralizar" o santuário e já tinha até mudado o tesoureiro, nomeando um leigo, João Maria de Oliveira César, para a função. O bispo tentara também os salesianos, mas também nada conseguiu. Cf. BRUSTOLONI, Júlio J. *História de N.S. da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*, pag. 275-276.

[749] WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil*, pag. 24-29.

[750] ARCOVERDE, Joaquim. *Carta Pastoral saudando os seus diocesanos – 26 de outubro de 1894*, pag. 5.

[751] Cf. GAETA, *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*, pag. 177-179.

historia seu trabalho em São Paulo, primeiro em Itu e depois na capital, já como coadjutor de dom Lino Deodato. Relata o quê foi a visita *ad limina apostolorum* que empreendeu à Santa Sé[752].

A seguir faz uma avaliação do momento, com sua "torrente de erros, cada qual mais pernicioso", que é a causa "as ruínas e os destroços de antigas e robustas instituições". Tudo está completa e radicalmente desorganizado por causa de "doutrinas subversivas da ordem moral e social". Arcoverde reclama do desconhecimento do "sacrossanto princípio da autoridade" e da anarquia intelectual, moral e política que domina toda a sociedade[753].

Da carta pastoral emana a sua compreensão do papel de bispo. É a cabeça da Igreja, a qual todos estão sujeitos; aquele que tem "uma missão toda divina, missão de paz, de reconciliação e de caridade"[754]. É "o vigia dos costumes e a garantia da disciplina"[755].

Ao clero, incluído aí os cônegos, os sacerdotes sem paróquias, os vigários, os religiosos e as religiosas, é dedicada a maior parte da Pastoral, como era de hábito desde o aguçamento do processo de romanização. São treze das 53 páginas. Os que integram o cabido devem ser o modelo do clero diocesano e os párocos devem ser o exemplo para os paroquianos. Lista as virtudes do vigário: humildade, sobriedade, continência, castidade desinteresse, caridade, amor da justiça e da paz[756].

A primeira obrigação do pároco é a pregação. Arcoverde já preconizava então mudanças na forma dos sermões, distanciando-se do estilo barroco de oratória que vinha desde o período colonial. Insistia na simplicidade e clareza da pregação. "Devem vossas instruções ser simples e familiares". Queria "simplicidade de dicção". A pregação era o meio mais eficaz de vencer a ignorância religiosa[757].

Exigia ainda dos párocos que auxiliassem "eficazmente a difusão da imprensa Católica", que ele, repetindo o Papa Leão XIII, considerava "o apostolado do século (...); um poderoso apêndice do vosso púlpito paroquial"[758].

Dirigia-se também aos padres avulsos, aqueles que não dispunham de paróquia. Essa será sempre uma grande preocupação de Arcoverde, que busca, na Carta Pastoral, anima-los. Para isso usa termos militares, como sempre gostou. Lembrava que esses padres sem paróquia pertenciam também à "real milícia sacerdotal", a qual se alistaram. Devem, por isso,

---

[752] ARCOVERDE, Joaquim. *Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos - 26 de outubro de 1894*, pag. 3-24.
[753] Idem, pag. 24-26.
[754] Idem, pag. 31-32.
[755] Idem, pag. 46.
[756] Idem, pag. 35.
[757] Idem, pag. 37-39.
[758] Idem, pag. 40.

conservar a pureza dos costumes e uma "vida casta e santa", cooperar com os vigários e promover as obras católica, as instituições de caridade e o ensino religioso[759].

Em relação ao ensino religioso, Arcoverde dirige-se às freiras que atuavam no setor. Daí surge o entendimento que o bispo tinha da formação feminina. As jovens deveriam de habituar ao trabalho e às ocupações domésticas, amar a modéstia, "precioso ornamento de uma moça cristã" e desprezar a vaidade. Emerge também a sua concepção de educação masculina: deve instruir os alunos na doutrina cristã, fazê-los amar o trabalho e a sobriedade e a evitar o ócio. "Desses colégios devem sair os bons cidadãos, úteis a si e à família"[760].

Arcoverde também se dirige aos seminaristas. Assegura que serão o objeto de todo o seu cuidado e se compromete a visitá-los com constância. Pede que observem a disciplina e que pensem seriamente sobre a vocação sacerdotal. Os que não estão convencidos dela, que se retirem do seminário[761].

Em nenhum momento, Arcoverde refere-se à República. Suas apreciações são genéricas, nunca especificamente em relação ao novo regime. Aliás, a palavra *república*, não aparece em momento algum. Arcoverde parece submisso à decisão de não enfrentar o Governo republicano. Em sua Pastoral, Arcoverde não deixa de saudar o presidente de São Paulo e indica que quer mesmo se compor com ele. É quando menciona levemente a situação de separação entre a Igreja e o Estado:

> Queremos entreter convosco relações sempre cordiais. Se nos separam as leis, em um momento de delírio, nos unem a educação, o amor a pátria, a religião que nos embalou o berço, o desejo comum de ver crescer feliz e rico este abençoado Brasil[762].

O fato de assumir a titulariedade da Diocese não significou mudança alguma. Arcoverde já tinha o controle total da Igreja em São Paulo desde que tomara posse como coadjutor. Já estava nos seus planos controlar e dar novo espírito aos centros devocionais e de romarias, o que, aliás, era uma estratégia de todos os bispos, adotada nas reuniões episcopais.

A Diocese tinha então três pontos de romarias importantes: a de Nossa Senhora da Penha, que tinha uma festa anual a 8 de setembro que movimentava a cidade; a de Aparecida, que começava a ganhar a importância que lhe daria projeção nacional; e a de Pirapora do Bom

---

[759] Idem, pag. 40-41.
[760] Idem, pag. 47.
[761] Idem, pag. 43.
[762] Idem, pag. 46.

Jesus. Uma das maiores preocupações de Arcoverde será a de controlar esses três pontos de romaria e essas devoções[763].

Os redentoristas vão se ocupar do que será no futuro o maior centro oficial de devoção no Brasil, em Aparecida, então Município de Guaratinguetá. A congregação já tinha experiência na Europa de administração de santuários e centro de romarias, entre eles o de Nossa Senhora de Altötting, na Alemanha. Os missionários chegaram a 24 de outubro de 1894, ficando hospedados no Seminário Episcopal. Foram recebidos por Arcoverde quatro dias depois. O bispo concedeu as faculdades necessárias para o exercício do trabalho em Aparecida, para onde viajaram no mesmo dia. O padre Lourenço Gahr, de 63 anos, foi designado o superior da missão, que contava ainda com mais dois padres e três irmãos[764].

Arcoverde tinha muito cuidado com Aparecida. E será assim o resto do tempo. Aos poucos, o bispo vai arquitetando uma idéia sobre o destino do santuário. Além de ponto de referência, destino de romaria para todo o país, abrigaria uma grande universidade católica, como a belga Louvain, mantida pelas ofertas ali deixadas pelos fiéis.

É crível que Arcoverde já pensava nesse destino para Aparecida desde que convidou os redentoristas para assumir o seminário. Pelo menos desde 1903 já tinha definido que queria ali um seminário central. É o que diz em carta a Fergor O'Connor, que então residia em Paris.

> *Tenho feito tudo e farei para que no Colégio de Aparecida nenhuma Ordem Religiosa tenha entrada (...) por que penso que ali se deve fazer um seminário central para todas as dioceses do Brasil, onde se estude filosofia, teologia e Direito Canônico (...) e onde se dêem graus de doutor de doutor em teologia e direito canônico.*
>
> *Como abrir mão de um edifício como aquele, que é um verdadeiro monumento, para cedê-lo a outrem, quando poderá ser articulado tão vantajosamente pelos bispos brasileiros.*

---

[763] Outra festa importante era de Santa Cruz do Pocinho, celebrada a 3 de maio e que reunia muita gente em frente a capela, localizada na atual Vieira de Carvalho. Ernani Bruno relata que o trecho da Praça da República ao Largo do Arouche "formigava de povo (...), que ficava ali bebendo ou comendo quitutes nas barraquinhas improvisadas ao longo da rua". BRUNO, Ernani. *História e tradições da Cidade de São Paulo*, pag. 1225. A festa, muito popular e sem controle eclesiástico, promovida por uma irmandade, não era do agrado da hierarquia e, por isso, foi proibida por dom Duarte Leopoldo e Silva, em 1908. As procissões, por sua vez, perdiam lentamente o interesse. Bruno analisa o fenômeno e responsabiliza o surgimento de novos divertimentos, clubes recreativos e locais de passeios na cidade, além da intensificação da vida urbana. Sobre isso, veja também BRUNO, pag. 1216 e 1221.

[764] WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil*, pag. 31-33. Os redentoristas acabariam assumindo também o Santuário da Penha, a pedido de dom José de Camargo Barros, em 1905. WERNET, pág. 102.

Um bispo dirigiria o seminário central, onde os redentoristas lecionarão teologia moral. As demais cadeiras serão de padres seculares[765].

Quase quatro anos depois, em outra carta, dirigida a dom Duarte Leopoldo e Silva, que acabara de ser designado bispo de São Paulo, Arcoverde contou que abordou esse tema com o núncio, que concordara com tudo, e que iria a Roma discutí-lo com a Cúria. O Seminário Central, como ele chamava, serviria a todas as dioceses do Brasil e seria dirigido por uma comissão de bispos[766]. Não irá conseguir, mas o sonho permanecerá até o final da vida. Tudo o que pudesse significar perigo para a concretização desse plano, Arcoverde se esforçava para vetar.

Em 31 de dezembro de 1895, por exemplo, negou permissão para que a imagem de Nossa Senhora de Aparecida fosse levada à Igreja de Santo Antônio, em Guaratinguetá. Os fiéis queriam fazer preces diante da imagem "no sentido de cessar a seca que tantos males está causando a plantações de todos os gêneros". Arcoverde considerou inconveniente o pedido, mas ordenou ao vigário três dias de preces públicas, "com récitas do terço e ladainhas cantadas, seguida de benção do Santíssimo Sacramento". Sugeriu ainda uma romaria de Guaratinguetá a Aparecida[767].

Poucos meses depois, em março proibiu que qualquer sacerdote, regular ou secular, "ouse cooperar de qualquer modo direito e indireto para a realização" do projeto de construção de uma capela particular em honra a Santa Rita e a menos de um quilômetro do Santuário. A capela abrigaria uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida, o que representaria uma concorrência, o que nem Arcoverde, nem os redentoristas queriam[768].

Entretanto, menos de três meses depois, Arcoverde permitiu que a capela fosse benzida e que nela celebrassem missas. Aceitou as ponderações do padre redentorista Gebhardo Riggermann, cura episcopal do Santuário, que certamente entrara em acordo com o proprietário da capela particular. Tanto que ficou acertado que ele, Riggermann, nomearia um tesoureiro para o templo[769].

---

[765] ARCOVERDE, Joaquim, arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta ao monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1893.*

[766] Idem. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 7 de julho de 1907.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

[767] *Registro de Pastorais, portarias e mais actos oficiais, 1891-1899 – 31 de dezembro de 1895*, folha 93.

[768] Idem, 21 de março de 1896, folhas 102-103.

[769] Idem, 8 de junho de 1896, folhas 106-107.

Arcoverde voltaria inúmeras vezes a Aparecida. Uma delas, em 29 de outubro de 1919, foi para participar de uma "tocante, espontânea e cordial" festa pelos 25 anos da chegada dos primeiros redentoristas ao Brasil. Em carta ao arcebispo de São Paulo, o cardeal diz que, com a sua presença, fez "pagar um leve e muito suave tributo" pelo muito que devia a congregação alemã. E recordava que na época em que os missionários chegaram, Aparecida "era um campo de exploração de espertalhões"[770].

O outro centro de romaria e devoção era Bom Jesus do Pirapora, para o qual o bispo conseguiu a adesão dos premonstratenses. D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti dirigiu-se ao prelado da Abadia de Averbode, na Bélgica, dom Gumaro Crets, solicitando sacerdotes para atuação em São Paulo. A ordem aceitou o convite e designou os cônegos Vicente van Tongel e Rafael Goris. Em 28 de setembro de 1896, foi aprovado o contrato entre a Abadia de Averbode e o Bispado de São Paulo, que previa a administração do Santuário do Senhor Bom Jesus de Pirapora e, mais tarde, construção de um colégio.

Os dois cônegos saíram de Averbode, em 7 de agosto de 1896. Chegando ao Porto de Santos, subiram para São Paulo e ficaram hospedados no Seminário Diocesano para aprender a língua portuguesa. Em 26 de dezembro de 1896, o Santuário do Senhor Bom Jesus de Pirapora tornou-se paróquia, desmembrada de Santana do Parnaíba.

Já em 1897, os dois padres começaram a construção do colégio. Novos grupos de sacerdotes e de irmãos conversos eram formados na Bélgica para o trabalho nas missões. Assim, a cada ano, novos grupos chegavam para fortalecer a nova fundação. O colégio se tomou seminário menor diocesano, em 1905, acolhendo os estudantes que até então estavam internados no Seminário da Luz. Seminaristas do Rio também foram estudar em Pirapora.

Outra congregação introduzida em São Paulo por Arcoverde foi a dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, fundada em 1849 por Antônio Maria Claret. Arcoverde encontrou dificuldade para trazer os religiosos de imediato. A congregação aceitou o convite, mas condicionou o envio de cinco sacerdotes e três irmãos ao pagamento das passagens e a construção de uma residência e uma igreja, "onde possam funcionar livremente". Arcoverde emitiu Carta Circular explicando que precisava de sacerdotes estrangeiros, dada a "lamentável escassez sempre crescente do clero nacional". Tal situação obrigaram-no a conseguir na Europa congregações que de dedicassem "a evangelizar os pobres habitantes dos sertões, a doutrinar nossas povoações e nossas cidades"[771].

Assegurava que já havia enviado o dinheiro necessário para a viagem e que agora precisava providenciar o local de residência dos missionários. Certamente havia igrejas que

[770] Idem, Aparecida, 30 de outubro de 1919.

poderiam ser entregues aos claretianos. Além do fato de que boa parte dos templos pertencia a irmandades leigas, certamente Arcoverde viu ai a possibilidade de erguer um templo novo, com características "modernas" e européias. Para isso, até já comprara um terreno, na Rua Jaguaribe, perto da Santa Casa, para o quê contraíra "um empréstimo não pequeno". Para as obras, seriam necessários "uns trezentos contos". Por isso, pedia "uma esmola, um auxílio" aos fiéis[772].

Na Carta Circular, dom Joaquim Arcoverde ordenou aos vigários que formassem comissão paroquial para a arrecadação de dinheiro, que seria enviado ao comendador João Proost Rodovalho e a José Manuel de Arruda Alvim. Aqueles que contribuíssem com mais de cinco contos de réis teriam os nomes "particularmente registrados"[773].

As obras da residência começaram naquele mesmo ano e tornaram-se um sorvedouro de dinheiro. Entretanto, um vendaval ocorrido na noite de 13 de maio de 1896 veio em auxílio a Arcoverde. Na manhã do dia seguinte, as estruturas já combalidas da Igreja do Colégio, estavam abaladas. O madeiramento e o telhado ficaram muito afetados. Por essa época, eram ótimas as relações entre o bispo e o presidente do Estado. Arcoverde negociou com Campos Sales a venda do templo histórico, o mais antigo da cidade. O governo pagou 350 contos – dinheiro todo investido na construção da casa e da igreja do Imaculado Coração de Maria.

Mesmo assim o dinheiro foi insuficiente. Arcoverde fez então campanha entre gente rica. Conseguiu apoio financeiro de Jorge Maria Lima, José Estanislau do Amaral, da marquesa de Itu, da baronesa de Tatuí, de dona Viridiana Prado e de Prudente de Morais[774]. Quando percebia que o interlocutor não queria dar muito dinheiro, pedia a um intermediário que o fizesse.

> *Não convém conversar por ora com o governador Campos Sales sobre aquele negócio; acho-o um pouco acanhado no quantum a dar, mas o coronel Estevam prontifica-se a estimulá-lo à generosidade. Esperemos*[775].

---

[771] Idem. *Carta Circular aos seus diocesanos sobre a construção da casa e igreja do Imaculado Coração de Maria*, pag. 4.
[772] Idem, pag. 6-7.
[773] Idem, pag. 9.
[774] ARROYO, Leonardo. Igrejas de São Paulo, pag. 291-292.
[775] ARCOVERDE, Joaquim, bispo de São Paulo. *Carta ao monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre, vigário-geral diocesano – Patrocínio do Sapucaí, 14 de agosto de 1896*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

As obras da Igreja e do convento do Imaculado Coração de Maria tornaram-se uma preocupação constante de Arcoverde. Mesmo em viagem escrevia carta ao vigário-geral ordenando que apelasse por mais esmolas para a construção. E reclamava do superior dos claretianos que, além do dinheiro para as obras, pedia ajuda para a manutenção dos missionários.

> *Acha sempre insignificante as esmolas que tem recebido profusamente. Dentro de seis ou sete meses dei a esse padre quatro mil francos em ouro, mais dois contos de réis, mais dois contos em outras ocasiões, não entrando nessas contas as esmolas das missas! Diga-me, não é isso um abuso?*[776].

A pedra fundamental da nova igreja foi assentada durante as comemorações do Centenário de Anchieta, a 13 de março de 1897. O templo foi construído de forma a se afastar do modelo barroco e tradicional. Formato de cruz, com o corpo central ocupado pela nave maior, e os braços, por capelas. Da antiga Igreja do Colégio herdou o altar-mor de talha, instalado na capela do Santíssimo Sacramento. Arcoverde já estava fora de São Paulo quando a nova igreja foi aberta ao público em 1899. As obras só foram mesmo totalmente concluídas em 1905[777].

No caso das obras de construção do complexo dos claretianos, Arcoverde apelou para o laicato em busca de apoio financeiro. Os leigos eram sempre vistos como a base da pirâmide eclesial. Os bispos de então compreendiam a igreja como uma sociedade de desiguais, em que o laicato ocupava posição claramente inferior. Nem era época ainda de se lançar mão do laicato como um rebanho inconsciente para impressionar as autoridades. O leigo tinha um espaço diminuto na Igreja, um pouco pela desconfiança que a Igreja tinha por ele. A hierarquia achava que havia muitos maçons infiltrados. Ainda estava presente na memória dos bispos a quase total omissão de praticamente todo o laicato na Questão Religiosa.

Apesar disso, Arcoverde, como os outros bispos, esperava contar com um grupo de leigos que pudesse atuar na imprensa e na política. Para isso criou a Federação Católica de São Paulo, ainda no tempo em que era coadjutor. A associação foi instalada em 27 de agosto de 1893. Em seu discurso de entrega dos estatutos da organização, Arcoverde assim a definiu:

---

[776] Idem, Olinda, 2 de outubro de 1896.

[777] Sobre a vinda de religiosos estrangeiros para o Brasil no século XIX ver também WERNET, Augustin. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. In: *Revista da Sociedade Brasileira de História*, número 6, pag. 43-52.

Uma assembléia composta de amigos, de irmãos católicos, de discípulos da cruz, que, se sentindo chamados por aquele que nela morreu, vêm unir-se em falange para melhor defenderem seus direitos e seus interesses, que são também os nossos direitos e os nossos interesses.

Arcoverde usa um tom triunfalista que caracteriza a Igreja então e lança mão, como tantas outras vezes, da analogia entre o fiel e o militar. A Federação Católica é uma "nobre milícia dos filhos da Igreja, dos discípulos da cruz, dos que ferem a boa peleja"[778]. Afirma que a luta é a condição das criaturas livres", que a Igreja Católica será sempre militante, que "nós, seus filhos (...) somos soldados" de Cristo, com o dever de "combater com galhardia pela causa de nosso chefe" porque "descendemos de uma estirpe de heróis, a estirpe dos mártires"[779].

O ainda coadjutor conta que desde fevereiro de 1893 pensava em organizar a Federação Católica de São Paulo para reunir leigos capazes de enfrentar os males modernos. E os lista: ceticismo religioso, materialismo "enervante de devastador (...), ódio a Deus e a seus fiéis adoradores, doutrinas dissolventes, exemplos perniciosos e deletérios", relaxamento nos laços familiares, "com menosprezo da sagrada autoridade paterna, literatura irreligiosa, jornalismo licencioso e herético, luxo e sede de prazeres e de riquezas"[780].

Dom Joaquim Arcoverde apostava de fato na Federação Católica que imaginou quando conheceu organizações semelhantes em Portugal, Espanha, Bélgica, França e Itália. E aponta o primeiro objetivo da Federação: a luta pela instituição e educação católica da juventude indefesa[781]. Alguns meses depois, emitiu Circular pedindo apoio ao jornal da entidade, *A Pátria*, que já estava sediado na Conselheiro Nebias, 39. Pedia a colaboração dos vigários na divulgação do periódico[782].

Em 19 de março de 1895, Arcoverde reuniu novamente a direção da Federação para entregar o estandarte da organização que havia sido benzido por Leão XIII, quando da viagem

---

[778] ARCOVERDE, Joaquim. Discurso pronunciado por ocasião da instalação da Federação Católica de São Paulo – 27 de agosto de 1893. In: *Discursos e actos diversos*, pag 5-6.
[779] Idem, pag 12-13.
[780] Idem, pag. 7-8 e 12-13.
[781] Idem, pag. 15
[782] Idem, Circular recomendando o jornal Pátria – 29 de outubro de 1893. In: *Discursos e actos diversos, pag 19-21.*

do bispo coadjutor a Roma. O lema impresso no estandarte demonstra como a hierarquia católica procurava fazer confundir nação e catolicismo: *Pro Ecclesia et patria agere et pati*[783].

Dessa vez, Arcoverde, elege o positivismo como "o monstruoso inimigo" a ser combatido. "Cumpre a vós atacar (...) essa hidra medonha e traiçoeira (...) até o extermínio". Considera o positivismo "um sistema superficial e absurdo, que nada tem de científico, nem vai ao âmago das coisas". Para ele, "é mero produto de desvios mentais, que merece antes a atenção da psiquiatria do que a da verdadeira ciência"[784].

Arcoverde escolheu padre Camilo Passalacqua, que ainda era o reitor do Seminário Episcopal, para assistente eclesiástico da Federação[785]. O presidente, e também redator do jornal *A Pátria*, era Brasílio Machado (1848-1919), advogado, ex-presidente da Província do Pará (1884-1885), professor da Faculdade de Direito, barão por concessão de Pio X, monarquista, candidato derrotado do Partido Católico nas eleições para a Constituinte. Foi um dos fundadores do jornal *O São Paulo*, órgão oficial da Arquidiocese de São Paulo, até hoje circulando[786].

Leigos como Brasílio Machado, de fidelidade absoluta, é o que Arcoverde queria. Os que militavam nas irmandades teriam que se reconverter, ou seja, submeter-se à hierarquia. Essa será uma das lutas mais renhidas que a Igreja vai manter no Brasil nos anos subseqüentes. Eram grandes as desavenças entre párocos e as mesas das irmandades. Os bispos nutriam por elas um misto de desconfiança e desprezo. Entretanto, não era sempre que podiam tomar atitudes mais radicais[787]. O próprio dom Lino Deodato nada fez contra elas, que gozaram de liberdade absoluta em sua gestão.

Com Arcoverde não seria assim, embora não tenha tido tempo para uma ação mais radical. Ele mesmo sabia que isso não seria possível e tinha uma estratégia:

---

[783] Idem, Discurso por ocasião da entrega do estandarte da Federação Católica de São Paulo. In: *Discursos e actos diversos*, pag. 32-35. Arcoverde também recebeu de Leão XIII um breve em favor da organização. Sobre isso, ARCOVERDE. *Carta Pastoral saudando os seus diocesanos*, pag. 16.

[784] Idem, pag. 37-38.

[785] Da Federação Católica de São Paulo nasceu uma outra organização, subordinada a ela, o Círculo da Mocidade São Luís, destinada aos jovens e à formação de dos futuros militantes católicos. Para os jovens havia ainda o Círculo dos Estudantes Católicos, que reunia alunos da Faculdade de Direito e editava um jornal de título bem significativo, A Reação. O jornal e o movimento tornaram-se "um dos importantes focos ultramontanos de aglutinação e ação". GAETA, Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894), pag. 216-217.

[786] Ver, MACHADO, Alcântara. *Brasílio Machado (1848-1919)*. Nos últimos anos de vida, a partir de 1911, quando se aposentou da Faculdade de Direito, passou a residir no Rio de Janeiro, presidindo o Conselho Superior de Ensino. No Distrito Federal militou com Carlos de Laet no Círculo Católico.

[787] Sobre o tema, WERNET, Augustin. Antigas irmandades e novas associações religiosas. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 1992, pag 55-61.

Nada deve explicar quanto às irmandades; pelo contrário, vá acumulando considerandos para a dissolução delas: desde que não têm mais um fim para existir. E que tem o governo com isso? Se são corporações religiosas, são dependentes do bispo, em tudo o que diz respeito à religião[788].

Fica evidente que o bispo queria acumular – é o termo que usa – informações e opiniões para, quando fosse possível, extinguir as irmandades e se apossar de seus bens. Muitos achavam que isso não seria possível, dado o caráter civil da situação legal das entidades. Entretanto, outros – como Arcoverde – consideravam que não havia dúvida quanto à dependência delas em relação à Igreja. Estavam certos. Com o tempo, a justiça passou a julgar sempre favoravelmente aos bispos as questões legais contra as irmandades.

Antes dessa orientação ao vigário-geral Dauntre, Arcoverde já assinara uma portaria sobre as irmandades, confrarias e ordem, terceiras. Como a maioria dos bispos vinha procedendo, ele queria mudanças nos compromissos (estatutos) dessas entidades. A portaria indica seis pontos que deverão constar nos novos regulamentos: a exclusão dos filiados a sociedades secretas – leia-se maçonaria -, com a devida promessa dos que ficarem de que não se vincularão a elas; a obrigatoriedade de prestação de contas ao bispo; a entrega dos bens ao bispo em caso de extinção da irmandade; a designação do pároco para presidir as eleições da mesa diretora; a promessa formal de obediência ao vigário local e ao bispo; a necessidade de autorização expressa do bispo para que a irmandade possa assumir personalidade jurídica, de acordo com o Decreto de 19 de setembro de 1893[789].

Pouco a pouco, as confrarias foram se ajeitando e mudando seus estatutos. A de Nossa Senhora das Dores da Catedral (7 de fevereiro de 1896), São Benedito da Paróquia de Vila Bela (5 de março de 1896), Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Campinas (4 de setembro de 1896), São Benedito da Cidade de Pirassununga (25 de setembro de 1896), São Benedito de Avaré (10 de outubro de 1896), São Benedito de Rio Claro (11 de fevereiro de 1897), Senhor Bom Jesus dos Passos (24 de março de 1897), Santo Antônio do Embaré, de Santos (6 de setembro de 1897). Em 20 de março de 1897, a Diocese autorizou também a formação de

---

[788] ARCOVERDE, Joaquim, bispo de São Paulo. *Carta, ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – Olinda, 18 de setembro de 1895*. O destaque no texto é do próprio Arcoverde.

[789] ARCOVERDE, Joaquim. *Portaria sobre as irmandades, confrarias e ordens terceiras – 12 de julho de 1895*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Estante 15, Gaveta 8, Número 97. O Decreto de 19 setembro de 1893 concedia personalidade jurídica às instituições religiosas, o que lhe permitiria a compra e venda de bens. A Igreja temia que as mesas diretoras das irmandades se aproveitassem da lei e se registrassem como uma instituição independente dos bispos.

uma nova irmandade, a de São José, na Paróquia de Nossa Senhora do Descalvado, nos padrões exigidos então pela Igreja[790].

Outro investimento de Arcoverde – certamente o mais difícil, penoso e provavelmente o mais importante - foi no controle dos padres. Para todos os bispos da época ter um clero confiável, disciplinado, bem treinado e absolutamente controlado era o desejável. As diversas pastorais coletivas dedicavam páginas a essa questão. É claro que a maioria dos padres estava sob controle episcopal, depois de tantos anos de investimento da Igreja. Entretanto, basta ver a correspondência de Arcoverde para constatar-se que muito havia de ainda fazer.

Havia ainda uma grande quantidade de padres estrangeiros sem controle algum. Jorge Americano cita um caso extremo, o de Pascoal Gazineu, proprietário de um imenso cortiço por onde hoje passa o Viaduto Jacareí e de um prostíbulo na Rua Senador Feijó. Gazineu era italiano e usava batina quando ia cobrar os aluguéis. Isso não impedia que muitas vezes, quando não recebia o pagamento, tornar-se violento com o inquilino[791].

Havia também aqueles que se subordinavam à diocese, como o padre Adelino Jorge Montenegro, um avulso que auxiliava na Paróquia do Brás e que exercia a advocacia em Santos e na capital. Usava também batina, por já ser nessa época de uso obrigatório. Só não a vestia quando ia aos bailes, "disfarçando a tonsura na melhor maneira". Era tocador de violão, dançarino e capoeirista[792].

Em boa parte da correspondência que manteve com seu vigário-geral quando bispo de São Paulo pedia alguma forma de punição a algum padre. Ordena, por exemplo, que o monsenhor Dauntre solicite ao padre José Antônio de Almeida e Silva (1836-1918) que peça demissão do cargo de professor de moral do seminário, devido a reclamações que recebeu do reitor da instituição, padre Camilo Passalacqua (1858-1920). Como um bom administrador prefere que o sacerdote apresente sua demissão, mas se ele recusar-se manda Dauntre dispensá-lo "em meu nome".

É perceptível o clima de tensão que o clero mantinha entre si. Passalacqua escreveu carta a Arcoverde em que acusa o padre Almeida e Silva de não "sujeitar-se à ordem" e de ser "intrigante, caprichoso e malcriado". O bispo concluiu que deveria dispensar o padre e mandá-lo para fora do seminário.

---

[790] *Registro de pastorais, portarias e mais actos oficiais, 1891-1899*, folhas 95, 96, 98, 110, 111 e 118.
[791] AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo: 1895-1915*, pag. 180-181.
[792] PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)*, pag. 233-234.

Há muito, ele devia ter sido despedido, mas pensei que se corrigisse depois de minhas reiteradas admoestações, mas ai á defeito orgânico e de origem (...) Procuro suavizar a medida aconselhando ao padre que se demita e se retire, mas se ele não entender o nosso desejo, seja dispensado e intimado para deixar o seminário desde que se torne indigno de ai habitar.

As contemplações e tolerâncias exageradas têm perdido essa diocese e tantos desgostos causaram ao finado D. Lino.

Por toda parte encontramos embaraços, e os mais difíceis vêm dos padres[793].

Na carta seguinte, manifesta achar conveniente que o monsenhor João Soares Amaral deixasse "imediatamente" a diocese. Manda que o vigário-geral dê um prazo ao sacerdote, ao fim do qual não terá mais uso de ordem. João Soares Amaral (1844-1901) havia sido vigário de Sarapuí e São José do Rio Pardo. Dirigiu ainda o Ginásio Diocesano de Sorocaba, tendo sido também pároco na cidade. Em 1889, tornou-se reitor do Seminário Episcopal, mas em 1895 Arcoverde o substitui por Passalacqua, mantendo-se, porém como professor da instituição.

Esse padre é um infame: por onde passa vai difamando as pessoas que me servem de perto no governo da Diocese, e dizendo coisas tão porcas dessas pessoas que se não podem repetir, envolvendo nisso meninos do seminário (...).Trate de pô-lo bem longe de nós já e já[794].

Amaral resistiu o quanto pôde. Em plena viagem pastoral de Arcoverde, o sacerdote apareceu em Monte Santo. Queria deixar de vez o seminário e receber autorização para o exercício do sacerdócio, do que dependia do bispo. O bispo não o recebeu – contou em carta ao vigário geral Fergo O'Connor de Camargo Dauntre. Ordenou que Amaral voltasse ao seminário e proibiu o exercício sacerdotal fora da Cidade de São Paulo e de se ausentar do

---

[793] ARCOVERDE, Joaquim, bispo de São Paulo. *Carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – Olinda, 18 de setembro de 1895.*

[794] Idem – sem data e sem local, provavelmente de Olinda, certamente entre 19 de setembro e 6 de outubro.

seminário se isso prejudicar as suas aulas. Se insistir, Arcoverde ordena que lhe suspenda de ordens[795].

O padre voltou a procurá-lo no Rio de Janeiro. Arcoverde também não o recebeu. Amaral escreveu uma carta, contando o que passava no seminário e pedindo o documento de sua demissão. O bispo não respondeu, mas ordenou que Dauntre lhe desse as demissórias, mas deixando-lhe claro que não poderia mais exercer o ministério na diocese[796]. Assim foi feito. Um mês depois, o bispo parecia aliviado: "o infeliz padre Amaral acha-se excardinado de nossa diocese. Que felicidade!"[797].

O bispo dedicava muita atenção ao seminário. Aliás, a preparação do clero era considerada muito importante por todo o episcopado. Uma das maiores reivindicações da hierarquia ainda no Império era o de obter maior autonomia na administração dos seminários. Arcoverde tinha uma experiência frustrada como reitor do seminário menor em Olinda, mas acompanhava a formação do clero pernambucano como professor no seminário maior.

Logo que assumiu a titularidade da diocese afastou os padres Amaral e Almeida e nomeou Camilo Passalacqua. O novo reitor não parecia um homem seguro. Consultava Arcoverde sobre todos os assuntos, o que o irritava:

> *Não sei como o monsenhor reitor se dirige ao bispo por coisas tão particulares e que se referem ao regime exclusivamente interno da casa, como seja a designação de um professor para este ou aquele serviço. Sempre que me ausento dessa capital aparecem fatos desagradáveis*[798].

Na verdade, Arcoverde não estava muito satisfeito com o Seminário Episcopal, pelo menos nos primeiros tempos de sua administração. Havia conflitos internos, que o aborreciam em demasia. O número de alunos era pequeno na sua avaliação. A posição crítica ficou ainda mais assentada quando esteve em Pernambuco e Paraíba em setembro de 1895.

> *Infeliz seminário é esse nosso. Em Olinda, há 22 moços no curso de filosofia e teologia; em Paraíba mais ou menos este número*

---

[795] Idem, Monte Santo, 5 de junho de 1896.
[796] Idem, Salvador, Bahia, 14 de setembro de 1896.
[797] Idem, Olinda, 18 de outubro de 1896. *Excardinado* é termo usado para definir a situação do padre que deixa uma determinada diocese. É o contrário de *incardinado*, que indica que o sacerdote está vinculado a um bispado.
[798] Idem, Franca, 31 de julho de 1896.

no curso e 40 seminaristas; e em São Paulo nenhum em filosofia; um em primeiro ano de teologia e três em outros cursos!!

Eu trouxe as melhores impressões do Seminário da Paraíba; muita pobreza, mas padres dispostos para o trabalho, alegres, satisfeitos e identificados com o bispo na construção de tudo. Belo espírito reina naqueles padres.

O mesmo se diga quanto ao seminário de Olinda, com uma diferença que Paraíba está em melhores condições quanto à direção espiritual[799].

Estava, portanto, distante o sonho de não precisar mais ameaçar os padres, como costumava fazer, com a perda do uso de ordem, uma punição extrema porque deixava o sacerdote sem meio de sobrevivência. Assim fez com o padre Francisco de Paula Lima (1844-1911), se ele não tomasse posse na paróquia a que foi designado; com o padre Manoel Silveira, se não desse "provas de se ter corrigido do viés a que se entregou"; e com o padre Vicente Mouzillo, "o capadócio de todos os tempos", se continuasse a "meter-se no sertão para explorar os pobres sertanejos" e não aceitasse a paróquia de Buquira (hoje Monteiro Lobato)[800]. Isso quando não suspendia logo do uso de ordens, como ocorreu com o padre Mangia[801], ou não aceitava restituí-la, como no caso do o padre de Mayo, que julgava "vendido ao demônio"[802].

Muitas vezes, o sacerdote nem podia reclamar de nada, pois Arcoverde não admitia contestação às suas ordens. "Não permito que ao padre se dê explicação alguma, não permito que queira se imiscuir na administração diocesana"[803]. A um pedido de um padre – Gaudêncio Antônio de Campos – já idoso, com 63 anos, de não ser transferido para Jacutinga, despacha em contrário e avisa que ele só poderá exercer o ministério para onde foi designado. O sacerdote atuava na paróquia de Queluz há 33 anos[804].

Arcoverde, assim como os demais bispos, usava a arma de substituir vigários e afastar padres de freguesias. Um sacerdote que perdia uma paróquia iria certamente encontrar dificuldade para se manter. Além disso, vigorava uma classificação que estabelecia a

[799] Idem, Olinda, 16 de setembro de 1895.
[800] Idem, Olinda, 17 de outubro de 1895; Monte Santo, 5 de junho de 1896; Cajuru, 15 de junho de 1895, São Sebastião do Paraíso, 6 de julho de 1896 e Olinda, 18 de outubro de 1896.
[801] Idem, Olinda, 7 de outubro de 1895.
[802] Idem, Patrocínio do Sapucaí, 14 de agosto de 1896.
[803] Idem, São Sebastião do Paraíso, 6 de julho de 1896.

qualidade da paróquia. É claro que aí levava em conta a quem atendia e a capacidade de arrecadação da freguesia. Havia padres considerados incapazes para ocupar as melhores paróquias.

> *Pode dar o atestado ao Giffoni, mas tenha em vista que ele quererá servir-se desse atestado para exigir freguesias de primeira ordem; ele não prega, nem fala a língua portuguesa; por isso não será contradição; dizemos que exerce bem o cargo de vigário em Itu e Santa Isabel, e no entretanto, não o nomeamos para freguesias de primeira ordem*[805].

Uma das qualidades do padre é o comportamento educado, segundo os padrões então vigentes. Ficou satisfeito quando o padre Cândido Corrêa aceitou a designação para a Paróquia de Santana e assim poderia dispensar o vigário de então, que "é um ineducado, sem hábitos de urbanidade". Arcoverde deixou claro que o riscou de sua lista e que estava aliviado. Disse que cometera um engano o tendo nomeado sem o conhecer[806].

Com o padre Antônio Cesarino, italiano da diocese de Polycarpo, Arcoverde foi ainda mais rigoroso. Em 1° de setembro de 1893, ainda coadjutor, o afastou da paróquia de Rio Claro e o suspendeu de ordens porque juntava ao cargo de vigário a presidência de uma companhia industrial mecânica. Em fevereiro de 1893, tão logo assumiu o cargo de coadjutor, o bispo o advertira. O padre chegou a prometer que deixaria "semelhante lugar", o que não fez. Foi então transferido para a paróquia de Pinheiros, mas recusou-se a submeter-se à decisão e foi punido[807].

Não permitia que um padre passasse por cima do vigário. Quando isso aconteceu uma vez, 13 de novembro de 1894, Arcoverde suspendeu de ordens por seis meses o padre Antônio Manieri por ter celebrado um casamento sem a autorização do pároco de São Simão. Às vezes, entretanto, era capaz de passar por cima de disposições canônicas e autorizar a legalização de "mancebias", que incluía o casamento civil[808].

A necessidade controlar o padre fica evidente nas visitas pastorais. Na carta pastoral anunciando a sua primeira viagem episcopal, Arcoverde a define como o mais importante

---

[804] O pedido do padre Gaudêncio Antônio de Campos é de 29 de setembro de 1893. A resposta de Arcoverde data do dia seguinte. *Registro de Pastorais, Portarias e mais actos oficiais, 1881-1899*, folha 59-60 e 64.
[805] ARCOVERDE, Joaquim, bispo de São Paulo. *Carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – 15 de março de 1895, provavelmente de Itu.*
[806] Idem, Petrópolis, 12 de setembro de 1897.
[807] *Processo de afastamento e suspensão de ordem do padre Antônio Cesarino - 1893*, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Estante 15, Gaveta 81, Número 97.

encargo de seu episcopado. "O bispo na visita é a figura de J.C. passando pelas cidades, ensinando, corrigindo e distribuindo graças"[809]. Recorda que é uma prescrição do Concílio de Trento. E a oportunidade do fiel conhecer o bispo e o bispo conhecer o seu rebanho[810]. O católico pela cidade em que passar deve vê-lo como um "embaixador de Nosso Senhor Jesus Cristo"[811]. Entretanto, a visita comporta uma série de ações no sentido de fiscalizar com rigor o trabalho do clero. E isso feito não pelo vigário-geral, mas pelo próprio bispo.

A visita pastoral começou com um pontificial romano na Catedral da Sé logo no início da quaresma de 1896. No dia seguinte, visitou as paróquias de Santa Efigênia, Consolação, Brás e as duas novas freguesias por ele estabelecidas: Cambuci, desmembrada da Sé, e Santa Cecília, da Consolação[812]. A Carta Pastoral marca para os primeiros dias de maio o início da parte da visita por algumas cidades do interior: primeiro São Simão e depois Ribeirão Preto, Batataes e Franca.

Os párocos ficaram responsáveis pelas acomodações do bispo, mas pede "muita modéstia e moderação, evitando-se despesas supérfluas e de escusado luxo". O local, entretanto, deverá estar preparado para que Arcoverde possa examinar os livros paroquiais que os vigários deverão disponibilizar.

É que a visita pastoral não era apenas para que o fiel pudesse ter contato com o bispo e para a administração do crisma, que ele pretendia administrar com "toda largueza possível", mas também para uma avaliação criteriosa do clero e dos procedimentos paroquiais. Arcoverde queria examinar também as contas e, por isso, determinou na Pastoral que os fabriqueiros, os administradores de patrimônios pios e eclesiásticos e os zeladores de capela apresentassem os livros[813].

Nos apêndices da Carta Pastoral, Arcoverde informa que quando chegar à cidade visitada irá se dirigir à igreja mais próxima, onde se paramentaria para seguir em procissão até à matriz, "ornada como nos dias de maior solenidade". As ruas deveriam estar decoradas. O

---

[808] Idem, pag, 89.
[809] ARCOVERDE, Joaquim, arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, bispo de Curitiba – Rio de Janeiro, 20 de maio de 1905*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.
[810] Idem, *Carta Pastoral anunciando a sua primeira visita diocesana – 1°. de janeiro de 1896*, pag. 9.
[811] Idem, pag. 11.
[812] O estabelecimento da Paróquia do Cambuci, em 1895, coincidiu com a inauguração da Igreja Matriz. Já a de Santa Cecília teria que esperar por mais algum tempo. O projeto arquitetônico é do primeiro pároco, padre Leopoldo Duarte e Silva, que ocuparia o cargo por seis anos. Foi depois bispo de Curitiba e, a seguir, de São Paulo, da qual foi o primeiro arcebispo. Entretanto projeto só foi executado pelo terceiro vigário, Paulo Pedroso. Dois murais e vários quadros são de autoria de Benedito Calixto. O segundo pároco, Benedito de Souza, foi secretário de Arcoverde em São Paulo.
[813] Idem, pag, 20-21.

bispo de murça e roquete, e os padres de sobrepeliz. Ao chegar à matriz, o coro deveria entoar a antífona *Sacerdos et pontifex* ou o responsório *Ecce sacerdos magnus*[814].

É extensa a lista do que Arcoverde examinaria no período que passasse na paróquia. Além dos livros e contas, verificaria todas as condições materiais e o comportamento do clero que habitasse na freguesia. Para isso, os padres, religiosos e seculares, teriam que exibir de pronto as provisões de uso de ordens[815]. O bispo avisou também que examinares os hábitos talares, a tonsura, o patrimônio e se o sacerdote confessava-se com freqüência. rezava o breviário diariamente e mantinha conversas com pessoas suspeitas.

Verificaria as condições da residência paroquial, qual a sua distância da matriz e se ali morava alguma mulher. Também iria querer saber se o vigário pregava aos domingos e dias festivos e se ensinava com freqüência o catecismo. As condições em que o pároco administrava os sacramentos também seriam objeto da atenção de Arcoverde. Queria saber qual a freqüência dos fiéis à eucaristia e à confissão.

Examinaria ainda as condições físicas e canônicas do templo, aí incluindo ao sacrário, os altares, o batistério, os confessionários, as paredes, o teto, as janelas, a sacristia, as imagens, os armários, os cálices e os paramentos[816].

Não era a primeira vez que Arcoverde saía de São Paulo já como titular da diocese. Logo no início de 1895, passou dois dias em Itu. Depois, já no final do ano, convidado pelos franciscanos capuchinhos para benzer a "magnífica igreja ao Coração Santíssimo de Jesus", projetada pelo frei Lourenço de Milão e construída pelos italianos Antônio Luigi de Lorandi e Coldogno. A viagem foi pela São Paulo Railway em vagão especial cedido gratuitamente pela companhia ferroviária. Acompanharam Arcoverde o padre Benedito Paulo Alves de Souza, que era seu secretário, e os jesuítas João Correia de Carvalho e Pedro Patteucci, professores do Seminário Episcopal. Foram recebidos pelo pároco, padre Francisco Galvão, e por políticos locais[817].

Arcoverde aproveitou para visitar a Matriz de Santo Antônio, onde celebrou missa, pregou sobre o purgatório e crismou 900 pessoas. A crisma era quase sempre celebrada pelo bispo. Representava uma boa fonte de arrecadação para o prelado. Entretanto, em situações especiais, o prelado concedia licença a que os padres a celebrassem.

---

[814] Idem, pag. 23-26.
[815] Idem, pag. 20.
[816] Idem, pag. 43-46.
[817] De acordo com o censo de 1890, Piracicaba tinha 27.855 habitantes. *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, Synopse*, pag. 126. O Presidente da República então era Prudente de Morais e Barros, que era nascido em Piracicaba.

As condições da matriz não agradaram nada a Arcoverde. "Não podemos ocultar a impressão desagradável que nos deixou a visita à Igreja e suas dependências" – escreveu o relator da visita, que apontou sujeira no batistério e considerou deplorável o estado do livro de registro. A visita durou de 9 a 17 de dezembro de 1895[818].

Dessa vez, a visita seria certamente mais longa. Começou a 11 de maio de 1896, como estava previsto. Arcoverde saiu de São Paulo acompanhado pelo cônego Raimundo Marcolino da Luz Cintra, o secretário da visita, e pelos padres Benedito de Souza, que funcionária como mestre de cerimônia, e João Batista Gomes. Em Campinas, o cônego João Batista Correia Nery juntou-se ao grupo.

A primeira paróquia a ser visitada era de São Sebastião de Mococa para a inauguração da nova matriz[819]. Em São José do Rio Pardo, uma comitiva de cinco homens entrou no trem e acompanhou Arcoverde até o destino, onde "grande massa de povo aguardava (...) com vivas demonstrações de satisfação". Estavam presentes vereadores e funcionários públicos do Estado, além do vigário Bento Monteiro Amaral. Como o previsto, saíram em procissão para a matriz velha, onde Arcoverde pregou sobre as indulgências. A inauguração do templo foi no dia seguinte, dia 12, com o sermão a cargo do cônego Nery.

Arcoverde gostou da nova igreja, com 1815 metros quadrados, uma torre de 50 metros de altura e "de estilo gótico", como iniciava a se impor então. As obras começaram no final de 1892. O bispo ordenou apenas que a chave do sacrário fosse de prata e que no seu interior se colocasse uma cortina de seda branca. Arcoverde queria ainda que as trinta toalhas do altar fossem todas de linho branco e compridas. Exigiu uma capela mais decente para o Santíssimo Sacramento e mais um confessionário. Crismou 1963 pessoas. Retornou a São Paulo no dia 17 de maio de 1896[820].

A segunda visita foi à paróquia de Santa Bárbara das Canoas, hoje Guaranésia, no Sul de Minas. O padre Raimundo Cintra, encarregado do registro da viagem, anotou o estado de total abandono da freguesia, onde chegaram a 1°. de junho, mas também "os bons sentimentos católicos de sua população". Faltavam livros de assentamentos de batismo e dos documentos oficiais diocesanos. A limpeza deixava muito a desejar. O sacrário estava em péssimo estado e necessitava ser trocado por um mais adaptado ao tempo. Pediu ao vigário Brás Nazareno que tivesse mais atenção ao catecismo das crianças e à instrução religiosa dos adultos. Sugeria

---

[818] *Livro das visitas pastorais* – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, folha 70-73.
[819] Mococa tinha – segundo o censo de 1890 – 8.933 habitantes. *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, Synopse*, pag. 125.
[820] Idem, folha 53-55.

a homilia do evangelho da missa dominical ou um "ponto de moral explicado e adaptado às necessidades do povo"[821].

No dia 2 de junho, a comitiva de Arcoverde saiu de Santa Bárbara das Canoas e chegou à Paróquia de São Francisco de Paulo do Monte Santo de Minas. O padre Raimundo Cintra anotou que Arcoverde anunciou o objetivo das visita e fez "algumas reflexões a respeito da parábola evangélica do semeador"[822].

O padre Raimundo Cintra registrou que a aparência da matriz da cidade era "desoladora", com o altar principal "muito tosco e movediço. Um desagradável contraste com o progresso do lugar". O templo não tinha "arquitetura nenhuma conhecida". Arcoverde ordenou ao vigário João Osório Marcondes obras imediatas no templo, a substituição do sacrário, que encadernasse os documentos oficiais e melhorasse as condições de registros de casamentos e batizados, mandasse fazer um outro confessionário e que dourasse o cálice[823].

Fora isso, a visita pastoral foi um sucesso, na opinião de Cintra, com os confessionários sempre cheios e um total de 5.400 crismas. Mesmo assim, Arcoverde achava que era necessária a introdução de uma nova associação pia, a da Sagrada Família de Nazaré – devoção defendida pelo próprio Leão XIII ordenara com o Breve Apostólico *Neminem fugit*. Arcoverde estava então empenhado em divulgar a nova associação, que a Igreja tinha o objetivo de unir as famílias, divulgar o rosário e incentivar a mulher a ser propagadora da fé e da religião entre o marido e os filhos[824].

Arcoverde e comitiva saíram de Monte Santo no dia 11 de junho de 1896 para a quarta etapa da Visita Pastoral. Chegaram a Cajuru no dia 13, mas na véspera pernoitaram na localidade de Coqueiros, onde crismaram 395 pessoas. Cajuru tinha então perto de 10 mil habitantes[825].

Em Cajuru, onde passaram nove dias, consideraram a matriz, dedicada a São Bento, grande e limpa, mas de construção antiga, o que Raimundo Cintra lamenta porque dificulta "os melhoramentos". O problema maior, entretanto, era a falta de paramentos. Arcoverde ordenou ao pároco que adquirisse outros em um ano.

Entretanto, a comitiva ficou satisfeita com "os frutos colhidos" na visita. Raimundo Cintra anota o grande número de confissões e de casamentos "de pessoas amasiadas" ou que contraíram matrimônio apenas civilmente. Arcoverde presidiu a cerimônia de primeira

---

[821] Idem, folha 55-56.
[822] Idem, folha 56-57.
[823] *Livro de visitas pastorais*, folhas 57-58.
[824] ARCOVERDE, Joaquim. *Mandamento ordenando a execução do Breve Apostólico Neminem fugit do Santo Padre Leão XIII – 25 de dezembro de 1894.*

comunhão de 17 meninos e 22 meninas, "que impressionou de um modo maravilhoso à população, que a primeira vez assistia cheia de curiosidade e de comoção a esse espetáculo"[826].

A quinta etapa da visita pastoral foi em São Sebastião do Paraíso, onde a comitiva chegou na tarde de 24 de junho de 1896, depois do pernoite em Santo Antônio da Alegria, onde Arcoverde crismou 1793 pessoas. A comitiva foi acolhida em várias casas cidade do Sul de Minas.

Além das ordens habituais, de substituição dos confessionários, da troca dos paramentos e da melhoria das condições dos livros de registros, Arcoverde reclamou das chaves do sacrário. Deveriam ser douradas ou prateadas, nunca de ferro, como as encontrou ali em São Sebastião do Paraíso. Constatou o estado "desolador" da capela do Santíssimo Sacramento. A matriz era espaçosa e de construção sólida, embora de madeira. Estava "muito tosca e descurada" e não tinha "arquitetura nenhuma" – escreveu, como quase sempre, o padre Cintra.

Arcoverde lembrou ao pároco Manuel Teotônio de Macedo Sampaio da obrigatoriedade da pregação do evangelho aos domingos e dias santos, que deve ser "simples e ao alcance do povo". Recomendou que pregasse também nas capelas e oratórios públicos e organizasse bem o catecismo paroquial, promovendo a cerimônia da primeira comunhão e outras solenidades "que servem para levantar o espírito de piedade na paróquia"[827].

A Visita Episcopal prosseguiu em Franca, a partir de 20 de julho. Ali celebrou a primeira comunhão de 51 crianças, o que lhe causou grande satisfação pessoal[828]. Seguiu então para a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, Sapucaí Mirim, Sul de Minas, aonde a comitiva chegou a 13 de agosto. No dia seguinte Arcoverde inaugurou a nova matriz, que parecia atender ao preconizava como modernidade para os templos: sacrário de mármore, "novos e vivos paramentos brancos para missas cantadas", templo de "aspecto elegante", tudo qualificado de "excelente", assim como foi classificada a casa paroquial. Os elogios chegaram ao pároco Ernesto Antônio Peregrino Ferreira, que mantinha funcionando com regularidade a Pia Associação da Sagrada Família e o Apostolado de Oração. Impressionaram "o silêncio e a

---

[825] *Recenseamento de 31 de dezembro de 1891, Synopse*, pag. 122.
[826] *Livro das visitas pastorais*, folhas 58-59.
[827] Idem, pag. 60-63.
[828] ARCOVERDE, Joaquim, bispo de São Paulo. *Carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – Franca, 31 de julho de 1896.*

atenção" dos fiéis. Foi a última etapa da Visita Pastoral. No dia 20 de agosto de 1896, retornaram à Cidade de São Paulo, depois dois meses e meio[829].

Em 9 de janeiro do ano seguinte, Arcoverde estava de novo na estrada. Voltou a Itu, de onde saíra em 1892 para ser coadjutor da Diocese de São Paulo, atendendo a um convite das Irmãs de São José para assistir e presidir a distribuição de prêmios do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Arcoverde aproveitou então para uma visita à Paróquia de Itu.

Dom José da Silva Barros, que já deixara a Diocese do Rio de Janeiro e exibia então o título de bispo de Darnis, o cônego Cintra, o padre Nazário Davi de Souza Rolim e o frei franciscano Francisco de Campos Barreto, que funcionaria como secretário, acompanharam o bispo. Foram de trem, em vagão especial cedido pela companhia ferroviária. Desembarcaram em Itu, às 13 horas, debaixo de chuva. Apesar disso, o cônego Cintra registrou que "uma massa compacta" estava na estação, de onde a comitiva seguiu de carro para a Igreja do Bom Jesus. Dali foram em procissão até a matriz.

No dia seguinte, um domingo, Arcoverde celebrou a missa, pregou e crismou 1.500 pessoas. Depois vistoriou, como de hábito, as instalações da igreja: sacrário, pia batismal, altares, sacristia e confessionários. Tudo causou boa impressão, mas o bispo apontou ao pároco João Batista de Oliveira Salgado a necessidade de reformas na sacristia e a confecção de novos confessionários.

A comitiva ficou uma semana em Itu, saindo para Indaiatuba para uma permanência de três dias. Arcoverde celebrou a missa dominical de 17 de janeiro na Matriz de Nossa Senhora da Candelária, e fez as vistorias de sempre[830]. O cônego Cintra escreve que o batistério causou péssima impressão. O bispo ordenou então ao pároco João Batista Monteiro Teixeira a substituição imediata da pia batismal. Dessa vez, o motivo foi de saúde pública. Arcoverde queria que a água do batismo descesse para o esgoto da igreja para evitar "o perigo de transmitir-se por meio da água qualquer moléstia de uma criança para outra". Achou também pequeno o movimento religioso na freguesia. "É preciso que o pároco promova devoções e práticas de piedade para levantar o espírito paroquial"[831].

Dom Joaquim Arcoverde esteve ainda em três outras paróquias do interior antes da transferência para o Rio de Janeiro. De 27 de abril a 7 de maio de 1897, visitou Bragança Paulista, em companhia do cônego Cintra e dos monsenhores João Alves Guimarães, João

---

[829] *Livro das visitas pastorais*, pag. 65-66.
[830] Indaiatuba tinha 4.221 habitantes, de acordo com o censo de 1890. *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, Synopse*, pag. 124
[831] *Livro das visitas pastorais*, pag. 67-70.

Batista Gomes e Galvão da Fontoura e de dois missionários do Coração de Jesus. Achou que o período que passou em Bragança foi pouco.

> *Nunca pensei em encontrar aqui tanto trabalho, agora vejo que devíamos ter consagrado a Bragança quinze dias cheios, e só lhe reservamos nove, não contando a entrada e saída. Até hoje, já crismamos oito mil pessoas em cinco dias, creio que se crismarão ainda mais duas mil pessoas. Tem havido um movimento de povo extraordinário*[832].

Arcoverde visitou ainda Santo Antônio da Cachoeira, hoje Piracaia, entre 7 e 15 de maio e dali seguiu para Atibaia[833]. O que encontrou e as recomendações que deu não diferiam muito das que fez em visitas anteriores[834]. Aproximava-se então a designação para o Rio de Janeiro, que lhe afeta o comportamento.

> *Tenho estado em grande super excitação nervosa, depois das notícias e telegramas relativos ao arcebispado, pouco tenho dormido. Seja pelo amor de Deus!*
>
> *Fui obrigado a demorar-me aqui dois dias! As despesas feitas para a minha recepção foram avultadas, o povo todo reunido; como desprezar isto, como passar indiferente diante deste povo que me quer, que me estreita em seus braços, que usa de carinho para comigo, que arrancam lágrimas? Não pude resistir e consagrei dois para estes bons filhos.*

Dali seguiu para São Paulo, onde pegaria o trem para o Rio de Janeiro. Pediu para o vigário-geral não avisar a ninguém, "para evitar movimento no Rio", mas que comunicasse ao

---

[832] ARCOVERDE, Joaquim. *Carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo Dauntre – 3 de maio de 1897.* Pelo censo de 1890, o município tinha quase 20 mil habitantes. *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, Synopse*, pag. 122.

[833] O censo de 1890 indica 8582 habitantes para Santo Antônio da Cachoeira, e de 9742 habitantes para Atibaia. *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Synopse*, páginas 128 e 121.

[834] *Livros das visitas pastorais*, pag. 71-76.

monsenhor Guidi, internúncio apostólico, que irá também a Petrópolis, onde normalmente ficava o corpo diplomático[835]. Estava terminando a sua missão em São Paulo.

Muito já se falou do caráter apologético e disciplinador das visitas que os bispos empreendiam aos recantos mais distantes de suas dioceses. Não há dúvida disso e com Arcoverde não seria diferente. Nos meses em que passou fora da capital agiu como a maioria dos bispos. Entretanto, pouco se falou do caráter civilizador dessas visitas episcopais.

Isso fica bem claro nas andanças de Arcoverde e de sua comitiva pelas paróquias do interior de São Paulo. Se os olhos estavam voltados para o comportamento do padre - com quem ele morava, como ele se vestia, se rezava ou não, se pregava aos domingos e dias santos, se cuidava ou não do catecismo - também se dirigiam na direção do que significasse expressão pública. O que emerge dos relatórios do cônego Raimundo Cintra é mais essa preocupação do que qualquer outra.

A equipe de Arcoverde tinha atenção especial com as condições do templo. Lamentavam quando a igreja era velha, sem estilo arquitetônico definido. Era necessário embelezá-las, deixá-las sempre limpa. O período exigia uma arquitetura cada vez menos barroca, sinônimo de atraso. E a Igreja não queria ser acusada de atrasada e inimiga da ciência. O melhor era o templo neogótico – marca ao mesmo tempo européia e medieval.

Certamente um pouco dessa fuga da acusação de anticientífica e atrasada justificava a assimilação do discurso higienista. A limpeza passa a ser uma exigência. O olhar de Arcoverde e de sua comitiva está dirigido para essa direção. Não passou despercebido o batistério sem água corrente e esgotamento sanitário para evitar a transmissão de doenças.

Os sacrários teriam que ser novos, preferencialmente de mármore, com chaves douradas ou prateadas. Tudo devia brilhar. Nada podia ser lúgubre, como o passado barroco. Tudo devia formar um cenário branco, limpo. A Igreja pretendia apresentar-se moderna, pronta para os novos tempos e os novos desejos que se esboçavam no seio das camadas médias e da elite dirigente. Não havia mais lugar para o que lembrasse a Igreja do Império e da Colônia.

Cuidado também com a burocracia paroquial. Os livros deveriam estar bem cuidados, se possível encadernados. Os registros de batismos, casamentos e óbitos teriam que estar em boas condições de uso. O padre deveria ser um amanuense, um burocrata de uma sociedade

---

[835] ARCOVERDE, Joaquim. *Carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo Dauntre – 19 de maio de 1897.* A decisão de transferir Arcoverde de São Paulo para o Rio de Janeiro já estava tomada pela Santa Sé desde maio. No dia 14 de maio, o representante brasileiro na Santa Sé enviou ofício ao ministro das Relações Exteriores, general Dionísio de Castro Cerqueira comunicando a designação. Arquivo Histórico do Itamarati, 209-4-10.

perfeita. De fato, a administração das paróquias sofreu grande modernização com Arcoverde, por ele mesmo citado no discurso em que comemorou os 25 anos de episcopado em 1915[836].

As Visitas Episcopais, é necessário dizer, não foram as únicas de Arcoverde. O bispo viajava muito. Do período em que passou como titular da Diocese de São Paulo, entre setembro de 1894 e a formalização da transferência para o Rio, em novembro de 1897, Arcoverde passou boa parte do tempo fora da capital, deixando a diocese sob o governo do vigário-geral. Em janeiro de 1895, viajou a Itu; entre 22 e 25 de julho, estava em Petrópolis; permaneceu depois na Capital Federal entre 26 e 30 de julho, quando viajou então para Olinda. Em Pernambuco ficou até 12 de outubro, chegando ao Rio de Janeiro cinco dias depois. Vai a Petrópolis, certamente conversar com Internúncio; e depois a Campos, "fazer uma visita ao bispo de Niterói", dom Francisco do Rego Maia, seu amigo dos tempos pernambucanos[837].

Retornou à capital paulista, onde ficou alguns meses, iniciando em 5 junho de 1896 a grande Visita Pastoral de 75 dias, que terminou em 20 de agosto. Antes de iniciar a viagem, Arcoverde emitiu uma reclamação à Câmara dos Deputados de São Paulo contra a cobrança de imposto sobre os serviços religiosos dos padres. Argumenta que o sacerdote "não exerce nem indústria, nem profissão atingível pelo fisco (...), destinada ao seu proveito pessoal". Observa que isso não aconteceu nem mesmo depois da Revolução Francesa[838]. A Câmara terminou por revogar a medida.

Depois da viagem pastoral tomou a estrada em direção ao Rio de Janeiro, passando antes por Taubaté. Da Capital Federal seguiu para Olinda, com alguns dias de permanência em Salvador. Vai a Pernambuco, explicou, para

> *prestar à nossa querida e velha mãe a homenagem de nossa gratidão e de nosso amor filial, a qual no-la impõem o sangue e a religião; aproveitamos esse breve tempo para aliviar-nos um pouco das fadigas cotidianas do governo diocesano*[839].

---

[836] ARCOVERDE, Joaquim. *Discurso por ocasião do seu Jubileu Episcopal – 26 de outubro de 1915*, pag. 11.
[837] Idem, *carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – Olinda, 7 de outubro de 1985*.
[838] Idem, *Reclamação à Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo contra a cobrança de imposto sobre as atividades sacerdotais – 6 de maio de 1896*. pag. 4-6.
[839] Idem, *Carta de despedida ao clero e aos fiéis por causa da visita a Pernambuco – 27 de agosto de 1896*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, estante 15, gaveta 81, número 97.

Sai de Olinda a 12 de novembro de 1896, passa pelo Rio de Janeiro, onde ficou hospedado na Casa Paroquial da Matriz da Glória, no Largo do Machado, e permanece um período de descanso em Taubaté, antes de retornar à capital Paulista. Ali, o tempo de permanência também é curto, já que em janeiro de 1897 vai novamente a Itu e em 27 abril inicia nova Visita Episcopal, que só terminou em 20 de maio. Quatro dias depois estava novamente no Rio por uns poucos dias. Antes, mais um período de repouso, em Taubaté.

Arcoverde permanece em São Paulo até 11 de setembro de 1897. Sabe então que o Breve papal de sua nomeação para o Rio de Janeiro fora emitido em Roma, em 31 de agosto de 1897. Viaja ao Rio de Janeiro, de onde segue para Petrópolis para negociação com o Internúncio. Já sabe que é o novo arcebispo e orienta para que o vigário-geral não comunique nada a ninguém "se o breve chegar ai", mas mande um telegrama com apenas suas vocábulos: "Breve chegou"[840]. Fica entre o Rio de Janeiro e Petrópolis até 23 de setembro, quando retorna a São Paulo, para mais um período bem curto.

É do Rio de Janeiro mesmo que passa a jurisdição da Diocese de São Paulo ao Cabido Metropolitano[841]. Cerca de dois meses antes enviou despacho ao órgão diocesano pedindo a concessão do título de cônego aos padres Júlio Marcondes de Araújo e Silva, João Batista Gomes, Bento Monteiro do Amaral, Celso César da Cunha, João Antônio Bueno, João Pedro Lopes Ferreira, João Osório Marcondes[842].

Arcoverde estava em Poços de Caldas, Minas Gerais, quando recebeu então o Breve Papal que o designava para o Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1897, cinco meses e depois da decisão da Santa Sé. "Está assim terminada a nossa fatigosa e dificil missão em São Paulo, para encetarmos outra que ainda não podemos qualificar"[843]. Fica na cidade mineira até 13 de novembro, quando então em barca para Campinas, seguindo depois para Jundiaí e Itu.

É em Poços de Caldas que escreve a carta de despedida da Diocese de São Paulo – um texto simples de doze páginas, na qual faz um elogio público ao vigário-geral Fergo de Camargo Dauntre[844]. Ali também redige a Pastoral saudando os arquidiocesanos do Rio de Janeiro. Quer muito capricho nela e roga ao monsenhor Dauntre que acompanhe a impressão

---

[840] Idem, *Carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – Petrópolis, 12 de setembro de 1897.*

[841] Idem, *Despacho ao Cabido Metropolitano – 31 de agosto de 1897.* Arquivo da Cúria de São Paulo, estante 15, gaveta 81, número 97.

[842] Idem, *Despacho ao Cabido da Diocese de São Paulo – 26 de junho de 1897*, estante 15, gaveta 81, número 97.

[843] Idem, *carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergor o'Connor de Camargo Dauntre - Poços de Caldas, 11 de outubro de 1897.* Já assina como arcebispo do Rio de Janeiro.

[844] ARCOVERDE, Joaquim. *Carta de despedida ao clero e aos fiéis da Diocese de São Paulo – 12 de dezembro de 1897.* Dauntre exerceu a função de outubro de 1894 a outubro de 1897. Ele e Arcoverde continuam a correspondência até 1909.

com o máximo cuidado. "Não poupe dinheiro". Quer papel "superior" e uma tiragem de mil exemplares, sendo duzentos encadernados em *"toile"*, com o título em ouro. Para o serviço, como sempre contrata a Typographia da Industrial de São Paulo. Pretende estar no Rio no dia 15 de dezembro, para a entrada solene no dia seguinte[845].

Durante cerca de sete anos, Arcoverde convivera com a burguesia agrária paulista. Aprendera como lidar com ela. Agora a estava acompanhando em direção ao poder central, à Capital Federal. Os cafeicultores paulistas impuseram-se à República. Ninguém mais indicado entre todos os bispos para se entender com eles.

[845] Idem, *Carta ao vigário-geral diocesano, monsenhor Fergo O' Connor de Camargo Dauntre* - Poços de Caldas, dias 30 de outubro e de 6 e 8 novembro de 1897.

5. Os padres falam

Em 1°. de janeiro de 1912, o cardeal Arcoverde divulgou carta pastoral comunicando visita pastoral às paróquias urbanas e suburbanas da Arquidiocese. O objetivo do empreendimento não diferia em nada de outros semelhantes, segundo as determinações tridentinas: "conservar a pureza da ortodoxia da doutrina católica [e os] bons costumes, corrigir os maus, estimular os fiéis à religião, à paz e à inocência, por meio de exortação e conselhos".

Para isso, seria necessário "tomar informações a respeito da vida e do procedimento dos pastores e dos fiéis, a fim de corrigir e reformar o que reclamar correção e reforma. Portanto, como todas as visitas pastorais, o arcebispo queria fiscalizar o clero" e saber se os leigos estavam instruídos e cumpriam as obrigações sacramentais e morais. O arcebispo deixa claro que um dos pontos a examinar é se os fiéis "freqüentam sociedades e seitas condenadas pela Igreja, como sejam: *a maçonaria, o socialismo, a escola moderna, etc; o protestantismo*"[846].

Na carta pastoral, Arcoverde pede especial atenção à preparação dos meninos e meninas para a crisma que celebrará durante a visita[847]. Recomenda ainda que os vigários convoquem missionários para que atuem na paróquia nos cinco dias que antecedem à sua chegada para que os fiéis possam estar preparados para a celebração[848].

Os vigários receberam também ordem para que produzissem um relatório sobre as condições da paróquia, sob a justificativa de que o bispo-auxiliar, dom Sebastião Leme, precisava de informações para organizar a visita[849]. Esses documentos foram aproveitados pelo vigário-geral Antônio Alves Ferreira dos Santos no livro *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro: subsídios para a história eclesiástica do Rio de Janeiro*.

Além disso, certamente tornaram-se um instrumento importante dos burocratas para a definição das ações que seriam implementadas pela Arquidiocese e para a fiscalização dos cento e cinqüenta padres, que atuavam no Rio de Janeiro, muitas vezes quase sem controle da autoridade episcopal. Portanto, são fontes muito ricas para o conhecimento da ação dos

---

[846] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta Pastoral anunciando a visita pastoral – Rio de Janeiro, 1°. de janeiro de 1912*, pag. 10-12.
[847] Idem, pag. 13.
[848] Idem, pag. 16.
[849] Idem, pag 25ss.

setenta e três sacerdotes seculares brasileiros e setenta e sete estrangeiros que viviam e celebravam no Rio de Janeiro[850].

Os relatórios foram produzidos por onze párocos e dois curas (Santíssimo Sacramento da Antiga Sé e Santa Teresa do Menino Jesus). A esses foram acrescidos três relatórios a qual o monsenhor Ferreira dos Santos não teve acesso para a elaboração do livro, dois deles do padre salesiano Pedro Massa. O primeiro, refere-se ao "movimento religioso" da Capela de Nossa Senhora do Socorro, pela qual o sacerdote italiano era o responsável, e foi assinado em 13 de julho de 1916, dezesseis dias antes da pequena igreja tornar-se matriz provisória do Curato de Santa Teresa, estabelecido em 29 de julho. O outro é de 15 de agosto de 1917 e é sobre as atividades dos doze meses anteriores. Por fim, o terceiro relatório é do vigário de Santa Rita de Cássia, cônego Victor Maria Coelho de Almeida, dirigido pessoalmente a Sebastião Leme em 20 de outubro de 1913.

Portanto, as fontes principais são os seguintes relatórios das seguintes paróquias e curatos (freguesias):

Sagrado Coração de Jesus, 26 de julho de 1912 e 16 de agosto de 1912;

Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, 1°. de maio de 1912 e 23 de agosto de 1918;

São José, 22 de abril de 1912;

São João Batista da Lagoa, 5 de maio de 1912;

Nossa Senhora da Ajuda, 10 de julho de 1912;

Santana, 31 de dezembro de 1912;

Nossa Senhora da Luz, 27 de julho de 1912;

Santo Antônio dos Pobres, 27 de abril de 1912 e 3 de agosto de 1912;

Nossa Senhora da Gávea, 20 de abril de 1912;

Nossa Senhora de Lourdes, 8 de maio de 1912e 31 de julho de 1912;

Nossa Senhora da Candelária, 22 de abril de 1912 e 17 de outubro de 1912;

Santa Rita de Cássia, 10 de julho de 1912, 10 de agosto de 1912 e 20 de outubro de 1913;

Santa Teresa do Menino Jesus, 13 de julho de 1916 e 15 de agosto de 1917.

Quando a quase totalidade dos relatórios foi produzida – a exceção é Santa Teresa - a Arquidiocese do Rio de Janeiro tinha trinta e uma paróquias, distribuídas em 1.117

[850] Dos padres estrangeiros, trinta e seis eram portugueses, vinte e cinco dos quais exilados por causa da Revolução Republicana. Atuavam ainda no Rio de Janeiro em 1912, vinte e quatro seculares italianos, cinco espanhóis, cinco sírio-libaneses, quatro franceses, um austríaco, um alemão e um belga. Só para efeito de comparação, o *Anuário Católico do Brasil de 2000* informa que 188 padres atuam na Arquidiocese do Rio de

quilômetros quadrados. Essas freguesias estavam divididas em três zonas. A mais importante e populosa era a Urbana, com quinze paróquias, sete das quais no centro da cidade e que abrangia os bairros de Botafogo até São Cristóvão, incluindo a Tijuca. A outra era a suburbana, com nove freguesias, que ia de Vila Isabel a Inhaúma, mas incluía a do Alto da Boa Vista, Copacabana e Gávea. A terceira era a Rural, com apenas sete paróquias, de Irajá a Guaratiba.

Portanto, as fontes incluem menos da metade das freguesias. A maioria delas é da chamada Zona Urbana – nove paróquias. As outras quatro são da Zona Suburbana, não incluindo nelas a mais populosa de todas, a de Inhaúma, com cerca de 80 mil pessoas. Não há relatório de nenhuma das sete freguesias rurais porque não estavam incluídas na visita pastoral de Arcoverde. Certamente outros relatórios perderam-se nos arquivos arquidiocesanos e nas malhas do tempo. É certo que outros vigários e curas elaboraram seus relatórios em outros momentos, já que o livro do monsenhor Antônio Alves Ferreira dos Santos saiu em 1914 com informações sobre todas as paróquias da Arquidiocese[851].

De acordo com *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro: subsídios para a história eclesiástica do Rio de Janeiro*, a cidade tinha então 945 mil pessoas. Baseava-se em informações dos vigários, a maioria dos quais dizia não ter certeza alguma sobre o número de habitantes de sua freguesia. Era apenas uma estimativa – diziam – baseada em métodos empíricos. Das paróquias que apresentaram relatório a mais populosa era a de Santana, com 57 mil habitantes. No total, os relatórios abrangem 329 mil pessoas – cerca de trinta e cinco por cento do total de habitantes informado pelos vigários em 1912. Portanto, é preciso ter em conta, que a avaliação das informações expressas nos relatórios refere-se apenas a uma parcela da Arquidiocese, embora a de maior importância política, econômica e social.

Os autores dos relatórios têm entre trinta e dois e sessenta e dois anos, com média de idade de 46,45 anos. Apesar do número expressivo de padres estrangeiros, Arcoverde preferia brasileiros como vigários. Pode-se dizer que apenas dois eram estrangeiros, ambos italianos: o pároco de Nossa Senhora da Ajuda, Ilha do Governador, que era um capuchinho, e um salesiano do Curato da Santa Teresa de Jesus. Havia um português, um alemão e um austríacos, mas os três formaram-se no Brasil. Havia também um goiano, um mineiro, um pernambucano e um cearense. Apenas quatro eram nascidos no Rio de Janeiro.

Janeiro, o que não é uma diferença muito grande, sobretudo levando em consideração que a população da cidade é hoje pelo menos seis vezes maior do que em 1912.

[851] Os relatórios disponíveis estão no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, na pasta Paróquias I 1842 a 1818, todos são manuscritos a exceção dos dois da Paróquia do Santo Antônio dos Pobres, que é datilografado.

Os relatórios demonstram que os esforços de muitos anos para a introdução do catolicismo romanizado no Brasil ainda não tinham surtido o efeito desejado. Apresentam cinco razões para os problemas desses párocos e vigários na ação pastoral: a indiferença religiosa, a ignorância dos fiéis, as condições urbanas, os protestantes e espíritas e as irmandades religiosas. Cada um dessas razões expõe-se agora.

1. Indiferença religiosa

De forma sistemática, os padres apontam a indiferença religiosa como a causa do fracasso da ação pastoral que tentavam desenvolver. O chamado indiferentismo era o resultado de já algum tempo da ação do Estado em direção à secularização acentuada, mas a própria Igreja reconhecia que fracassara na catequese.

Um dos relatórios mais cuidadosos, do padre Pedro Massa, admitia um número muito reduzido de batizados no Curato de Santa Teresa, do qual estava à frente. A responsabilidade era a indiferença religiosa, "que lavra entre os paroquianos (...), que fogem das práticas religiosas e se recusam à recepção dos sacramentos".

Além do número muito reduzido de batizados, o salesiano reclamava da demora do cumprimento do dever de batizar. É significativo que depois de um longo período de esforço para inculcar entre os fiéis a obrigação do batizado logo após o nascimento, essa prática continuava sem aceitabilidade.

O batizado era muito mais do que uma prática religiosa. Significava – como ainda significa hoje – um acontecimento prezado pelas famílias, a introdução do recém nascido no mundo dos parentes e dos amigos, o estabelecimento da importante relação de compadrio, a construção de uma importante aliança em uma cidade grande. Mesmo o temor da morte da criança, não pouco rara naqueles tempos insalubres, não era suficientemente para convencer os pais de que o batizado deveria ser imediato, no máximo poucos dias após o nascimento. É admissível supor que os pais adiavam o batizado para que pudessem escolher os padrinhos, negociar com eles e organizar a festa - um hábito que certamente implicava gastos.

O indiferentismo é também responsável pela ausência dos homens na Igreja, conforme o documento de padre Massa. Em verdade, as praticas religiosas eram hábitos femininos no Rio de Janeiro do início do século XX. Isso certamente explica porque Arcoverde encontrava dificuldades para uma ação mais efetiva do laicato. Ele, como todos os outros bispos e como a totalidade dos outros homens do período, não estava aparelhado para prescindir da ação

masculina e colocá-la nas mãos das mulheres[852]. Explica também por que Leme, que o sucede, sai à caça de leigos que podiam formar um núcleo de militantes organizados para o enfrentamento com os "inimigos da Igreja". A Igreja era uma instituição clerical, masculina e misógina.

No Rio de Janeiro, a maior parte das ações desenvolvidas pelo reduzido laicato atuante era de responsabilidades das mulheres. Eram elas as catequistas, as zeladoras dos templos e as que, reunidas em torno das Senhoras de Caridade, atendiam aos pobres e buscavam "santificar das uniões ilícitas". Desaparelhados para perceberem a misoginia da Igreja, os sacerdotes culpavam o avanço do indiferentismo religioso entre os homens, ou a falta de tempo deles, como apontava o vigário de Santo Antônio, monsenhor Pedro Ribeiro da Silva, em seu relatório. Essas mulheres que dedicavam grande parte do seu cotidiano às necessidades da Igreja "não duvidam às vezes de sobrecarregar-se de dívidas" – revela o pároco[853].

Os homens mais atingidos pelo indiferentismo religioso são os operários e negociantes. Pelo menos é o que consta do relatório de outro vigário, padre Francisco Inácio de Souza, pároco de Nossa Senhora de Lourdes, em Vila Isabel[854]. Não vão à Igreja, não prezam as obrigações religiosas, pouco se importam com a audiência da missa aos domingos e dias santificados e, por isso, nunca ouvem a palavra de Deus. Reclamava que a Igreja nunca ficava cheia.

2. Ignorância religiosa

A ignorância religiosa é também uma constante explicação para os reduzidos bons resultados da ação pastoral da Igreja. Em todos as conferências dos bispos do Sul do Brasil – e deve ser também assim nas conferências dos bispos da região setentrional – a catequese recebeu tratamento privilegiado, quer nas instruções aos padres, quer nos conselhos aos leigos, quer nos recados ao poder público, quer nos compromissos assumidos pelo próprio episcopado. Os seminaristas inculcavam a importância da catequese de adultos e crianças. A

[852] Recorro neste caso ao conceito de aparelhamento (ou ferramenta) mental de Lucien Febvre, em *Le problème de l'incroyance au XVIe: la religion de Rabelais. Siècle*, Paris, Albin Michel, 1974. 511p.

[853] O padre Pedro Ribeiro da Silva nasceu em Goiás e tinha então 45 anos, cinco dos quais na Paróquia de Santo Antônio dos Pobres. Não há indicação se ele foi ordenado no Rio de Janeiro ou em Goiás. É possível observar pelo tom dos seus relatórios – os únicos datilografados – que era um apologista. Calculo que tenha se ordenado por volta de 1890, tendo, portanto, recebido uma completa formação romanizada e ultramontana.

[854] O padre Francisco Inácio da Silva é o mais idoso entre os vigários que elaboraram os relatórios. Tem então 62 anos e está na Paróquia de Vila Isabel desde 1903. Nasceu em Uberaba, então diocese de Goiás, pela qual foi ordenado em 1879, quando eram ainda muito forte os ecos da Questão Religiosa, a qual deve ter acompanhado como seminarista.

Santa Sé ordenava que os padres pregassem e ensinassem a doutrina cristã. Antes mesmo disso, ainda no Império, a ignorância religiosa era tida como o grande problema a enfrentar.

A preocupação era tanta com a catequese que em todos os relatórios os vigários asseguram que pregam o evangelho nas missas dominicais e nos dos dias santificados, que ensinam a doutrina antes das cerimônias religiosas. Não pregar e não ensinar eram faltas gravíssimas que poderiam significar a perda da paróquia – punição muito severa em uma arquidiocese em que os padres viviam a reclamar das condições materiais. A maioria também assegura que se esforça para instruir os noivos e os padrinhos de batismo antes das cerimônias.

A constatação do problema, o comprometimento em sua solução e o encaminhamento da prática da catequese e de suas diferentes estratégias pedagógicas não ocasionaram o fim da ignorância religiosa. "É crassa", constatava o cura de Santa Teresa. A população brasileira não conhece os rudimentos da fé cristã, é a conclusão. Certamente era ignorante dos fundamentos religiosos, segundo os parâmetros dos sacerdotes católicos. Certamente elaborava o seu próprio conhecimento da fé que praticava e construía o seu próprio discurso sobre isso. Só que não eram os conhecimentos que os vigários desejavam. Por isso o fracasso do trabalho catequético tem a ver com a resistência do fiel ao que a Igreja desejava inculcar-lhe.

A ignorância religiosa tinha longas pernas. Uma delas é a que prejudicava o atendimento aos doentes. Os padres encontram um culpado nos familiares que impedem o acesso ao enfermo. O vigário de São João Batista da Lagoa, em Botafogo, assegura que socorre os doentes sem negligência, mas revela que é chamado "quase sempre de última hora". Assim, o enfermo, "sem sentidos ou pelo menos muito perturbado", não pode ser convenientemente preparado. Sobrinho do arcebispo, o cônego André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti protesta que muitas vezes não pode sequer entrar na casa por que os familiares não deixam[855].

A proibição da entrada do padre na casa do doente é sempre apontada. Como o cônego Arcoverde, o vigário Pedro Massa, de Santa Teresa, também reclama do "descuido tão característicos das famílias pouco piedosas", que só o procuram "quando o moribundo já não

[855] Entre os vigários que elaboraram os relatórios de 1912, André Arcoverde foi o que alcançou as mais altas posições na hierarquia. Estudou em Roma, na Gregoriana, residindo no Pio-Latino-Americano. Ali se ordenou em 1903. Retornando ao Brasil, trabalhou como coadjutor em Santa Cecília, em São Paulo. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, foi deputado na Comissão Tridentina e assumiu a Paróquia de São João Batista da Lagoa. Mais tarde foi administrador dos bens do Seminário Arquidiocesano. Em 1925, foi sagrado bispo, assumindo a diocese de Valença, Estado do Rio de Janeiro, e depois de Taubaté, São Paulo. Nascido em 1878, era filho de Jerônimo

está em condições de receber os socorros religiosos''. O padre Francisco Inácio de Souza, pároco de Nossa Senhora de Lourdes, em Vila Isabel, enfrentou tantas vezes tal situação que a destacou em seu relatório. Os familiares desconhecem o sentido da unção dos enfermos por ignorância ou falta de religião deles ou do próprio doente. Em algumas ocasiões, entretanto, obteve êxito. Tanto que Assinala em seu relatório que efetuou a oito matrimônios *in extremis*.

Muitos não dão acesso ao doente porque a unção dos enfermos está vinculada à proximidade da morte. "Os familiares não me deixam entrar para não assustar o doente, como costumam dizer'' – conta o vigário da Candelária, padre José Augusto de Freitas[856]. A simples presença do padre era sinal de que a morte se aproximava.

Por certo culpar os familiares tranqüilizava o padre e justificava uma eventual falha diante dos olhos atentos da Arquidiocese. Entretanto, por ser tão constante não há como negar o seu fundamento. Pelo menos um dos padres busca uma outra causa que também mantém vínculos com a ignorância religiosa da população. O monsenhor Pedro Ribeiro da Silva, de Santo Antônio, isenta-se:

> *da mínima responsabilidade pelo número horroroso dos que morrem sem os sacramentos, até mesmo nas vizinhanças da matriz. Os frutos do ensino sem Deus começam a aparecer e, pior, se tornará o espírito do povo, se dentro de prazo relativamente curto a Providência não compadecer do Brasil, dando-lhe uma legislação cristã.*

Sem a presença do padre no leito de morte, a Igreja via-se ainda mais atingida na quase ausência de exéquias. A instituição, que até poucos anos antes, controlava a vida da população do nascer ao por do sol, do nascimento à morte, se via agora alijada da morte. Ao contrário do que ocorreu com o batismo, que a cultura e o hábito fizeram permanecer, independente da própria ação da Igreja e proporcionando ao fiel uma leitura que não a leitura teológica, a morte perdeu o cunho religioso em poucos anos. Era agora um fato civil,

---

Arcoverde, o irmão do Arcebispo que ficou com a Fazenda do Fundão. Deve ao tio cardeal toda a formação e a carreira que fez na burocracia eclesiástica.

[856] Era também um padre apologista. Nascido em Portugal, ordenou-se em 1900 na Diocese da Paraíba, onde permaneceu até 1904, quando então se transferiu para o Rio de Janeiro. Sua formação toda se deu no Brasil, sob o regime rigoroso de dom Adauto de Miranda Henriques, um dos mais influentes bispo do Norte. Muito cioso do poder que detinha e dos direitos que gozava, sempre se envolvia em conflitos. Um deles se deu em 1908, quando já estava há três anos na Candelária. Recusou-se a celebrar a missa de corpo presente do cadete naval Júlio Krammer porque os parentes e amigos do militar recusaram-se a cobrir o dístico positivista *Ordem e Progresso* da Bandeira Nacional.

recolhido ao fundo das casas, posteriormente aos hospitais, quase totalmente secularizado, sem interferência do vigário. E com certeza a perda do papel burocrático da Igreja, responsável pelo registro do óbito no Império, jogou um papel importante no processo.

Todos os relatórios indicam que quase nenhuma exéquia era celebrada. Alguns vigários garantem que há muito tempo não oficiam nenhuma. O máximo que conseguem é alguma encomendação (ou encomenda) a domicílio – uma cerimônia bem mais simples. Nas exéquias, o corpo era levado à matriz, onde o padre celebrava missa. Podia ser também celebrada na casa do morto. Só depois da cerimônia era conduzido ao cemitério, com a presença do sacerdote. Na encomendação, o padre era chamado à residência, benzia o corpo, dizia algumas palavras de consolo, recebia os emolumentos e retornava à matriz. Algumas vezes, acompanhava o enterro até o cemitério.

Preocupado em vigiar tudo o que ocorria em seu território paroquial, o padre Massa registrou 12 óbitos em 1916. Lamentava que apenas cinco tenham recebido os sacramentos e, como sempre, culpava "o descaso" das famílias. Dos 12 mortos, ele encomendou 10 a domicílio, mas não celebrou nenhuma exéquia. Já o pároco de Vila Isabel celebrou 21 encomendas, com cinco acompanhamentos ao cemitério. São os únicos dois relatórios que indicam números. Os outros todos omitem esse dado, limitando-se a usar o termo "raro" para a informar a quantidade de funerais celebrados.

Um outro vigário, o capuchinho italiano José Maria de Castrogiovanni, de Nossa Senhora da Ajuda, Ilha do Governador, culpa o costume: os seus paroquianos não têm o hábito de "chamar o padre para a encomendação dos defuntos"[857]. O monsenhor Pedro Ribeiro da Silva, de Santo Antônio, por sua vez, não culpa somente a indiferença religiosa ou a ignorância da população ou o costume dos paroquianos. Depois de confirmar que eram "raros, muito raros" os enterros com cerimônia religiosa, observa que o empobrecimento dos paroquianos tem grande responsabilidade por isso, já que a "despesa crescente sempre com as coroas e ramos de flores e carros de luxo vai extinguindo a olhos vistos o caráter religioso dos funerais". O vigário de Santo Antônio não menciona entre os custos do enterro os gastos com as exéquias ou mesmo com as encomendações e acompanhamentos aos cemitérios. Entretanto, muito das lamentações dos padres estava vinculada à perda de uma fonte importante de arrecadação paroquial. Tanto que a parte referente a sepultamentos está quase

[857] O frei Castrogiovani assumiu a Paróquia da Ilha do Governador por um pedido pessoal de Arcoverde, em 1910. Em 1912, tinha 47 anos, 24 de sacerdócio. Residia no Convento do Morro do Castelo e só comparecia à paróquia aos domingos. Pelo seu trabalho de vigário, recebia uma ajuda de 150$000 pagos pessoalmente por Arcoverde.

sempre vinculada à questões financeiras, no que era então chamada de renda da estola preta, e é sempre considerada um aporte de dinheiro perdido.

Os relatórios são muito cuidadosos no que se refere a dinheiro. A maioria reclama das condições financeiras, muitos falam que vivem em penúria. Alguns indicam claramente que a principal arrecadação paroquial é com emolumentos, ou seja, o que recebem com a celebração dos sacramentos. Entretanto, poucos assumem a cobrança pelo serviço: preferem usar expressões como "esmolas dos fiéis", "ofertas", "doações", "espórtulas" ou "contribuição espontânea", o que é desmentido com uma análise superficial dos relatórios. O próprio termo emolumento, sempre adotado, já neutraliza o sentido de cobrança por que está muito mais próximo de gratificação e de retribuição por um serviço prestado.

Mas se a contribuição é espontânea, apenas uma gratificação, por que uma quantia fixa é sempre mencionada nos documentos? Ou será que existia esmola ou oferta a preço tabelado? O costume entre os fiéis de pagar uma certa quantia pelo sacramento poderia explicar o valor sempre igual na mesma paróquia. Entretanto essa justificativa só aparece em um relatório. O certo é que o vigário nunca diz cobrar pela celebração, mas assegura que os pobres nada pagam.

Os emolumentos da estola preta são de longe os mais caros. E isso pode explicar também porque os paroquianos fugiam deles – o que, de certa forma, já era apontado pelo vigário de Santo Antônio. Na Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, em Vila Isabel, um casamento sai por 10$000, a mesma espórtula de uma encomendação. E é esse o mesmo valor vigente então nas paróquias em Santa Rita de Cássia, Santíssimo Sacramento, São José, Sagrado Coração de Jesus e Santo Antônio. Não é de todo improvável que os vigários combinassem o valor do serviço que prestavam.

As espórtulas variam mais quando se trata dos raros acompanhamentos ao cemitério. Nas paróquias de Santo Antônio, Lourdes e Santíssimo Sacramento ficam em 50 mil réis; em São José, 30$000; e em Sagrado Coração de Jesus, entre 20$000 e 40$000. Um preço bastante expressivo, já que um capelão de algumas irmandades ou um padre auxiliar de uma paróquia como recursos como São João Batista da Lagoa ou Santa Rita recebe 100$000 por mês.

Portanto, a extinção de um hábito como o de encomendar o corpo e, sobretudo, de acompanhar o enterro ao cemitério significava a perda de uma renda importante, em uma época que muitos padres transitavam pela cidade, a maioria deles prestando serviço avulso.

De qualquer forma, seja qual explicação for, seja qual resultado provocasse, o fim das exéquias, a secularização da morte, representava para a Igreja uma perda importante. Claro que um expressivo segmento da população, que relia e refazia a sua fé, não deixava de

celebrar a cerimônia, mas a celebrava sem a presença do padre, recitando orações diante do corpo e encomendava uma missa para a semana seguinte. Em todos os relatórios a reclamação da extinção do hábito das exéquias vem acompanhada da informação que sempre era celebrada a Missa de Sétimo Dia. Muitas vezes mandavam rezar a Missa de Trigésimo Dia. Mais rara era a celebração da missa de um ano de morte, porém os relatórios também fazem referência a ela.

A Missa de Sétimo Dia, a que tudo se reduzia, segundo o vigário de São José, padre José Gonçalves Serejo[858], era mais barata, possibilitava o encontro entre os parentes e familiares do morto e permitia que as pessoas que não puderam comparecer ao sepultamento, em uma época de comunicação mais difícil, tivessem a oportunidade de uma última homenagem ao falecido. Tornou-se um costume arraigado da cultura brasileira até hoje preservado.

A ignorância religiosa, ainda associada ao indiferentismo, também atingia ao casamento. Como as exéquias, o fato de a Igreja ter perdido o poder sobre o registro civil, fez reduzir o número de cerimônias religiosas no matrimônio. Não há como negar que o custo do ofício tinha uma influência vigorosa nessa redução. Os vigários, entretanto, contaram com um aliado muito importante para impedir queda maior do número de casamentos religiosos: a tradição e o evidente atrativo que a cerimônia ainda despertava.

Buscar minimizar esse problema era uma luta constante da hierarquia católica. Pelo menos uma associação leiga buscava "reparar as uniões ilícitas", que incluíam não só o concubinato, mas até mesmo o casamento civil, chamado pela Igreja de contrato civil: as Senhoras da Caridade, a ala feminina da Conferência de São Vicente de Paula. A principal atividade da instituição era procurar na paróquia casais que não tinham passado pelo matrimônio religioso e formalizar o casamento na lei canônica.

Nos relatórios, os vigários reclamam constantemente que o descaso com o matrimônio é o resultado da ignorância religiosa. A população desconhecia ser o casamento um sacramento. E muitas vezes não sabia sequer sair do emaranhado burocrático que a Igreja construiu para evitar a bigamia. Por isso, muitos recorriam a intermediários que agilizavam os papéis.

O relato do cônego Arcoverde é significativo e demonstra o grau de conflito entre os vigários e a burocracia eclesiástica:

---

[858] Tinha 58 anos e era cônego desde 1880. Fora ordenado em 1879.

Os papéis dos casamentos são preparados como melhor se pode. Não se tem posto nesta freguesia o uso do vigário tratar dos papéis de casamentos como é prescrito, porque qualquer indivíduo que se apresente como intermediário, mal ou bem, consegue seu fim, obtendo despachos na câmara eclesiástica, até mesmo sem aprovação do vigário. Quando assim não é, e pedem a informação do vigário, chamam no botequim, defronte, pessoas que se dizem tios, irmãos ou amigos de infância dos nubentes, e que são capazes de todas as fraudes.

Portanto, a burocracia eclesiástica, por um lado, e o preço da celebração, por outro, associados ao fato de que a Igreja já não era o cartório de registro civil contribuíram para o reduzido número de casamentos. O vigário de Santa Teresa acrescenta uma outra razão:

O lastimável estado moral da paróquia, apesar dos esforços das Senhoras de Caridade para legitimarem as uniões ilícitas e da gratuidade do ato religioso, a que o cura se prontifica sempre a assistir''.

Mesmo assim, o padre Massa celebrou em 1916, 29 casamentos, nove dos quais de concubinos, caçados pela Igreja por toda a cidade. Um resultado inferior ao obtido pelo pároco de Nossa Senhora de Lourdes, que oficiou 83 casamentos na matriz e 75 em outras igrejas da paróquia, arrecadando 1:580$000 em 1911. Isso sem contar os 34 matrimônios celebrados pelos redentoristas em sua capela, na Tijuca, sem fôro paroquial.

3. As condições urbanas

Uma outra justificativa apresentada pelos párocos para a ineficiência da ação pastoral desenvolvida estava ligada as condições urbanas. Poucos anos antes, o Governo do Distrito Federal, com amplo apoio da Presidência da República, iniciara um amplo processo de modernização do Rio de Janeiro, conduzida pelo prefeito Pereira Passos.

Já foram amplamente estudadas as razões que nortearam o *bota abaixo* – como a população denominou então e que acabou se tornando termo consagrado pela historiografia. Também foram objetos de análises as conseqüências das transformações na cidade. Não é o

objetivo aqui avaliá-las. Mas a elas nada ficou imune. Instituição alguma deixou de sofrer influência, nem mesmo a Igreja.

Três relatórios – todos de paróquias centrais - deixam claras as conseqüências da reforma de Pereira Passos na vida da Igreja. O vigário de Santa Rita constata que o bota abaixo transformou a freguesia em "zona quase inteiramente comercial, quase sem paroquianos próprios"[859]. Os comerciantes e seus empregados trabalham na região, mas "residem para os arrabaldes da cidade". De fato, uma das conseqüências da reforma – e certamente um dos objetivos - foi transferir um grande contingente da população para a área periférica, o que afetou, evidentemente os mais pobres. Santa Rita era até então uma das freguesias mais habitadas da cidade, uma área de grande interação cultural.

Mesmo argumento é o do vigário da Candelária – a freguesia mais afetada com o projeto de Pereira Passos, já que a menina dos olhos da reforma, a Avenida Central (hoje Rio Branco) foi aberta em seu espaço geográfico. "A paróquia é toda comercial" – indica o padre José Augusto de Freitas. Os aluguéis aumentaram muito porque as residências foram "transformadas em escritórios comerciais" e as famílias tiveram que se mudar para outras freguesias.

A redução da população é também um dos problemas enfrentados pelo pároco do Sagrado Coração de Jesus, na Glória[860]. A razão tem como causa indireta a reforma urbana. O padre Alpen revela que as famílias estão deixando o bairro por causa da

> *invasão de mulheres de vida alegre ao redor do convento da Lapa, onde antigamente havia famílias piedosas. Parece até um assalto premeditado ao convento porque a Avenida Mem de Sá, a Rua Maranguape, o Largo da Lapa e a Praia da Lapa (Augusto Severo) estão todas contaminadas por esta gente de vida airosa. Coitado dos frades! Há também em outros pontos da freguesia desta gente vergonhosa, mas quase sem importância.*

---

[859] O padre Victor Coelho de Almeida era do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1880. Ordenou-se em 1902, em Roma, onde estudara na Gregoriana como aluno do Pio Latino-Americano. Era outro exemplo de padre apologista. Tinha trinta e dois anos quando elaborou os relatórios. Era o mais novo entre os vigários. Sobre ele, consultar COUTINHO, Sérgio Ricardo. *O ex-padre: a trajetória política e religiosa de Victor Coelho de Almeida (1879-1944).*

[860] Em 1912, quando redigiu os relatórios, João Nicolau Alpen tinha 51 anos. Nascera na Alemanha, mas era um padre de formação brasileira, pois até mesmo seu batismo foi celebrado em Blumenau, que então pertencia à Diocese do Rio de Janeiro, como todo o Estado de Santa Catarina. Foi ele o primeiro vigário do Sagrado

Ora, a Mem de Sá era uma das novas ruas abertas pela prefeitura como parte do plano de reforma. Era uma região na qual a Igreja tinha propriedades, pelas quais recebeu indenização porque desapropriadas. Augusto Severo também era uma artéria nova, que proporcionava uma ligação mais moderna entre o centro e a zona sul. É evidente que atraiam a prostituição, expulsa de outras áreas por causa da reforma.

Decréscimo da população atingiu também uma outra freguesia central, a de Santana. A razão principal, neste caso, foi o desmembramento do território paroquial para a formação de novas freguesias, do que reclama o vigário Antônio Lopes de Araújo[861]. A população de mais posse está agora em território de outra paróquia, e a matriz agora "é freqüentada por pobres", que mal podem pagar espórtula pelos serviços religiosos. Além disso, sobraram de herança 70 indigentes que atende diariamente. A Igreja ainda era então a grande agência de atendimento aos miseráveis da cidade. Menor população significava redução de emolumentos e da freqüência aos sacramentos, principalmente à comunhão, que era a medida do bom desempenho paroquial.

A Reforma de Pereira Passos, com seu discurso modernizador e conservador, não deixava de influenciar os homens da Igreja. Desde antes da deflagração do bota abaixo, a Arquidiocese do Rio de Janeiro já indicava que buscava formas de exibir mudanças em seu espaço publico de representação. Isso fica evidente na construção dos novos templos, quase todos em estilo gótico[862], como a do Sagrado Coração de Jesus, na Glória, ou eclético, como a de Nossa Senhora de Lourdes, em Vila Isabel, a de Santa Teresa e a de São Joaquim, na Paróquia do Espírito Santo, no Estácio, ou mourisco, como a do Sagrado Coração de Maria, no Méier, um projeto do espanhol Adolfo Morales de los Ríos.

Foi essa mentalidade modernizadora, o furor transformador de Pereira Passos, que levou o padre Víctor Maria Coelho de Almeida a manifestar em seu relatório o desejo de erguer uma nova matriz, em substituição a de então, "de estilo barroco, como quase todas as antigas igrejas desta cidade". Reconhece que o templo está bem conservado, sem necessidade de consertos, mas a considera "acanhada e em inteiro desacordo com a situação que ocupa no centro da cidade". Preconiza uma nova matriz, "em condições de corresponder rigorosamente à posição que ocupa no centro da capital". Seus argumentos são muito semelhantes aos dos que na época propugnavam pelas mudanças urbanas: barroquismo, acanhamento, falta de

---

Coração de Jesus, assumindo em 1909. Era então o coadjutor de Nossa Senhora da Glória, da qual a nova paróquia fora desmembrada.

[861] Era cearense, mas residia no Rio de Janeiro há 24 anos. Tinha então 52 anos, 22 de sacerdócio.

pompa, pouca representação, excessiva modéstia para um templo localizado no centro da capital da República, há poucos metros do Itamarati.

Victor Maria Coelho de Almeida, um sacerdote atento, com formação na Europa, experiência na ação pastoral entre os operários, homem de debate e de luta em defesa da Igreja, censor eclesiástico, não conseguiu concretizar o sonho de construir uma nova matriz, mas apontou um problema urbano, relacionado, sem dúvida relacionado à reforma da cidade, que no seu ver atrapalhava a catequese. Segundo o vigário, a pouca freqüência das crianças ao catecismo ocorria porque os pais temiam o "ininterrupto trânsito dos rápidos veículos pelas ruas centrais". Por isso, dos 250 alunos matriculados na catequese da matriz, apenas 75 compareciam com freqüência.

O vigário precisava de uma justificativa para os problemas que enfrentava em uma das áreas que mais chamavam a atenção das autoridades eclesiásticas. De fato, uma das metas das obras de Pereira Passos era a de aumentar a velocidade do trânsito, tal como o modelo francês que adotou. Por isso, novas artérias foram construídas e as antigas alargadas. A Igreja de Santa Rita de Cássia estava localizada na antiga Rua Larga, um dos acessos à estação ferroviária e onde ficavam a sede da Light e o Palácio do Itamarati. Entretanto, esse argumento jamais foi apresentado por nenhum outro vigário da zona central da cidade.

Um outro problema enfrentando por alguns párocos e relacionado à ordem urbana era o da desobediência do fiel ao seu território paroquial, o que constituía uma subversão da organização da Igreja que vinha desde antes da Idade Média, segundo a qual cada fiel pertencia a uma jurisdição que controlava sua vida, do nascimento à morte. É evidente que as obras de remodelação da cidade e a melhoria dos meios de transporte contribuíram para a circulação da população, ensejando relações que não se limitavam mais em um espaço estabelecido juridicamente.

O padre Pedro Massa, vigário de Santa Teresa, reclama em seu relatório que muitos moradores da freguesia freqüentam outras igrejas e militavam em associações religiosas de outras paróquias, negando-se a prestar a necessária cooperação para as obras paroquiais. O religioso salesiano estava então envolvido na construção da matriz, para a qual a colaboração dos moradores da freguesia era fundamental. Mas, evidentemente, não era essa a razão principal da reclamação e sim o fato do fiel se sentir livre para assistir o ofício religioso em qualquer igreja ou militar nas organizações leigas católicas de qualquer outra paróquia,

---

[862] O estilo neogótico de algumas igrejas construídas na época por todo o Brasil tinha evidente ligação com o apelo de setores católicos mais conservadores por uma volta à Idade Média. Gilberto Freyre aborda a mudança da arquitetura das igrejas brasileiras em *Ordem e progresso*.

dificultando o controle que o sacerdote julgava-se obrigado a exercer. Era um problema que tornava ainda mais "insuficiente e desproporcionada a ação religiosa até agora realizada".

4. Protestantismo e espiritismo

Desde o século XIX, a Igreja no Brasil lutava contra o avanço do Protestantismo. Até a Proclamação da República, a hierarquia católica não poucas vezes apelava para o poder público em defesa dos privilégios da religião do Estado prescritos na Constituição de 1824. Após 1889, a Igreja teve que mudar de estratégia dada a equiparação entre todos os cultos. A pregação e a catequese, nas Igrejas, e a apologética, pela imprensa, tornaram-se os instrumentos privilegiados na luta contra o avanço dos evangélicos.

Além do Protestantismo, o Catolicismo no Brasil tinha agora que enfrentar o Espiritismo, que alcançava grandes êxitos nas camadas médias influenciadas pelas idéias cientificistas do início do século - fiéis cardecistas que se afastaram da Igreja, mas não aderiram ao Protestantismo.

O pároco de Vila Isabel, uma freguesia relativamente nova, indica a existência de uma casa de oração protestante no bairro e "várias outras que se reúnem famílias para práticas espíritas, contra o que tenho constantemente pregado". O padre Francisco Inácio de Sousa não especifica se são casas cardecistas ou de cultos afro-brasileiros, que, na época, eram colocados no mesmo saco, mas deixa claro que são "várias" e que merecem a atenção do púlpito.

Combater os inimigos da Igreja, no qual se incluíam evidentemente protestantes, espíritas, materialistas, positivistas e ateus era uma determinação da Igreja, expressa nas diversas conferências episcopais do Sul do Brasil. Por isso, o pároco de Vila Isabel destacava em seu relatório que obteve a conversão de vinte descrentes, "sendo importante uma de uma pessoa que passou do protestantismo para o Catolicismo, mediante solene abjuração".

Ora, entre os vinte descrentes convertidos, o padre Francisco Inácio salienta apenas o protestante. Claro que os outros não eram evangélicos. Incluíam-se entre os espíritas? Seriam ateus ou materialistas? Positivistas? Ou quem sabe indiferentes em matéria de religião, mas batizados no Catolicismo, que decidiram mudar de atitude e voltar à Igreja por algum motivo, até mesmo de ordem não religiosa? É difícil dizer porque a informação está na região do não-dito, mas é certo que não eram protestantes, nem cismáticos (ou seja, ortodoxos). Se fossem, mereceriam citação no relatório, tal a sua importância, e teriam que passar pela "solene abjuração", a que se refere o vigário.

De fato, o processo de conversão do Protestantismo para o Catolicismo era objeto de toda uma tramitação burocrática, e o processo só se concluía em longa solenidade religiosa, com minuciosa liturgia expressa em documento formulado em conferências episcopais.

Prova que a conversão do protestantismo era considerada de muita importância é o fato de que o padre Pedro Massa, de Santa Teresa, também cita um caso, "de uma moça de 18 anos". O religioso italiano era profundamente atento as ações daqueles que considerava inimigos da Igreja. Ele percebia que os protestantes estavam se organizando e que já causavam problemas a ação pastoral católica, como por exemplo na redução do número de alunos noturnos da Escola Paroquial, que fundara em 1916 com cinco professores, como parte do projeto da Arquidiocese de formar cursos populares nas igrejas para contrabalançar o avanço da educação laica.

No relatório elaborado em 1917, o sacerdote salesiano reclamava da redução do número de alunos. O número de matriculados, que era de 168, com freqüência média de 90 estudantes, em 1916, caíra para 108, com apenas 50 freqüentando com assiduidade. Culpa o pouco espaço disponível para a escola, a falta de seriedade e perseverança dos alunos e a "propaganda metodista". Estava cuidando do assunto com muito interesse, tanto que gastara 1:200$000 com novas salas de novos materiais escolares.

O avanço do Protestantismo ocupou permanentemente as preocupações do padre Massa. Pouco antes de deixar o Curato para seguir para o Mato Grosso, nomeado Inspetor da Congregação Salesiana, o sacerdote escreveu carta a Arcoverde denunciando que uma organização protestante estava recebendo dinheiro público.

O padre Massa contava que a Assistência Protestante de Santa Teresa, que havia suspendido "seus trabalhos de propaganda", recomeçara a funcionar com aulas diurnas e noturnas para 100 adultos e crianças, além de creche e oficina de sapateiro. Denunciava que pelo menos a terça parte do orçamento da entidade vinha de uma cota do imposto alfandegário sobre o álcool, ou seja, uma subvenção oficial concedida "graciosamente pelo doutor Calógeras". João Pandiá Calógeras teria concedido o benefício quando ministro da Fazenda em 1916. Em 1918 rendera 10:000$000. O padre Massa considerava ilegal esse auxílio.

Pedia então que o cardeal Arcoverde escrevesse uma carta ao ministro da Fazenda, João Ribeiro, "católico prático", para que pusesse fim a essa "regalia oficial graciosamente concedida a uma instituição, cujo programa é manifestamente confessional, por que visa a

propaganda metodista no Rio de Janeiro". Acreditava ele que sem esse auxílio oficial a instituição não sobreviveria[863].

Um padre apologista, o religioso, entretanto, não se limitava a isso o seu combate contra a Assistência Protestante de Santa Teresa. Garantia que pregava contra eles nas missas e abordava o assunto na catequese de adultos e crianças. Além disso, abriu uma aula dominical de catecismo na Rua Pedro Américo, ao lado da sede da instituição metodista, já freqüentada por mais de quarenta alunos. Procurava também "adotar outros meios práticos e eficazes" para "combater a propaganda da seita".

Se os párocos de Vila Isabel e Santa Teresa incluem o protestantismo e o espiritismo em seus relatórios e se preocupam com ambos em sua ação pastoral porque os outros vigários silenciam sobre a questão? De fato, nenhum outro pároco incomodou-se com o tema em seus relatórios. Há um documento, do vigário de Nossa Senhora da Luz, sobre o que ele considera uma possível possessão diabólica de uma fiel de sua freguesia, freqüentadora de cartomantes e adivinhas. É um relato de um sacerdote cuja formação intelectual o conduzia a acreditar que tudo poderia estar meramente na esfera médico-psiquiátrica, mas que a fé o empurrava para crer que o demônio, se embrenhando nas sessões de quiromancia, acabava por agir sobre uma indefesa mulher[864]. Entretanto não era um relatório, como os dos padres Massa e Francisco Inácio de Sousa.

Nos demais relatórios a questão fica na região do não-dito, como se o protestantismo e as sessões espíritas ou os cultos afro-brasileiros só existissem e atuassem em Santa Teresa e Vila Isabel. Nem mesmo o cura do Santíssimo Sacramento os menciona, o que chega a ser surpreendente porque na calçada da matriz, a menos de 100 metros do templo, funcionava uma instituição espírita. E um pouco mais além, porém visível, estava, imponente, a Catedral Presbiteriana, a primeira igreja a passar por cima da Constituição do Império e ser construída com "forma (...) exterior de templo"[865].

É possível que o fato de não tocar nesse assunto obedeça a decisões subjetivas ligadas ao caráter psicológico do sacerdote. Quando se lê o relatório do padre Júlio Vimeney é possível perceber que não era do seu feitio buscar o confronto[866]. Limita-se a responder ao

---

[863] MASSA, Pedro, vigário de Santa Teresa. *Carta a Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro* – Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1919. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Paróquias II, 30-I-1919 a 21-III-1954.

[864] MARTINS, Padre Urbano Cecílio. *Possessão demoníaca? Caso observado na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo em junho de 1909. Carta ao Cardeal Arcoverde.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Paróquias I 1842 a 1918.

[865] Artigo 5°. da Constituição do Império.

[866] É evidente que o tom dos relatórios do padre Vemeney é bem mais conciliador do que os dos padres Massa, Alpen, José Augusto de Freitas, André Arcoverde Pedro Ribeiro da Silva e Victor Coelho de Almeida. Pode-se

que lhe foi solicitado, sem muitos detalhes. Evita comentar o comportamento dos padres que auxiliam ou moram na sua jurisdição paroquial e não tece crítica alguma à Irmandade que cede a Igreja para servir de matriz e lhe ajuda financeiramente. Em nenhum momento parece um apologista, mas um eclesiástico disposto a cumprir o ofício sem criar conflitos. Um burocrata da Igreja.

Também o pároco de Santana em nenhum momento se refere a protestantes e espíritas. Seu relatório reclama muito das condições materiais e da perda da base territorial que lhe reduziu o número de paroquianos e os ganhos e denuncia os padres que saíam do regime que a arquidiocese julgava ótimo. Não fala sequer das inúmeras casas de cultos afro-brasileiros que povoavam a região da Praça Onze, em seu território paroquial, já então conhecida como a Pequena África do Rio de Janeiro.

Não é esse o caso de Victor Maria Coelho de Almeida, pároco de Santa Rita de Cássia, que é um exemplo de padre-apologista. Anos antes saíra em combate aberto aos protestantes, ainda que meramente no campo da idéias. Em seu relatório, não há menção a protestantes, nem a espíritas. É como se não existissem no espaço de sua freguesia, habitada por um bom contingente de negros, como a paróquia de Santana.

5. Ação das irmandades

Muitas vezes os párocos consideravam que as irmandades, confrarias e ordens terceiras não colaboravam suficientemente na ação pastoral e criavam muitos problemas para a administração dos sacramentos. As maiores dificuldades e as grandes tensões ocorrem quando a irmandade é proprietária das matriz.

Desde o século XIX, a hierarquia católica buscava neutralizar a ação das irmandades, que tiveram sua fase de ouro nos setecentos mas ainda conservavam posses e alguma influência política. A domesticação dessas instituições, sua sujeição aos vigários e bispos, tornou-se por demais importante para a Igreja Católica. No início do século XX, a hierarquia praticamente controlava as irmandades, mas sobreviviam focos de resistência. Até os anos 1950 ainda corriam na Justiça processos que envolviam a Arquidiocese do Rio de Janeiro e algumas irmandades. A questão fundamental tinha a ver com questões de propriedade de bens imóveis.

---

supor que por temperamento pessoal e por formação. Era um sacerdote ainda novo. Tinha então 36 anos, 12 dos quais dedicados ao sacerdócio, dois deles no Curato do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. Era formado no Rio de Janeiro, o que lhe tinha permitido passar ao largo da orientação ultramontana mais radical e ao mesmo tempo proporcionado uma inserção no modo de viver a religião dos brasileiros, na maneira de ser dos padres que aqui atuavam e uma compreensão maior do papel das irmandades.

Raramente, as paróquias novas enfrentavam tal problema. Os bispos impediam a formação de qualquer nova irmandade e investiam tão somente em organizações devocionais ou assistenciais submissas à hierarquia e dirigidas pelos vigários, ao nível paroquial, e por padres por eles nomeados, ao nível diocesano. E onde havia irmandade, a ordem era domesticá-las. O padre Massa, cura de Santa Teresa, acreditava que estava tendo êxito em relação a Irmandade de Nossa Senhora das Neves, proprietária de uma igreja no Largo das Neves. O padre procurou o entendimento. Em 27 de julho, fora ao templo para benzê-lo após as conclusões das obras de reforma. Em seu relatório, lembrava as tensas relações da Irmandade com o pároco até então e esperava agora que a aproximação iniciada nessa ocasião tornasse mais amistoso o convívio.

De qualquer maneira, o cura Massa investia mesmo era nas novas associações devocionais. Seis delas já operavam em Santa Teresa: Filhas de Maria, Apostolado de Oração e Guarda de Honra do Sagrado Coração de Jesus, Associação de Nossa Senhora de Lourdes, Associação da Doutrina Cristã, Associação de Santa Inês e Conferência Vicentina. Eram instituições controladas pelo vigário para prestar serviços paroquiais, assistir os doentes, proporcionar socorro material aos pobres, inclusive o custeio de enterros, legalizar uniões ilícitas, prover e organizar o culto e promover festas e cerimônias religiosas, tais como rezar o terço e adorar o Santíssimo Sacramento.

Em muitas paróquias, as irmandades estavam praticamente extintas de fato, mas teriam que ser mantidas como instituições legais e de direito para que fosse possível administrar seus bens. Dessa forma, os vigários reformavam os compromissos (estatutos), de acordo com os novos tempos, ou seja, tornando-as dependente unicamente do poder eclesiástico e, quando podiam avançar mais, as extinguiam, passando os bens ou para a fábrica paroquial ou diretamente para a Mitra Arquidiocesana. Entretanto, isso não era fácil.

Em 1907, o padre Jácomo Vicenzi, recém empossado na Paróquia da Luz, de 15 mil habitantes, recebeu a incumbência de Arcoverde para resolver o problema da Irmandade de Nossa Senhora da Luz, que existia de direito, mas não funcionava, prejudicando a administração dos bens que possuía[867]. Em carta ao arcebispo, datada de 21 de setembro, o sacerdote relata que tinha recebido pessoas dispostas a reorganizar a instituição, mas era totalmente contrário à medida, que, claramente informa, estava protelando.

[867] O padre Jacomo Vicenzi era austríaco. Fora ordenado em 1894, mas não está disponível a informação se no Brasil ou na Áustria. Tinha então 45 anos.

Seria, creio, escusado dizer a vossa eminência qual o meu parecer sobre o assunto. A Freguesia da Luz não tem irmandade e penso que nunca deve ter, enquanto for paróquia. Direi mais: seria preferível mil vezes ela perder todos os seus bens antes de cair sob o jugo de uma irmandade qualquer. Penso que no Rio de Janeiro é sempre um grande mal conviverem na mesma Igreja vigário e irmandades[868].

O vigário acabou reorganizando a Irmandade, fazendo-a funcionar o tempo suficiente para conseguir resolver a questão dos bens, até a sua extinção. E em seu relatório de 1912 podia afirmar: "graças a Deus não há irmandades nem ordens nessa matriz".

O que estava em jogo para o padre, na verdade, era a questão do poder. Os vigários, formados na romanização, educados no Direito Canônico e instruídos pelas conferências episcopais não suportavam nenhum arranhão no poder que exerciam em seu território paroquial. A maior causa de tensão, quer com as irmandades, quer com outras associações leigas, quer com ordens religiosas e até mesmo com a burocracia da Arquidiocese estava ligada a isso.

O vigário de Santo Antônio reclama da falta de autonomia até para organizar festas porque a paróquia era inquilina da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, que proibia o pároco pedir dinheiro aos fiéis para o serviço do culto. Isso acontecia até mesmo na Semana Santa, cuja celebração limitava-se à missa cantada da quinta-feira e do Domingo de Páscoa.

Por extremo esforço meu, lutando contra o ódio dos senhores sacristãos da Irmandade, que timbram em criar ao pároco (não a mim, mas à pessoa do vigário) todo embaraço que podem.

O monsenhor Pedro Ribeiro da Silva salientou que a questão era institucional e não pessoal porque atingia ao pároco, o agente legal da Igreja naquele território, exercendo poder e função superiores aos da irmandade e de seus dirigentes. Reclamava ainda que encontrava dificuldade para "acrescentar" novas festividades – aquelas incentivadas pela Igreja romanizada, como a do Sagrado Coração de Jesus e a do Natal. Com relação a primeira, ainda

---

[868] VICENZI, Jacomo, vigário de Nossa Senhora da Luz. *Carta a Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1907.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Paróquias I, 1842 a 1918.

contava com o apoio do Apostolado de Oração – organização criada na Europa exatamente para promover a devoção.

O vigário denunciava ainda a "inobservância completa do moto próprio do Santo Padre Pio X sobre a música clássica" por parte da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, que não mantinha órgão no templo, mas apenas um harmônio. Os leigos relutavam em mudar as músicas e os cantos que adotavam fazia muito tempo em troca do gregoriano ordenado pela Santa Sé. A isso acrescentava:

> *Quanto aos bons exemplos dos irmãos, dos quais exatamente os mais graduados são os que não cumprem o preceito pascoal, nada devo dizer que já são seja de domínio público.*

O monsenhor Pedro Ribeiro da Silva lamentava não ter acesso aos "legados e ônus" da irmandade, nem de nada saber "do que diz respeito à economia interna da irmandade". E colocava em dúvida sobre a quem pertencia o templo, construído no início do século XIX. Parecia-lhe irritar muito o fato do sacristão morar em dependências ligada a igreja, enquanto ele e os demais sacerdotes que atuavam na matriz recebiam apenas os emolumentos das atividades pastorais.

Entretanto, o próprio vigário reconhecia que todos gastos com o culto eram custeados pela Irmandade de Santo Antônio dos Pobres e informa que pretende "intimar (...) a irmandade no sentido de substituir os (...) confessionários", que não atendiam as recomendações da Igreja com relação à estrutura e à forma.

À questão do poder de controlar o que os fiéis iriam cantar, a música a ser executada e com qual instrumento, as festas que poderiam ser celebradas, quem deveria morar no espaço do templo junta-se a questão econômica. A Irmandade tinha poder sobre a igreja, da qual era proprietária, e sobre outros bens sobre os quais o vigário não tinha nenhum acesso.

Por essa razão, talvez, as três irmandades que funcionavam na Paróquia de São João Batista da Lagoa não merecem quase nenhuma referência do vigário André Arcoverde. Todas estavam em situação de penúria financeira, e seus congregados não cumpriam os deveres religiosos, nem auxiliavam ao culto, como previam os estatutos. Provavelmente por não ter bem a administrar, ninguém desejava fazer parte da mesa diretora. O padre estava empolgado mesmo era com as novas associações leigas, sobretudo o Apostolado de Oração, fundado na paróquia em 1909, com mais de setecentos associados.

Associações de paróquia rica, provavelmente a mais rica da arquidiocese, sustentada por famílias importantes da cidade, podiam manter capelão próprio, recebendo 100$000 por mês. Em caso como esse, as irmandades pouco importavam. Nem mesmo cabia mais domesticá-las ou submetê-las. Já estavam mortas.

É o que ocorre também na Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, em Vila Isabel. Ali, existiam três irmandades do Santíssimo Sacramento, as mais comuns da arquidiocese, "todas estagnadas" – garantia o vigário em seu relatório. O provedor de uma delas "abandonou o seu cargo". O padre, entretanto, ressaltava que eram formadas por "pessoas católicas" – um sinal de que não havia maçons entre os irmãos.

O padre Francisco Inácio de Sousa, assim como o cônego André Cavalcante, estava satisfeito com as novas associações devocionais, cumprindo assim a estratégia de oferecer aos leigos uma alternativa às irmandades indesejáveis. Lamentava, é certo, a falta de novos contribuintes na Confraria de Lourdes, mas destacava o crescimento das Filhas de Maria, que era, de fato, a associação leiga que mais recebia novas filiadas. Atendia moças solteiras, enquanto o Apostolado de Oração do Sagrado Coração de Jesus era destinado às casadas.

De acordo com os relatórios, é possível perceber que o estabelecimento dessas novas associações nas paróquias era considerado muito importante. Quanto maior o número de filiados maior a distinção do vigário, maior o seu prestígio junto a cúria. Era como a quantidade de comunhões. Os párocos enumeravam cuidadosamente quantas hóstias tinham sido distribuídas, destacando o aumento ano a ano. Era um sinal de acerto na ação pastoral.

O pároco de Santa Rita garantia que abrigava na matriz treze associações "ativas e prósperas". Só o Apostolado de Oração tinha 2.300 associadas. Reclamava tão somente que a maioria das associadas pertencia a outra freguesia, em mais um exemplo de subversão espacial que ocorria na Arquidiocese.

De acordo com o cônego Victor Maria Coelho de Almeida, as três irmandades – do Santíssimo Sacramento, do Espírito Santo e de São Miguel e almas – cumpriam os "compromissos e deveres", estavam em relação harmônica com ele, "funcionavam com regularidade e ordem" e eram "constituídas por sinceros católicos". O vigário tinha uma explicação para essa domesticação das três irmandades, formadas em sua maioria por portugueses, o grupo étnico hegemônico na freguesia, junto com os negros: nenhuma delas tinha o "senhorio da igreja" – o problema destacado pelo pároco de Santo Antônio. Sem isso, "seriam tão boas como as suas congêneres" – ensaiou uma ironia.

Entretanto, em dois relatórios fica evidente que muitas vezes a propriedade da matriz não interfere nas boas relações entre o pároco e a irmandade. Mais uma vez, o exemplo pode

As dificuldades entre os párocos da Candelária e os capelães das irmandades vinham de longa data. Em 27 de janeiro de 1903, nove anos antes, portanto, o arcebispo Arcoverde ordenou que o vigário, então o padre Thomas Aristóteles Guizan, que avisasse ao capelão Carlos Müller, nascido na Alemanha, que não poderia "cantar a missa da padroeira no dia 2 de fevereiro". Esse era um direito do vigário e não do capelão e se o padre Müller insistisse seria suspenso de ordens. Certamente, o padre Guizan fez um reclamação formal ao arcebispo contra as pretensões do capelão de celebrar a mais importante missa da paróquia[869].

As reclamações do vigário do Sagrado Coração de Jesus tinham outra direção, mas a questão do dinheiro estava também envolvida. Sem irmandades operando na matriz, o padre Alpen informava orgulhoso que o Apostolado de Oração, as Senhoras de Caridade e as Filhas de Maria trabalhavam "debaixo da direção do vigário, a quem obedecem em tudo". Reclamava, entretanto, da ação das irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Glória, ambas da vizinha Paróquia de Nossa Senhora da Glória. As duas espalharam caixas de esmolas no comércio do bairro sem que tenham lhe pedido licença, o que desrespeitava as pastorais coletivas publicadas até então. Estava preocupado com a perda poder e de recursos "para sustentar o culto".

É possível concluir por esses relatórios que os fiéis agiam de forma independente da Igreja, conservavam os hábitos construídos contra a vontade do pároco, estavam longe dos sacramentos tal como compreendidos pela teologia oficial. Eram fiéis que, de alguma maneira, resistiam à Romanização. Esses relatórios revelam também que a organização da Arquidiocese do Rio de Janeiro caminhava para a centralização absoluto, com o controle das instâncias inferiores da burocracia religiosa.

Até o final da segunda década do século XX o processo de reorganização está praticamente concluído. Dom Sebastião Leme, nomeado coadjutor em 1921, encontrará uma arquidiocese suficientemente organizada e em condições financeiras estáveis, capaz de responder aos desafios que se colocou. Pôde conduzir a Igreja na direção de se apresentar como uma instituição a qual o Governo deveria reconhecer e com a qual negociar e fazer concessões. E o êxito que alcançou a partir dos anos 1930 deve a essa organização centralizada, que exercia forte pressão sobre os quadros mais baixos do clero e que os relatórios de 1912 revelam em construção.

---

[869] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta ao padre Thomas Aristóteles Guizan vigário de Nossa Senhora da Candelária – Rio de Janeriro, 27 de janeiro de 1903*. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Paróquias II, 1842 a 1918.

ser encontrado no relatório do cura do Santíssimo Sacramento, Júlio Vimeney, que estava longe de ser um apologista, como Victor Coelho de Almeida ou Pedro Ribeiro da Silva. Segundo Vemeney, a Irmandade do Santíssimo Sacramento

> *dá tudo o que é necessário para o culto e trata o cura com toda consideração, pondo a sua disposição tudo o que é necessário para o exercício de seu ministério, e bem assim para os carros todas as vezes que o cura leva o viático aos enfermos, sejam ricos ou pobres''.*

O pároco da Candelária também não tem reclamações a fazer da rica Irmandade que abriga a paróquia. O maior problema que enfrenta é com os demais padres que atuam na paróquia a serviço não dela, mas da própria Irmandade. A um deles acusa de, em companhia de outro sacerdote, andar "freqüentemente à noite em hábitos seculares, freqüentando teatros, onde levam peças um pouco livres, e botequins".

> *O padre Ramiro Vieira de Mello, além de ser pouco preparado nas principais matérias que todo o sacerdote tem a obrigação de saber, é mau e de poucos sentimentos pois sendo capelão da Irmandade do Santíssimo Sacramento desta matriz, tem-se valido de todas as inspirações diabólicas para perseguir por todos os meios rancorosamente o vigário da freguesia, unicamente pela inveja das boas relações existentes entre as irmandades e o vigário.*

De um outro sacerdote, o português Gonçalo Alves, que fazia parte do Coro da Candelária, queixava-se de negar-se a auxiliá-lo gratuitamente. O padre José Augusto de Freitas também o acusava de ser visto em botequins "até altas horas da noite, falando abertamente dos seus colegas e das autoridades eclesiásticas" em voz alta.

> *Este sacerdote tem insultado colegas e seculares pelo simples motivo de dinheiro, e pequenas importâncias a que não tem direito, e com este procedimento tem ocasionado escândalos, que muito mal fazem à religião e à classe sacerdotal.*

6. O Fim

O fim de Arcoverde começa muito antes de sua morte. O processo é lento para o qual contribuíram dois fatores. Um, de ordem pessoal. Desde os primeiros anos da década de 1910, o cardeal-arcebispo enfrentava problemas de saúde. O mais grave era uma arteriosclerose que minava a sua capacidade mental. Sofria também de problemas respiratórios, que acabou sendo a causa de sua morte.

O outro fator foi a sua própria debilidade política. A Santa Sé já traçara novos rumos para a Igreja no Brasil e já não considerava Arcoverde capaz de romper com a estratégia adotada até então e da qual ele fora um dos formuladores. E mesmo que fosse capaz de levar adiante uma nova política de relação com o Estado, certamente a sua debilidade física não o permitiria.

Já em 1903, o próprio Arcoverde reclamava da saúde. Tinha 53 anos e sentia-se sufocado pelo "atropelo dos negócios (...), a variedade dos trabalhos, os expedientes" que o deixavam "atordoado e desmemoriado"[870]. O problema de memória seria o primeiro sintoma do mal que se agravaria nos anos 1910 e que o deixaria sem condições de governar a arquidiocese?

Os lapsos de memória de Arcoverde eram do conhecimento de todos os que o cercavam. Foi notado já em 1915 pelo seu bispo auxiliar. Em carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, logo depois que Arcoverde chegou de São Paulo, onde participara do Congresso Eucarístico, dom Sebastião Leme observou que o cardeal regressara muito bem disposto. Achava que a visita que o arcebispo fizera com dom Leopoldo pelas novas freguesias da capital paulista tivera um efeito salutar. Porém, observara que Arcoverde estava "muito desmemoriado"[871].

O secretário particular de Arcoverde identificou o início dos problemas respiratórios de Arcoverde em 1906. Em entrevista ao jornal *A Noite*, em 1930, Moura Guimarães contou que fazia muito frio em Roma, quando o arcebispo fora receber o chapéu cardinalício. Arcoverde pegou gripe forte. "Daí para cá, ele foi enfraquecendo gradualmente"[872].

---

[870] ARCOVERDE, Joaquim, arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta ao monsenhor Fergor O'Connor de Camargo Dauntre – Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1903.*

[871] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 2 de julho de 1915.* Arquivo da Cúria de São Paulo. Documentação avulsa.

[872] GUIMARÃES, Francisco Moura. *Entrevista ao jornal A Noite, 23 de abril de 1930.* Pasta de recortes de notícias sobre o cardeal Arcoverde. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Certamente José Francisco Moura Guimarães foi quem melhor conheceu Arcoverde. Seminarista ainda, recebeu a incumbência de substituir o padre Benedito Paulo Alves de Souza na função de secretário do então bispo de São Paulo. Benedito também não era sacerdote quando passou a ocupar o cargo. Ordenado em 29 de fevereiro de 1896, acompanhou Arcoverde nas visitas pastorais, mas foi selecionado para estudar no Pio Latino-Americano, em Roma, e viajou com o grupo, no qual estavam também Sebastião Leme e André Arcoverde, sobrinho do bispo.

Moura Guimarães anulou-se e abandonou qualquer possibilidade de uma carreira eclesiástica. Só deixaria o cargo com a morte do cardeal. Foram mais de trinta anos de convivência diária. O jovem padre acompanhou Arcoverde por todos os caminhos, em uma relação comum ainda hoje entre bispo e secretário, que vai além da relação entre chefe e subalterno. Dormia e acordava na mesma hora que Arcoverde, o acompanhava onde quer que fosse, o acolitava nas celebrações, escrevia cartas, comia junto. Moura Guimarães o considerava "um pai"[873]. Era uma relação marcada também pela tensão, como ocorre entre pai e filho. "De Sua Eminência tenho recebido boas notícias. Só que anda muito implicado com o Moura. Uma implicância meiga"[874].

Foi Moura Guimarães, já com o título de monsenhor, quem alertou Leopoldo e Silva para o agravamento do estado de saúde do cardeal. No final de outubro e início de novembro de 1916, Arcoverde passara alguns dias em Itararé, onde a Arquidiocese de São Paulo mantinha uma casa de repouso para dom Duarte. No retorno ao Rio, foi "examinado minuciosamente", inclusive com Raios-X, pelo médico Afonso MacDowell, que o acompanhava desde 1914.

Na carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, o monsenhor Moura pede reserva, mas revela que o médico concluiu que a esclerose de dom Arcoverde estava "muito adiantada" e que ele "poderia morrer de um momento para o outro". O tratamento consistia de aplicação de injeções de iodo nas artérias, repouso absoluto, "abstenção de certos trabalhos como pontificais, audiências prolongadas, escrever muito, presidência de festas". Assim, MacDowell acreditava "poder paralisar a marcha da moléstia".

Moura Guimarães, entretanto, alerta para o fato de ser a aparência do cardeal a de um homem saudável. "Esperamos que passe a crise, sem novidade e ele possa chegar ao menos

---

[873] Idem.

[874] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

aos 70 anos". De fato, a crise foi superada e Arcoverde chegou aos oitenta. É a partir desse novembro de 1916 que a letra do bispo, sempre firme, começa a apresentar-se trêmula.

O secretário particular passou a exercer uma vigilância rigorosa sobre Arcoverde. O arcebispo não pôde sequer escrever em dezembro uma carta "como desejaria, extensiva e minuciosa", em resposta a uma correspondência de dom Sebastião Leme, já arcebispo de Olinda, datada de setembro de 1916[875].

"Assim mesmo trabalhava muito". A rotina, apesar do agravamento da doença foi mantida, os hábitos adquiridos na disciplina do Pio Latino-Americano, conservados. Arcoverde despertava sozinho às cinco horas. Celebrava missa uma hora depois e tomava café a seguir. Trabalhava em seu gabinete até por volta das 10h30min, quando almoçava. Voltava de imediato ao gabinete, onde ficava até às 14h, quando parava para um café. Retornava ao trabalho até o jantar, às cinco da tarde.

Com o tempo, Arcoverde foi adotando novos hábitos à sua rotina. Por conselho médico, a partir de 1915, passou a jogar bilhar e a caminhar pelo jardim ou pelos corredores do Palácio São Joaquim, após o jantar. Ainda voltava ao gabinete, onde trabalhava até 22 horas, quando então se recolhia[876]. Desde 1912, passara a receber massagens e estava tão convencido dos seus benefícios que as aconselhou a dom Duarte Leopoldo e Silva, que estava então em Schömbrunn em tratamento de saúde. "Eu tenho tirado muito proveito delas, e creio que para pessoas que têm vida sedentária, como nós, hão de dar salutar proveito"[877].

Se o problema da esclerose era grave, não o era menos o respiratório. As vezes em que tinha que ir a Europa no período de inverno eram lhe um grande suplício. Assim foi, por exemplo, no final de 1908, quando em peregrinação a Roma por ocasião de jubileu de Pio X. Quando o frio se agravou, correu para Nápoles, onde ficou de 6 a 12 de janeiro. Depois seguiu para Boulogne sur Mer, onde permaneceu em repouso até que a temperatura subisse e pudesse então viajar para Barcelona, Amsterdam e Maredsous[878].

---

[875] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, 30 de dezembro de 1916.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta *Província de Pernambuco*.

[876] MOURA GUIMARÃES, Francisco, secretário particular de Arcoverde. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva – Rio de Janeiro*, sem data, mas certamente de novembro de 1916. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[877] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Guarujá, 14 de setembro de 1912.* Arquivo da Cúria de São Paulo. Documentação avulsa.

[878] Idem, *Cartas ao monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – Roma, 27 de outubro, 20 e 27 de novembro, 5 de dezembro de 1908 e 14 de Janeiro de 1909; Nápoles, 6 de janeiro de 1909; e Boulogne sur Mer, 21 de abril de 1909.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Documentação avulsa.

Esteve em nova peregrinação a Roma em 1913, mas teve o cuidado de ir no verão. Designado governador da Arquidiocese na ausência de Arcoverde, dom Sebastião Leme permanecera no Rio de Janeiro. Recebeu então cartas do arcebispo que lhe causaram consternação. Arcoverde dizia que já estava "no fim". O bispo auxiliar não deixou de manifestar certa surpresa com o estado de espírito de Arcoverde, a quem esperava mais animado "porque foi objeto de especiais carinhos da Santa Sé, como me disse o senhor núncio"[879].

Arcoverde aproveitou então para um período de tratamento médico em Royat, uma estação termal localizada no centro da França, perto de Clermont-Ferrand, e que começara a ganhar prestígio em meados do século XIX. O resultados foram bons, pelo que indica a carta que escreveu ao arcebispo de São Paulo, um mês depois de Leme ter manifestado apreensão quanto ao seu ânimo.

> *Vim, quanto possível restabelecido, porque uma completa restauração já se não se pode esperar em um organismo envelhecido pelos anos e, muito principalmente, pelas preocupações e pelas responsabilidades do governo espiritual e temporal da Arquidiocese!*
>
> *Trouxe bons resultados no tratamento (...), mas a nota verdadeiramente bela e compensadora, que levantou o meu espírito foi o desfecho brilhante de nossa peregrinação que esteve acima de qualquer previsão*[880].

Voltou à Europa no ano seguinte em uma viagem que pretendia ser principalmente para tratamento de saúde, mas que o levaria também a Lourdes para o XXV Congresso Eucarístico[881]. Foi quando MacDowell começou a tratá-lo no Rio de Janeiro. Em 1930, o médico contou que ele voltara da França em 1913 com um prognóstico sombrio, de apenas uns poucos meses de vida, dado o avanço da arteriosclerose. Consultara os melhores médicos

---

[879] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1913.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação diversa.
[880] Idem, *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1913.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Documentação avulsa.
[881] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta Pastoral sobre a celebração do XXV Congresso Eucarístico e a saída à Europa – 12 de julho de 1914*, pag. 3.

franceses e o português Bensante, então considerado uma sumidade. Aconselharam que voltasse no ano seguinte para prosseguir o tratamento[882].

Arcoverde saiu do Rio de Janeiro em navio de bandeira holandesa. Quando chegou a Lisboa recebeu a notícia do início do que seria conhecido por Grande Guerra ou por Primeira Guerra Mundial. O próprio arcebispo conta que decidiu não seguir para a França, onde já tinha consultas marcadas. Preferiu desembarcar no porto espanhol de Vico, de onde então aguardaria a saída do paquete Leon XIII, a 19 de agosto, de volta ao Rio de Janeiro. O embarque, entretanto, sofreu um atraso de um dia e, quando já estava dentro do navio, recebeu a "infausta notícia da morte do querido Santo Padre Pio X". Então mudou o roteiro: dirigiu-se a Roma para o conclave[883].

Arcoverde retornou ao Brasil no dia 24 de outubro de 1914, partindo de Cadiz, mas antes consultou médicos em Barcelona, que lhe aconselharam um período em Zaragoza, para o "uso de certas águas"[884]. Daí para frente, a saúde de Arcoverde ficou cada vez mais debilitada, e as faculdades mentais começaram a dar sinais de fragilidade.

Acompanhado do monsenhor Moura Guimarães, Arcoverde esteve de novo na Europa, em 1917. Encontrou com Sebastião Leme na estação de águas em Bagne de Montecantini, na Itália, de onde o arcebispo, acompanhado do secretário, seguiu para Carlstad, para "tratar-se com médicos de nota", como carta do arcebispo de Olinda a Dom Duarte[885].

Em maio de 1918, Arcoverde voltou a Itararé para um novo período de descanso. Ao retornar, Leme percebeu que o arcebispo estava "menos disposto do que [quando] saíra. O arcebispo de Olinda relatou a dom Duarte Leopoldo que o médico achou o cardeal muito enfraquecido. "Recomeçaram as injeções, apertou-se a dieta"[886]. Foi a última vez que Arcoverde esteve em Itararé. O prelado comprara uma propriedade em Taubaté, para onde passou a ir quando precisava descansar.

Em 1920, o cardeal já dava evidentes sinais de esgotamento físico e mental. Leme recebera informações nesse sentido e queria saber mais notícias com dom Duarte, que estivera

---

[882] MACDOWELL, Afonso. *Entrevista ao Jornal do Brasil, 20 de abril de 1930.* Pasta de recortes de notícia sobre o cardeal Arcoverde. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

[883] Idem, *Carta Pastoral sobre a morte de Pio X – 12 de novembro de 1914*, pag. 5-7.

[884] Idem, *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Zaragoza, Espanha, 6 de outubro de 1914.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[885] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva – Bagne de Montecantini, 24 de junho de 1917.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação diversa.

[886] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 28 de maio de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa. Leme estava no Rio de Janeiro para conversar com o núncio apostólico sobre a divisão de sua diocese e a sagração do bispo de Vitória, Benedito de Souza, aquele mesmo que no início da carreira fora secretário de Arcoverde.

com Arcoverde em Taubaté. "O velho deve ter ficado contente [com a visita] Escreveram-me que ele vai bem mais acabado! Deus no-lo conserve"[887].

A saúde de Arcoverde não passara despercebida do Itamarati. Em maio de 1917, o representante brasileiro junto à Santa Sé, Carlos Magalhães de Azeredo, recebera um telegrama do ministro das Relações Exteriores, informando que a moléstia de Arcoverde estava "adiantada" e que convinha estar atento à sucessão. O chanceler Nilo Peçanha, ex-vice-presidente da República, conhecido maçom, político que parecia contrário a Igreja, estava preocupado que, morrendo Arcoverde, o Brasil ficasse sem representação no Sacro Colégio[888].

De fato, esse risco era real. Quando Arcoverde foi designado cardeal, o núncio apostólico no Rio de Janeiro, Giulio Tonti, comunicou a Rio Branco que o título era concedido à América Latina e não ao Brasil. Portanto, se o arcebispo morresse, era possível que o país ficasse sem representante no Sacro Colégio. Por isso, Carlos Magalhães de Azeredo julgava mais pertinente "resolver, de modo definitivo, a questão da representação permanente do Brasil" no corpo de cardeais a obter um novo cardinalato.

Entretanto, informa que faz gestões para a designação de um novo cardeal brasileiro, usando como argumento o fato de o episcopado norte-americano ter três representantes no Sacro Colégio. Considera, inclusive, que o melhor nome a ser trabalhado é o do arcebispo de São Paulo, dom Duarte Leopoldo e Silva. E assinala que, desta vez, a Santa Sé não poderá alegar que a distância impedia a designação, já que Arcoverde foi um dos primeiros a chegar para o conclave que elegeu Bento XV. Claro que não se refere ao fato do arcebispo já estar na Europa quando da morte de Pio X.

Entretanto, o diplomata não está nada otimista e revela que o decano do Sacro Colégio, cardeal Vicente Vanutello deixou claro também que a Argentina tem mais chance agora do que o Brasil[889].

Magalhães de Azeredo vê uma grande oportunidade de garantir a perpetuidade da representação brasileira no Sacro Colégio quando da elevação à embaixada da Legação junto á Santa Sé. O Brasil deveria insistir com a Secretaria de Estado para que a Nunciatura no Rio de Janeiro passasse a de primeira classe e que o país tivesse assegurado pelo menos um

---

[887] Idem, *Recife, 16 de março de 1920*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação Avulsa.
[888] AZEREDO, Carlos Magalhães, representante do Brasil junto à Santa Sé. *Ofício a Nilo Peçanha, ministro das Relações Exteriores, 20 de maio de 1917*. Arquivo Histórico do Itamarati 210-1-6.
[889] Idem, 5 de julho de 1917. Arquivo Histórico do Itamarati, 210-1-6.

cardeal[890]. De fato, em 1919, a legação brasileira foi elevada à embaixada assim como a Nunciatura no Rio de Janeiro tornou-se de primeira classe.

Azeredo, embaixador extraordinário e plenipotenciário junto à Santa Sé desde 17 de abril, telegrafou ao chanceler Domício Gama assegurando que o Brasil já tinha representação permanente no Sacro Colégio e que, por isso, não convinha insistir na concessão do cardinalato ao arcebispo da Bahia, dom Jerônimo Tomé da Silva, que parecia ser da preferência do Governo[891].

Nos anos seguintes, o Ministério das Relações Exteriores e o embaixador brasileiro na Santa Sé vão insistir em um segundo cardinalato, mas sem êxito. Entretanto, parece que realmente o Brasil garantira um lugar permanente no Sacro Colégio. Imediatamente após a morte de Arcoverde, Leme será elevado a cardeal[892].

A saúde de Arcoverde preocupava tanto a Igreja quanto ao Governo. Entretanto, não será somente a saúde que levará Arcoverde a deixar o posto de condutor da Arquidiocese do Rio de Janeiro e a qualidade de formulador das ações da Igreja. Cabe perguntar se estando ele em boas condições fisicas e mentais, continuaria a atuar. A resposta é não. Arcoverde era o líder de uma geração do passado. O momento era de dom Sebastião Leme.

A vida desses dois homens da Igreja se encontra algumas vezes, mas sempre em momentos vitais. A primeira é na última década do século XIX quando Arcoverde assume a Diocese de São Paulo, da qual Leme era apenas um seminarista.

Sebastião Leme da Silveira Cintra nascera em Espírito Santo do Pinhal em 20 de setembro de 1882, ficando órfão do pai – Francisco Furquim Leme - aos quatorze meses. Aos doze anos já era seminarista da Diocese de São Paulo. Aos quatorze, Arcoverde entra em sua vida. O bispo, que se tornara titular em 1894, escolheu quatro seminaristas para percorrer o mesmo itinerário que ele havia percorrido, ou seja, aqueles que estudariam no Pio Latino-Americano, o grande centro de formação romanizadora.

Além dele, estavam o sobrinho de Arcoverde, André, Pompeu Duarte Dinis e Francisco de Melo e Souza. Antes do embarque, os quatro receberam a primeira tonsura, o que significava uma espécie de compromisso assumido entre eles e a Igreja. Os quatro jovens

---

[890] Idem, *Ofício a Domício da Gama, ministro das Relações Exteriores - 9 de dezembro de 1918.* Arquivo Histórico do Itamarati 210-1-7.
[891] Idem, *Telegrama a Domício da Gama – 23 de maio de 1919.* AHI 210-1-7.
[892] Sobre isso, Arquivo histórico do Itamarati 210-1-8 e 210-1-10.

cursariam primeiro humanidades no próprio Pio Brasileiro, iniciando a seguir filosofia e depois teologia. O mesmo caminho de Arcoverde[893].

Viajava também o padre Benedito Alves de Souza, que até aquele momento servira como secretário do bispo, e que agora iria fazer um doutorado na Gregoriana. Era plano de Arcoverde formar novos teólogos para o Seminário Episcopal, e o jovem padre Benedito se encaixava nesse projeto[894].

Leme doutorou-se em filosofia em 1900, mas a ordenação – dele e dos outros companheiros de viagem e de curso - só ocorreu quatro anos depois, em outubro de 1904, na capela do Pio Latino-Americano, como rezava a tradição, celebrada por dom Francisco do Rego Maia, que então já vivia em Roma[895].

O colégio deixará marcas indeléveis em Sebastião Leme, como deixara em Arcoverde e em muitos outros que nele estudaram. Considerava que sem ele "seria (...) um ornamento da classe dos vadios, sem fé nem crença".

> *Ao colégio devo as mais subidas graças que Deus me tem concedido.*
>
> *Quando eu morrer, serei feliz se puderem escrever sobre a lousa do meu sepulcro: foi um aluno do Colégio Americano que sempre se pregou de o ser*[896].

No ano seguinte, tornou-se coadjutor da então importante paróquia de Santa Cecília, cujo vigário então era Benedito Alves de Souza. Ali permaneceu até 1906, quando passa a trabalhar no Seminário Episcopal, ensinando filosofia e teologia. A partir de 1910 é provigário-geral e diretor espiritual da Confederação Católica.

Era um apologista, o que agradava muito à cúpula da Igreja que, se não queria enfrentar diretamente os "inimigos" porque muitos deles eram homens do governo, desejava ver em ação padres e leigos que os enfrentassem. Foi Leme quem liderou o grupo que em 1908 se opôs, por exemplo, a presença do criminalista italiano Enrico Ferri no Brasil, levando um padre do Seminário Episcopal, João Gualberto do Amaral, a proferir uma série de

[893] No ano anterior, 1895, Arcoverde mandara outros três seminaristas para o Pio Latino-Americano: Teófilo Ataíde, João Batista Siqueira e os irmãos Joaquim Mamede e Maximiano da Silva Leite.
[894] Nascido em 25 de janeiro de 1873, Benedito Paulo Alves de Souza, fora ordenado por Arcoverde em 29 de fevereiro de 1896.
[895] SANTO ROSÁRIO, irmã Maria Regina (Laurita Pessoa Raja Gabaglia). *O cardeal Leme*, pag. 8-28.

conferências, transformada em livro e que por anos ocupou lugar de destaque no imaginário católico brasileiro[897].

Foi também Leme quem em 1910 esteve à frente do protesto católico contra Georges Clemenceau (1841-1929), o estadista socialista e anticlerical francês que, como Ferri, estava em São Paulo para uma série de conferências. A "parada clerical", como a qualificaram os jornais que faziam oposição a Igreja, começou no Largo da Sé e só terminou no Seminário Episcopal, onde foi recebida pelos 18 arcebispos e bispos do Sul do país, que estavam em conferência na Igreja do Imaculado Coração de Maria[898].

As manifestações repercutiram em Roma, conforme ofício do representante diplomático brasileiro na Santa Sé. Na edição de 8 de novembro de 1910, o jornal católico *Corriere d'Italia* publicou notícia dos protestos contra Clemenceau, qualificado de "delinqüente da descristianização da França" pelo senador Fernando Mendes de Almeida. O jornal oficioso calcula que havia cinqüenta mil católicos fiéis e sessenta associações leigas e publica o discurso de Passos de Miranda na Câmara dos Deputados. Arcoverde foi o último a falar. Fez uma alocução "vibranti di imozione", mencionando a profunda consolação que aquela "manifestazione di fede" representava para o papa.

O *L'Osservatore Romano* – órgão oficial da Santa Sé – também noticiou no dia 8 de novembro a manifestação, recordando que Clemenceau estava em excursão por Brasil, Uruguai e Argentina, proferindo 14 conferências pelas quais recebeu um total de 140 mil liras. Garantia que os organizadores sofreram grande prejuízo porque as conferências receberam um público aquém do esperado[899].

Portanto, foi na primeira grande manifestação política dos católicos que se deu o segundo encontro entre Arcoverde e Sebastião Leme. Há muito, o arcebispo do Rio de Janeiro, já cardeal, buscava um bispo auxiliar. Ao ver a ação de Leme decidiu que o jovem padre ocuparia o lugar.

---

[896] LEME, Sebastião. *Carta a dom Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – São Paulo, 18 de agosto de 1906.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta *Correspondência Cardeal Arcoverde 25-11-1905 a 1924.*

[897] Sobre isso, AMARAL, João Gualberto. *Refutação a Ferri: três conferências realizadas em 1908.* Petrópolis, RJ, Vozes, 1948. 103p. PINHEIRO, Alceste. Refutação a Ferri a Ferri – 90 anos. Trabalho final da disciplina *Ciência e Ideologia - dimensões sociais e políticas das idéias de conhecimento e progresso*, ministrada no primeiro semestre de 1998 pelo professor Gildo Magalhães, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. 71p mimeo.; VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil.* Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 205p.

[898] SANTO ROSÁRIO, *O cardeal Leme*, pag. 41.

[899] CHAVES, Bruno, representante do Brasil junto à Santa Sé. *Ofício ao ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco – 10 de novembro de 1910.* Arquivo histórico do Itamarati 210-1-3.

Não fora Leme a primeira opção de Arcoverde. O arcebispo aproveitou a peregrinação do final de 1908 a Roma para negociar com a Santa Sé a designação de um auxiliar. Ele já levava um nome para apresentar ao secretário de Estado, o de Benedito de Souza, então com 35 anos. O cardeal Rafael Merry del Val, secretário de Estado, recusou sob o argumento de que era padre muito novo. Arcoverde então apresentou o do bispo de Diamantina, dom Joaquim Silvério de Souza, sugerido por dom Duarte e pelo bispo de Campinas, dom João Batista Correia Nery. A indicação dessa vez foi aceita.

Arcoverde e Silvério já haviam conversado em Mariana sobre o assunto. O bispo de Diamantina nunca esteve muito inclinado a se transferir para o Rio de Janeiro. Em 26 de maio de 1908, dom Joaquim Silvério enviou carta ao cardeal-arcebispo alegando motivo de saúde. Dizia que não resistiria ao clima do Rio de Janeiro e, assim, "seria mais um fardo do que um auxiliar". Argumentava ainda que lhe faltava "jeito para os grandes centros, e tato para tratar gente de alto bordo", já que estava acostumado "a lidar com gente simples da roça"[900].

Arcoverde não ficou surpreso com a decisão de Joaquim Silvério. Em carta a dom Duarte dizia que já previa tal desfecho. Achava que as razões apresentadas pelo bispo de Diamantina não eram "muito fortes, mas insistentes e até certo ponto precedentes"[901]. Insistiu no padre Benedito de Souza, mas Merry Del Val não mudou de idéia.

O arcebispo então ficou em situação de impasse. Porém ocorreu uma reviravolta. Ainda em Roma, Arcoverde enviou carta a dom Duarte confirmando que dom Joaquim Silvério "aceitou a proposta" de ser seu auxiliar no Rio. Porém, pedia "ainda reserva por ter que terminar em Diamantina certos negócios". Arcoverde não via razão para esse silêncio, mas "o que fazer?"[902].

Em março ainda estava envolvido com a designação de quem iria para Diamantina. O nome escolhido parecia ser o do bispo de Pouso Alegre, dom Antônio Augusto de Assis[903]. No final de abril de 1909, tudo parecia resolvido. No dia 26, o representante do Brasil na Santa Sé apostava que no consistório do dia 29 seria aberta a vacância da Diocese de Diamantina porque dom Joaquim Silvério iria mesmo ser auxiliar no Rio de Janeiro[904].

---

[900] SOUZA, Joaquim Silvério, bispo de Diamantina. *Carta a Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – 26 de maio de 1908.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, *pasta Arquidiocese de Diamantina.*

[901] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Nápoles, 29 de outubro de 1908.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[902] Idem, *Roma, 9 de fevereiro de 1909.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[903] Idem, Roma, *6 de março de 1909.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[904] CHAVES, Bruno, representante do Brasil junto à Santa Sé. *Ofício ao barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores – 4 de maio de 1909.* Arquivo Histórico do Itamarati 210-1-2.

Em 15 de agosto de 1909 o cardeal fez publicar pastoral comunicando a designação do seu arcebispo auxiliar. No documento, Arcoverde recorda que já estava há doze anos na arquidiocese. "Já sentimos que as forças nos vão faltando e o desalento nos vai tolhendo as forças" e que, por isso, pedira um auxiliar à Santa Sé, que aprovou dom Joaquim Silvério de Souza[905]. Deixa claro que será um apenas um auxiliar - ou seja, só terá jurisdição sobre o que Arcoverde determinar e não o sucederá na morte - e não um coadjutor - isto é, "que entra imediatamente no exercício da jurisdição ordinária após a morte do coadjuvado"[906].

Entretanto algum problema ocorreu porque dom Joaquim Silvério jamais assumiu a função, embora tenha até mesmo recebido o título de bispo de Axum (*in partibus*). Não foi possível saber os motivos dessa decisão, mas uma carta de Arcoverde, datada de setembro, pode dar uma pista. É certamente uma resposta a alguma correspondência do arcebispo de Diamantina. O cardeal confessa-se "embaraçado em determinar o dia" em que dom Joaquim deveria chegar ao Rio de Janeiro.

> *Vejo que aí o atormentam com mil previsões de doenças. Eu não sabia que V. Exa. sofria do incômodo que me falou. Eu suponho que se tratava de um vago receio que, em geral, os habitantes de Minas têm do Rio de Janeiro. Compreenda (...) que de nenhum modo desejo concorrer para se agravar males que já molestam V. Exa. ou que venha a se agravar ao ponto de por em perigo tão preciosa existência (...).*
>
> *Assim, pois (...), se V. Exa. vir que poderá perigar sua saúde, é dizer, com franqueza e sinceridade fraterna que não se anima a vir, e tudo se combinará com a Santa Sé de acordo com o senhor núncio*[907].

Arcoverde ainda convida Joaquim Silvério para um período no Rio de Janeiro a fim de ver se pode se adaptar à cidade e ao clima, mas deu a pista para o arcebispo de Diamantina desistir de vez. Três meses depois dessa carta, o diplomata Bruno Chaves escrevia a Rio Branco comunicando que dom Joaquim Silvério não mais deixaria a Diocese de Diamantina, que, por sua vez, seria dividida, com a instalação da Diocese de Montes Claros. O

---

[905] Idem. *Carta Pastoral comunicando a nomeação do arcebispo auxiliar*, pag. 3-4.
[906] Idem, pag. 31.
[907] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Joaquim Silvério de Souza, bispo de Diamantina – Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1909.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, *pasta Arquidiocese de Diamantina.*

representante brasileiro também informava que o motivo da mudança era a saúde de dom Joaquim Silvério[908].

Entretanto, razões de saúde não podem ser consideradas porque Joaquim Silvério governou Diamantina até 1933, sendo mantido na função quando a diocese passou a arquidiocese, em 1917. Qual teria sido o motivo real da desistência não foi possível descobrir. Terá sido as condições impostas por Arcoverde? Dom Joaquim Silvério teria se sentido diminuído por deixar de ser titular para ser mero auxiliar, ainda que de um cardeal e da mais importante arquidiocese do país? O fato de não ter direito à sucessão influiu na desistência?

Em janeiro de 1910, a própria Santa Sé comunicou a restituição do cargo de bispo de Diamantina a dom Joaquim Silvério dos Santos e o cancelamento de sua designação para o Rio de Janeiro, conservando, entretanto o título de arcebispo de Axum[909]. Dom Joaquim Arcoverde teria que mais alguns meses para obter um auxiliar, que acabaria por surgir naquele seu segundo encontro com o padre Sebastião Leme.

Desde que Arcoverde deixara de ser bispo de São Paulo, praticamente cessaram os contatos com Sebastião Leme. No Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro há uma carta do sacerdote ao cardeal em que reconhece dever o fato de ser padre a Arcoverde, que o enviara a Roma ainda seminarista[910]. Só essa. É possível supor, portanto, que o padre Leme surpreendeu-se com o convite para ser bispo auxiliar no Rio de Janeiro.

Surpreendeu-se e ficou reticente. É bem provável que os dois tenham conversado sobre o convite em São Paulo mesmo, quando das manifestações contra Clemenceau, em novembro de 1918. Leme não respondeu de imediato, e Arcoverde cobrou uma decisão em carta de 4 de dezembro de 1910. "Eu estou cansado e preciso de um arrimo". O padre novamente disse não, mas rendeu-se após uma nova carta do cardeal[911].

Para dar mais solenidade a cerimônia, Arcoverde e Leme foram a Roma para a sagração episcopal, presidida pelo cardeal-arcebispo e acolitada por dom Francisco do Rego Maia, arcebispo de Nicópolis, e pelo bispo da diocese argentina de la Plata, monsenhor Ferrero. A cerimônia foi no dia de Pentecostes, 4 de julho de 1911. Leme recebeu o título de bispo de Orthosia[912]. Dois dias depois, Leme escrevia a dom Duarte sobre a cerimônia.

---

[908] CHAVES, Bruno, representante do Brasil junto à Santa Sé. *Ofício ao barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores – 18 de dezembro de 1909.* Arquivo Histórico do Itamarati 210-1-2.
[909] Idem – 24 de janeiro de 1910. Arquivo Histórico de Itamarati 210-1-3.
[910] LEME, Sebastião. *Carta a dom Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – São Paulo, 18 de agosto de 1906.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta *Correspondência Cardeal Arcoverde 25-11-1905 a 1824.*
[911] SANTO ROSÁRIO, O cardeal Leme, pag. 45-40.
[912] AZEREDO, Carlos Magalhães, representante do Brasil na Santa Sé. *Ofício ao ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, 6 de julho de 1911.* Arquivo Histórico do Itamarati 210-1-3.

Sua eminência fez com toda a pompa a minha sagração. Era de ver-se a alegria do cardeal! Dizem todos que S. Ema. já sarou, tão satisfeito ele anda. No dia 4, à tarde, S. Ema. Chorava aos ouvir as saudações que me faziam os antigos colegas.

Leme relatou o quê foi a visita ao papa. Contou que Pio X "brincou" muito com ele. "Il viscovo piu giovane dela cristianitá", teria dito.

E ao senhor cardeal deu pêsames por ter escolhido para auxiliar uma figura (física) que brilhava mais que a dele. 'Voi, eminenza, non potete coparire nelle festa col vostro auxialiare, perche lui vi solgradá de multo'[913].

Tinha 28 anos e dessa vez a Santa Sé não alegou pouca idade. Começou a trabalhar no dia 4 de novembro de 1911, tão logo retornou da Europa, indo residir com Arcoverde no velho Palácio da Conceição.

A presença de Leme no Rio de Janeiro como auxiliar de Arcoverde não deu certo. Dom Sebastião Leme tinha uma visão diferente da estratégia que a Igreja deveria adotar para ter de volta a capacidade de influir no processo político e social do país. Em carta a Carlos de Laet, militante católico e monarquista, não deixava dúvida que a Igreja deveria sair em campo imediatamente para "impor ao mundo a ordem de Cristo"[914]. Arcoverde preferia ainda a cautela e a moderação, a conversa com os homens do governo sem a intermediação das massas católicas.

A biógrafa de Leme consome seis páginas de seu livro explicando os motivos das dificuldades que o jovem bispo auxiliar enfrentara no Rio de Janeiro. A irmã Maria Regina do Santo Rosário traça uma análise amplamente favorável ao seu biografado, a quem foi ligada em vida e de quem recebeu os papéis para que escrevesse a biografia. Na verdade, recebeu parte da documentação porque uma outra parte dela, que não lhe ficou de guarda e talvez não tenha sequer consultado, estava, pelo menos até o ano de 2003, no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio do Janeiro.

---

[913] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Roma, 6 de junho de 1911*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[914] Cf. SANTO ROSÁRIO, O cardeal Leme, pag 53.

Laurita Pessoa, depois Raja Gabaglia, secretariou o cardeal Leme muitas vezes. Filha de Epitácio Pessoa, a quem acompanhou em visita ao papa antes de ser empossado presidente, era uma leiga extremamente dedicada. Jovem ainda, liderava um grupo de moças da elite que ministravam o catecismo a crianças pobres nos jardins do Palácio do Catete[915]. Casou-se com um Raja Gabaglia, teve filhos e, quando enviuvou, abandonou tudo, adotou o nome de Maria Regina do Santo Rosário e tomou o hábito de carmelita descalça. Recolheu-se ao Convento de Petrópolis, onde redigiu *O cardeal Leme*.

A autora explica que existiam entre Arcoverde e Leme "dessemelhanças de tipo humano". Acredita que o bispo auxiliar, "intuitivo que era", tenha por isso mesmo resistido tanto a aceitar o convite do cardeal. Santo Rosário tinha Arcoverde por um "homem rígido", que prezava a disciplina, sem horizontes, sem "o senso dos problemas contemporâneo", sem "um certo dom de compreensão humana".

> *Não tinha uma alma sensível (...) pretendia ser acima de tudo uma autoridade a que se obedece e que se respeita sem aproximação e sem contato humano. A idade acentuara esse feitio imperioso, recebido de herança da família e da primeira formação.*

Santo Rosário considera Dom Sebastião Leme o contrário e traça o seu perfil como o de homem de "espírito aberto ao drama humano e às necessidades próprias de sua era". Possuía uma inteligência que "abarcava perspectivas surpreendentemente largas" e um "espírito desbravador". Pretendia ser "mais do que um chefe, um irmão". Era caloroso e persuasivo, de "afabilidade radiante", muito próxima do comportamento burguês, o que teria chocado Arcoverde, um aristocrata "que primava em manter os súditos à distância".

Essas diferenças de personalidades teriam contribuído de forma decisiva para que os dois encontrassem sempre dificuldades de relacionamento. A isso somavam-se – ainda de acordo com a análise da biógrafa de Leme – "um espírito de iniciativa [e] a influência crescente do auxiliar", que teriam ferido "suscetibilidades que a velhice tornava agudas". Além disso, padres que ligados ao arcebispo contribuíram também para fomentar os desentendimentos. "O clã poderoso, cercando o cardeal, não tardaria a envenenar-lhe por completo o espírito já prevenido"[916].

---

[915] NABUCO, Carolina. *Oito décadas*, pag. 88.
[916] SANTO ROSÁRIO. *O cardeal Leme*, pag. 54-56.

De fato, as relações entre os dois bispos enfrentaram momentos de aguçado desentendimento. Um deles ocorreu em 1913. Santo Rosário conta que um grupo de leigos liderado por Carlos de Laet foi ter com dom Leme para ressuscitar o partido católico. Arcoverde já teria deixado claro que não aprovava o projeto. Leme então publicou nota nos jornais, manifestando a posição contrária ao partido. O grupo não se convenceu e procurou o arcebispo, que acentuou a liberdade dos leigos no campo político, o que os militantes tomou como aprovação.

Nas vésperas das eleições, Arcoverde disse aos jornais que não entrava em política e indicou Leme para falar do assunto. O bispo auxiliar mais uma vez deixou claro que a Igreja não era favorável ao partido, o que causou graves problemas e constrangimentos aos militantes[917].

Há uma outra versão sobre o episódio. Em janeiro de 1913, durante uma reunião do Conselho de Vigilância[918], o padre Júlio Maria perguntou sobre a veracidade de um boato de que o episcopado não queria a organização de um partido católico, mas sim a formação de juntas eleitorais diocesanas subordinadas aos bispos. Leme confirmou a informação. Ficou decidido que seria emitida uma nota aos jornais deixando clara a posição da hierarquia sobre o assunto.

Um dos membros do Conselho, padre Victor Coelho de Almeida, não concordou e protestou na hora, argumentando que as articulações políticas do grupo tinham o aval do cardeal Arcoverde. Mesmo assim, teve que se submeter e, como prova da submissão, teve que levar ele mesmo a nota aos jornais, desencadeando, no dia seguinte, protestos de Carlos de Laet e de Felício dos Santos.

Victor Coelho de Almeida, de acordo com o seu biógrafo, estava convencido de que fora o próprio Leme quem espalhara o boato de que os bispos não queriam partido católico algum. No dia seguinte, nos meios católicos, ficou a convicção de que o padre Victor era o autor da nota, o que lhe deixou em situação difícil.

Em uma espécie de diário, a qual o seu biógrafo teve acesso, o padre conta que desde 1912, o Centro Católico, do qual fora um dos fundadores, recebera autorização de Arcoverde para um trabalho de alistamento eleitoral na arquidiocese. O próprio arcebispo enviara

---

[917] Idem, pag. 57.

[918] O Conselho de Vigilância fora formado para atender os ditames da Santa Sé. Era uma instituição da burocracia da Cúria Metropolitana destinada a descobrir possível desvio dos padres e clérigos. As reuniões, presididas por Arcoverde ou por Leme, começavam com um juramento sobre a bíblia de que os participantes manteriam segredo absoluto sobre o seu teor e decisões.

circulares às paróquias para que católicos iminentes se alistassem como candidatos. Victor achava que Leme alimentava "certo despeito" para com a organização do centro.

O biógrafo do padre não acredita que Leme estivesse fazendo intriga para benefício próprio, mas sim caminhava com os outros bispos. A idéia de uma organização política católica suprapartidária vinha se desenhando desde a IV Conferência de 1910 dos bispos e arcebispos do Sul do Brasil. Ficou delineada uma tendência a formar instituições que superassem os limites e os riscos que poderiam surgir com a formação de um partido. Dom João Batista Corrêa Nery, bispo de Campinas, já estava formando nessa época uma liga eleitoral[919].

Nascido no Rio de Janeiro em 1879 e ordenado em 1902 em Roma, Victor Coelho de Almeida era um padre bem preparado e de grande futuro. Fora reitor do seminário e pároco em Bangu, na primeira experiência da Igreja com operários no Rio de Janeiro, e em Santa Rita. Era um apologista, como Leme, seu colega no Pio Latino-Americano, e Desidério Deschand. Fundara jornais, como *A voz popular*, era examinador do clero e integrante do Conselho de Vigilância.

Victor acabou por abandonar o sacerdócio católico romano, sendo excomungado em 1919. Foi pastor presbiteriano e, a seguir, envolveu-se com esoterismo e espiritismo. Casou-se, teve uma filha, vagou por Minas Gerais, Goiás e São Paulo, meteu-se com política partidária e chegou a deputado. No final dos anos 1920, acabou por reconverter-se. Pelo menos até o ano de 2003, havia na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, quinze cartas dele para Leme. Nelas estão os termos de seu retorno à Igreja, que incluía o divórcio, as bases financeiras e o apoio do então bispo coadjutor à educação da filha[920].

Por muito tempo, mesmo depois do retorno à Igreja, foi considerado um maldito. Um primo seu, padre redentorista que atendia pelo mesmo nome, fazia questão de destacar não ser a mesma pessoa. Em um livro que publicou em 1961, registrou que não se tratava daquele que falecera em 1944 em Goiânia, "reconciliado com a Igreja da qual se afastara por mais de dez anos"[921].

Mesmo tendo recorrido a Leme para seu retorno à Igreja, Victor Coelho de Almeida responsabilizava o então bispo auxiliar pelos problemas que enfrentara na Igreja. Leme teria

---

[919] COUTINHO, Sérgio Ricardo. *O ex-padre: a trajetória política e religiosa de Victor Coelho de Almeida (1879-1944)*, pag. 128-130.

[920] Cf. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. *I Correspondência de sacerdotes 1889 a 15-1-1930.*

[921] ALMEIDA, padre Vítor Coelho. *Os ponteiros apontam para o infinito*. São Paulo, Paulinas, 1961, pag. 6. Foi o dissidente Victor Coelho de Almeida quem encaminhou o menino Vítor aos redendoristas para que se tornasse padre e missionário. Sobre a relação entre os dois, BRUSTOLONI, Júlio, *Vida do padre Vítor Coelho de Almeida: missionário redentorista.*

avançado sobre pelo menos duas atividades do futuro dissidente, a de censor e a de examinador do clero. Não seria o único com quem teria problemas.

A irmã Maria Regina do Santo Rosário conta que, a partir do episódio que envolveu o padre Coelho de Almeida, Arcoverde passou a falar em encontrar uma diocese para o seu auxiliar. As desavenças entre os dois e a disposição de Arcoverde em ver Leme fora do Rio já eram de conhecimento na arquidiocese, pelo menos entre os padres que estavam mais próximo da cúpula, como Fernando Rangel, que relatou o que sabia a dom Duarte Leopoldo e Silva.

Rangel afirmava que não sabia o que se passava no "espírito de Arcoverde", mas conjeturava que havia "alguma coisa que está atuando sobre o ânimo" do arcebispo, a ponto de achar que poderia dispensar os serviços de dom Leme. Conta que conversou com o cardeal, que reconhecia no auxiliar as virtudes que a Igreja desejava para um bispo: prudência, dignidade, inteligência, capacidade de trabalho, muita fé e espírito de Deus, apesar da pouca idade. Entretanto, Arcoverde considerava que o clero não era amigo de dom Leme.

Certamente por isso, o padre atribuía a "alguma intriga" a disposição de Arcoverde de dispensar o auxiliar, a qual taxava de "infeliz decisão" e qualificava de "um desastre tremendo". Rangel pedia a intervenção de dom Duarte para evitar que se concretizasse a saída de dom Sebastião Leme[922].

Entretanto, o auxiliar continuou trabalhando intensamente, aumentando a carga de ocupação ainda mais quando Arcoverde viajou a Europa em 1913 e deixou-lhe o governo da arquidiocese por quase quatro meses.

Nessa viagem, Arcoverde teria conversado sobre a formação de um Colégio Brasileiro, que substituiria o Pio Latino-Americano em Roma. Leme seria o diretor da instituição, com o quê o Papa já concordara. Pelo menos era o que o cardeal revelara ao bispo auxiliar, que deu a notícia a dom Duarte Leopoldo e Silva[923].

Logo depois, assumiu o cargo de vigário-geral, com a morte do monsenhor João Pires de Amorim, que ocupava a função há muitos anos. O trabalho era tanto e as pressões tão intensas que começou a apresentar problemas de saúde, a ponto de seu médico enviar carta a

---

[922] RANGEL, Fernando. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, ? abril de 1914.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa. Há uma outra carta, datada de 19 de abril de 1914, na qual o padre Rangel compromete-se com dom Duarte a não tratar mais desse assunto, em claro indício que foi isso que lhe pediu o arcebispo de São Paulo.

[923] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1913.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa

dom Duarte Leopoldo e Silva. João de Assis Lopes Martins dizia na correspondência a situação de Leme inspirava sérios cuidados.

> *Não tendo ele encontrado aqui campo apropriado para exercer a sua grande atividade cerceado na sua operosidade pela função de auxiliar, surge a neurastenia pedindo a intervenção de V. Ex. para com seu prestígio das uma solução ao caso.*

O médico ponderava que só havia duas saídas: dar a Leme mais autonomia ou conseguir-lhe uma diocese, retirando-o do Rio de Janeiro[924]. Será que o bispo auxiliar teve acesso à carta? Foi uma decisão pessoal de Assis Lopes Martins ou contou com a aprovação de Leme? Certamente, o médico não escreveria essa carta sem o aval do paciente.

O fato é que dom Duarte Leopoldo e Silva saiu em busca de uma colocação nova para Leme. Tanto que, logo depois da carta do médico, o arcebispo de São Paulo viajou à Europa e tratou do caso em Roma. Em resposta a um telegrama, pedia a Leme que não precipitasse os acontecimentos porque a Santa Sé já estava tomando as providências e que tinha o pressentimento "de que a solução final" seria "satisfatória e consoladora (...) mais talvez do que possa esperar"[925].

Antes da solução "satisfatória e consoladora", Leme veria passar quase dois anos. Em 1915, presidiu a comissão que organizou o Jubileu Episcopal de Arcoverde, formada por magistrados, como André Cavalcanti, Pedro Lessa, Ataulfo de Paiva e Viveiros de Castro; de parlamentares, como Epitácio Pessoa e Antônio Azeredo; de militares; como o general Leôncio de Medeiros; e de empresários, com Paulo de Frontin e Conrado Niemayer.

As comemorações começaram no dia 25 de outubro de 1915, com a inauguração do Palácio São Joaquim. Coube ao arcebispo de São Paulo, dom Duarte Leopoldo e Silva, o discurso de saudação ao cardeal. Durante todo dia, Arcoverde recebeu padres, políticos, juízes, leigos, estudantes de colégios católicos e três índias bororos de sete anos de idade, oriundas de uma missão de irmãs salesianas no Mato Grosso. "Recitaram belíssimas poesias em puro português".

---

[924] MARTINS, João de Assis Lopes, médico de Sebastião Leme. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 14 de março de 1914.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[925] SILVA, Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo. *Carta a dom Sebastião Leme, bispo auxiliar do Rio de Janeiro – Schöenbrum, 20 de junho de 1914.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

No dia seguinte, o cardeal celebrou missa solene na Catedral da Praça Quinze e caminhou até à sua nova residência. À tarde, celebrou um Te Deum, com a presença do presidente Wenceslau Braz, parlamentares, magistrados e diplomatas. Na volta ao palácio, mais de mil carros acompanharam dom Joaquim Arcoverde[926].

Era pendular a relação entre o arcebispo e o seu bispo auxiliar. Antes das festas jubilares, Leme enviou carta a dom Duarte afirmando que as nuvens haviam se dissipado e que Arcoverde confiava nele e que estava "sempre delicado (...), abrindo-se... deixando sorrir a sua bela alma de pai"[927].

No final do ano, em nova carta a dom Duarte, Leme dizia que Arcoverde andava "com a idéia fixa de propor-me para Olinda", sob o argumento de que precisava "fazer uma reparação" à sua terra. O bispo auxiliar não acreditava que fosse o escolhido porque outros nomes haviam sido indicados[928].

E foi mesmo para Olinda que dom Sebastião Leme foi transferido. Formalmente, foi comunicado da nova diocese no dia 18 de abril de 1916 em carta datilografada do monsenhor Giuseppe Aversa, núncio apostólico no Rio de Janeiro[929]. Entretanto já conhecia o seu destino desde pelo menos 4 de abril, que é de quando data a carta em que respondeu às felicitações de dom Duarte. Leme parecia aliviado.

> *Para impedir essa nomeação muita gente se moveu. O senhor núncio teve que enfrentar delegações do clero, leigos médicos, frades (...). Agora que tais coisas me chegaram ao conhecimento (...).*
>
> *Não preciso dizer que vou contente (...) Vou alegre e satisfeito.*

Contou que Arcoverde estava "um mar de rosas (...) radiante", que lhe fazia afagos, "como os que estava acostumado quando bispo de São Paulo. De quanta contrariedade eu tive aqui, estou sobejamente compensando com os carinhos de hoje"[930].

---

[926] *Festas Jubilares*. Álbum comemorativo do Jubileu Episcopal do Cardeal Arcoverde.
[927] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 24 de abril de 1915*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[928] Idem, 11 de dezembro de 1915.
[929] AVERSA, Giuseppe, núncio apostólico no Rio de Janeiro. *Carta a dom Sebastião Leme, bispo auxiliar do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro 18 de abril de 1916*. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Nunciatura Apostólica (1886-1918).
[930] LEME, Sebastião, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1916. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Documentação avulsa.

Em momento algum, Leme menciona o papel de dom Duarte Leopoldo e Silva na sua designação para Olinda. Porém, o monsenhor Fernando Rangel enviou carta ao arcebispo de São Paulo no mesmo dia da oficialização da transferência de Leme. Cumprimentava dom Duarte pela designação do bispo auxiliar do Rio de Janeiro e contava do contentamento de Arcoverde, "confiante no êxito de Leme em Olinda"[931].

Realmente, Arcoverde parecia exultante. Deixa isso evidente da carta a dom Leopoldo em agosto.

> *Aqui esperamos pelo embarque do nosso arcebispo de Olinda.*
>
> *Estou satisfeito por ter conseguido colocar meu auxiliar em tão distinta categoria aos trinta e cinco anos de idade! É hoje um das mais distintas arquidioceses do Brasil, e só não está mais próspera, como seria para desejar, e isso exigia sua categoria, porque nunca nisso pensam os arcebispos que por lá passaram*[932].

Leme aguçou as diferenças em relação a Arcoverde tão logo assumiu a Arquidiocese de Olinda. Antes de tomar posse, foi a São Paulo para pegar a mãe, com quem moraria em Recife. Recolheu-se à Fazenda de Águas Claras, em Tambaú, de propriedade de um amigo de seu irmão materno, Antônio da Silveira Sales. Ali escreveu a Carta Pastoral de saudação aos seus novos diocesanos – um documento que marca a ruptura com a estratégia até aquele momento adotada pela Igreja.

Leme começa reconhecendo que o Brasil é um país católico, mas formado por fiéis que não têm consciência de seus deveres religiosos e sociais, que não cumpre os mandamentos e vivem afastados dos sacramentos, a exceção de uma minoria. "São católicos de nome, católicos por tradição e por hábito, católicos só de sentimentos"[933].

O novo arcebispo de Olinda recorda que os católicos são a maioria absoluta da nação e que, por isso, possuem direitos inalienáveis que têm que ser defendidos e acatados. Entretanto, os católicos não cumprem com essa obrigação. Por isso

---

[931] RANGEL, padre Fernando. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 18 de abril de 1916.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[932] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva – Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1916.* Arquivo da Cúria de São Paulo. Documentação avulsa.
[933] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta Pastoral saudando seus diocesanos – Rio de Janeiro, 16 de julho de 1916*, pag. 16.

católicos não são os princípios e os órgãos de nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege (...) Leigas são as nossas escolas; leigo o ensino. Na força armada não se cuida de religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica[934].

Acusa a maioria católica de insensibilidade, ineficiência e inércia por não se opor a "leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções de vida nacional (...) contrárias aos princípios e práticas do catolicismo". Leme acha chegado o momento de romper "com o marasmo atrofiante" e deixar de ser maioria apenas nominal[935].

Leme defende o desenvolvimento da ação social católica para conquistar aquilo que em países em que o catolicismo, mesmo religião minoritária, havia obtido, como capelães militares, escolas confessionais subvencionadas, universidades, jornais, "eleitorado coeso", representação política, cooperativas, ligas operárias e caixas econômicas. Basta ter consciência dos direitos[936].

Para o arcebispo de Olinda, o maior problema é a ignorância religiosa, que atinge até mesmo "homens de letras, de estudos, de ciências (...) que pontificam no magistério e na imprensa"[937]. É ela responsável pela proliferação do positivismo. Atinge também intelectuais católicos, que, por isso, não estão capacitados para o enfrentamento com os inimigos da Igreja[938].

A ignorância religiosa é ainda responsável pela "crendice" das "camadas populares e pelas superstições "que se enraizaram na imaginação do povo" e pelo surgimento de um componente novo a combater: o espiritismo, com suas "abomináveis práticas"[939].

É também culpada por "transviamentos absurdos": devoção aos santos que reduz "Deus a quase que a nada"; poucas visitas ao santíssimo sacramento e muitas aos altares dos santos; participação freqüente às 'novenas" e 'terços' (assim mesmo, com aspas no original) e pouca presença à missa, assistida preferencialmente durante a semana que aos domingos"[940].

---

[934] Idem, pag. 17.
[935] Idem, pag. 18-20.
[936] Idem, pag. 27-28.
[937] Idem, pag 34.
[938] Idem, pag. 49-50.
[939] Idem, pag. 54-57.
[940] Idem, pag. 61.

Leme aconselha o uso de folhetos, boletins paroquiais e folhas avulsas para a evangelização como já ocorre na Europa, sem que substituam a pregação, os livros e os jornais[941].

Outra ação prioritária da Igreja é na escola, "potência civilizadora de primeira ordem" porque "nela passam longo tempo os meninos". O episcopado deve agir para garantir o ensino religioso nas escolas. Será essa a sua grande luta nos anos seguintes. E repete um argumento muito freqüente na Europa e já utilizado pelo padre Desidério Deschand.

> *Não é admissível que em pleno regimen de liberdade e hiper-liberdade, como apregoam que é o nosso, obrigados sejam pais católicos a contribuir com impostos sem fim, para que aos seus filhos se distribua um ensino que eles detestam*[942].

Certo de que "a escola é o campo de batalha em que se decide o caráter cristão da sociedade", recorda que é pecado grave que católicos matriculem os filhos em colégios de "orientação protestante ou anticatólica". Por isso, sonha implantar em Recife uma universidade católica semelhante à de Louvain[943].

E conclama os católicos à luta:

> *Em vez de coro plangente, formemos uma legião que combate; quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala nem escreve, que divulgue escritos dos outros. O que é necessário é que não fiquemos imóveis a chorar um passado que se foi ou a acenar com festas para um futuro que nos sorri.*
>
> *Se esperamos um futuro melhor, urge que o façamos vir*[944].

É evidente a proximidade entre o pensamento de Leme e do padre Deschand. Os dois estão certos de que a maneira que os católicos agiram até então não tinha dado os frutos necessários. Tantos anos de romanização e ainda se preferia o terço e a novena ao invés de se ir à missa. A maioria dos fiéis achava melhor procurar o santo do que ir ao santíssimo

---

[941] Idem, pag. 81.
[942] Idem, pag. 99.
[943] Idem, pag. 107-111.
[944] Idem, pag. 105.

sacramento. Achava melhor pensar no passado do que lutar por um futuro melhor. A ignorância religiosa ainda grassava no país.

Portanto, tudo o que a Igreja fizera até então de nada adiantara. Tinha sido um erro que precisava mudar. Leme queria um combate permanente de todos os católicos para que a sociedade brasileira fosse conquistada pelo cristianismo, em longo prazo, e que, em médio prazo, ao menos voltasse a ter influência sobre o país. Era essa, sem dúvida, a estratégia que agradava à Santa Sé. A estratégia anterior, conduzida por Arcoverde, mais do que todos, estava com os dias contados. E Leme teria em Recife um campo para testá-la.

Mas não seria fácil. Leme encontraria resistências em Pernambuco. Uma delas liderada por um personagem já conhecido dessa trama, o cônego Antônio Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, irmão do cardeal, então com 65 anos.

Acompanhar o percurso de Leme na Arquidiocese de Olinda, pelo menos em sua fase inicial, faz perceber a compreensão que o episcopado mais novo tinha de sua função. Dom Sebastião Leme considerava bom o clero, formado por "gente nova disciplinada, inteligente e dócil". Era assim que ele via o bom padre, como qualquer bom executivo burguês em relação ao empregado.

O que Leme decidiu mudar de imediato era o que ele mesmo definia como o "sistema ou nenhum sistema de D. Brito". Referia-se a dom Luís Raimundo da Silva Brito, que exercera o sacerdócio no Rio de Janeiro até se designado bispo de Olinda, em 1901. Foi sob o seu governo que a diocese fora elevada a arquidiocese, em 1910. Morreu em 1915, sendo substituído por Leme, que reclamava do modo de seu modo de administrar.

> *Tudo sem papéis, sem horas, sem formalidades (...). Chamam isto de 'simplicidade'. (...) Querem que eu vá (...) a Igreja sem hábitos prelatícios (...), pregue sem acólitos (...) Dom Luís fazia assim. E todos insinuam a necessidade de ser simples. Hei de o ser, mas simples (...) com postura de padre, de bispo. Esta história é que está me custando mais. Querem simplificar demais. Tenho resistido eficazmente.*

Leme, portanto, era portador de um estilo novo de se apresentar como bispo. Sempre com pompa e distanciamento, com cuidados burocráticos. Tudo com papel, com hora marcada, com formalidade. Pregava uma mudança no modo de se comportar de bispos e padres. Evidentemente, uma mudança que aproximasse o clero cada vez mais do que Roma

preconizava, que o tornasse cada vez mais europeizado. Era, assim, uma mudança conservadora. Queria modificar o comportamento que encontrara, mas procurava compor e sabia que não podia executar as reformas naquele momento por que precisava "agir com segurança e prudência"[945].

No mesmo dia, Leme – recém chegado a Recife – enviou carta a dom Duarte Leopoldo e Silva. Gostava dos fiéis, que era "como o povo da roça" de São Paulo. Não reclama do "sistema ou nenhum sistema" de dom Luís, mas das condições materiais que encontrou a arquidiocese, "coberta de glórias", mas também de "poeira e de mofo". Para quem vinha do Sul do país, tudo era "estranho" e "velho"[946].

Alguns meses depois, em fevereiro, achava que a opinião pública a seu respeito era boa, que já o julgavam "hyper civilizado e diplomata" quando o comparavam com o seu antecessor.

> *Dom Brito era um bonachão, casa aberta, dispensava tudo, mesa franca, entrada livre, horário nenhum, muita esmola e até exploração, pedia emprego para toda gente, telegrafava aos ministros para pedir por um e por outro, pregava a três por dois a convite de festeiros, almoça com eles e etc.*
>
> *Ele fazia nem intencionado e em boa consciência. Eu, porém não o posso fazer. Recebo o pessoal na sala de visitas, não despacho oralmente e nego muita coisa (...).*
>
> *Imagine que D. Brito funcionava e pontificava sem cônegos e em qualquer capela de colégio e irmandades, só com seminaristas. Chegou à perfeição de binar para poder solenizar duas festas.*
>
> *Não podendo proceder assim, causo estranheza*[947].

Mais tarde ainda, um ano depois, Leme parece ir tomando o controle de tudo. Conta a dom Duarte que o que mais o "aperreava" era a desorganização, inaceitável para a burocracia romanizada. "Muita coisa boa, mas uma desordem em suas bases". Era um bispo novo, jovem "metido entre coisas velhas".

---

[945] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – Recife, 9 de setembro de 1916.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Província de Pernambuco.

[946] Idem, *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife 9 de setembro de 1916.* Arquivo da Cúria de São Paulo. Documentação avulsa.

Suas maiores críticas vão para o Palácio da Soledade, "enorme", "um casarão velho", o seminário, "velhíssimo", e para a catedral "em ruínas"[948]. Seu alvo inicial será vender o palácio episcopal para formar um patrimônio e poder, assim, em breve, instituir duas novas dioceses em Pernambuco, sufragâneas de Olinda. Esse foi o primeiro choque com o irmão do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, o cônego Antônio Arcoverde, que já não deveria estar muito satisfeito com a burocratização e a *dessimplificação*, que Leme queria empreender em Olinda.

Antônio Arcoverde e alguns outros membros da Cabido Arquidiocesano, que deveria aprovar ou não a venda, colocaram-se contra a alienação um prédio de dois séculos, que servira não só de residência dos bispos mas também de sede do governo provisório formado na Revolução Pernambucana de 1917. Foi também da Soledade que dom Vital saíra preso para o embarque para o julgamento na corte[949].

Leme venceu o embate. Forçou o cabido a aprovar a alienação. Negociou o prédio aos jesuítas, que há muito procuravam onde instalar um colégio[950]. Fechou o negócio antes da aprovação da nunciatura. Pelo menos é o que se pode deduzir da documentação encontrada. Na carta a dom Duarte de 16 de fevereiro, comunica que "vendeu" o Soledade por 200 contos de réis, sendo 50:000$000 à vista e "do restante me vão pagando os juros (de amigo) de 6 por cento", ou seja, nove contos de réis por ano[951]. Entretanto, a carta da Nunciatura Apostólica só chega a 11 de março de 1917[952].

O próprio cardeal-arcebispo aprovou a venda do Soledade porque sem "um patrimônio suficiente para a Mitra", Leme não poderia efetuar o que o arcebispo de Olinda denominava "restauração espiritual e material" da arquidiocese. Joaquim Arcoverde considerava bom também que Leme efetivasse o plano de comprar um novo palácio episcopal[953]. De fato, pela

---

[947] Idem – *Recife, 16 de fevereiro de 1917*. Arquivo da Cúria de São Paulo. Documentação avulsa.
[948] Idem, *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 9 de setembro de 1916*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[949] Inicialmente chamado de Boa Vista, o Palácio da Soledade fora adquirido pela Diocese de Olinda em 1742 por 2:700$000, chegou a ser arrendado a um rico comerciante português, já que os bispos preferiam moram em Olinda. Estava desocupado quando os revolucionários de 1817 transformaram-no em sede do governo provisório. Na Confederação do Equador serviu de quartel. Foi dom João da Purificação Marques Perdigão que ficou nele a residência oficial do Bispo de Olinda. Cf. PEREIRA, Nilo. *Pernambucanidade*, Volume I, pag. 260.
[950] De fato, no velho Palácio da Soledade, reformado, foi instalado o colégio e depois a Faculdade de Direto da Universidade Católica.
[951] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 16 de fevereiro de 1917. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo*. Documentação avulsa.
[952] ROCCO, Nicola, encarregado de negócios da Santa Sé no Brasil. *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Petrópolis, RJ, 11 de março de 1917*. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Nunciatura Apostólica (1886-1918).
[953] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – Rio de Janeiro, 1°. de abril de 1917*. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, pasta Correspondência Cardeal Arcoverde, 25 de novembro de 1905 a 1924.

carta de fevereiro a dom Duarte, o arcebispo de Olinda pretendia comprar o Palácio Mourisco, por 60:000$000 na Madalena. E para aumentar ainda mais o patrimônio arquidiocesano relatou que iria construir casas que calculava poder render 200 contos de réis de aluguel. É que no acordo com os jesuítas conseguira preservar um terreno de mais de 15 mil metros quadrados, com frente para duas ruas[954]. Arcoverde apoiou toda essa movimentação, que mostrava ser Leme um homem de negócios.

> *Daqui escrevi ao meu irmão Antônio a respeito da conveniência de vender-se o vestusto Palácio da Soledade, mas não deixei de louvar que ele opusesse suas objeções. Só assim é que podemos esmerilhar bem a verdade e a natureza, a conveniência e oportunidade de negócios*[955].

Apesar da carta, não seria essa a última vez que Antônio Arcoverde incomodaria Sebastião Leme. Aproximava-se então o tempo em que seu irmão, o cardeal-arcebispo, teria que entregar o comando da Arquidiocese.

É possível datar o início da substituição do "velho", que é como Leme e dom Duarte Leopoldo e Silva se referiam ao cardeal, em fevereiro de 1918. O arcebispo de São Paulo envia carta a Leme referindo-se a notícias publicadas em um jornal paulista, segundo as quais Arcoverde renunciaria à Arquidiocese e que ele, Duarte Leopoldo e Silva assumiria o cargo. Dessa forma, Leme poderia ser transferido de Olinda para São Paulo. Garantia que tal informação era um "disparate"[956].

Arcoverde respondeu quatro dias depois, garantindo que não ficara aborrecido com as notícias. "Estou certo que nem por sombra V. Exa. pensou em tal sucessão". Assegura,

---

[954] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 16 de fevereiro de 1917.* Arquivo da Cúria de São Paulo, Documentação avulsa. Mais tarde, Sebastião Leme acertou o arrendamento do "velho Palácio de Olinda", que estava desocupado e sem renda. Durante a guerra, o prédio foi cedido gratuitamente ao governo, que ao final do conflito pagaria 1:500$000 de aluguel. LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 18 de agosto de 1917.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[955] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – Rio de Janeiro, 1º de abril de 1917.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Correspondência Cardeal Arcoverde, 25 de novembro de 1905 a 1924.

[956] SILVA, Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo. *Carta a dom Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – São Paulo, 2 de fevereiro de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

porém, que estava pensando mesmo em deixar o cargo e que aprovaria ter dom Duarte por arcebispo titular, e ele, Arcoverde, como resignatário[957].

O caso teve repercussão em Recife, já que os boatos incluíam a transferência de Leme para São Paulo. Para evitar maiores problemas o arcebispo decidiu viajar pelo interior de Pernambuco para tratar do "projeto das novas dioceses". Também programou viajar para o Rio de Janeiro. Participaria da sagração episcopal do novo bispo de Vitória, Benedito Alves de Souza, aquele mesmo que fora secretário de Arcoverde nos primeiros meses de titular da Diocese de São Paulo. Aproveitaria para se livrar do ambiente de Recife. Havia rumores de que estaria liderando uma trama para destituir o cardeal. Dom Leme culpava o "irmão do chefe", ou seja, o cônego Antônio Arcoverde de estar espalhando esses boatos pelos jornais, nas sacristias e até no Palácio do Governo. "Eis a que estado reduzem os bispos as desmioladas imaginações de um velho tolo!!!!"[958].

É certo que os que rodeavam Arcoverde já viam a necessidade de alguém para auxiliá-lo. Confessava a dom Duarte que não pensava nisso, mas "estão a me dizer os amigos que não devo afastar-me dos hábitos seguidos pelos meus irmãos, os senhores cardeais, bispos e arcebispos, que têm seus auxiliares". Arcoverde, que estava então em Itararé, convida dom Duarte para discutir o assunto. O arcebispo de São Paulo teria indicado o nome de um auxiliar. "Queira vir até cá para combinarmos alguma coisa nesse sentido, pois me acho sobre ordem de prisão"[959].

Não há nenhuma indicação que dom Duarte tenha se deslocado até Itararé para encontrar-se com Arcoverde. O mais provável, aliás, é que não tenha ido. É certo, entretanto, que cardeal tenha convidado dom Duarte para seu auxiliar. Em carta ao arcebispo de São Paulo, dom Sebastião Leme o parabenizou por haver recusado a proposta. Leme afirma não ter ficado surpreso com o convite por ser dom Duarte a única pessoa a quem o cardeal passaria de boa vontade o governo. "Pobre velho! Repugna-lhe a idéia do fim!"[960].

Com a recusa de dom Duarte, Arcoverde indicou o padre Carlos Duarte da Costa, sobrinho de Eduardo Duarte Silva, aquele mesmo que ocupou o lugar que Arcoverde não quis de bispo de Goiás e que era bispo de Uberaba desde 1907. A informação é de Maria Regina

---

[957] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – 6 de fevereiro de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[958] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Nazaré, Pernambuco, 2 de março de 1918.* Arquivo da Cúria de São Paulo. Documentação Avulsa.

[959] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva – Itararé, 4 de maio de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa. É Arcoverde quem sublinha o trecho no original.

do Santo Rosário[961]. Segundo a biógrafa de dom Leme, um grupo de padres liderados pelo monsenhor Rangel procurou a Nunciatura e conseguiu vetá-lo[962]. O nome também não parecia ser do agrado de outros dois padres muito importantes da arquidiocese, Isauro de Araújo Medeiros e Antônio Ferreira Alves dos Santos. Os dois "estão danados" – disse Leme em nova carta a dom Duarte[963].

Arcoverde "reviveu o bispo enérgico de outrora"[964] e demitiu Antônio Ferreira dos Santos da função cargo de vigário-geral da Arquidiocese. O padre era membro do Cabido Metropolitano, posição da qual não podia destituir. O cardeal tentou então afastá-lo do Rio de Janeiro. Pediu a dom Duarte Leopoldo que conseguisse uma colocação para o padre em São Paulo[965]. O plano de Arcoverde não deu certo: Antônio Ferreira dos Santos permaneceu no Rio de Janeiro, integrando o cabido. O curioso é que Arcoverde nomeia o monsenhor Fernando Rangel para substituí-lo no cargo de Vigário-geral.

O cardeal parecia perder o controle de sua própria arquidiocese. Havia um ambiente de "intriga mesquinhas em altas rodas" e dom Sebastião Leme decidira "não voltar tão cedo ao Rio de Janeiro", onde estivera para a sagração de dom Benedito de Souza e para negociar com a Nunciatura a formação de duas novas dioceses, no que obtivera êxito[966].

Arcoverde enfrentava agora problemas com o cabido. Tudo por causa de obras na Catedral. Foi para isso que convocou os cônegos em 20 de agosto de 1918. Em seu discurso, o arcebispo assinalava a necessidade de reformar o templo, ao qual faltava erguer o frontispício até a proporção da torre e construir a capela do santíssimo sacramento no corpo da igreja. O objetivo era "aparelhar devidamente a nossa Catedral Metropolitana para nela celebrarmos, com pompa e brilho fora do comum as festas nacionais e o centenário de 1922". Arcoverde

---

[960] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 23 de novembro de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[961] SANTO ROSÁRIO, *O cardeal Leme*, pag. 528.
[962] Carlos Duarte da Costa nasceu no Rio de Janeiro em 21 de julho de 1888 e foi ordenado pelo tio em 1911. Ocupou a função de secretário do bispado de Uberaba até transferir-se para o Rio de Janeiro em 1912. Foi auxiliar do padre Victor Coelho de Almeida, em Santa Rita e coadjutor do cura da Catedral. Bispo de Botucatu em 1924, foi destituído da função em 1937, recebendo o titulo *in partibus* de bispo de Maura. Voltou ao Rio de Janeiro onde fundou, anos depois, a dissidente Igreja Católica Apostólica Brasileira.
[963] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 28 de maio de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[964] Idem.
[965] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Leopoldo Duarte e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 17 de junho de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[966] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 29 de agosto de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana da São Paulo. Documentação Avulsa.

pedia então ao Cabido que colaborasse conseguindo dinheiro para fazer frente aos custos das obras[967].

O cabido formou então uma comissão de capitulares, presidida pelo decano Antônio Ferreira dos Santos, integrada pelos cônegos Amador Bueno de Barros, Luís Gonzaga do Carmo, João dos Santos, Isauro Medeiros e Joaquim Soares de Oliveira. A comissão, além de arrecadar dinheiro, administraria as obras. A crise entre Arcoverde e o Cabido explodiu quando o arcebispo reuniu no Palácio São Joaquim um grupo de leigos que poderia conseguir dinheiro para as obras que, sete meses depois de iniciadas, estavam paradas.

A comissão do Cabido reagiu. O arcipreste Amador Nunes de Barros enviou carta a Arcoverde pedindo esclarecimento sobre a reunião com leigos e perguntando se a comissão do Cabido ainda administrava a obra[968]. Os cônegos não reclamavam apenas da formação de um grupo de leigos, mas do fato de não ter controle sobre ele. Estavam também irritados com o vigário-geral, monsenhor Fernando Rangel, que estaria se imiscuindo nas obras.

Arcoverde respondeu ao cabido. Na carta, reafirmava o seu direito de se reunir com quem desejasse, mas confirmava que o Cabido mantinha o controle da reforma da Catedral Metropolitana[969]. Entretanto, pouco depois as pressões aumentaram, e Fernando Rangel pediu demissão. Diante disso, Ferreira dos Santos, presidente e decano do Cabido, enviou carta a Arcoverde, congratulando-se oficialmente pela destituição de Rangel e pedindo que restituísse ao Cabido a livre administração da catedral, "da qual foi espoliado pelo dito vigário-geral". E ainda oferecia um grupo de "alguns dos dignos capitulares" para se encarregar das obras[970].

A demissão de Fernando Rangel ainda não havia sido consumada, tanto que só foi formalizada em dezembro de 1919. Isso certamente deve ter irritado Arcoverde. Não só isso, mas também o fato de que o "velho" cardeal percebia que estava perdendo os elos que o levavam a controlar a diocese. Isso fica evidente na carta em que enviou ao monsenhor Ferreira dos Santos.

---

[967] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Alocução ao Cabido Metropolitano – Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1918.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Cabido Metropolitano, 17 de dezembro de 1897 a 1°. de abril de 1957.

[968] BARROS, Amador Nunes, arcipreste do Cabido Metropolitano da Arquidiocese do Rio de Janeiro. *Carta a Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 29 de abril de 1919.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Cabido Metropolitano, 17 de dezembro de 1897 a 1°. de abril de 1957.

[969] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta ao cônego Amador N unes de Barros, arcipreste da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 5 de maio de 1919.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1897 a 1°. de abril de 1957.

[970] SANTOS, Antônio Alves Ferreira, decano e presidente do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro. *Carta a dom Joaquim Arcoverde – Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1919.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Cabido Metropolitano, 17 de dezembro de 1897 a 1°. de abril de 1957.

A ingratidão é o sinal mais triste que o homem possa dar de si, de seu coração, de seus sentimentos. Nunca me passou pela mente que de padres por mim colocados em altas posições de destaque para honra de Deus partissem sinais de tão acentuada ingratidão e desrespeito! Se houve alguma falta é certamente minha, é daquele que colocou nesse lugar donde hoje poder atirar frases menos polidas e cheias de altivez! (...) Isso é assim mesmo, vossa reverendíssima do alto de seus coturnos de presidente do Cabido, de protonotário apostólico, já não vê mais seu superior, aquele que aí o colocou[971].

Um ano depois, Arcoverde enviou uma carta, tensa e aparentemente inexplicável ao arcebispo de São Paulo. Conta que dom Sebastião Leme deu-lhe uma folha de papel com uma proposta de dom Duarte, segundo a qual estaria "disposto a vir para o Rio de Janeiro auxiliar-me com a condição de, por minha morte ou renúncia (...) substituir-me". O cardeal reclamava haver sido a proposta apresentada por outra pessoa, sem sequer ter recebido um telegrama de dom Duarte. Achava que ele e o arcebispo de São Paulo poderiam haver se entendido sobre esse assunto há mais tempo e sem a interferência de Leme, mas que agora a situação era mais difícil, já que indicara à Nunciatura um nome de um eclesiástico, "que poderá prestar o serviço de maior necessidade que é a visita dos subúrbios".

Além de tensa, a carta, de quatro páginas manuscritas e "reservada", parece confusa. Há um trecho inteiro repetido, aquele em que fala da proposta de dom Leme, "que não foi feliz por falta de lealdade e franqueza". Só que na primeira vez, Arcoverde usa o termo *auxiliar-me*, ao qual sublinha. Na segunda vez em que escreve o mesmo trecho, diz que dom Duarte "estaria disposto a vir ser meu coadjutor"[972].

Duarte Leopoldo e Silva considerou "uma infâmia" a informação de que teria escrito um documento aceitando o cargo de bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em carta a Arcoverde, afirma que leu a correspondência do cardeal "com olhos de espanto e sentimento de profunda indignação" e pergunta se o papel com tal proposta continha a sua assinatura. Recorda que o cardeal conhece bem a sua letra e poderia perceber não ter sido ele quem escreveu.

---

[971] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta ao monsenhor Antônio Alves Ferreira dos Santos, presidente e decano do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1919*. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Cabido Metropolitano, 17 de dezembro de 1897 a 1°. de abril de 1957.

Qualificava o episódio de intriga. "O que não consigo compreender nesse negócio (...) é o papel que nele se poderia atribuir ao Sr. D. Sebastião, aliás não meu amigo". E assegura que vai interpelar imediatamente o arcebispo de Olinda[973].

De fato, dom Duarte escreveu a Sebastião Leme e o tom deve ter sido mesmo de interpelação porque o arcebispo de Olinda a leu "trêmulo e fora de mim". Queria que o arcebispo de São Paulo garantisse a Arcoverde que ele, Leme, jamais teria cumprido o papel que lhe foi atribuído no episódio.

Assegurava não haver feito proposta alguma em nome de dom Duarte e achava, como o arcebispo de São Paulo, que tudo não passava de "intriga horrível tudo isso". Entretanto, reconheceu que de fato tratara da indicação de um bispo auxiliar para Arcoverde, em sua última estada no Rio, para a posse de dom Silvério Gomes Pimenta na Academia Brasileira de Letras, em março de 1920. "Ouvi muitas vezes, o Sr. Cardeal dizer que queria chamar V. Exa. Ouvi e aprovei". Conta que estavam conversando sobre isso quando dom Adauto de Miranda Henriques, bispo da Paraíba, que também achou boa a escolha, mas sugeriu que consultasse dom Duarte Leopoldo e Silva.

Leme garantiu que disse a dom Adauto que o arcebispo de São Paulo não aceitaria, a não ser por ordem do Papa. Mesmo assim, o arcebispo da Paraíba pediu que ele, Leme, fizesse uma petição ao Núncio para poupar trabalho ao cardeal. Como o arcebispo de Olinda se recusasse, o próprio dom Adauto decidiu redigir a petição e pediu dados sobre dom Duarte. Dom Sebastião Leme aconselhou que não o fizesse porque Arcoverde estava ainda decidido pelo cônego Carlos Duarte da Costa[974]. Entretanto, é preciso destacar que, na carta que escrevera a dom Duarte, em março de 1920, quando estava então no Rio, nada relata sobre o episódio entre ele e dom Adauto de Miranda Henriques.

Um mês depois, Leme escreveu nova carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, certamente em resposta a uma que recebera do arcebispo de São Paulo. Indica que a relação dos dois estava reposta ao nível de antes. Conta que pediu ao secretário de Arcoverde, monsenhor Moura Guimarães que "descobrisse a meada, a fim de impedir que sua eminência se tornasse vítima de tamanha infâmia".

---

[972] Idem, *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1920.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[973] SILVA, Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo. *Carta a dom Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio der Janeiro – São Paulo, 14 de setembro de 1920.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[974] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 15 de setembro de 1920.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

Se o pobre velho inventou essa história sem o concurso de algum intrigante que forjasse a proposta, o caso se afigura muito grave. Se a doença chegou a tal ponto, as coisas devem ter outro rumo. É um perigo formidável. Por isso, ainda prefiro acreditar que houve um intrigante[975].

O arcebispo de Olinda estava às voltas com muitos planos, inclusive o de construção de um novo prédio para o seminário em Recife, quando recebeu carta em papel timbrado do núncio Enrico Gasparri, comunicando a sua designação para arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, com direito à sucessão. Pedia a maior brevidade possível na transferência[976].

Junto ao comunicado, o monsenhor Gasparri enviava uma outra carta, "particolari", na qual assinalava que era uma decisão pessoal do Papa e, por isso, Leme deveria submeter-se sem discussão. Assegurava que o Papa "conosce meglio di me la lamentabili situazione dell'Archidiocese di Rio" e, assim, não pode mais prolongar indefinidamente "la actualli desastrosi condizioni dell'Archidiocesi di Rio". Informava ainda que deveria enviar a aceitação de Leme por cabograma porque a designação deveria ser publicada no próximo consistório[977].

Leme interpretou que essa segunda carta de Gasparri lhe fechava todas as portas. Escreveu a dom Duarte que não teve alternativa e que chegou a negar-se a aceitar, em telegrama enviado a Gasparri. Deixou, entretanto, claro que se recusava até o ponto em que fosse "lícito", o que deixava aberta a possibilidade de o núncio dizer-lhe que a decisão era irrevogável e que tinha que se submeter por dever de obediência ao Papa. Revelou que tudo esmiuçou na carta que escreveu ao núncio Gasparri, a quem disse não querer ser o "instrumento da morte natural" de Arcoverde. Leme mostrava-se preocupado em

ter que voltar ao Rio, sem um convite, sem uma palavra do cardeal (...), ter que ir, quando sei que ele não me quer e, consultado, escolheria V.Exa ou outro, ter que enfrentar as interpretações fáceis

---

[975] Idem, *15 de outubro de 1920*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[976] GASPARRI, Enrico, núncio apostólico no Brasil. *Comunicado a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1921*. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta II Nunciatura Apostólica (1919-1949).
[977] Idem, *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda - Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1921*. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta I Nunciatura Apostólica (1919-1949).

com que me verão ansioso por suceder ao velho, ter que reiniciar uma vida de heroísmo para a qual já me sinto sem forças[978].

Em resposta, dom Duarte Leopoldo e Silva reconhece que Leme irá enfrentar muitas dificuldades e que ficará em situação delicadíssima diante "do nosso velho cardeal".

Ele não o quer, tem mesmo na preocupação de afastar a possibilidade de o ter por sucessor. O (...) núncio ver-se-á em dificuldade quando lhe transmitir a notícia (...), que lhe há de estourar como uma bomba. O pobre velho nada sabe, ou pelo menos nada há quinze dias.

O arcebispo de São Paulo recordou que Arcoverde havia estado recentemente em São Paulo, quando disse que preferia para seu coadjutor o arcebispo de Fortaleza. "Nada lhe respondi. Ouviu e calei-me, mudando de assunto. Evitei quanto pude tratar do caso". Dom Duarte Leopoldo e Silva duvida que Arcoverde tenha falado com o núncio sobre o arcebispo de Fortaleza. Ao contrário, acha que o cardeal não quer estar com o monsenhor Gasparri, temendo enfrentar o assunto. Tanto que quando o núncio avisou que iria a Taubaté para conversar com ele, Arcoverde o desaconselhou, sob o argumento que Taubaté não tinha hotéis de boa qualidade para recebê-lo.

No entanto, está convencido de que tudo acabará bem para Leme, porque terá a capacidade de promover a união entre os bispos do Sul e do Norte, já que nasceu em São Paulo e vive em Recife.

O nosso pobre e velho amigo não tem conhecimento do seu real estado (...) Sabemos que o cardeal é um homem de Deus, é um homem santo, sempre humilde e obediente. Se, pois, a Santa Sé lhe disser claramente que quer V. Exa. e não outro para seu coadjutor e

---

[978] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 3 de março de 1921*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa. Só que Leme diz ao arcebispo de São Paulo que a carta de Gasparri data de 25 de fevereiro e não do dia 16. Maria Regina do Santo Rosário afirma também que a carta do núncio é de 25 de fevereiro. SANTO ROSÁRIO, Maria Regina. *O cardeal Leme*, pag 128.

sucessor, será ele o primeiro a ir ao encontro de V. Exa., dando-lhe um abraço amigo, recebendo-o como enviado de Deus[979].

De fato, Arcoverde não teve outra solução. Passou enfim o telegrama de saudação a Leme pela nomeação para seu coadjutor. "Engoliu a pílula com edificante resignação" – comentou Leme, assinalando acreditar que "o pobre velho não resiste" se a Santa Sé lhe der "poderes independentes", embora sem eles "teremos coisa inútil, prejudicial e quase escandalosa"[980].

Arcoverde escreveu a dom Duarte parecendo de fato resignado. Confessava-se cansado e enfraquecido e lembrava que há muito queria um auxiliar. "Afinal deram-me um bispo coadjutor, repare que não é um auxiliar, é um coadjutor, que governará comigo e me substituirá por minha morte". Arcoverde, então, achava que manteria os poderes, que dividiria com Leme. Conta ainda que pretendia retirar-se para Taubaté, onde tinha "uma casinha, providencialmente comprada em tempo"[981]. Em resposta, Duarte garantia que dom Leme seria um bom filho e lhe daria todo prestígio[982].

Se Arcoverde mostrava-se resignado, embora dando impressão de estar magoado, um grupo de padres, formado pelos que freqüentavam o Palácio São Joaquim, tentou impedir a concretização da escolha de Leme. De acordo com Maria Regina do Santo Rosário, esse grupo procurou até mesmo o vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo, e pediu para que "agisse junto à Santa Sé, obstando a nomeação do arcebispo-coadjutor"[983]. É claro que esses padres não tiveram êxito.

Dom Duarte Leopoldo e Silva estava convencido que Arcoverde havia se submetido resignadamente à decisão[984], mas a verdade não foi bem essa. O cardeal resistiu o quanto pôde. O núncio Gasparri já sabia da disposição de Arcoverde e só foi procurá-lo depois de

---

[979] SILVA, Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo. *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – São Paulo, 23 de março de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[980] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 31 de março de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[981] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 30 de março de 1921.*

[982] SILVA, Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo. *Carta a dom Joaquim Arcoverde, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – Cambuquira, MG, 4 de abril de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[983] SANTO ROSÁRIO, *O cardeal Leme*, pag. 128. Antônio Azeredo (1962-1936) era senador por Mato Grosso, depois de ter sido deputado constituinte. Homem muito rico, amigo de Rui Barbosa, dono do Diário de Noticias e um dos grandes anfitriões nas primeiras décadas do século XX, era político muito influente que só deixou o Senado com a Revolução de 30. Na República Velha, o vice-presidente da República presidia o Senado, mas a função acabava mesmo exercida pelo vice-presidente da casa.

[984] SILVA, Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo. *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – Aparecida, 12 de abril de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana do São Paulo. Documentação avulsa.

conversar antes com o seu secretário, monsenhor Moura Guimarães. No encontro, lembrou que o cardeal pedira um coadjutor, e Leme era o mais indicado, "l'único Che conoscesse perfettamente lo stado della'archidiocesi". Recordou ainda que Leme fora educado, formado e modelado por Arcoverde. Portanto, a sua nomeação representava prestígio e glória do próprio Arcoverde.

Disse ainda que se o arcebispo se mostrasse publicamente contra a decisão, seria um escândalo que turvaria o prestígio que ele, Arcoverde, tinha na Igreja. Por isso pediu a Moura Guimarães que induzisse o cardeal a enviar "um bel telegramma di felicitazione" a Leme e que o mandasse publicar nos jornais. Mais tarde foi visitar Arcoverde, que o recebeu muito bem, mas "non si mostro molto contento della nomina." Garantiu ao cardeal que Leme lhe daria toda honra e toda a atenção devidas.

Gasparri, que era sobrinho do secretário de Estado do Papa Bento XV, Garantiu que Leme teria todo poder sobre a administração e toda a responsabilidade canônica. Entretanto, o cardeal manteria o direito sobre as funções sacras, ou seja, presidiria as cerimônias se assim desejasse. Aconselhou a Leme que "non andasse a convivere col cardinale" para evitar "tanti gratta capi"[985].

Dom Duarte Leopoldo e Silva também aconselhou a Leme a não dividir o São Joaquim com Arcoverde. "Tome casa a parte, evitando a convivência do palácio". O arcebispo de São Paulo conta que isso já foi insinuado ao cardeal, e a idéia não o teria desagradado. Reconhece que não é um solução ruim ou canonicamente incorreta, já que ao cardeal-arcebispo é dado o direito de residir no palácio episcopal.

Arcebispo de São Paulo está preocupado porque "o nosso velho muda de atitude todos os dias". Recorda que Arcoverde havia decidido a viver em Taubaté, mas agora "faz finca-pé em não arredar do palácio". Está certo que o cardeal irá receber Leme friamente, "se não com manifesta hostilidade"[986].

Instado pelo núncio apostólico, Arcoverde enviou o telegrama a dom Sebastião Leme, que respondeu "muito de propósito – com duas semanas de atraso (...) Não fui pródigo em frases, mas filialmente sincero". Ainda temia "qualquer coisa" quando o cardeal, ao ver a bula de nomeação, percebesse que não tinha mais poderes totais sobre a arquidiocese. "O pobre velho está certo de que vou somente crismar nos subúrbio (...) Sua eminência se resignaria a

---

[985] GASPARRI, Enrico, núncio apostólico no Brasil. *Carta "particolari" a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – Rio de Janeiro, 16 de abril de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta II Nunciatura (1919-1949).

[986] SILVA, Duarte Leopoldo. *Carta "reservada" a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – São Paulo, 2 de julho de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

isso?"[987]. Uma carta do núncio pôs fim as incertezas de Leme. Gasparri levou a Arcoverde o cabograma da Santa Sé que anunciava que o decreto consistorial concedia ao coadjutor "tuta da girudizione"[988]. Está certo que Leme não terá problema.

O coadjutor desembarcou no Rio de Janeiro a 31 de julho de 1921, tomando posse a 5 de agosto com o título *in partibus* de Arcebispo de Pharsalia. Na véspera, quatro dias após haver chegado, escreveu a dom Duarte. Dizia que fora "recebido com alegria forçada pela virtude", mas já sentia que o ambiente já era outro. "Parece-me que as impressões de tristeza foram substituídas pelas de alívio". Não pretende inicialmente nomear vigário-geral e relatou que disse e repetiu "inúmeras vezes" a Arcoverde ao monsenhor Moura Guimarães que em questão de dinheiro para o cardeal ficava "como dantes". Permitiu que, nesse sentido, dessem ordem diretamente ao Peixoto Fortuna, o administrador leigo da Mitra Arquidiocesana. "Nem quero ser ouvido". Deixou claro, entretanto que quem mandava era ele. Arcoverde aceitou que morassem separados[989].

O cardeal-arcebispo estava certo da "situação delicada para ambos os lados", mas tinha esperança de que tudo iria bem, dada as boas disposições de parte a parte[990]. Em 14 de agosto de 1921 recebeu o Breve Apostólico, assinado em 5 de julho pelo papa Bento XV, designando Leme para o novo cargo. Achava ainda que o coadjutor arquidiocesano só o iria substituí-lo em seus impedimentos[991].

É desse período, embora sem data, uma carta amargurada de Arcoverde a dom Duarte Leopoldo. Reclamava porque disseram ao papa que ele era "um enfermo, imprestável (...), minado pela moléstia". Garante que o Papa não concorda muito com esse diagnóstico. Tanto que lhe escreveu uma carta, assegurando que, quando recuperasse a saúde, retornaria ao posto.

---

[987] LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta "reservada" a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Recife, 30 de abril de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa. Visitar os subúrbios era uma das funções que Arcoverde pensava destinar ao seu auxiliar, conforme está na carta do cardeal a dom Duarte de 8 de setembro de 1920.

[988] GASPARRI, Enrico, núncio apostólico no Brasil. *Carta "particolari" a dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda – Rio de Janeiro, 3 de junho de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta II Nunciatura Apostólica (1919-1949).

[989] LEME, Sebastião, arcebispo-coadjutor designado do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa. Leme ficou residência na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 515.

[990] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo resignado do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1921.* Arquivo da Cúria de São Paulo. Documentação avulsa.

[991] Idem, *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Correspondências Cardeal Arcoverde 25/11/1905 a 1924.

Eis aqui (...) como se trata um velho arcebispo que tudo o que tinha gastou nas dioceses em que tem estado, as quais consagrou tudo o que possuía, incluindo a sua a saúde (...) Sinto não poder ir a Roma[992].

De fato, Arcoverde pensou em procurar a Santa Sé. Leme achava uma idéia fixa. O cardeal disse-lhe que iria a passeio, mas o coadjutor achava que era "coisa infiltrada por outrem". O médico de Arcoverde, Afonso MacDowell não autorizou a viagem, mas o cardeal queria ouvir outras opiniões. Chegou a chamar outros médicos, mas os que foram procurados alegaram que só o examinariam com a permissão de MacDowell, que, por sua vez, disse que caberia a Leme a decisão. O coadjutor comprendia-se então um chefe de família, "a qual pertence o velho pai doente".

O coadjutor disse que se colocou contra a viagem por causa do risco médico, mas garantia que se fosse mesmo desejo do cardeal, não se oporia. Tinha certeza que eram os "amigos ursos" de Arcoverde que queriam a viagem, que para ele, Leme, seria "humanamente (...) vantajosa"[993].

Com os dias, entretanto, a impressão de dom Leme era de que a situação ia se ajustando. "Tudo continua bem e muito melhor do que se esperava. Arcoverde já lhe fazia sempre festas e "o pessoalzinho arredio já se aproximava" dele. O coadjutor não deixava de mencionar as condições do cardeal.

O bom velho já está bem melhor de saúde, alegre e satisfeito. Se por acaso alguém lhe fala, porém, de cousa que dizem respeito ao governo, ele pensa que está governando, manda ordem à secretaria, ao Fortuna (...) Esses não cumprem. Ele se esquece. E pronto. Nem fala no caso.

Veja (...) como deveriam andar as coisas por aqui. E dizer-se que esse estado de cousas poderia protelar-se[994].

---

[992] Idem, *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, sem data (possivelmente em agosto de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana da São Paulo. Documentação avulsa.

[993] LEME, Sebastião, arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro 24 de agosto de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

[994] Idem – *Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1921.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

Arcoverde também devia achar que a nova situação estava se ajustando. No início, realmente, Leme respondia às suas cartas e dava a impressão que atendia às solicitações do cardeal. Em 23 de janeiro de 1922, por exemplo, Arcoverde escreveu carta ao coadjutor sobre a futura pastoral do Centenário da Independência. Sugeria um documento assinado apenas pelos bispos e arcebispos do Sul do Brasil, mas Leme queria um documento que fosse um elo de ligação entres os prelados no Norte e do Sul do país.

Arcoverde admitia uma pastoral de todo o episcopado, mas alertava que a assinatura do arcebispo da Bahia teria que vir após a assinatura dele, cardeal. Duvidava que o primaz aceitasse. "Eu não posso ceder meu lugar em semelhante circunstância porque não me é permitido"[995].

Por fim, a Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro por ocasião do Centenário da Independência saiu sem assinatura, mas abrindo o texto está

> *Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, cardeal-arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, os Srs. Arcebispo Primaz, arcebispos, Bispos e Ordinários do Brasil aos cabidos, ao clero e aos fiéis de suas respectivas dioceses, saudação, paz a benção no senhor*[996].

Arcoverde ainda tentou buscar informações sobre o andamento das questões diocesanas, que lhe interessavam, "ainda que atualmente não se acham sob a minha direta responsabilidade". O cardeal escreve uma outra carta em que chama a atenção de Leme para os seminaristas. Relata que tem notícias de que a formação do clero em São Paulo deixa muito a desejar. Pede que Leme passe dois dias em São Paulo cuidando disso.

Na mesma carta, aconselha Leme a aceitar vender o Palácio da Conceição, a antiga residência dos bispos, por 400 contos de réis, embora anteriormente já tenha recebido proposta de 700:000$000. Sugere que o dinheiro "deve vir para a mão e guarda do arcebispo e (...) futuros sucessores nossos". Pedia ao coadjutor que comparecesse ao palácio para que

---

[995] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo resignado do Rio de Janeiro. *Carta a dom Sebastião Leme, arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1922.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Correspondências Cardeal Arcoverde 25/11/1905 a 1924. A parte sublinhada está no texto original.

[996] ARCOVERDE, Joaquim et alii. *Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro por ocasião do Centenário da Independência – 1922*, pag. 3. O documento é a última pastoral assinada por Arcoverde. Traça o caminho percorrido pela Igreja do Brasil desde a colônia, na intenção de vincular pátria e catolicismo, buscando identificar a nacionalidade com a fé cristã. Era já uma antiga estratégia católica.

possam combinar tudo e assentar "em um determinado ponto que nos sirva de baliza no presente e no futuro"[997].

Não há nenhuma indicação de que Leme tenha comparecido ao Palácio para discutir com Arcoverde assuntos da administração diocesana. Dizia a dom Duarte que estava sempre com ele, que já não era tido como suficientemente lúcido, mesmo tendo assinado sobre todos a Pastoral do Centenário da Independência. O coadjutor contava que o próprio monsenhor Moura estava doente e desinteressado de que o pobre velho ficasse só. Já estava até combinado um segundo secretário. Leme estava atento ao desenvolvimento arteriosclerose de Arcoverde.

> *O senhor cardeal – coitado! – cada vez pior da cabeça (...) Um dia desses lembrou-se de pedir uma pasta ao Costa [cônego Carlos Duarte da Costa], escrevendo-lhe que, estando curado, iria reassumir o governo. Costa esqueceu-se. Passada uma semana, nova carta, e esta bem escrita, queixando-se do amigo que nem sequer atendeu ao pedido da pasta*[998].

Três meses depois relatava um quadro ainda mais sombrio:

> *Sua eminência na mesma... e já inteiramente despreocupado das coisas do governo. Ou roda pelas avenidas a cochilar ou anda pelos corredores à cata de quem pela centésima vez o informe do horário que vai funcionar em alguma cerimônia, ou então lê, no quarto, a primeira coluna do Jornal do Brasil. Coitado! Ao almoço diplomático do núncio (...) o nosso velho queria ir de véspera. Foi numa luta para não deixar ir. O Moura [monsenhor Moura Guimarães] estava em Taubaté e o velho pensava talvez que eu...*
>
> *Por mais que eu falasse não se convenceu. Então eu deixei sair com o Juca Moura, vigário do glorioso Taubaté, mas disse ao*

---

[997] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo resignado do Rio de Janeiro. *Cartas a dom Sebastião Leme, arcebispo-coadjutor – Rio de Janeiro, sem data.* Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, pasta Correspondências Cardeal Arcoverde 24/11/1905 a 1924.

[998] LEME, Sebastião, arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro. *Carta a dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo – Rio de Janeiro, 16 de maio de 1922.* Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.

chauffer que não fosse para a nunciatura. E sua eminência nem mais se lembrou.

No dia seguinte, que era o do banquete, já ao despertar queria saber a hora com que devia sair e muito antes já estava de luvas etc. Coitado! Na reunião para obtermos dinheiro para a catedral, apenas iniciar os trabalhos, levantou-se e, lacrimejante, deu a benção (...), acrescentando que a providência lhe mandara um querido irmão – o Pharsalia [Leme] – para governar a diocese, pois ele – doente – já não podia fazer nada e não mandava etc. (...) Foi uma cena comovente[999].

Nada disso, impediu que Leme organizasse uma grande celebração do jubileu de sacerdócio de Arcoverde. Foi a oportunidade não só de homenagear o "velho", mas principalmente de usar sua figura respeitosa e venerada para marcar a mudança de conduta da Igreja. demonstrar que a estratégia conduzida por Arcoverde e pela sua geração de bispos tinha chegado a fim[1000].

As comemorações deveriam ocorrer em abril, já que os 50 anos de sacerdócio de Arcoverde se completariam 4 de abril de 1924, que coincidiria com a Semana Santa. Seria a grande oportunidade de tornar ainda mais visível a Igreja militante. As comemorações reuniram vinte bispos, receberam as bênçãos papais, em carta autografada, tiveram conferências na catedral proferidas pelos padres Henrique Magalhães, João Gualberto e Benedito Marinho.

A cerimônia mais importante foi a páscoa do militares, dia 3 de maio, na Praça da República, que reuniu dez mil pessoas. A biógrafa de dom Leme é clara nas intenções do coadjutor.

Tinha ela um duplo fim: começar, pela aproximação de uma das classes mais representativas do país, a cristianização do Brasil 'temporal', e dar mais um passo na arregimentação de homens católicos (...) Canalizava assim D. Leme, para o bem das almas, a

[999] Idem – *8 de agosto de 1922*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Documentação avulsa.
[1000] Em 20 de janeiro de 1922, dia de São Sebastião, o padroeiro da cidade, Arcoverde presidiu as cerimônias de translado dos restos mortais de Estácio de Sá, o fundador da Cidade, para a nova igreja dos capuchinhos na rua Hadock Lobo, na Tijuca. A transferência foi provocada pelo desmonte do Morro do Castelo.

capacidade de 'ação corporativa' que os homens da farda possuem por vocação, mesmo entre nós[1001].

No dia seguinte, Arcoverde recebeu a visita oficial do Presidente da República no Palácio São Joaquim. Arthur Bernandes destacou a "importância da colaboração constante das nossas autoridades eclesiásticas na manutenção da ordem"[1002]. À noite, o Governo ofereceu um banquete no Palácio do Itamarati, "a mais brilhante das brilhantes solenidades jubilares"[1003]. Discursaram o ministro das Relações Exteriores, Felix Pacheco, e o cardeal Arcoverde.

Pacheco fez um longo elogio à ação da Igreja desde a chegada dos portugueses, em um conteúdo muito próximo às pregações dos bispos, segundo as quais a nacionalidade brasileira só existia em consonância com o catolicismo. "O Brasil não seria digno de si mesmo se não reconhecesse que a maravilha de sua coesão política (...) é devida em grande parte à prodigiosa força moral do catolicismo".

O ministro das Relações Exteriores frisou ainda que "tudo em nossa terra é um pouco fruto da Igreja, obra da Igreja, conquista, esforço e trabalho dela". Até mesmo a Independência proveio "da serenidade estudiosa dos claustros". Reconhecia que a República optou pela separação, mas logo corrigiu-se, "esmerando-se em formar (...) um ambiente de fato melhor do que a atmosfera regalista estreita". O discurso de Felix Pacheco representava um sinal evidente de aproximação da Igreja com o Estado no Brasil[1004].

O discurso de Arcoverde foi curto, mas lógico. E pelo conteúdo fica evidente que foi um improviso. Considerava aquela homenagem a que lhe sensibilizou mais profundamente. Assinalou que o ponto alto do discurso de Felix Pacheco foi ter destacado o papel da Igreja no "mundo civilizado"[1005]. O Governo baixou então portaria passando a considerar os cardeais como príncipes de sangue, o que os colocava em posição protocolar de vice-presidente da República[1006].

[1001] SANTO ROSÁRIO, O cardeal Leme, pag. 163.
[1002] Idem, pag. 167.
[1003] Idem, pag. 167.
[1004] PACHECO, Felix, ministro das Relações Exteriores. Discurso no Jubileu Sacerdotal de Joaquim Arcoverde. Festas Jubilares Sacerdotais: 1874-1924, pag. 151-156
[1005] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo resignado do Rio de Janeiro. Discurso em seu jubileu sacerdotal. Festas Jubilares, pag 156 e 158.
[1006] Essa portaria permitia que dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, fosse recebido sempre com uma inesperada cortesia pelo comandante do Segundo Exército, general Ednardo d'Ávila Mello, mesmo quando, em plena ditadura militar, procurava o oficial para tratar de presos políticos. Segundo dom Paulo, o militar conhecia o protocolo e o tratava como se fosse realmente o vice-presidente da República Cf. *Revista Imprensa*, número 109, outubro de 1996, pag. 22.

No dia seguinte, 5 de maio, Arcoverde e uma comitiva de bispos estiveram no palácio do Catete para agradecer a visita do Presidente Arthur Bernardes. Dessa vez, dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, pronunciou o discurso de saudação e agradecimento[1007].

Foi praticamente a última aparição oficial de Arcoverde. A amnésia de fatos recentes foi se agravando e passou a ter vertigens arterioscleróticas. Sofria também de hipertensão arterial. Vivia praticamente recluso, saindo a passeios de automóvel pela orla marítima, Tijuca e Jardim Botânico, a rodar pelas avenidas a cochilar, como disse Leme em 1922. Saltava e fazia ligeiros passeios a pé. A acompanhá-lo, além do motorista, o monsenhor Moura Guimarães e o enfermeiro Manuel Campos. Após o almoço caminhava pelas varandas do Palácio São Joaquim[1008]. Também passava períodos em Taubaté.

Parou de celebrar missas em 1926, mas a assistia diariamente. E foi na missa de 16 de abril de 1930 que Arcoverde passou mal e retirou-se para o seu apartamento no Palácio São Joaquim em meio à cerimônia. Afonso MacDowell, seu médico de muitos anos, foi chamado. O cardeal estava com uma gripe forte que se agravou nas horas posteriores com um quadro de broncopneumonia. Outros médicos foram convocados, como Miguel Couto e João Pedro Leão de Aquino.

Na madrugada de 17 para 18 de abril, o estado de Arcoverde tornou-se gravíssimo. A notícia espalhou-se rapidamente, dando início às visitas de políticos ao Palácio São Joaquim. Compareceram embaixadores de vários países, ministros de estado, senadores, governadores e o próprio presidente Washington Luís. Em sua cabeceira, Sebastião Leme, o irmão Antônio Francisco Arcoverde e os sobrinhos, entre eles dom André Arcoverde, bispo de Valença, no Estado do Rio de Janeiro.

Depois de rápida agonia, que durou cerca de meia hora, morreu às 18h23min do dia 18 de abril de 1930, sexta-feira santa, de insuficiência respiratória, em seu quarto no Palácio São Joaquim. Duas horas depois, o Presidente Washington Luís esteve no velório. A máscara mortuária foi esculpida por Modestino Kanto, e o médico Pedro Ernesto, um parente e político de esquerda que chegaria à Prefeitura do Distrito Federal, embalsamou o corpo.

O Palácio São Joaquim foi aberto ao público no dia seguinte. Uma multidão fez fila para ver Arcoverde pela última vez. Curiosidade popular, em parte, mas também um exemplo da massa que a Igreja queria por na rua para que o Estado soubesse agora com quem estava falando. O Governo decretou luto oficial e ordenou que fosse concedida honra de vice-

[1007] *Diário Oficial*, 6 de maio de 1924, pag. 11.534.
[1008] Jornal do Brasil, 20 de abril de 1920.

presidente da República, o que seria impensável quando o cardeal se tornara bispo, fazia 40 anos.

Na tarde do dia 21 de abril o corpo foi levado em procissão à Catedral da Praça Quinze. Milhares de pessoas seguiram pela Avenida Beira Mar, Rio Branco e Assembléia. Foi sepultado no dia 25 de abril uma quinta-feira, na Catedral. Como havia determinado em seu testamento, não houve discurso, nem flores.

Deixou um cruz peitoral de ouro com seu escudo de armas para dom Duarte Leopoldo e Silva e uma outra para "aos pobres da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus; o relógio *Patek Philipe*, gravado com as armas episcopais, para os pobres da Paróquia de Inhaúma; ao irmão Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti, que também ficou com o retrato da mãe, deu o relógio de algibeira da fábrica suíça Vache Ron, que pertencera ao pai; um anel de esmeralda com contornos de diamantes foi para a Basílica de Aparecida; para o ministro Pedro Lessa do Supremo Tribunal Federal Arcoverde deixou a "bengala de madeira preciosa do Amazonas, com cartão de ouro e com armas"; e o monsenhor Ferreira dos Santos ficou com "um anel de ouro, com pedra ônix, contornada com diamantes e com a imagem da Virgem Maria ao centro".

Ao monsenhor Moura Guimarães coube a maior parte do espólio: "anel de ouro com pedra ametista, gravada com a virgem de Murilo (...), dois baús de lata, que se acham no quarto do lavatório, ao lado do quarto de dormir (...) com tudo que tem dentro"; a escrivaninha e a cadeira do escritório, pena e caneta de ouro e a imagem de Santa Teresa "do quarto de dormir". Deixou para Moura a incumbência de mandar celebrar missas por sua alma, a dos pais e a do irmão Jerônimo, para o quê deixou dinheiro em um envelope anexo ao testamento[1009].

Não deixou nada para Sebastião Leme, que o acompanhou nos dias de agonia, praticamente não se afastando do leito de morte. O coadjutor assumiu de imediato a titularidade de Arquidiocese do Rio de Janeiro. Em prazo recorde chegou ao cardinalato, a 5 de junho de 1930. Ainda pelos próximos dez anos, será o mais importante nome da Igreja no Brasil.

[1009] ARCOVERDE, Joaquim, cardeal-arcebispo resignado do Rio de Janeiro. *Disposições testamentárias – Nova Friburgo, 15 de setembro de 1915*. Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, pasta Correspondências Cardeal Arcoverde 25 de novembro de 1905 a 1924. As outras propriedades de Arcoverde foram distribuídas em vida, como ele mesmo comunica em seu testamento.

7. Fontes Documentais

I. Impressa

1. AIRES, Dom Francisco Cardoso, bispo de Olinda. *Carta dos veneráveis e reverendos párocos desta Diocese – 8 de março de 1889*. Jornal do Recife, 30 de março de 1869, p.1.
2. ARCOVERDE, Joaquim, arcebispo do Rio de Janeiro. *Carta pastoral anunciando a visita pastoral*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1912. 29p.
3. - - -. *Carta pastoral comunicando a nomeação do arcebispo auxiliar – 15 de agosto de 1909*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1909. 8p.
4. - - -. *Carta Pastoral sobre a celebração do XXV Congresso Eucarístico e sua ida à Europa – 12 de julho de 1914. Rio de Janeiro,* Typografia Leuzinger, *1914.* 7p.
5. - - -. *Carta Pastoral sobre a morte de Pio X – 12 de novembro de 1914.* Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1914. 18p.
6. - - -. *Discurso por ocasião do seu Jubileu Episcopal – 26 de outubro de 1915*. Rio de Janeiro, Typographia e Papelaria Ao luzeiro, 1915. 15p.
7. ARCOVERDE, Joaquim, bispo de São Paulo. *Carta Circular sobre a construção da casa e igreja do Imaculado Coração de Maria – 19 de maio de 1895*. São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo, 1895, 10p.
8. - - -. *Carta de despedida ao clero e aos fiéis da Diocese de São Paulo – 12 de dezembro de 1897*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1904. 12p.
9. - - -. *Carta Pastoral anunciando ao clero e aos fiéis sua primeira visita diocesana – 1º. de janeiro de 1896*. Com apêndices. São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo, 1896. 58p.
10. - - -. *Carta Pastoral saudando os seus diocesanos – 26 de outubro de 1894*. São Paulo, Companhia Industrial de São Paulo, 1894. 53p.
11. - - -. *Discursos e actos diversos: 1893-1897*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1904. 50p.
12. - - -. *Mandamento ordenando a execução do breve apostólico Neminem fugit do Santo Padre Leão XIII – 23 de dezembro de 1894*. São Paulo, Companhia Industrial de São Paulo, 1894. 29p.

13. - - -. *Reclamação à Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo contra a cobrança de impostos sobre as atividades sacerdotais - 6 de maio de 1896.* São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo, 1987. 12 páginas.
14. ARCOVERDE, Joaquim et alii. Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro por ocasião do Centenário da Independência. Rio de Janeiro, Typ. Marquês, Araújo & C., 1922.
15. BARROS, Dom José Pereira da Silva, bispo de Olinda. *Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos depois de sua sagração.* São Paulo, 28 de agosto de 1881.
16. Colégio Pio Latino-Americano nos Prados do Castelo, O. Tradução do italiano. Roma. Typographya Teberina de F. Setti, 1890. 37p.
17. DEODATO, Lino, bispo de São Paulo. *Carta Pastoral apresentando o bispo titular de Argos e coadjutor em São Paulo, dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti – São Paulo, 8 de dezembro de 1892.* São Paulo, Typographia à vapor da Casa Garraux, 1892. 8p.
18. FESTAS JUBILARES. Rio de Janeiro, 176p.
19. LEME, Sebastião, arcebispo de Olinda. *Carta Pastoral saudando seus diocesanos – Rio de Janeiro, 16 de julho de 1916.* Petrópolis, RJ, Vozes, s/d. 151p. Col. Sal terre, lux mundi III.
20. MEDEIROS, Manuel do Rego, bispo de Olinda. *Carta Pastoral ao clero e aos fiéis de sua diocese no dia de sua posse solene.* Diário de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1866, p.8.
21. VIDE, Sebastião Monteiro, arcebispo da Bahia. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia.* São Paulo, Typographia 2 de dezembro, 1853.

II. Periódicos

1. *Anuário do Colégio São Luís 2000.* Organização e coordenação do Prof. Luís Antônio Bersch. São Paulo, Edições Loyola, 2000. 216p.
2. *O Apóstolo.* Edições do segundo semestre de 1871, 1889 e 1890.
3. *Diário de Pernambuco,* Recife, edições de 24 de janeiro de 1865, 2, 8 e 24 de janeiro de 1865; 8 de janeiro de 1866; 6, 17, 19 e 20 de fevereiro de 1866; 8, 9 e 17 de março de 1866; 16 de abril de 1866; 18 de setembro de 1866.
4. *O Estado de São Paulo,* São Paulo. Edições de 12 e 14 de agosto de 1890, 8 de novembro de 1905.

5. *Festas Jubilares*. Álbum comemorativo do Jubileu Episcopal do Cardeal Arcoverde. Ilustrado. Rio de Janeiro, 1915.
6. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1905.
7. *Jornal A Noite*, Rio de Janeiro, edições de 18 a 26 de abril de 1930.
8. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edições de 18 a 26 de abril de 1930.
9. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, edições de 1°. de agosto de 1890 e da segunda quinzena de abril de 1830.
10. *Jornal do Recife*, Recife, edições de 30 de março de 1869, de 6, 10, 17 e 21 de abril de 1869, de 7 e 13 de outubro de 1876, de 17 de julho de 1877, e de 9 e 12 de julho de 1878.
11. *O Liberal*, Recife, de 3 de abril de 1869.
12. *A Província*, Recife, edições de 7,9 e 16 de maio de 1873.
13. *Revista da Semana. Número comemorativo do Jubileu do Cardeal Arcoverde*, Ano XXV, número 20, 10 de maio de 1924.
14. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, número 6, Curitiba, 1991.
15. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco,-. vol. XXV, número 119 e 122, p. 172-175, 1923; vol. XXXII*, número 151-154, 1932. Recife.
16. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 33, volume 41, parte 2, quarto semestre de 1870; volume 206, janeiro-março de 1950; volume 251, abril-junho de 1961; Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

III. Primária

A. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

1. ARCOVERDE, Joaquim, bispo de São Paulo. *Carta de despedida ao clero e aos fiéis por causa da visita a Pernambuco – 27 de agosto de 1896*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, estante 15, gaveta 81, número 97.
2. *Cartas de dom Joaquim Arcoverde e o monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Dauntre – de 5 de dezembro de 1892 a 21 de maio de 1909*. Manuscrito. Documentação avulsa.
3. *Cartas de dom Joaquim Arcoverde e dom Duarte Leopoldo e Silva – de 26 de março de 1903 a 26 de dezembro de 1919*. Manuscrito. Documentação Avulsa.
4. *Correspondência entre dom Sebastião Leme e dom Duarte Leopoldo e Silva*. Manuscrito. Documentação avulsa.
5. *Livro das visitas pastorais*. Manuscrito. Documentação avulsa.
6. *Processo de afastamento e suspensão do padre Antônio Cesarino, 1893*. Estante 15, gaveta 81, número 97.

7. *Registro de Pastorais, Portarias e mais actos oficiais, 1891-1899.* Manuscritos. Documentação avulsa.

B. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

1. Pasta *Arquidiocese de Diamantina.*
2. Pasta *Cabido Metropolitano 17 de dezembro de 1897 a 1°. de abril de 1957.*
3. Pasta *Correspondência Cardeal Arcoverde 25-11-1905 a 1924.*
4. Pasta *II Nunciatura Apostólica (1919-1949).*
5. Pasta *Paróquias I 1842 a 1918.*
6. Pasta *Paróquias II 30-I-1919 a 21-III-1954.*
7. Pasta *Província de Pernambuco.*
8. Pasta *Religiosos I 28-II-1896 a 26-III-1943.*
9. SANTOS, Antônio Alves Ferreira. *Bullario do Arcebispado de São Sebastião do Rio de Janeiro.* 3 tomos manuscritos.
10. *Sermões e diversos – Cardeal Arcoverde.*
11. RAMPOLLA, cardeal Marianno. *Instruções da Santa Sé ao Internúncio Apostólico para as conferências dos bispos brasileiros.* Roma, 4 de dezembro de 1889. 6p.

C. Arquivo Histórico do Itamarati

1. Ofícios dos representantes brasileiros junto à Santa Sé: 208-4-7; 209-4-8; 209-4-9; 209-4-10; 210-1-2; 210-1-3; 210-1-6; 210-1-7, 210-1-8, 210-1-10, 210-1-13.

2. Despachos de ministros de Negócios Estrangeiros do Império e do Exterior da República: 209-4-5; 209-4-19; 210-1-3; 210-1-13.

D. Arquivo Histórico Nacional

1. Coleção Eclesiástica, caixas 886, 888, 890, 908, 914, XXXVI.
2. Discursos e relatórios de presidentes da Província de Pernambuco: 005-4-79; 005-5-79; 007-2-82.
3. Relatórios de ministros dos Negócios do Império: 005-2-79; 007-8-82; 007-9-82; 007-10-82; 007-13-82; 007-15-82; 007-17-82; 007-18-82; 007-19-82; 007-21-82.

E. Arquivo Público Estadual Pernambucano Jordão Emerenciano

1. Documentação sob o código AE-17, AE-18, AE-20 e AE-21. Pasta 17.
2. Ginásio Pernambucano 2, folhas 417, 468, 476, 485 e 500
3. Ginásio Pernambucano 3 folhas 87, 96, 105, 129, 130, 129, 130, 138, 144-148, 220 e 227.

F. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

1. Pasta de recortes de notícias sobre o cardeal Arcoverde.

8. Bibliografia

I. Dissertações e teses

1. CUNHA, Maria Iza Gerth. Educação feminina numa instituição total confessional: Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Dissertação de mestrado apresentada à USP, sob orientação da Prof. Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, São Paulo, 1991. 193 folhas mimeo.
2. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e romanização: a implantação da Diocese da Paraíbas, 1894/1910*. Tese de doutorado em História, apresentada à Universidade de São Paulo, orientada pelo Prof. Dr. José Sebastião Witter. São Paulo, 1994. 385 folhas mimeo.
3. GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. Tese de doutorado em História, apresentada à Universidade de São Paulo, orientada pelo Prof. Dr. Augustin Wernet. São Paulo, 1991. 371 folhas mimeo.
4. GOMES, Francisco José da Silva. *Le projet de neo-chretianté dans le Diocese de Rio de Janeiro de 1869 a 1915*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Toulouse, sob orientação de M. Jean Estebe. Toulouse, França, 1991. 3 volumes.
5. LEITE, Glacyra Lazzari. *A Confederação do Equador: Pernambuco em 1824, contradições sociais e conflito armado*. Tese de livre docência em História do Brasil apresentada ao Instituto de Letras, História e Psicologia da Universidade Estadual Paulista. Assis, SP, 1987. 328p. mimeo.
6. MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915)*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. 297 folhas mimeo.
7. REIS, Gilberto Cavalcante. *Pro animarum salute: a diocese do Ceará como "vitrine" da romanização no Brasil (1853-1912)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UFRJ, sob orientação do Prof. Dr. Manoel Luís Salgado Guimarães. Rio de Janeiro, 2000. 171p. mimeo.

8. SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Ilustração e descolonização: o clero na Revolução Pernambucana de 1817*. Tese de doutorado em História apresentada à USP. São Paulo, 1980. 283p. mimeo

II. Livros

A. Biografia, ficção, memória, perfis, relatos de viagens e testemunhos

1. AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo: 1895-1915*. São Paulo, Saraiva, 1957. 497p.
2. ARANHA, Graça. *Meu próprio romance*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1921. 174p.
3. ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros W. *As seitas protestantes em Pernambuco (séculos XIX e XX). Subsídios históricos*. Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1905. 31p.
4. ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. São Paulo. Círculo do livro, s/d. 219p.
5. AVE-LALLEMENT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Trad. Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961. 2 vol.
6. BADARÓ, Francisco. *L'Église ao Brésil pendant l'Impire et pendant la Republique*. Roma, Bontempelli, 1895, 151p.
7. - - - . *Na diplomacia: carta aos eleitores de Minas Gerais*. Roma, Tip. Dos Irmãos Centenari, 1998. 62p.
8. BALLOU, Maturin M. *Equatorial America. Descript of a visit to St Thomas, Martinique, Barbados, and the principal capital of South America*. Boston and New York, EUA, Houghton Miffflin and company, The University Press, Cambridge, 1982. 371p.
9. BRUSTOLONI, Júlio J. *A vida de Vítor Coelho de Almeida: missionário redentorista*. Aparecida, SP, Santuário, 1988. 152p.
10. CAMPOS, Humberto. *Perfis, Primeira Série*. Rio de Janeiro, W.W. Jackson, 1951. 308p.
11. CARVALHO, José Joaquim. *O Catolicismo na República: rápido estudo histórico filosófico*. Uberaba, Século XX, 1906. 88p.
12. CASTRO, Fernando Pedreira. *Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, o heróico bispo de Olinda*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1956. 176 p.
13. CAVALCANTI, Orlando. *Gente de Pernambuco*. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Apresentação: Reinaldo Carneiro Leão. Introdução: Zilda Fonseca. Recife,

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano / Editora da UFPe, 1994. 257p.

14. COUTINHO, Sérgio Ricardo. *O ex-padre: a trajetória política e religiosa de Victor Coelho de Almeida (1879-1944)*. Brasília, Ser, 1999. 193p.
15. DELGADO, Luiz. *Gestos e Vozes de Pernambuco*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970. 235p.
16. DOM PEDRO II. *Viagem a Pernambuco em 1859*. Cópia. Introdução e notas de Guilherme Auler. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952. 166p.
17. FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º. guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 5. edição ilustrada. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980. 162p.
18. - - -. Primeiro cardeal da América Latina. In: *Quase política*. 2ª. Edição revista, ampliada e aumentada. Introdução e prefacio de Munhoz da Rocha. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966. 289p.
19. GUIZARD FILHO, *Felix. D. José Pereira da Silva Barros – sua vida e sua obra*. Publicação comemorativa do terceiro centenário de Taubaté (1645-1945). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1845. 438p.
20. HUCKELMANN, Theodoro. *Dom Francisco Cardoso Ayres, do Instituto da Caridade*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970. 113p. il.
21. LEMOS OSB, Dom Jerônimo. *D. Pedro Maria de Lacerda: último bispo do Rio de Janeiro no Império (1868-1890)*. Rio de Janeiro, Lumen Christi, 1987. 617p.
22. LIMA, Alceu de Amoroso (Tristão de Athayde). *O cardeal Leme: um depoimento*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943. 231p.
23. MACHADO, Alcântara. *Brasílio Machado (1848-1919)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937. 215p. Col. Documentos Brasileiros.
24. MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife, 1943. 319p.
25. MUELLER OFM, Frei Bonifácio. *Olinda e suas igrejas: esboço histórico*. Recife, Livraria Pio XII, 1945, 179p.
26. NABUCO, Carolina. *Oito décadas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. 232p.
27. NAVA, Pedro. *Chão de Ferro*. Memórias 3. São Paulo, Ateliê / Giordano, 2001. 454p.
28. OCTAVIO, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro / Brasília, Civilização Brasileira / Ministério da Educação e Cultura, 1978. 3 volumes.

29. PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978. 268p. il.
30. PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo, Martins, 1962. 324p.
31. PINTO, Estevão. *Pernambuco no século XIX*. Ilustrações de Henrique Moser e Balthasar de Câmara. Recife, Imprensa Industrial, 1922. 195p.
32. PIO, Fernando. *Apontamentos biográfios do clero pernambucano (1535-1935)*. Recife, Arquivo Público Estadual de Pernambuco João Emerenciano, 1994. 2 vol.
33. PORTO, José Costa. *Os tempos da Praieira*. Recife, Fundação de Cultura Cidade de Recife, 1981, 152p.
34. SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina (Laurita Pessoa Raja Gabaglia). *O cardeal Leme*. Com prefácio de dom Manuel Pedro da Cunha Cintra, bispo de Petrópolis. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962. 478p.
35. SANTOS, Antônio Alves Ferreira. *Notícia histórica da Ordem da Imaculada Conceição Mãe de Deus e do Convento de Nossa Senhora da Ajuda do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1913.
36. SOUZA, Antônio José. *Cajazeiras nas crônicas de um mestre-escola*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1981. 284p.
37. SOUZA, Joaquim Silvério. *Vida de D. Silvério Gomes Pimenta*. São Paulo, Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1927. 416p.
38. VIANNA, A. J. *O Recife, capital do Estado de Pernambuco*. Recife, s/d. 244p.
39. WILSON, Luís. *Minha cidade, minha saudade: Rio Branco (Arcoverde), reminiscências e notas para a sua história*. Recife, Centro de Estudos de História Municipal, 1983. Coleção Tempo Municipal, 2. 178p.

B. Obras específicas

1. ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade*. São Paulo, Paulinas, 1986. 119p. Col. Estudos e debates latino-americanos, 18.
2. AUBERT, R., CRUNICAN, P. E., & ELLIS, J.C. Tracy et alii. *Nova História da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*. Tomo II. Trad. Almir Ribeiro Guimarães e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ, Vozes, 1976. 282p.

3. BARBOSA, padre Manuel. *A Igreja no Brasil (notas para a sua história)*. Rio de Janeiro, A Noite, s/d. 380p.
4. BARROS, Luitgard Oliveira Cavalcanti. *A terra da mãe de Deus: um estudo do movimento religioso do Juazeiro do Norte*. Pref. Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro/Brasília, Francisco Alves/Instituto Nacional do Livro, 1988. 329p.
5. BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Org, Luiz Roberto Benedetti. Trad. José Carlos Barcelos. São Paulo, Paulinas, 1983. 195p. Col. Sociologia e religião, 2.
6. BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. Trad. Margarida Oliva. São Paulo, Loyola, 1974. 443p.
7. BRUSTOLONI, Júlio J. *História de N.S. Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*. 10ª. edição revista e ampliada. Aparecida, SP, Santuário, 1988. 400p.
8. CAVA, Ralph della. Milagre em Joaseiro. Trad. Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 279 p. il. Estudos Brasileiros, 13.
9. DESCHAND, Desidério. *A situação actual da religião no Brazil*. Rio de Janeiro, Garnier, 1910. 299.
10. GÉRSON, Brasil. *O regalismo brasileiro*. São Paulo / Rio de Janeiro, Cátedra / INL, 1978, 282p.
11. GUIMARÃES, Fernando. Homem, Igreja e sociedade do pensamento de Júlio Maria. Aparecida, SP, Santuário, 2001. 415p.
12. HAUCK, João Fagundes, FRAGOSO, Hugo et alii. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época: A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis, Vozes, 1980. 348p.
13. HOONAERT, Eduardo et alii. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1977, 441p.
14. LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo católico em Pernambuco*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 1988. 166p.
15. LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos no Brasil (hipóteses para uma interpretação)*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1979. 266p.

16. LUSTOSA OP, Oscar, AZZI, Riolando & DALE OP, Romeu. *Dom Antônio Macedo Costa: bispo do Pará - Arcebispo Primaz (1830-1991)*. São Paulo. Loyola / CEPEHIB, 1982. 79p. Cadernos de História da Igreja no Brasil, 1.

17. LUSTOSA OP, Oscar de Figueiredo (seleção e introdução). *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à LEC (1874-1945)*. São Paulo, Loyola / Cepehib, 1983. 152p. Col. Cardernos de história da Igreja no Brasil – 3.

18. - - -. *Política e Igreja: o Partido Católico no Brasil, mito ou realidade?* São Paulo, Paulinas, 1982. 242p. Col. Estudos e debates latino-americanos.

19. MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo, Brasiliense, 1989. 300p.

20. MANOEL. Ivan A. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo, Unesp, 1996. 103p. Col. Prismas.

21. MARTINA. Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias*. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo, Loyola, 1997. 4 vol.

22. MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. 184p. Col. Corpo e alma do Brasil. NOGUEIRA, Monsenhor Severino Leite. *O Seminário de Olinda e o seu fundador, o bispo Azeredo Coutinho*. Com prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Fundarpe, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985. 399p. Col. Pernambucana – 2ª. fase, 19.

23. OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1985. 357p.

24. PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Com prefácio de Gilberto Freyre. 2ª. edição. Recife, Editora Massangana, 1982. 322p. Col. Estudos e pesquisas, 23.

25. - - -. *Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil*. Com prefácio de Newton Sucupira. 2ª. edição. Rio de Janeiro/Recife, Tempo Brasileiro / Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1986. 150p.

26. PIO, Fernando. *História da Matriz da Boa Vista e seu monumental frontispício*. Recife, Imprensa Universitária, 1967. 79p.

27. RODRIGUES, Anna Maria Moog (seleção e introdução). *A Igreja na República*. Brasília, Universidade de Brasília / Câmara dos Deputados. 185p. Biblioteca do pensamento político brasileiro, vol. 4.
28. ROMANO, Roberto. Brasil: *Igreja contra Estado (crítica do populismo católico)*. São Paulo, Kairós, 1979. 270 p.
29. SANTOS, Antônio Alves Ferreira. *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro: subsídios para a história eclesiástica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1914. 476p.
30. SCAMPINI SDB, padre José. *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras: estudo filosófico-jurídico comparado*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1978. 287p.
31. SCHATZ, Klaus. *Historia de la Iglesia contemporanea*. Barcelona, Editorial Herder, 1992. Biblioteca de Teología,16. Panorama actual del pensamento cristiano. 242p.
32. SOUZA, Wlaumir Doniseti. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrande aos limites da ordem; o Caso Idalina*. São Paulo, Unesp, 2000. 234p. Col. Prismas.
33. VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2. edição. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980. 409p.
34. VILAÇA, Antônio Carlos. *História da Questão Religiosa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1974. 177p.
35. WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Ática, 1987. 217p. Col. Ensaios, 120.
36. - - -. *Os redentoristas no Brasil*. Aparecida, SP, Editora Santuário, 1995. 3 volumes.
37. - - -. A Igreja e a República: A separação entre a Igreja e o Estado. In: *Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1991, pag. 29-34.
38. - - -. Antigas irmandades e novas associações religiosas. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, edição de 1992*. Curitiba, p. 55-61.

C. Obras gerais

1. ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.) *História da vida privada no Brasil, v.2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. 525p.

2. ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia de Pernambuco*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1974. 100p. il.
3. - - -. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, Conquista, 1965. 237p. Col. Temas brasileiros, vol. 7.
4. ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. Com prefácio de Affonso E. Taunay. Rio de Janeiro, José Olympio, 1854. 402p.
5. BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 4ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1987. 62p. Col. Tudo é história, 2.
6. BRUNO, Ernani. *História e tradições da Cidade de São Paulo*. 4ª. edição. Com prefácio de Gilberto Freyre. Bico de pena de Clóvis Graciano. São Paulo, Hucitec, 1991. Quatro volumes.
7. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Com prefácio de Antônio Cândido. 19ª. edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987. 158p. Col. Documentos brasileiros, v.1
8. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem e o Teatro das sombras*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ / Relume-Dumará, 1996.
9. CAVALHEIRO, Diogo. *O Colégio São Luís Gonzaga – Itu, SP*. Separata de Aspectos do ensino religioso no Brasil – século XIX. Itu, SP, Editora Otoni, s/d. 31p.
10. COSTA, Ângela Marques & SCWARCZ, Lília Moritz. 1890-1914: no tempo das incerteza. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. 176p. Col. Virando séculos, com coordenação de Laura Mello e Souza.
11. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1845)*. Trad. Octavio Mendes Cajado. 3ª. edição. São Paulo, Difel. 272p. Col. Corpo e alma do Brasil, XXXII.
12. - - -. *A fábrica São Luís de Itu: um estudo de arqueologia industrial*. Separata dos Anais de História, ano VIII, 1976. Assis, SP, Instituto de Letras, História e Psicologia. 29p.
13. EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Trad. João Maia. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Rio de Janeiro / Campinas, Paz e Terra / Universidade Estadual de Campinas, 1977. 294p. il. Col. Estudos Brasileiros, v. 15).
14. FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1985. 4 volumes.

15. FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVIe. Siècle:la religion de Rabelais.* Paris, Albin Michel, 1974. 551p.
16. FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco do século XIX.* Com prefácio de Armando Souto Maior. Recife, editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1996. 237p.
17. FERREIRA, Barros. *O nobre e antigo bairro da Sé.* São Paulo, Prefeitura Municipal, 1971. 158p. Série História dos bairros de São Paulo – X.
18. FREITAS, Décio. *Os guerrilheiros do imperador.* Rio de Janeiro, Graal, 1978. 170p. Biblioteca de História, 1.
19. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso.* 4ª edição. Rio de Janeiro, Record, 1990. 810p.
20. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional. 248p. Biblioteca universitária, Série 2ª. – Ciências Sociais, volume 25.
21. GONSALVES DE MELLO, José Antônio (seleção e organização). *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1885).* Recife, Diário de Pernambuco, 1975. 2 volumes.
22. GUERRA, Flávio. *História de Pernambuco.* Recife, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979. 2ª edição. 172p.
23. HIBBERT, Christopher. *Ascensão e queda da Casa dos Medici: o renascimento em Florença.* Trad.: Hildegard Feist. 2ª. reimpressão. São Paulo, Companhia das letras, 1993. 308p.
39. IANNI, Octavio. *Uma cidade antiga.* Campinas, Área de Publicação, CMV / Unicamp, 1996. 140p. Col. Tempo e memória.
40. JANOTTI, Maria de Lourdes. *Os subversivos da república.* São Paulo, Brasiliense, 1986. 280p.
41. MAIA, Tom. Itu: *quatro séculos de história.* Com legendas de Thereza Regina de Barros Camargo Maia e texto de Jonas Soares de Souza. São Paulo, Expressão Editorial, 1995. 153p.
42. MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial.* São Paulo, Companhia das letras, 1989. 363p.
43. - - -. *O Norte agrário e o Império: 1871-1889.* 2ª edição revista. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999. 299p.

44. - - -. *Rubro veio: o imaginário da Restauração pernambucana*. 2ª. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997. 473p.

45. MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo, Difel, 1970. 450p. Col. Corpo e Alma do Brasil, XXX.

45. MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo, Perspectiva / Editora da Universidade de São Paulo, 1972; 297p.

45. MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000. 132p. Col. Os que fazem a história.

46. MOURA (org), Carlos Eugênio Marcondes. *Cotidiano em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo, Ateliê Editorial, Imprensa Oficial, Editora da Unesp, 1998, 411p.

47. NARDY FILHO, Francisco. *A cidade de Itu*, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1930. 4 volumes.

48. PEREIRA, Nilo. *Pernambucanidade (alguns aspectos históricos)*. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, 1983. 3 volumes.

49. PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Círculo do livro, 400p.

50. QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Os radicais da república: jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 280p.

51. SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 364p. Col. Estudos brasileiros, v. 16.

52. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 287p.

53. - - -. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Círculo do livro, 310p.

54. SEVECENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil, vol.3 – República: da belle époque è era do rádio*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. 4ª. reimpressão. São Paulo, Companhia das letras, 1998. 725p.

55. SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª. edição. São Paulo, Alfa-ômega, 1986. 114p.

56. SODRÉ, Nélson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 1983. 501p.

57. SOTTO MAIOR, Armando. *Quebra quilos: lutas sociais no outono do Império*. São Paulo / Brasília / Recife, Companhia Editora Nacional / Instituto Nacional do Livro / Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. Brasiliana, 326. Série Estudos e Pesquisas, 10.

58. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1989. 393p.

59. VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995. 165p.

D. Referências

1. BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras, 1891*. Brasília, Senado Federal Ministério da Ciência e Tecnlogia, 124p. Col. Constituições Brasileiras, 2.

2. BEAUD, Michel. *História do capitalismo: de 1.500 aos nossos dias*. 4ª. edição. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo. Brasiliense, 1994. 407p.

3. CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa. *Constituição Federal Brasileira (1891) [comentada]*. Edição fac-similar. Com prefácio de Walter Costa Porto. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. XXXIV + 416p. Col. História constitucional brasileira.

4. FONSECA, Antônio José Borges. Nobiliarchia pernambucana. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935. 2 volumes

5. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. 502p.

6. PIO, Fernando. *Apontamentos biográficos do clero pernambucano: 1535-1935*. Recife, Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, 1994. 2v.

7. *Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, Officina de Estatística, 1988. 2v.

8. REESE. Thomas J. *O Vaticano por dentro: a política e a organização da Igreja Católica*. Trad. Magda Lopes. Bauru, SP, Edusc, 1999. 388p.

9. SGARBOSA, Mario & GIOVANINI, Luigi. *Um santo para cada dia*. Trad. Onofre José Ribeiro. São Paulo, Paulinas, 1983. 431p.

10. SODRÉ, Nélson Werneck. História da imprensa no Brasil. 3ª. edição. São Paulo, Martins Fontes, 1983. 4567p.

11. TOUCHARD, Jean. *Historia de las ideas políticas*. Madrid, Editorial Tecnos, 1975. 658p. Colección de ciencias sociales. Serie de Ciencia Política.

12. VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002. 792p.